

org. Michael Löwy

o marxismo na América Latina

uma antologia de 1909 aos dias atuais

5^A EDIÇÃO AMPLIADA

TRADUÇÃO
Cláudia Schilling
Luís Carlos Borges

expressão
POPULAR



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Michael Löwy é um autor que dispensa apresentações. Seus diversos livros e artigos publicados no Brasil o tornaram conhecido como um dos maiores estudiosos do marxismo em nossos dias. Esta antologia – que finalmente nos chega em língua portuguesa – é a versão atualizada e muito oportuna de uma obra publicada em 1980, em que o autor desenvolve um estudo amplo do pensamento marxista na América Latina, desde a primeira década do século XX até os nossos dias.

A coletânea de textos é precedida por uma introdução muito bem articulada teoricamente, cujo grande mérito é dar uma visão estruturada do campo altamente complexo formado pelas diferentes tendências e vertentes do pensamento marxista latino-americano. Tomando como fio condutor da análise a problemática da natureza da revolução no continente, Löwy mostra que a partir deste eixo nascem duas posições básicas no interior das quais se situam essas várias correntes.

A primeira dessas posições, de viés eurocentrista, cujo ápice se deu no período de hegemonia stalinista, via na América Latina uma formação social de caráter feudal que só podia eliminar o atraso histórico por meio de uma revolução nacional-democrática (ou anti-imperialista ou antifeudal) das forças populares em aliança com a burguesia nacional “progressista”, tendo como objetivo a industrialização. Ao transplantar mecanicamente o modelo europeu de revolução democrático-burguesa para os tópicos, não houve a bem dizer nenhum equívoco que não tivesse sido cometido por essa corrente hegemônica no interior do marxismo, representada pelos partidos comunistas submetidos às diretrizes da Internacional Comunista e aos ziguezagues da política externa soviética. Independentemente da coragem e abnegação de seus membros, Michael Löwy mostra como os Partidos Comunistas, em virtude da orientação política básica do movimento comunista oficial, tiveram dificuldade em desempenhar um verdadeiro papel revolucionário na América Latina.

A outra posição, dialético-concreta, negava que as sociedades latino-americanas tivessem sido apenas traduções locais do feudalismo europeu, mostrando, ao contrário, que desde as origens elas combinavam de maneira peculiar uma dimensão especificamente capitalista com formas pré-capitalistas de produção. A consequência prática era a crítica da teoria da revolução por etapas e a conclusão de que “a revolução na América Latina será socialista ou não será”.

Essa distinção teórica serve de fio condutor para os cinco capítulos da antologia – uma coletânea de textos de autores significativos e de documentos de organizações políticas marxistas. O último capítulo, intitulado “Novas tendências”, é um acréscimo que atualiza a primeira edição, com o objetivo de descrever a presente situação da esquerda (marxista e não marxista) no continente. Aqui são publicados textos de autores ligados à teologia da libertação, documentos do Partido dos Trabalhadores, do Movimento dos Sem Terra no Brasil, dos zapatistas no México, além de autores como o brasileiro Emir Sader e o cubano Fernando Martinez Heredia que, cada um à sua maneira, questionam a atual fase de acumulação do capital a partir de um horizonte socialista democrático.

Dado o pluralismo e a riqueza dos textos aqui publicados, assim como a excelente introdução que lhes serve de preâmbulo, esta antologia é não só um instrumento de trabalho precioso para todos os estudiosos do assunto como também a prova viva da “permanência da utopia revolucionária de inspiração marxista na América Latina, que torna pelo menos prematuras as tentativas de declarar como terminado o grande capítulo histórico aberto com a Revolução Cubana”.

Isabel Loureiro
Professora aposentada do Departamento
de Filosofia da Unesp, ex-presidente e atual
colaboradora da Fundação Rosa Luxemburgo

A Fundação Perseu Abramo e a editora Expressão Popular
agradecem ao autor, companheiro Michael Löwy, pela
gentil cessão de direitos autorais da obra nesta edição.

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
(CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)

M392

O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais / Michael Löwy (organizador);
tradução Cláudia Schilling, Luís Carlos Borges. – 4. ed., ampl. – São Paulo:
Expressão Popular : Perseu Abramo, 2016.
632 p.

Inclui bibliografia.

ISBN Perseu Abramo 978-85-7643-131-2

ISBN Expressão Popular 978-85-7743-289-9

1. Comunismo - América Latina - História. 2. Socialismo - América Latina - História. 3. Revoluções - América Latina - História. 4. Partidos comunistas - América Latina. 5. Economia marxista - América Latina. I. Löwy, Michael. II. Schilling, Cláudia. III. Borges, Luís Carlos.

CDU 141.82(7/8=6)(091)

CDD 320.532098

Índices para catálogo sistemático:

1. América Latina: Marxismo: Socialismo :

Ciência política 320.5315098

Fundação Perseu Abramo
Instituída pelo Diretório Nacional
do Partido dos Trabalhadores
em maio de 1996.

Diretoria:

Presidente: Aloizio Mercadante
Vice-presidenta: Vívian Farias
Elen Coutinho
Jéssica Italoema
Alberto Cantalice
Artur Henrique
Carlos Henrique Árabe
Geraldo Magela
Jorge Bittar
Valter Pomar

Conselho editorial:

Albino Rubim, Alice Ruiz, André Singer,
Clarisse Paradis, Conceição Evaristo, Dainis
Karepovs, Emir Sader, Hamilton Pereira, Laís
Abramo, Luiz Dulci, Macaé Evaristo, Marcio
Meira, Maria Rita Kehl, Marisa Midori
Deaecto, Rita Sipahi, Silvio Almeida, Tássia
Rabelo, Valter Silvério

Coordenador editorial:

Rogério Chaves

Assistente editorial:

Raquel Costa

Revisão

Eloisa Aragão
Lizete Mercadante Machado
Angélica Ramaciotti
Lia Urbini

Capa

Eliana Kestenbaum

Editoração Eletrônica

Augusto Gomes/Enrique Pablo Grande
(2ª edição)
Patrícia Jatobá (3ª, 4ª e 5ª edição)

*Esta edição obedece às regras do Novo Acordo
Ortográfico da Língua Portuguesa*

1ª edição: abril de 1999
2ª edição ampliada: outubro de 2006
3ª edição ampliada: agosto de 2012
4ª edição ampliada: outubro de 2016
5ª edição ampliada: novembro de 2021
1ª reimpressão: abril de 2019

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desse livro pode ser utilizada ou reproduzida sem a autorização da editora.

EDITORA EXPRESSÃO POPULAR
Rua Abolição, 201 – Bela Vista
CEP 01319-010 – São Paulo – SP
Fone: (11) 3522-7516 / 3105-9500
editora.expressaopopular.com.br
livraria@expressaopopular.com.br
www.facebook.com/ed.expressaopopular

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO
Rua Francisco Cruz, 224 - Vila Mariana
04117-091 – São Paulo – SP – Brasil
Telefone: (11) 5571-4299
www.fpabramo.org.br

Sumário

NOTA À EDIÇÃO DE 2016	9
------------------------------------	---

INTRODUÇÃO

· Pontos de referência para uma história do marxismo na América Latina.....	11
· A propósito desta antologia.....	67

1. A INTRODUÇÃO DO MARXISMO NA AMÉRICA LATINA

· Juan B. Justo, <i>O câmbio livre</i> (1909).....	71
· Luis Emilio Recabarren, <i>Ricos e pobres</i> (1910).....	73

2. O PERÍODO REVOLUCIONÁRIO

I. Documentos do Comintern leninista (1921-23)

· <i>Sobre a revolução na América</i> (1921).....	79
· <i>Aos operários e camponeses da América do Sul</i> (1923).....	85

II. O IMPACTO DA REVOLUÇÃO DE OUTUBRO

· Luis Emilio Recabarren, <i>A Revolução Russa e os trabalhadores chilenos</i> (1923).....	88
· Anibal Ponce, <i>A Revolução de Outubro e os intelectuais argentinos</i> (1926).....	91

III. OS PRIMEIROS GRANDES MARXISTAS LATINO-AMERICANOS

· Julio Antonio Mella, <i>A guerra de classes em Cuba</i> (1926).....	94
· Julio Antonio Mella, <i>O proletariado e a libertação nacional</i> (1928).....	101
· José Carlos Mariátegui, <i>Prólogo a Tempestade nos Andes</i> (1927).....	104
· José Carlos Mariátegui, <i>O socialismo indo-americano</i> (1928).....	110
· José Carlos Mariátegui, <i>O problema indígena na América Latina</i> (1929).....	113
· José Carlos Mariátegui, <i>Ponto de vista anti-imperialista</i> (1929).....	117

IV. A REBELIÃO VERMELHA DE EL SALVADOR

· <i>Documentos do Partido Comunista de El Salvador</i> (1932).....	123
---	-----

V. A INSURREIÇÃO DE 1935 NO BRASIL

· Patricia Galvão (Pagu), <i>Parque Industrial</i> (1933).....	130
· <i>Programa do Governo Popular Nacional Revolucionário</i> (1935).....	132
· Luís Carlos Prestes, <i>Todo o poder à Aliança Nacional Libertadora!</i> (1935).....	137

3. A HEGEMONIA STALINISTA

I. A Frente Popular na América Latina

· <i>A Frente Popular no Chile</i> (1938).....	145
· <i>Uma crítica de esquerda à Frente Popular Chilena</i> (1942).....	150

· Cuba: <i>A Frente Popular com Batista</i> (1939).....	154
· Diego Rivera, <i>O problema indígena no México</i> (1938).....	157

II. O PACTO SOVIÉTICO-GERMÂNICO E SUAS REPERCUSSÕES NA AMÉRICA LATINA

· Ernesto Giudici, <i>Imperialismo e libertação nacional</i> (1940).....	165
--	-----

III. O BROWDERISMO E O PÓS-GUERRA

· Vicente Lombardo Toledano, <i>Pela industrialização do México</i> (1944).....	171
· Vicente Lombardo Toledano, <i>O Partido Popular</i> (1947).....	174
· Vittorio Codovilla, <i>Os comunistas argentinos e o peronismo</i> (1945).....	176
· Partido Comunista mexicano, <i>O pacto operário-patronal</i> (1945).....	179
· Bolívia: <i>As teses de Pulacayo</i> (1946).....	184

IV. A GUERRA FRIA

· Partido Comunista mexicano, <i>Por uma Frente Nacional Democrática e Anti-imperialista</i> (1951).....	200
· <i>O anti-imperialismo no Brasil</i> (1952).....	203
· Manuel Agustín Aguirre, <i>O socialismo revolucionário no Equador</i> (1952).....	207
· <i>Guatemala: a autocrítica dos comunistas</i> (1955).....	211
· <i>Guatemala: a posição dos trotskistas</i> (1954).....	222

V. DEPOIS DO XX CONGRESSO

· Partido Comunista Brasileiro, <i>Pelo desenvolvimento econômico capitalista no Brasil</i> (1958).....	229
· Silvio Frondizi, <i>Teses da esquerda revolucionária na Argentina</i> (1959).....	233

VI. A HISTÓRIA ECONÔMICA E SOCIAL MARXISTA

· C. L. R. James, <i>Os jacobinos negros</i> (1938).....	241
· Caio Prado Júnior, <i>A natureza econômica da colonização tropical</i> (1945).....	252
· Sergio Bagú, <i>A economia colonial</i> (1949).....	255
· Marcelo Segall, <i>O desenvolvimento do capitalismo no Chile</i> (1953).....	259
· Milcíades Peña, <i>O desenvolvimento combinado da economia colonial</i> (1957).....	262
· Clóvis Moura, <i>O quilombo dos Palmares</i> (1959).....	265
· Rodney Arismendi, <i>A economia feudal na América Latina</i> (1961).....	272

4. O NOVO PERÍODO REVOLUCIONÁRIO

I. A REVOLUÇÃO CUBANA

· <i>O Partido Socialista Popular e a revolução em Cuba</i> (1954).....	279
· Fidel Castro, <i>Revolução socialista e democrática em Cuba</i> (1961).....	287
· Fidel Castro, <i>De Martí a Marx</i> (1961).....	289

II. O CASTRISMO E O GUEVARISMO

· Ernesto Che Guevara, <i>Guerra de guerrilhas, um método</i> (1963).....	299
· Ernesto Che Guevara, <i>Mensagem à Tricontinental</i> (1967).....	309
· Douglas Bravo, <i>A guerrilha na Venezuela</i> (1964).....	313
· Camilo Torres, <i>Mensagem aos cristãos</i> (1965).....	316
· Carlos Marighella, <i>Carta ao Comitê Executivo do PCB</i> (1966).....	320
· <i>A Declaração da OLAS</i> (1967).....	327
· <i>A guerrilha urbana dos Tupamaros</i> (1968).....	339
· Roque Dalton, <i>El Salvador, o istmo e a revolução</i> (1969).....	345
· <i>Declaração de princípios do MIR</i> (1973).....	351
· <i>O MIR e a Unidade Popular no Chile</i> (1973).....	355
· Miguel Enríquez, <i>As causas da derrota</i> (1974).....	361
· <i>A Junta de Coordenação Revolucionária</i> (1974).....	369
· Carlos Fonseca Amador, <i>A Frente Sandinista na Nicarágua</i> (1969).....	377
· <i>Comunicado da Frente Sandinista da Nicarágua</i> (1978).....	381
· <i>O programa sandinista para os camponeses da Nicarágua</i> (1979).....	383
· EGP da Guatemala, <i>A revolução e os indígenas</i> (1979).....	387
· Coordenadora Revolucionária de Massas de El Salvador, <i>Programa do Governo Democrático Revolucionário</i> (1980).....	390

III. TEORIA DA DEPENDÊNCIA

· André Gunder Frank, <i>O inimigo imediato</i> (1968).....	394
· Theotonio dos Santos, <i>Subdesenvolvimento e dependência</i> (1970).....	400
· Rui Mauro Marini, <i>Considerações metodológicas sobre a aplicação do marxismo na América Latina</i> (1972).....	405
· Vânia Bambirra, <i>O capitalismo dependente latino-americano</i>	407

IV. OS SOCIALISMOS

· Salvador Allende, <i>A via chilena para o socialismo</i> (1971).....	416
· Paul Singer, <i>O que é socialismo hoje</i> (1980).....	419
· Mario Pedrosa, <i>O PT e o Estado</i> (1980).....	422
· Eduardo Galeano, <i>O socialismo não morreu</i> (1990).....	426

V. OS PARTIDOS COMUNISTAS

· Rodney Arismendi, <i>Uma revolução continental</i> (1961).....	432
· José Revueltas, <i>Um proletariado sem cabeça</i> (1962).....	440
· Vittorio Codovilla, <i>História do marxismo na América Latina</i> (1964).....	445
· Luis Corvalán, <i>O Governo Popular</i> (1970).....	451
· Jorge del Prado, <i>Revolução no Peru?</i> (1971).....	454
· Partido Comunista mexicano, <i>Pelo pluralismo socialista</i> (1977).....	459
· Carlos Nelson Coutinho, <i>A democracia como valor universal</i> (1980).....	462
· Gladys Marín, <i>“Levo esta Ordem como uma estrela que nos fortalecerá diariamente”</i>	470

VI. O MAOÍSMO

· Partido Comunista do Brasil, <i>A revolução nacional-democrática</i> (1968).....	473
· Partido Comunista do Brasil, <i>A guerra popular</i> (1969).....	476
· Partido Comunista (ML) da Colômbia, <i>A guerra do povo</i> (1965).....	479

VII. O TROTSKISMO

· Hugo Blanco, <i>Milícia ou guerrilha?</i> (1965).....	483
· Luis Vitale, <i>América Latina: feudal ou capitalista?</i> (1966).....	487
· O POR boliviano e a guerrilha de Che (1967).....	495
· Adolfo Gilly, <i>México, a revolução interrompida</i> (1971).....	501
· <i>Teses do PRT sobre a Revolução Mexicana</i> (1976).....	508
· XI Congresso da IV Internacional, <i>Resolução sobre a América Latina</i> (1979).....	514

5. NOVAS TENDÊNCIAS

· Elisabeth Souza-Lobo, <i>A classe operária tem dois sexos</i> (1982).....	527
· Frei Betto, <i>Cristianismo e marxismo</i> (1986).....	533
· Enrique Dussel, <i>Teologia da libertação e marxismo</i> (1990).....	538
· Partido dos Trabalhadores, <i>O socialismo petista</i> (1990).....	544
· Foro de São Paulo, <i>O manifesto de São Paulo da esquerda latino-americana</i> (1990).....	552
· João Pedro Stedile e Frei Sérgio, <i>A luta pela terra no Brasil</i> (1993).....	556
· Exército Zapatista de Libertação Nacional, <i>Primeira declaração da Selva Lacandona</i> (1994).....	562
· Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, <i>Capitalismo e classes sociais no campo</i> (1995).....	565
· Subcomandante Marcos (EZLN), <i>Convocação da Conferência Intercontinental contra o Neoliberalismo e pela Humanidade</i> (1996).....	571
· Fernando Martínez Heredia, <i>Contra a cultura da resignação</i> (1997).....	574
· Emir Sader, <i>O poder, cadê o poder?</i> (1997).....	580
· Leandro Konder, <i>Ética marxista</i> (2000).....	585
· Economistas de Esquerda (EDI) da Argentina, <i>Propostas dos Economistas de Esquerda</i> (EDI) (2002).....	591
· Rede Brasil de Ecosocialistas, <i>Declaração de Princípios</i> (2003).....	598
· Cláudio Katz, <i>Centro-esquerda, nacionalismo e socialismo</i> (2005).....	601
· Álvaro García Linera, <i>O desencontro de duas razões revolucionárias: Indianismo e Marxismo</i> (2007).....	605
· Leonardo Boff, <i>Crise terminal do capitalismo?</i> (2011).....	610
· Néstor Kohan, <i>Simon Bolívar e o guevarismo bolivariano</i> (2010).....	613
· Ana Esther Ceceña, <i>Ayotzinapa, símbolo do ordenamento social do século XXI</i> (2014).....	618
· Helena Hirata e Nadya Araujo Guimarães, <i>Trabalho e Gênero</i> (2016).....	624

SOBRE O ORGANIZADOR	631
----------------------------------	-----

Nota à edição de 2016

Esta introdução foi redigida em 1999. Desde então, muita água correu pelos rios da América Latina. Hugo Chávez iniciou a Revolução Bolivariana, governos de esquerda foram eleitos na maioria dos países do continente: alguns de centro-esquerda (Brasil, Uruguai, Chile, Argentina), outros mais radicais, anti-imperialistas (Venezuela, Bolívia, Equador). Mais recentemente se desenvolveu uma onda reacionária, que tomou em alguns países – Paraguai, Honduras, Brasil! – o caráter de golpes de estados parlamentares, pseudo-legais. Cuba e os Estados Unidos restabeleceram relações diplomáticas, e as FARC e o governo colombiano acertam um acordo de paz. A questão ecológica assumiu uma importância cada vez maior, novos movimentos sociais urbanos surgiram, enquanto que as lutas indígenas se situavam na primeira linha da resistência às multinacionais. Tudo isto exige uma nova reflexão marxista que está em curso; os documentos mais recentes da Antologia são expressão, necessariamente muito parcial, de alguns aspectos deste processo.

Uma das limitações mais evidentes desta Antologia é seu caráter “masculino”. Nesta nova edição estamos tentando corrigir um pouco esse viés, introduzindo novas vozes femininas, do passado e do presente: Vânia Bambirra, uma das fundadoras da teoria da dependência; Gladys Marín, uma importante dirigente comunista chilena; Ana Esther Ceceña, economista mexicana vinculada aos movimentos sociais de resistência; e ainda Helena Hirata e Nadya Guimarães, pesquisadoras sobre o mundo do trabalho e gênero no Brasil. Mas ainda falta muito para fazer justiça ao papel de mulheres na história do pensamento marxista latino-americano.

Introdução

Pontos de referência para uma história do marxismo na América Latina

É evidente que a história de quase um século de teoria e prática do marxismo em todo um continente não pode ser resumida em algumas dezenas de páginas; as seguintes observações tentam apenas propor alguns pontos de referência para o estudo da evolução do pensamento marxista na América Latina, com ênfase na questão da *natureza da revolução*¹.

Um dos principais problemas que o marxismo latino-americano teve de confrontar foi precisamente a definição do caráter da revolução no continente – definição que era ao mesmo tempo resultado de certa análise das formações sociais latino-americanas e o ponto de partida para a formulação de estratégias e táticas políticas. Em outras palavras, é um dos momentos-chave da reflexão científica e uma mediação decisiva entre a teoria e a prática. Toda uma série de questões políticas fundamentais – as alianças de classe, os métodos de luta, as etapas da revolução – está intimamente ligada a essa problemática central: a natureza da revolução.

Muito esquematicamente, podemos distinguir três períodos na história do marxismo latino-americano: 1) um período revolucionário, dos anos 1920 até meados dos anos 1930, cuja expressão teórica mais profunda é a obra de Mariátegui e cuja manifestação prática mais importante foi a insurreição salvadorenha de 1932. Nesse período, os marxistas tendiam a caracterizar a revolução latino-americana como, simultaneamente, socialista, democrática e anti-imperialista; 2) o período stalinista, de meados da década de 1930 até 1959, durante o qual a interpretação soviética de marxismo foi hegemônica, e por conseguinte a teoria de revolução por etapas, de Stalin, definindo a etapa presente na América Latina como nacional-democrática; 3) o novo período revolucionário, após a Revolução Cubana, que vê a ascensão (ou consolidação)

¹ Para uma história relativamente bem documentada do comunismo latino-americano, ver a obra de Boris Goldemberg, *Kommunismus in Lateinamerika* (Stuttgart, Verlag Kohlhammer, 1971), que, apesar de seus defeitos e de uma tendência para o anticomunismo, é, certamente, superior a obras similares publicadas nos Estados Unidos, todas profundamente marcadas pela Guerra Fria.

de correntes radicais, cujos pontos de referência comuns são a natureza socialista da revolução e a legitimidade, em certas situações, da luta armada, e cuja inspiração e símbolo, em grau elevado, foi Ernesto Che Guevara.

O problema da natureza da revolução está, em última análise, relacionado com certas questões teóricas e metodológicas fundamentais que giram em torno da questão de como aplicar o marxismo à realidade latino-americana.

O marxismo na América Latina foi ameaçado por duas tentações opostas: o excepcionalismo indo-americano e o eurocentrismo.

O excepcionalismo indo-americano tende a absolutizar a especificidade da América Latina e de sua cultura, história ou estrutura social. Levado às suas últimas consequências, esse particularismo americano acaba por colocar em questão o próprio marxismo como teoria exclusivamente europeia. O exemplo mais significativo dessa abordagem foi a APRA (Aliança Popular Revolucionária Americana)², que, sob a liderança de Haya de la Torre, tentou primeiramente “adaptar” o marxismo à realidade continental, para posteriormente “superá-lo” a serviço de um populismo *sui generis* e eclético. Para Haya de la Torre, o “espaço-tempo indo-americano” é governado pelas suas próprias leis, é profundamente diferente do “espaço-tempo” europeu analisado por Marx e, por isso, exige uma nova teoria que negue e transcenda o marxismo³.

Foi o eurocentrismo, mais do que qualquer outra tendência, que devastou o marxismo latino-americano. Com esse termo queremos nos referir a uma teoria que se limita a transplantar mecanicamente para a América Latina os modelos de desenvolvimento socioeconômico que explicam a evolução histórica da Europa ao longo do século XIX. Para cada aspecto da realidade europeia estudado por Marx e Engels – a contradição entre forças produtivas capitalistas e relações feudais de produção, o papel historicamente progressista da burguesia, a revolução democrático-burguesa contra o Estado feudal absolutista – procurou-se laboriosamente o equivalente latino-americano,

² A APRA foi fundada pelo peruano Víctor Raúl Haya de la Torre quando estava exilado no México. Ideologicamente eclética, foi inspirada principalmente pela Revolução Mexicana, elaborando uma doutrina “indo-americanista” única. Durante a década de 1920, a APRA foi um movimento de caráter continental, com seções em vários países latino-americanos, mas, pouco a pouco, restringiu-se ao Peru, onde persiste como partido de massa. Originalmente, a APRA declarou-se anti-imperialista, mas esse seu caráter diluiu-se progressivamente e acabou por desaparecer.

³ De acordo com Haya de la Torre, “O aprismo formula uma nova interpretação do marxismo para a América Latina, transferindo o conceito einsteiniano de espaço-tempo para o domínio sociohistórico com vistas a dar conta desse aglomerado complexo de regiões e raças, de formas de produção e de cultura. O aprismo nega e transcende o marxismo” (em Víctor Alba, *Politics and the Labor Movement in Latin America* [Stanford, Stanford University Press, 1968], p. 169). Mas a teoria aprista situa-se essencialmente fora dos limites do marxismo e o seu exotismo indo-americano nunca foi uma corrente importante no pensamento marxista latino-americano, mesmo que tenha tido influência sobre certos autores ou grupos políticos (por exemplo, a “esquerda nacional” na Argentina).

transformando assim o marxismo em um leito de Procusto, sobre o qual a realidade era impiedosamente “recortada” ou “esticada” conforme as necessidades do momento. Usando esse método, a estrutura agrária do continente foi classificada como feudal, a burguesia local considerada como progressista, ou mesmo revolucionária, o campesinato definido como hostil ao socialismo coletivista etc. Nessa problemática, toda a especificidade da América Latina foi implícita ou explicitamente negada, e o continente concebido como uma espécie de Europa tropical, com seu desenvolvimento retardado de um século, e sob o domínio do império norte-americano.

Essas duas tentações são estritamente antagônicas e contraditórias mas, paradoxalmente, levam a uma conclusão comum: a de que o socialismo não está na ordem do dia na América Latina. De acordo com Haya de la Torre,

Antes da revolução socialista, que levará a classe trabalhadora ao poder, nosso povo deve passar por etapas prévias de transformação econômica e política e, talvez, por uma revolução social que conseguirá emancipá-lo do jugo imperialista e levar à unificação econômica e política indo-americana. A revolução proletária virá depois.⁴

Partindo da especificidade da América Latina, os apuristas (Carlos Manuel Cox, por exemplo) criticam Mariátegui por não ter compreendido a diferença entre as sociedades europeias industriais e as sociedades latino-americanas essencialmente agrárias e, com isso, ter inventado o mito de uma classe trabalhadora latino-americana com vocação revolucionária.⁵

Por outro lado, a corrente eurocêntrica (que encontrou inspiração nos escritos de Stalin) chega a uma conclusão precisamente análoga: as condições econômicas e sociais na América Latina não estão amadurecidas para uma revolução socialista; no momento, o objetivo é concretizar uma etapa histórica democrática e antifeudal (como na Europa dos séculos XVIII e XIX!). Por exemplo, Alejandro Martínez Cambero, um teórico do Partido Comunista Mexicano, escreveu em 1945:

As condições objetivas e subjetivas em que nos encontramos não permitem a instauração imediata do socialismo no México. As forças produtivas do país estão desenvolvidas a ponto de que uma ruptura com as relações capitalistas de produção que existem presentemente seja tanto necessária

⁴ *Ibid.*, p. 147.

⁵ Cf. Carlos M. Cox, “Reflexiones sobre José Carlos Mariátegui”, em *El marxismo latinoamericano de Mariátegui* (Buenos Aires, Crisis, 1973), p. 185-86: “Mariátegui afirmou que o proletariado, incipiente no Peru, assim como em toda a América Latina, realizará as tarefas que devem ser realizadas historicamente pela burguesia. [...] Mariátegui, assim, fez do proletariado um mito”.

como possível? Pensamos que não! Objetivamente, as condições econômicas e o modo de produção (nas suas bases fundamentais, e não apenas em centros industriais isolados) ainda não são essencialmente capitalistas.⁶

A aplicação criativa do marxismo à realidade latino-americana significa justamente a superação – no sentido da *Aufhebung* hegeliana – dessas duas tendências e do dilema entre um particularismo hipostasiado e um dogmatismo universalista – graças à unidade dialético-concreta entre o específico e o universal. Na nossa opinião, não é acidental que a maioria dos pensadores que compartilham essa posição metodológica, de Mariátegui a Che Guevara, para citar dois exemplos bem conhecidos, chega justamente à conclusão oposta: a revolução na América Latina será socialista ou não será.

Um dos problemas que serviu como ponto de partida para o questionamento do modelo eurocêntrico foi a questão das etapas históricas do desenvolvimento econômico na América Latina. Ao analisar a estrutura das relações produtivas, vários investigadores marxistas das décadas de 1940 e 1950, como Caio Prado Jr., Sergio Bagú ou Marcelo Segall, negaram que as formações sociais latino-americanas tivessem sido originalmente versões locais do feudalismo europeu. Partindo dessas investigações, André Gunder Frank, Luis Vitale e outros desenvolveram uma análise da dimensão especificamente capitalista da estrutura produtiva latino-americana e da sua combinação com formas pré-capitalistas, enfatizando que a evolução das suas etapas socioeconômicas não foi idêntica àquela vivida pela Europa desde a Idade Média até a era do capitalismo industrial. Ao demonstrar que a causa do subdesenvolvimento, da desigualdade regional e da profunda miséria do campesinato não é o feudalismo, mas o caráter particular que o capitalismo assumiu na América Latina (formas coloniais e, depois, semicoloniais ou dependentes), esses autores criticam a tese eurocêntrica sobre a dimensão antifeudal do desenvolvimento do capitalismo na América Latina. Dessa compreensão marxista das particularidades da América Latina pode-se concluir logicamente, na opinião destes autores, que apenas medidas anticapitalistas no contexto de um processo socialista revolucionário podem solucionar o problema agrário do continente e abrir caminho para um desenvolvimento social e econômico harmonioso. Note-se como tal interpretação articula certos conceitos marxistas “clássicos”, ao mesmo tempo que, por outro lado, reconhece plenamente o caráter específico das economias e sociedades latino-americanas.

Por outro lado, essa problemática está relacionada com a questão indígena, na medida em que implica descobrir a particularidade do campesinato latino-americano em relação ao modelo europeu. Daí o interesse de um Mariátegui

⁶ A. M. Cambero, “Perspectivas del socialismo en México”, *La Voz de México*, 25 nov. 1945, p. 7.

ou de um Diego Rivera pelo estudo dos modos pré-colombianos de produção, tentando reencontrar certas tradições coletivistas que poderiam levar o campesinato indo-americano a comportar-se de maneira diferente dos camponeses pequenos proprietários descritos por Marx n’*O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Daí também a preocupação de um Hugo Blanco ou de um Ricardo Ramírez em analisar a natureza dual da opressão que sofre o campesinato indígena e o caráter simultaneamente socioeconômico e etnocultural (ou nacional) da sua rebelião. Enquanto a corrente “dogmática” apenas reconhece a luta camponesa como uma luta burguesa e democrática,⁷ similar à do campesinato na Revolução Francesa, o ponto de vista dialético-concreto captura a especificidade do campesinato latino-americano que resulta de suas tradições culturais e do caráter capitalista de sua exploração, e revela o potencial socialista, explosivo, revolucionário dos trabalhadores rurais (El Salvador em 1932, Cuba em 1957-61, para citar apenas dois exemplos).

Outro debate significativo nesse contexto é o que se dá em torno da questão da dependência. Pode a América Latina libertar-se da dominação imperialista e conhecer um desenvolvimento capitalista autônomo, independente, como as nações europeias (Itália, Alemanha) que se unificaram e se emanciparam da dominação estrangeira no século XIX? A tendência representada por Mariátegui – que tem seu prolongamento na ciência social marxista dos anos 1960 e 1970 – rejeita o modelo europeu também nesse caso. A burguesia latino-americana chegou muito tarde na cena histórica. No contexto do modo de produção capitalista, os países do continente estão inevitavelmente condenados à dependência e à submissão ao poder econômico e político-militar do imperialismo. O único caminho para superar a dominação da metrópole norte-americana e a hegemonia dos monopólios multinacionais, a única maneira de escapar ao subdesenvolvimento, é romper com o próprio sistema capitalista – tomar o caminho socialista.

Obviamente, o desenvolvimento e a hegemonia de um ou outro desses dois polos do marxismo latino-americano, o eurocêntrico ou o concreto-dialético – deixando de lado o eclético e exótico indo-americanismo, que tende a ultrapassar as fronteiras do marxismo – depende não apenas do talento individual de cada pensador mas também, e acima de tudo, da situação histórica do movimento dos trabalhadores no mundo e na América Latina. Nesse sentido, a década de 1920, a era do “comunismo original”, antes da dogmatização burocrática e do empobrecimento ocasionados pelo triunfo do stalinismo, foi particularmente favorável a um marxismo “aberto”, assim como – até certo ponto e de maneira

⁷ Ver, por exemplo, um texto maoísta brasileiro que declara em termos categóricos: “Afirmar que o socialismo é a tarefa da presente etapa da revolução [...] é negar o papel do campesinato. Nas presentes circunstâncias da América Latina, o movimento camponês, a principal base da revolução, é essencialmente democrático” (*A linha revolucionária do Partido Comunista do Brasil*, Rio de Janeiro, Caramuru, 1971, p. 282).

mais contraditória – a nova era que se abriu com a Revolução Cubana. O período mais difícil e mais negativo foi o da hegemonia stalinista – dos anos 1930 até 1960 – mas mesmo durante essa época existiram investigadores marxistas criativos, tanto dentro como fora das fileiras do movimento comunista oficial.

O marxismo foi inicialmente introduzido e disseminado na América Latina por imigrantes alemães, italianos e espanhóis por volta do final do século XIX. Surgiram os primeiros partidos operários, os primeiros pensadores valeram-se das ideias marxistas e surgiu uma corrente, inspirada pela II Internacional; sua ala moderada era representada por Juan B. Justo (1865-1928) e o seu Partido Socialista Argentino (fundado em 1895), e a ala revolucionária por Luis Emilio Recabarren (1876-1924) e o seu Partido dos Trabalhadores Socialistas do Chile (fundado em 1912).

Juan B. Justo foi o primeiro tradutor de *O Capital* para o espanhol, mas é difícil considerá-lo o primeiro marxista latino-americano por causa de suas ideias ecléticas e semiliberais. Seu partido estava ligado à II Internacional, mas Germán Ave-Lallemant (1835-1910), um imigrante marxista alemão, correspondente na Argentina do *Neue Zeit*, considerava os círculos principais do Partido Socialista Argentino “ideólogos burgueses” ou, na melhor das hipóteses, “seguidores de Turati”⁸.

As primeiras tentativas significativas de analisar a realidade latino-americana em termos marxistas e de estabelecer as bases para uma orientação política revolucionária vieram com o surgimento da corrente comunista. Os partidos comunistas apareceram na década de 1920 a partir de duas fontes distintas: os partidos socialistas que cerraram fileiras em torno da Revolução de Outubro, em sua corrente majoritária (Uruguai, 1920, e Chile, 1922) ou em sua ala esquerda (Argentina, 1918); e a evolução rumo ao bolchevismo de certos grupos anarquistas ou anarco-sindicalistas (México, 1919, e Brasil, 1922). A força desses partidos permaneceu bastante limitada por algum tempo: o PC chileno, desde o começo o mais forte, não tinha mais de 5.000 membros em 1929.

Durante os anos iniciais, a sua orientação foi inspirada em grande parte pelas primeiras resoluções da III Internacional, particularmente o documento de janeiro de 1921, “Sobre a Revolução na América: um chamado à classe operária das duas Américas”, e a proclamação de 1923, “Aos operários e camponeses da América do Sul”⁹.

⁸ Cf. Germán Ave-Lallemant, “Kapitalismus und Sozialismus in Argentinien”, *Die Neue Zeit*, Ano 23, v. 2, Stuttgart, 1905, p. 454. Sobre a recepção do marxismo no Brasil, de fins do século XIX até 1930, deve-se consultar a obra pioneira de Lenadro Konder, *A derrota da dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30*, Rio de Janeiro, Campus, 1988.

⁹ Ver as seleções desses documentos nesta antologia. De modo significativo, esses documentos caíram na obscuridade depois da década de 1930 e foram ignorados até por observadores bem-informados, como Régis Debray, o qual escreveu que o primeiro documento oficial da Internacional Comunista sobre a América Latina foi um protesto contra a invasão americana da Nicarágua na época de Sandino. Cf. Debray, *La critique des armes*. Paris, Seuil, 1975, v. 1, p. 42.

Claramente, esses textos atribuem simultaneamente tarefas agrárias, anti-imperialistas e anticapitalistas à luta revolucionária na América. A unidade entre o proletariado e o campesinato é concebida no contexto de uma estratégia de revolução “ininterrupta”, capaz de conduzir a América Latina diretamente de um capitalismo subdesenvolvido e dependente (“atrasado e semicolonial” na terminologia da III Internacional) para o poder do proletariado. Eles negam explicitamente a ideia de uma etapa histórica de capitalismo “nacional e democrático” independente e enfatizam a cumplicidade das burguesias locais com o imperialismo. De passagem, notemos que esses documentos nunca se referem ao “feudalismo” no campo e descrevem a luta camponesa como dirigida contra o capitalismo agrário.

Naturalmente, a Revolução Russa exerceu uma profunda influência sobre o movimento dos trabalhadores e entre a *intelligentsia* da América Latina¹⁰. Luis Emilio Recabarren foi talvez o exemplo mais típico de líder trabalhista histórico que se voltou para o bolchevismo por influência da Revolução de Outubro. Tipógrafo e fundador do Partido Operário Socialista do Chile, Recabarren liderou a sua transformação em Partido Comunista, a seção chilena da III Internacional, em 1922. Os escritos e discursos de Recabarren, um verdadeiro líder de massas e tribuno popular, centram-se na irreconciliável luta de classes entre capitalistas e trabalhadores nas minas e fábricas, uma luta cujo resultado histórico só pode ser a revolução socialista e o poder revolucionário. Entretanto, seu pensamento retém certa coloração “obreirista”, subestimando as questões nacional e agrária. Sua adesão profunda e sincera à Revolução Russa não significa uma real apropriação da problemática leninista.

Julio Antonio Mella (1903-1929) foi o primeiro e mais brilhante exemplo de uma figura frequentemente encontrada na história social da América Latina: o estudante ou jovem intelectual revolucionário, o espírito anticapitalista romântico, que encontra no marxismo uma resposta para a paixão pela justiça social¹¹.

Um dos fundadores da Liga Anticlerical de Cuba (1922), da Federação dos Estudantes Universitários (1923) e da seção cubana da Liga Anti-imperialista das Américas (1925), Julio Antonio Mella participou da criação do Partido Comunista Cubano (1925) e foi eleito membro do seu Comitê Central. Em virtude de suas atividades contra o ditador Machado (“O asno com garras”, na famosa expressão do poeta comunista Rubén Martínez Villena), foi preso e obrigado a exilar-se no México. Juntou-se ao PC mexicano, mas, em 1928, desenvolveu divergências com a sua liderança, que o acusou de tendências

¹⁰ A respeito da influência de 1917 sobre os intelectuais, ver a seleção de Aníbal Ponce, o sociólogo marxista argentino.

¹¹ O arquétipo aqui é o personagem lendário “O estudante” em *O recurso do método*, São Paulo, Marco Zero, 1985, do grande escritor cubano Alejo Carpentier.

“trotskistas”¹². Mella organizou emigrados cubanos no México e preparou um desembarque armado na ilha, mas foi assassinado por agentes de Machado em 10 de janeiro de 1929, com 26 anos¹³.

Como Mella via a luta revolucionária em Cuba? Com o grito de guerra de “Wall Street deve ser destruída”, ele propunha a formação de uma frente única anti-imperialista, composta de “trabalhadores de todas as tendências, camponeses, estudantes e intelectuais independentes”, mas recusava-se a incluir a burguesia nacional, que considerava cúmplice da dominação imperialista¹⁴. Exortava os soldados cubanos a não mais defenderem “os exploradores, a burguesia nativa e a estrangeira” e a juntarem-se aos seus irmãos de classe, os trabalhadores e camponeses. Mella definia o combate contra a ditadura de Machado – que exercia uma repressão “brutal, violenta e sangrenta” contra os trabalhadores – como uma guerra de morte entre o proletariado e as classes dominantes¹⁵.

A questão do nacionalismo e da libertação nacional ocupou um lugar central na obra de Mella. Apoiou entusiasticamente o movimento de Sandino, que estava lutando contra a invasão norte-americana da Nicarágua à frente de seu exército de guerrilheiros camponeses. Por outro lado, criticou duramente o nacionalismo “populista” da APRA de Haya de la Torre, que se apresentava como o “Kuomitang da América Latina”. Em um panfleto anti-APRA publicado em 1928, Mella rejeita “uma frente única a favor da burguesia, a traidora clássica de todos os movimentos nacionais verdadeiramente emancipatórios” e enfatiza que “a luta definitiva pela destruição do imperialismo [...] não é apenas uma luta nacional pequeno-burguesa, mas uma luta internacional, já que é apenas pela abolição da causa do imperialismo, que é o capitalismo, que nações verdadeiramente livres podem existir”¹⁶.

Internacionalista convicto e militante, Mella era, ao mesmo tempo, profundamente integrado na cultura e nas tradições revolucionárias de Cuba. Como os castristas, mais tarde, considerava-se um discípulo de José Martí e herdeiro da sua mensagem democrática, revolucionária e anti-imperialista¹⁷.

¹² Cf. *Claridad*, boletim da oposição de esquerda. Cidade do México, n. 5, março de 1931.

¹³ A tese de Julián Gorkín, Victor Alba e outros de que Mella foi executado por ordem de um agente da GPU (Vittorio Vidali) me parece um mito anticomunista. Nesta época, os serviços soviéticos ainda não tinham introduzido a prática de eliminar fisicamente os comunistas dissidentes em escala internacional.

¹⁴ Cf. J. A. Mella, “Los estudiantes y la lucha social”, em *Hombres de la revolución: Julio Antonio Mella*. Havana, Imp. Universitaria, 1971, p. 37, e Mella, “Cuba, un pueblo que jamás ha sido libre”, em J. A. Mella, *documentos y artículos*. Havana, Ciencias Sociales, Inst. Cubano del Libro, 1975.

¹⁵ Mella, “El grito de los mártires”, 1926, *Hombres*, p. 17 e 19. Esse artigo refere-se ao assassinato de trabalhadores pelo ditador Machado; ver uma seleção maior nesta antologia.

¹⁶ Mella, “Que es el APRA?”, *ibid.*, p. 77 e 97.

¹⁷ Mella, “Glosas al pensamiento de José Martí”, *ibid.*, p. 41-47. José Martí, poeta e revolucionário, foi o principal líder da luta de libertação de Cuba contra a metrópole espanhola – e a intervenção norte-americana – no século XIX. Sua ideologia “jacobina” se acercava do socialismo.

Essa síntese dialética entre o universal e o particular, o internacional e o latino-americano, inspira também a obra de José Carlos Mariátegui (1894-1930), indubitavelmente o pensador marxista mais vigoroso e original que a América Latina já conheceu. Escritor e jornalista, Mariátegui tornou-se socialista em 1919 e descobriu o marxismo e o comunismo durante uma longa estada na Europa (1920-23), particularmente na Itália. Ao retornar ao Peru, integrou-se ao movimento dos trabalhadores e participou ativamente do estabelecimento de sindicatos de trabalhadores industriais e agrícolas. Em 1926, fundou a revista *Amauta*, que reuniu em torno de si a vanguarda cultural e política do Peru e da América Latina; também publicou numerosos textos literários e políticos europeus (Breton, Gorki, Lenin, Marx, Rosa Luxemburgo, Romain Rolland, Ernst Toller, Leon Trotski). Em 1927, Mariátegui participou do congresso da Federação dos Trabalhadores de Lima, cujos delegados foram todos presos pelo governo e acusados de montar uma “conspiração comunista”. Doente e incapacitado, Mariátegui foi internado em um hospital sob vigilância policial.

Depois de ter participado por algum tempo das atividades da APRA (1927), Mariátegui rompeu com Haya de la Torre e fundou, em 1928, o Partido Socialista, que se reclamava da III Internacional. Ao rejeitar propostas de fusão da APRA, respondeu secamente:

A vanguarda do proletariado e os trabalhadores com consciência de classe, fiéis à ação no terreno da luta de classes, repudiam qualquer tendência que possa significar uma fusão com as forças ou corpos políticos de outras classes. Condenamos como oportunista toda política que proponha que o proletariado renuncie, mesmo que momentaneamente, a sua independência de programa e de ação, que deve ser mantida plenamente, em qualquer tempo.¹⁸

Mariátegui foi também o fundador do jornal operário *Labor*, em 1928, e da CGTP (Confederação Geral dos Trabalhadores Peruanos), em 1929. Enquanto desenvolvia intensa atividade política, Mariátegui continuou sua obra teórica. Em 1928, publicou seu livro mais importante, *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, a primeira tentativa de análise marxista de uma formação social latino-americana concreta.

¹⁸ José Carlos Mariátegui, “Sobre un tópico superado”, *Amauta*, n. 28, janeiro de 1930, em *Ideología y política*. Lima, Amauta, 1971, p. 211. Pouco depois desse rompimento com Haya, Mariátegui escreveu a Eudocio Ravines: “Seja qual for o curso da política nacional e, particularmente, dos elementos com os quais colaboramos e, aparentemente, nos identificamos (descobrimos agora que isso foi só na aparência), aqueles de nós que se dedicaram ao socialismo têm a obrigação de exigir o direito da classe trabalhadora de organizar-se em um partido independente”. Ver essa carta em R. Martínez de la Torre, *Apuntes para una interpretación marxista de la historia social de Perú*. Lima, Peruana, 1948, p. 335. Agradecemos ao historiador peruano Hécto Milla por chamar a nossa atenção para esse documento.

Incapacitado pela doença de participar da primeira Conferência Comunista Latino-Americana (Buenos Aires, 1929), Mariátegui enviou duas teses, sobre a questão indígena e sobre a luta anti-imperialista, com a delegação peruana; elas provocaram debate e polêmica intensos. Finalmente, em 1928-29, escreveu *Defesa do marxismo*, desenvolvendo seus próprios conceitos filosóficos e ético-sociais em contraposição aos de Henri de Man e Max Eastman. Mariátegui procurou não tomar partido no conflito entre Stalin e a Oposição de Esquerda, mas seus artigos sobre a questão, embora pareçam aceitar a vitória de Stalin como inevitável, mal escondem seu pesar pela derrota de Trotski:

Ele tem um senso internacionalista, ecumênico da revolução socialista. Seus notáveis escritos a respeito da estabilização transitória do capitalismo (*Where is England Going?*) estão entre as críticas mais bem-informadas e agudas da época. Mas justamente esse senso internacionalista, que lhe dá tanto prestígio na cena mundial, está, no momento, roubando-lhe o poder na prática da política russa.¹⁹

Mariátegui foi acusado de eurocentrismo por seus adversários apistas e, por outro lado, de “populismo nacional” por certos autores soviéticos²⁰. Na realidade, seu pensamento caracteriza-se justamente por uma fusão entre os aspectos mais avançados da cultura europeia e as tradições milenares da comunidade indígena, e por uma tentativa de assimilar a experiência social das massas camponesas numa reflexão teórica marxista.

Mariátegui foi muitas vezes qualificado de heterodoxo, idealista ou romântico. É verdade que seus trabalhos, especialmente *Defesa do marxismo*, revelam uma profunda influência do idealismo italiano (Croce, Gentile), de Bergson e, acima de todos, de Sorel. Contudo, esse voluntarismo ético-social deve ser compreendido como uma reação contra uma versão materialista vulgar e economicista de marxismo. Nesse sentido, o pensamento marxista de Mariátegui apresenta similaridades notáveis com o “fichteanismo” do jovem Lukács e o “bergsonianismo” do jovem Gramsci, que também são formas de revolta antipositivista (contra o marxismo “ortodoxo” da II Internacional)²¹. Essa tentativa de renovação revolucionária do marxismo, apesar dos seus excessos

¹⁹ Mariátegui, “Trotsky y la oposición comunista”, fevereiro de 1928, em *Obra política*. Cidade do México, Era, 1979, p. 218-19. De acordo com Pierre Naville (em uma conversa comigo em 1971), houve correspondência entre Mariátegui e a Oposição Comunista de Esquerda europeia.

²⁰ Ver, por exemplo, V. M. Miroshovski, “El ‘populismo’ en el Perú”, em José Aricó, (Org.), *Mariátegui y las orígenes del marxismo latinoamericano*. Cidade do México, Pasado y Presente, 1978, p. 55-70.

²¹ Sobre a afinidade entre Mariátegui e Gramsci ou Lukács, ver o excelente artigo de Robert Paris, “El marxismo de Mariátegui”, *ibid.*, p. 119-44. R. Paris, por exemplo, compara a fórmula “tanto pior para a realidade”, que Mariátegui atribui a Lenin, com a observação de Fichte, “tanto pior para os fatos”, que Lukács, em 1919, definiu como a essência da política revolucionária dos bolcheviques.

voluntaristas, permite a Mariátegui libertar-se do evolucionismo stalinista, com a sua versão rígida e determinista da sucessão das etapas históricas, que o Comintern do fim dos anos 1920 estava começando a disseminar por toda a América Latina. É interessante observar que no próprio momento em que Stalin e Martinov – ex-dirigente menchevique convertido ao stalinismo – estavam desenvolvendo o conceito de revolução democrático-burguesa como etapa autônoma na China, Mariátegui insistia explicitamente na fusão histórica entre as tarefas socialistas e democráticas no Peru²².

A hipótese sociopolítica decisiva de Mariátegui é a de que “no Peru, não existe, e nunca existiu, uma burguesia progressista com uma sensibilidade nacional que se declare liberal e democrática e que baseie a sua política nos postulados da sua teoria”²³. Naturalmente, o principal comunista peruano não poderia ignorar a contradição entre essa afirmação e a orientação patrocinada pelo Comintern na China durante esse período. Ele tentou escapar dessa situação difícil invocando ideias hipotéticas sobre a “civilização nacional” para explicar por que a burguesia chinesa, ao contrário da peruana, estava participando da luta anti-imperialista²⁴.

Foi a partir da análise da incapacidade histórica da burguesia nacional que Mariátegui desenvolveu sua concepção da estratégia revolucionária no preâmbulo ao programa do Partido Socialista (1928):

A emancipação da economia do país só é possível por meio da ação das massas proletárias em solidariedade com a luta anti-imperialista em todo o mundo. Apenas a ação revolucionária pode promover e, posteriormente, concretizar as tarefas da revolução democrático-burguesa, que o regime burguês é incompetente para desenvolver e realizar.²⁵

Para além das fronteiras do Peru, Mariátegui inclui toda a América Latina na sua análise. A revolução latino-americana só pode ser uma revolução socialista que inclua objetivos agrários e anti-imperialistas. Em um continente dominado por impérios não há lugar para um capitalismo independente; a burguesia local chegou tarde demais à cena histórica²⁶.

Em certos escritos sobre o Peru, Mariátegui parece sugerir que a via socialista é facilitada, particularmente no campo, graças à sobrevivência de vestígios

²² Mariátegui, prefácio a L. E. Valcárcel, *Tempestad en los Andes*, 1927. Lima, Universo, 1975.

²³ Mariátegui, *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana* (1928), Santiago de Chile, Editorial Universitaria, 1955, p. 29.

²⁴ “Carta colectiva del grupo de Lima”, em *El proletariado y su organización*. Cidade do México, Grijalbo, 1970, p. 11.

²⁵ Mariátegui, “Principios programáticos del Partido Socialista”, em *Obra política*, *ibid.*, p. 270.

²⁶ Ver a seleção nesta antologia.

de um “comunismo inca”. Essa ideia é um dos eixos de sua comunicação sobre a questão indígena enviada à I Conferência Comunista Latino-Americana. Podemos aqui traçar analogias, não com ideias populistas, mas com os escritos de Marx e Engels sobre o *mir* russo e o seu papel na transição da Rússia czarista para o socialismo. Sem dúvida podemos falar também de um romantismo anticapitalista em Mariátegui, de uma crítica da civilização burguesa inspirada pela nostalgia das comunidades pré-capitalistas do passado, como em Sorel – e também em Lukács e Gramsci no momento de sua adesão ao marxismo. Mas sua visão idílica do passado é limitada pela sua problemática materialista histórica, como o demonstra a seguinte passagem do programa do Partido Socialista:

O socialismo encontra os elementos de uma solução socialista para a questão agrária tanto na existência contínua de comunidades rurais como nos grandes empreendimentos agrícolas. [...] Mas isso [...] não significa, absolutamente, uma tendência romântica e a-histórica para a reconstrução ou ressurreição do socialismo inca, que correspondia a condições históricas que foram completamente superadas e cuja única herança são os hábitos de cooperação e de socialismo entre os camponeses indígenas, que podem ser úteis no contexto de uma técnica produtiva claramente científica.²⁷

Juntamente com quadros e pensadores que eram autenticamente revolucionários e internacionalistas mas também, como Mella e Mariátegui, capazes de pensamento independente, o comunismo latino-americano começou a ver o desenvolvimento de outro tipo de líder no fim da década de 1920. Esses dirigentes estavam ligados muito mais diretamente a um ponto de vista político e intelectual do aparelho do Comintern de Stalin, cujas variações seguiram com uma fidelidade exemplar. O primeiro e um dos mais talentosos desse grupo foi Vittorio Codovilla (1894-1970), secretário-geral do PC argentino. Nascido na Itália, Codovilla chegou à Argentina em 1912 e, pouco depois, filiou-se ao Partido Socialista. Em 1918, foi um dos fundadores do Partido Socialista Internacional, que logo se transformou no Partido Comunista Argentino, seção da III Internacional. Em fins de 1924, Codovilla participou de uma reunião do Comitê Executivo Ampliado da Internacional Comunista como representante do PC argentino. Foi rapidamente integrado ao aparelho do Comintern e, em 1926, participou na adoção de uma resolução do Comitê Central do PC argentino que condenava o trotskismo e solidarizava-se com a liderança do Partido Comunista da União Soviética.

Em 1929, Codovilla participou da primeira Conferência Comunista Latino-Americana em Buenos Aires. Isso foi no início do chamado Terceiro Período do Comintern (1929), caracterizado por uma estratégia política “ofensiva” e a

²⁷ Mariátegui, *Obra política*, *ibid.*, p. 270.

rejeição de quaisquer acordos com a social-democracia (batizada “social-fascismo” por Stalin). Codovilla apresentou um relatório, “A situação internacional, a América Latina e o risco de guerra”, em nome do Secretariado Sul-Americano da Internacional Comunista. Esse relatório foi significativo. Ecoando fielmente, por um lado, a doutrina stalinista do “social-fascismo”, Codovilla elabora o conceito de “nacional-fascismo”, que aplica a vários governos latino-americanos, inclusive o do México (o PC mexicano adotou esse termo no início da década de 1930 para criticar Lázaro Cárdenas). Por outro lado, em meio de uma virada rumo à ofensiva revolucionária, enfatiza que “o caráter da revolução na América Latina é o de uma revolução democrático-burguesa”. Em outras palavras, Codovilla compreende perfeitamente que a revolução por etapas deve ser o fundamento inabalável da estratégia do Comintern para a América Latina, independentemente das variações táticas para a direita ou para a esquerda²⁸.

Enquanto certos partidos, como o PC argentino, seguiam a orientação do Terceiro Período do Comintern em toda a sua rígida e estéril ortodoxia (a luta contra o “nacional-fascismo” etc.), outros receberam esse rumo esquerdista como um estímulo para as suas próprias inclinações revolucionárias autônomas. Esse foi o caso do Partido Comunista de El Salvador – fundado em 1930 por quadros sindicalistas e um ex-estudante, Agustín Farabundo Martí (1893-1932) – que, em 1932, organizou a primeira – e única – insurreição de massa na história da América Latina a ser liderada por um partido comunista.

A situação social em El Salvador, então sob a ditadura militar do general Martínez, é resumida perfeitamente nestas sentenças de um relatório do major americano A. R. Harris, adido militar para a América Latina, durante uma viagem a El Salvador:

Trinta ou 40 famílias possuem quase tudo no país. Vivem num esplendor quase régio, com muitos criados. [...] O resto da população não tem praticamente nada. [...] Imagino que a situação de El Salvador hoje é bem parecida com a da França antes da sua revolução, da Rússia antes da sua revolução e do México antes da sua revolução. A situação está madura para o comunismo e os comunistas parecem ter descoberto isso²⁹.

Ao enfrentar a repressão governamental contra a propaganda do partido e a imprensa comunista, Farabundo Martí (que lutara em 1929 com os guerrilheiros de Sandino) declarou: “Quando não se pode escrever com a pena, é

²⁸ Cf. *El movimiento revolucionario latinoamericano, versiones de la Primera Conferencia Comunista Latinoamericana*, junho de 1929. Buenos Aires, Correspondencia Sudamericana, p. 19-27.

²⁹ Citado em Thomas P. Anderson, *Matanza: El Salvador's Communist Revolt of 1932*. Lincoln, University of Nebraska Press, 1971, p. 83.

preciso escrever com a espada”. O Partido Comunista, que liderou os primeiros sindicatos de operários e camponeses, decidiu preparar uma insurreição, baseando-se primeiramente no trabalho revolucionário nas fileiras do Exército, no qual se aguçara o conflito entre soldados camponeses (indígenas) e oficiais (brancos), filhos da oligarquia.

O governo, porém, informado dos preparativos comunistas, desencadeou uma onda de repressão preventiva, prendendo os principais líderes do PC salvadorenho – Farabundo Martí, Alfonso Luna, Mario Zapata e Miguel Mármol – e fuzilando soldados suspeitos de simpatias comunistas. Em resposta, uma insurreição camponesa inspirada e conduzida pelos comunistas irrompeu em janeiro de 1932, especialmente nas regiões das grandes plantações de café. Destacamentos vermelhos de camponeses indígenas, armados em sua maioria com machetes e alguns rifles, ocuparam vários povoados durante alguns dias e estabeleceram efêmeros “soviets locais”. Aparentemente, participaram do levante mais de 40 mil combatentes³⁰.

Qual era o programa político do movimento? Uma série de documentos e convocações à ação do Partido Comunista de El Salvador demonstra claramente que o objetivo era nada mais que uma revolução socialista – o poder para conselhos de operários, soldados e camponeses contra a ditadura militar, a dominação imperialista e a burguesia local.

Na verdade, a insurreição não tinha nenhuma coordenação político-militar centralizada. Como as redes vermelhas dentro do Exército já haviam sido destruídas, as insurreições locais puderam ser sufocadas uma a uma (com a ajuda da “guarda cívica” da oligarquia). O que então ocorreu passou para a história salvadorenha como *La Matanza*. Durante semanas, o Exército fuzilou, assassinou e abriu caminho a fogo por povoados camponeses, executando cerca de 20 mil homens, mulheres e crianças nas regiões vermelhas. Após um arremedo de julgamento, os dirigentes comunistas Farabundo Martí, Luna e Zapata foram executados. O único sobrevivente da liderança do partido foi Miguel Mármol, um líder operário dado como morto por um pelotão de fuzilamento.

Qual foi a relação do Comintern com esse episódio sem precedentes (e sem repetições!) na história dos partidos comunistas latino-americanos? De acordo com Mármol (em suas memórias de 1970), a Internacional não desempenhou nenhum papel; a liderança do PC salvadorenho tomou a sua decisão com independência completa³¹. A reação de representantes oficiais do movimento comunista após os eventos tendem a confirmar isso. Ao mesmo tempo que saudava “a luta heroica dos operários e camponeses de El Salvador”, o órgão do Partido Comunista dos Estados

³⁰ Ver os documentos da insurreição de 1932 nesta antologia.

³¹ Roque Dalton, “Miguel Mármol: El Salvador 1930-32”, *Pensamiento Crítico*, Havana, n. 48, janeiro de 1971, p. 70. De acordo com um historiador universitário da rebelião de 1932, Farabundo Martí tinha tendências trotskistas e suas relações com Moscou não eram boas. Cf. Anderson, *Matanza*, p. 68.

Unidos criticou “as tendências sectárias golpistas e esquerdistas” do PC salvadorenho³², e David Alfaro Siqueiros, líder do partido mexicano, assinalou que a revolta fora um erro, já que, sob quaisquer circunstâncias, os imperialistas norte-americanos teriam intervindo diretamente para impedir uma vitória vermelha³³. A autocrítica de Mármol, 40 anos depois, situa-se em uma problemática inteiramente diferente:

Nosso erros foram direitistas, não esquerdistas. Incluíram, por um lado, vacilação na aplicação de uma linha fundamentalmente correta, o que nos impediu de tirar vantagem de uma oportunidade adequada, da surpresa, da manutenção da iniciativa etc. Além disso, nosso erros incluíram uma grande desconsideração pelos meios materiais da insurreição: armas, transporte, medidas econômicas, comunicações etc.³⁴

Portanto, podemos concluir que a rebelião de 1932 constituiu um evento inteiramente singular na história do comunismo latino-americano, por seu caráter de levante armado de massas, seu programa abertamente socialista e sua autonomia face ao Comintern. O fato de esse episódio ter sido mais ou menos “esquecido” ou desconsiderado pelo movimento comunista oficial é, evidentemente, a consequência dessas peculiaridades, que progressivamente contradiziam a nova orientação dos partidos comunistas. Só foi redescoberto e reabilitado pelo guevarismo na década de 1970³⁵. Esta postura do comunismo oficial para com a revolução de 1932 pode ser ilustrada pelo livro de Graciela A. García (do PC guatemalteco). Embora dedicada às “lutas revolucionárias na América Central”, essa obra histórica publicada em 1971 menciona o levante salvadorenho apenas de passagem – em uma sentença –, como “os trágicos eventos de 1932, planejados pelo ditador Martínez para destruir o movimento sindicalista de uma vez por todas”³⁶.

A outra (e última) tentativa de insurreição com liderança comunista na América Latina foi a rebelião vermelha de 1935 no Brasil. Não obstante, o levante foi radicalmente diverso do de El Salvador, tanto em estilo como em substância. Em primeiro lugar, não foi realmente uma insurreição popular com base de massas, mas, essencialmente, uma rebelião militar fracassada. Em segundo lugar, o programa do movimento não era socialista, mas unicamente

³² Citado por Anderson, *ibid.*, p. 83.

³³ Roque Dalton, *op. cit.*, p. 72.

³⁴ *Ibid.*, p. 69.

³⁵ Roque Dalton era um brilhante escritor e poeta comunista salvadorenho exilado em Cuba, e a sua entrevista com Mármol foi publicada na revista cubana *Pensamiento Crítico*, em 1971. Alguns anos mais tarde, de volta a El Salvador, Dalton foi assassinado, por divergências políticas, pelos dirigentes de um grupo guerrilheiro com o qual colaborava – o Exército Revolucionário do Povo (ERP), fundado por Joaquim Vilalobos (hoje convertido à social-democracia).

³⁶ Graciela A. García, *Páginas de lucha revolucionaria em Centroamérica*. Cidade do México, Linterna, 1971, p. 101.

nacional-democrático. Em terceiro lugar, essa ação de 1935, ao contrário da de El Salvador, foi discutida, decidida e, em parte, planejada pelo Comintern.

Parece que em dezembro de 1934, em um encontro de partidos comunistas latino-americanos em Moscou, foi tomada a decisão de lançar no Brasil um movimento insurrecional liderado por uma frente anti-imperialista popular. Certo número de representantes do Comintern foi enviado ao Brasil para aconselhar o Partido Comunista, entre eles “Harry Berger” (o pseudônimo do líder comunista alemão e antigo deputado Artur Ewert) e Rodolfo Ghioldi do PC argentino³⁷. No VII Congresso do Comintern (julho de 1935), vários dos oradores tocaram na questão brasileira. O próprio Dimitrov falou abertamente da luta pelo poder e o delegado brasileiro deixou entendido que a insurreição estava sendo preparada³⁸.

O homem selecionado para liderar o movimento foi Luís Carlos Prestes (1898-1990), o lendário chefe da coluna de soldados e oficiais que percorreu, durante três anos (1925-27) o Brasil de norte a sul, de leste a oeste, conseguindo escapar a todas as tentativas das tropas governamentais de cercá-los. Exilado na Bolívia a partir de 1927, e depois na Argentina, Prestes descobriu o marxismo e, após um breve interlúdio pró-trotskista, se aproximou do PC brasileiro³⁹. Em 1931, aceitou um convite do Comintern para ir à URSS, onde se tornou comunista e integrou o Secretariado Latino-Americano do Comintern. Em 1935, retornou ao Brasil, assumiu a liderança do Partido Comunista e começou a organizar o levante armado.

Antes da volta de Prestes, os comunistas e a esquerda tenentista haviam criado a ANL (Aliança Nacional Libertadora) e elegeram o “Cavaleiro da Esperança” como presidente honorário. A ANL desenvolveu-se rapidamente e obteve considerável sucesso. Os líderes oficiais eram tenentistas de esquerda (antigos membros da Coluna Prestes), mas os verdadeiros organizadores foram quadros comunistas. Em maio de 1935, havia 1.600 seções da ANL. Seu oponente direto era o Partido Integralista, variante brasileira do fascismo, com o qual se enfrentou em combates de rua, especialmente em São Paulo. O programa da ANL era relativamente moderado: reformas nacionais e democráticas compatíveis

³⁷ Heinz Neumann, outro líder do Partido Comunista Alemão exilado em Moscou, que estava mais ou menos “em desgraça” em 1935, também foi sondado para essa perigosa missão por causa de sua experiência como organizador na insurreição de Cantão em 1927. Por fim, não foi enviado ao Brasil, e desapareceu pouco depois na União Soviética, vítima dos Processos de Moscou. Cf. Margarete Buber-Neumann, *La Révolution mondiale*. Paris, Casterman, 1971, cap. 20.

³⁸ Ver Hélio Silva, *1935, a revolta vermelha*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970, p. 117, 286-7.

³⁹ Em um artigo autobiográfico de 1973, Prestes reconheceu a influência que os trotskistas haviam tido na sua evolução e assinalou que o seu manifesto de julho de 1930 continha opiniões “tipicamente trotskistas”. Cf. Prestes, “Comment je suis venu au parti”, *Nouvelle Revue Internationale*, n. 174, 2/1973, p. 223. Sobre o trotskismo no Brasil nesta época, ver o excelente livro de José Castilho Marques Neto, *Solidão revolucionária: Mario Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*, São Paulo, Paz e Terra, 1993.

com a estratégia de uma frente popular. Foi o método de luta escolhido, a insurreição armada, que distinguiu a ANL de uma frente popular.

Em 5 de julho de 1935, Prestes, tendo retornado ao Brasil, fez um discurso memorável, no qual acusou Vargas e o governo de trair os ideais do movimento tenentista e os compromissos da Revolução de 1930, lançando o lema “Todo o poder para a ANL”. Vargas, imediatamente, colocou na ilegalidade a Aliança Nacional Libertadora, e os preparativos para o levante intensificaram-se. Em novembro de 1935, finalmente eclodiu uma rebelião militar no Nordeste; vários batalhões, conduzidos por oficiais sem patente, revoltaram-se nas cidades de Natal e de Recife. Conseguiram tomar o poder em Natal e instalar um Governo Popular Revolucionário no estado. Alguns dias depois, reforços governamentais do Sul sufocaram a rebelião. Isso ocorreu algumas semanas antes que outras tropas do Terceiro Regimento de Infantaria (sob o comando do capitão Agildo Barata) e a Escola de Aviação Militar se revoltassem no Rio. Outros regimentos que deviam rebelar-se não o fizeram, e o movimento foi esmagado no berço, depois de horas de feroz combate.

Aparentemente, os líderes do PC brasileiro contavam com o apoio da “burguesia progressista” (em particular, do governador do Rio de Janeiro). Na verdade, como Abguar Bastos, historiador simpatizante dos comunistas, reconheceu: “A burguesia progressista – industrial, comercial e intelectual – que se comprometera com o movimento não deu um único passo para juntar-se à revolução. [...] Após os levantes [...] toda a burguesia uniu-se a Vargas para acabar com o ‘comunismo’”⁴⁰.

Na verdade, o levante fora concebido como um movimento inteiramente militar. Não houve verdadeira mobilização e entrega de armas a setores operários e camponeses (exceto por alguns lugares no Nordeste). O fracasso foi seguido por uma enorme onda de repressão, com execuções, tortura em massa e o encarceramento de dezenas de milhares de prisioneiros políticos. O próprio Prestes foi detido e aprisionado por dez anos. Sua esposa, a comunista alemã Olga Benario, foi entregue à Gestapo. Artur Ewert enlouqueceu sob a tortura da polícia brasileira.

A ação de 1935 foi o produto de um período de transição. Seu programa era de frente popular, mas seu método de insurreição correspondia mais às tendências do Terceiro Período. O caráter quase que totalmente militar (e não popular) da rebelião resultava de dois fatores: a origem tenentista de Prestes e dos líderes da ANL, acostumados a conspirações e levantes militares, e, especialmente, a natureza do próprio programa da ANL, que não implicava formas de armamento popular: como a revolução era definida como nacional-democrática, supunha-se que teria a simpatia da ala nacionalista do Exército.

Nesse sentido, a rebelião brasileira de 1935 foi, simultaneamente, o último levante militar inspirado por um partido comunista latino-americano e o

⁴⁰ Abguar Bastos, *Prestes e a revolução social*. Rio de Janeiro, Calvino, 1946, p. 323.

primeiro passo rumo à política de aliança de classe que orientaria o movimento comunista durante a maior parte da sua história da década de 1930 em diante.

Após as mortes de Mella e Mariátegui, iniciou-se um processo de degradação do pensamento marxista na América Latina que duraria várias décadas. Uma das exceções, durante os anos 1930, foi o sociólogo argentino Aníbal Ponce (1889-1938). Discípulo e colaborador do célebre pensador positivista José Ingenieros, Ponce só se tornou marxista após 1928, quando declarou, em uma conferência memorável, que os ideais da Revolução Russa eram os ideais da Revolução de Maio – a revolução “jacobina” de maio de 1810, que proclamou a independência argentina ante o poder colonial espanhol – “na sua plena significação”. Simpatizante do Partido Comunista, presidiu a Conferência Latino-Americana Contra a Guerra Imperialista em Montevidéu, em 1933, mas não desempenhou nenhum papel significativo no movimento dos trabalhadores argentinos.

Aníbal Ponce foi o autor de várias obras de história e sociologia, das quais as mais conhecidas são *Educação e luta de classes* (1937) e *Humanismo burguês e humanismo proletário* (1935). Esses escritos, particularmente o segundo, revelam não apenas um conhecimento da cultura universal, mas também um domínio real do materialismo histórico. Por outro lado, as poucas obras de Ponce sobre a América Latina parecem distantes de qualquer problemática marxista. Sua biografia de Sarmiento, o grande escritor e dirigente argentino do século XIX, é bastante apologética e não analisa essa figura e o seu papel político em termos de classe⁴¹. Se comparamos Ponce com Mariátegui, temos de reconhecer que suas obras a respeito da América Latina são muito menos interessantes que as do autor dos *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana* e possuem um caráter essencialmente pré-marxista. Essa diferença, assim como o papel político marginal de Ponce, deve-se unicamente a causas psicológicas e individuais? Parece-me que se poderia buscar uma explicação também nas diferenças entre esses dois períodos do movimento operário latino-americano, a década de 1930 sendo bem menos favorável à unidade do universal e do particular ou da teoria e da prática.

Em 1936, o processo de stalinização dos partidos comunistas, que se desenvolvera de maneira desigual e contraditória desde o final da década de 1920, estava cristalizado e completo. Com stalinismo queremos designar a criação, em cada partido, de um aparelho dirigente – hierárquico, burocrático e autoritário

⁴¹ Domingo Faustino Sarmiento, autor do famoso romance *Facundo*, foi presidente da República argentina no período de 1868-74. Conforme Aníbal Ponce, “raramente um homem de Estado conheceu melhor as necessidades do seu povo”. Ver *Sarmiento, constructor de la Nueva Argentina*. Madri, Espasa-Calpe, 1932, p. 199. Mais fundamentada me parece a opinião do escritor cubano Roberto Fernández Retamar, para quem Sarmiento foi “o ideólogo implacável da burguesia argentina que estava tentando transportar os esquemas das burguesias metropolitanas, concretamente, da burguesia norte-americana, para o seu país. [...] Foi talvez o mais importante e mais ativo dos ideólogos burgueses no nosso continente durante o século XIX”. Ver Roberto Fernández Retamar, *Calibán, apuntes sobre la cultura de nuestra América*. Buenos Aires, La Pléyade, 1973, p. 98.

– intimamente ligado, do ponto de vista orgânico, político e ideológico, à liderança soviética e que seguia fielmente todas as mudanças de sua orientação internacional. O resultado desse processo foi a adoção da doutrina da revolução por etapas e do bloco de quatro classes (o proletariado, o campesinato, a pequena burguesia e a burguesia nacional) como fundamento da sua prática política, cujo objetivo era a concretização da etapa nacional-democrática (ou anti-imperialista ou antifeudal). Essa foi uma doutrina elaborada por Stalin e aplicada na China, e, mais tarde, generalizada para todos os chamados países coloniais ou semicoloniais (inclusive, é claro, a América Latina). Seu ponto de partida metodológico é uma interpretação economicista do marxismo, já encontrada em Plekhanov e nos mencheviques: em um país semifeudal e economicamente atrasado, as condições não estão “amadurecidas” para uma revolução socialista⁴².

Para evitar qualquer incompreensão, ressaltemos que, de um ponto de vista subjetivo, para a maioria de militantes e líderes comunistas, esses dois fenômenos são acompanhados por uma sincera convicção de que, primeiro, a URSS era a pátria do socialismo, cuja defesa era um imperativo primordial, e, segundo, que a revolução nacional-democrática abriria o caminho para o objetivo final do movimento dos trabalhadores – o socialismo.

Regis Debray escreveu, a respeito da relação entre o comunismo latino-americano e o Comintern:

A América Latina sempre seguiu muito cedo ou muito tarde. Cada mudança na situação mundial está defasada com mudanças na situação continental ou regional. Os partidos comunistas, seguindo as diretrizes do Comintern, encontram-se na contracorrente dos eventos regionais, enfrentando as suas tarefas específicas a contrapelo.⁴³

A meu ver, essa problemática não se situa apenas no âmbito latino-americano. A orientação do Comintern stalinizado também ia “contra a corrente” na Ásia e na Europa (Alemanha, 1929-33). Contudo, enquanto na Ásia (China, Vietnã), alguns partidos comunistas seguiam na prática uma orientação autônoma, sem romper com o Comintern, na América Latina (como na maioria dos países europeus), eles seguiam incondicionalmente a “linha geral” tal como definida pela liderança soviética, limitando-se a adaptá-la, muitas vezes de maneira pobre, às condições específicas dos seus países (adaptações que lhes permitem certa liberdade de manobra e explicam as diferenças, por vezes importantes, nas táticas dos partidos).

⁴² O termo “amadurecido” é expressão típica de uma concepção “naturalista” e antidialética do desenvolvimento econômico e social. Discuto esse tema em meu livro *Método dialético e teoria política*, São Paulo, Paz e Terra, 1978 (tradução de Reginaldo di Piero).

⁴³ Regis Debray, *La critique des armes*. Paris, Seuil, 1974, v. 1, p. 42-3.

A primeira manifestação desse novo período, caracterizado pela hegemonia do “fenômeno Stalin” no marxismo latino-americano, é a frente popular.

A mudança de âmbito mundial rumo à frente popular, isto é, rumo a uma aliança antifascista de partidos comunistas, socialistas e democrático-burgueses, foi sancionada oficialmente pelo VII Congresso do Comintern em 1935. Depois disso, cada partido comunista latino-americano tentou aplicar a nova orientação, buscando aliados para uma frente popular local. Na maioria dos países do continente, na ausência de partidos social-democratas, as alianças foram feitas diretamente com forças burguesas consideradas liberais ou nacionalistas, ou, simplesmente, não fascistas. No Peru, o PC, rejeitado pela APRA, uniu-se à Frente Democrática, que apoiava a candidatura de Manuel Prado, um representante da oligarquia liberal tradicional⁴⁴. Na Colômbia, o PC apoiou o Partido Liberal – um apoio que assumiria um caráter progressivamente incondicional (conforme a história oficial do partido publicada em 1960). Em 1938, o PC colombiano chegou mesmo a romper com a esquerda do Partido Liberal para apoiar Eduardo Santos, o chefe da direita liberal⁴⁵. De maneira similar, o PC mexicano rompeu com o general Mújica, líder da esquerda do Partido da Revolução Mexicana (o partido governante), em 1939, para apoiar a ala moderada, representada por Ávila Camacho⁴⁶. Em Cuba, o PC, não conseguindo encontrar aliados social-democratas, liberais ou democratas, finalmente apoiou Fulgêncio Batista em janeiro de 1939, pela simples razão de que tinha uma linha de “colaboração eficaz entre Cuba e os Estados Unidos contra a ameaça fascista”⁴⁷.

O único país em que foi possível constituir uma frente popular com certas similaridades com o modelo europeu foi o Chile. Ali, o PC e o PS uniram-se sob a hegemonia do Partido Radical, representado por Aguirre Acerda, que foi eleito presidente em 1938⁴⁸. Para o PC chileno, o objetivo da Frente Popular foi a concretização da etapa nacional-democrática por meio de um desenvolvimento progressivo do capitalismo chileno⁴⁹. A posição do Partido Socialista era mais complexa. Fundado em 1933 por uma fusão de vários partidos e grupos socialistas pequenos, e fortalecido em 1937 com a adesão da Esquerda Comunista (a facção trotskista expulsa do PC), o PS chileno não era um partido social-democrata, mas uma formação política

⁴⁴ Cf. Goldenberg, *Kommunismus in Lateinamerika*, p. 94.

⁴⁵ Cf. *Treinta años de lucha del Partido Comunista de Colombia*, 1960. Medellín, La Pulga, 1973, p. 40, 47-48.

⁴⁶ Ver carta aberta de Mújica em 14 de julho de 1939, em Adolfo Gilly, *La Revolución interrumpida*, Cidade do México, El Caballito, 1972, p. 389.

⁴⁷ Blas Roca, *La unidad vencerá el fascismo*, Havana, Sociales, 1939, p. 12.

⁴⁸ Na convenção da Frente Popular em 1938, o Partido Comunista desempenhou um papel decisivo na seleção de Aguirre Cerda, o líder da ala direita do Partido Radical, em detrimento do socialista Marmaduque Grove como candidato à presidência.

⁴⁹ Cf. “A Program of Action for the Victory of the Chilean People’s Front”, *The Communist*, v. 20, n. 5, maio de 1941.

singular, que declarava adesão ao marxismo em seu programa e reivindicava uma “ditadura do proletariado” e uma “República Socialista da América Latina”. Não obstante, seu principal líder na década de 1930, o comodoro Marmaduque Grove, um dos líderes de uma República Socialista efêmera, de 12 dias, estabelecida por um levante militar em 1932, era politicamente eclético, mais próximo do nacionalismo socialista do que do marxismo. O PS resistiu durante algum tempo à conclamação por uma frente popular, observando que ela transformaria os partidos dos trabalhadores em instrumentos do radicalismo democrático burguês, já que não podiam adotar um programa socialista que amedrontasse seus aliados capitalistas. Ainda assim, no seu IV Congresso, em 1937, o PS decidiu unir-se à Frente Popular, que já estava sendo criada pelo PC e pelo Partido Radical. Ao tornar-se rapidamente um partido de massa, o PS foi e continuaria a ser extremamente heterogêneo, tanto política como ideologicamente, e a unir as mais diversas correntes, do trotskismo à social-democracia clássica, em uma federação flexível e pouco integrada⁵⁰.

A Frente Popular Chilena perdurou, em uma variedade de formas, até 1947, quando foi substituída por uma aliança entre os radicais e uma ala do PS, que durou até 1952. Durante esses 14 anos, o Partido Radical aliou-se por vezes aos comunistas contra os socialistas e por vezes com os socialistas (ou uma de suas correntes) contra os comunistas. Por exemplo, em 1946, o presidente radical, Duhalde, atacou o PC com o apoio da ala direita socialista. Em 1947, o novo presidente radical, González Videla, atacou o PS com o apoio do PC (que estava participando do governo), mas, com o início da Guerra Fria em 1948, inverteu alianças e colocou na ilegalidade o PC (com o apoio da direita socialista). Em 1952, quando o PC e uma ala do PS finalmente se uniram para criar uma frente unida, o movimento dos trabalhadores estava tão desmoralizado que o seu candidato comum, Salvador Allende, obteve apenas 6% dos votos.

Podemos resumir o papel histórico da Frente Popular comparando as seguintes análises. De acordo com um historiador acadêmico norte-americano, “A vitória da Frente Popular impediu uma revolução e ensinou as massas a usar o voto em vez da espada”⁵¹. Um comunista chileno afirmou: “O triunfo da Frente Popular em 1938 e da Aliança Democrática em 1946 demonstrou precisamente que a classe trabalhadora e o povo chileno podiam conquistar o governo de outra maneira que não pela insurreição”⁵². Por fim, Oscar Waiss, um socialista de esquerda chileno (com um histórico trotskista) afirmou:

⁵⁰ O Partido Socialista chileno foi muito influenciado pelo titoísmo após 1948 e, até certo ponto, pelo castrismo após 1960. Sobre a década de 1930, ver Julio César Jobet, *El Partido Socialista de Chile*, 3. ed., Santiago, Prensa Latino-Americana, 1971, v. 1.

⁵¹ John Reese Stevenson, *The Chilean Popular Front*. Nova York, Greenwood Press, 1942, p. 136.

⁵² Galo González, “X Congreso del P.C. de Chile, abril 1956”, em Luis Corvalán, *Chile, les communistes dans le marche au socialisme*. Paris, Sociales, 1972, p. 36.

A Frente Popular foi um erro político gigantesco que reabilitou um Partido Radical em decomposição e roubou a iniciativa revolucionária às massas. A Frente Popular foi um ato de mistificação social [...] que nunca tentou modificar a estrutura de propriedade de terras ou recuperar a posse de nossa riqueza fundamental.⁵³

Se a frente popular na América Latina teve no início um programa anti-imperialista (1935-36), esse aspecto tendeu a desaparecer à medida que se esboçava um acordo entre os EUA e a URSS contra a Alemanha nazista. Em geral, a política dos partidos comunistas para com os Estados Unidos durante as décadas de 1930 e 1940 seguiu bem de perto mudanças da política exterior soviética. O exemplo mais notável é o PC argentino, que sempre fora o mais fiel à URSS. Algumas declarações de P. González Alberdi, um conhecido líder do PC argentino, a respeito dos Estados Unidos de Franklin Delano Roosevelt ilustram essas mudanças de posições em função do alinhamento com as visões soviéticas. Em 1933, durante o Terceiro Período, ele escreveu: “Em Cuba, o formidável movimento revolucionário das massas antilhanas mostrou que Roosevelt é tão imperialista quanto Hoover” (*Informaciones*, outubro de 1933). Em 1938, quando a URSS aliou-se às potências ocidentais, Gonzalez Alberdi escreveu que

as tentativas ítalo-nazistas de promover o anti-imperialismo contra os ianques fracassaram. As nações do continente compreenderam que a colaboração estreita com Roosevelt, que não pode ser considerado um representante das forças imperialistas do norte, não diminui a autonomia de cada país nem afeta a sua dignidade individual (*Orientación*, 15 de dezembro de 1938).

Finalmente, em 1940, depois do pacto Molotov-Ribbentrop: “Em nome da luta contra o nazismo, o imperialismo ianque conspira contra as liberdades públicas das nações americanas” (*La Hora*, 14 de julho de 1940)⁵⁴.

Enquanto o pacto germano-soviético esteve em vigor, Ernesto Giudici, um líder do PC argentino, publicou um livro interessante que incluía, por um lado, um ataque radical (e justificado) contra o imperialismo anglo-americano e a sua dominação da Argentina, e, por outro lado, uma análise bastante surpreendente do fenômeno fascista:

⁵³ Oscar Waiss, *Nacionalismo y socialismo em América Latina*, 1954. Buenos Aires, Iguazú, 1961, p. 139.

⁵⁴ Paulino González Alberdi foi um dos principais líderes do PC argentino a partir da década de 1920. As citações foram tiradas de J. Abelardo Ramos, *Historia del stalinismo en la Argentina*. Buenos Aires, Del Mar Dulce, 1969, p. 176.

Devemos compreender que as aspirações das massas muitas vezes encontram-se por trás dessa ideologia fascista. E, como elas vêm do povo, pouco importa se a sua forma ideológica é fascista ou não. A retificação política necessária pode ocorrer no próprio movimento de massa – que se desenvolveu com pouca consideração pela ideologia reacionária que alguns lhe atribuem.⁵⁵

Após junho de 1941 (e a invasão da URSS por Hitler), desenvolveu-se a análise oposta na Argentina e em outras partes do continente. No contexto da aliança antifascista entre os Estados Unidos e a URSS, qualquer propaganda contra o imperialismo norte-americano era duramente criticada e estigmatizada pelos partidos comunistas como uma manobra a serviço do fascismo⁵⁶.

Durante 1944 e 1945, desenvolveu-se na América (de norte a sul) um fenômeno conhecido como browderismo. Na euforia ocasionada pelos acordos de Teerã, Earl Browder, o líder do Partido Comunista dos Estados Unidos, declarou o início de uma era de amizade e colaboração íntima entre o campo socialista e os Estados Unidos, que estava destinada a continuar mesmo depois da guerra. Browder extraiu conclusões “excessivas” dessa perspectiva histórica e converteu o Partido Comunista dos EUA em uma vaga “associação política”. Essa prática foi condenada como liquidacionista pelo movimento comunista internacional em um discurso de Jacques Duclos (líder do PC francês) em abril de 1945. Os partidos comunistas latino-americanos, porém, também haviam sido varridos pelo browderismo. Por exemplo, no livro *Marchando para um mundo melhor*, publicado em 1944, Vittorio Codovilla escreveu o seguinte:

A cooperação internacional entre os países capitalistas mais importantes e entre esses países e a URSS, com o propósito de criar um mundo melhor, mostra que os Estados Unidos e a Inglaterra concordaram quanto a uma política econômica a ser seguida na América Latina que tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico, político e social de uma maneira progressiva. [...] Esse acordo devia basear-se na cooperação dessas duas grandes potências com os governos democráticos e progressistas da América Latina, para levar a cabo um programa comum que, ao mesmo tempo que cria um mercado para o seu capital que é dez ou 20 vezes maior do que no presente, contribuirá para o desenvolvimento independente desses países e lhes permitirá, em alguns anos, eliminar o atraso em que estiveram mergulhados por muitas décadas.⁵⁷

⁵⁵ Ernesto Giudici, *Imperialismo y liberación nacional*, 1940. Buenos Aires, Crónica, 1974, p. 3-4. Ver as seleções mais extensas nesta antologia.

⁵⁶ Por exemplo, ver a crítica do PC mexicano à “demagogia anti-imperialista dos trotskistas” em Blas Manrique, “El aplastamiento de los reptiles trotskistas: ésa debe ser una tarea de los anti-fascistas”, *La Voz de México*, 13 de maio de 1945.

⁵⁷ Citado por Ramos, *Historia*, p. 190-91. Na mesma veia, ver uma carta de Blas Roca a Earl

O browderismo também teve consequências para os partidos comunistas no âmbito político nacional. Em Cuba, por exemplo, depois de ter participado do governo do general Batista de 1943 a 1944⁵⁸, o Partido Socialista Popular (o novo nome do PC cubano) publicou um panfleto em 1945 intitulado “Colaboração entre patrões e trabalhadores”, para comemorar um importante encontro em Havana entre a associação dos empregadores industriais e os líderes (comunistas) da Confederação dos Trabalhadores Cubanos⁵⁹. No México, a principal confederação sindical (a CTN) e a principal associação patronal assinaram um acordo de unidade nacional em 1945, e *A voz do México*, o órgão do PC mexicano, celebrou o evento com uma manchete garrafal: “Pacto histórico trabalhadores-patrões: Base sólida para o desenvolvimento e o progresso do país”. É interessante observar que um dos pontos desse acordo declarava solenemente “rejeitar a teoria da autossuficiência econômica e atuar sobre a base da teoria da interdependência econômica e da cooperação financeira e técnica com outros países do continente para o nosso benefício comum, como parte de um programa internacional que considere as necessidades dos outros povos do mundo”. Conforme *A voz do México*, o acordo era “adequado”, impecavelmente formulado”, “patriótico” e refletia as novas condições no México e no mundo, que “exigem uma aliança dos trabalhadores e dos capitalistas”⁶⁰.

O artigo Duclos de 1945 e a remoção de Earl Browder da liderança do PC dos EUA inauguraram um período de autocritica e retificação, que levou ao abandono da perspectiva de convergência “harmoniosa” com os Estados Unidos e das medidas organizacionais que eram consideradas liquidacionistas. Contudo, esse novo período, que poderia ser chamado pós-browderismo, foi caracterizado pela continuação de uma orientação de “unidade nacional”. No

Browder, publicada pelo PC cubano em 1945: “Caro amigo, seu livro é um documento de valor inestimável para o povo latino-americano. [...] Até agora, sustentamos que é apenas por meio da nacionalização de todo investimento e propriedade estrangeiros, em violenta oposição aos interesses ingleses e norte-americanos, que poderíamos atingir o nível mais alto de desenvolvimento econômico. [...] A colaboração que os Estados Unidos, a Inglaterra e a URSS estabeleceram em Teerã abriu outra perspectiva. Ela nos abriu a perspectiva de obter esses resultados progressistas por meio da colaboração em um programa comum que você nos sugere [...] a colaboração com a Inglaterra e os Estados Unidos é um plano total para resolver harmoniosamente os nossos problemas econômicos mais agudos e urgentes” (Blas Roca, *Estados Unidos, Teherán y la América Latina, una carta a Earl Browder*. Havana, Sociales, 1945).

⁵⁸ Quando Batista renunciou em 1944, o PC cubano enviou-lhe uma carta declarando: “Desde 1940, nosso partido foi o defensor mais leal e coerente das suas medidas governamentais e o promotor mais enérgico da sua plataforma, inspirada pela democracia, justiça social e defesa da prosperidade nacional”. Blas Rocas, *Los socialistas y la realidad popular*. Havana, Del PSP, 1944.

⁵⁹ Blas Rocas e Lázaro Peña. *La colaboración entre obreros y patrones*. Havana, Sociales, 1945. Ver p. 21, onde Blas Rocas explica que “estamos no processo de proclamar uma forma de colaboração de classes”.

⁶⁰ *La Voz de México*, 12 de abril de 1945, p. 1 e 7.

México, por exemplo, em novembro de 1945 (bem depois da carta de Duclos), o jornal do PC mexicano desenvolveu o seguinte argumento:

O objetivo do desenvolvimento do capitalismo no México é um objetivo revolucionário, já que significa o desenvolvimento de uma economia nacional, a remoção das garras da águia que mantêm o país como uma semicolônia, a eliminação de vestígios semicoloniais, a concretização da reforma agrária e o desenvolvimento democrático e geral do país, graças a uma revolução agrária anti-imperialista.

De acordo com esse artigo, as medidas propostas pelo PC mexicano “são, como a reforma agrária, medidas burguesas que permitirão o desenvolvimento do capitalismo no México, a industrialização do país e a sua liberação da intervenção imperialista”⁶¹. O historiador soviético Anatol Shulgovsky, autor de uma obra sobre a história do México moderno, escreveu sobre esse período que a ideologia “marxista” do movimento dos trabalhadores mexicanos poderia ser comparada ao “marxismo legal” da Rússia czarista (P. Struve e outros), cujo tema central era que a classe trabalhadora devia apoiar o desenvolvimento industrial como uma precondição para a futura luta social. Não obstante, Shulgovsky apenas refere-se explicitamente à orientação dos “marxistas” em torno da liderança da CTM (Lombardo Toledano) e não menciona que o partido comunista tinha uma proposta bastante similar⁶².

Um dos episódios mais famosos do pós-browderismo foi a postura em relação ao peronismo adotada pelo PC argentino. Profundamente convencidos de que Perón e seus adeptos eram fascistas, os comunistas argentinos participaram da formação da União Democrática, uma ampla coalizão anti-Perón, cujas forças, segundo Vittorio Codovilla (em seu relatório à Conferência Nacional do PC em dezembro de 1945), incluíam:

1. Todos os partidos tradicionais.
2. A parte mais consciente e combativa do movimento operário e camponês.
3. A maioria da juventude operária e camponesa e a imensa maioria da juventude universitária, professores, profissionais e as classes médias.
4. A maioria dos industriais, comerciantes, fazendeiros, criadores de gado e financistas.
5. A maioria do exército e da marinha e uma seção da polícia uniformizada.

⁶¹ Carlos Sánchez Cárdenas, “La revolución mexicana y el desarrollo capitalista de México”, *La Voz de México*, 20 de novembro de 1945, p. 1.

⁶² Anatol Shulgovsky, *México en la encrucijada de sua historia*. Cidade do México, Fondo de Cultura Popular, 1969, p. 494.

Apesar disso, a União Democrática ainda possui um caráter excessivamente limitado, já que alguns setores progressistas do Partido Conservador não participam⁶³.

Sua participação nessa aliança, que também foi apoiada por Spruille Braden, embaixador dos Estados Unidos na Argentina – que não confiava no nacionalismo demagógico de Perón –, teve consequências de longo prazo para o PC. Ocorreu uma nítida divisão entre a maioria da classe trabalhadora argentina, que apoiava o peronismo, e os comunistas, que foram acusados por Perón de colaborar com os militares e com a porção mais conservadora dos proprietários de terra (“a oligarquia”).

Desenvolveu-se uma situação similar em outros países do continente, especialmente na Bolívia, onde o Partido da Esquerda Revolucionária (PIR, pró-soviético) uniu-se aos partidos tradicionais da oligarquia em 1946 para derrubar o governo do Movimento Nacional Revolucionário (MNR, populista), que considerava pró-fascista. A exceção mais notável foi o Brasil, onde o PC apoiou Getúlio Vargas em 1945 – entre outras razões porque ele participara da Segunda Guerra Mundial ao lado dos aliados, ao contrário de Perón e Villaroel, o presidente boliviano apoiado pelo MNR⁶⁴.

Embora a corrente stalinista fosse nitidamente hegemônica no seio da esquerda marxista, durante este período não deixaram de existir tendências críticas, reclamando-se de um outro tipo de comunismo. É o caso, em particular, da corrente inspirada pelas ideias de Leon Trotski.

A oposição de esquerda comunista e o trotskismo surgiram na América Latina no início da década de 1930. No Brasil, um brilhante grupo de intelectuais – Mario Pedrosa, Livio Xavier, Rodolpho Coutinho – funda a primeira organização trotskista na América Latina, o Grupo Comunista Lenine, que se transformaria pouco depois (1931) em Liga Comunista (Oposição), com a participação do poeta surrealista francês Benjamin Péret, que se encontrava nessa época no Brasil (e, mais tarde, da escritora Rachel de Queiroz). Em outubro de 1934 se constitui, por iniciativa dos trotskistas (Fúlvio Abramo, Mario Pedrosa, Livio Xavier) uma coalizão antifascista em São Paulo, na qual participam os comunistas do PCB – sob a direção de Hermínio Sachetta, que terminaria, alguns anos depois, por aderir à IV Internacional –, socialistas e sindicalistas, e que vai dispersar, pela força, uma grande manifestação integralista liderada por Plínio Salgado.

⁶³ Citado pelo jornal do PC mexicano, *La Voz de México*, 13 de janeiro de 1946.

⁶⁴ Não obstante, o PCB também teve uma orientação de “unidade nacional” pós-browderista. Por exemplo, em um livro publicado em 1945, Luís Carlos Prestes escreveu: “Por intermédio de suas organizações sindicais a classe operária pode ajudar o governo e os patrões a encontrar soluções práticas, rápidas e eficazes para os graves problemas econômicos de hoje” (Prestes, *União nacional para a democracia e o progresso*, Rio de Janeiro, Horizonte, 1945, p. 25). Sobre esse tema ver o notável ensaio de F. Weffort, “Origens do sindicato populista no Brasil”, *Estudos CEBRAP*, n. 4, abril-junho de 1973.

Em 1933, a Oposição de Esquerda Chilena, afiliada à Oposição de Esquerda Internacional (dirigida por Trotski), foi fundada por uma fração importante do PC chileno, dirigida por Manuel Hidalgo, Humberto Mendoza e Oscar Waiss, que abandonara o partido em 1931. Contudo, a maioria dos membros desse grupo uniu-se ao Partido Socialista em 1937, e o trotskismo tornou-se, então, uma das difusas tendências ideológicas do socialismo chileno. Foi, sobretudo, na Bolívia que a oposição trotskista realmente conseguiu implantar-se na classe operária. Fundado por J. Aguirre Gainsborg e Tristán Marof, o Partido Operário Revolucionário (POR), seção boliviana da IV Internacional, exerceu uma influência significativa no movimento operário depois da Segunda Guerra Mundial. Em 1946, um congresso da Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia (FSTMB), que se reuniu na cidade de Pulacayo, aprovou um conjunto de teses de inspiração nitidamente trotskista – redigidas por Guillermo Lora, um dos dirigentes do POR –, cujo eixo central era a estratégia de transformação da revolução democrático-burguesa em uma revolução socialista num processo ininterrupto, sob liderança proletária.

Essa concepção, a perspectiva de uma revolução “permanente” que combina tarefas democráticas, agrárias, nacionais e anticapitalistas, e a rejeição de uma aliança estratégica com a burguesia local, considerada incapaz de desempenhar um papel revolucionário significativo, diferenciavam radicalmente o trotskismo do comunismo pró-soviético, além, é claro, da sua independência em relação à URSS e sua crítica ao autoritarismo burocrático.

Por causa da sua visão de estratégia revolucionária, a corrente latino-americana inspirada pelas ideias de Trotski se considerava continuadora das ideias do comunismo latino-americano da década de 1920, especialmente das ideias de Mariátegui, a cuja herança política os trotskistas recorriam frequentemente⁶⁵.

Denunciados como “provocadores” e “agentes do fascismo” pelos partidos comunistas, empurrados por eles para as margens do movimento operário, e internamente divididos por lutas fratricidas, os trotskistas de muitos países ficaram reduzidos a seitas compostas essencialmente de intelectuais. Antes da Revolução Cubana, o trotskismo conseguiu implantar-se na classe operária e nos sindicatos, sobretudo na Bolívia e, em menor grau, na Argentina e no Chile, onde desempenharam papel político real. Foi esse o caso, em particular, para os militantes do POR, que tiveram uma participação decisiva na criação da Confederação Operária Boliviana (COB) durante a revolução boliviana de 1952-53. O primeiro programa da COB, publicado no final de 1952 e de inspiração nitidamente trotskista – provavelmente escrito por Hugo González Moscoso, um líder do POR –, assinala: “O proletariado realizará as tarefas que são historicamente da burguesia”⁶⁶. O POR

⁶⁵ Ver, por exemplo, E. Espinoza, “Aniversario de la muerte de Mariátegui”, *Clave tribuna marxista*. Cidade do México, n. 8-9, abril-maio de 1940.

⁶⁶ Liborio Justo, *Bolívia, la revolución derrotada*. Bolívia, Cochabamba, 1967, p. 156.

também inspirou ocupações de terras por camponeses em 1952-53, que forçaram o governo do MNR a decretar uma reforma agrária⁶⁷.

Entre 1948 e 1954, a chamada Guerra Fria irrompeu em escala internacional, tendo início com uma ofensiva imperialista generalizada contra a URSS, seguida por um endurecimento desta e do movimento comunista internacional. Após 1948, muitos partidos comunistas foram colocados na ilegalidade (por exemplo, no Brasil e no Chile) e a polícia reprimiu brutalmente sindicalistas comunistas – é o caso do assassinato de Jesús Menéndez, líder dos canavieiros cubanos. Governos eleitos com votos comunistas, ou apoiados por eles, em 1945-46, tais como os de Grau San Martín em Cuba, González Videla no Chile e Miguel Alemán no México, inspiraram-se na cena política americana e deram início à “caça às bruxas” e à repressão anticomunista.

Em resposta – e seguindo a nova orientação da URSS –, os PCs latino-americanos renovaram suas credenciais anti-imperialistas e, até certo ponto, reiniciaram a luta de classe contra as burguesias. Durante o período da Guerra Fria tem lugar uma nova virada “esquerdista” do comunismo pró-soviético na América Latina. Ao contrário de 1929-35, porém, nenhuma ação revolucionária de massa foi liderada pelos partidos comunistas e, mais importante, essa nova mudança não ameaçou em nada o fundamento essencial de sua estratégia para o continente: a interpretação stalinista do marxismo, a teoria da revolução por etapas e do bloco das quatro classes para a realização da revolução nacional-democrática.

Os eventos mais característicos desse período ocorreram, sem dúvida, na Guatemala, de 1951 a 1954, quando o Partido Guatemalteco do Trabalho (PGT, comunista) tornou-se uma das principais forças políticas do país durante a presidência de Jacobo Arbenz. Hegemônico nos sindicatos de operários e camponeses, o PGT defendia uma estratégia de revolução nacional-democrática, em aliança com os setores da burguesia e das Forças Armadas. Os estatutos do partido, aprovados no seu II Congresso, formulavam claramente: “O PGT não propõe lutar imediatamente pelo estabelecimento do socialismo na Guatemala. Ele orienta a sua luta imediata contra o atraso feudal e a opressão imperialista que atingem o nosso país”⁶⁸.

Os eventos que se seguiram são bem conhecidos. Depois que o governo Arbenz desapropriou certo número de propriedades da United Fruit Company, um exército de mercenários treinado pelos Estados Unidos invadiu a Guatemala em junho de 1954. As Forças Armadas do governo defenderam-se

⁶⁷ Sobre o papel do POR no campo, cf. R. W. Patch, “Bolivia”, em *Social Change in Latin America Today*. Nova York, Council on Foreign Relations, 1960, p. 121.

⁶⁸ Em Jaime Díaz Rizzoto, *La Révolution au Guatemala, 1944-54*. Paris, Sociales, 1971, p. 261. O relatório do secretário-geral José Manuel Fortuny ao II Congresso é ainda mais explícito: “Nós, comunistas, reconhecemos que, por causa destas condições especiais, o desenvolvimento da Guatemala deve seguir o caminho capitalista por algum tempo” (J. M. Fortuny, *Relatorio sobre la actividad del Comité Central al Segundo Congreso del Partido*, Cidade da Guatemala, 11 de dezembro de 1952).

com pouca convicção e o estado-maior finalmente abandonou Jacobo Arbenz e bandeou-se para o coronel Castillo Armas, líder das forças invasoras, graças à mediação de John Peurifoy, embaixador norte-americano na Guatemala. A não ser por algumas ações localizadas excepcionais, o movimento operário e camponês – assim como o PGT –, desarmado, foi incapaz de resistir⁶⁹. A vitória de Castillo Armas abriu o caminho para uma repressão sangrenta e em larga escala, verdadeiro terror branco, enquanto a United Fruit Company retomava as terras desapropriadas.

Como foi possível tal derrota? Em 1955, o PGT publicou um balanço autocrítico que reconhecia que o partido “não seguiu uma linha suficientemente independente em relação à burguesia nacional democrática”. Em particular, “o PGT contribuiu para semear ilusões no Exército e não desmascarou as verdadeiras posições e a atividade contrarrevolucionária do alto comando do Exército”⁷⁰. Entretanto, essa autocrítica não questiona o fundamento estratégico da orientação do PGT e sua concepção das etapas do desenvolvimento histórico, mas apenas os erros táticos cometidos na aplicação concreta dessa estratégia. Assim, o PGT, em 1955, reafirma a necessidade de formar um bloco com a burguesia nacional para uma revolução democrática e patriótica⁷¹.

Na maioria dos países do continente, os anos 1948-53 viram os comunistas enfrentando a repressão assassina da polícia e dos militares e reagindo com coragem e tenacidade. Também é inegável que ocorreu uma radicalização real em certos países durante a Guerra Fria: por exemplo, os comunistas viram-se à frente de grandes movimentos grevistas (Brasil, 1953-54) ou participaram de ações guerrilheiras de camponeses (Colômbia, 1949-55). Mas, para muitos partidos comunistas do continente, o “endurecimento” político não significou necessariamente qualquer atividade revolucionária concreta. O exemplo cubano é bastante significativo nesse aspecto.

Depois do golpe militar de Batista (1952), o PSP denunciou energicamente o caráter reacionário e pró-americano do golpe, mas o partido manteve seu estatuto legal e o seu diário, *Hoy*, continuou a sair, fato que possivelmente influenciou a sua política⁷². O PSP não conduziu ações violentas contra o regime

⁶⁹ Sabe-se que Che Guevara estava na Guatemala nesse período e que tentou, em vão, lutar contra a invasão pró-norte-americana. Conforme sua primeira mulher, Hilda Gadea: “Ernesto contou-me que propôs insistentemente à Aliança da Juventude [Comunista] ir para o *front* e lutar, e que muitos jovens, inspirados por ele, estavam prontos para partir. Uma ou duas vezes, ele apresentou a mesma proposta ao PGT, mas seus pedidos não foram levados em conta, com a resposta de que o Exército tinha tomado as medidas necessárias e o povo não devia se preocupar” (Hilda Gadea, *Che Guevara, años decisivos*. Cidade do México, Aguilar, 1972, p. 65). Sobre a polêmica entre Che e Fortuny, ambos exilados no México em 1955, ver p. 117 do mesmo livro.

⁷⁰ *La intervención norteamericana en Guatemala y el derrocamiento del régimen democrático*. Comisión Política del PGT, 1955, p. 31-32.

⁷¹ *Ibid.*, p. 42.

⁷² Cf. J. Arnault, *Cuba et le marxisme*. Paris, Sociales, 1963, p. 48.

de Batista e denunciou o ataque contra Moncada, de 26 de julho de 1953, como “uma tentativa golpista, uma forma desesperada de aventureirismo, típico dos círculos pequenos burgueses, sem princípios e envolvidos em gangsterismo”⁷³. Isso não impediu que Batista, a partir desse acontecimento, desencadeasse uma onda brutal de repressão anticomunista e colocasse na ilegalidade o PSP.

A preocupação do PSP, de não ser tomado por “aventureiro”, se manifesta novamente na revista do partido, *Fundamentos*, de junho de 1957 (seis meses após o desembarque em Cuba dos combatentes do Movimento 26 de Julho, sob a liderança de Fidel Castro): “É importante reafirmar [...] que hoje, assim como ontem, rejeitamos e condenamos, e continuaremos a rejeitar e a condenar, métodos terroristas e golpistas como ineficazes, prejudiciais e contrários aos interesses do povo”⁷⁴. A orientação proposta pelo partido nessa ocasião foi “a de uma mudança” pelo caminho pacífico, “sem violência nem sofrimento”, em função da qual o PSP estava “pronto, hoje, como ontem, e sempre, a fazer qualquer sacrifício e qualquer concessão honrosa, baseado, é claro, nos interesses supremos da classe trabalhadora, do povo e da pátria”⁷⁵. O objetivo dessa mudança era a deposição de Batista e a realização da revolução democrática e de libertação nacional, por meio de uma aliança entre o PSP e a burguesia progressista⁷⁶.

Durante o ano de 1958, o PSP finalmente integrou-se à luta do Movimento 26 de Julho contra a ditadura. Vários militantes e alguns líderes do partido – especialmente Carlos Rafael Rodríguez – foram para as montanhas participar da luta armada, contribuindo honrosamente para o triunfo da guerrilha em janeiro de 1959. O PSP, porém, continuou a ser uma influência moderadora no movimento revolucionário cubano, defendendo a tese de que este deveria permanecer nos limites da etapa nacional-democrática. Assim, Blas Roca, secretário-geral do PSP, em seu relatório à VIII Assembleia Nacional do partido em agosto de 1960, enfatizou:

A revolução cubana [...] é uma revolução que, pelas tarefas históricas que enfrenta e realiza, pode ser corretamente qualificada como uma revolução agrária, uma revolução de libertação nacional, uma revolução patriótica e democrática. [...] A burguesia nacional, que se beneficia da revolução e que recentemente obteve grandes benefícios por causa do crescente poder de compra do povo e do maior número de consumidores, apoia a revolução, mas assusta-se frequentemente com suas medidas radicais e com as ameaças, a intimidação e os ataques do imperialismo norte-americano. [...] Dentro de limites a serem estabelecidos, é ne-

⁷³ “Carta a los militantes”, Comitê Executivo do PSP, 30 de agosto de 1953. Citado por K. S. Karol, *Guerrillas in Power*. Nova York, Hill and Wang, 1970, p. 139.

⁷⁴ *Fundamentos*, n. 149, dezembro de 1956-junho de 1957, p. 9.

⁷⁵ *Ibid.*, p. 8.

⁷⁶ *Ibid.*, p. 3-6.

cessário garantir os lucros da empresa privada, o seu funcionamento e desenvolvimento normais. É necessário estimular o zelo e aumentar a produtividade entre os trabalhadores dessas empresas.⁷⁷

Podemos, portanto, concluir que o PSP esteve praticamente ausente tanto na preparação e na deflagração da luta armada contra Batista (1953-57) como na transição da Revolução Cubana para o socialismo (agosto-outubro de 1960). Isso não foi resultado das limitações específicas do PSP, mas consequência da orientação política fundamental do movimento comunista “oficial” do continente. Nesse sentido, a política do PSP de 1953 a 1960 ilustra a dificuldade, para os partidos comunistas, de desempenhar um papel revolucionário real, a despeito da abnegação dos seus membros.

A morte de Stalin (1953) e o XX Congresso do PCUS (1956) inaugurou uma nova época do comunismo latino-americano “pró-soviético”. A dissolução do Cominform (1956) não significou a abolição dos vínculos políticos e ideológicos entre os partidos comunistas e a liderança soviética. A orientação da URSS favorável à coexistência pacífica institucionalizada e sua virada rumo à moderação após o fim da Guerra Fria foram traduzidas pelos partidos comunistas latino-americanos como uma linha política de apoio a governos capitalistas considerados progressistas e/ou democráticos, como o de Juscelino Kubitschek, no Brasil, e o de Frondizi, na Argentina. O fundamento teórico para essa linha foi resumida em uma declaração de maio de 1958 do PC brasileiro, segundo o qual a contradição entre o proletariado e a burguesia

não exige uma solução radical na presente etapa. Nas presentes condições do país, o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo. [...] O proletariado e a burguesia se aliam em torno do objetivo comum de lutar por um desenvolvimento independente e progressista contra o imperialismo norte-americano.⁷⁸

A hegemonia do stalinismo no pensamento de esquerda latino-americano, da década de 1930 até a Revolução Cubana, não significa que não existiram contribuições científicas importantes ao pensamento marxista nesse período. Em vários países, dentro e fora dos partidos comunistas, pesquisadores comunistas questionaram as interpretações esquemáticas prevalentes sobre a natureza das formações socioeconômicas do continente, particularmente a

⁷⁷ Blas Roca, *Balance de la labor del partido desde la última asamblea nacional y el desarrollo de la revolución*. Havana, 1960, p. 42, 80, 87.

⁷⁸ *Declaração sobre a política do Partido Comunista do Brasil*. Rio de Janeiro, Comitê Central do PCB, março de 1958, p. 15, 18.

tendência a impor o modelo feudal europeu na análise das estruturas agrárias da América Latina.

O trabalho pioneiro de Caio Prado Jr., *História econômica do Brasil* (1945) rejeita este tipo de enfoque e propõe a seguinte análise:

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial [...] destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. [...] Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, mercantil, constituir-se-á a colônia brasileira.⁷⁹

Pouco depois, Sergio Bagú, em *A economia da sociedade colonial*, publicado em 1949, sugere uma hipótese análoga, utilizando explicitamente o conceito de capitalismo colonial:

A estrutura econômica que nasce na América do período que estudamos foi mais de um tipo capitalista colonial que feudal. [...] A metrópole cria a América Ibérica para integrá-la ao ciclo do capitalismo nascente, não para prolongar o ciclo feudal agonizante.⁸⁰

De maneira similar, no Chile, o historiador Marcelo Segall criticava os partidários do feudalismo latino-americano e insistia na importância da mineração, uma indústria tipicamente capitalista, no sistema colonial⁸¹. Podemos também mencionar a importante obra de certos autores trotskistas argentinos durante esse período, especialmente Nahuel Moreno e Milcíades Peña (embora o trabalho de Peña fosse publicado apenas posteriormente) sobre o aspecto capitalista da colonização espanhola e portuguesa e a sua combinação com relações sociais pré-capitalistas⁸². Nahuel Moreno insiste na articulação de diferentes estruturas produtivas:

⁷⁹ Caio Prado Jr., *História econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1957, p. 22-23.

⁸⁰ Sergio Bagú, *Economía de la sociedad colonial: ensayo de la historia comparada de América Latina*. Buenos Aires, El Ateneo, 1949, p. 39, 68. Devemos também mencionar os primeiros trabalhos de Silvio Zavala, *La encomienda indígena*. Madrid, 1935, e José Miranda, *La función económica de la encomienda en las orígenes del régimen colonial*. Cidade do México, 1947, sobre o regime espanhol de *encomienda*, mas eles permaneceram a meio caminho entre a concepção tradicional de feudalismo e a nova tese introduzida por Caio Prado Jr. e Sérgio Bagú.

⁸¹ Marcelo Segall, *Desarrollo del capitalismo en Chile*. Santiago, 1953.

⁸² Cf. Nahuel Moreno, "Cuatro tesis sobre la colonización española y portuguesa", *Estrategia*, Buenos Aires, n. 1, setembro de 1957, e Milcíades Peña, "Claves para entender la colonización española en la Argentina", *Fichas*, n. 10, 1966. Ver também George Novack, *Understanding History*. Nova York, Pathfinder Press, 1980, cap. 6, "Hybrid Formations".

Se é verdade que os propósitos da colonização capitalista eram capitalistas e não feudais, os colonizadores não estabeleceram um sistema capitalista de produção porque não havia nenhum exército de mão de obra livre no mercado da América. Assim, os colonizadores, para explorar a América de uma maneira capitalista, foram obrigados a recorrer a relações produtivas não capitalistas: a escravidão ou semiescravidão da população indígena.

Enquanto isso, os historiadores “oficiais” do movimento comunista continuaram a defender a teoria tradicional contra ventos e marés. Por exemplo, Hernán Ramírez Necochea, historiador do PC chileno, insistiu na tese de que a economia colonial chilena

possuía principalmente elementos diversos de um tipo estritamente feudal. [...] Tinha características *adquiridas pelo feudalismo europeu no fim da Idade Média*. [...] A produção e mesmo a mineração não eram atividades independentes, e as relações feudais de produção também predominaram lá⁸³.

Para os historiadores trotskistas, esse debate estava diretamente ligado à sua crítica da doutrina da etapa “antifeudal” da revolução latino-americana. Para outros autores, militantes ou simpatizantes dos partidos comunistas, o problema foi que suas descobertas históricas não foram levadas em consideração pelas lideranças dos seus partidos, na medida em que punham em questão, de forma implícita ou explícita, sua estratégia política. Em uma obra publicada em 1966, Caio Prado Jr. reclamava da impossibilidade de serem reconhecidos dentro de seu partido os resultados de sua pesquisa “herética”:

Não foi possível assim sobrepor a convicções tão profundamente implantadas o testemunho de fatos, por mais convincentes que fossem [...] pois os próprios fatos precisariam ser considerados unicamente através das lentes deformadoras daquelas falsas concepções. [...] Continuou-se e ainda se continua a falar, respeitando o velho esquema original traçado na base da experiência europeia, e sem maior indagação erigido em lei geral [...] de todas e quaisquer sociedades humanas, continuou-se a falar no Brasil daquela revolução democrático-burguesa destinada a eliminar os “restos feudais” supostamente presentes em nosso país.⁸⁴

⁸³ Hermán Ramírez Necochea, *Antecedentes económicos de la independencia de Chile*. Santiago, Universitaria, 1967, p. 50. (O grifo é do editor da obra original – N.O.)

⁸⁴ Caio Prado Jr., *A revolução brasileira* (1966). São Paulo, Brasiliense, 4. ed., 1972, p. 28.

Incidentalmente, esse testemunho mostra que não era a ignorância científica que estava na origem dos erros políticos, mas o inverso.

Ao contrário dos desenvolvimentos na história econômica, houve poucos trabalhos de sociologia marxista nesse período, isto é, que fossem voltados para questões do presente. Uma das raras exceções foi a obra de Silvio Frondizi (1907-74), um militante revolucionário e professor de sociologia, história e direito na Universidade de La Plata, cujos escritos filosóficos, socioeconômicos e políticos revelam um profundo conhecimento da cultura europeia e dos clássicos marxistas, assim como uma compreensão concreta da realidade latino-americana. O caráter mais diretamente engajado e político de seus escritos sobre a América Latina distingue a sua obra da dos historiadores econômicos. Em *A realidade argentina: um ensaio de interpretação sociológica*, Silvio Frondizi, auxiliado por uma equipe de jovens colaboradores que incluía Milcíades Peña, Marcos Kaplan, Ricardo Napuri e Marcelo Torrens, desenvolveu uma análise econômica, social e política da formação social argentina, tal como existiu após 1943; seu eixo central é uma tentativa de compreender o fenômeno peronista. Ao criticar a identificação do partido comunista entre peronismo e nazismo (em 1945), Frondizi analisa a natureza bonapartista do regime de Perón, seu papel como pseudoárbitro acima das classes sociais e a sua capacidade de neutralizar o movimento operário por meio do “controle estatal”. Também assinala que a derrota da experiência peronista não foi acidental, mas o resultado da incapacidade orgânica da burguesia argentina (como a dos outros países “semicoloniais” em geral) de realizar uma revolução democrática real. Esta tarefa histórica só pode ser realizada sob a liderança do proletariado, mas, nesse caso, “não se trata de concretizar a revolução democrático-burguesa como uma etapa contida em si, mas de concretizar as tarefas democrático-burguesas na marcha da revolução socialista”⁸⁵.

A audácia dessas ideias teóricas e políticas manteve Silvio Frondizi relativamente isolado durante a década de 1950, com pouca influência sobre o movimento operário organizado. Seu papel tornou-se mais importante nas décadas de 1960 e 1970, quando estabeleceu relações com as organizações revolucionárias armadas. Foi assassinado pela Aliança Anticomunista Argentina em 1974.

A Revolução Cubana obviamente constituiu uma mudança capital na história do marxismo latino-americano e na história da própria América Latina⁸⁶.

Após a destruição do Estado ditatorial de Batista e de seu aparelho repressor pelos guerrilheiros, conduzidos pelo jovem advogado Fidel Castro

⁸⁵ Silvio Frondizi, *La realidad argentina, ensayo de interpretación sociológica*, v. 2, *La revolución socialista*, Buenos Aires, Praxis, 1956, p. 234.

⁸⁶ Como a Revolução Cubana e os eventos na América Latina após 1959 são muito mais conhecidos do que os períodos anteriores, limitamo-nos aqui a situar esse período no contexto histórico da evolução do marxismo no continente.

(nascido em 1927), a revolução democrática cubana experimentou um processo de “transição” rumo ao socialismo, rompendo com o capitalismo em 1960-61. As medidas democráticas nacionalistas de 1959-60 – reforma agrária radical, desapropriação das refinarias de petróleo imperialistas etc. – logo encontraram a oposição e a crescente hostilidade não apenas do capital estrangeiro e da oligarquia financeira, mas da totalidade das classes dominantes da ilha. Em agosto de 1960, o regime de Castro desapropriou os principais setores do capital norte-americano em Cuba (telefonia, eletricidade, usinas de açúcar). Em seguida, enfrentando a sabotagem econômica e a suspensão da produção pela burguesia cubana, os revolucionários do Movimento 26 de Julho nacionalizaram fábricas abandonadas. Finalmente, seguiram-se a desapropriação de toda a grande burguesia e a abolição *de facto* do capitalismo em Cuba em outubro de 1960, assim como a criação de milícias de operários e camponeses, e a fundação de um novo Estado. A proclamação da natureza socialista da revolução por Fidel em maio de 1961 (após a derrota da invasão contrarrevolucionária na Playa Girón) foi apenas a sanção explícita e oficial de uma realidade existente.

A conclusão à qual os líderes e militantes esquerdistas da Movimento 26 de Julho chegaram é resumida por Fidel em dezembro de 1961:

Tivemos de fazer uma revolução anti-imperialista e socialista. Mas estas duas são uma só e a mesma, porque existe apenas uma revolução. Essa é a grande verdade dialética da humanidade: o imperialismo só tem diante de si o socialismo⁸⁷.

Alguns dos revolucionários cubanos tinham essa perspectiva desde o início de 1959, especialmente Guevara, que, desde abril de 1959, proclamara-se partidário do “desenvolvimento ininterrupto da revolução” até a destruição do sistema social existente e dos seus fundamentos econômicos⁸⁸. Para a maioria dos outros, a prática precedeu a teoria, e a sua descoberta do caminho marxista e socialista ocorreu no decorrer do próprio processo revolucionário: “É graças à revolução que conseguiremos um grande fundo de experiência. A revolução está nos revolucionando interiormente”⁸⁹.

O fato excepcional da Revolução Cubana é que toda uma equipe política de origem pequeno-burguesa, inspirada por uma ideologia jacobina e pelas

⁸⁷ Ver a seleção nesta antologia.

⁸⁸ Ernesto Guevara, “A New Old Che Guevara Interview”, 1959, em R. Bonachea e N. Valdes, (Orgs.), *Che: Selected Works of Ernesto Guevara*. Cambridge, MIT Press, 1969, p. 372.

⁸⁹ Fidel Castro, “Discours de la séance inaugurale du 9^e cycle de l’Université populaire”, 2 de dezembro de 1961, em *Trois discours sur la formation du Parti uni de la révolution socialiste cubaine*. Paris, Embaixada de Cuba na França, 1962, p. 55.

ideias de José Martí, passou para o campo do proletariado e tornou-se marxista em uma “metamorfose ideológica” coletiva verdadeiramente sem precedentes. Foi a determinação de realizar plena e incondicionalmente as transformações democráticas radicais que levaram Fidel e a esquerda do Movimento 26 de Julho a descobrir na revolução socialista o único caminho capaz de realizar essas tarefas históricas. Livre dos esquemas etapistas paralisantes do PSP, a liderança castrista não teve medo de tomar medidas anticapitalistas. Portanto, não foi por acaso que a primeira revolução socialista da América foi feita sob a liderança de revolucionários alheios ao molde ideológico do comunismo stalinista, com a sua concepção evolucionista do processo histórico e a sua interpretação economicista do marxismo⁹⁰. A posterior aproximação da direção cubana com o “socialismo real” de tipo soviético – sobretudo a partir da invasão da Tchecoslováquia em 1968 – não invalida esse fato histórico fundamental.

A Revolução Cubana subverteu claramente a problemática tradicional da corrente marxista até então hegemônica na América Latina. Por um lado, demonstrou que a luta armada podia ser uma maneira eficaz de destruir um poder ditatorial e pró-imperialista e abrir caminho para o socialismo. Por outro lado, demonstrou a possibilidade objetiva de uma revolução combinando tarefas democráticas e socialistas em um processo revolucionário *ininterrupto*. Essas lições, em nítida contradição com a orientação dos partidos comunistas, obviamente estimularam o surgimento de correntes marxistas inspiradas pelo exemplo cubano. A principal limitação da experiência cubana, que se tornou evidente a partir do final dos anos 1960, foi a estrutura autoritária do poder revolucionário, a ausência de pluralismo político, de liberdade de expressão e de formas de controle democrático da população sobre as instâncias políticas (salvo em nível local).

Um novo período revolucionário para o marxismo latino-americano, portanto, teve início após 1960 – um período que recuperou algumas das ideias vigorosas do “comunismo original” da década de 1920. Não houve nenhuma continuidade política e ideológica direta entre os dois períodos, mas os castristas redimiram Mariátegui e resgataram Mella e a revolução de 1932 em El Salvador do esquecimento histórico⁹¹.

O líder e pensador revolucionário que melhor simboliza e encarna esse novo período para o marxismo na América Latina é Ernesto “Che” Guevara (1928-67), não apenas por causa do seu papel histórico na Revolução Cubana, mas especialmente pela profunda influência de seus escritos e de sua atividade prática nas novas correntes revolucionárias do continente.

⁹⁰ Isso não quer dizer que os dirigentes cubanos formulassem uma crítica radical ao marxismo de tipo soviético ou propusessem uma ruptura com a herança stalinista.

⁹¹ Os escritos de Mella, fundador do PC cubano, foram publicados em Cuba apenas depois da revolução castrista. O PSP não publicava esses artigos desde a década de 1930.

Essa influência é exercida por meio de uma série de temas intimamente interligados que constitui o eixo central do marxismo de Che⁹². O primeiro é a importância de uma ética comunista no processo revolucionário e a rejeição de medidas econômicas de construção socialista que se baseiem “nas armas podres que nos deixou o capitalismo (a mercadoria como unidade, a rentabilidade, o interesse econômico individual como motivação etc.)”⁹³. A partir de 1963, Guevara começou a desenvolver uma atitude cada vez mais crítica ao modelo econômico, social e político do “socialismo real”, buscando um caminho socialista alternativo, mais democrático, mais igualitário e mais solidário.

O segundo é o caráter socialista da revolução na América Latina, que deve derrotar “ao mesmo tempo os imperialistas e os exploradores locais”⁹⁴. Em sua *Mensagem à Tricontinental* – que serviu como bandeira ideológica e programática para toda a esquerda revolucionária do continente – Che insistia: “As burguesias nacionais perderam totalmente a capacidade de resistir ao imperialismo – se algum dia a tiveram – e agora formam a sua retaguarda. Não há nenhuma alternativa: revolução socialista ou caricatura de revolução”⁹⁵.

No que diz respeito a Cuba, Guevara examina as premissas metodológicas para uma análise marxista da transformação da revolução democrática em socialista num importante ensaio de 1964. Ele ressalta a seguinte questão: como é possível a transição para o socialismo em um país semicolonial, subindustrializado? Não sem ironia, rejeita a posição etapista que responde, “como os teóricos da II Internacional”, que “Cuba rompeu todas as leis da dialética, do materialismo histórico, do marxismo”. Partindo de uma compreensão completamente diferente do marxismo e da dialética entre sujeito e objeto – ou entre economia e política – ele enfatiza que, em Cuba, as forças revolucionárias “estão pulando etapas” para “forçar a marcha dos eventos, mas no contexto do que é objetivamente possível”⁹⁶.

O terceiro tema de Guevara é a luta armada como principal forma de combate aos regimes ditatoriais predominantes na América Latina. Para ele, a guerrilha rural, vista como uma continuação por outros meios da luta política revolucionária, é a forma mais segura e realista de luta armada. Mas insiste: “Tentar deflagrar esse tipo de guerra sem o apoio da população é o prelúdio de desastre inevitável”. A luta só tem significado se os guerrilheiros “são apoiados pelas massas camponesas e operárias da região e de todo o território em que atuam”⁹⁷.

⁹² Cf. meu livro *O pensamento de Che Guevara*, Lisboa, Bertrand, 1973 (edição original em francês, Paris, Maspero, 1970).

⁹³ Ernesto Guevara, “El socialismo y el hombre en Cuba”, *Obras*, v. II, Havana, Casa de las Américas, 1970, p. 372.

⁹⁴ Ernesto Guevara, “Guerra de guerrillas, un método”, *op. cit.*, v. I, p. 177.

⁹⁵ Ver a seleção nesta antologia.

⁹⁶ Ernesto Guevara, “La planificación socialista, su significado”, *op. cit.*, v. II, p. 322.

⁹⁷ Ver a seleção nesta antologia.

Sob a influência da obra e do exemplo de Che, os discursos e escritos de Fidel Castro, os documentos programáticos da liderança cubana – a Primeira e a Segunda Declarações de Havana (1960 e 1962) – e, acima de tudo, o exemplo concreto da própria Revolução Cubana, uma nova corrente revolucionária nasceu na América Latina: o castrismo (ou guevarismo). Uma das características mais fundamentais da interpretação do marxismo dessa corrente é certo “voluntarismo revolucionário”, político e ético, em oposição a todo determinismo passivo e fatalista:

O dever de todo revolucionário é fazer a revolução. Sabemos que a revolução será vitoriosa na América e no mundo, mas é indigno de um revolucionário sentar-se na porta da sua casa e esperar que passe o cadáver do imperialismo.⁹⁸

As primeiras organizações castristas surgiram no início da década de 1960, seguindo divisões no movimento jovem de certos partidos populistas (APRA no Peru, Ação Democrática na Venezuela) ou dos partidos comunistas tradicionais. Durante um período inicial (1960-68), a maioria desses movimentos tomou o caminho da guerrilha rural, tentando recriar o sucesso do Movimento 26 de Julho cubano. Foram os guerrilheiros da FALN (Forças Armadas de Libertação Nacional, dirigidas por Douglas Bravo) e do MIR (Movimento da Esquerda Revolucionária, dirigido por Américo Martín) na Venezuela, as FAR (Forças Armadas Revolucionárias, lideradas por Turcios Lima) e o MR-13 (Movimento Revolucionário 13 de Novembro, liderado por Yon Sosa) na Guatemala, o MIR (liderado por Luis de la Puente Uceda) e o ELN (Exército de Libertação Nacional, dirigido por Hector Bejar) no Peru, a FSLN (Frente Sandinista de Libertação Nacional, dirigida por Carlos Fonseca) na Nicarágua, o Movimento 14 de Junho na República Dominicana e, finalmente, o ELN do próprio Guevara, na Bolívia.

Em 1967, o congresso da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS) reuniu-se em Havana, constituindo a expressão política mais elevada desse primeiro período do castrismo no continente. A significação histórica desse congresso encontra-se, em primeiro lugar, na sua tentativa de coordenação continental, pela primeira vez desde Bolívar, do processo revolucionário latino-americano, e, em segundo lugar, na inequívoca e franca proclamação da unidade do conteúdo democrático e socialista da revolução latino-americana: “A natureza da revolução é a luta pela independência nacional, a emancipação diante das oligarquias e o caminho socialista para o desenvolvimento econômico e social pleno”⁹⁹. A OLAS também tomou posição a favor da guerrilha como o método de luta mais eficaz na maioria dos países do continente.

⁹⁸ *Segunda Declaração de Havana*, 1962. Ver a seleção neste livro.

⁹⁹ Ver a seleção nesta antologia.

Por volta dessa época, surgiu o trabalho do jovem filósofo francês Régis Debray, que radicalizava algumas das ideias implícitas na corrente castrista da época. Seu livro *Revolução na Revolução?* (1966) teve um grande impacto e suas proposições principais, a prioridade do militar ante o político e o foco guerrilheiro como substituto do partido político, foram adotadas por um número importante de organizações castristas.

Por causa da orientação “militarista” e voluntarista, a maior parte desses movimentos guerrilheiros foi derrotada, tanto militar como politicamente. Após alguns sucessos conjunturais, os combatentes e seus líderes foram dizimados e os centros guerrilheiros desapareceram – como na Bolívia, no Peru e na Venezuela – ou foram isolados e marginalizados. Em geral, os guerrilheiros conseguiram estabelecer vínculos locais com setores do campesinato pobre, mas a ausência de um movimento de massa e de organização política em escala nacional limitou a extensão da luta armada.

Uma nova etapa no desenvolvimento do guevarismo – utilizamos esse termo para definir a nova forma da corrente guerrilheira depois da morte de Che Guevara –, caracterizada particularmente pelo desenvolvimento de movimentos guerrilheiros urbanos com considerável impacto político, teve início após 1968. Estes incluíam o Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros (liderado por Raúl Sendic) no Uruguai, o PRT-ERP (Partido Revolucionário dos Trabalhadores-Exército Revolucionário do Povo, liderado por Roberto Santucho) na Argentina, a ALN (Ação Libertadora Nacional, liderada por Carlos Marighella) e o MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro, liderado pelo capitão Carlos Lamarca) no Brasil, e o MIR (liderado por Miguel Enríquez) no Chile. Embora tivessem bases no campo, esses movimentos eram fundamentalmente urbanos. Encontraram apoio significativo em meios estudantis e intelectuais e, em menor grau, nas favelas e entre certos setores radicalizados da classe operária. A maioria foi destruída ou extremamente enfraquecida pela brutal repressão deflagrada pelos regimes militares durante a década de 1970. Alguns fizeram um balanço autocrítico do seu “militarismo” e da sua incapacidade de enraizar-se organicamente nas massas operárias e camponesas e tentaram reorientar a sua prática política.

Após 1974, a corrente guevarista organizou-se em uma Junta de Coordenação Revolucionária, cujos membros eram o PRT-ERP, o MIR chileno, os Tupamaros e o ELN boliviano. A junta entrou em crise profunda após 1977-78 por causa de divergências internas e do enfraquecimento dos grupos-membros.

Paralelamente ao crescimento de novas correntes revolucionárias, a Revolução Cubana estimulou o desenvolvimento da ciência social marxista. Pela primeira vez, o marxismo penetrou em larga escala nas universidades latino-americanas e enriqueceu o estudo da sociologia, da economia política,

da história e da ciência política. As ideias da ciência social norte-americana e os seus imitadores na América Latina, as teorias desenvolvimentistas da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina, das Nações Unidas), com a sua problemática dualista – sociedade moderna contra sociedade arcaica –, e as teorias congeladas da esquerda tradicional, geralmente de origem stalinista, foram questionadas e criticadas em uma série de obras de pesquisa teórica e empírica. Uma crítica de alguns dos temas dominantes comuns dessas teorias foi formulada de maneira concisa e polêmica em um célebre ensaio do sociólogo mexicano Rodolfo Stavenhagen, *Sete teses errôneas sobre a América Latina* (1965), em um artigo de Luis Vitale, *América Latina: feudal ou capitalista?* (1966), e, de maneira mais desenvolvida, por André Gunder Frank em *Capitalismo e subdesenvolvimento na América Latina* (1967). Um grande número de pesquisas marxistas importantes e inovadoras sobre temas fundamentais da realidade latino-americana surgiu desde o início da década de 1960: dependência e subdesenvolvimento, populismo, sindicatos e a sua ligação com o Estado, os movimentos operários e camponeses, a questão agrária, a marginalidade e outros. Embora por vezes defendendo teses contraditórias, não há dúvida de que essas obras – por exemplo, as de Manuel Aguilar, Arturo Anguiano, Octavio Rodríguez Araujo, José Aricó, Mario Arrubla, Roger Bartra, Fernando Henrique Cardoso, Carlos Blanco, Pablo Gonzáles Casanova, Osvaldo Fernandez Diaz, Bolívar Echeverría, Roberto Fernández Retamar, Florestan Fernandes, Marta Harnecker, Octavio Ianni, Marcos Kaplan, Ernesto Laclau, Rigoberto Lanz, Victor Leonardi, Héctor Malave Mata, Héctor Silva Michelena, José Álvaro Moisés, Gilberto Mathias, Fernando Novais, José Nun, Francisco de Oliveira, Juan Carlos Portantiero, Aníbal Quijano, Daniel Aarão Reis Filho, Eder Sader, Germán Sanchez, Enrique Semo, Roberto Schwarz, Edelberto Torres Rivas, Tomas Vasconi, Francisco Weffort (além dos autores que aparecem nesta antologia) – ofereceram uma contribuição rica e estimulante para a interpretação marxista da América Latina. O fato de alguns deles terem se afastado de seu passado marxista e aderido à ideologia neoliberal dominante não diminui o mérito de seus escritos anteriores...

É importante enfatizar que esta nova ciência social marxista não se limita ao meio acadêmico e desempenhou frequentemente um papel nos debates ideológicos e no seio da esquerda latino-americana. Por exemplo, para os autores da corrente mais radical da teoria da dependência, tais como Gunder Frank, Rui Mauro Marini, Aníbal Quijano e Luis Vitale, a pesquisa econômica e social era explicitamente ligada a uma estratégia política. Sua problemática comum situava-se nos seguintes eixos:

1. A rejeição da teoria do feudalismo latino-americano e a caracterização da estrutura colonial histórica e da estrutura agrária presente como essencialmente capitalistas.
2. A crítica do conceito de uma “burguesia nacional progressista” e da perspectiva de um possível desenvolvimento capitalista independente nos países latino-americanos.
3. Uma análise da derrota das experiências populistas como resultado da própria natureza das formações sociais latino-americanas, sua dependência estrutural e a natureza política e social das burguesias locais.
4. A descoberta da origem do atraso econômico não no feudalismo nem em obstáculos pré-capitalistas ao desenvolvimento econômico, mas no caráter do próprio desenvolvimento capitalista dependente.
5. Finalmente, a impossibilidade de um caminho “nacional-democrático” para o desenvolvimento social na América Latina e a necessidade de uma revolução socialista como única resposta realista e coerente ao subdesenvolvimento e à dependência.

Durante a década de 1960, Cuba também conheceu um florescimento da pesquisa sociológica, histórica e filosófica, testemunho da existência de um marxismo criativo e aberto, cuja mais notável expressão foi a revista *Pensamiento Crítico*, publicada sob a direção de Fernando Martínez Heredia. Por pressão soviética, esta revista, que publicava textos de Rosa Luxemburgo, Herbert Marcuse ou Ernest Mandel, além de trabalhos de marxistas cubanos que rejeitavam a linha dos manuais da URSS – Aurélio Alonso, German Sanchez, Jesus Diaz – foi fechada em 1971.

O guevarismo não foi a única corrente revolucionária que se desenvolveu na América Latina a partir de 1960. Em grau menor, o trotskismo e o maoísmo também conheceram um crescimento significativo.

A consolidação do trotskismo durante esse período ocorreu, entre outras razões, porque a Revolução Cubana foi vista por muitos setores da juventude radicalizada como uma confirmação de certas teses defendidas pelos partidários da IV Internacional, especialmente a teoria da revolução permanente como processo que conduz ao “transcrescimento” da revolução democrática em uma revolução socialista. O trotskismo também conseguiu crescer como resultado da crise do movimento comunista tradicional após a Revolução Cubana e por causa da polêmica castrista contra a política moderada dos partidos comunistas latino-americanos.

De 1961 a 1963, no Peru, um militante trotskista, Hugo Blanco, liderou um dos maiores movimentos camponeses de massa na história recente do continente – uma série de ocupações de terras por sindicatos camponeses no Vale

da Convención. Hugo Blanco também tentou organizar uma milícia camponesa para defender o movimento contra os proprietários de terras e a polícia, mas a repressão das Forças Armadas destruiu os sindicatos camponeses e os seus líderes foram presos¹⁰⁰.

A simpatia trotskista pela Revolução Cubana e a ausência de preconceitos antitrotskistas entre os guevaristas permitiu o estabelecimento de relações de colaboração entre as duas correntes em uma série de países, que, durante algum tempo, chegaram a certa simbiose política e/ou organizacional.

Assim, no Chile, os trotskistas (Luis Vitale e seus companheiros) participaram da fundação do MIR em 1965. A organização foi influenciada pelas suas ideias mesmo depois de sua saída, alguns anos depois, e os trotskistas consideraram durante um período o MIR o mais próximo das suas ideias dentre todos os grupos guevaristas.

Na Bolívia, o POR de González Moscoso e o ELN de Inti Peredo colaboraram intimamente de 1969 a 1971, chegando mesmo a fundir parcialmente as suas alas militares.

Por fim, em 1965, na Argentina, a fusão entre um grupo castrista e uma organização trotskista deu à luz o PRT (Partido Revolucionário dos Trabalhadores), que foi a seção argentina da IV Internacional de 1969 a 1973¹⁰¹.

Essa aliança trotskista-guevarista cristalizou-se no IX Congresso da IV Internacional (1969), que proclamou uma orientação em favor da luta armada e da integração das organizações trotskistas na corrente OLAS. Durante a década de 1970, porém, divergências estratégicas e táticas levaram a um afastamento das duas tendências, que, apesar disso, mantiveram relações fraternais na maioria dos países. O trotskismo desenvolveu-se nos anos 1970, especialmente no México, onde o PRT (a seção mexicana da IV Internacional) cresceu rapidamente (com importante influência em sindicatos camponeses independentes); também na Colômbia, no Brasil e no Peru, onde a FOCEP (Frente dos Operários, Camponeses e Estudantes do Peru), uma coalizão predominantemente trotskista, recebeu 12% dos votos nas eleições de junho de 1978 para a Assembleia Constituinte.

A relação entre o maoísmo e o guevarismo, ao contrário, foi, na maioria das vezes, de conflito. O maoísmo surgiu no continente como uma consequência da polêmica sino-soviética e como resultado de divisões nos partidos comunistas tradicionais. O primeiro grupo maoísta latino-americano foi o Partido Comunista

¹⁰⁰ Militantes da FIR (Frente de Esquerda Revolucionária), organização trotskista peruana da qual Hugo Blanco foi membro, iniciaram as primeiras “desapropriações de bancos” na América Latina, sob a liderança de Daniel Pereyra em 1961-62.

¹⁰¹ Em 1968, um grupo trotskista liderado por Nahuel Moreno deixou o PRT, opondo-se à perspectiva de engajamento na luta armada contra o regime militar argentino, e, posteriormente, formou o PST (Partido Socialista dos Trabalhadores). Quanto ao PRT, separou-se da IV Internacional Trotskista em 1973, assumindo uma orientação política e ideológica próxima à linha política do Partido Comunista Vietnamita.

do Brasil (PCdoB), produto de uma corrente dissidente que deixou o Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1962. O Partido Comunista do Brasil foi fundado por uma parte da antiga liderança do partido – Diógenes Arruda, João Amazonas, Pedro Pomar –, que, continuando a se reclamar de Stalin e descontente com o XX Congresso e a desestalinização, encontrou eco para suas preocupações na crítica chinesa a Kruchev. A orientação do PCdoB combinava um retorno à política de ofensiva do período da Guerra Fria (1949-53) e uma tentativa de aplicar a estratégia revolucionária do PC chinês. O partido maoísta brasileiro, seguindo o exemplo chinês, propunha um “bloco de quatro classes” e o estabelecimento de um governo revolucionário pela guerra popular (concebida como o “cerco das cidades pelo campo”), cuja tarefa seria realizar uma revolução anti-imperialista e antilatifundista. Os maoístas convergiam com os pró-soviéticos ao negar o caráter socialista da revolução na sua presente etapa e na insistência sobre a necessidade de uma aliança com a burguesia nacional; propunham, entretanto, a hegemonia do proletariado nessa aliança de classes e a necessidade da luta armada. Durante a década de 1960, o PCdoB recusou-se a tomar parte em ações armadas e criticou severamente as atividades dos guerrilheiros castristas (ALN, MR-8 etc.) como contraditórias a uma verdadeira guerra popular. Não obstante, em 1971-73, o partido organizou uma ação guerrilheira camponesa na Amazônia que foi dizimada pelo Exército brasileiro. Nessa época, o PCdoB foi reforçado pela adesão de uma grande parte da Ação Popular, uma organização com origem na esquerda cristã e que foi hegemônica no movimento estudantil brasileiro na década de 1960.

Organizações similares ao PCdoB surgiram em outros países: o PCML (Partido Comunista Marxista-Leninista) do Peru, o PCML da Bolívia, o PCML da Colômbia etc. Estes últimos distinguiram-se dos outros grupos por criar uma importante organização de guerrilha rural, o EPL (Exército Popular de Liberação), em 1967. Por outro lado, a recusa do PCML da Bolívia (liderado por Oscar Zamora) em apoiar os guerrilheiros de Che em 1967 foi um dos temas do confronto político entre o maoísmo e o guevarismo no continente. Durante a década de 1970, a nova política exterior chinesa – reaproximação com os Estados Unidos, uma postura ambígua diante de Pinochet – provocou uma profunda crise na corrente maoísta, e muitas das organizações, a começar pelo Partido Comunista do Brasil, se aproximaram da Albânia. Hoje, o maoísmo não existe como corrente na América Latina, salvo, talvez, a guerrilha do Sendero Luminoso no Peru, que parece, entretanto, mais inspirada por Pol Pot do que por Mao Tsé-Tung.

O desenvolvimento do castrismo/guevarismo, do trotskismo e do maoísmo na América Latina após 1960 representou um desafio para a hegemonia dos partidos comunistas tradicionais sobre o movimento operário.

Esses partidos reagiram de várias maneiras às organizações castristas. Alguns (Argentina, Brasil, Colômbia, Chile), desde o início, recusaram-se a

cooperar com as novas correntes, classificado-as como aventureiras pequeno-burguesas. Outros tentaram periodicamente colaborar com grupos guerrilheiros (Bolívia, Venezuela, Guatemala); em alguns casos, divergências profundas quanto ao papel da própria luta armada (como estratégia ou tática) provocaram uma divisão em que membros da juventude comunista (Inti Peredo, na Bolívia) juntaram-se às fileiras dos guerrilheiros guevaristas. Finalmente, alguns partidos, notavelmente o uruguaio (sob a liderança de Rodney Arismendi), participaram da OLAS e conseguiram estabelecer um *modus vivendi* e chegaram até mesmo a colaborar com a corrente guevarista (os Tupamaros).

O partido que experimentou a crise mais profunda depois da Revolução Cubana foi provavelmente o PC brasileiro¹⁰². Integrado ao regime populista do presidente João Goulart e confiante no setor “nacional-democrático” das Forças Armadas brasileiras, o PCB foi surpreendido pelo golpe militar de abril de 1964, que estabeleceu a ditadura que permaneceria no poder até 1985. Contudo, ao contrário do PGT guatemalteco, que emitiu após a queda de Arbenz em 1954 uma autocrítica acerca da sua insuficiente autonomia face à burguesia, o PCB, em uma resolução do Comitê Central, em maio de 1965, criticou a tendência “sectária e esquerdista” do partido durante 1962-64, uma tendência que teria “afastado da frente única importantes setores da burguesia nacional”¹⁰³. A derrota de 1964 e essa linha autocrítica – considerada direitista pela oposição – provocou uma crise interna no partido que se aguçou com o impacto da conferência da OLAS. Após 1967, muitos militantes e alguns dos principais líderes do PCB – incluindo Carlos Marighella, Joaquim Câmara Ferreira, Mario Alves, Apolonio de Carvalho e Jacob Gorender – deixaram o partido para fundar organizações de esquerda e engajar-se na luta armada.

Alguns partidos, como o PC chileno, por outro lado, não tiveram divisões importantes (exceto por alguns setores jovens que se juntaram ao MIR) e permaneceram impermeáveis à influência da Revolução Cubana. Graças à sua força organizacional e coerência ideológica, o PC chileno tornou-se a força hegemônica no que pode ser considerado a mais importante tentativa de buscar um caminho pacífico para o socialismo na América Latina, o governo da Unidade Popular no Chile.

Devemos enfatizar que, diante das hesitações do Partido Socialista, que era profundamente influenciado, nas bases, por tendências guevaristas e trotskistas,

¹⁰² O PC venezuelano passou por uma séria crise em 1969-70, que levou à saída de grande parte da sua liderança e de importantes setores da base, que formaram o MAS (Movimento Rumo ao Socialismo), liderado por Teodoro Petkoff. A principal causa da divisão não foi a luta armada, mas a questão das relações do partido com a URSS, que fora posta em questão com a invasão da Tchecoslováquia em 1968. No curso dos anos 1990, o MAS tomou uma orientação social-democrata e Petkoff passou a participar de governos neoliberais.

¹⁰³ Citado em Carlos Rossi, “Le PC brésilien”, *Révolution permanente en Amérique Latine*. Paris, Maspero, 1972, p. 15.

o Partido Comunista foi a tendência operária *mais moderada* do governo Allende. Convencido já há muitos anos de que o Chile não poderia tornar-se socialista sem passar por uma etapa “antioligárquica e anti-imperialista”¹⁰⁴, o Partido Comunista tentou por todos os meios assegurar um *modus vivendi* entre o governo da Unidade Popular e as forças burguesas consideradas progressistas pela limitação das nacionalizações¹⁰⁵, pelo diálogo com a Democracia Cristã e, especialmente, pela colaboração com as Forças Armadas, nas quais, de acordo com os líderes comunistas, “reina uma consciência profissional e respeito pelo governo constitucionalmente estabelecido”¹⁰⁶.

Em outras palavras: os trágicos eventos de setembro de 1973 não foram previstos pelo PC chileno e teria sido difícil para ele prevê-los, considerando a concepção que o partido tinha do aparelho estatal e da sua relação com as classes sociais.

Finalmente, algumas observações sobre as correntes socialistas na América Latina. Até há poucos anos, a social-democracia não havia se implantado com eficácia no continente. As principais exceções até a década de 1970 foram os partidos socialistas da Argentina e do Uruguai, que desempenharam papel significativo no movimento dos trabalhadores no começo do século, sob a liderança de E. Frugoni no Uruguai e de Juan B. Justo, Alfredo Palacios, Américo Ghioldi, Alicia Moreau de Justo e outros na Argentina. Mas a Revolução Cubana também teve impacto nesses partidos, provocando a radicalização de certos setores socialistas. Na década de 1960, várias divisões ocorreram no PS argentino, tanto para a direita (o Partido Socialista Democrático de Ghioldi e Nicolás Repetto) como para a esquerda (o Partido da Vanguarda Socialista de David Tieffenberg e outros); uma das tendências socialistas, liderada por Juan Coral, uniu-se em 1972 com o grupo La Verdad, de Nahuel Moreno, para formar o Partido dos Trabalhadores Socialistas, de orientação trotskista. Consequentemente, a corrente social-democrática argentina foi enfraquecida e marginalizada, quase desaparecendo como força política ou sindical importante. Um processo similar – mas em menor grau – ocorreu no Uruguai, onde as seções mais combativas do Partido Socialista criaram o movimento Tupamaro.

¹⁰⁴ Ver, por exemplo, o relatório do secretário-geral ao XIV Congresso do Partido, em novembro de 1969. Luis Corvalán, *Camino de victoria*. Santiago, setembro de 1971, p. 323.

¹⁰⁵ O famoso “Plano Millas”, proposto pelo ministro das Finanças, comunista, até mesmo previa a devolução aos donos de certas propriedades desapropriadas durante a “greve dos patrões” de outubro de 1972.

¹⁰⁶ Cf. Corvalán, *Camino de victoria*, p. 425-6. Em uma entrevista ao *L'Humanité* (o jornal do PC francês), Corvalán, secretário-geral do PC chileno, enfatizou: “Em círculos ultrarrevolucionários, afirma-se que um confronto com o Exército é inevitável e irrevogável. [...] Em última análise, considerar inevitável um confronto armado implica, e alguns estão sugerindo isso, a formação imediata de milícias operárias. Na presente situação, isso seria um sinal de falta de confiança no Exército. Mas o Exército não é impermeável aos novos ventos que estão soprando e penetrando em todos os cantos da América Latina” (*L'Humanité*, 7 de janeiro de 1971).

O Partido Socialista Chileno, ao contrário dos partidos da Argentina e do Uruguai, nunca tinha se afiliado à Internacional Socialista. Na verdade, esse partido não era um partido social-democrata típico, mesmo que incluísse correntes social-democratas. Sua simpatia pela revolução iugoslava e, posteriormente, pela Revolução Cubana, e a sua aliança política com os comunistas colocaram-no em contradição com a doutrina social-democrata tradicional. Isso também se aplicava ao caso do Partido Socialista Revolucionário do Equador. No curso dos anos 1980 e 1990, a social-democracia conheceu um desenvolvimento bastante espetacular na América Latina. O PS chileno se transformou, sob nova direção, em partido social-democrata, aliado da Democracia Cristã no governo de transição no Chile. Com exceção do caso chileno, a maioria dos partidos e movimentos que se denominam social-democratas e aderiram à Internacional Socialista no último período são partidos de estilo populista, que tem pouco a ver com o marxismo ou o movimento operário socialista: o APRA do Peru, o PDT brasileiro de Leonel Brizola, a Ação Democrática (AD) na Venezuela, o PLN da Costa Rica, o PNP jamaicano, o PRD da República Dominicana, entre outros.

Apesar da derrota da maioria dos movimentos guerrilheiros das décadas de 1960 e 1970, o novo período revolucionário do marxismo latino-americano, iniciado pela Revolução Cubana, não tinha se esgotado. A vitória da Revolução Nicaraguense e o desenvolvimento de frentes revolucionárias na América Central representaram nos anos 1980 o prosseguimento dessa dinâmica, que também se manifestou sob novas formas em todo o continente.

A Frente Sandinista de Libertação Nacional foi fundada em 1961, sob a influência de Cuba e do guevarismo. Contudo, o sandinismo não era uma simples cópia ou imitação do modelo cubano. Carlos Fonseca e seus amigos formularam sua própria teoria e orientação, correspondendo às tradições revolucionárias da Nicarágua. A lenda de Sandino – sua luta épica contra os U.S. Marines, o seu covarde assassinato pelos homens de Somoza em 1934 – foi uma herança transmitida de geração para geração. Representava uma oculta, reprimida, subterrânea, mas incrivelmente tenaz tradição dos oprimidos, que incluía as ideias de Sandino, o General dos Homens Livres: uma mistura explosiva de anti-imperialismo intransigente e rebelião social. Colocada fora da lei pelo Estado, essa cultura revolucionária popular fundiu-se com o marxismo para transformar-se no sandinismo. Ao interpretar Sandino em um contexto marxista e traduzir o marxismo para a linguagem da cultura sandinista, Carlos Fonseca e seus companheiros forjaram a ideologia revolucionária da FSLN.

Não foi por acaso que o antigo partido comunista da Nicarágua (o PSN – Partido Socialista Nicaraguense) permaneceu à margem do processo revolucionário, como em Cuba, criticando a Frente Sandinista como “ultraesquerdista”, “aventureira” e “influenciada pelo maoísmo e pelo trotskismo”.

Em certos aspectos, a Revolução Sandinista lembra a cubana: a derrota armada de uma ditadura impopular, a criação de um poder revolucionário baseado no armamento do povo, na reforma agrária, no confronto com o imperialismo. Contudo, certas características originais foram específicas da Nicarágua: um papel muito mais importante desempenhado pela população pobre e jovem das cidades, a importância menor da guerrilha rural ante as insurreições urbanas e a participação em massa de cristãos.

Ao contrário de Cuba, porém, onde a “transição” de revolução democrática para revolução socialista ocorreu bem rapidamente (em cerca de dois anos), na Nicarágua, dez anos após a vitória da insurreição em julho de 1979, ainda existia uma economia mista e muitos capitalistas ainda conservavam as suas propriedades. A violação da ordem burguesa foi, a princípio, *política*: a destruição do aparelho estatal das classes dominantes e o estabelecimento de um Estado revolucionário baseado no Exército Sandinista, nas milícias populares, sindicatos, Comitês de Defesa Sandinista e outros organismos. As mudanças econômicas ocorreram de maneira mais vagarosa e incompleta: a desapropriação das propriedades de Somoza e de seus seguidores e, mais tarde, uma reforma agrária bastante radical. Mas a maior parte da propriedade econômica permanecia em mãos privadas¹⁰⁷. Outra característica particular da Revolução Nicaraguense foi o estabelecimento pelo governo sandinista de um regime político baseado em direitos democráticos, pluralismo político e sindical, liberdade de imprensa e direito de associação. Eleições reconhecidas por observadores internacionais como livres e democráticas (as primeiras na história da Nicarágua!) foram realizadas em 1984 e resultaram em uma maioria de 67% para a FSLN na Assembleia Constituinte. Erros autoritários (especialmente no que diz respeito aos índios miskito) foram progressivamente corrigidos, embora continuasse a predominar um estilo vertical de liderança política.

A derrota dos sandinistas nas eleições de 1990 foi, acima de tudo, o resultado das terríveis consequências do bloqueio econômico norte-americano e da guerra contrarrevolucionária organizada pelos Estados Unidos contra o povo nicaraguense. Mas erros sandinistas também contribuíram para esse retrocesso: democracia interna insuficiente no partido sandinista, serviço militar compulsório, concessões excessivas ao setor privado etc.

A Revolução Nicaraguense teve um profundo impacto em todo o continente, mas especialmente na América Central. Em El Salvador, ajudou a inspirar o desenvolvimento de organizações populares e frentes guerrilheiras. Vindas de diversas origens – guevaristas, maoístas, cristãs de esquerda, comunistas dissidentes –, essas frentes transcendem o foquismo e a atividade puramente militar

¹⁰⁷ Para um exame detalhado dessas questões, ver o excelente estudo de Paul Le Blanc, *Permanent Revolution in Nicaragua*. Nova York, Fourth Internationalist Tendency, 1984.

graças a esforços intensos de organização popular (entre operários, camponeses, estudantes e população pobre urbana e rural). O movimento popular provocou a derrubada da ditadura militar do general Romero em 1979, e as organizações populares formaram a Coordenadora Revolucionária de Massas, mas as organizações guerrilheiras não conseguiram enfrentar a repressão militar que exterminou praticamente todos os dirigentes da CRM. A unidade foi estabelecida pouco depois, com a fundação da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) em 1980, que adotou a herança do comunismo salvadorenho inicial e da insurreição de 1932. A FMLN chegou a controlar um terço do território do país e conseguiu amplo apoio popular nas cidades e no campo. Sem ajuda militar e econômica maciça dos Estados Unidos, o poder do Exército salvadorenho e da oligarquia já teria sido vencido. Como na Nicarágua, muitos militantes revolucionários em El Salvador eram cristãos; durante muito tempo, a principal base dos guerrilheiros rurais foi a FECCAS, a Federação Cristã dos Camponeses Salvadorenhos, criada por jesuítas progressistas.

A vitória sandinista também encorajou os revolucionários da Guatemala, se bem que o movimento não fosse tão grande como o de El Salvador. As diversas frentes guerrilheiras guatemaltecas, unidas desde 1985 na URNG (União Revolucionária Nacional Guatemalteca), conseguiram implantar-se nas comunidades camponesas maias, ao contrário de seus predecessores na década de 1960. Cristãos radicais e suas comunidades de base também desempenharam papel essencial nesse caso. Contudo, massacres sistemáticos do Exército e a organização militar forçada da população rural conseguiram enfraquecer as organizações revolucionárias guatemaltecas.

Nessas três nações centro-americanas, a vanguarda revolucionária foi criada por meio da fusão do marxismo com tradições populares de luta social e anti-imperialismo que permaneceram na memória coletiva dos oprimidos: a luta de Sandino contra a intervenção norte-americana na Nicarágua (1927-34), a insurreição de 1932 em El Salvador e a luta centenária dos indígenas contra a colonização na Guatemala.

Correntes de várias origens se reuniram nas três frentes de libertação – até mesmo os partidos comunistas “históricos” participaram em El Salvador e Guatemala –, mas as novas forças marxistas, em parte inspiradas pelo guevarismo, são as hegemônicas. A atração das ideias socialistas e marxistas para uma parte significativa das “massas cristãs” e para os setores mais radicalizados do clero é um dos aspectos característicos das insurreições centro-americanas, do qual não há precedentes históricos em tal escala.

Com a derrota eleitoral do sandinismo e a mudança da conjuntura política internacional (fim da Guerra Fria, desaparecimento da URSS), os movimentos guerrilheiros salvadorenhos e guatemaltecos decidiram aceitar acordos de paz, que,

em troca do desarmamento dos grupos insurgentes, ofereceram certas garantias democráticas para uma atividade pública e legal das forças de esquerda.

Enquanto se dava esse processo de luta na América Central, surgiram, a partir de 1980, novos movimentos políticos e sociais no Cone Sul da América Latina, especialmente a formação do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no Brasil. O processo de industrialização, dirigido pelo regime militar em associação com o capital multinacional, levou ao surgimento de uma nova classe trabalhadora, que se mobilizou em grandes greves em 1978-79, especialmente na região do ABC. Diante da repressão do Estado, sindicalistas militantes, como Lula (o líder do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo), se politizaram e tomaram a decisão de criar o Partido dos Trabalhadores, independente das forças oposicionistas burguesas e liberais do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). O novo Partido dos Trabalhadores logo conseguiu o apoio e a adesão de muitos sindicalistas e organizadores das comunidades eclesiais de base, assim como de intelectuais de esquerda, antigos militantes das frentes guerrilheiras da década de 1960 e grupos marxistas (sobretudo trotskistas). A CUT foi criada em 1983 sob o ímpeto dos sindicalistas do PT, unindo as correntes de lutas de classe do movimento operário, e é hoje, com 10 milhões de membros, a força hegemônica do sindicalismo brasileiro. Com centenas de milhares de aderentes e dezenas de milhões de votos, o PT se tornou a principal oposição operária e popular à “Nova República”, surgida do consenso entre os militares e a burguesia liberal. O Partido dos Trabalhadores como tal não se reclama marxista, mas seu programa democrático e socialista – aprovado no 7º Encontro, em 1990 – é, sem dúvida, de inspiração marxista. Sem falar das tendências internas marxistas, que exercem influência significativa no partido.

Nem o surto revolucionário na América Central nem a formação dos novos movimentos operários e populares no Brasil podem ser compreendidos sem a consideração de um fenômeno novo e inesperado – a radicalização de amplos setores cristãos e a sua atração pelo marxismo.

O Concílio Vaticano II sem dúvida contribuiu para essa evolução, embora não de maneira direta, já que as suas resoluções não transcenderam os limites de uma modernização, um *aggiornamento*, uma abertura liberal. Mas essa abertura, ao perturbar as antigas certezas dogmáticas, tornou a cultura católica permeável a novas ideias e influências “exteriores”. Abrindo-se para o mundo moderno, a Igreja não pode evitar os conflitos sociais que sacodem este mundo, especialmente na América Latina. É nesse contexto que muitos cristãos – no início, intelectuais, principalmente: teólogos, jesuítas, especialistas leigos, estudantes – foram atraídos por análises e propostas

marxistas – como ocorreu com grande parte dos intelectuais do continente durante a década de 1960.

A teologia da libertação não criou essa mudança; é um produto dela. Mais precisamente, é a expressão particular de um movimento social criado pelo envolvimento de cristãos em associações de bairro, sindicatos, movimentos estudantis, ligas camponesas, centros de educação popular, partidos políticos de esquerda e organizações revolucionárias. Esse movimento, que poderíamos chamar cristianismo de libertação, surgiu na década de 1960 (lembrem-se de Camilo Torres!), muito antes da teologia da libertação. Esta, porém, ao dar ao movimento legitimidade e uma doutrina, contribuiu para a sua difusão e desenvolvimento.

O tema da libertação começara a preocupar os teólogos mais avançados, insatisfeitos com a dominante “teologia do desenvolvimento”, no fim da década de 1960. Mas foi em 1971, com um livro de Gustavo Gutiérrez, padre peruano e ex-estudante das universidades católicas de Louvain e Lyon, que a teologia da libertação nasceu verdadeiramente. Nessa obra, *Teologia da libertação: perspectivas*, Gutiérrez propôs certo número de ideias controvertidas que estavam destinadas a ter eco considerável. Influenciado pelo marxismo – ele se refere especialmente aos escritos de Mariátegui, de Ernst Bloch e dos teóricos da dependência –, Gutiérrez não vê os pobres como objeto de pena ou caridade, mas como *os sujeitos da sua própria libertação*. Rejeitando o “desenvolvimentismo [...] que se tornou meramente sinônimo de reformismo e modernização”, isto é, de medidas limitadas, tímidas e ineficazes que apenas agravam a dependência, o teólogo peruano proclama sem hesitação:

Apenas uma destruição radical do presente estado de coisas, uma transformação profunda das relações de propriedade, a tomada do poder pela classe explorada, uma revolução social acabarão com essa dependência. Apenas elas permitirão a transição para uma sociedade diferente, uma sociedade socialista.¹⁰⁸

Observe-se que essa posição é muito mais radical que as propostas dos partidos comunistas latino-americanos nesse período.

Pouco depois, em abril de 1972, o primeiro encontro continental do movimento Cristãos pelo Socialismo ocorreu em Santiago, organizado por dois jesuítas chilenos, o teólogo Pablo Richards e o economista Gonzalo Arroyo, com o apoio do bispo mexicano Sergio Mendez Arceo. Esse movimento ecumênico, que uniu católicos e protestantes, levou a lógica da teologia da libertação à sua conclusão – isto é, uma tentativa de síntese entre marxismo e cristianismo – que

¹⁰⁸ Ver Gustavo Gutiérrez, *Teología de la liberación: perspectivas*. Lima, CEP, 1971, p. 22-23.

logo provocou a sua interdição pela hierarquia da Igreja chilena. A resolução final do encontro de 1972 proclamou a sua adesão, como cristãos, à luta pelo socialismo na América Latina:

O verdadeiro contexto para uma fé viva hoje é a história da opressão e da luta de libertação diante da opressão. Para nos situarmos nesse contexto, porém, devemos participar verdadeiramente do processo de libertação, unindo partidos e organizações que sejam instrumentos autênticos da luta da classe trabalhadora.

Graças ao trabalho de Gutiérrez, de Hugo Assmann – outro pioneiro da teologia da libertação –, dos irmãos Leonardo e Clodovis Boff, de Frei Betto (preso por vários anos pela ditadura militar, atualmente principal animador das comunidades de base do Brasil e conselheiro do Partido dos Trabalhadores), de Ignacio Ellacuría (assassinado pelos militares em El Salvador), de Jon Sobrino e Pablo Richards na América Central, a teologia da libertação se tornou uma corrente influente nas comunidades de base e em setores significativos da Igreja. Isto provocou uma reação do Vaticano: a famosa “Instrução quanto a certos aspectos da Teologia da Libertação”, da Congregação para a Doutrina da Fé, dirigida pelo cardeal Ratzinger, que denuncia a teologia da libertação como uma nova heresia baseada no uso “indiscriminado” de conceitos marxistas.

Qualquer que seja o resultado da ofensiva do Vaticano – e não podemos excluir que conseguirá alguns sucessos –, a posição dos cristãos no campo da luta de classes nunca será o que era antes do surgimento e do desenvolvimento do cristianismo de libertação.

Durante muitos anos, a questão de uma aliança com setores ditos “cristãos de esquerda” foi uma preocupação tática do movimento dos trabalhadores e de marxistas na América Latina. Durante sua viagem ao Chile, em 1971, Fidel Castro falou da possibilidade de cristãos e marxistas passarem de uma aliança tática para uma aliança estratégica. Mas depois da experiência centro-americana, assim como da brasileira, a questão das alianças aparece como superada: os cristãos se tornaram um componente dos movimentos populares socialistas, libertadores ou revolucionários. Eles trouxeram uma sensibilidade moral, uma experiência do trabalho popular “na base” e uma urgência utópica que contribuíram para enriquecer o movimento. O que atrai certos cristãos radicais para o marxismo não é apenas o seu valor científico como análise da sociedade; é também, ou especialmente, a sua oposição ética à injustiça capitalista, a sua identificação com a causa dos oprimidos e a sua proposta socialista.

Os acontecimentos dos anos 1989-91 não deixaram de ter um impacto sobre a esquerda marxista latino-americana. Mais do que a queda do Muro de Berlim e o

fim pouco glorioso da URSS – duramente sentidos sobretudo pela corrente comunista identificada com o modelo soviético – foi a derrota sandinista que teve maiores consequências para o conjunto das forças de esquerda, na América Central e em todo o continente, contribuindo – como vimos acima – para o desarme das guerrilhas na América Central, no quadro de acordos de paz acompanhados de garantias democráticas. A isto se devem acrescentar as dificuldades de Cuba: se existe enorme simpatia pelo combate de Cuba em defesa das conquistas da revolução e contra o bloqueio norte-americano, a falta de democratização do regime e certas práticas autoritárias – como, por exemplo, o processo e execução do general Ochôa e seus amigos – têm suscitado muitas dúvidas e críticas na esquerda latino-americana.

Estes e outros acontecimentos, num contexto de ofensiva capitalista neoliberal triunfante, levaram vários intelectuais ou dirigentes de esquerda “realistas” a proclamarem o fim do período aberto pela Revolução Cubana de 1959, e o início de uma época de “consenso democrático”, no qual as reformas necessárias se dariam no quadro da economia (capitalista) de mercado. A revolução seria um capítulo encerrado na história da América Latina, e em seu lugar só poderia ter consequência uma política moderada de reformas, implementada por governos de centro-esquerda. É a tese que defende, por exemplo, o talentoso escritor e jornalista mexicano Jorge Castañeda, em seu livro *A utopia desarmada* (1993), que teve considerável impacto em todo o continente.

Ora, poucos meses depois de publicado esse livro, em seu próprio país, o México, teve lugar o espetacular levante dos índios de Chiapas, sob a direção de uma organização de utopistas armados, o Exército Zapatista de Libertação Nacional. É verdade que os zapatistas, contrariamente aos grupos de guerrilha tradicionais, não têm por objetivo tomar o poder, mas sim suscitar a auto-organização da sociedade civil mexicana, com vistas a uma profunda transformação do sistema social e político do país. Entretanto, sem o levante de janeiro de 1994, o EZLN – que permanece de armas na mão cinco anos depois – não se teria transformado numa referência para as vítimas do neoliberalismo, não só no México, mas na América Latina e no mundo inteiro.

O novo zapatismo mexicano é um movimento portador de magia, de mitos, de utopias, de poesia, de romantismo, de entusiasmo, de “mística”; mas ao mesmo tempo ele também é pleno de insolência, de humor, de ironia e de auto-ironia. Nele se combinam várias tradições subversivas, que compõem uma efervescente e imprevisível cultura revolucionária, que encontra sua expressão literária nos artigos do subcomandante Marcos.

Por um lado, o EZLN é herdeiro do marxismo guevarista, que inspirou o núcleo original do movimento. É claro que a evolução do zapatismo o conduziu para muito longe desta origem, mas a insurreição de janeiro de 1994, bem como o próprio espírito do Exército Zapatista de Libertação Nacional, guarda algo dessa

herança: a importância das armas, a ligação orgânica entre os combatentes e o campesinato, o fuzil como expressão material da desconfiança dos explorados perante seus opressores, a disposição a arriscar a vida pela emancipação dos pobres. Estamos longe da aventura boliviana de 1967, mas perto da ética revolucionária tal como Che a encarnava.

A herança mais direta é, sem dúvida, a do próprio Emiliano Zapata, cujo famoso Exército do Sul representa ao mesmo tempo a insurreição dos camponeses e índios, a luta intransigente contra os poderosos sem pretender tomar o poder, o programa agrário de redistribuição das terras e a organização comunitária da vida camponesa – o que Adolfo Gilly chamou “a comuna de Morelos”. Mas é também Zapata o internacionalista que saudou, numa célebre carta de fevereiro de 1918, a Revolução Russa, insistindo sobre “a visível analogia, o paralelismo evidente, a absoluta paridade” entre esta e a revolução agrária no México:

Uma e outra estão dirigidas contra o que Tolstoi chamava ‘o grande crime’, contra a infame usurpação da terra, que, sendo propriedade de todos, como o fogo e o ar, foi monopolizada por alguns poderosos, sustentados pela força dos exércitos e pela iniquidade das leis.

“Terra e liberdade” continua sendo a palavra de ordem central dos novos zapatistas, que são os continuadores de uma revolução interrompida – para retomar o título do belo livro de Gilly – em 1919, com o assassinato de Zapata.

A teologia da libertação é outra fonte de inspiração do zapatismo – embora seus dirigentes não se refiram muito a ela. Na verdade, sem o trabalho de conscientização das comunidades indígenas e a auto-organização para lutar por seus direitos, promovidos por Monsenhor Ruiz e seus catequistas desde os anos 1970, é difícil imaginar que o movimento zapatista teria tido um tal impacto em Chiapas. Claro, este trabalho não tinha vocação revolucionária e recusava toda ação violenta. Mas isso não impede que, na base, nas comunidades indígenas, muitos zapatistas – inclusive entre os dirigentes – tenham sido formados pela teologia da libertação, por uma fé religiosa que escolheu o compromisso com a autoemancipação dos pobres.

Estas três heranças são importantes, mas é provável que a tradição que mais tenha contado para o EZLN seja a cultura maia dos indígenas de Chiapas, com sua relação mágica com a natureza, sua solidariedade comunitária, sua resistência à modernização neoliberal. O zapatismo faz referência a esta tradição comunitária do passado, pré-capitalista, pré-moderna, pré-colombiana – um pouco como Mariátegui, que falava, não sem exagero, de “comunismo inca”.

O EZLN é herdeiro de cinco séculos de resistência indígena à Conquista, à “Civilização” e à “Modernidade”. Não é por acaso que a insurreição zapatista havia sido originalmente planejada para 1992, a data do Quinto Centenário da Conquista,

e que, naquele ano, uma multidão de indígenas tenha ocupado San Cristóbal de las Casas, a capital de Chiapas, derrubando a estátua do conquistador Diego de Mazariegos, símbolo odiado da espoliação dos índios e de sua sujeição.

Mas o EZLN não é a única manifestação de permanência da utopia revolucionária de inspiração marxista na América Latina, que torna pelo menos prematuras as tentativas de declarar como terminado o grande capítulo histórico aberto com a Revolução Cubana. Outras lutas – sobretudo com base social no campo – exprimem, no curso dos anos 1990, uma contestação radical da ordem social, seja, excepcionalmente, sob forma de guerrilha – como na Colômbia, onde as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) e o ELN (Exército de Libertação Nacional) ampliaram sua influência social –, seja, o que é mais frequente, sob forma de movimentos sociais de um tipo novo.

Destes, o mais importante e bem-organizado – mas não o único, posto que movimentos similares existem também no Paraguai, no Equador, no Peru, no México, na Guatemala etc. – é sem dúvida o MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra do Brasil. Também ele, como tantos outros movimentos radicais na América Latina, tem sua origem no cristianismo da libertação, mais precisamente nas comunidades de base e na Pastoral da Terra. Mas a partir dos anos 1980, o MST se autonomizou em relação à Igreja e incorporou elementos importantes do marxismo em sua análise da estrutura rural brasileira e em seu programa agrário de inspiração socialista. Pela sua combatividade, sua “mística”, seus métodos de luta pouco convencionais e sua oposição intransigente às políticas neoliberais dos sucessivos governos brasileiros, o MST conquistou a simpatia não só de uma parte significativa dos camponeses sem-terra, mas também da população pobre urbana e da opinião pública em geral, e aparece cada vez mais como a ponta avançada da luta pela transformação social no Brasil.

Por outro lado, o significativo voto popular dado aos partidos de esquerda latino-americanos, representados no Foro de São Paulo, é também, em maior ou menor grau conforme os países, a expressão de um descontentamento com o neoliberalismo, com a dominação imperialista, com a desordem estabelecida, e a busca de uma alternativa radical às estruturas sociais existentes – independentemente dos limites programáticos de tal ou qual organização ou frente política¹⁰⁹.

¹⁰⁹ Outro sinal de revitalização do marxismo nos anos 1990 é a multiplicação de revistas marxistas no continente – *América Libre*, *Cuadernos del Sur*, *Herramienta*, *Rodaballo* (Argentina), *Vientos del Sur*, *Dialéctica*, *História y Sociedad* (México), *Margenes-Sur* (Peru), *Crítica Marxista*, *Praga*, *Outubro*, *Lutas Sociais* (Brasil) etc. – e o aparecimento de uma nova geração de pesquisadores marxistas, historiadores, sociólogos ou economistas, entre os quais Nestor Kohan, Horácio Tarcus, Claudio Katz, Cláudia Korol (Argentina), Paulina Fernandez, Francisco Gomezjara, Antonio Garcia de Leon, Fernando Matamoros (México), Ricardo Antunes, Paulo Arantes, Iná Camargo, Isabel Loureiro, José Castilho Marques, Marcelo Ridenti (Brasil), Renan Vega (Colômbia), Alfonso Ibañez, Alberto Rocha (Peru), Orlando Nunez (Nicarágua).

A própria existência do Foro de São Paulo, a partir de 1990, como centro de discussão e convergência unitária, democrática e pluralista do conjunto das forças de esquerda latino-americanas – marxistas ou não – é um passo importante para a superação das exclusões sectárias e das intolerâncias que tanto prejudicaram o movimento no curso de sua história. Não só nas reuniões do Foro, mas também em cada país, um número crescente de militantes considera que, mais além dos debates políticos necessários e das inevitáveis confrontações ideológicas, a unidade de ação de todas as correntes, marxistas ou não, que se consideram comprometidas com a causa dos explorados ou com a luta pelo socialismo, é, mais do que nunca, um imperativo urgente neste fim do século XX.

Como escrevia Mariátegui em 1º de maio de 1924:

Formar uma frente unida é executar um ato de solidariedade no que diz respeito a um problema concreto e uma necessidade urgente. Isso não significa renunciar às teorias que cada partido sustenta nem à posição que cada um ocupa na vanguarda. Uma variedade de tendências e de grupos bem-definidos e distintos não é um mal; é, ao contrário, um sinal de um período avançado no processo revolucionário. O que importa é que esses grupos e essas tendências saibam como agir concertadamente ao confrontar a realidade concreta do dia. [...] Que não empreguem suas armas [...] para ferir um ao outro, mas para combater a ordem social, as suas instituições, as suas injustiças e os seus crimes¹¹⁰.

Michael Löwy
Paris, março de 1999

P. S. Esta versão brasileira é a quarta edição, revista e atualizada, desta antologia, publicada anteriormente na França, no México e na Inglaterra. Na Alemanha, esta introdução foi publicada como livro autônomo.

(Traduzido do inglês por Luís Carlos Borges)

¹¹⁰ Mariátegui, “El primero de mayo y el frente único”, em *Obra política*, p. 253-54.

A propósito desta antologia

O objetivo desta antologia é suprir uma deficiência e proporcionar um instrumento de trabalho útil a pesquisadores e militantes. Com efeito, não existe nenhum compêndio de textos políticos importantes do marxismo latino-americano no século XX. Uma das raras obras deste tipo, o pequeno livro de Luis Aguilar (*Marxism in Latin America*, Borzoi Books, A. Knopf, Nova York, 1968), um cubano emigrado para os Estados Unidos após a revolução, padece das limitações drásticas do *pocket-book* de “kremlinologia” norte-americana.

É evidente que qualquer seleção de textos tem certo grau de arbitrariedade, e esta antologia não foge à regra. Todavia, nosso propósito foi compilar documentos de diferentes correntes do marxismo latino-americano, inclusive das correntes minoritárias, esquecidas pela história oficial dos universitários (e pela dos partidos comunistas). O eixo central da maioria dos documentos é a luta *política*, mas eles incluem, também, desenvolvimentos teóricos, sociológicos, econômicos e históricos.

O método desta antologia é decididamente *historicista*: trata-se de considerar a evolução do pensamento marxista no quadro das lutas políticas em cada período histórico da América Latina. Por outro lado, se baseia na suposição de que a história do marxismo na América Latina não pode ser considerada como um universo à parte, separado do contexto internacional; por isso, ressaltamos em cada etapa sua ligação com as transformações do movimento operário mundial.

Escolhemos unicamente textos referentes à América Latina; assim, nos vimos obrigados a sacrificar uma série de escritos muito interessantes sobre o método e a filosofia marxistas, a teoria socialista ou o leninismo, que constituem, algumas vezes, reais contribuições latino-americanas ao pensamento marxista universal. Estes trabalhos formarão, talvez, outro livro.

Por outro lado, tivemos de descartar (salvo algumas exceções) trabalhos estritamente econômicos ou sociológicos, que tiveram, principalmente após 1960, um verdadeiro auge na América Latina, com o surgimento de uma nova ciência social marxista, de grande riqueza e qualidade.

Por falta de espaço, não foi possível incluir textos de certas correntes importantes do marxismo latino-americano: por exemplo, os Cristãos pelo Socialismo, cujas teses socioeconômicas e políticas têm como fundamento o marxismo; a “esquerda nacional”, corrente que sublinhou a dimensão nacional

da luta revolucionária no continente (Jorge Abelardo Ramos na Argentina, Carlos Malpica e a revista *Marka* no Peru etc.); ou a corrente da “negritude marxista”, que inclui Franz Fanon – nascido na Martinica e autor de *Piel negra, máscaras blancas* (1952), que trata da condição do negro nas colônias francesas das Antilhas –, Jacques Stéphen Alexis – escritor, poeta e dirigente do Partido Comunista do Haiti, assassinado pela ditadura de Duvalier – e as correntes influenciadas pelo movimento Black Power no Caribe anglófono etc.

Nossa compilação de textos começa no século XX; houve, sem dúvida, pensadores e organizações que se valiam do marxismo desde os fins do século XIX, porém sua influência foi muito limitada e seu papel político praticamente marginal.

1

A introdução do
marxismo na
América Latina

Juan B. Justo*

*O câmbio livre*¹

Médico e homem de grande conhecimento, Juan B. Justo (1865-1928) foi fundador do Partido Socialista argentino (1896) e autor da primeira tradução para o espanhol do livro I de *O Capital* (1895). Poderia ser considerado um dos primeiros difusores do marxismo na América Latina, mas na verdade seus escritos devem tanto à sociologia positivista (Comte, Durkheim, Spencer são mencionados com frequência) quanto a Marx. Vinculado às correntes moderadas da II Internacional (participou do Congresso de Copenhague em 1910 e, depois da Primeira Guerra Mundial, da Internacional Socialista), Justo será o principal dirigente e teórico de uma social-democracia latino-americana que, fora da Argentina e, em certa medida, do Uruguai, nunca se tornará uma força política importante no continente.

Sua principal obra científica é *Teoría y práctica de la historia* (1909), que constitui uma combinação eclética de teses marxistas, liberais e positivistas. Publicamos aqui um trecho desta obra, que se refere às vantagens do câmbio livre para a Argentina. Justo era um livre-cambista apaixonado; em sua intervenção na Conferência Socialista de Berna, apresentou a liberdade do comércio internacional como a única garantia contra novas guerras, tendo pregado “a unificação econômica do mundo” mediante a abolição das tarifas alfandegárias².

As teses de Justo foram veementemente criticadas pela maioria dos marxistas argentinos, como uma semiapologia do imperialismo e uma incompreensão radical da questão nacional na América Latina.

Livrar o povo trabalhador do aumento fiscal é outra das grandes funções da democracia operária.

Em vez de pedir aos abastados as contribuições necessárias para manter a maquinaria política que funciona em seu proveito, os governos jogam nos ombros do povo as despesas do Estado, sob a forma de impostos sobre a vida e o trabalho. Em 1907, na Espanha, o imposto sobre o consumo arrecadava anualmente 400 milhões de pesetas da população, dos quais apenas 160 milhões entravam nos cofres públicos; o resto se perdia nas engrenagens do complicado aparelho fiscal necessário para obter essa quantia do povo consumidor. Na República Argentina, os direitos alfandegários encarecem enormemente tudo o que se introduz para o consumo da classe trabalhadora, desde o arroz,

* Juan B. Justo, *Teoría y práctica de la historia* (1909), Buenos Aires, Libera, 1969, p. 485-86.

¹ A maioria dos títulos dos textos foi escolhida por Michael Löwy.

² Cf. Juan B. Justo, *Internacionalismo y patria*, Buenos Aires, La Vanguardia, 1933, p. 26-27.

o sal, o açúcar, o café e os tecidos e roupas de uso comum até o petróleo que ilumina o povo trabalhador e o ferro galvanizado que lhe serve de teto. Cada um desses impostos equivale a uma redução dos salários reais. E isto se agrava com os direitos sobre todos os utensílios de trabalho do povo, da ferramenta do artesão às agulhas e linha de costura, e com o imposto de patente, exigido de todos os que trabalham por conta própria, do padeiro à parteira. Não existe na província de Buenos Aires um imposto contra a produção, que onera as hortas de legumes para os mercados e deixa livres os parques e as grandes mansões de lazer campestres? A nova democracia abolirá esses odiosos ônus com os quais o Estado burguês oprime o povo trabalhador.

Internacional por tendência e organização, o partido operário que mantém sua sede de Bruxelas e celebra o feriado mundial de 1º de Maio não pode ser enganado pelas ficções do nacionalismo industrial ou do protecionismo. Para ele, os atuais obstáculos alfandegários ao comércio entre os povos são tão bárbaros como eram, há 150 anos, os que impediam o comércio de província para província; só as respeita por elas serem indispensáveis para a vida de empresas já estabelecidas, cuja ruína prejudicaria os trabalhadores que nelas trabalham.

Com o mesmo critério, a política operária julga a contribuição de tempo ou de sangue que o Estado exige do proletariado, para fins militares.

A vinculação entre os partidos operários consolida a paz internacional. Isso foi o que aconteceu no Império Austríaco, conglomerado heterogêneo de raças, línguas e religiões em perpétua luta, que adquiriu unidade e consistência com o desenvolvimento da democracia social. Nem o imperialismo nem o nacionalismo fanático estão representados no partido operário, que desconfia igualmente dos empreendimentos guerreiros do capitalismo e da estrutura patriótica adotada geralmente pelas oligarquias depravadas e ineptas, no final de sua dominação. A democracia operária admite apenas as guerras defensivas contra o bárbaro inimigo externo e as que levam a abrir novas zonas do ambiente físico-biológico à ação inteligente do homem. Entre povos cultos, a arbitragem deve resolver todas as questões. A nova política empenha-se em reduzir os gastos de guerra que ainda consomem uma parte enorme da riqueza pública e em democratizar as instituições militares e limitar as obrigações pessoais impostas por elas. Na França, os quartéis começam a ser utilizados para a educação profissional, cooperativa e cívica dos cidadãos.

Luis Emilio Recabarren

*Ricos e pobres**

Ao contrário de Juan B. Justo, Luis Emilio Recabarren (1876-1924), que também foi um dos primeiros pensadores marxistas da América Latina, representa a corrente revolucionária do movimento socialista nascente no continente. Educador e propagandista notável mais que teórico, Recabarren foi o fundador do Partido Obrero Socialista do Chile em 1912, que em 1922 se transformou em Partido Comunista, seção chilena da III Internacional. Em 1916-18 atuou no Partido Socialista argentino, opondo-se à tendência reformista dirigida por Justo e participou da fundação do Partido Socialista Internacional (futuro Partido Comunista Argentino).

A seguir, trechos de uma conferência de Recabarren de setembro de 1910, por ocasião do primeiro centenário da Independência do Chile. Trata-se de uma das primeiras tentativas de análise marxista do processo de emancipação das colônias hispânicas na América e de seus resultados do ponto de vista do povo trabalhador. O texto impressiona por sua combatividade classista e sua rejeição da mitologia patrioteira burguesa, porém não apresenta uma dimensão anti-imperialista.

Esta conferência, escrita por ocasião do primeiro centenário do que é chamado *emancipação política do povo*, pretende apresentar um retrato bem claro da condição política do país.

Por intermédio de seus escritores, a burguesia fala sempre “dos grandes homens que nos deram pátria e liberdade”, e pretende gravar essa frase na mente do povo, fazendo com que ele acredite que é apropriada para todos.

Olho ao meu redor... olho as pessoas de minha classe... olho o passado com os meus 34 anos e não encontro em toda a minha vida uma circunstância que me convença de que tive pátria e liberdade.

Onde estão minha pátria e minha liberdade? Será que as tive em minha infância, quando em vez de ir para a escola tive de vender na oficina minhas escassas forças de criança ao capitalista insaciável? Será que as tenho hoje, quando todo o produto de meu trabalho é absorvido pelo capital sem que eu possa desfrutar nem um átomo de minha produção?

Considero que a pátria é o lar satisfeito e completo, e que a liberdade só existe quando existe esse lar. Por acaso a multidão que povoa campos e

* Luis Emilio Recabarren, “Ricos y pobres”, 3 de setembro de 1910, em *Obras*, Havana, Casa de las Américas, 1976, p. 74-76, 79-80.

idades tem lar? Não, ela não tem lar!... Não tem lar! E quem não tem lar não tem liberdade! Todos os grandes criadores e fundadores da economia política afirmaram este princípio:

“Quem não tem lar não tem liberdade!”

E quem poderá me contradizer?

Por acaso os que venceram o espanhol nos campos de batalha alguma vez pensaram na liberdade do povo? Os que buscaram a nacionalidade própria, os que quiseram se independentizar da monarquia, buscavam essa independência para si, não para o povo.

Celebrar a emancipação política do povo! Considero um sarcasmo esta expressão. Talvez seja uma zombaria irônica. Acontece algo semelhante quando nossos burguesinhos exclamam: O povo soberano...!, ao verem homens vestindo farrapos, poncho e chapéu de palha. Só faz sentido celebrar a emancipação política da classe capitalista, que desfruta das riquezas nacionais...

Nós, que há muito tempo estamos convencidos de que não temos nada a ver com essa data chamada aniversário da independência nacional, consideramos necessário indicar ao povo o verdadeiro significado desta data, porque em nosso conceito só os burgueses têm motivo para comemorá-la, porque eles, sublevados em 1810 contra a coroa espanhola, conquistaram esta pátria para seu próprio gozo, e para se aproveitarem de todas as vantagens que a independência lhes proporcionava; mas o povo, a classe trabalhadora, que sempre viveu na miséria, não ganha nem ganhou nada, absolutamente nada, com a independência deste solo do domínio espanhol. Os chamados pais da pátria, aqueles cujos nomes a burguesia pretende imortalizar, aqueles que nos campos de batalha dirigiram o povo-soldado para lutar e expulsar o espanhol desta terra, com o final da guerra e a consolidação da independência nem sequer pensaram em dar ao proletariado a mesma liberdade que este conquistara para os burgueses, reservando para si a mesma escravidão em que vivia. [...]

O espírito mesquinho e a falta de moral incapacitaram a burguesia para dar à República, que nascia pelo esforço de seus escravos, o brilho de uma verdadeira grandeza que pudesse denotar que os fundadores da pátria também eram grandes homens. Quão pequenos os vemos hoje!

Até 1823, data em que o Chile recebeu sua primeira Constituição, não é possível encontrar nenhuma lei que demonstre uma ação generosa para com o povo, que lhe reconheça algum direito ou que pelo menos pense nele como pessoas dignas de figurar na sociedade.

Existem apenas essas leis que acabei de mencionar. Isso quanto aos primeiros atos da independência nacional. E aí vemos a parte destinada ao povo no triunfo dessa jornada revolucionária que entregou à burguesia a administração

da riqueza natural e social desta região do planeta, deixando o povo asfixiado em sua longa era de miséria.

E se isso é verdade, que celebra o povo neste aniversário? Na verdade, o que o povo faz nesta data, estimulado pela burguesia, é gastar seu dinheiro em torrentes de licor que a própria classe burguesa lhe vende, guardando o dinheiro em seus cofres insaciáveis.

Se os primeiros passos da nação independente nada reconheceram no povo, muito menos foi feito depois, e nos primeiros atos eleitorais prescindiu-se do povo, e até mesmo podemos dizer que as fraudes e a intervenção oficial nasceram junto com a República. Vamos ver o que o caudilho conservador M. J. Irrarrázaval dizia a respeito no Senado, na sessão de 11 de novembro de 1889, quando se discutia a lei da comuna autônoma:

Eis o primeiro ato de intervenção oficial. Não posso deixar de deplorar que O'Higgins tenha iniciado esta série de atos altamente reprováveis... Aquela intervenção que tinha, digamos, certo aspecto cortês, vergonhoso, se escondia, não queria de forma alguma se comprometer, porque teria provocado a perda de influência do Diretor Supremo da República.

Isto dizia Irrarrázaval comentando uma carta de O'Higgins, na qual ele recomendava a eleição de alguns de seus amigos para deputados. Este mesmo Irrarrázaval, ao qual são atribuídos propósitos magníficos a favor do povo e de seus direitos, exigia o seguinte, na sessão do Senado de 5 de agosto de 1874, quando era discutida a lei de voto cumulativo: “Advirta a Câmara de *que não digo nem afirmo que qualquer minoria tem o direito de se fazer representar*”.

Assim, Irrarrázaval demonstrava que ele não pensava no povo nem queria que se acreditasse que, ao defender o voto cumulativo, pretendia defendê-lo em benefício das classes populares. Irrarrázaval pedia o voto cumulativo para que, por meio dele, todos os interesses sociais da burguesia fossem representados na Câmara. Os interesses populares não eram levados em conta.

Se este tem sido o critério dominante, exposto diversas vezes de 1810 até hoje, não vemos nenhum motivo para que a classe popular se regozije com o advento periódico desta data.

A data gloriosa da emancipação do povo ainda não chegou. As classes populares ainda vivem escravizadas, presas à ordem política com as correntes do salário, que é sua miséria; à ordem política, com as correntes da coerção, da fraude e da intervenção, que anula toda ação, toda expressão popular; e à ordem social, com as correntes de sua ignorância e de seus vícios, que as anulam e não permitem que sejam consideradas úteis para a sociedade em que vivemos.

Um povo que vive assim, submetido aos caprichos de uma sociedade injusta, imoral e organizada de forma criminosa, deve celebrar o que no dia 18 de setembro? Nada. O povo tem de se ausentar, deve negar sua participação em festas com as quais seus algozes e tiranos celebram a independência da classe burguesa, que de forma alguma é a independência do povo, nem como indivíduo nem como coletividade.

2

O período revolucionário

I. Documentos do Comintern leninista (1921-23)

*Sobre a revolução na América**

Os dois documentos da III Internacional reeditados aqui são muito interessantes. Não sabemos quem os escreveu, nem se alguns latino-americanos participaram de sua redação. A comparação com os textos comunistas latino-americanos a partir dos anos 1930 permite medir a profunda mudança de orientação, de linguagem e de problemática do movimento comunista no mundo e na América Latina.

A ideia principal do primeiro texto é a aliança revolucionária de operários e camponeses contra o imperialismo norte-americano e a burguesia local. A hipótese da extensão continental da revolução – tese apreciada pela corrente castrista dos anos 1960 – aparece aqui pela primeira vez. Em compensação, a problemática da unidade imediata dos proletários da América do Sul e do Norte parece mais “antiquada”, pois corresponde a um período em que ainda existiam correntes revolucionárias no seio do movimento operário dos Estados Unidos.

América do Sul, base colonial do imperialismo americano

Colocar o mundo inteiro sob seu domínio: este é o objetivo do imperialismo americano. Mas, assim como a chave do imperialismo britânico reside em seu sistema colonial, o imperialismo americano baseia-se na exploração e no domínio da América do Sul.

Os povos sul-americanos enganam-se de forma ridícula quando falam de sua independência. No período imperialista, não se pode falar de independência para os povos pequenos: estão reduzidos a uma dependência vassala com relação aos grandes Estados. No setor econômico, pelo comércio e pela penetração dos capitais; no setor político, mediante a doutrina Monroe, o imperialismo americano subordinou os povos da América do Sul. Onde está a independência destes povos? Colocados sob a tutela do governo dos Estados Unidos, que algumas vezes os submeteu pela força das armas, como aconteceu na América Central, outras vezes por uma inqualificável pressão diplomática e pelas sangrentas intrigas (como no México), sua indústria e seu desenvolvimento econômico estão à mercê das finanças americanas.

De fato, a América do Sul é uma colônia dos Estados Unidos, fonte de matérias-primas, de mão de obra barata e, naturalmente, de fabulosos lucros;

* “Sobre la revolución en América. Llamamiento a la clase obrera de las dos Américas”, *L'Internationale Communiste*, n. 15, janeiro de 1921, p. 3.311-14, 3.321-24.

seu imenso território ainda inexplorado absorve máquinas americanas e serve de campo de exploração para os industriais americanos.

A necessidade de se adaptar às consequências da Guerra Mundial transformou definitivamente a América do Sul em colônia dos Estados Unidos, mas este é apenas o corolário final do conceito anterior.

Antes da guerra, a Inglaterra, a Alemanha e a França eram temíveis concorrentes dos Estados Unidos na América do Sul, mas a doutrina Monroe conseguiu garantir a hegemonia política (que resulta em hegemonia econômica) para o imperialismo americano.

A história da doutrina Monroe nos proporciona uma ideia característica do banditismo e do maquiavelismo capitalistas.

Formulada há cerca de 100 anos, supostamente para defender as duas Américas das intrigas monárquicas e coloniais da Europa, a verdade é que a doutrina Monroe traduziu a rivalidade entre os Estados Unidos e a Inglaterra. Ela tem sido interpretada conforme as exigências do desenvolvimento capitalista americano, e se transformou naquilo que é hoje em dia: um meio para o imperialismo americano submeter a América do Sul e defender sua hegemonia contra qualquer imperialismo rival.

Há 50 anos, o presidente Grant deu uma versão imperialista à doutrina Monroe, formulada mais nitidamente pelo presidente Cleveland, durante a disputa dos Estados Unidos e da Inglaterra com relação à Venezuela. Durante o governo do feroso presidente Roosevelt, a doutrina Monroe se transformou na expressão manifesta do imperialismo americano. Mas foi o presidente Wilson que acabou a obra do presidente Roosevelt. Hoje em dia, seria mais conveniente chamá-la de doutrina Roosevelt-Wilson. Quando interpretou em 1913 a doutrina Monroe, o presidente Wilson proclamou o direito de os Estados Unidos se contraporem ao domínio do capital britânico sobre os poços petrolíferos do México. O pan-americanismo, idealizado como um meio de unificação democrática dos povos das duas Américas, é, em outras palavras, um meio de garantir a hegemonia dos Estados Unidos. No exato momento em que o governo do presidente Wilson defendia o princípio da unidade pan-americana, o subsecretário de Estado, Lansing, declarava a doutrina Monroe a doutrina *nacional* dos Estados Unidos, concebida e apoiada em benefício deste último país. Por acaso isto não é o imperialismo mais puro e a própria negação da unidade democrática?

Precisamente em nome da doutrina Monroe, os Estados Unidos aboliram a independência das repúblicas da América Central. Em nome desta mesma doutrina mantêm um exército de ocupação na Nicarágua, em Honduras, no Haiti, em São Domingos, arruinando os pequenos países cuja independência suprimiram (estes fatos foram particularmente notáveis durante a presidência

de Wilson). E, em nome da doutrina Monroe, os Estados Unidos estabelecem e mantêm sua hegemonia econômica na América do Sul.

A guerra permitiu a desapropriação dos bens alemães na América do Sul. Do ponto de vista econômico e financeiro, a Alemanha já não desempenha nenhum papel nos mercados da América Central e Meridional. A decadência da França é extrema, enquanto a Inglaterra se situa em segundo plano, sem nenhuma esperança de voltar a ocupar o primeiro lugar. O futuro da América do Sul está cada vez mais nas mãos dos Estados Unidos.

Os povos da América do Sul constituem o fundamento do imperialismo americano. A América do Sul retém uma enorme quantidade de capitais e de meios de produção (máquinas e, de modo geral, todos os produtos da indústria metalúrgica). Em compensação, os Estados Unidos carecem das matéria-primas que abundam na América do Sul.

Toda a importância da hegemonia americana na América do Sul manifestou-se em sua oposição à Sociedade das Nações – pela simples razão de que esta anulava a doutrina Monroe – e nas prementes exigências do presidente Wilson, de não se modificar de forma alguma a doutrina pan-americana e de se estipular no tratado que ela continuaria intacta. A hegemonia na América do Sul também se expressou na política seguida com relação ao canal do Panamá (assim como na luta pelo domínio do Pacífico). O recente projeto dos Estados Unidos de comprar e fortificar algumas ilhas do Caribe, situadas perto do canal, revela seus objetivos agressivos; a proposta feita à Inglaterra, de liquidar sua dívida mediante a cessão de seus interesses na América do Sul, também demonstra a orientação política dos Estados Unidos. A hegemonia na América do Sul não se relacionou inicialmente ao imperialismo americano no plano econômico, mas atualmente se transformou na manifestação consciente deste imperialismo. Assim como o imperialismo alemão tinha a esperança de unir econômica, financeira e politicamente a Europa central e a Alemanha, o imperialismo americano deseja unir a América do Sul e os Estados Unidos em apenas um bloco imperialista. A hegemonia na Europa central deveria servir como fundamento e força motora para o domínio da Alemanha sobre o mundo inteiro. As mesmas intenções agressivas servem de fundamento para a hegemonia dos Estados Unidos nas duas Américas.

Um império americano, com suas riquezas incalculáveis, suas numerosas fontes de matérias-primas, seria uma potência infinitamente maior que qualquer um dos impérios que existiram até agora; seria uma formidável potência conquistadora e devastadora. A força dos Estados Unidos e seu desenvolvimento constituem o maior perigo para a segurança do mundo, para a liberdade dos povos e para a libertação do proletariado.

Trabalhadores das duas Américas, eis aqui o perigo que devem conjurar.

A revolução americana

As revoluções que transtornam periodicamente o México, a Venezuela e outros países não dizem respeito diretamente às massas. Mas devem ser aproveitadas para desenvolver eficazmente o movimento das massas revolucionárias, que exprime os interesses do proletariado e do campesinato pobre. Só um movimento revolucionário deste tipo pode libertar os povos da América do Sul da opressão dos exploradores nacionais e do imperialismo americano.

O socialismo não fez nada para desenvolver este movimento revolucionário das massas. Na América do Sul, o socialismo traiu escandalosamente os interesses das massas. Não passa de uma miserável combinação ou – como no México – de um esporte semimilitar, semirrevolucionário, ao qual se dedicam alguns aventureiros (por acaso Obregón e seus sequazes também não são “socialistas”?). Desacreditar este socialismo, aniquilar sua influência, fortalecer os elementos socialistas revolucionários com o comunismo: esta é a tarefa revolucionária urgente e essencial.

Esta tarefa consiste sobretudo em organizar, em cada país da América do Sul, um partido comunista decidido e consciente que tenha uma ideia clara de seus objetivos. Este partido não precisa ser poderoso desde a sua formação; importa apenas que tenha um programa claro e preciso, que crie uma agitação clara a favor dos princípios e da tática revolucionários, que seja implacável em sua luta contra os que enganam e atraçoam as massas. Um partido deste tipo deve estar formado pelos melhores e mais honestos representantes das massas; deve traçar o programa do verdadeiro movimento revolucionário e dedicar-se totalmente à ação das massas, encaminhando-as com paciência e firmeza para as vias revolucionárias mais amplas e os objetivos mais elevados.

Só com a participação do partido comunista serão introduzidas no movimento sul-americano a clareza e a honestidade revolucionárias; só assim o movimento poderá se aliar ao movimento revolucionário dos Estados Unidos e à Internacional Comunista, dando às massas da América do Sul seu lugar legítimo no exército da revolução mundial.

O problema agrário é um problema capital. Na América do Sul, a economia agrícola ocupa o primeiro lugar (mesmo a Argentina, o país mais desenvolvido da América do Sul do ponto de vista capitalista, conta com menos de 400 mil trabalhadores industriais para uma população total de 8 milhões de habitantes).

Imensamente explorado, o campesinato vive em uma miséria negra, sob um jugo esmagador, e só serve de bucha de canhão para os aventureiros militares. A experiência do México é, ao mesmo tempo, característica e trágica. Os trabalhadores agrícolas revoltam-se, fazem revoluções para depois serem despojados dos frutos de sua vitória pelos capitalistas, pelos exploradores, pelos aventureiros

políticos e pelos charlatões socialistas. Os camponeses, oprimidos e enganados, devem despertar para a ação e a organização revolucionária; devem se convencer de que, tanto para eles quanto para os operários, não pode haver emancipação se não se unirem ao proletariado revolucionário contra o capitalismo.

O partido comunista tem de penetrar entre os camponeses. Não com fórmulas e teorias abstratas, mas com um programa prático, capaz de incitá-los a atacar os grandes latifundiários e os capitalistas. A união revolucionária entre a classe camponesa pobre e a classe operária é indispensável; a revolução proletária é a única capaz de libertar o campesinato, acabando com o poder do capital, e a revolução agrária é a única que pode preservar a revolução proletária do perigo de esmagamento pela contrarrevolução.

Na América do Sul, o Exército é formado em sua maioria por camponeses pobres que se prestam, de forma ótima, para a agitação revolucionária. Esta agitação deve ser realizada sistematicamente, a fim de unir soldados, operários e camponeses em uma única e mesma ação contra capitalistas e governo.

Os sindicatos que não agrupam grandes massas industriais (como nos Estados Unidos) são de tendências revolucionárias. Mas ocorre frequentemente que os líderes dos sindicatos são traidores; este é o caso do México, onde Morones e seus semelhantes exploram os trabalhadores e utilizam as organizações para seu benefício pessoal. É importante expulsar estes chefes e libertar os sindicatos dos chantagistas e da sua influência reacionária. É importante destruir a Federação Operária Norte-Americana (AF of L), cujos chefes são contrarrevolucionários; é importante boicotar a AF of L e organizar os sindicatos da América do Sul e dos Estados Unidos no terreno da luta de classes. A filiação à Internacional sindical vermelha, a esta Internacional, que mobiliza os sindicatos do mundo inteiro para a luta contra o imperialismo e a revolução mundial, também é imprescindível.

Deve-se criar um núcleo comunista em cada sindicato. Ao mesmo tempo que se realizam esforços para organizar todos os trabalhadores, convém permanecer ao lado do movimento político consciente. Unidos ao partido comunista local e à Internacional Comunista, os operários sindicalizados poderão se transformar em um poderoso fator da revolução americana.

Além de todas as medidas acima indicadas, e como suas consequências diretas, é preciso depurar o movimento da América do Sul dos elementos sindicalistas. O sindicalismo (em todos os lugares em que é proletário) exprime uma aspiração revolucionária, mas ao mesmo tempo não tem a menor ideia das medidas necessárias para realizá-la. A experiência revolucionária utilizou o lado bom do sindicalismo e rejeitou o lado ruim. A teoria e o programa da revolução mundial emanam do marxismo e não do sindicalismo. Por acaso vocês se declaram adversários de um partido político? O partido comunista é a realização prática da ideia sindicalista das “minorias conscientes”, depurada

do anarquismo pequeno-burguês e vinculada de modo definitivo à luta real das massas operárias pela revolução proletária. Vocês se consideram adversários do parlamentarismo? O parlamentarismo do partido socialista é uma traição à classe operária e à revolução. Em compensação, o parlamentarismo do partido comunista é o reconhecimento revolucionário *de facto* de que temos de utilizar todos os meios e a tribuna parlamentar, enquanto não tenhamos organizado o movimento de massas que deve suprimir os parlamentos. Por acaso vocês são adversários da ditadura do proletariado? A própria vida prova a necessidade desta ditadura; rejeitar a ditadura significa rechaçar a revolução. Tudo isto resume os problemas vitais da revolução. E são problemas cuja solução se impõe às massas pela experiência revolucionária e pela própria vida, com base na teoria e na ação comunistas.

A união com o movimento revolucionário dos Estados Unidos completaria a unidade do movimento revolucionário da América do Sul. Esta unidade é questão de vida ou morte. A revolução do proletariado e do campesinato pobre, em qualquer país da América do Sul, provocará imediatamente a intervenção dos Estados Unidos que, como resposta, tornará necessária a intervenção revolucionária do proletariado dos Estados Unidos; o movimento alcançará os demais países da América do Sul, e já será uma etapa rumo à *revolução americana*.

“A revolução em nosso país, combinada com a revolução proletária nos Estados Unidos”: este é o lema do proletariado revolucionário e do campesinato pobre da América do Sul.

Conclusão

A experiência política da revolução proletária na Rússia tem importância mundial. Ela ressaltou as formas da luta proletária pelo poder: as ações de massas, os soviets e a ditadura proletária. A Internacional Comunista é o resultado e a expressão desta experiência.

Os trabalhadores das duas Américas saberão adaptar esta experiência à sua própria luta. Sua honestidade revolucionária e sua experiência ensinar-lhes-ão instintivamente a adaptar a teoria à prática e a prática à teoria.

O esmagamento do capitalismo e a proximidade da revolução mundial constituem os acontecimentos decisivos de nossa época e devem determinar as formas e os objetivos da luta internacional do proletariado.

Trabalhadores das duas Américas, uni-vos! A Internacional Comunista vos chama para a ação!

Viva a revolução mundial!

Comitê Executivo da Internacional Comunista.

*Aos operários e camponeses da América do Sul**

Este documento, publicado no início de 1923, é uma resolução do IV Congresso da Internacional Comunista (novembro de 1922). É provável que ele seja o primeiro texto do Comintern dirigido especificamente aos trabalhadores da América Latina.

A declaração insiste sobretudo nos estreitos laços entre as classes dominantes da América do Sul e o imperialismo norte-americano. Deduz daí a unidade estratégica entre a luta contra a burguesia latino-americana e a luta anti-imperialista. Da mesma forma que o texto de 1921, só a classe operária e o campesinato são considerados classes revolucionárias.

Camaradas,

O IV Congresso da Internacional Comunista, reunido em Moscou para o quinto aniversário da Revolução Russa, conclama todos os operários e camponeses da América do Sul a se prepararem para a luta de classes e apoiarem a ação revolucionária do proletariado mundial.

O papel dos Estados Unidos

A guerra europeia anunciou o início da crise final do capitalismo. Os antagonismos da burguesia internacional desembocaram na mais terrível manobra da história para decidir qual dos dois grupos imperialistas imporia sua hegemonia. Milhões de proletários foram sacrificados nos campos de batalha em benefício do imperialismo capitalista, que procura uma solução para a grave crise que causa sua falência.

A guerra não conseguiu resolver esta crise. As crises internas do capitalismo europeu aumentaram e, ao mesmo tempo, a luta de classes se intensificou. O tratado de Versalhes é fonte de novos conflitos. As massas proletárias admitem cada vez mais que só a revolução pode abolir os antagonismos capitalistas. As incríveis repressões a que assistimos hoje em dia, e a implacável ofensiva da burguesia, indicam a situação crítica dos Estados capitalistas.

O imperialismo americano foi o único que fortaleceu seu poder durante a guerra. Atualmente, os Estados Unidos são a mais forte potência imperialista. Mas depois da guerra europeia surgiram novas causas de lutas imperialistas. Os antagonismos entre a América do Norte, a Inglaterra e o Japão ameaçam

* "A los obreros y campesinos de América del Sur", *La Correspondance Internationale*, n. 2, 20 de janeiro de 1923, p. 26-27.

de novo a paz do mundo. O imperialismo ianque desenvolve-se e cria as bases para futuros conflitos que exigirão novos sacrifícios sangrentos das massas proletárias. A América do Norte transforma-se no centro da reação internacional da burguesia contra o proletariado.

A extensão do imperialismo americano

O imperialismo americano tenta estender sua influência a todas as regiões do mundo. Tanto na Ásia como na África e às margens do Pacífico, procura novas esferas de atividade para sua exploração. O imperialismo dos Estados Unidos garante seu domínio sobretudo na América Latina, sob uma forma supostamente econômica ou mediante uma dominação política aberta. Na América do Sul esse país busca segurança para a saída de seus produtos, que já não pode ser garantida pelo capitalismo europeu devido ao enfraquecimento de sua base social.

A doutrina Monroe permite que os imperialistas americanos assegurem sua conquista econômica da América Latina. Os empréstimos, os novos investimentos de capitais americanos em explorações industriais, comerciais e bancárias, as concessões de estradas de ferro e de empresas marítimas, a aquisição de jazidas de petróleo, estas múltiplas formas de expansão da penetração econômica ianque mostram como o capitalismo dos Estados Unidos deseja transformar a América do Sul na base de seu poder industrial.

Esta precaução econômica também incita as diversas burguesias nacionais a intervir nas lutas imperialistas da América Central, do Panamá, da Colômbia, da Venezuela e do Peru. A burguesia de toda a América prepara a reação contra o proletariado convocando congressos policiais, e quando os operários sul-americanos se opõem às tentativas criminosas do capitalismo ianque, como durante o processo de Sacco e Vanzetti, as classes governantes reprimem estas demonstrações proletárias para demonstrar sua submissão interesseira e consciente ao imperialismo do Norte. A união pan-americana da burguesia é um fato evidente, assim como seu objetivo de manter os privilégios de classe e o regime de opressão.

O dever do proletariado da América do Sul

Operários e camponeses da América do Sul! O imperialismo capitalista introduz em vossos países os antagonismos mundiais que provocaram entre os povos da Europa a guerra mais sangrenta e a maior reação. Já está na hora de unir as forças revolucionárias do proletariado, pois os capitalistas de toda a América se unem contra a classe operária.

Camaradas, os operários e os camponeses da América do Sul ainda não têm organizações de luta de classe disciplinadas e a necessária unidade de ação. Vossa classe dominante se apoia no formidável poder dos Estados Unidos para esmagar vossos esforços, reprimir vossas ações libertadoras e impedir qualquer tentativa revolucionária de vossas massas oprimidas.

Operários e camponeses! A Internacional Comunista vos chama. Não se esqueçam de que nos Estados Unidos há comunistas dispostos a ajudá-los na luta revolucionária. A luta comum dos proletários de todos os Estados da América contra todos os capitalistas americanos solidários é uma necessidade vital para a classe explorada. Ela se apresenta como o único caminho para vossa salvação. O exemplo heroico da Revolução Russa, que realizou uma luta encarniçada contra o capitalismo internacional, fará com que compreendam o destino que vos espera se permanecerem indiferentes enquanto a classe abastada agrava a exploração capitalista. Em vossos países, os antagonismos entre a alta finança e a indústria aumentam e os conflitos imperialistas mundiais ameaçam provocar matanças também entre vocês.

Camaradas, é preciso contrapor a unidade proletária à ofensiva burguesa. Organizai-vos, uni vossa ação revolucionária à ação da classe operária e camponesa de toda a América e de todos os países do mundo. Lutai contra vossa própria burguesia e estareis lutando contra o imperialismo ianque que encarna em extremo grau a reação capitalista. Uni-vos em torno da bandeira da Revolução Russa, que criou as bases da revolução proletária mundial.

Como na Revolução Russa, deveis vos preparar para transformar qualquer tentativa de guerra em luta aberta da classe operária contra a burguesia. Como nela, realizareis a ação contra o imperialismo preparando a ditadura proletária que destruirá em toda a América a ditadura burguesa. Se continuardes divididos e desorganizados, a burguesia americana vos degolará, esmagará vossas ações e aumentará a exploração capitalista, apossando-se de vossas conquistas. A luta contra vossa própria burguesia será cada vez mais a luta contra o imperialismo mundial e transformar-se-á em uma batalha de todos os explorados contra todos os exploradores.

Camaradas! Organizai-vos! Fortalecei vossos partidos comunistas e criai-os onde eles não existem. Uni vossa ação à ação de todos os comunistas da América. Organizai o proletariado revolucionário que luta com a Internacional Sindical Vermelha e trabalhai para que existam em toda a América seções da Internacional Comunista e da Internacional Sindical Vermelha.

Viva a Internacional Sindical Vermelha! Viva a Internacional Comunista!
Viva a Rússia dos Sovietes! Viva o proletariado revolucionário da América e viva a revolução mundial!

II. O impacto da Revolução de Outubro

Luis Emilio Recabarren

*A Revolução Russa e os trabalhadores chilenos**

No final de 1922, Recabarren vai a Moscou para participar do IV Congresso da Internacional Comunista e do II Congresso da Internacional Sindical Vermelha. Quando retorna ao Chile, publica em 1923 um livro, *La Rusia obrera y campesina*, que inclui um ensaio sobre sua viagem à URSS e textos de Lenin e Trotski. No trecho a seguir, critica a democracia capitalista do Chile à luz da experiência do poder operário soviético. Este texto ilustra o modo como os setores mais radicalizados do movimento operário latino-americano acolheram a Revolução de Outubro, esboçando uma primeira tentativa de análise marxista do parlamentarismo burguês na América Latina.

As objeções de que a Rússia ainda não pôde estabelecer um regime comunista estão totalmente desprovidas de razão e de seriedade. Quem ler cuidadosamente o relatório de Trotski poderá perceber o que significa edificar um Estado operário sobre as ruínas de um regime capitalista que desaparece no turbilhão da mais imensa das guerras que assolaram a humanidade, que foi a guerra europeia de 1914 a 1918; sobre o monte de ruínas acumuladas pelo regime capitalista durante a guerra, vencendo as contrarrevoluções dos capitalistas que lutaram para reconquistar o poder até 1922, acima de todos os inconvenientes da guerra, das contrarrevoluções, da fome, da falta de cultura do povo e da falta de cooperação dos trabalhadores dos demais países, acima de tudo isso a Rússia operária e camponesa se desenvolve e triunfa.

Estas razões e as outras, apresentadas nas diversas páginas deste livro, demonstrarão ao leitor que é pouco razoável exigir dos comunistas a construção ou edificação rápida de um novo regime sobre as ruínas e o caos deixados por um regime que desaparece e sobre os inconvenientes criados depois pelo capitalismo, fora da Rússia. Não querer acreditar em todas estas coisas nem querer apreciar estas razões significa se colocar fora de toda realidade.

Fica demonstrado que toda a população trabalhadora é dona do poder, pois em suas mãos está eleger os elementos do poder, e também anular o

* Luis Emilio Recabarren, "La Rusia obrera y campesina", 1923, em *Obras escogidas*, Santiago, Recabarren, 1965, t. I, p. 182-85.

poder. Se as eleições são feitas nos locais de trabalho, se os membros dos soviets são eleitos em verdadeiras assembleias, estamos diante de atos eleitorais totalmente diferentes dos demais países. Na Rússia é uma realidade, UMA VERDADEIRA REALIDADE que o povo elege seus administradores, na Rússia é UMA VERDADEIRA REALIDADE que o povo tem direitos eleitorais.

No Chile carecemos de direitos eleitorais, pois desde a inscrição nos registros os cidadãos que não vêm recomendados por políticos influentes começam a ser incomodados, porque as inscrições são feitas de acordo com o capricho dos maiores contribuintes e no momento em que a maioria dos cidadãos está trabalhando.

A inscrição em massa dos inquilinos dos fundos se contrapõe como uma força que equilibra efetivamente toda influência de inteligência que poderia haver no eleitorado das cidades. Mas mesmo nas cidades compra-se o voto dos cidadãos, ou toma-se o lugar de eleitores ausentes ou mortos, ou falsificam-se as atas ou os resultados verdadeiros das eleições, de acordo com as necessidades dos dirigentes políticos das classes capitalistas.

Isto é UMA VELHA REALIDADE NO CHILE QUE NINGUÉM PODE NEGAR, e estes costumes anulam todos os direitos que constam das leis, sendo mentira tudo o que se diz sobre a existência de direitos ou liberdades. Quando se diz que o Chile é um país em que a DEMOCRACIA é um costume estabelecido, diz-se uma mentira exata. No Chile não há democracia. O governo serve aos interesses dos grandes capitalistas sem levar absolutamente em conta os interesses dos outros habitantes da nação. Quem examinar honradamente os atos do governo, terá de reconhecer esta verdade.

Para enganar o povo se diz: “Não é verdade que os operários democratas estão no governo?”. E nós perguntamos: em companhia de quem os democratas governam? E todo o povo verá e reconhecerá que os democratas governam juntos e de acordo com os grandes capitalistas do país ou com os representantes desses grandes capitalistas. E governando em companhia desses grandes capitalistas, terão de servir preferencialmente os interesses deles, abandonando assim os interesses da classe trabalhadora, pois no governo de um país NUNCA é possível servir aos dois interesses ao mesmo tempo. Esta é a VERDADE.

Os capitalistas, que são muito hábeis, permitiram que alguns democratas ocupassem o Congresso e até mesmo o governo, desde que sirvam apenas aos seus interesses; mas desta forma, levando os democratas ao governo, mantêm a ilusão do povo, que espera e acredita que algum dia haverá alguma melhora, e enquanto os trabalhadores mantêm suas esperanças NÃO LUTAM, CRUZAM OS BRAÇOS ESPERANDO O CUMPRIMENTO DAS PROMESSAS, e assim a classe capitalista continua tranquila, explorando e oprimindo a população.

Isto é o que se conseguiu com a democracia: adormecer as classes trabalhadoras sob a influência de uma esperança.

A DEMOCRACIA é uma espécie de brinquedo com que o explorador capitalista ilude e entretém o povo para acalmar seus furores e desviar sua atenção. Que abuso foi suprimido do país desde que os democratas chegaram ao governo? [...] Terminou a tirania e os abusos dos carabineiros? Desapareceu o sistema de fichas e a supressão do comércio livre dos minérios? Desapareceram os processos caluniosos contra os trabalhadores organizados? Desapareceu a perseguição à imprensa operária e aos operários federados? Desapareceu a violação das leis do descanso dominical, de acidentes de trabalho, da que reprime o alcoolismo?

O que conseguiram os democratas enquanto governam em companhia dos capitalistas e em troca de seu apoio? SERIA BOM SABER ISSO. Conseguiram apenas uns quantos empregos para uns quantos amigos e a VAIDADE de se sentirem governantes, quando na verdade estão no governo apenas para servir aos interesses dos capitalistas e nunca aos interesses do povo.

Na Rússia, os trabalhadores NUNCA acreditaram nas mentiras da democracia e adotaram diretamente o caminho da REVOLUÇÃO, que é mais curto e MAIS SEGURO, e isso lhes deu a vitória que nós, comunistas, celebramos.

Aníbal Ponce

*A Revolução de Outubro e os intelectuais argentinos**

Aníbal Ponce (1898-1938), pensador marxista argentino, discípulo do famoso sociólogo José Ingenieros, é autor de vários trabalhos originais e profundos de ciência social, entre os quais o mais conhecido é *Humanismo burguês y humanismo proletario* (1935). Professor de psicologia na Universidade de Buenos Aires, Ponce perderá seu cargo por pressão do governo argentino, sob a acusação de fazer “propaganda comunista ou contrária à ordem social e ao regime institucional”. O trecho apresentado a seguir pertence a uma biografia de José Ingenieros. Nele se descreve a atmosfera dos meios intelectuais não conformistas do pós-guerra e sua simpatia pela Revolução de Outubro, embora não se estabeleça uma diferença muito clara entre o “maximalismo” bolchevique e o anarcossindicalismo.

A reforma universitária, iniciada como um movimento de protesto contra uma escola envelhecida, transformou-se rapidamente em uma verdadeira revolução estudantil (maio de 1918). Uma nova geração iniciava a vida proclamando bem alto sua inquietação renovadora, e o país inteiro, preocupado com outras coisas, sentiu com assombro seu poder e sua força. Entre debates apaixonados, despertados pelo jornalismo e aproveitados pelos políticos, a juventude universitária de Córdoba tomava o mais firme reduto da reação conservadora.

Enquanto isso, a neutralidade aparente da nação não bastava para impedir que até nós chegassem os estragos da tragédia remota. As facções rivais envenenavam os espíritos com seus ódios recíprocos, e a guerra vivia nos lares, nas escolas, nos partidos. As mentiras da imprensa capitalista, a propaganda das agências inglesas, o velho amor filial pela França, o aparente idealismo do presidente Wilson, pareceram conceder aos exércitos aliados a defesa vitoriosa dos ideais revolucionários.

Vozes isoladas chegaram mais tarde: Romain Rolland, Barbusse, Franck, Latsko... Com os olhos avermelhados pela fogueira, com a palavra quase quebrada pela emoção, os *precursores* gritavam-nos todo o horror da mentira iníqua: nada de guerra pelo direito, nada de guerra pela justiça. Industriais de um lado, industriais do outro; carvão e aço, hulha e petróleo. Milhões de pobres bestas humanas pereciam; em troca, eles conquistavam a glória, entravam nas academias, centuplicavam seus tesouros.

* Aníbal Ponce, “José Ingenieros, su vida y su obra”, 1926, em *Obras completas*, Buenos Aires, Héctor Matera, 1957, p. 88-90.

Ninguém ainda contou como nosso coração de 20 anos batia naquele momento decisivo da história. Na incerteza e no desconcerto, havíamos vivido vários anos com o ouvido tenso para rumores longínquos. Sabíamos sim, com certeza, que a sociedade feudal agonizava e, entre os escombros de um mundo demolido, começava a se esboçar a cidade do futuro. Da Rússia remota, o resplendor da fogueira chegava a nós com um surdo clamor crescente, enorme e vago como o pensamento das multidões. Eram tão inauditos os acontecimentos, sucediam de forma tão vertiginosa, oscilava de tal modo a mentalidade do mundo, que para nós retrocederam os limites do impossível. Como no verso de Milton, “no meio do dia havíamos visto nascer a aurora”.

Mas como discernir, entre o tumulto das vozes, a palavra de vida que mostrasse o caminho? Quem assumiria a tremenda responsabilidade de orientador e vigia? Ao redor de nós, o espetáculo indigno dos momentos graves: os profissionais da política movendo-se nas sombras; os intelectuais do país obrigando-se ao silêncio. O medo em todas as partes; o medo hipócrita que sempre fala da pátria e do lar comprometido; o medo, enfim, que haveria de deixar logo mais, na “grande coleta”, sua nota cômica e, na “semana de janeiro”, sua careta trágica.

Só um homem podia falar, e para ele dirigiram-se nossos olhares. Milhares de estudantes e operários lotavam a sala do Teatro Novo, naquela noite da conferência memorável (22 de novembro de 1918), como se a intensidade da expectativa provocasse em cada pessoa um arrepio de emoção. Ingenieros apareceu por fim e, com a mesma naturalidade com que fazia tudo, encaminhou-se para a tribuna como se fosse uma cátedra. Traçou a grandes rasgos o panorama revolucionário do pós-guerra, tal como ele havia se apresentado, com sinais inequívocos, nas transformações da política, nas legislações trabalhistas, na renovação dos ideais éticos. Nas oficinas e nas escolas, nos parlamentos e nas barricadas, mil indícios sugestivos prognosticavam a iminência de uma crise decisiva e ninguém ignorava que uma guerra entre os grandes Estados capitalistas europeus traria como consequência lógica o triunfo definitivo das mais radicais aspirações das esquerdas. Mas a Grande Guerra veio e poucos, muito poucos no mundo, puderam evitar a loucura coletiva. A fumaça dos combates pareceu cegá-los, tomando partido por um ou outro dos lados combatentes, como se residisse na vitória das armas a finalidade verdadeira da guerra. No início de 1918 ocorreu na Rússia uma virada decisiva, e o quinto congresso pan-russo dos soviets, estabelecendo o Estatuto Constitucional para os povos emancipados, inaugurava um novo capítulo na filosofia do direito político, imprimindo um novo caráter ao sistema republicano de governo, nacionalizando as fontes de produção, suprimindo o parasitismo das classes ociosas. Apesar das injúrias das agências telegráficas que os governos interessados difundiam

pelo mundo, Ingenieros afirmava que o movimento maximalista representava a revolução social em seu verdadeiro significado, assim como se previra antes da guerra, tendo colocado um raio de esperança nos olhos moribundos de Reclus.

Os erros inevitáveis do começo, as aparentes contradições dos primeiros passos, os excessos do sectarismo ou do terror poderão perturbar o juízo dos envelhecidos ou dos temerosos. Mas para quem acompanha o curso da história com a visão panorâmica que ignora os detalhes, a Revolução Russa representa o advento da justiça social no mundo. Preparemo-nos para recebê-la; lutemos para formar na alma coletiva a clara consciência das aspirações novíssimas. “E essa consciência – terminava Ingenieros – só pode se formar em uma parte da sociedade, nos jovens, nos inovadores, nos oprimidos, que são a minoria pensante e atuante de toda sociedade, os únicos capazes de compreender e amar o futuro.”

Jamais, como naquela noite, Ingenieros esteve tão perto de nosso coração.

III. Os primeiros grandes marxistas latino-americanos

Julio Antonio Mella

*A guerra de classes em Cuba**

Julio Antonio Mella (1903-1929), fundador do Partido Comunista Cubano, foi um dos primeiros marxistas latino-americanos a analisar o fenômeno da dominação imperialista sobre os países do continente, suas relações com as ditaduras locais e a estratégia que recai sobre o movimento operário. Seus escritos, “redescobertos” depois da Revolução Cubana, caracterizam-se por um extraordinário vigor de expressão e por uma orientação revolucionária intransigente. O texto seguinte (de 1926) refere-se ao assassinato, por agentes do ditador Machado, de vários dirigentes e militantes operários; é característico de um período em que a luta de classes e o combate anti-imperialista estavam indissolúvelmente ligados para os comunistas latino-americanos.

Ante a ofensiva sanguinária do tirano e seu amo – o imperialismo capitalista ianque –, este folheto é uma resposta. Também é uma homenagem aos únicos núcleos revolucionários de Cuba que ainda defendem a liberdade à custa de suas vidas, a esses operários e camponeses, a esses poucos estudantes e intelectuais que souberam enfrentar o tirano e seus abusos, a estes é a homenagem. Como uma recordação dos caídos – sua memória nunca será traída pelos que ainda vivem –, como um estímulo aos que lutam, como uma vingança dos que vamos cair.

Um... Outro... Mais outro... E não podem ser contados. Não há mais uma nova emoção ao receber a notícia dos caídos. Soldados em batalha, sabemos que dia a dia o martirologio aumentará. Já não há humanidade. O ódio que crispa nossas mãos – que desejam ser garras – e a vingança que enche de um feroz fulgor o olhar – que aspira a ser raios de morte – mataram o que de humano pode existir em um oprimido.

Não há mais pátria. Só há classes inimigas.

A guerra classista explodiu brutal, violenta, sanguinária... Silêncio às bocas que gritam assustadas! Desprezo aos covardes que choram! Castigo aos miseráveis que não lutam! Louvor aos valentes que estão na vanguarda!

* Julio Antonio Mella, “El grito de los mártires”, 1926, em *Hombres de la revolución. Julio Antonio Mella*, Havana, Imprenta Universitaria, 1971, p. 17-24.

Que a discussão teórica e o bizantinismo estúpido cessem e a ação fale com sua eloquência definitiva!

O passado heroico de nossa classe nos guia e estimula. O grito das vítimas imoladas nas valas da Comuna de 1871, os alaridos dos mártires de 1905 imolados nas neves da Rússia czarista, o clamor mundial da revolta de 1917, esta é a música triunfal de nossa guerra. Os que caíram nos pântanos durante a Independência, depois de abandonar as fábricas; os que, devido à República, foram assassinados na primeira greve geral; os que valentemente sucumbiram em todas as epopeias proletárias da rápida e violenta industrialização de Cuba pelo imperialismo; eis os que iniciaram o caminho. Em frente!

DÍAZ BLANCO. Tu que regaste com teu sangue as barricadas improvisadas de Havana; tu que caíste sob o fogo dos irmãos explorados que inconscientemente nos matam e servem aos amos comuns: imperialistas, capitalistas e tirano; tu, proletário revolucionário, és um precursor.

Teu sangue, que correu pelas ruas de Havana, escreveu palavras que o operário todos os dias, quando vai para a sua prisão e quando se retira dela, lê emocionado, e estas palavras são: Justiça! Justiça! Justiça!

VARONA. Irmão lutador: quem teria podido profetizar teu final trágico? Líder magnífico. Gigante de corpo e pensamento. Tu estavas feito para a vanguarda do exército proletário. Grande como um gladiador, a própria morte parecia temer-te. Tua palavra desordenada – como a luta nos campos de Cuba – era palavra de profeta anunciador de uma nova era. Tua direção nas formidáveis greves das usinas de açúcar era uma esperança para o proletariado ávido de novas conquistas. Saúde, general dos inexperientes e vermelhos exércitos proletários de Cuba! Quando passarem os anos e o proletariado destruir as tiranias sociais, tu também terás sido um precursor.

Tu caíste vítima do traiçoeiro assassinato de um servo do tirano, do servo que foi expressamente te buscar no palácio presidencial¹. A justiça dos tribunais oficiais, em um resto de pureza, absolveu-te da acusação imaginária de terrorista. Mas quem poderia te absolver da “justiça” pessoal do tirano? Ante ele, tu merecias a morte: eras operário oprimido, lutavas por teus camaradas contra o imperialismo estrangeiro, e este delito nunca é perdoado pelo tirano.

O último grito que escapou de tua garganta quando caíste ainda ressoa aos ouvidos dos proletários de Cuba: Vingança! Vingança! Vingança!

¹ O ajudante presidencial capitão Vigil Menéndez, de acordo com declarações de testemunhas e familiares em folheto que circulou clandestinamente.

CUXART. Infeliz e obscuro operário. Tu não sabias da guerra de classes; tu não sabias do ódio que sentem por nós os ricos e seus servidores, os do atual regime de tirania. Eras feliz “porque cumprias com teu dever”, fazias teu trabalho pontualmente e mais nada... Mas quem te diria que terias de ser instrumento de vários criminosos adutores?

O amo é todo-poderoso, o amo é teatral como um histrião ou um tirano; o amo gosta das fortes emoções sem perigo. Então se inventou uma “conspiração”, um “atentado” e tu, infeliz operário, foste o brinquedo dessa farsa que originou felicitações nos jornais, promoções como recompensa, e outras vantagens aos monstros que forjaram a farsa do atentado pessoal.

Preso, um irmão nosso também, um soldado, te aplicou, para servir ao amo, a lei. Ó ironia das palavras! – Fuga...

Ah, camarada Cuxart! Tu caíste. Mas o soldado que te assassinou hoje tem pesadelos terríveis. Todas as noites vê teu corpo aparecer como um fantasma sobre os muros centenários de La Cabaña, e vê tua figura ascender junto com as dos mártires que sucumbiram no Foso de los Laureles defendendo a Independência de Cuba contra a tirania da velha Espanha. O soldado ignorante tem graves preocupações. Ele não compreende como tua figura está unida à dos mártires da revolução. Ele não sabe que é criminoso matar um “cachorro operário”. Mas chama seus companheiros e lhes conta suas visões.

(Ó, soldados, operários e camponeses, quando compreenderdes em Cuba, oprimidos pela tirania machadista, como compreenderam os russos oprimidos pela tirania czarista, que sois uma única classe, que sois irmãos, que tendes amos comuns, que as fábricas, os campos e o poder vos pertencem, e a ninguém mais que a vós? Os operários e camponeses fazem as riquezas, e vocês, soldados, defendem-nas para os exploradores, os burgueses nativos e estrangeiros. Quando compreenderdes que o oficial parasitário é servil instrumento do ianque das usinas e das estradas de ferro, e que unidos eles oprimem a vós, soldados, e a vossos irmãos, operários e camponeses?)

O grupo de soldados que escuta nas altas horas da noite, junto ao mar onde o *Maine* foi afundado para cometer a infâmia de deixar que bandoleiros se apoderassem de Cuba, não consegue explicar a aparição dos fantasmas. Mas dos seus peitos escapa um grito unânime, e este grito, que pode ser ouvido entre a multidão de soldados, é: Rebelião! Rebelião! Rebelião!

GRANT. Tu és da pátria dos ianques onipotentes. Mas nada te salvou. Naquele país, assim como em Cuba e em muitos outros, não se é cidadão por nascer dentro do território. Só são cidadãos dos Estados Unidos da América os grandes ricos, esses que chegam a Cuba como conquistadores e dão ordem ao governo nacional, por meio do embaixador, para proteger seus interesses. Tu és operário e lutador,

pois não podias ter a proteção de teu governo, nem de nenhum! Mais isto, depois de lutas épicas na greve ferroviária de 30 dias, vários mortos, muitos feridos e ainda mais desaparecidos. Uma noite, um revólver de “pessoa desconhecida” – é o que dizem os jornais burgueses – põe primeiro em tua frente a boca fria do cano, e depois a bala que te privou da vida e te fez mais um mártir de nossa causa.

Operário americano: que tua morte traiçoeira, pela mão de agentes das empresas imperialistas – agentes que tanto podem ser soldados nacionais quanto guardas a serviço das empresas – desperte a nação de Lincoln, que ela compreenda que a oligarquia financeira que domina o mundo a partir de Wall Street é a maior inimiga do povo dos Estados Unidos.

De qualquer forma, os milhares de companheiros que desfilaram perante teu cadáver em Camagüey ouviram este grito salvador lançado pela boca sangrenta de tua ferida: Abaixo o imperialismo!

LÓPEZ. Guerreiro, não tenho palavras para ti. O autor destas linhas sente-se hoje órfão. Novato na luta, foi com teu exemplo, com tua ação, que ele adquiriu experiência.

Ó, teu verbo de proletário, ó, tua ação sindicalista, ó, teu poder de organização! A Federação Operária de Havana, a Confederação Nacional Operária, os Congressos de Camagüey e Cienfuegos são órgãos poderosos da luta de classe. Mas tu, lutador, foste a alma deles. E ainda mais, apesar de teu desaparecimento, continuarás sendo o mestre do proletariado cubano.

(Mestre, não te ofereço lágrimas em homenagem, nem estas linhas – que não são literatura, mas sim ação revolucionária; o que te ofereço é o juramento solene de te seguir, de continuar tua obra, de cooperar para que a nova geração proletária à qual pertences supere a anterior na luta pelo triunfo de si mesma.)

Ninguém conhece teu paradeiro. Por acaso nós, os revolucionários, podemos escolher a forma de nossa morte? Caímos como soldados onde quer que a bala inimiga nos encontre. Sequestrado ou vivo, voltarás à luta com maior entusiasmo. Assassinado? “O único descanso do revolucionário é a tumba” – como já disse Saint-Just há mais de um século.

Mestre, irmão e companheiro: as obras que fizeste são mudos monumentos à tua memória. Quando chegar, para a classe oprimida, a hora de nosso triunfo, em grande parte ele será obtido pelo que tu iniciaste. Não terás avenidas de cidades burguesas, nem estátuas em parques públicos. Mas cada proletário saberá que as organizações que tu fundaste são os melhores monumentos à tua memória.

Saúde, lutador! Essas organizações que tu nos deixaste são nossos batalhões vermelhos, e algum dia eles gritarão contra os tiranos de hoje, contra o imperialismo, contra o capitalismo nacional – seus aliados – eles gritarão: Ao assalto! Ao assalto! Ao assalto!

Vós, camaradas ainda com vida (permiti que não os nomeie caso o raio da tirania ainda não aponte para eles), camaradas perseguidos, candidatos à imolação como todos nesta luta, digamos em um só grito: Para frente!

É preciso repetir a palavra de ordem: Triunfar ou servir de trincheira para os outros. Até depois de mortos somos úteis. Nada de nossa obra se perde. Seus passos, avanços triunfais... A vitória chegará à nossa classe por inevitável mandato da história.

Aos desterrados para a Espanha; aos que serviram de bucha de canhão no matadouro humano de Marrocos contra o libertador Abd El-krim; aos desaparecidos nos campos, aos “suicidados” à força, a todos vós, bravos soldados do Exército Operário e Camponês, saudações!

Aos que encheram as prisões, saudações!

(Ó lembrança dolorosa de miséria! Companheiros de prisão: nesse cárcere de Havana selamos nossa união com o proletariado revolucionário e com todos os anti-imperialistas que anseiam pela libertação de Cuba de seu tirano e do amo do tirano: o imperialismo. Os cárceres e as perseguições são universidades dos lutadores. Saudações aos doutores da revolução!)

TIRANO: tu és um pobre degenerado pelos vícios, pela idade e pelas riquezas. Achas que é um super-homem nietzschiano. (Alberto Lamar, um dos lacaios que te adulam publicamente na imprensa, enquanto em particular não é suficientemente bruto para calar a verdade – ó, quanto nojo por umas migalhas de pão! – poderá te explicar quem foi Nietzsche. Esta é a vantagem dos tiranos: ter seres que lhes expliquem tudo o que eles não sabem. E cuidado, que eles necessitam de pessoas! Mas têm o poder e o ouro e o servilismo dos famintos.)

O proletariado é mais inteligente e compreensivo que tu, ser ignorante, bestial e epilético. Supões que uma ou 20 mortes resolvem o problema social, o grande problema do século. Se isso fosse assim, já teriam feito contigo o que teus esbirros fizeram com centenas dos nossos. Se o assassinato fosse a panaceia, já terias sido assassinado. Mas não é assim, imbecil degenerado.

Repetes como papagaio frases sobre o fracasso da democracia, a necessidade das ditaduras e outros clichês que um advogado fabricou para a cerimônia cinematográfica de tua coroação como doutor *honoris causa*.

Tu não és ditador, nem tirano, nem governas por vontade – não é preciso utilizar a frase grosseira e popular que tu usas em particular. Pobre joguete ignorante das cegas forças da história!

Pode ser que o medíocre com mielite, professor da Universidade, que é teu cão cérbero na Fazenda, saiba dessas coisas. Pergunta a ele.

O desenvolvimento da história é determinado pelas forças de produção, pelo jogo fatal das forças econômicas. Em Cuba o imperialismo desenvolveu uma grande indústria e criou, por sua vez, seu “coveiro”, o proletariado.

Na época da democracia burguesa de Zayas, o proletariado e outras forças progressistas adquiriram solidez. A democracia burguesa algumas vezes é útil para o proletariado. Aquela situação não podia continuar. A riqueza dos grandes imperialistas não estava segura com a greve nas usinas, nas estradas de ferro, e com as agitações anti-imperialistas dos estudantes, além dos movimentos mais ou menos revolucionários, como o dos V. e P.

O fator de produção interveio, clamando pela necessidade de proteção. O imperialismo capitalista, que investira 1,2 bilhão de dólares, precisava de garantias. Estas não podiam ser dadas por Mendieta, o candidato opositor do teu mesmo partido. Este Mendieta era “cubano”, “muito cubano”. É provável que ele também teria matado trabalhadores. Mas nunca teria sido um joguete cego dos imperialistas. Mendieta pertencia à pequena classe dos capitalistas nacionais, aos fazendeiros. Ele teria servido a esta classe. Isto não convinha aos “gringos”. Então, tu surgiste. Tu, grande acionista do truste elétrico ianque de Cuba; tu, que não tinhas inteligência; tu, que és suficientemente sanguinário para assassinar todos os que estorvam; tu, que garantiste a segurança de um banco imperialista, ladrão do povo cubano, com teu dinheiro e com o do tesouro nacional; enfim, eras a pessoa que podia servir, sustentar e ajudar o imperialismo capitalista de 1,2 bilhão de dólares. Todas tuas ações perseguem este fim.

Não foste morto, nem morrerás em um atentado individual porque não és ninguém; és um instrumento de uma força social. Mas tua ação está gerando uma contrária. Os trabalhadores que assassinam e tiranizam, os camponeses que fazem desaparecer, os colonos que arruinam, os intelectuais que “silenciam”, os “políticos profissionais” que enganam etc. etc.; todos esses, também pressionados pelas circunstâncias, vão te fazer uma revolução. Não a ti, girino incompleto de uma classe nacional que ainda não nasceu, mas aos que te mandam, aos que serves. Poderás continuar vivo – muitas vezes o povo é imbecil –, mas não poderás evitar que exista um novo agosto de 1906, nem um novo fevereiro de 1917. Estas revoluções também foram contra os escravos do poder imperialista ianque: Estrada Palma e Mario García. No entanto, haverá uma diferença. Nesta nova revolução, que poderá ocorrer quando tentares te reeleger, antes ou depois, a classe operária, um pouco mais madura e organizada, fará sua Comuna cubana de 1871, seu primeiro ensaio de assalto ao poder. Tu uniste os camponeses arruinando-os, os operários assassinando-os, e ambos entre si com teu servilismo ante os inimigos de Cuba, grande farsante que pediste a abolição da Emenda Platt. Tu és a melhor Emenda Platt, a melhor proteção para os interesses imperialistas. Tu colherás o que semeaste.

Nada poderás fazer. Mil assassinatos não resolverão mais nada.

TIRANO: os que vais matar – ou os que vão exterminar teu regime em uma ação revolucionária de massas – te desprezam. Sabem que és um pigmeu perante a história, um instrumento cego, e que teu destino está unido ao dos tiranos que pretendes imitar. (O fascismo é um remédio temporário contra a democracia, burguesa ou proletária, mas nunca a cura do mal social. Uma doutrina reacionária nunca deterá a marcha dos acontecimentos. Nem um homem...)

Tens apenas uma saída: destruir todo o povo de Cuba, asno com garras. Mas isto não é possível. Quem iria trabalhar?

Saudações, tirano!

Aqueles que assassinaste, os que perseguiste, os que prendeste, todos os que tiranizas te saudamos cheios de otimismo. Trabalhas para nós. Mata, prende. “O sangue é o adubo da liberdade.” Na vida real, esta afirmação já se repetiu muitas vezes. O povo de Cuba triunfará. Ele irá à luta porque sabe, com o mestre Marx, que pode perder apenas os grilhões, e em troca tem um mundo a ganhar. Preparar a nova sociedade dos produtores!

Julio Antonio Mella

*O proletariado e a libertação nacional**

Mella também foi um dos primeiros marxistas latino-americanos a analisar e criticar o nacionalismo populista. O seguinte trecho foi extraído de um livro (publicado por Mella, no México, em 1928) polêmico contra a APRA – Aliança Popular Revolucionária Mexicana – de Víctor Raúl Haya de la Torre. Sem excluir o apoio tático a movimentos nacionalistas burgueses, Mella insiste na cumplicidade entre o imperialismo e as burguesias nacionais do continente, e na primazia da contradição de classe. A tese que atribui à classe operária a tarefa histórica de libertar a América Latina do domínio imperialista é característica do primeiro período do comunismo latino-americano.

Os comunistas ajudarão, ajudaram até agora – México, Nicarágua etc. –, os movimentos nacionais de emancipação, ainda que estes tenham uma base burguês-democrática. Ninguém nega esta necessidade, desde que sejam verdadeiramente emancipadores e revolucionários. Mas eis o que aconselha a tese de Lenin ao II Congresso da Internacional.

A Internacional Comunista deve apoiar os movimentos nacionais de libertação [embora tenham uma base, como todos a têm, democrático-burguesa. N. do A.], nos países atrasados e nas colônias, com a condição de que os elementos dos futuros partidos proletários, comunistas não só no nome, se agrupem e se eduquem na consciência de suas próprias tarefas diferentes, tarefas de luta contra os movimentos democrático-burgueses dentro de suas nações. A IC deve se aliar temporariamente à democracia burguesa das colônias e dos países atrasados, mas sem se fundir com ela e salvaguardando expressamente a independência do movimento proletário, mesmo em seus elementos mais rudimentares.

Esta é a opinião marxista sobre a frente única, pela voz do mais prático e exato intérprete de Karl Marx: Nicolau Lenin. Os “arpistas” não provaram que eles o interpretam melhor, embora queiram nos fazer acreditar nisso.

Isto não é apenas “teoria”, pois nós o vivemos na América. No México, o Partido Comunista tem apoiado a luta da burguesia liberal, democrática e revolucionária contra o imperialismo e seus aliados nacionais: o clero católico e os

* Julio Antonio Mella, “La lucha revolucionaria contra el imperialismo”, 1928, em *Hombres de la revolución...*, p. 76-78.

militares reacionários, profissionais da revolta. O mesmo fizeram os comunistas no “caso Nicarágua”. Os comunistas de Cuba, sem se fundirem com o Partido Nacionalista, conservando a independência do movimento proletário, apoiá-lo-iam em uma luta revolucionária pela emancipação nacional verdadeira, se esta luta ocorresse. Na luta contra a “Prorrogação dos Poderes”, aspecto político imediato do imperialismo yanque, apoiaram todos os “antiprorrogacionistas”, ainda que não fossem operários nem comunistas. No Chile, o forte Partido Comunista lutou por uma frente única contra a ditadura imperialista de Ibáñez. Mas em momento algum pretenderam deixar a classe operária isolada ou entregue às outras classes; assim, quando as condições mudarem – como está acontecendo agora no México – ela não vai se sentir órfã e sem direção. Na verdade, isto é o que pretende a “Frente Única” do APRA, ao não falar abertamente do papel do proletariado e ao nos apresentar uma frente única abstrata, que não passa da frente única em prol da burguesia, traidora clássica de todos os movimentos nacionais de verdadeira emancipação. “Os movimentos nacionais libertadores das colônias e das nacionalidades oprimidas estão se convencendo por amarga experiência de que sua única salvação é a vitória do poder soviético.”¹

Em outros termos: o triunfo da revolução operária sobre o imperialismo mundial em cada país.

As traições das burguesias e das pequenas burguesias nacionais têm uma causa que todo o proletariado compreende. Elas não lutam contra o imperialismo estrangeiro para abolir a propriedade privada, mas para defender sua propriedade diante do roubo dos imperialistas.

Em sua luta contra o imperialismo – o ladrão estrangeiro – as burguesias – os ladrões nacionais – unem-se ao proletariado, boa bucha de canhão. Mas acabam compreendendo que é melhor se aliarem ao imperialismo, que no fim das contas tem o mesmo interesse. De progressistas, transformam-se em reacionárias. As concessões que faziam ao proletariado para tê-lo ao seu lado, são traídas quando este, em seu avanço, se transforma em um perigo tanto para o ladrão estrangeiro quanto para o nacional. Daí a gritaria contra o comunismo.

Por outro lado, os Estados Unidos – é uma característica do moderno imperialismo financeiro – não desejam tomar os territórios da América e acabar com toda a propriedade das classes dominantes, mas alugá-las, colocando-as a seu serviço, chegando até mesmo a melhorá-las, desde que lhes deem a exploração daquilo que eles necessitam. Um bom país burguês com um governo estável, isto é o que os Estados Unidos querem em cada nação da América, um regime em que as burguesias nacionais sejam acionistas menores das grandes empresas. Em troca, concedem-lhes o privilégio de “governar”, de ter hinos, bandeiras e até exércitos. Esta forma de domínio é mais econômica para eles.

¹ Lenin.

Moncada na Nicarágua, o Kuomintang na China (organização que os “arpistas” pretendem copiar), a nova política da pequena burguesia mexicana e toda a diplomacia cor-de-rosa feita na Conferência de Havana por muitas nações que se dizem livres e que fizeram um pacto com o imperialismo, no final das discussões, demonstram que é verdade o anterior².

Para falar concretamente: libertação nacional absoluta, o proletariado só obterá por meio da revolução operária.

² “Los trapos sucios de la Conferencia de Havana...” etc.

José Carlos Mariátegui

*Prólogo a Tempestade nos Andes**

É provável que José Carlos Mariátegui (1895-1930), fundador do comunismo peruano, seja o pensador marxista mais importante produzido até agora pela América Latina. Além de seus escritos filosóficos (*Defesa do marxismo*, 1928-29) e sociohistóricos (*Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, 1928), Mariátegui redigiu numerosos textos políticos do maior interesse, que ultrapassam seu contexto conjuntural, na medida em que tratam de problemas de fundo do movimento operário latino-americano. Este documento é um dos mais característicos do pensamento de Mariátegui, tanto por suas referências a Sorel (contra o “mediocre positivismo”), que ele tenta integrar à sua visão marxista, quanto pela sua exposição socialista da questão indígena. Sua admiração pelo passado incaico não o leva a uma concepção “restauracionista”, pois reconhece o caráter irreversível de certas “conquistas da civilização ocidental”. Um dos trechos desse importante texto pode provocar confusão. Quando afirma que uma das funções do socialismo é “realizar o capitalismo”, o que quer dizer com esta fórmula paradoxal é esclarecido pelo contexto imediato do mesmo parágrafo: só a revolução socialista pode realizar a tarefa agrária democrático-burguesa (“liquidação do feudalismo”).

Depois de nos ter dado em suas obras *De la vida inkaika* e *Del ayllu al Imperio* uma interpretação esquemática da história do Tawantinsuyu, Luis E. Valcárcel nos oferece neste livro uma visão animada do presente autóctone. Este livro anuncia “o advento de um mundo”, o aparecimento do novo índio. Não pode ser, assim, uma crítica objetiva, uma análise neutra; tem de ser uma afirmação apaixonada, um exaltado protesto.

Valcárcel percebe claramente o renascimento indígena porque acredita nele. Um movimento histórico em gestação só pode ser entendido, em toda a sua transcendência, pelos que lutam para que ele se torne realidade. (O movimento socialista, por exemplo, só é compreendido cabalmente por seus militantes. Isso não ocorre com os movimentos já realizados. O fenômeno capitalista não foi entendido e explicado por ninguém de forma tão ampla e exata como pelos socialistas.)

O empreendimento de Valcárcel nesta obra, se a considerarmos do ponto de vista de Unamuno, não é de professor mas de profeta. Ele não se propõe apenas

* José Carlos Mariátegui, “Prólogo a Tempestad en los Andes”, em *La polémica del indigenismo*, Lima, Mosca Azul, 1976.

a registrar os fatos que anunciam ou apontam para a formação de uma nova consciência indígena, mas a traduzir seu íntimo sentido histórico, ajudando essa consciência indígena a se encontrar e a se revelar a si mesma. A interpretação, neste caso, talvez como em nenhum outro, assume o valor de uma criação.

Tempestade nos Andes não é apresentada como uma obra teórica nem doutrinária. Valcárcel sente a raça keswa ressuscitar. O tema de sua obra é esta ressurreição. E só se prova que o povo vive, teorizando ou raciocinando, se ele é mostrado vivo. Este é o procedimento seguido por Valcárcel; mais do que com o alcance ou o caminho do renascimento indígena, ele se preocupa com documentar sua evidência e sua realidade.

A primeira parte de *Tempestade nos Andes* tem um tom profético. Em sua prosa veemente, Valcárcel põe a emoção e a ideia do ressurgimento incaico. Não revive o Inkario, mas o povo do Inka que, depois de quatro séculos de torpor, se coloca de novo em movimento rumo ao seu destino. Comentando o primeiro livro de Valcárcel, escrevi que nem as conquistas da civilização ocidental, nem as consequências vitais da colônia e da república, são renunciáveis¹. Valcárcel reconhece estes limites ao seu desejo.

Na segunda parte do livro, um conjunto de quadros cheios de cor e movimento nos apresenta a vida rural indígena. A prosa de Valcárcel assume um tom ternamente bucólico quando evoca, com figuras simples, o encanto rústico do agro serrano. O panfletário veemente reaparece na descrição dos “povoadores mestiços”, para traçar o sórdido quadro do povo parasitário, anquilosado, canceroso, alcoólico e carcomido, no qual as qualidades do espanhol e do índio degeneraram em uma miscigenação negativa.

Na terceira parte assistimos aos episódios característicos do drama do índio. A paisagem é a mesma, mas suas cores e vozes são diferentes. A serra geórgica da sementeira, da colheita e da Kaswa se transforma na serra trágica dos caciques e dos tributos. Pesa sobre os *ayllus* camponeses o despotismo brutal do latifundiário, do Kelkere e do gendarme.

Na quarta parte, a serra amanhece grávida de esperança. Não é mais habitada por uma raça unânime na resignação e na renúncia. Passa pela aldeia e pelos

¹ Eis aqui o que escrevi naquele momento (*Mundial*, setembro de 1925): “Valcárcel vai longe demais, como quase sempre que se deixa a imaginação livre. Nem a civilização ocidental está tão esgotada e podre como Valcárcel pressupõe. Nem depois de adquirir sua experiência, sua técnica e suas ideias, o Peru pode renunciar misticamente a tão válidos e preciosos instrumentos para retornar, com áspera intransigência, a seus antigos mitos agrários. A Conquista, apesar de negativa, foi um fato histórico. A República, tal como ela existe, é outro fato histórico. Contra os fatos históricos, pouco ou nada podem as especulações abstratas da inteligência, nem as concepções puras do espírito. A história do Peru não passa de uma parcela da história humana. Em quatro séculos, formou-se uma nova realidade. E ela foi criada pelas aluviões do Ocidente. É uma realidade fraca. Mas, de qualquer forma, é uma realidade. Seria excessivamente romântico que hoje pretendêssemos ignorá-la”.

agros serranos uma rajada insólita. Surgem os “índios novos”: aqui, o professor, o agitador; ali, o agricultor, o pastor, que não são mais os mesmos de antes. Deste advento participou o missionário adventista, e só acompanho a apreciação de sua obra com prudentes reservas por uma razão: o caráter de vanguarda do imperialismo anglo-saxão que, como adverte Alfredo Palacios, essas missões podem ter. O “novo índio” não é um ser mítico, abstrato, que só existe pela fé do profeta. Sentimos que ele é um ser vivo, real, ativo, nos momentos finais deste “filme serrano”, que é como o próprio autor define seu livro. O que distingue o “novo índio” não é a instrução, mas o espírito. (O alfabeto não redime o índio.) O “novo índio” espera. Tem uma meta. Este é o seu segredo e sua força. Todo o resto que existe nele é acessório. Também pude reconhecer isto em mais de um mensageiro da raça que veio para Lima. Recordo o imprevisto e impressionante tipo de agitador que encontrei há quatro anos no índio de Puna, Ezequiel Urviola. Este encontro foi a mais forte surpresa que o Peru me reservou após meu regresso da Europa. Urviola representava a primeira faísca de um incêndio futuro. Era o índio revolucionário, o índio socialista. Tuberculoso, corcunda, sucumbiu após dois anos de trabalho infatigável. Hoje não importa mais que Urviola não exista. Basta que tenha existido. Como diz Valcárcel, hoje a serra está prenhe de espártacos.

O “novo índio” explica e ilustra o verdadeiro caráter do indigenismo, que tem em Valcárcel um de seus mais apaixonados evangelistas. A fé no ressurgimento indígena não provém de um processo de “ocidentalização” material da terra keswa. Não é a civilização, não é o alfabeto, o que levanta a alma do índio. É o mito, é a ideia da revolução socialista. A esperança indígena é absolutamente revolucionária. O mesmo mito, a mesma ideia são agentes decisivos no despertar de outros velhos povos, de outras velhas raças em colapso: indianos, chineses etc. Hoje, como nunca, a história universal tende a se reger pelo mesmo quadrante.

Por que o povo inca, que construiu o mais desenvolvido e harmonioso sistema comunista, haveria de ser o único insensível à emoção mundial? A consanguinidade do movimento indigenista com as correntes revolucionárias mundiais é demasiado evidente para que seja preciso documentá-la. Já disse que cheguei ao entendimento e à justa valorização do indígena pelo caminho do socialismo. O caso de Valcárcel demonstra como minha experiência pessoal é exata. Homem de diversa formação intelectual, influenciado por seus gostos tradicionalistas, orientado por um tipo diferente de sugestões e estudos, Valcárcel resolve politicamente seu indigenismo em socialismo. Neste livro nos diz, entre outras coisas, que “o proletariado indígena espera seu Lenin”. A linguagem de um marxista não seria diferente.

A reivindicação indígena carece de concretização histórica, mantendo-se em um plano filosófico ou cultural. Para adquiri-la – isto é, para adquirir

realidade, corporalidade – precisa se transformar em reivindicação econômica e política. O socialismo nos ensinou a colocar o problema indígena em novos termos. Deixamos de considerá-lo abstratamente como problema étnico ou moral para reconhecê-lo concretamente como problema social, econômico e político. E então, pela primeira vez, sentimo-lo esclarecido e demarcado.

Os que ainda não romperam o cerco de sua educação liberal burguesa e, colocando-se em uma posição abstrata e literária, se entretêm com os aspectos raciais do problema, esquecem que a política e, portanto, a economia, dominam-no fundamentalmente. Utilizam uma linguagem pseudoidealista para escamotear a realidade, dissimulando-a sob seus atributos e consequências. Contrapõem à dialética revolucionária uma confusa linguagem crítica, segundo a qual a solução para o problema indígena não pode partir de uma reforma ou fato político porque uma complexa multidão de costumes e vícios, que só podem ser transformados por meio de uma evolução lenta e normal, escaparia de seus efeitos.

Felizmente, a história resolve todas as dúvidas e desvanece todos os equívocos. A Conquista foi um fato político. Interrompeu bruscamente o processo autônomo da nação keswa, porém não implicou uma repentina substituição de leis e costumes dos nativos pelos dos conquistadores. No entanto, este fato político abriu, em todas as ordens de coisas, tanto espirituais como materiais, um novo período. A mudança de regime bastou para mudar desde seus alicerces a vida do povo keswa. A independência foi outro fato político. Também não correspondeu a uma transformação radical da estrutura econômica e social do Peru, mas inaugurou outro período de nossa história, e se não melhorou praticamente a condição do indígena, por quase não ter tocado a infraestrutura econômica colonial, mudou sua situação jurídica e abriu o caminho à sua emancipação política e social. Se a república não seguiu este caminho, a responsabilidade pela omissão corresponde exclusivamente à classe que usufruiu da obra dos libertadores, potencialmente tão rica em valores e princípios criadores.

O problema indígena não admite mais a mistificação à qual foi submetido perpetuamente por um grupo de advogados e literatos, consciente e inconscientemente atrelados aos interesses da casta latifundiária. A miséria moral e material da raça indígena aparece demasiado nítida como uma simples consequência do regime econômico e social que há séculos pesa sobre ela. Esse regime, sucessor do feudalismo colonial, é o caciquismo. Sob seu império, não se pode falar seriamente de redenção do índio.

O termo caciquismo não designa apenas uma categoria social e econômica, a dos latifundiários ou grandes proprietários agrários. Designa todo um fenômeno. O caciquismo não está representado apenas pelos caciques propriamente ditos. Compreende uma ampla hierarquia de funcionários, intermediários, agentes, parasitas etc. O índio analfabeto se transforma em um

explorador de sua própria raça, porque se coloca a serviço do caciquismo. O fator central do fenômeno é a hegemonia da grande propriedade semifeudal na política e no mecanismo do Estado. Assim, deve-se atuar sobre este fator se se quiser atacar pela raiz um mal do qual alguns se empenham em contemplar apenas as expressões episódicas ou subsidiárias.

Essa liquidação do caciquismo, ou do feudalismo, poderia ter sido realizada pela república dentro dos princípios liberais e capitalistas. Mas, pelos motivos que destaquei em outros estudos, estes princípios não dirigiram de forma efetiva e plena o nosso processo histórico. Sabotados pela própria classe encarregada de aplicá-los, durante mais de um século foram impotentes para redimir o índio de uma servidão que constituía um fato totalmente solidário com o do feudalismo. Não é de se esperar que hoje, quando estes princípios estão em crise no mundo, eles adquiram repentinamente no Peru uma insólita vitalidade criadora.

O pensamento revolucionário, e mesmo o reformista, não pode mais ser liberal, mas socialista. O socialismo não apareceu por acaso, imitação ou moda em nossa história, como imaginam alguns espíritos superficiais, mas como uma fatalidade histórica. E enquanto, por um lado, os que professamos o socialismo propugnamos lógica e coerentemente a reorganização do país sobre bases socialistas e – constatando que o regime econômico e político que combatemos transformou-se gradualmente em uma força de colonização do país pelos capitalismos imperialistas estrangeiros – proclamamos que este é um instante de nossa história em que não é possível ser realmente nacionalista e revolucionário sem ser socialista; por outro lado, não existe no Peru, e nunca existiu, uma burguesia progressista, com sentido nacional, com profissão liberal e democrática e cuja política se inspire nos postulados de sua doutrina. Com a única exceção dos elementos tradicionalmente conservadores, não existe ninguém no Peru que, com maior ou menor sinceridade, não se atribua certa dose de socialismo.

Mentes pouco críticas e profundas podem supor que o fim do feudalismo é um empreendimento típica e especificamente liberal e burguês e que pretender transformá-lo em função socialista é mudar de forma romântica as leis históricas. Esse critério simplista de teóricos de pouca profundidade contrapõe-se ao socialismo sem outro argumento que o de que o capitalismo não esgotou sua missão no Peru. A surpresa de seus partidários será extraordinária quando ficarem sabendo que a função do socialismo no governo da nação, conforme a hora e o compasso histórico ao qual tiver que se ajustar, será em grande parte a de realizar o capitalismo – isto é, as possibilidades ainda historicamente vitais do capitalismo – no sentido que convenha aos interesses do progresso social.

Por isso Valcárcel, que não parte de apriorismos doutrinários – como se pode dizer, ainda que de forma inexata e superficial, de mim e dos elementos mais próximos da nova geração – chega ao mesmo resultado que nós, por intermédio de um trabalho natural e espontâneo de conhecimento e penetração do problema indígena. A obra que ele escreveu não é uma obra teórica e crítica. Tem um pouco de evangelho e até um pouco de apocalipse. É a obra de um crente. Aqui não estão os princípios da revolução que restituirá à raça indígena seu lugar na história nacional, mas aqui estão seus mitos. E desde que o alto espírito de Jorge Sorel, reagindo contra o medíocre positivismo que contagiou os socialistas de sua época, descobriu o valor perene do mito na formação dos grandes movimentos populares, sabemos bem que este é um aspecto da luta que, dentro do mais perfeito realismo, não devemos negligenciar nem subestimar.

Tempestade nos Andes chega no momento adequado. Sua voz ferirá todas as consciências sensíveis. É a profecia apaixonada que anuncia um Peru novo. E não importa nada que, para alguns, sejam os fatos que criam a profecia e, para outros, que a profecia crie os fatos.

José Carlos Mariátegui

*O socialismo indo-americano**

Neste documento, publicado como balanço editorial por ocasião do segundo aniversário da revista *Amauta*, Mariátegui resume suas concepções sobre a revolução na América Latina e apresenta o socialismo como única alternativa à dominação imperial sobre o continente. Trata-se, acrescenta ele numa fórmula que ficará famosa, de um socialismo *indo-americano*, que não deverá ser “decalque e cópia” de outras experiências – concretamente, da União Soviética –, mas sim uma criação heroica dos povos das Américas. É sem dúvida um dos escritos políticos mais originais e importantes de Mariátegui.

[...] A mesma palavra Revolução, nesta América das pequenas revoluções, presta-se bastante ao equívoco. Temos que reivindicá-la rigorosa e intransigentemente. Temos que restituir-lhe seu sentido estrito e cabal. A revolução latino-americana será, nada mais e nada menos, que uma etapa, uma fase da revolução mundial. Será, simples e puramente, a revolução socialista. A esta palavra, somem-se, segundo os casos, todos os adjetivos que queiram: “anti-imperialista”, “agrarista”, “nacional-revolucionária”. O socialismo os supõe, os antecede, abarca a todos eles.

À América do Norte capitalista, plutocrática, imperialista, somente é possível opor eficazmente uma América, latina ou ibérica, socialista. A época da livre concorrência na economia capitalista terminou em todos os campos e em todos os aspectos. Estamos na época dos monopólios, vale dizer dos impérios. Os países latino-americanos chegam com atraso à competição capitalista. Os primeiros postos já estão definitivamente ocupados. O destino desses países, dentro da ordem capitalista, é de simples colônias. A oposição de idiomas, raças, de espíritos não tem nenhum sentido decisivo. É ridículo falar, no entanto, do contraste entre uma América saxã materialista e uma América latina idealista, entre uma Roma ruiva e uma Grécia pálida. Todos esses são tópicos imperdoavelmente desacreditados. O mito de Rodó¹ já não produz efeito – nunca produziu – útil e fecundamente sobre as almas. Descartemos, inexoravelmente, todas estas caricaturas e estes simulacros de ideologias e acertemos as contas, séria e francamente, com a realidade.

* José Carlos Mariátegui, “Aniversario y Balance”, em *Amauta*, n. 17, setembro 1928; e em *Ideología y Política*, Lima, Amauta, 1971, p. 247-250.

¹ José Enrique Rodó (Montevideu, Uruguai, 1871-1917) foi escritor, ensaísta e político. Destacou-se no campo da filosofia, tendo publicado em fins do século XIX o ensaio *Ariel*. Nele defende a superioridade de valores espirituais da América Latina em relação aos Estados Unidos, os quais considerava de natureza essencialmente materialista.

O socialismo não é, certamente, uma doutrina indo-americana. Porém nenhuma doutrina, nenhum sistema contemporâneo o é nem pode sê-lo. E o socialismo, ainda que tenha nascido na Europa, como o capitalismo, não é tampouco específico nem particularmente europeu. É um movimento mundial, ao qual não se subtrai nenhum dos países que se movem dentro da órbita da civilização ocidental. Esta civilização conduz, com forças e meios de que nenhuma civilização dispôs, à universalidade. A Indo-América, nesta ordem mundial, pode e deve ter individualidade e estilo; porém não uma cultura nem um destino particulares. Faz cem anos, devemos nossa independência como nações ao ritmo da história do Ocidente, que desde a colonização nos impôs inelutavelmente seu compasso. Liberdade, Democracia, Parlamento, Soberania do Povo, todas as grandes palavras que pronunciaram nossos homens de então procediam do repertório europeu. A história, todavia, não mede a grandeza desses homens pela originalidade destas ideias, mas pela eficácia e pelo gênio com que as serviram. E os povos que mais adiante avançam no continente são aqueles nos quais elas se arraigaram melhor e mais prontamente. A interdependência, a solidariedade dos povos e dos continentes eram, sem dúvida, naquele tempo, muito menores que neste. O socialismo, enfim, está na tradição americana. A mais avançada organização comunista, primitiva, que a história registra é a inca.

Não queremos, certamente, que o socialismo seja na América decalque e cópia. Deve ser criação heroica. Temos que dar vida, com nossa própria realidade, em nossa própria linguagem, ao socialismo indo-americano. Eis aqui uma missão digna de uma geração nova.

Na Europa, a degeneração parlamentar e reformista do socialismo impôs, depois da guerra, designações específicas. Nos povos em que esse fenômeno não se produziu, porque o socialismo surgiu recentemente em seu processo histórico, a velha e grande palavra conserva intacta sua grandeza. Será guardada também na história, amanhã, quando as necessidades contingentes e convencionais de demarcação que hoje distinguem práticas e métodos, tenham desaparecido.

Capitalismo ou Socialismo. Este é o problema de nossa época. Não nos antecipamos às sínteses, às transações, que somente podem operar-se na história. Pensamos e sentimos, como Gobetti, que a história é um reformismo, porém com a condição de que os revolucionários operem como tais. Marx, Sorel, Lenin, eis aí os homens que fazem a história.

É possível que muitos artistas e intelectuais apontem que acatamos absolutamente a autoridade de mestres irremediavelmente compreendidos no processo pela *“la trahison des clercs”*. Confessamos, sem escrúpulo, que nos sentimos nos domínios do temporal, do histórico, e que não temos nenhuma

intenção de abandoná-los. Deixemos com suas aflições estéreis e suas lacrimosas metafísicas os espíritos incapazes de aceitar e compreender sua época. O materialismo socialista encerra todas as possibilidades de ascensão espiritual, ética e filosófica. E nunca nos sentimos mais violenta, eficaz e religiosamente idealistas que ao firmar fortemente a ideia e os pés na matéria.

(Tradução: Eloisa Aragão)

José Carlos Mariátegui

*O problema indígena na América Latina**

Mariátegui enviou um comunicado à Conferência Comunista de 1929, dedicado aos problemas dos camponeses indígenas e sua inserção na luta de classes, do qual publicamos alguns fragmentos. Ele atribui grande importância às tradições coletivistas dos incas como elemento favorável ao desenvolvimento do comunismo entre as massas camponesas da região andina. Entretanto, seria injusto qualificar sua proposta de “populista”: a hegemonia política do proletariado continua sendo para ele a condição da passagem para o socialismo.

Mariátegui foi o primeiro comunista da América Latina a abordar o problema agrário e sua relação com o problema indígena, tentando aplicar de forma criativa o método marxista a um fenômeno especificamente latino-americano. É interessante ressaltar que, depois dele, esta problemática será abordada sobretudo pelos “hereges” e dissidentes do marxismo do continente e, mais tarde, pela corrente castrista.

O advento da república não transforma substancialmente a economia do país. Ocorre uma simples mudança de classes: o governo cortesão da nobreza espanhola foi substituído pelos latifundiários, comerciantes e profissionais nativos. A aristocracia mestiça empunha o poder, sem qualquer conceito econômico, sem qualquer visão política. Para os 4 milhões de índios, o movimento de emancipação da metrópole passa despercebido. Seu estado de servidão persiste desde a Conquista até os dias de hoje, apesar das leis elaboradas para “protegê-los”, e que não podiam ser aplicadas enquanto a estrutura econômica de sobrevivência feudo-latifundiária persistisse em nosso mecanismo social.

A nova classe governante, ávida e sedenta de riquezas, dedica-se a aumentar seus latifúndios à custa das terras pertencentes à comunidade indígena, até fazê-las desaparecer em alguns departamentos. Tendo arrebatado as terras que as famílias integrantes do *ayllu* possuíam em comum, estas foram obrigadas a procurar trabalho, dedicando-se ao *yanaconazgo* (parceria) e a serem peões dos latifundiários que violentamente os tinham despojado.

Do antigo *ayllu* restam apenas alguns traços fisionômicos, étnicos, costumes, práticas religiosas e sociais, que, com algumas pequenas variações, são encontrados em inúmeras comunidades que anteriormente constituíram

* José Carlos Mariátegui, “El problema de las razas en América Latina”, em *El movimiento revolucionario latinoamericano*, versões da Primeira Conferência Comunista Latino-Americana, junho de 1929, *La correspondencia sudamericana*, Buenos Aires, p. 277-79, 290-91.

o pequeno reino ou *curacazgo*. Mas se desta organização, que entre nós foi a instituição política intermediária entre o *ayllu* e o império, desapareceram todos os elementos coercitivos e de solidariedade, em troca, em algumas regiões pouco desenvolvidas o *ayllu* ou comunidade conservou sua idiossincrasia natural, seu caráter de instituição quase familiar, em cujo seio continuaram subsistindo depois da Conquista os principais fatores constitutivos.

As comunidades baseiam-se na propriedade comum das terras em que vivem e cultivam e preservam, por pactos e por laços de consanguinidade que unem entre si as diversas famílias que formam o *ayllu*. As terras cultiváveis e pastos que pertencem à comunidade formam o patrimônio da coletividade. Nela vivem, mantendo-se daquilo que cultivam, e seus membros cuidam constantemente de que elas não lhes sejam arrebatadas pelos poderosos vizinhos ou outras comunidades; isto lhes serve de suficiente estímulo para estarem sempre organizados, constituindo um só corpo. As terras comunais pertencem a todo o *ayllu*, ou seja, ao conjunto de famílias que formam a comunidade. Algumas estão divididas e outras continuam em qualidade de bem imóvel comum, cuja administração é efetuada pelos agentes da comunidade. Cada família possui um pedaço de terra que cultiva, mas que não pode vender porque não lhe pertence: é da comunidade.

Em geral, existem dois tipos de terras; umas são cultivadas em comum para algum “santo” ou comunidade e outras são cultivadas por cada família separadamente.

Mas o espírito coletivista do indígena não se revela apenas na existência das comunidades. O costume secular da *minka* subsiste nos territórios do Peru, da Bolívia, do Equador e do Chile; o trabalho que um parceiro, mesmo que não seja da comuna, não pode realizar por falta de ajudantes, por doença ou outro motivo similar, é realizado com a cooperação e o auxílio dos parceiros vizinhos, que por sua vez recebem parte do produto da colheita, quando sua quantidade o permitir, ou outra ajuda manual em uma próxima época.

Esse espírito de cooperação que existe fora das comunidades manifesta-se de forma especial na Bolívia, onde são estabelecidos acordos mútuos entre indígenas pequenos proprietários pobres, para lavrar em comum todas as terras e repartir em comum seu produto. Outra forma de cooperação que também se observa na Bolívia é a realizada entre um índio pequeno proprietário da periferia da cidade, que possui apenas sua terra, e outro índio que mora na cidade, como pequeno artesão ou assalariado relativamente bem-remunerado; este último não dispõe de tempo, mas de alguma forma pode conseguir as sementes e os instrumentos agrícolas que faltam ao primeiro; este contribui com a terra e seu trabalho pessoal; na época da colheita, o produto é repartido conforme a proporção estabelecida previamente.

Estas e outras formas de cooperação extracomunitária, além da existência de numerosas comunidades (no Peru havia cerca de 1.500 comunidades com 30 milhões de hectares, cultivadas aproximadamente por 1,5 milhão de comuneiros; na Bolívia, um número quase igual de comunidades, com menos comuneiros, tendo muitos deles sido arrancados da terra para trabalhar nas minas), que em algumas regiões têm um rendimento agrícola superior ao dos latifúndios, atestam a vitalidade do coletivismo incaico primitivo, capaz no futuro de multiplicar suas forças, aplicadas aos latifúndios industrializados e com os recursos necessários.

O IV Congresso da IC ressaltou mais uma vez a possibilidade, para povos de economia rudimentar, de iniciar diretamente uma organização econômica coletiva, sem sofrer a longa evolução pela qual outros povos passaram. Acreditamos que, entre as povoações “atrasadas”, nenhuma como a população indígena incásica reúne condições tão favoráveis para que o comunismo agrário primitivo, subsistente em estruturas concretas e em um profundo espírito coletivista, se transforme, sob a hegemonia da classe proletária, em uma das bases mais sólidas da sociedade coletivista pregada pelo comunismo marxista. [...]

Só o movimento revolucionário classista das massas indígenas exploradas poderá lhes permitir dar um sentido real à libertação de sua raça da exploração, favorecendo as possibilidades de sua autodeterminação política.

Na maioria dos casos, o problema indígena identifica-se com o problema da terra. A ignorância, o atraso e a miséria dos indígenas são apenas a consequência de sua servidão. O latifúndio feudal mantém a exploração e a dominação absoluta das massas indígenas pela classe proprietária. A luta dos índios contra os caciques tem residido invariavelmente na defesa de suas terras contra a absorção e o despojo. Existe, portanto, uma instintiva e profunda reivindicação indígena: a reivindicação da terra. Dar um caráter organizado, sistemático, definido, a esta reivindicação, é a tarefa em que a propaganda política e o movimento sindical têm o dever de cooperar ativamente.

As “comunidades” que, sob a mais dura opressão, demonstraram condições de resistência e persistência realmente assombrosas representam um fator natural da socialização da terra. O índio tem hábitos enraizados de cooperação. Mesmo quando a propriedade comunitária passa a ser propriedade individual, não só na serra mas também na costa, onde a maior miscigenação volta-se contra os costumes indígenas, a cooperação se mantém, as tarefas pesadas são realizadas em comum. A “comunidade” pode se transformar em cooperativa, com um esforço mínimo. A adjudicação às “comunidades” da terra dos latifúndios, é, na serra, a solução para o problema agrícola. Na costa, onde a grande propriedade também é onipotente, mas onde a propriedade comunitária desapareceu, tende-se inevitavelmente à individualização da propriedade do solo. Os *yanaconas*,

espécie de parceiros duramente explorados, devem ser ajudados em sua luta contra os proprietários. A reivindicação natural desses *yanaconas* é a da terra que trabalham. Nas fazendas exploradas diretamente pelos seus proprietários, por meio da contratação de peões, recrutados em parte na serra, faltando-lhes vínculo com a terra, os termos da luta são diferentes. As reivindicações pelas quais se deve trabalhar são: liberdade de organização, supressão de recrutamento, aumento de salários, jornada de oito horas, cumprimento das leis de proteção do trabalho. Só quando o peão de fazenda tiver conquistado essas coisas, estará chegando à emancipação definitiva.

É muito difícil a propaganda sindical ou política penetrar nas fazendas. Cada fazenda é um feudo na costa. Nenhuma associação que não aceite o patronato e a tutela dos proprietários e da administração é tolerada, e, neste caso, só se encontram as associações esportivas ou de lazer. Mas com o aumento do trânsito de carros, abre-se pouco a pouco uma brecha nas barreiras que antes fechavam as fazendas a qualquer tipo de propaganda. Daí a importância que a organização e a mobilização ativa dos operários do transporte tem no desenvolvimento da mobilização classista. Quando os peões das fazendas souberem que contam com a solidariedade fraterna dos sindicatos e compreenderem seu valor, logo despertará neles a vontade de luta que hoje lhes falta. Os núcleos de sindicalizados que se constituem gradualmente nas fazendas terão a função de explicar qualquer reclamação e de aproveitar a primeira oportunidade para dar forma à sua organização, dentro das possibilidades.

Para a progressiva educação ideológica das massas indígenas, a vanguarda operária dispõe daqueles elementos militantes da raça índia que, nas minas ou nos centros urbanos, particularmente nestes últimos, entram em contato com o movimento sindical, assimilam seus princípios e capacitam-se para desempenhar um papel na emancipação de sua raça. É frequente que operários procedentes do meio indígena regressem temporária ou definitivamente a ele. O idioma permite que desempenhem eficazmente uma missão de instrutores de seus irmãos de raça e de classe. Os índios camponeses só poderão entender realmente indivíduos de seu seio, que falem sua própria língua. Do branco e do mestiço, desconfiarão sempre; e o branco e o mestiço, por sua vez, muito dificilmente assumirão o árduo trabalho de chegar até o ambiente indígena, levando propaganda classista.

José Carlos Mariátegui *Ponto de vista anti-imperialista**

Este texto pertence a um documento redigido por Mariátegui e apresentado pela delegação peruana na I Conferência Comunista Latino-Americana (Buenos Aires, junho de 1929). Ele tenta delimitar a questão-chave da relação dialética entre a luta de classes e a luta contra o imperialismo, e esboça uma análise penetrante e insólita das relações e contradições entre a metrópole norte-americana, a burguesia local e os latifundiários. É um dos textos políticos mais conhecidos de Mariátegui, e tem sido objeto de múltiplas reedições realizadas por grupos revolucionários latino-americanos depois da Revolução Cubana.

1ª – Até que ponto a situação das repúblicas latino-americanas pode ser assimilada à dos países semicoloniais? Sem dúvida, a condição econômica destas repúblicas é semicolonial, e, à medida que crescer seu capitalismo e, conseqüentemente, a penetração imperialista, este caráter de sua economia tende a se acentuar. Mas as burguesias nacionais, que veem na cooperação com o imperialismo a melhor fonte de lucro, sentem-se suficientemente donas do poder político para não se preocuparem seriamente com a soberania nacional. Estas burguesias na América do Sul, que ainda não conhecem – com exceção do Panamá – a ocupação militar ianque, não estão predispostas de forma alguma a admitir a necessidade de lutar pela segunda independência, como supunha ingenuamente a propaganda aprista. O Estado, ou melhor, a classe dominante, não sente falta de um grau mais amplo e certo de autonomia nacional. A revolução da Independência está demasiado próxima, relativamente, seus mitos e símbolos demasiado vivos, na consciência da burguesia e da pequena burguesia. A ilusão da soberania nacional conserva-se em seus principais efeitos. Pretender que nesta camada social surja um sentimento de nacionalismo revolucionário, parecido com o que, em condições diferentes, representa um fator da luta anti-imperialista nos países semicoloniais avassalados pelo imperialismo nas últimas décadas na Ásia, seria um erro grave.

Em nossa discussão com os dirigentes do aprismo, reprovando sua tendência a propor um Kuomintang à América Latina, a fim de evitar a imitação europeia e situar a ação revolucionária em uma apreciação exata de nossa própria realidade, sustentávamos há mais de um ano a seguinte tese:

* José Carlos Mariátegui, "Punto de vista antimperialista", 1929, em *Obra política*, México, Era, 1979, p. 273-78.

A colaboração com a burguesia, assim como muitos elementos feudais na luta anti-imperialista chinesa, explica-se por motivos de raça, de civilização nacional que não existem entre nós. O chinês nobre ou burguês sente-se profundamente chinês. Ao desprezo do branco por sua cultura estratificada e decrépita, responde com o desprezo e o orgulho de sua tradição milenar. O anti-imperialismo na China pode, portanto, basear-se no sentimento e no fator nacionalista. Na Indo-América as circunstâncias não são as mesmas. A aristocracia e a burguesia nacional não se sentem solidarizadas com o povo pelo laço de uma história e de uma cultura comuns. No Peru, o aristocrata e o burguês brancos desprezam o popular, o nacional. Sentem-se, acima de tudo, brancos. O pequeno-burguês mestiço imita este exemplo. A burguesia de Lima confraterniza com os capitalistas ianques, e mesmo com seus meros funcionários, no Country Club, no Tennis e nas ruas. O ianque casa-se sem inconveniente de raça nem de religião com a senhorita nativa, e esta não sente escrúpulo de nacionalidade nem de cultura em preferir o casamento com um indivíduo da raça invasora. A moça de classe média também não tem este escrúpulo. A *huachafita* que conquista um ianque empregado de Grace ou da Foundation sente com satisfação sua condição social melhorar. O fator nacionalista, por estas razões objetivas que todos vocês compreendem, não é decisivo nem fundamental na luta anti-imperialista em nosso meio. Só em países como a Argentina, onde existe uma burguesia numerosa e rica, orgulhosa do grau de riqueza e poder em sua pátria, e onde a personalidade nacional tem por estas razões contornos mais claros e nítidos que nestes países atrasados, o anti-imperialismo pode (talvez) penetrar facilmente nos elementos burgueses; mas por motivos de expansão e crescimento capitalistas, não por razões de justiça social e doutrina socialista, como é nosso caso.

A traição da burguesia chinesa, a falência do Kuomintang ainda não eram conhecidas em toda sua magnitude. Um conhecimento capitalista, e não por motivos de justiça social e doutrinária, demonstrou quão pouco se podia confiar, mesmo em países como a China, no sentimento nacionalista revolucionário da burguesia.

Enquanto a política imperialista conseguir *manéger* os sentimentos e formalidades da soberania nacional destes Estados, enquanto não for obrigada a recorrer à intervenção armada e à ocupação militar, contará com a colaboração das burguesias. Embora enfeudados à economia imperialista, estes países, ou suas burguesias, considerar-se-ão tão donos de seus destinos como a Romênia, a Bulgária, a Polônia e demais países “dependentes” da Europa.

Este fator da psicologia política não deve ser descuidado na estimativa precisa das possibilidades da ação anti-imperialista na América Latina. Seu adiamento, seu esquecimento, tem sido uma das características da teorização aprista.

2ª – A divergência fundamental entre os elementos que aceitaram em princípio o APRA no Peru – como um plano de frente única, nunca como partido e nem mesmo como organização efetiva – e os que, fora do Peru, definiram-no depois como um Kuomintang latino-americano consiste em que os primeiros permaneceram fiéis à concepção econômico-social revolucionária do anti-imperialismo, enquanto os segundos explicam assim sua posição: “Somos de esquerda (ou socialistas) porque somos anti-imperialistas”. Assim, o anti-imperialismo é elevado à categoria de um programa, de uma atitude política, de um movimento que basta a si mesmo e que conduz espontaneamente, não sabemos em virtude de que processo, ao socialismo, à revolução social. Este conceito leva a uma desorbitada superestimação do movimento anti-imperialista, ao exagero do mito da luta pela “segunda independência”, ao romantismo de que já estamos vivendo as jornadas de uma nova emancipação. Daí a tendência a substituir as ligas anti-imperialistas por um organismo político. Do APRA, concebido inicialmente como frente única, como aliança popular, como bloco das classes oprimidas, passa-se para o APRA definido como o Kuomintang latino-americano.

Para nós, o anti-imperialismo não constitui nem pode constituir, sozinho, um programa político, um movimento de massas apto para a conquista do poder. O anti-imperialismo, admitindo que ele pudesse mobilizar a burguesia e a pequena burguesia nacionalistas, ao lado das massas operárias e camponesas (já negamos terminantemente esta possibilidade), não anula o antagonismo entre as classes, nem suprime sua diferença de interesses.

Nem a burguesia, nem a pequena burguesia no poder podem realizar uma política anti-imperialista. Temos a experiência do México, onde a pequena burguesia acabou pactuando com o imperialismo ianque. Um governo “nacionalista” pode usar, em suas relações com os Estados Unidos, uma linguagem diferente que o governo de Leguía no Peru. Este governo é francamente, desafortadamente, pan-americanista, monroísta; mas qualquer outro governo burguês faria praticamente o mesmo que ele em matéria de empréstimos e concessões. Os investimentos do capital estrangeiro no Peru crescem em estreita e direta relação com o desenvolvimento econômico do país, com a exploração de suas riquezas naturais, com a população de seu território, com o aumento das vias de comunicação. Que pode contrapor a mais demagógica pequena burguesia à penetração capitalista? Nada, exceto uma embriaguez nacionalista temporária. O assalto ao poder pelo anti-imperialismo, como movimento demagógico populista, se fosse possível, nunca representaria a conquista do poder pelas massas proletárias, pelo socialismo. A revolução socialista encontraria seu mais encarniçado e perigoso inimigo – perigoso por sua confusão, sua demagogia – na pequena burguesia assentada no poder, conquistado mediante suas vozes de ordem.

Sem prescindir da utilização de nenhum elemento de agitação anti-imperialista, nem de nenhum meio de mobilização dos setores sociais que eventualmente podem auxiliar esta luta, nossa missão é explicar e demonstrar às massas que só a revolução socialista contraporá um obstáculo definitivo e verdadeiro ao avanço do imperialismo.

3º – Estes fatos diferenciam a situação dos países sul-americanos da situação dos países centro-americanos, onde o imperialismo yanque, recorrendo à intervenção armada sem qualquer pudor, provoca uma reação patriótica que pode fazer facilmente com que uma parte da burguesia e da pequena burguesia abracem o anti-imperialismo. A propaganda aprista, conduzida pessoalmente por Haya de la Torre, não parece ter obtido melhores resultados em nenhuma outra parte da América. Suas pregações confusas e messiânicas que, embora pretendam se situar no plano da luta econômica, na verdade apelam particularmente aos fatores raciais e sentimentais, reúnem as condições necessárias para impressionar a pequena burguesia intelectual. A formação de partidos de classe e poderosas organizações sindicais, com clara consciência classista, nesses países não parece destinada ao mesmo desenvolvimento imediato que na América do Sul. Em nossos países, o fator classista é mais decisivo, está mais desenvolvido. Não há motivo para recorrer a vagas fórmulas populistas, por trás das quais não podem deixar de prosperar tendências reacionárias. Atualmente o aprismo, como propaganda, está circunscrito à América Central; na América do Sul, devido ao desvio populista, caudilhisto, pequeno-burguês, como o definia o Kuomintang latino-americano, está em fase de extinção. A resolução do próximo Congresso Anti-imperialista de Paris, cujo voto tem de decidir a unificação dos organismos anti-imperialistas e estabelecer a distinção entre as plataformas e agitações anti-imperialistas e as tarefas que competem aos partidos de classe e às organizações sindicais, colocará um ponto final na questão.

4º – Em nossos países, os interesses do capitalismo imperialista coincidem necessária e fatalmente com os interesses feudais e semifeudais da classe dos latifundiários? A luta contra o feudalismo identifica-se forçosa e completamente com a luta anti-imperialista? Certamente, o capitalismo imperialista utiliza o poder da classe feudal, já que a considera a classe politicamente dominante. Mas seus interesses estratégicos não são os mesmos. A pequena burguesia, sem excetuar a mais demagógica, se atenuar na prática seus impulsos mais nacionalistas, poderá chegar à mesma estreita aliança com o capitalismo imperialista. O capital financeiro sentir-se-á mais seguro se o poder estiver em mãos de uma classe social mais numerosa que, satisfazendo certas reivindicações mais prementes e atrapalhando a orientação classista das massas, estará em melhores condições de defender os interesses do capitalismo, de

ser seu custódio e servo, que a velha e odiada classe feudal. A criação da pequena propriedade, a desapropriação dos latifúndios, o fim dos privilégios feudais não são contrários aos interesses do imperialismo, de modo imediato. Pelo contrário, na medida em que os últimos resquícios de feudalismo travam o desenvolvimento de uma economia capitalista, esse movimento de extinção do feudalismo coincide com as exigências do crescimento capitalista, promovido pelos investimentos e pelos técnicos do imperialismo; que desapareçam os grandes latifúndios, que em seu lugar se constitua uma economia agrária baseada naquilo que a demagogia burguesa chama “democratização” da propriedade do solo, que as velhas aristocracias sejam deslocadas por uma burguesia e uma pequena burguesia mais poderosa e influente – e, por isso mesmo, mais apta para garantir a paz social –, nada disso está contra os interesses do imperialismo. No Peru, o regime de Leguía, embora tímido na prática diante dos interesses dos latifundiários e caciques, que em grande parte o apoiam, não tem qualquer inconveniente em recorrer à demagogia, em reclamar contra o feudalismo e seus privilégios, em bradar contra as antigas oligarquias, em promover uma distribuição do solo que transformará cada peão agrícola em um pequeno proprietário. Justamente desta demagogia, o regime de Leguía extrai suas maiores forças. O leguismo não se atreve a tocar na grande propriedade. Mas o movimento natural do desenvolvimento capitalista – obras de irrigação, exploração de novas minas etc. – vai contra os interesses e privilégios feudais. Os latifundiários, com o crescimento das áreas cultiváveis, com o surgimento de novos focos de trabalho, perdem sua principal força: a disposição absoluta e incondicional da mão de obra. Em Lambayeque, onde atualmente são efetuadas obras de irrigação, a atividade capitalista da comissão técnica que as dirige, presidida por um perito dos Estados Unidos, o engenheiro Sutton, entrou rapidamente em conflito com as conveniências dos grandes proprietários feudais. Estes grandes latifundiários são, principalmente, produtores de açúcar. A ameaça de perder o monopólio da terra e da água, e com ele o meio de dispor livremente da população de trabalhadores, enlouquece essas pessoas, levando-as a uma atitude que o governo, ainda que vinculado a muitos de seus elementos, qualifica de subversiva ou antigovernista. Sutton tem as características do empresário capitalista norte-americano. Sua mentalidade, seu trabalho chocam o espírito feudal dos latifundiários. Por exemplo, Sutton estabeleceu um sistema de distribuição das águas, baseado no princípio de que seu domínio pertence ao Estado; os latifundiários achavam que o direito sobre as águas estava ligado ao seu direito sobre a terra. Segundo sua tese, as águas lhes pertenciam; eram e são propriedade absoluta de seus terrenos.

5º – E a pequena burguesia, cujo papel na luta contra o imperialismo é tão superestimado, necessariamente se opõe à penetração imperialista, como tanto se diz? Sem dúvida, a pequena burguesia é a classe social mais sensível

ao prestígio dos mitos nacionalistas. Mas o fato econômico que acompanha a questão é o seguinte: em países de pauperismo espanhol, onde a pequena burguesia, pelo seus enraizados preconceitos, resiste à proletarização; onde a mesma, pela miséria dos salários, não tem força econômica para transformá-la, pelo menos em parte, em classe operária; onde imperam o empreguismo, o recurso ao pequeno cargo do Estado, a caça ao salário e ao posto “decente”; o estabelecimento de grandes empresas que, embora explorem enormemente seus empregados nacionais, sempre representam para esta classe um trabalho mais bem remunerado, é recebido e considerado de forma favorável pelas pessoas da classe média. A empresa ianque representa melhor salário, possibilidade de promoção, emancipação do empreguismo do Estado, no qual não há futuro, exceto para os especuladores. Este fato atua decisivamente na consciência do pequeno-burguês, que busca ou possui um posto de trabalho. Nestes países de pauperismo espanhol, repetimos, a situação das classes médias não é a mesma constatada nos países em que estas classes passaram por um período de livre concorrência, de crescimento capitalista propício à iniciativa e ao sucesso individuais, à opressão dos grandes monopólios.

Em suma, somos anti-imperialistas porque somos marxistas, porque somos revolucionários, porque contrapomos ao capitalismo o socialismo como sistema antagônico, chamado a sucedê-lo, porque na luta contra os imperialismos estrangeiros cumprimos nossos deveres de solidariedade com as massas revolucionárias da Europa.

IV. A Rebelião Vermelha de El Salvador (1932)

*Documentos do Partido Comunista de El Salvador**

Os textos a seguir são convocações, proclamações e documentos do Partido Comunista de El Salvador durante a insurreição camponesa de 1932, que foi a única sublevação armada de massas dirigida por um partido comunista na América Latina.

O acontecimento deve ser situado no contexto da virada à esquerda do Comintern (“Terceiro Período”), mas constitui essencialmente a expressão de um movimento revolucionário “de baixo”, autêntico e autônomo.

Os chamamentos aos soldados nas proclamações do Partido Comunista de El Salvador não eram mera retórica; correspondiam a uma influência real dos comunistas nas bases do Exército.

Estes documentos foram publicados pelo poeta comunista salvadorenho Roque Dalton, como anexo ao diário de Miguel Mármol, único sobrevivente da direção do PCS de 1932, na revista cubana *Pensamiento Crítico*.

Manifesto Comunista para os soldados de Ahuachapán

Aos camaradas soldados:

Os operários e camponeses, todos sob a direção do CC do Partido Comunista de El Salvador, não temos nada a esperar do governo atual que está nas mãos dos ricos. Todos vocês sabem que os camaradas do distrito de Santa Rita estão em greve por aumento de salários e diminuição dos impostos, que não deixam quase nada para os trabalhadores agrícolas. O capitalista Rogelio Arriaza e Rafael Herrera Morán, também capitalista, embriagaram os guardas para que eles assassinassem os camaradas em greve. O governo, sendo como é, dos ricos, mandou forças para esmagar os trabalhadores. Vocês, camaradas soldados, são de nossa classe explorada e não devem disparar nem uma bala contra os trabalhadores. Os operários, camponeses e soldados devem se unir para estabelecer o governo operário e camponês. Vocês devem conhecer os oficiais e chefes, porque todos eles estão contra os trabalhadores. Nomeiem delegados para entrarem em acordo conosco. Vamos acabar com os chefes e oficiais do exército dos ricos e vamos formar o Exército Vermelho composto de soldados e chefes nomeados entre os próprios soldados. Nem uma bala contra

* Roque Dalton, “Miguel Mármol: El Salvador 1930-32”, em *Pensamiento Crítico*, n. 48, Havana, janeiro de 1971, p. 98-106.

nós. Os delegados dos camaradas soldados devem receber ordens do Partido Comunista. O Comitê Central do Partido Comunista vai nos levar à vitória contra os ricos ladrões.

Ahuachapán, 7 de janeiro de 1932

Socorro Vermelho Internacional Comunista de
El Salvador – Comitê Executivo Nacional
(Confidencial e urgente)

Camarada:

Esperamos que na hora definitiva não desanime nem leve o desalento para as massas. Deve estar convencido de que os Estados Unidos simpatizarão com a insurreição e que a atribuirão a uma reação do araujismo; conseqüentemente, reconhecerão de forma imediata uma beligerância que no momento é indispensável para nós, enquanto tomamos as rédeas do poder, que é nosso objetivo, e depois com as armas na mão e com a ajuda dos camaradas de toda a América e, em particular, com a dos camaradas dos Estados Unidos, poderemos enfrentar qualquer situação desesperada. A luta é de vida ou morte.

Pelas vítimas da reação e do imperialismo.

Pelo Comitê Executivo Nacional.
Ismael Hernández, secretário-geral.

Plano a ser desenvolvido pelo Comitê Militar Revolucionário no dia... de janeiro na luta pela tomada do poder pelos operários, camponeses e soldados, por resolução do Comitê Central do Partido Comunista de El Salvador

1º – Este CC do PCS nomeia o Comitê Militar Revolucionário que operará sob a direção deste mesmo CC e fica integrado pelos camaradas: [...]

2º – O Comitê Militar Revolucionário fica responsabilizado por este CC para organizar a insurreição imediata proposta por este CC ampliado, em sua sessão do dia 8 do presente.

3º – Todos os membros do partido ficam sob as ordens do Comitê Militar Revolucionário, ao qual devem a disciplina mais severa.

9 de janeiro de 1932. Proletários de todos os países, uni-vos.
Pelo CC Octavio Figueira, secretário-geral interino.

Por que o soldado deve participar da revolução proletária

Primeiramente, o soldado é um operário ou um camponês explorado pelos ricos nas fábricas, oficinas e campos. Ainda jovem é levado para os quartéis, onde é obrigado a manejar uma arma para defender as riquezas que, como operário ou camponês, construiu para a classe rica. O descontentamento que o soldado sente nos quartéis pela opressão em que vive deve-se ao fato de que o soldado, apesar das mentiras dos chefes e oficiais, sente que eles são seus inimigos, porque esses mesmos chefes e oficiais pertencem à classe que o explora em oficinas, fábricas e campos.

Um exemplo: o golpe de 2 de dezembro do ano passado. Neste golpe, o soldado compreendeu que, lutando ao lado de seus chefes, consegue apenas a melhora deles, permanecendo ele na mesma condição de escravo; vemos assim que, enquanto os chefes estão bem, desfrutando de tudo, os soldados não recebem pagamento; enquanto os cadetes são promovidos, o escravo morre de fome.

Tudo isso faz com que compreendas, camarada soldado, que teus interesses são os mesmos destas classes trabalhadoras que teus chefes e oficiais te obrigam a matar, enquanto defendem direitos, como aumento de salários, redução de horas de trabalho, diminuição de impostos rurais; elas lutam pelo mesmo motivo pelo qual os ricos não te pagam salário, ou seja, pelas crises que os ricos jogam em nossos ombros e sobre os de vocês, enquanto eles vivem como príncipes em grandes banquetes e festas.

Assim, teu dever de homem proletário, teu dever de explorado como operário, como camponês ou como soldado, é te organizares mais do que nunca, porque tens uma arma na mão que te permitirá ajudar de maneira efetiva tua classe que, dirigida pelo Partido Comunista, chegará ao poder para suprimir a exploração do homem pelo homem.

Nunca dispares um tiro contra teus próprios camaradas do campo e das oficinas. Não obedças teus chefes e oficiais quando estes te mandarem manchar as mãos com o sangue dos oprimidos, pois és, como eles, uma vítima do capitalismo nacional e do imperialismo. Saúda a bandeira da revolução e ama-a, porque ela te levará à liberdade há tanto tempo negada por teus chefes e oficiais e pelo governo, que é um criado dos ricos.

Viva o Partido Comunista que levará operários, camponeses e soldados ao poder! Viva o Exército Vermelho, no qual o soldado terá direitos de homem e não será um escravo, como é o exército dirigido pelos ricos!

Comunicados de militantes dirigidos ao Comitê Central do Partido nos dias anteriores à insurreição e uma informação dirigida ao Comitê Militar Revolucionário de San Salvador

Camarada chefe: quero que se discuta de uma maneira ampla e a fundo, para definir um movimento eficiente e de resultados efetivos, os seguintes pontos: 1) Que detalhes devem ser realizados para o desenvolvimento da luta? Isto é de vital importância, porque deve haver uma estratégia definida. 2) Com que meios e elementos contamos, onde ficarão os locais de fornecimento ou se eles existirão. 3) Como estão organizados os diferentes setores e por quem são comandados, para ter certeza de unificar a ação. 4) Quais devem ser os locais de concentração dos diversos setores ao início da ação. 5) Que meios mais rápidos de comunicação devem ser adotados nos momentos necessários. 6) Que meios políticos devem ser utilizados com os habitantes dos lugares tomados. Isto também é de vital importância. 7) Quem dirigirá a ação puramente militar. 8) A hora matemática em que todos devem estar em seus postos. Saudações. (assinado) Magón [...]

Credencial de Comandante Vermelho

Partido Comunista de El Salvador.
Seção da Internacional Comunista.
Comitê Central.

Este Comitê Central nomeia o CAMARADA *Inocente Rivas Hidalgo* COMANDANTE VERMELHO DAS FORÇAS DO EXÉRCITO VERMELHO que operarão na Zona de..... e na tomada da cidade de San Salvador, ficando sob sua absoluta responsabilidade o andamento da luta revolucionária até o triunfo final contra a classe exploradora.

Outorgado no Quartel-General do Exército Vermelho de El Salvador, aos 16 dias do mês de janeiro de 1932.

Pela destruição implacável da burguesia nacional e do imperialismo.
Pelo Comitê Central, o secretário-geral interino, Octavio Rodríguez.

[Na parte inferior esquerda há um carimbo com uma foice, um martelo e uma estrela de cinco pontas e uma legenda circular ao redor deles (com duas erratas), no qual se lê: PARTIDO COMUNISTA/C.C. SEC. SALVADOR III. Conforme a Polícia e o Exército, foram recolhidos mais de 1.500 desses carnês].

Manifesto do Partido Comunista de El Salvador aos soldados do Exército

San Salvador, 20 de janeiro de 1932.

Camaradas:

O Comitê Central do Partido Comunista dirige-se a vocês no momento em que as classes trabalhadoras da república começam a luta armada para conquistar o poder que utilizarão para se libertarem e libertar vocês do jugo do capital e dos grandes donos de terras que hoje estão condenando à fome muitíssimas famílias trabalhadoras em fábricas, estradas de ferro, oficinas, fazendas e outras empresas capitalistas, com salários tão baixos que não são suficientes para remediar a miséria de todos os que produzimos as riquezas.

Vocês mesmos conhecem as matanças provocadas pelos governos de Romero Bosque, Araujo e Martínez, de acordo com os ricos e o imperialismo, entre os trabalhadores de Santa Tecla, Sansonate e Zaragoza, e, ultimamente, no dia 5 deste mês, no distrito de Santa Rita, jurisdição de Atiquizaya. Vocês também sabem que as greves declaradas por nós, trabalhadores, têm o objetivo de obrigar os ricos a aumentarem nossos salários, pois não podemos viver com os mesmos pagamentos, que agora e sempre foram miseráveis. Os ricos e o governo não querem que os trabalhadores organizados exijamos nossos direitos, e por isso mataram e matam, prenderam e prendem centenas de trabalhadores, enviando-os à estrada de Cojutepeque, apesar das greves serem feitas de forma pacífica.

Este Comitê Central tem guiado os trabalhadores nas eleições municipais e legislativas. Em todas as cidades, vilas e povoados, todo o mundo percebeu que o Partido Comunista é o maior de todos, tendo obtido a maioria dos votos, como disseram os próprios jornais da classe rica; mas, apesar desta maioria, o governo de Martínez, criado dos ricos, não permitiu que os trabalhadores ocupemos as prefeituras, nem os cargos de deputado na Assembleia Nacional.

Os ricos e o governo compreendem que os trabalhadores nestes postos teriam favorecido nossa classe pobre, que tem estado a vida inteira sob o jugo da escravidão.

Por estes motivos, o Comitê Central do Partido Comunista tem armado todos os operários, operárias, camponeses e camponesas para conquistar o poder e estabelecer um governo de operários, camponeses e soldados que, representados pelos conselhos formados por eles, terão toda a força para esmagar sem piedade os ricos e a burguesia em geral, dando as terras aos camponeses e soldados e protegendo os camponeses pobres que têm seu pedacinho de terra,

pois nossa luta dirige-se contra os ricos que possuem grandes propriedades e fazendas, e não contra os que têm apenas um pedacinho e nem sequer têm onde cair mortos.

O levantamento armado das massas operárias e camponesas, dirigido por este Comitê Central, deve encontrar em vocês, camaradas soldados, toda a ajuda, todo o apoio que vocês forem capazes de dar como nossos irmãos na luta mortal contra os ricos exploradores, que são os mesmos que os condenam à disciplina dura do quartel, sem lhes pagar nada e usando-os apenas para oprimir a mesma classe dos pobres à qual vocês também pertencem.

Quando começar o movimento armado, quando as grandes massas de trabalhadores se levantarem com o grito de revolução, vocês devem nomear delegados que receberão amplas instruções do Comitê Central.

Devem nomear comitês de soldados entre vocês, assim como um soldado para ser o Comandante Vermelho, que os dirigirá no movimento de acordo com este Comitê Central. *Não devem disparar nenhum tiro contra nós. Viva o Exército Vermelho! Viva o Comitê Central do partido que é o chefe da revolução proletária! Abaixo os oficiais e os chefes!*

Manifesto do Comitê Central do Partido Comunista às classes trabalhadoras da República: operários, camponeses e soldados

Camaradas:

O Partido Comunista, que é o diretor do proletariado rumo à vitória final que só poderá ser alcançada com a extinção da fome, do desemprego e de todas as outras formas de escravidão às quais a classe rica e o imperialismo condenam a nós, trabalhadores, vem realizando, para o bem dos trabalhadores, uma luta encarniçada contra os governantes e os grandes proprietários. Primeiro, os ricos e seu governo tentaram desacreditá-lo, dizendo que o Partido Comunista era um bando de ladrões. Ladrões nós, trabalhadores, dos quais roubam o nosso trabalho, pagando-nos um salário miserável; nós, que eles estão matando lentamente, condenando-nos a viver em condições sub-humanas, sem água, sem luz, ou em quartéis fedidos ou trabalhando dia e noite no campo, sob chuva e sol. Somos chamados de ladrões porque exigimos o salário devido, redução das horas de trabalho e dos impostos rurais, que são tão grandes que os ricos ficam com quase toda a colheita, roubando nosso trabalho.

Além das calúnias, acrescentaram a morte, os espancamentos, as prisões e a expulsão do país para camaradas trabalhadores de nossa classe. Assim, vimos as matanças de trabalhadores e trabalhadoras e até de crianças e idosos proletários em Santa Tecla, Sansonate e Zaragoza, e neste momento em Ahuachapán.

Segundo os ricos, nós, trabalhadores, não temos direito a nada, nem devemos falar. Nossos jornais foram suprimidos, nossas cartas abertas e roubadas. Em nossa luta para eleger prefeitos e deputados de nossa própria classe, embora o Partido Comunista seja o partido maior e mais disciplinado, o governo e os ricos demonstraram descaradamente que, enquanto a classe rica não perder seu poder pela força de todos nós, sempre seremos seus escravos. Em Ahuachapán, depois de não deixar votar nossos camaradas, a guarda, por ordem dos ricos, também os maltratou. Valentemente, nossos companheiros de Ahuachapán estão de armas na mão defendendo-se dos assassinos.

Diante de tudo isso, o Comitê Central do Partido Comunista, que representa a opinião de todos os trabalhadores e trabalhadoras da república e que conta com o apoio moral e material de todos os trabalhadores do mundo, e sob a direção da Internacional Comunista,

Ordena:

O armamento de todos os operários e camponeses e o estabelecimento do Quartel-General do Exército Vermelho de El Salvador.

A insurreição geral dos trabalhadores e trabalhadoras até o estabelecimento de um governo de operários, camponeses e soldados.

Camaradas operários: armem-se e defendam a Revolução Proletária!
Camaradas ferroviários: tomem as ferrovias e coloquem-nas a serviço da revolução!

Camaradas camponeses: tomem as terras das grandes fazendas e propriedades e protejam quem tem atualmente um pedaço de terra e defendam suas conquistas revolucionárias com as armas sem piedade para os ricos!

Camaradas soldados: não disparem nenhum tiro contra os operários e camponeses revolucionários! Matem os chefes e os oficiais! Coloquem-se às ordens dos camaradas soldados que foram nomeados comandantes vermelhos por este Comitê Central!

Camaradas: formemos conselhos de operários, camponeses e soldados!
Todo o poder aos conselhos de operários, camponeses e soldados!

San Salvador, 21 de janeiro de 1932.
Quartel-General do Exército Vermelho de El Salvador.
Comitê Central.

V. A Insurreição de 1935 no Brasil

Patricia Galvão (Pagu)

*Parque Industrial**

Patricia Galvão (1910-1962), mais conhecida como “Pagu”, foi uma das figuras mais apaixonantes da vida cultural e política brasileira. Militante comunista, companheira do poeta Oswald de Andrade, publicou em 1933, sob o pseudônimo de “Mara Lobo” um dos primeiros “romances proletários” no Brasil, *Parque Industrial*. Encarcerada várias vezes, torturada pela polícia do Estado Novo, Pagu rompe com o PCB, que ela acusa de stalinismo, ainda na prisão, no começo dos anos 1940. Depois de sua libertação, ela vai participar, em 1946, no semanário marxista *Vanguarda Socialista*, publicado por Mario Pedrosa e seus amigos, e em 1950 se candidata, sem sucesso, a deputada pelo Partido Socialista Brasileiro. O texto a seguir, embora seja um escrito literário e não um documento político, é duplamente interessante: por um lado, ilustra o radicalismo extremo da política do PCB naquela época, os anos da linha “classe contra classe” que precedem ao levante de 1935; por outro, é um dos primeiros textos do comunismo no Brasil que coloca a questão da violência machista contra as mulheres e sua impunidade. O nome de Pagu se tornou um símbolo e uma bandeira do novo feminismo brasileiro que surge nos anos 1970.

Automóvel Club. Dentro moscas. O Club da alta pede pinico pela pena decadente de seus criados da imprensa. Agora quer engazopar a Prefeitura, vendendo-lhe o prédio que não pôde terminar. É a crise. O capitalismo nascente de São Paulo estica as canelas feudais e peludas.

Decresce a mais-valia, arrancada por meia dúzia de grossos papa-níqueis, da população global dos trabalhadores do Estado, através do sugadouro do Parque Industrial em aliança com a exploração feudal da Agricultura, sob a ditadura bancária do Imperialismo.

O mais rico, o mais aristocrático dos clubes dá o prego.

No vasto salão, meia dúzia de recalcitrantes.

– Porcaria de vida!

– Não se tem o que fazer. No Brasil não se tem onde gastar. Terra miserável!

– Não dei nem uma trombada este mês!

– As meninas daqui são todas umas bestas. Não há mais donzelas...

* *Parque Industrial*, 1933, São Paulo, Alternativa, s.d., p. 83-85.

– Umas treinadas!

– Pois olhe, eu tive uma aventurinha esta semana. Umas garotas que nós acompanhamos, sábado de tarde. Lembra? A diaba não queria saber. Nem automóvel, nem dinheiro. De noite chamei o Zezé e fomos assaltar a casa aí na rua do Arouche. Ela mora com a dona do *atelier*. As duas sozinhas... Foi um susto dos diabos. Pensaram que era gatuno. Também o Zezé fez uma cena de *Far-West*, revólver, lenço preto... Eu agarrei a pequena na cama... Virgenzinha em folha...

– E a polícia?

– Quando é que a polícia perseguiu um filho de político?

– Os jornais não deram...

– Decerto... Os jornais são camaradas.

– Deste dinheiro a ela?

– Dei dentadas...

O comentário prossegue em torno de calças de algodão, entre dois whiskis no bar.

– E a Lolita?

– Sopa demais. A loirinha do Rocha é que é um colosso. Mas viciada. Só quer mulher!

– O Arnaldo se desenroscou?

– Claro! Jurou que o filho não era dele. E o número do automóvel também! Depois, ela tinha saído de um bordel para a maternidade... Ele agora trouxe uma tourazinha do Sul.

– E a crioula?

– Cadeia.

*Programa do Governo Popular Nacional Revolucionário**

Este texto pertence ao período de preparação da insurreição militar estimulada pelo PC brasileiro em 1935, que constitui uma etapa de transição entre a tática do “Terceiro Período” e a era das Frentes Populares. O Programa do Governo Popular Revolucionário é um documento da Aliança Nacional Libertadora, frente político-militar do PCB e da ala esquerda do “tenentismo”, que liderará a sublevação de novembro de 1935. A orientação do programa é relativamente moderada e não condena o regime capitalista no Brasil.

Com o objetivo principal de desfazer mal-entendidos, assim como o de responder às interrogações de muitos companheiros aliancistas, passamos a dar algumas informações concretas sobre o caráter do Governo Popular Revolucionário, pela implantação do qual nos batemos, como libertadores do Brasil e verdadeiros democratas, isto é, como membros ativos da Aliança Nacional Libertadora.

1 – Caluniam a ANL e fazem evidentemente um trabalho de provocação policial todos aqueles que dizem ser a nossa organização uma simples máscara do Partido Comunista, porque a ANL é uma ampla frente única nacional, contra o imperialismo estrangeiro que nos escraviza e contra o fascismo que, em países como o nosso, é instrumento do mais hediondo terror a serviço do imperialismo, incapaz de continuar dominando pelos antigos métodos até agora empregados.

Da mesma maneira, não compreendem nada sobre as intenções dos libertadores do Brasil ou são simples agentes provocadores dos nossos adversários aqueles que pretendem confundir o Governo Popular Nacional Revolucionário pelo qual se bate a ANL com um governo soviético, com a ditadura democrática de operários e camponeses, soldados e marinheiros.

Nas condições atuais do Brasil, diante da ameaça do mais terrível fascismo, diante da completa colonização do nosso país pelo imperialismo, ao qual vai ele sendo vendido cinicamente pelo governo de traição nacional de Getúlio e de seus mais fiéis lacaios nos estados, o que nós, da ANL, proclamamos é a necessidade de um governo surgido realmente do povo em armas, compreendendo como um povo a totalidade da população de um país, com exclusão somente dos agentes imperialistas e da maioria insignificante que os segue. Esse governo não será somente um governo de operários e camponeses, mas um governo no qual

* “Programa do Governo Popular Nacional Revolucionário”, em Hélio Silva, 1935, *A revolta vermelha*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969, p. 443-47.

estejam representadas todas as camadas sociais e todas as correntes importantes, ponderáveis, da opinião nacional. Será um Governo Popular, na estrita significação da palavra, por se apoiar nas grandes organizações populares, como sindicatos, organizações camponesas, organizações culturais, Forças Armadas, partidos políticos e democratas etc. e terá à sua frente os homens de real prestígio popular, os homens que em cada lugar representam na realidade o povo ou a população local. À frente de tal governo, como chefe incontestado, com maior prestígio popular em todo o país, não é possível encontrar um nome capaz de substituir o de Luís Carlos Prestes, porque o nome de Prestes representa para as grandes massas de todo o país a garantia de que tal governo lutará realmente, efetivamente, pela execução do programa da ANL; e a garantia de que tal governo não seguirá pelo caminho dos anteriores, pelo caminho trilhado por Vargas, de completo abandono das promessas de 1930 e de franca e cínica traição nacional.

Convém aqui um esclarecimento oportuno. Com o crescimento impressionante do prestígio da ANL, dela se aproximam muitos elementos que dizem concordar com o seu programa e mesmo com a implantação de um governo popular no Brasil, mas, sem Prestes, ou, pelo menos, sem que Prestes seja em tal governo a figura central e decisiva. Pode parecer, à primeira vista, que se trate exclusivamente de uma questão pessoal e nada mais. Mas isto não é exato. É indispensável que todos os aliancistas compreendam o fundo evidentemente contrarrevolucionário de tal tendência. Afastar a figura nacional popular e revolucionária de Prestes da direção do governo é conspiração dos que temem a execução do programa da ANL, a luta contra o imperialismo e a satisfação dos interesses populares, é querer seguir o mesmo caminho de 1930, o caminho da traição, o caminho da liquidação progressiva dos verdadeiros revolucionários. Por isso, precisamos mostrar ao povo que os defensores de tal ponto de vista são organizadores, desde já, em nossas fileiras, da contrarrevolução.

2 – O Governo Popular, como representante dos interesses das grandes massas da população só poderá ser exercido sob o controle direto do povo, praticando a democracia no seu sentido mais alto pela prática da completa liberdade de pensamento, de palavra, de imprensa, de organização religiosa, racial, de cor etc. O Governo Popular só poderá viver na prática e na execução de todas as medidas solicitadas pelo povo, por meio de suas mais diversas organizações. O Governo Popular será a democracia praticada pela primeira vez em nosso país, será realmente o governo do povo, porque em tal governo o povo intervirá diretamente com suas sugestões, exigências, participando também praticamente na execução das medidas que lhe interessam. À frente de tal governo poderão ficar homens de real prestígio popular, os homens que verdadeiramente interpretem a vontade da grande maioria popular. Nestas condições, no Governo Popular

deverão estar representadas todas as camadas sociais, inclusive a burguesia nacional pelos seus elementos realmente anti-imperialistas e antifascistas. O Governo Popular, governo surgido do povo em armas, não será um governo somente de operários e camponeses, será o governo da ampla frente única de todos os brasileiros anti-imperialistas.

3 – Mas ao mesmo tempo esse governo será um Governo Nacional Revolucionário, porque ante o imperialismo e seus agentes esse governo será profundamente revolucionário, não se conhecendo nem dívidas, nem tratados, nem acordos, nada em suma de tudo o que significa a vergonhosa entrega do Brasil aos capitalistas estrangeiros. Diante do imperialismo o Governo Nacional Revolucionário será, realmente, nacional e revolucionário, profundamente, radicalmente, energicamente revolucionário. Neste sentido é indispensável que se acentue que esse será o único governo capaz de uma atitude enérgica face aos dominadores estrangeiros, porque apoiado por todo o povo, exercido pelos seus chefes de maior prestígio popular, sofrendo a influência direta das grandes organizações de massa, apoiado nas Forças Armadas de todo o país, será o primeiro governo em nosso país dentro da democracia popular que será capaz de exercer a mais dura ditadura contra os imperialistas e seus agentes. Democracia, sim, mas para o povo, para os brasileiros e para todos os que trabalham honestamente sem explorar o Brasil, mas a mais dura, mais enérgica e mais terrível ditadura contra o feudalismo estrangeiro e contra os seus agentes no Brasil, aos brasileiros que vendem sua pátria ao imperialismo. Dar liberdade aos agentes do imperialismo seria negar o conteúdo nacional revolucionário de tal governo e suicídio da própria revolução libertadora.

4 – O Governo Popular Nacional Revolucionário não significará a liquidação da propriedade privada sobre os meios de produção, nem tomará sob seu controle as fábricas e empresas nacionais. O referido governo dando início no Brasil ao desenvolvimento livre das forças de produção não pretende a socialização da produção industrial e agrícola, porque nas condições atuais do Brasil só será possível, com a implantação da verdadeira democracia, liquidar o feudalismo e a escravidão, dando todas as garantias para o desenvolvimento livre das forças de produção do país. Mas, como os pontos estratégicos estão em mãos do imperialismo, o Governo Nacional Revolucionário, desapropriando e nacionalizando revolucionariamente tais empresas, terá desde o início grandes forças de produção em suas mãos, o que constituirá incontestavelmente um forte fator ao lado do desenvolvimento livre das forças de produção do país, que garantirá o ulterior desenvolvimento progressivo do Brasil.

5 – O Governo Popular tomará imediatamente todas as medidas necessárias no

sentido de garantir a execução de uma legislação social mínima que compreenderá como medidas essenciais, entre outras: a) oito horas de trabalho e menor número para menores; b) igual salário para igual trabalho; c) salário-mínimo de acordo com as condições de vida de cada localidade, mas determinado pelas próprias organizações operárias; d) descanso semanal obrigatório remunerado; e) férias anuais remuneradas; f) condições higiênicas nos locais de trabalho; g) dois meses de repouso antes e depois do parto com salário garantido; h) comitês de operários para controle da legislação em cada local de trabalho; i) seguro social para os sem trabalho; j) caixa de pensões e aposentadorias etc.

O Governo Popular Revolucionário tomará imediatamente todas as medidas no sentido de baratear a vida, diminuindo e mesmo suprimindo os impostos sobre o pequeno comércio, como os impostos sobre produção, como os impostos de consumo sobre os artigos de primeira necessidade, diminuindo os fretes, ferroviários e marítimos, para os artigos de amplo consumo etc. O Governo Popular tomará todas as medidas para garantir a instrução popular, liquidar o analfabetismo, elevar o nível intelectual das massas etc., tornando obrigatório o ensino. O Governo Popular tomará todas as medidas para garantir a saúde popular, desenvolvendo o número de hospitais e de clínicas, distribuindo gratuitamente ao povo os medicamentos, modificando as condições de habitação das grandes massas urbanas pela desapropriação dos edifícios que hoje pertencem ao imperialismo e seus lacaios nacionais.

O Governo Popular, nacionalizando os bancos, garantirá os depósitos neles existentes e pertencentes a todos os que não sejam traidores nacionais, agentes diretos ou indiretos do imperialismo.

O Governo Popular terá como renda fundamental para satisfazer as despesas públicas o imposto sobre as rendas das grandes companhias estrangeiras e nacionais, dos grandes capitalistas nacionais, liquidando com todos os impostos pagos hoje pelo povo.

6 – No campo o Governo Popular será exercido pelos homens de confiança da grande massa trabalhadora e defenderá naturalmente os interesses de tal massa contra os grandes proprietários feudais, os senhores territoriais que exploram pelo mais duro feudalismo e escravidão a quase totalidade da nossa população camponesa e que estão diretamente ligados aos exploradores imperialistas. O Governo Popular acabará evidentemente com a submissão medieval ao grande proprietário, assim como com todas as contribuições feudais ao senhor. Garantindo a posse da terra aos que trabalham, garantindo terra para todos os que queiram trabalhar, o Governo Popular exigirá dos proprietários capitalistas o cumprimento no campo da legislação social que for implantada pela revolução. O Governo Popular, porém, não desapropriará os que não empregam a

exploração feudal, e garantindo a liberdade de comércio, diminuindo os fretes, acabando com todos os impostos sobre a produção etc. permitirá uma enorme e até desconhecida expansão do mercado interno nacional.

7 – O Governo Popular Nacional Revolucionário, respeitando os direitos dos oficiais (mesmo generais) do Exército e das Forças Armadas de todo o país, só tomará medidas de rigor contra os traidores do Brasil, contra os oficiais que lançaram suas tropas contra o povo ou que tentaram organizar a contrarrevolução a favor do imperialismo. Contra tais elementos o Governo Popular não conhecerá clemência, mas com todos os outros, como quadros experimentados, unificará todas as Forças Armadas do país e, junto com os operários e camponeses em armas, dará corpo ao grande exército nacional revolucionário, o exército capaz de lutar vitoriosamente contra a invasão imperialista e a contrarrevolução, exército baseado na disciplina voluntária e cujos chefes serão homens de confiança dos próprios soldados.

8 – Ainda uma palavra sobre a forma que terá o Governo Popular. Nada melhor que a própria vida, que a própria realidade revolucionária para dar formas aos frutos da revolução. Mas se desde já é necessário responder a tal questão, podemos dizer que nada diz ser impossível que o Governo Popular tenha a mesma forma aparente dos governos até hoje dominantes, isto é, um governo central, exercido por um presidente, um governo com um Ministério (de maneira que as mais ponderáveis correntes populares anti-imperialistas estejam representadas no poder); nos estados e municípios, idênticos governos exercidos por pessoas de prestígio popular no estado ou no município¹.

¹ Arquivo de Getúlio Vargas, doc. 88, v. XX.

Luís Carlos Prestes

*Todo o poder à Aliança Nacional Libertadora!**

Este discurso de Luís Carlos Prestes – o legendário dirigente da Coluna Revolucionária de 1925-27, que mais tarde seria secretário-geral do PCB –, pouco depois de seu regresso ao Brasil (após de uma estada de vários anos na URSS), foi a “declaração de guerra” do Partido Comunista (apoiado por certos militares progressistas) ao governo de Getúlio Vargas, instaurado pela chamada “Revolução de 1930”. Prestes apresenta-se como continuador da tradição democrático-revolucionária do tenentismo dos anos 1920, tradição abandonada e traída por Vargas e pelos ex-tenentes que se uniram a ele. O discurso teve muitas repercussões, mas o governo de Vargas considerou-o um pretexto para colocar a Aliança Nacional Libertadora na ilegalidade.

Troam os canhões de Copacabana! Tombam os heroicos companheiros de Siqueira Campos! Levantam-se, com Joaquim Távora, os soldados de São Paulo e durante 20 dias é a cidade operária barbaramente bombardeada pelos generais a serviço de Bernardes! Depois... a retirada. A luta heroica nos sertões do Paraná! Os levantes do Rio Grande do Sul! A marcha da Coluna pelo interior de todo o país despertando a população dos mais ínvios sertões para a luta contra os tiranos que vão vendendo o Brasil ao capital estrangeiro. Quanta energia, quanta bravura! São 13 anos de lutas cruentas, de combates sucessivos, de vitórias seguidas, das mais negras traições, de ilusões que se desfazem como bolhas de sabão ao sopro da realidade! Mas as lutas continuam, porque a vitória ainda não foi alcançada e o lutador heroico é incapaz de ficar a meio caminho; porque o objetivo a atingir é a libertação nacional do Brasil, a sua unificação nacional, o seu progresso, o bem-estar e a liberdade do seu povo, e o lutador persistente e heroico é este mesmo povo, que do Amazonas ao Rio Grande do Sul, que do litoral às fronteiras da Bolívia, está unificado, mais pelo sofrimento, pela miséria e pela humilhação em que vegeta do que por uma unidade nacional impossível nas condições semicoloniais e semifeudais do Brasil de hoje! Nós, os aliancistas de todo o Brasil, mais uma vez levantamos, hoje, bem alto, a bandeira dos “Dezoito do Forte”, a bandeira de Cantaduvras, a bandeira que tremulou, em 1925, nas portas de Teresina, depois de percorrer, de sul a norte, todo o Brasil! A Aliança Nacional Libertadora é, hoje, constituída pela massa de milhões, que continua as lutas de ontem. A Aliança Nacional Libertadora

* Abguar Bastos, *Prestes e a revolução social*, Rio de Janeiro, Calaino, 1946, p. 304-5, 309-11, 313-15.

é, hoje, a continuadora dos combates que, pela libertação do Brasil do jugo imperialista, iniciaram Siqueira Campos, Joaquim Távora, Portela, Benévolo, Cleto Campelo, Jansen de Melo, Djalma Dutra e milhares de soldados, operários e camponeses em todo o Brasil. Somos os herdeiros das melhores tradições revolucionárias do nosso povo e é recordando a memória de nossos heróis que marchamos para a luta e para a vitória!

Brasileiros! [...]

O duelo está travado. Os dois campos definem-se cada vez com maior clareza para as massas. De um lado, os que querem consolidar no Brasil a mais brutal ditadura fascista, liquidar os últimos direitos democráticos do povo e acabar a venda e a escravização do país ao capital estrangeiro. Deste lado, o integralismo, como brigada de choque terrorista da reação. De outro, todos os que nas fileiras da Aliança Nacional Libertadora querem defender de todas as maneiras a liberdade nacional do Brasil, pão, terra e liberdade para o seu povo. A luta não é, pois, entre dois “extremismos”, como querem fazer constar os hipócritas defensores de uma “liberal-democracia” que nunca existiu e que o povo só conhece pelas ditaduras sanguinárias de Epitácio, Bernardes, Washington Luís e Getúlio Vargas. A luta está travada entre os libertadores do Brasil, de um lado, e os traidores a serviço do imperialismo, do outro.

O momento exige, de todo homem honesto, uma posição clara e definida, pró ou contra o fascismo, pró ou contra o imperialismo. Não há meio-termo possível nem justificável. A Aliança Nacional Libertadora é, por isso, uma vasta e ampla organização de frente única nacional. O perigo que nos ameaça, o perigo que aumenta dia a dia nos obriga a colocar em primeiro plano, nos dias de hoje, a criação do bloco, o mais amplo, de todas as classes oprimidas pelo imperialismo, pelo feudalismo e, portanto, pela ameaça fascista. Tal a tarefa decisiva na atual etapa da Revolução Brasileira. A frente única não obriga, a quem quer que nela venha a formar, a renunciar à defesa de seus conceitos e opiniões. Não. Isto seria semear a confusão entre as massas populares e enfraquecer sua força revolucionária. Reconhecendo todas as divergências políticas, religiosas, filosóficas ou ideológicas que entre nós possam existir, sabemos, como revolucionários, que o momento atual exige, acima de tudo, a concentração de todas as nossas forças para a luta contra o imperialismo, o feudalismo e o fascismo. Para a Aliança Nacional Libertadora precisam vir todas as pessoas, grupos, correntes, organizações e mesmo partidos políticos, quaisquer que sejam seus programas, sob a única condição de que queiram realmente lutar contra a implantação do fascismo no Brasil, contra o imperialismo e o feudalismo, pelos direitos democráticos. E a todas as pessoas ou correntes que queiram, por quaisquer motivos, restringir essa frente única nacional e revolucionária, devemos opor a vontade férrea de sua realização. E todas as pessoas, grupos, associações e partidos políticos que participem da Aliança devem impedir com todas as forças

aquelas tentativas, denunciando os culpados, implacavelmente, como traidores do Brasil e de seu povo.

As forças da Aliança Nacional Libertadora são já grandes, mas podem e devem ser ainda maiores, abarcando milhões, porque, com seu programa, estarão todos os que trabalham no país, todos os que sofrem com a dominação imperialista e feudal, em primeira linha o proletariado e as grandes massas do campo. A unificação do proletariado, tendência já invencível e que se sobrepõe a todas as dificuldades opostas pela reação, é uma das maiores forças da revolução. E as greves dos últimos tempos aumentam cada vez mais a capacidade de luta do heroico proletariado do Brasil e a confiança que todos os revolucionários brasileiros inspiram como classe dirigente da revolução. As lutas dos camponeses, conquanto ainda espontâneas e desorientadas, são bem um indício do ódio e da energia concentrados em séculos de sofrimentos e de miséria, pela massa de milhões que quer melhores dias. Mas, com a revolução, e, portanto, com a Aliança estarão os soldados e os marinheiros de todo o Brasil. Com a Aliança estarão os melhores oficiais das forças armadas do país, todos aqueles que serão incapazes de conduzir seus soldados contra os libertadores do Brasil e muitos dos quais já demonstraram em lutas anteriores que ficarão com o povo contra o imperialismo, o feudalismo e o fascismo.

Como antes de 1888, os militares do Brasil jamais se prestarão ao papel de “capitães-do-mato” a serviço do imperialismo e de seus lacaios no país. Com a Aliança, estarão todos os heroicos combatentes dos movimentos armados que se sucedem no país, desde 1922. Com a Aliança formará a juventude heroica de São Paulo, que pensou defender nas trincheiras de 1932 a democracia e a liberdade contra a ditadura de Vargas e que vê hoje seus chefes nos regabofes do governo. Com a Aliança, estará a juventude trabalhadora e estudantil de todo o país, lutando por melhores dias, por um futuro mais claro e disposta a dar todo o seu entusiasmo e energia para a luta pela liberdade nacional do Brasil, na qual vai ocupar os postos mais avançados. Com a Aliança, estarão as mulheres do Brasil, trabalhadoras manuais e intelectuais, donas de casa, mães de família, irmãs, noivas e filhas de trabalhadores, elas formarão na Aliança, porque, apesar de todas as mentiras e calúnias da imprensa venal, elas compreendem e sentem que só com a Aliança poderão defender o pão para seus filhos e acabar com a brutal exploração em que vivem. As mulheres religiosas, como todas as pessoas religiosas, católicas, protestantes, espíritas e positivistas, desejam, acima de tudo, a liberdade para seus cultos e esta liberdade é defendida pela Aliança. Com a Aliança, estarão mesmo os padres brasileiros, os mais pobres e que, entrando para a Igreja, não se venderam ao imperialismo, nem esqueceram seus deveres perante o povo. É natural que os chefes da Igreja, os ricos e bem-nutridos cardeais e arcebispos, como membros das classes dominantes e lacaios do imperialismo, estejam contra a Aliança. Já noutras épocas Frei Caneca, Padre Miguelinho e

muitos outros lutaram ao lado do povo pela independência do Brasil contra a vontade dos bispos e arcebispos que os mandaram assassinar. Com a Aliança, estarão os artesãos, os pequenos comerciantes, os pequenos industriais que, comprimidos entre os impostos e monopólios imperialistas, de um lado, e a miséria cada vez maior da massa popular, de outro, ganham cada dia menos e, à medida que se pauperizam, vão passando a simples intermediários mal-remunerados da exploração do povo pelo imperialismo e pelos impostos indiretos. Com a Aliança estarão todos os homens de cor do Brasil, os herdeiros das tradições gloriosas dos Palmares, porque só a ampla democracia de um governo realmente popular será capaz de acabar para sempre com todos os privilégios de raça, de cor ou de nacionalidade e de dar aos pretos, no Brasil, a imensa perspectiva de liberdade e igualdade, livres de quaisquer preconceitos reacionários, pela qual lutam com denodo há mais de três séculos.

Não há pretextos que justifiquem aos olhos do povo a luta contra a frente única libertadora. É por isto que as fileiras da Aliança Nacional Libertadora estão abertas a todos os que queiram lutar pelo seu programa anti-imperialista, antifeudal e antifascista, programa que somente o governo popular revolucionário realizará [...].

A Aliança Nacional Libertadora já representa a enorme força revolucionária do nosso povo e sua incomensurável vontade de sacrifício para a luta pela libertação nacional do Brasil. Os últimos acontecimentos de Petrópolis e o vigor com que o povo de São Paulo obrigou os chefes integralistas a uma retirada medrosa dizem do que será capaz a frente única nacional.

Marchamos, assim, rapidamente, à implantação de um governo popular revolucionário em todo o Brasil, um governo do povo contra o imperialismo e o feudalismo e que demonstrará na prática às grandes massas trabalhadores do país o que são a democracia e a liberdade. O governo popular, executando o programa da Aliança, unificará o Brasil e salvará a vida de milhões de trabalhadores ameaçados pela fome, perseguidos pelas doenças e brutalmente explorados pelo imperialismo e pelos grandes proprietários. A distribuição das terras dos grandes latifúndios aumentará a atividade do comércio interno e abrirá o caminho a uma mais rápida industrialização do país, independentemente de qualquer controle imperialista. O governo popular vai abrir, para a juventude brasileira, as perspectivas de uma nova vida, garantindo-lhe trabalho, saúde e instrução.

A força das massas em que se apoiará um tal governo será a melhor garantia para a defesa do país contra o imperialismo e a contrarrevolução. O exército do povo, o exército nacional revolucionário, será capaz de defender a integridade nacional contra a invasão imperialista, liquidando ao mesmo tempo todas as forças da contrarrevolução.

Mas o poder só chegará às mãos do povo pelos mais duros combates. O principal adversário da Aliança não é somente o governo podre de Vargas, são

fundamentalmente os imperialistas, aos quais ele serve, e que tratarão de impedir por todos os meios a implantação de um governo popular revolucionário no Brasil. Os mais evidentes sinais da resistência que se prepara no campo da reação já nos são dados pelos latidos da imprensa venal, vendida ao imperialismo. As massas trabalhadoras, todos os membros da Aliança precisam estar atentos e vigilantes. A situação é de guerra e cada um precisa ocupar o seu posto. Cabe à iniciativa das próprias massas organizar a defesa de suas reuniões, garantir a vida de seus chefes e preparar-se ativamente para o momento do assalto. A ideia do assalto amadurece na consciência das grandes massas. Cabe ao seu chefe organizá-las e dirigi-las.

População trabalhadora de todo o Brasil! Em guarda, na defesa de teus interesses. Vem ocupar o teu posto com os libertadores do Brasil!

Soldado do Brasil! Atenção! Os tiranos querem jogar-te contra os teus irmãos em luta pela libertação do Brasil!

Soldado do Rio Grande do Sul, heroico herdeiro das melhores tradições revolucionárias da terra gaúcha! Prepara-te, organiza-te, porque só assim poderás voltar, contra os tiranos que te oprimem, as armas com que eles querem eternizar a vergonha dos dias de hoje!

Democrata honesto de todo o Brasil! Heroico povo de Minas Gerais, terra tradicional das grandes lutas pela democracia! Só com a Aliança Nacional Libertadora poderás continuar as lutas iniciadas por teus antepassados!

Nortista e nordestino! Reserva formidável das grandes energias nacionais! Organiza-te para a defesa de um Brasil que te pertença!

Camponês do todo o Brasil, lutador dos sertões do Nordeste! O governo popular revolucionário te garantirá a posse das terras e dos açudes que tomares! Prepara-te para defendê-los!

Brasileiros!

Todos vós, que estais unidos pelo sofrimento e pela humilhação, em todo o Brasil! Organizai vosso ódio contra os dominadores, transformadores na força irresistível e invencível da Revolução Brasileira! Vós que nada tendes para perder e a riqueza imensa de todo o Brasil a ganhar! Arrancaí o Brasil das garras do imperialismo e de seus lacaios! Todos à luta pela libertação nacional do Brasil!

Abaixo o fascismo!

Abaixo o governo odioso de Vargas!

Por um Governo Popular Nacional Revolucionário!

Todo o poder à Aliança Nacional Libertadora!

5 de julho de 1935.

3

A hegemonia
stalinista

I. A Frente Popular na América Latina

*A Frente Popular no Chile**

Este artigo do secretário-geral do PC chileno data do primeiro período da Frente Popular; documenta as discussões no seio do movimento operário na época da constituição da Frente, especialmente no tocante à candidatura comum à presidência. Contrera Labarca polemiza duramente com os trotskistas, bastante influentes no Partido Socialista, que se opunham à “ampliação para a direita” da Frente Popular. Também é interessante ressaltar a atitude muito moderada com relação ao capital norte-americano, que deve se entender no contexto da conjuntura internacional daquele momento (tentativa de aproximação entre URSS-EUA etc.).

Fortalecer e ampliar a Frente Popular

Mas a unidade da classe operária não é suficiente. Ela deve contar com aliados. A frente popular constitui o quadro de uma ampla aliança cuja eficácia já tem sido provada pela realidade. As calúnias trotskistas, que dizem que esta aliança é uma traição à revolução, mostraram uma vez mais o papel do trotskismo como laçao do fascismo.

Quem pode duvidar do fato de que a existência e o combate da frente popular impedem que a reação destrua todas as liberdades democráticas? É evidente que o governo pode e ainda poderá adotar numerosas medidas reacionárias durante todo o tempo em que permanecer no poder.

Teria sido possível impedir um grande número destas medidas? Sim, se a frente popular tivesse sido fortalecida e ampliada como o Partido Comunista exigiu com insistência.

As concepções sectárias, as manobras dos trotskistas para minar a frente popular, sua influência em certas seções do Partido Socialista constituem um sério obstáculo para a realização dessas tarefas.

A extrema e preocupante lentidão do trabalho no campo, que é uma das mais notórias fraquezas da frente popular, indica a existência de uma influência tipicamente trotskista.

O programa agrário, recentemente elaborado, não pretende satisfazer apenas as necessidades dos mais pobres, mas também as dos setores mais vastos da população rural. Tenta reabilitar a agricultura e oferecer prosperidade e

* Carlos Contrera Labarca, “The People of Chile Unite to Save Democracy”, *The Communist*, n. 11, novembro de 1938, p. 1.037-40, 1.041-42. (As notas são da redação da revista.)

bem-estar às granjas. Objetiva combater de forma prioritária os grandes latifundiários feudais, isolá-los e impedir que usem os “peões” (operários agrícolas), os parceiros e os semiproprietários contra o movimento popular. Ao mesmo tempo, procura unificar a defesa dos interesses dos arrendatários com a defesa do poder de compra da classe operária e das massas trabalhadoras.

A obstinada resistência a realizar um trabalho vigoroso para ganhar as massas trabalhadoras católicas também é de origem trotskista. Enquanto o Partido Comunista trabalha com o *slogan* “Trabalhadores católicos, nós lhes estendemos a mão”, os trotskistas encontram espaço na imprensa socialista para acumular argumentos contrarrevolucionários destinados a impedir a extensão da frente antifascista.

O caráter semicolonial do país, cuja economia está arrasada e deformada pelo imperialismo, obriga a indústria nacional a funcionar em condições muito precárias e difíceis. Existem certos setores da burguesia chilena que podem e devem ser ganhos para a luta de libertação nacional, mediante uma política progressista e democrática.

Importantes setores dos partidos políticos de direita passam por momentos de indecisão. Eles têm nos oferecido oportunidades que deveriam ter sido aproveitadas para convidá-los a se integrarem ao movimento popular, com a certeza de que seus desejos de ordem, de progresso e de democracia seriam satisfeitos.

As Forças Armadas devem ser atraídas mediante uma intensa campanha de massas, na esfera de influência do movimento antifascista. Não com um objetivo de conspiração, mas para que possam cumprir seu dever e garantir a validade dos direitos constitucionais.

As possibilidades de uma ampliação das fronteiras da frente popular ainda são imensas. Os trotskistas dizem atualmente: “Todos os que devem estar na frente popular já estão”. Esta atitude de arrogância, de autossatisfação e de superestimação das capacidades da frente popular deve ser combatida por uma política ativa e realista, para alcançar os seguintes objetivos:

1. Unir 95% da população em torno do programa democrático da frente popular e da candidatura Aguirre¹. Para isso, usar todas as possibilidades de fortalecer e ampliar o debate contra Gustavo Rosas². Eliminar todo motivo de discórdia ou de divisão que nossos aliados possam alegar.
2. Dividir e dispersar o inimigo, utilizando sem temor as contradições e as dificuldades que grassam em seu seio, até as 50 famílias da oligarquia ficarem totalmente isoladas.

¹ O doutor Pedro Aguirre Ceda é um eminente dirigente do Partido Radical, que diversas vezes ocupou cargos ministeriais. Ele representa o centro no seio de seu partido.

² Ex-ministro da Economia do atual governo. Pediu demissão do cargo para ser candidato nas eleições presidenciais na chapa dos conservadores e liberais, a plataforma do fascismo.

3. Disciplinar as forças populares, acumular suas energias mediante ataques combinados contra o inimigo. Evitar esforços separados e prematuros, assim como atos de impaciência e provocações. Ao Partido Comunista pertence a grandiosa missão de fazer com que todo o país compreenda a extraordinária gravidade da situação, a amplitude real do perigo previsto, e mostrar-lhe o caminho a seguir. Advertindo o povo de que ainda há tempo de salvar a democracia e a própria vida da República, mas que talvez amanhã seja tarde demais.

Um candidato único dos antifascistas

Para escolher o candidato à Presidência da República, o Partido Comunista propunha o único procedimento democrático: uma convenção, mais ampla que a frente popular, de todas as forças democráticas e antifascistas. Os radicais³ propunham que fosse reconhecido imediatamente seu “maior direito” de que o candidato saísse de suas fileiras. E a frente popular deveria escolher o candidato de uma lista de nomes proposta pelos radicais. Os socialistas propuseram um plebiscito. Depois de um amplo debate, a ideia da convenção prevaleceu. Mas ela não foi tão ampla como o desejado.

Dois candidatos foram apresentados no decorrer desta “Convenção da esquerda”: Pedro Aguirre pelo Partido Radical e Marmaduke Grove, pelo Partido Socialista. Eles se enfrentaram em uma batalha de perigosa intransigência. Mas nenhum deles podia ser eleito sem a aquiescência do outro, conforme o pacto. Ambos solicitaram o apoio do Partido Comunista. Ante os numerosos escrutínios infrutíferos e o perigo da implosão da Convenção e de destruição da frente popular, o Partido Comunista lançou um apelo público aos dois partidos, exortando-os, em nome do povo, a deixar de lado seus interesses egoístas e partidaristas, para buscarem juntos o candidato capaz de unir todas as forças democráticas do país.

A situação complicou-se de forma extraordinária quando os elementos opostos à frente popular formaram uma frente unida contra a Convenção. A direita do Partido Radical especulou com os “perigos” de uma aliança social-comunista em prol da candidatura Grove, que prejudicaria o Partido Radical naquilo que poderia esperar como partido majoritário. O Partido Socialista acreditava ter direito à candidatura por causa da grande popularidade de seu dirigente, Grove. Infelizmente, o PS lançou o lema “Grove ao poder”, sob a influência dos trotskistas. Essa falsa palavra de ordem provocou graves apreensões, criando um grande risco pelo seu caráter esquerdista; não unificava a frente popular e tendia ao isolamento do proletariado.

³ O partido democrático mais poderoso do Chile, que representa a pequena burguesia urbana e tem muita influência entre o campesinato e certos setores da classe operária. Também é representativo de alguns proprietários agrícolas progressistas.

Então, o Partido Comunista considerou necessário fazer escutar a voz do povo, que exigia a unidade antifascista e um candidato democrático único. O X Congresso nacional de nosso partido, reunido naquele momento, colocou a necessidade de se levar em conta:

- a) O nível real do movimento revolucionário chileno, isto é, uma apreciação exata da relação de forças entre as classes na atual etapa da revolução.
- b) O grau de experiência política e de educação revolucionária da classe operária e do povo.
- c) A necessidade vital de manter e desenvolver a unidade combativa de todas as forças democráticas e antifascistas agrupadas em torno do proletariado, isto é, concretizar a palavra de ordem “Todo o Chile contra Ross e o fascismo”.

Felizmente, com a extraordinária pressão popular, a Convenção chegou a um acordo, retirando a candidatura Grove e elegendo unanimemente a de Aguirre.

Aguirre expressou a aprovação e o entusiasmo do país quando, algumas horas depois de sua eleição, compareceu à sessão de encerramento do X Congresso do Partido Comunista. Exaltou a política unitária firme e consequente de nosso partido. [...]

Os aliados estrangeiros

Já falamos da necessidade de conquistar aliados no país para garantir a vitória do povo contra o fascismo. Mas isso não é suficiente. É preciso conquistar aliados no campo internacional, como fizeram os patriotas de 1810. Não nos esqueçamos de que, naquele momento, eminentes estrangeiros contribuíram com seu dever, com o dom de seu sangue e de suas vidas, com a causa de nossa emancipação.

A frente popular estabelece a necessidade de que a classe operária do mundo inteiro e as outras forças democráticas colaborem e a ajudem de forma adequada. A ajuda do proletariado e do povo da América do Norte é particularmente preciosa.

Os trotskistas tentam ocultar este grave problema. Utilizam o legítimo sentimento popular de ódio contra o imperialismo para concentrar seus ataques contra os imperialismos ianque e inglês, que possuem o mais importante volume de investimentos no Chile. Esta é uma maneira de ajudar a penetração e o domínio dos governos fascistas.

Identificar o povo dos Estados Unidos com as empresas imperialistas ianques que oprimem nosso país é uma monstruosidade política. Wall Street é o inimigo implacável da democracia, não só no Chile, mas também nos Estados Unidos. Os inimigos do povo norte-americano são os inimigos do povo chileno.

O realinhamento das forças democráticas e progressistas nos Estados Unidos favorece particularmente o estabelecimento de relações corretas entre nossos países.

Uma política de boa vizinhança

Com base em uma política de boa vizinhança e em sua consequente aplicação, podem e devem ser estabelecidas relações com a administração Roosevelt, atacada tão violentamente pela Wall Street. A política de boa vizinhança, conforme um critério estritamente realista, é um instrumento útil para os objetivos do combate pela paz e pela democracia.

No tocante ao capital estrangeiro investido no Chile, o povo sempre respeitou e continuará respeitando as disposições da Constituição do Estado, que garantem a propriedade dos capitais estrangeiros e, em geral, a de todos os capitais. Ao mesmo tempo, exigirá que os capitalistas, nacionais e estrangeiros, também as respeitem. O povo nunca deixou de reconhecer a necessidade de uma cooperação do capital estrangeiro; sempre está disposto a solicitar esta cooperação no futuro.

As riquezas chilenas são parte integrante de seu direito à existência como nação livre e independente. Devem ser destinadas para servir à manutenção e extensão da democracia, à salvaguarda da paz entre o povo com base em uma ação conjunta.

Assim, a frente popular tem a missão de defender, acima de tudo, a soberania nacional, aplicando a todos, da mesma maneira, a lei chilena; fortalecendo a observância estrita da legislação social em sua integridade. Não permitirá a existência de monopólios, concessões ou privilégios de qualquer tipo, que possam colocar em risco o bem-estar e a segurança do país. Considerará como um ato de hostilidade contra a soberania nacional qualquer tentativa de empresas estrangeiras de intervirem na política interna, com o objetivo de estimular, direta ou indiretamente, a rebelião de forças fascistas e reacionárias, ou constituindo em suas propriedades depósitos de armas clandestinas, ou utilizando o pavilhão de Estados estrangeiros para efetuar ou facilitar o contrabando, a espionagem ou as conspirações.

Estas são, portanto, as condições para um *new deal* ou um tratamento das empresas capitalistas estrangeiras pelo povo, que farão com que o governo do Chile deixe de ser um lacaio e se transforme em um governo do povo, pelo povo, para o povo do Chile. Evidentemente, o Chile se reserva o direito de estudar as relações que existiram até agora entre os capitalistas estrangeiros e os governos e políticos chilenos.

*Uma crítica de esquerda à Frente Popular chilena**

Humberto Mendoza (também conhecido pelo pseudônimo de “Jorge Lavín”) foi um dos dirigentes do partido comunista dissidente que, em 1930, separou-se do PC chileno, para filiar-se em 1933 à Oposição de Esquerda internacional. Em 1937, Mendoza e a maioria dos membros desta organização (Izquierda Comunista) decidem aderir ao Partido Socialista, em cujo seio constituirão uma importante ala esquerda. As críticas à Frente Popular chilena que apresenta em seu livro *¿Y Ahora?*, publicado em 1942 (do qual foram extraídos os textos apresentados a seguir) inspiram-se nas críticas da corrente trotskista europeia, mas tentam simultaneamente captar a especificidade do fenômeno chileno.

Uma prova da persistência desta problemática na ideologia do Partido Socialista chileno é a reedição, em 1972, de amplos trechos desta obra, em uma compilação de documentos do partido publicada pelos historiadores socialistas Julio César Jobet e Alejandro Chelen Rojas.

No Chile, no atual regime, as classes trabalhadoras *não chegaram* ao governo pelo fato de o Partido Socialista estar nos ministérios. Na verdade, o que aconteceu é que as classes trabalhadoras correm o risco de perder seu partido, porque lentamente a dialética do processo político fará com que o Partido Socialista represente interesses cada vez mais alheios ao proletariado e próximos aos do capitalismo nacional e o internacional.

Na sociedade capitalista baseada fundamentalmente na luta de classes, a democracia só pode ser uma função da exploração. As liberdades consideradas invioláveis na Constituição foram eliminadas sempre que isso foi do interesse das classes dominantes.

Os operários, os camponeses, os funcionários médios e baixos, as minorias em todas as atividades sociais, sentem o peso do regime de injustiças, de fome e desemprego. Eles veem, sentem e sofrem esta realidade. Mas se a consciência desta exploração os leva à ação para destruí-la, todo o peso da “democracia capitalista” será sentido por meio de cassetetes e balas, nos cárceres e nas prisões em massa. A fome faz com que o desempregado e o explorado se deparem com o significado real, com o conteúdo concreto da democracia capitalista, ou seja, com a ditadura capitalista.

Por que os trabalhadores não tentam impedir, com greves e demonstrações de força, o cumprimento do “programa” do governo, deste “governo popular”? Ou por acaso as massas trabalhadoras comem mais do que antes, têm mais

* Humberto Mendoza, “El Frente Popular a la luz del socialismo revolucionario”, 1942, em J. C. Jobet e A. C. Rojas, *Pensamiento político del PS*, Santiago, Quimantú, 1972, p. 35-39, 42-44.

trabalho, melhor salário e mais direitos que nos governos anteriores? Até o mais ingênuo dos operários percebe que eles não conquistaram nada, ao contrário, perderam muito, porque esqueceram até sua independência de ação e deixaram muito para trás, escritas em páginas vermelhas, as heroicas jornadas de suas lutas de classe organizada. Ontem, as classes governantes de hoje derrubaram revolucionariamente o regime autocrático e feudal e acabaram, a ferro e fogo, com as relações políticas estabelecidas. Hoje, estas mesmas classes, opinando como ontem opinavam os reis e os czares, consideram-se governantes por direito próprio. Querem se manter a todo custo e colocam contra a sociedade os próprios recursos que a sociedade põe à sua disposição.

Quando agora os burgueses recorrem à força para preservar da ruína a “situação econômica” que está afundando, demonstram que são vítimas da mesma ilusão que M. Düring, de que as condições políticas são a causa determinante da situação econômica; isto é, que imaginam poder transformar, valendo-se da ajuda “primordial” da “força política imediata”, esses fenômenos de ordem secundária, o que equivale a querer destruir com canhões Krupp e fuzis Mauser os efeitos econômicos da máquina a vapor e do mecanismo que ela aciona, assim como os do comércio mundial e do sistema atual dos bancos e do crédito,

diz Engels em sua famosa obra, *Anti-Düring*, por volta de 1877, quando a classe operária não tinha esquecido as páginas da Comuna, os massacres nas ruas de Paris pelas tropas de Versalhes.

Sabemos que a capacidade de resistência e o próprio peso das instituições democráticas em todos os países estão em relação direta com o desenvolvimento econômico. “Onde a burguesia ocupa um lugar importante na vida econômica, também o ocupa na esfera política.” No Chile, onde o predomínio da burguesia no âmbito político é indiscutível, e o prestígio das instituições democráticas ainda é suficiente para poder especular com sua solvência, o desenvolvimento econômico *não* é de tal magnitude que determine seu predomínio absoluto.

A pequena burguesia desempenha um importante papel na economia agrária, no comércio, nas profissões universitárias e na burocracia estatal e semifiscal, e tende a desempenhar um papel de primeira magnitude na política, cada vez que a flutuação da atividade proletária nas lutas políticas deixa o campo livre para que surja a ameaça de uma ofensiva capitalista.

Por que, se a correlação entre a classe econômica e sua superestrutura política é direta e notória, aqui no Chile, onde não existe um desenvolvimento econômico de grande porte industrial, a burguesia desempenha o mais importante papel no âmbito político? Nem sempre. Cada vez que a burguesia

chilena inicia uma ofensiva contra as instituições que utilizou até o momento para explorar a sociedade, tem plena certeza de que estas já não lhe servem para cobrir uma frente de batalha contra uma ofensiva proletária. No entanto, sua incompetência política ainda não permitiu que ela obtivesse a confiança da pequena burguesia. Mas está convencida de que a solidez relativa das instituições democráticas merece, de sua parte, um respeito aparente e temporário das exterioridades formais do regime.

Por outro lado, esta é a chave da política das frentes populares e de toda combinação tendente a encobrir ou dissimular as contradições econômicas das classes sociais.

Mas o processo de decomposição da sociedade capitalista continua seu curso, apesar de toda a contemporização política dos partidos da classe operária, fazendo com que se concretize cada vez mais o risco de que a burguesia reaja contra o proletariado, destruindo suas instituições e instaurando o fascismo.

A classe dos possuidores diminui na mesma medida em que o capitalismo se concentra e centraliza. De forma paralela a esta centralização da riqueza, centraliza-se o poder, diminuindo o número dos que o exercem e usufruem. Pela própria dialética desse processo, a opressão sobre as classes trabalhadoras aumenta a um nível até então desconhecido. A violência, como meio aplicado por meio de fórmulas e instituições criadas expressamente para encobri-la, se transforma no procedimento central, descoberto e descarado, utilizado pelas classes possuidoras, como razão da existência de seu poder. A gravidade cada vez maior dos choques entre os que tudo têm e os que pouco ou nada possuem vai adquirindo intensidade e consciência.

A revolução social vai se tornando cada vez mais visível e necessária para setores cada vez mais amplos da população.

Desta conjuntura não se pode sair com bons desejos ou com uma política ruim e equivocada. Desta conjuntura vive-se ou morre-se, e é preciso lutar para viver.

De uma vez por todas, o Partido Socialista deve fazer o proletariado e as classes trabalhadoras compreenderem que “mesmo a República burguesa mais democrática não passa de um instrumento de opressão da classe operária pela classe burguesa, da massa proletária por um punhado de capitalistas”. O desenvolvimento das forças produtivas rompe com as relações de produção, e este processo inconsciente deve adquirir, por meio da ação justa de nosso partido, a direção consciente necessária e indispensável para o triunfo da revolução socialista. A nova guerra imperialista não passa do resultado do imenso poder da técnica aperfeiçoada pelo capitalismo, que acaba com as barreiras nacionais e tenta superar as contradições elevando-as ao plano de uma luta política internacional pelo estabelecimento de novas relações sociais de produção.

Os proletários, apoiados nas massas do campo ao lutarem pela conquista de seus direitos e de suas reivindicações, não fazem outra coisa senão exercer o direito histórico que, em 1789, os burgueses aplicaram contra a autocracia.

Se a burguesia usou o terror para exterminar a resistência ao regime derubado e para poder organizar por sua vez o sistema que conhecemos como democracia capitalista, não há razão de nenhuma natureza que impeça o proletariado de organizar sua ditadura para exterminar a resistência da burguesia e organizar a democracia proletária.

*Cuba: a Frente Popular com Batista**

Cuba não conhecerá uma verdadeira frente popular, mas apenas uma aliança entre o Partido Comunista e o coronel Fulgêncio Batista, que durará de 1939 a 1944, com a renúncia deste último. Em 1943, o presidente do partido, o escritor Juan Marinello, será ministro sem pasta do governo Batista. O artigo anexo situa o contexto político continental no qual esta frente *sui generis* foi constituída: a aliança pan-americana contra o perigo fascista, sob a égide simultânea de Roosevelt, Batista, Lombardo Toledano (secretário-geral dos sindicatos mexicanos) e o PC cubano. Saverio Tutino (ex-correspondente de *L'Unità* em Havana) escreveu em 1939, em sua história da Revolução Cubana, sobre a personalidade histórica de Batista: "Para a maioria dos cubanos, Batista personificava a antinção; representava o fascismo, embora aceitasse, devido a exigências essencialmente americanas, unir-se ao antifascismo no plano internacional. Batista mandara matar trabalhadores e manchara-se com o assassinato de um herói nacional como Antonio Guiteras"¹.

O movimento democrático cubano, que cresce e se amplia constantemente, transforma-se em um dos mais importantes fatores da frente democrática antifascista do hemisfério ocidental. À medida que o movimento democrático se desenvolve em Cuba, a política externa do governo cubano, dirigido pelo coronel Batista, chefe constitucional do Exército, adquire um caráter antifascista cada vez mais marcante em toda a América Latina.

Os recentes acontecimentos confirmam de novo as futuras perspectivas desenvolvidas pela X Assembleia Plenária do Partido Comunista, em julho de 1938, e no III Congresso do PC, em janeiro passado: por um lado, o movimento popular continua crescendo e fortalecendo-se. O coronel Batista tornou-se um elemento importante da frente das forças progressistas. Por outro, a reação e o fascismo unem suas forças e urdem planos desesperados para derrubar Batista e esmagar o movimento popular.

O congresso de unificação sindical foi realizado de 23 a 28 de janeiro. Nele, 1.517 delegados representavam mais de 800 sindicatos e organizações. Fundou-se a Confederação Operária Cubana, que conta com mais de 500 mil membros e que reagrupou todos os sindicatos cubanos. O negro Lázaro Peña, operário da indústria do tabaco, um dos mais queridos dirigentes cubanos, foi eleito

* R. A. Martínez, "L'importance pour l'Amérique latine de l'essor démocratique à Cuba", em *La correspondance internationale*, 4 de abril de 1939, p. 352-53.

¹ Saverio Tutino, *L'Ottobre cubano*, Turim, Einaudi, 1968, p. 159. Guiteras era um dirigente anti-imperialista muito popular em Cuba.

secretário-geral. Uma delegação extremamente numerosa da Confederação de Trabalhadores do México, sob a direção de seu secretário, Vicente Lombardo Toledano, também participou do congresso. Lombardo Toledano pronunciou um discurso histórico, no qual refutou em todos os pontos a teoria fascista-trotskista que nega a existência de um perigo fascista na América Latina. Esta teoria não passa de um véu atrás do qual os inimigos da política de Roosevelt podem prosseguir sua política imperialista. Um delegado da CIO americana também participou do congresso como convidado.

O congresso não examinou apenas os problemas fundamentais que interessam à classe operária cubana: luta pela aplicação da legislação social existente, problemas de organização, atitude do proletariado com relação à futura assembleia constituinte, luta contra a guerra e o fascismo. Também dedicou particular atenção ao problema do campesinato cubano. Um grande número de delegados de organizações camponesas assistiam ao congresso. Expuseram seus problemas e propuseram a criação de um escritório nacional camponês, com o objetivo de ajudar a preparar os congressos estaduais que devem ser o prelúdio a um congresso nacional camponês. Apoiado pela poderosa Confederação dos Trabalhadores Cubanos e pelo movimento progressista em geral, o campesinato cubano superará rapidamente seu atraso do ponto de vista organizacional.

O governo cubano e sobretudo seu líder, coronel Batista, compreendem que o desenvolvimento e a salvaguarda do bem-estar popular, assim como a defesa das instituições democráticas, estão estreitamente relacionados à luta contra o fascismo não só em Cuba, mas em todo o hemisfério americano e no mundo inteiro. A valente atitude da delegação cubana na conferência de Lima não era fortuita; era a expressão da política antifascista cada vez mais consciente do governo cubano, como a viagem do coronel Batista ao México o demonstrou, e representa a mais séria tentativa de ampliar as decisões tomadas em Lima e de traduzi-las em realidade viva.

Desde 3 de fevereiro, dia de sua chegada a Veracruz, até 13 de fevereiro, dia de sua partida, o coronel Batista, em uma série de discursos, fez declarações que, em resumo, podem ser consideradas como bases da frente antifascista latino-americana em formação. Durante a grande manifestação organizada no México pela Confederação de Trabalhadores do México, o coronel Batista, diante de um público de cerca de 100 mil trabalhadores, ressaltou a necessidade de “uma aliança dos povos do nosso hemisfério sem considerações de nacionalidade, raça, cor ou língua”, para combater o fascismo. Recebido pelos membros das duas câmaras mexicanas, Batista renovou sua solene promessa de fidelidade à causa da Espanha republicana e da democracia mundial. Garantiu ao México que o povo cubano está decidido a lutar junto com os mexicanos caso o fascismo se atreva a passar para a agressão.

De volta a Cuba, o coronel Batista desenvolveu ainda mais suas tendências progressistas e democráticas. Em uma grande manifestação organizada em sua honra pela Confederação dos Trabalhadores Cubanos, ele declarou: “O Partido Comunista, tanto no México como em Cuba, na França quanto nos Estados Unidos, onde é reconhecido como força legal em vez de ser considerado um elemento de desordem, atua como uma força viva da democracia”.

E em outro discurso, pronunciado em Camagüey, declarou que o comunismo é “um elemento de progresso e de democracia”.

A crescente força da democracia cubana e sua influência em nível continental provocaram os renovados ataques do fascismo e da reação local. Estes ataques não se dirigem unicamente contra as organizações operárias, os partidos democráticos e seus chefes, mas têm como alvo específico o coronel Batista. O fato evidenciou-se desde o seu regresso do México. A reação fez de tudo para impedir o sucesso das manifestações organizadas pela CTC e pelas agrupações democráticas, para acolher o chefe de governo. Apesar de todos estes esforços, apesar das dificuldades criadas pelas próprias empresas de transporte, 100 mil trabalhadores participaram desta demonstração.

A reação utiliza os mesmos métodos no mundo inteiro. Os trabalhadores são demitidos, e os reacionários chegam mesmo a incitar seus partidários a empregarem apenas um criado e a terem só um carro; não se pagam os impostos e, em numerosas províncias, os plantadores de cana-de-açúcar interromperam seus trabalhos. Os reacionários se opõem à legislação progressista e impedem a adoção da lei Warren Bro (reconhecimento da dívida-ouro do Estado cubano), da qual depende a concessão do empréstimo de 50 milhões de dólares negociado durante a viagem de Batista ao México.

O Partido Comunista cubano, cuja profunda compreensão da situação política contribuiu mais que qualquer outra coisa para a evolução democrática destes últimos tempos, chegou à conclusão de que é preciso renunciar a fórmulas obsoletas ainda em vigor no partido. A política do governo deve ser considerada progressista. A situação mudou e o lema do partido deve ser a partir de agora: “Com Batista, contra a reação”, isto é, o partido deve se pronunciar abertamente pelo apoio das amplas massas populares à política de Batista.

Diego Rivera

*O problema indígena no México**

Diego Rivera, o famoso pintor muralista mexicano, aderiu ao trotskismo em 1934. O artigo a seguir foi publicado em pleno período das frentes populares, mas sua orientação política o situa decididamente no lado oposto à estratégia do comunismo “oficial”. Além disso, trata-se de uma dessas escassas tentativas de análise marxista da questão indígena, depois da de Mariátegui (cuja tomada de partido indigenista é totalmente compartilhada por Rivera).

Diego Rivera voltará mais tarde às fileiras do Partido Comunista mexicano.

A Independência mexicana, as lutas e reformas da burguesia colonial

14. A chamada “Independência do México” foi realizada em 1821 por um acordo entre a sub-burguesia aristocrática colonial mexicana e os poucos chefes insurgentes que restavam, depois de uma terrível luta de 11 anos (o movimento das massas camponesas fora conduzido pelos eclesiásticos e leigos das classes nativas e mestiços oprimidos, como Hidalgo, Morelos e Matamoros, sacerdotes; Allende, Moreno, Francisco Javier Mina, militares; Leona Vicario, Primo Verdad, Quintana Roo, Rayón, Guerrero, Victoria, civis). Este acordo teve como objetivo a manutenção dos métodos feudais e semifeudais da colônia, contra o movimento liberal iniciado na metrópole, na Espanha. A fração progressista da sub-burguesia mexicana começa, a partir de 1857, depois de os Estados Unidos terem arrebatado ao México na guerra de 1846-47 mais da metade de seu território e a parte mais fantásticamente rica, o movimento chamado “Reforma”. Este não passava da continuação da revolução burguesa, iniciada no continente americano com a independência dos Estados Unidos, do México, da América Central e do Sul, movimento que, nos três últimos lugares, tinha sido freado e detido pela sobrevivência das camadas feudais e feudalizadoras, provenientes das antigas classes dominantes do império colonial espanhol, apoiadas pelo clero católico, cujos interesses econômicos estavam e continuavam estando intimamente ligados àqueles.

15. Os liberais da Reforma estimularam a ilusão de criar no México, em vez da sub-burguesia raquítica e da pequena burguesia existentes, uma burguesia

* Diego Rivera, “La lucha de clases y el problema indígena”, *Clave*, n. 2, México, 1938, p. 21-29.

nacional, forte e independente, algo impossível tanto naquela época quanto agora, pela situação econômica semifeudal do país. Os liberais mexicanos, discípulos dos liberais burgueses dos Estados Unidos, eram individualistas, acreditavam no repertório da livre concorrência, do câmbio livre, do voto livre (sufrágio efetivo) e, sobretudo, na livre exploração dos produtores pelos capitalistas.

16. No México, sob a presidência do líder nacional, o índio Benito Juárez, e por meio da Constituição legal de 1857 e as “Leis de Reforma”, as propriedades do clero e das comunidades agrárias foram confiscadas com o objetivo teórico de dividi-las entre numerosos proprietários individuais, que teriam formado a burguesia nacional. Mas a reforma foi um completo fracasso. O campesinato pobre perdeu o pouco que tinha, sem adquirir nada ou quase nada por aumento de salários; os bens que não podiam ser vendidos (*manos muertas*) passaram às mãos de alguns capitalistas estrangeiros sem escrúpulos religiosos e com suficiente espírito de empreendimento burguês, ou de testas de ferro, solidamente controlados pela própria Igreja Católica, que assim tomou posse de seus bens, apesar da reforma liberal. Juárez, índio, só continuou usurpando as comunidades camponesas indígenas do que tinham tido, submetendo-as a uma miséria ainda maior do que a que tinham sofrido.

17. A situação criada pela chamada “Reforma Liberal” persistiu até a época contemporânea. O imperialismo inglês, o franco-belga, o austro-alemão e o espanhol, aproveitando a guerra dos Estados Unidos, entre o norte industrial antiescravagista e o sul reacionário e escravagista, tentaram, com o apoio deste último, criar um “império mexicano”. Tendo fracassado por causa da força da revolução industrial que apoiava os liberais do México, sua intervenção tem continuado sob diferentes formas, até se manifestar hoje em dia sob a forma de um subfascismo latino-americano, que não passa de uma forma de luta dos capitalistas fascistas imperialistas da Europa contra o capitalismo imperialista dos Estados Unidos.

As lutas no México, chamadas de “religiosas”, dos “cristeiros” e outras facções a serviço dos restos do feudalismo e do neofeudalismo e do poder clerical, aliados nacionais do capitalismo estrangeiro, contra o “agrarismo” e o chamado “socialismo” da nova sub-burguesia e da pequena burguesia nascidas da industrialização empreendida nas cidades e no campo durante o período de lutas políticas compreendidas entre 1910 e 1937, chamadas de “Revolução Mexicana”, não passam de restos da situação criada com a denominada “Reforma Liberal”.

O problema agrário, tal como se apresenta atualmente, sobretudo no México

18. Depois de 27 anos de lutas agrárias pequeno-burguesas e sub-burguesas, pela restituição dos *ejidos*¹, criados no século XVI pelo rei da Espanha, em seu império colonial feudal, a pobre sub-burguesia “nacional-revolucionária” mexicana, finalmente constituída em partido político governamental (Partido Nacional Revolucionário, PNR), sob a administração do presidente Lázaro Cárdenas (embora ele tenha sido dez vezes mais ativo durante estes dois anos e meio de poder que seus antecessores durante 24 anos), só conseguiu dividir, como entregas de terras ou como restituições de *ejidos*, cerca de 4 milhões de hectares dos 14 milhões de hectares de terras cultiváveis que o México possui; destas, os governos anteriores a Cárdenas tinham dividido 1.940.498 hectares.

19. É muito importante observar que, nas regiões onde existem grandes centros de população proletária industrial, a entrega das terras aos camponeses, com relação às terras cultiváveis, é maior que nos estados sem centros industriais com massas de trabalhadores organizados, o que prova que a pressão destes em prol dos camponeses tem tido grande influência sobre a entrega de terras a estes últimos.

20. Hoje em dia, no final de 1937, o ritmo de entrega de terras é mais lento que nos dois anos e meio anteriores. Os empréstimos em dinheiro aos *ejidos* deparam-se com grandes dificuldades, que criam conflitos entre a organização bancária desses *ejidos* e as organizações operárias e camponesas, inclusive com as mais reformistas e dependentes do Estado, como a CTM (Confederação de Trabalhadores do México). Neste anos, houve um déficit considerável na produção total de cereais para o consumo interno do país, o que prova que, apesar dos esforços feitos pelo governo para ampliar e aumentar a produção, esta não tem sido bem-sucedida, pois com as restituições de *ejidos* não foi possível melhorar a situação da produção total do país. É preciso destacar que o aumento dos empréstimos aos *ejidos* tem sido paralelo ao crescimento do proletariado industrial, pois entre 1929 e 1937, mais de 4 mil novas fábricas foram estabelecidas no México.

A Lei do Salário-Mínimo foi promulgada pelo presidente Abelardo L. Rodríguez, multimilionário industrial e agrário, o homem mais rico do México, a fim de ampliar o mercado para os novos industriais. Mas, como era natural, os preços dos artigos de consumo elevaram-se imediatamente e, para operários e camponeses, atualmente a situação é – conforme o poder de compra de seus

¹ Terrenos de uso comum de um povoado, que não são lavrados, e onde é reunido o gado e guardada a colheita. (N.T.)

salários – de 25% a 75% pior do que a existente antes da promulgação da Lei do Salário-Mínimo, há três anos.

21. Os *ejidos* e a comunidade agrária existentes atualmente no México não passam de uma manobra feudalista utilizada pela monarquia espanhola do século XVI para manter o camponês em estado de servidão. Ainda se suprime o valor social progressivo dos *ejidos* e das comunidades, diminuindo seu caráter embrionário de propriedade comum, dividindo-os agora em parcelas insignificantes e minúsculas, dadas em propriedade individual inalienável, como “patrimônio familiar”, a cada um dos proprietários dos *ejidos*, aos quais são concedidos empréstimos por meio do banco do Estado, cobrados com base nas futuras colheitas. Como os possuidores dos *ejidos* não podem começar a trabalhar a terra em sua situação de camponeses pobres, este método aparentemente “socializador” na verdade só liga ainda mais o camponês à terra e o transforma em servo dos brancos, como acontecia antes dos senhores feudais latifundiários.

22. O camponês pobre do México está em tal situação de miséria que só seu congênere chinês pode estar no mesmo nível (conforme dados oficiais do governo do México). Tem sofrido tal escravidão e tal miséria desde a denominada Independência até 1910, que a chamada “Reforma Agrária” fez com que ele lutasse por ela durante anos e anos. Da mesma forma, conforme dados oficiais, o custo de vida no México, do final do século XVIII até 1930, elevou-se 15 vezes, enquanto os salários apenas triplicaram, o que prova que as condições de vida dos peões, camponeses assalariados, no México “revolucionário” de 1930, eram piores que as dos peões dos latifundiários da colônia espanhola.

23. Levando em conta estas condições, a única linha revolucionária que pode ser seguida no México com relação ao problema agrário é a exigência contínua da aceleração da entrega da terra aos camponeses, sob a forma aceita pela “Revolução Mexicana”, dotações de terra que entram incessantemente em choque com os interesses capitalistas dos novos e antigos proprietários agrários e do capitalismo imperialista estrangeiro. Estes choques devem ser utilizados para que as massas camponesas pobres possam entender que os mesmos homens que foram chefes, generais, funcionários ou “líderes”, durante a guerra civil, hoje em dia são latifundiários, seus inimigos, objetivamente aliados aos antigos latifundiários e aos proprietários imperialistas estrangeiros, aos quais estão atualmente ligados por uma solidariedade de classe; assim, para a classe camponesa pobre só pode haver um aliado: o proletariado.

É preciso trabalhar continuamente para que a insuficiência dos métodos de cultivo e de empréstimos aos *ejidos*, que afetam diretamente os camponeses,

servam para convencê-los da ineficiência desses métodos – que, por outro lado, mantêm o campesinato em estado de servidão – e que na verdade favorecem a direita da sub-burguesia, o nascimento de tendências ultrarreacionárias e neofeudais, habilmente exploradas pelo fascismo europeu.

24. As reformas agrárias realizadas pelos governos ditos revolucionários, no fundo não significam a liquidação total dos restos do velho feudalismo e do neofeudalismo, mas um compromisso bastardo entre os interesses feudais e imperialistas por um lado, e os dos camponeses por outro, sempre em detrimento destes últimos. Como são o setor mais atrasado da população, os índios sofrem mais. Neste terreno, a solução da questão chamada de indígena significa a luta pela revolução agrária. O proletariado latino-americano deve colocar em seu programa este lema, como um dos mais importantes.

Os camponeses mais explorados e oprimidos proporcionam uma força de trabalho mais barata para os latifundiários, os proprietários e os capitalistas de todo tipo. A organização dos camponeses, índios e mestiços como operários agrícolas em sindicatos combativos e uma luta enérgica contra a bárbara exploração, além de elevar o nível cultural e material dos camponeses, também minam a economia feudal, aceleram a reforma governamental e, sobretudo, preparam a revolução agrária.

Abraçando esta campanha, ganhando a confiança dos camponeses, inclusive dos indígenas, o proletariado preparará sua própria ascensão ao poder, o único que pode iniciar a época de libertação para os indígenas, assim como para todos os oprimidos da América Latina.

O aspecto específico da questão etnográfico-filológica do “problema do índio” no México e na América Latina

25. Graças à necessidade de conservar os índios como principal força de produção de riqueza nas colônias espanholas da América Latina, a Igreja Católica realizou outro “milagre”. Inflamou-se de amor pelos índios e, na Universidade Real e Pontifícia do México, elaborou textos de teologia e de ciências físicas e metafísicas em línguas indígenas da América, proibindo que universitários, professores e alunos, sob pena de expulsão imediata, falassem no recinto da universidade outra língua que não fosse a indígena ou o latim – língua internacional do clero católico. Assim, obrigado a aprender línguas indígenas americanas, o clero regular e secular saído da universidade pôde “educar” o índio em sua língua natal, inspirando-lhe confiança e amizade; assim, o índio recebeu seus novos amos como homens que simpatizavam com ele, e não como inimigos.

26. O método de penetração da Igreja Católica deu excelentes resultados e, hoje em dia, o sacerdote que ainda segue a antiga linha da Universidade Pontifícia, falando as línguas indígenas, é o melhor agente das classes dominantes, entre os camponeses pobres, índios ou não, do México (o mesmo ocorre na América Central e do Sul). Em compensação, a sub-burguesia e a pequena burguesia “revolucionária” nunca compreenderam este meio de penetração, e seus amos urbanos e “rurais” fracassaram na tarefa de substituir o sacerdote como agente das classes exploradoras modernas no poder.

27. De acordo com as cifras oficiais de 1930, no México existem 4.971.207 índios que falam línguas indígenas, dos quais 1.183.481 falam apenas suas línguas nativas e não o espanhol; os outros podem ser considerados bilíngues. Os camponeses índios, embrutecidos pela miséria e pelos ensinamentos de frades e padres durante quatro séculos, escutam os conselhos deles e dos latifundiários e dos bispos que os manejam, tanto que às vezes formam grupos armados pelos proprietários e dirigidos pelos sacerdotes, que, aos gritos de “Viva Cristo Rei!”, atacam escolas, incendeiam-nas, cortam as orelhas dos professores, homens e mulheres, e estupram estas últimas; centenas de vezes assassinaram todo o corpo docente, com uma crueldade realmente incrível, chegando até a queimar alguns vivos. Este martirologio realiza-se com os professores aos quais o governo do México paga salários que oscilam entre \$3,50 e \$1,50 diários, isto é, um dólar e quarenta centavos americanos por dia.

28. Ao mesmo tempo em que anuncia a melhoria do material novo do Exército, que é de fato uma polícia nacional, que conta com cerca de 50 mil homens, o governo mexicano acaba de informar que, no próximo ano, 4 milhões de crianças permanecerão sem poder ir à escola por falta de estabelecimentos escolares, o que não pode ser remediado pelo governo, pois teria de aumentar o orçamento em 123 milhões de pesos. O orçamento de guerra chega a cerca de 80 milhões de pesos. Se, levantando uma hipótese completamente fantástica sobre o “México revolucionário”, o Exército regular de soldados profissionais fosse substituído por milícias operárias e camponesas – muito mais baratas para o orçamento do Estado – seria possível encontrar os milhões necessários para criar várias das escolas que estão faltando.

O nível de vida

29. A população indígena, comparando-se o censo oficial de 1921, que apresenta a cifra de 4.179.768 índios, com o de 1930, aumentou em 791.768 indivíduos. Os 4.971.207 índios existentes em 1930 são contados em relação com o total da

população mexicana de 16.852.728, isto é, representam cerca da terça parte da população. É preciso ressaltar que na população camponesa mestiça predominam todas as características sociais da população indígena, e que esta população camponesa forma a imensa maioria de toda a população do país, com 11.012.091.

O nível de vida da população camponesa e operária mexicanas, conforme dados dos organismos oficiais, é tão baixo que só encontra um grau inferior no de camponeses e operários chineses, sendo a diferença muito pequena.

Nos países da América Central, a situação é ainda pior e, em países da América do Sul, como Bolívia e Peru, que têm maioria de população indígena, a situação não é de forma alguma melhor.

30. Na América Central, na Guatemala, o próprio ministro da Educação Pública declarou recentemente no Parlamento: “Se educarmos o índio, ensinando-o a ler e a contar, como faríamos depois para encontrar *mozos* (peões ou trabalhadores agrícolas) para as fazendas, e como faríamos para não acabar com a economia nacional?”. Esta frase, magnífica em sua ingenuidade, na verdade resume todo o “problema indígena” para a América Latina. No Peru, na Bolívia e nas outras nações com alta porcentagem de população indígena, a situação social entre a do México ou a da Guatemala tende mais para a da Guatemala, pois, no fim das contas, a “Revolução Mexicana” serviu para alguma coisa.

31. A miscigenação aumenta em torno dos centros rurais mais ativos e, sobretudo, ao redor dos centros industriais. Nestes últimos, o uso do espanhol em geral elimina completamente as línguas indígenas. A experiência demonstra que, com as mudanças dos métodos de produção e o aparecimento de uma economia de tipo industrial – que traz consigo um nível mais elevado de vida que o dos camponeses – desaparecem, por fusão e amálgama com os mestiços, as características daquilo que é chamado de problema do índio. Em suma, este problema não é outra coisa senão a sobrevivência de uma economia rural atrasada, de um tipo colonial ou semifeudal, cujo atraso é mantido para beneficiar apenas o setor mais reacionário dos capitalistas nacionais e, portanto, de seu padrão, o imperialismo estrangeiro.

32. Todos os países da América Latina nos mostram claramente como e de que maneira o desenvolvimento histórico desigual nos países atrasados, sob a pressão capitalista, assume o caráter de um desenvolvimento histórico combinado, no qual as primeiras letras do alfabeto histórico coincidem e se confundem com suas últimas ou antepenúltimas letras. A técnica norte-americana assemelha-se à antropofagia, o marxismo ao totemismo, os fracos começos da democracia são asfixiados pelas tendências fascistas e o todo forma um contexto no qual a

sub-burguesia só é capaz de tomar antimedidas miseráveis, sem futuro próximo. Queimando as etapas no desenvolvimento da América Latina, obriga o jovem proletário a colocar sobre seus ombros as tarefas enunciadas, mas não resolvidas pela história dos séculos anteriores. Não só na questão agrária, ligada indissoluvelmente à questão indígena, mas também nas tarefas mais elementares da higiene física e mental, os métodos agrícolas praticados há séculos em outros lugares, a criação de caminhos etc. etc., só podem ser resolvidos no regime de ditadura do proletariado, o único regime estável possível na América Latina.

33. Não temos ilusões sobre o atual nível de preparação do proletariado latino-americano para estas tarefas grandiosas, mas com a pressão da necessidade este jovem proletariado também queimará as etapas de sua ascensão histórica. Saberá marchar ao lado do proletariado mundial, especialmente com o dos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, a vanguarda proletária da América Latina deve utilizar, com o realismo revolucionário, que é o próprio sentido do marxismo, todas as contradições entre as classes e partidos dirigentes para impelir as massas à luta, para criar novos pontos de apoio no plano político e organizacional, para separar as alas progressistas da pequena burguesia de sua ala reacionária, facilitando e acelerando assim a ascensão revolucionária do proletariado.

A verdadeira política marxista, aqui ainda mais que em outros lugares, não consiste em contrapor às tarefas concretas e imediatas a perspectiva abstrata da revolução socialista, mas em demonstrar que todas as tarefas de independência nacional, progresso econômico e cultural, elevação do nível de vida, levam imperiosamente à conquista do poder pelo proletariado, como guia da classe trabalhadora.

II. O pacto soviético-germânico e suas repercussões na América Latina

Ernesto Giudici

*Imperialismo e libertação nacional**

O livro de Giudici (importante dirigente do PC argentino), publicado em 1940, é um interessante exemplo das teses desenvolvidas pelo movimento comunista latino-americano durante o período 1939-1941 (a partir do pacto Molotov-Ribentrop até a invasão da URSS pelos nazistas). Por um lado, ele denuncia os danos causados pelo imperialismo norte-americano e a necessidade de se realizar uma luta intransigente pela libertação nacional da Argentina; por outro, desenvolve uma análise bastante ambígua do fascismo. Esta concepção só aparece durante um curto intervalo entre dois períodos pró-Roosevelt e antifascistas do comunismo latino-americano (1936-1939 e 1941-1945).

Houve uma época em que todos os movimentos populares, entre eles o do nascimento da burguesia na Europa, traduziam seus anseios de acordo com suas crenças religiosas ou com os interesses da Igreja. Mas esta expressão religiosa foi transitória; o que perdurou foi a revolução econômica e política que se realizava no seio da velha sociedade. Bem, algo semelhante tem ocorrido com o fascismo no clima político do pós-guerra: muitos anseios populares acreditaram estar representados na expressão programática e demagógica do fascismo. Muitos movimentos de libertação nacional, vagamente manifestados, aderiram à organização fascista pela mesma necessidade que, em outra esfera, obrigou o imperialismo alemão a adotar a forma fascista de luta para, no âmbito internacional, conquistar um lugar em um mundo dominado pela Inglaterra e pelos Estados Unidos – países “pacifistas” porque estavam fartos, satisfeitos – e, no interno, asfixiar qualquer ação do proletariado e das camadas populares. Neste caso imperialista, o fascista é o transitório; o que vale, o que é motor e norte, é o imperialismo que, por não ter uma cor política, em cada etapa ou tarefa adota a forma política que melhor convém aos seus interesses; ora democrática como na Inglaterra, ora fascista como na Alemanha.

* Ernesto Giudici, *El imperialismo y la liberación nacional* (1940), Buenos Aires, Granica, 1974, p. 3-8.

Deve-se ver e considerar que, muitas vezes, por trás dessa ideologia fascista existe um anseio de massas, que por ser de massas pouco importa que seja fascista ou não, porque no próprio movimento de massas, desenvolvido sem a ideologia reacionária que alguns lhe querem atribuir – e por isso é preciso entrar em contato com ele, com este movimento –, cabe a necessária retificação política. Existem camadas populares que acreditam que lutam contra a oligarquia dentro do fascismo; lutam do seu modo e conforme suas fraquezas políticas; e não podemos rejeitá-las, mas devemos entrar em contato com elas para convencê-las de seu erro. Estas camadas sofrem tanto – e geralmente mais – que as outras camadas populares. Esta luta não pode se dirigir contra elas, com o pretexto de lutar contra o fascismo, mas deve ser com elas contra a oligarquia e o dirigente ou teórico fascista, ambos mais unidos do que parece.

Na atual situação, este esclarecimento político é inadiável. A confusão emana de certos elementos de juízo que não são rebatidos diariamente, porque é mais fácil incluir massa e ideologia fascista, erros políticos e francas intenções reacionárias, em um mesmo bloco. Um desses elementos de juízo que perturba a clara compreensão do problema é o “nacionalismo” rosista. Rosas, com efeito, se opôs a tudo o que era estrangeiro; a França e a Inglaterra bloquearam o rio da Prata e Buenos Aires; e Rosas enfrentou o bloqueio. Vendo-se a situação da época com olhos de hoje, isso seria uma atitude de autêntico nacionalismo. Mas será que realmente foi isso o que aconteceu? Não. Esse nacionalismo era fictício: opunha-se ao desenvolvimento da nação. Uma oligarquia pecuária queria viver tranquilamente com suas fazendas, conservar as formas coloniais e semifeudais; o estrangeiro, capital e liberalismo estimulado por outros grupos “estrangeirizantes”, lhe era hostil. Assim, o país se fechava, não ao estrangeiro, mas ao progresso proveniente do exterior. A situação era parecida com a da Espanha invadida pelas forças napoleônicas: Napoleão era o estrangeiro na Espanha, mas também era, na verdade, a revolução burguesa projetada em toda a Europa, e nessa luta contra o estrangeiro, como afirma Marx, uniam-se e misturavam-se na Espanha sinceros desejos nacionalistas de alguns setores e pretensões reacionárias das classes monárquicas e feudais que exploravam o sentimento nacionalista em proveito próprio. O “nacional”, geograficamente, para fora, não define sozinho a libertação nacional; o nacional, no sentido de soberania, deve estar ligado ao progressista no sentido econômico, social e político *de dentro*. Toda libertação nacional deve ser um passo revolucionário, para frente, a fim de colocar o país no ritmo progressista dos países mais adiantados. Voltar para trás, estagnar-se, não é libertação nacional. Libertação nacional não é isolamento antiestrangeiro, mas coincidência com o que existe de mais progressista no mundo contra o mais reacionário que, dentro de cada país, encontra apoio nos setores mais retrógrados. Acabar com os setores

daquele “nacionalismo” rosista também é libertação nacional. Em suma, os que dizem que lutam contra a Inglaterra desejando voltar à Argentina pré-anglófila prestam um serviço à Inglaterra, oferecendo-lhe, como antes já lhe ofereceram, um país atrasado, agropecuário, sob medida para suas ambições imperialistas.

Apesar do manifestado, queremos formular uma reserva de caráter político. A luta contra o imperialismo estrangeiro em países mais atrasados que a Argentina pode levar ao primeiro plano setores ou partidos não democráticos, produtos de um meio de incipiente democracia. Isso não é o fundamental, nem se deve exigir previamente uma democracia perfeita na luta contra o imperialismo, pois onde o imperialismo predomina, a democracia é adiada, freada, deformada. É preciso agir com o que se tem, não com o que se deseja e não se tem. Com o crescimento da luta libertadora, o politicamente reacionário será varrido pela democracia, que florescerá junto com os êxitos do movimento e o aparecimento de forças novas, jovens, progressistas e revolucionárias. Frisamos este ponto porque vimos diversas vezes os que, de Buenos Aires, com certo alarde de aristocracia política, julgam com desdém movimentos populares de essência progressista ainda que, por natural gravitação de seu meio, se traduzam em lutas caudilhescas carentes de pureza principista ou democrática. Exige-se deles pureza principista ou democrática, assim como se condena o atraso e a incultura das massas. É um círculo vicioso. A dominação imperialista provoca maior atraso nos países atrasados, e é preciso sair do atraso de alguma maneira; é preciso romper o círculo vicioso ou de ferro por algum lado. E quando as massas populares irrompem, pelo precedente que se abre com sua ação, são condenadas pelo seu atraso! Vamos deixar que elas andem. Andando, a superação ocorrerá em todos os seus aspectos. É preciso não se deixar enganar nem pelo atraso das massas nem pela aparência antidemocrática de um movimento anti-imperialista. O imperialismo pode dominar oculto por trás de um manto de democracia; toda luta contra ele levará a medidas de força que, vistas de forma superficial, equivalem a uma posição menos democrática. Mas a democracia não é uma questão de forma e sim de conteúdo; reside no que se aspira, no que se constrói, nas forças em movimento. Se essas medidas de força, inclusive uma ditadura, têm o objetivo de fortalecer o poder das massas na luta contra as oligarquias, na verdade não se trata de uma antidemocracia, mas de um governo democrático forte, de uma ditadura democrática. Nós, revolucionários, não nos deixamos enganar pelas aparências: democrata é o governo que se apoia nas grandes massas, para satisfazer suas necessidades, contra as oligarquias reacionárias. Isto, repetimos, deve ser levado em conta em muitos países latino-americanos, nos quais a democracia não poderá ser implantada repentinamente, pois faltam as condições econômicas e sociais para isso. Onde governa uma oligarquia submetida

ao imperialismo, sobre uma massa atrasada, não pode haver democracia; a democracia política exige como condição prévia a formação de uma burguesia nacional liberal. Por tudo isso, com relação ao golpe do coronel Bush, na Bolívia, fomos prudentes antes de qualificá-lo de reacionário: contra quem se dirigia esse golpe, em quem se apoiava ou buscava apoio? Se realmente se dirigia contra o imperialismo anglo-ianque, destinado a defender a economia nacional e suas massas exploradas, o novo governo foi progressista *apesar de sua forma ditatorial*. O mesmo pode ser dito do atual governo de Estigarribia no Paraguai, partindo sempre do pressuposto de que ambos os movimentos foram dirigidos contra a reação oligárquica e imperialista. Dizemos “partindo do pressuposto”, porque não queremos emitir um juízo definitivo sem uma análise mais profunda da situação, e que só apresentamos estes casos como exemplos daquilo que poderia ser uma ditadura latino-americana de conteúdo progressista. Tudo depende do desenvolvimento político de cada país. No Chile, por exemplo, o movimento libertador pode ser democrático no fundo e na forma, desde o princípio; na Argentina também, com maior razão. O mesmo ocorre no Uruguai, porém não no Brasil. No México, o governo forte de Cárdenas, recebido das mãos do callismo, em poucos anos conseguiu ampliar as bases de uma democracia verdadeira e efetiva.

Outro exemplo será útil para esclarecer esta questão. Quando, após a nacionalização do petróleo na Bolívia, tentou-se vendê-lo para a Alemanha por operações de troca, houve algum alarme. Nós, mesmo sendo partidários do boicote aos países fascistas, afirmamos: a nacionalização do petróleo é um passo à frente no processo da emancipação nacional, independentemente de quem o comprar mais tarde, porque o produto, *boliviano*, seria vendido por seu dono, o Estado boliviano. Levar o antifascismo ao extremo de preferir que o petróleo não seja nacionalizado, permanecendo em poder de empresas estrangeiras, era uma deformação do conceito de libertação nacional. Qualquer escravo que deixa de ser escravo para passar à condição de assalariado do capitalismo dá um salto na história. Como escravo, depende de corpo e alma de seu dono; como assalariado, continua sendo explorado, mas não vende seu corpo, que é sua liberdade e sua vida: vende sua força de trabalho; este é um passo rumo à libertação. Incorpora-se a uma classe revolucionária. Da mesma forma, a reação do trabalhador europeu ante o surgimento das máquinas ou teares mecânicos foi a de destruição; a exploração era mais dura que antes, mais terrível a perspectiva do desemprego, mas sobre esta máquina também repousava a força material da emancipação proletária. Assim, devemos distinguir sempre entre aparência e realidade. Devemos saber ver o que é “nacionalismo” em contraposição à libertação nacional, apesar de suas posturas “nacionalistas”, e o que é libertação nacional efetiva, apesar da aparência contrária.

Insistimos em que é preciso ir até o seio dos movimentos populares para separar o que é necessidade legítima, digna de atenção e apoio, e o que é expressão política equivocada. Isto deve ser feito na Argentina. E veremos que muita gente, que podemos considerar progressista em seus anseios, acreditou no fascismo como fórmula de libertação nacional anti-imperialista. Tudo tem sua razão de ser nos fenômenos sociais e políticos. Por que, portanto, essa massa tendeu a se envolver em ideologias políticas que, em suma, atentam contra seus próprios anseios de libertação? Porque, em primeiro lugar, não se trata de setores pequeno-burgueses ou da burguesia nacional que não aceitam ou não compreendem, naturalmente, as ideias socialistas ou comunistas. Obrigadas a optar entre a democracia e o fascismo, indistintamente preferiram o fascismo porque todos os partidos políticos da burguesia que são ou se dizem democráticos apoiavam e apoiam o imperialismo inglês; e se apoiam no imperialismo inglês. Desta forma, nós, que acompanhamos passo a passo o desenvolvimento do movimento fascista e reacionário na Argentina, pudemos constatar como as ideologias fascistas e reacionárias uniam temporal e acidentalmente os que dependiam do nazismo alemão ou do *fascio* italiano e os que, sem espaço no contexto da democracia anglófila, se dirigiam para eles mais por inércia que por decisão consciente. Mas, pelo lado do imperialismo dominante – o inglês, e em parte também o imperialismo ianque –, as oligarquias, também sem cor política quanto a convicção firme e permanente, recorriam à organização de tipo fascista para se defender naqueles anos críticos de 1931 e seguintes. Houve um momento em que duas organizações fascistas enfrentaram-se no país; por um lado, os “legionários”, garotos mimados e homens da oligarquia governante, subordinados ao imperialismo inglês e ianque; estas legiões viveram até que a oligarquia as considerou indispensáveis para manter a ordem. Quando a fraude em grande escala permitiu que a oligarquia vivesse sem maiores sobressaltos, as legiões desapareceram. As legiões eram antipopulares, aristocráticas; foram elas que esperaram Martínez de Hoz na saída da Casa de Governo e lhe prestaram tributo de rei destronado, ao estilo dos *camelots du roi*. Mas ao lado das legiões, que não se diziam fascistas mas nacionalistas, apareceram, em 1932, grupos fascistas, com *camisa negra*, demagogos que buscavam o contato popular em vez de evitá-lo, que não seguiam a cúria, que não perdiam medidas repressivas e que, a todo momento, mostravam essa fina demagogia que tornou Benito Mussolini poderoso. Estes grupos eram todos, sem exceção, antibritânicos. Neles havia velhacos e astutos *condottieri*, apolíticos e desamparados, gente com boas intenções e pequenos comerciantes ou produtores, que se sentiam politicamente sós ante o imperialismo inglês, cada vez mais tirano, dia a dia mais opressor. Alguém se lembrou dessa gente? Alguém se preocupou em ir até as massas para diferenciar o que era negócio do que era desorientação e orfandade

política? Não. Era muito arriscado fazer isso, porque para o antifascista austero e literário, não podia haver explicação para as causas que levaram as massas ao fascismo. Poderíamos dizer que nós, entusiastas no estudo do complexo fenômeno fascista, várias vezes fizemos esta diferenciação, mas com isso não se resolve a questão política. Politicamente, houve incompreensão com relação a esses setores fascistas *malgré lui*.

Desta forma, alguns desses setores populares, pouco numerosos, aproximavam-se – embora não o desejassem – dos setores fascistas. E o imperialismo fascista, por outro lado, procurava o apoio desses setores para sua política antibritânica ou anti-ianque na Argentina. Este duplo jogo de interesses determinou que o anti-inglês fosse sempre suspeito de conivência com o fascismo italiano ou alemão. Em grande parte, isso era verdade. O anti-inglês, em suas primeiras manifestações, aparecia contaminado por ideias fascistas. Por isso, não prosperou e se reduziu a um minúsculo grupo de pessoas. Não podia prosperar. A massa popular sabe que não pode haver luta anti-imperialista sem luta correlativa pela democracia.

Não devemos nos esquecer desses ensinamentos. É preciso dar um conteúdo democrático à luta contra o imperialismo inglês, tanto para demonstrar que o inglês não é patrimônio de democracia, mas pelo contrário – fascistas de ontem, hoje estão a serviço da “Inglaterra democrática” –, quanto para viabilizar essa luta, que só é possível dentro da homogeneidade e da unidade entre o que é anti-imperialismo como movimento de libertação nacional e o que é democracia como expressão e caminho para levar a luta anti-imperialista até o final. Desta maneira, conseguiremos convencer de seu erro aos fascizantes bem-intencionados e oferecer um espaço às grandes camadas da população, que não têm quem as compreenda no seio de nossa democracia, no processo da libertação nacional anti-imperialista e democrática.

III. O browderismo e o pós-guerra

Vicente Lombardo Toledano

*Pela industrialização do México**

Vicente Lombardo Toledano (1894-1958) foi uma das figuras mais importantes do movimento operário mexicano e da intelectualidade de esquerda do país. Dirigente sindical e político nos anos 1930 – secretário-geral da CTM (Confederação dos Trabalhadores do México) e dirigente do PRM (Partido da Revolução Mexicana – o partido oficial) – Lombardo Toledano também foi autor de uma vasta obra que inclui livros sobre filosofia, direito, ética, educação, sindicalismo, o problema agrário, socialismo e marxismo. Sua concepção teórica caracteriza-se por uma síntese *sui generis* entre o marxismo e a ideologia da Revolução Mexicana, ou, mais precisamente, entre o stalinismo e o nacionalismo do Estado mexicano. Vários críticos compararam o pensamento de Lombardo – que durante algum tempo exerceu uma grande influência no México – ao “marxismo legal” na Rússia, como doutrina cuja principal função seria a apologia do desenvolvimento industrial capitalista, em nome do materialismo histórico.

Os seguintes trechos foram extraídos de um discurso pronunciado por Lombardo Toledano em setembro de 1944, em uma Assembleia do Setor Revolucionário (organizações sindicais operárias, camponesas e populares, sob a liderança do PRM). A questão da harmonia entre os interesses das várias classes unidas para a industrialização do país é típica de sua obra política.

Os revolucionários não se propõem a instauração imediata do socialismo no México

Muitos acreditam – alguns ingenuamente e outros, não por ignorância mas por perversidade, assumindo o papel de simples provocadores – que esta guerra é a oportunidade histórica para instaurar de fato e de imediato o regime socialista em todas as partes do mundo. Isto é falso no caso do México. Os socialistas mexicanos, os marxistas mexicanos, entre os quais me encontro, assim como os não socialistas mas revolucionários, os que lutaram para destruir resquícios do regime feudal, para anular a pobreza de nossos recursos naturais e para defender

* Vicente Lombardo Toledano, *El nuevo programa del Sector Revolucionario de México*, México, 1944, p. 14-15, 16-17.

a pátria do imperialismo, os liberais que não partilham de algumas ideias concretas dos membros da corrente revolucionária de hoje; há muito tempo, todos eles concordam que no México do pós-guerra não tentarão abolir o regime da propriedade privada; não pretendem instaurar o socialismo nesta terra, porque nem as condições históricas domésticas nem as circunstâncias internacionais propiciam esta tarefa tão fundamental. Concordamos que o pós-guerra não é o momento de implantar o socialismo, e que nossos alvos, nossos objetivos, nossos propósitos, são propósitos que se ligam de uma maneira lógica, natural, inevitável, aos velhos propósitos históricos da revolução iniciada em 1910; da Revolução da Reforma e da Revolução de Independência. Queremos apenas o cumprimento e o desenvolvimento, o progresso das ideias de ontem, enriquecidas com novas modalidades e formas de aplicação. Queremos ser um povo com possibilidades de cultura, com possibilidades de trabalho, com possibilidades de viver de modo civilizado; e queremos que o México deixe de ser um país semicolonial para se transformar em uma nação soberana, realmente emancipada, tanto do ponto de vista político, quanto material [...].

O que é essencial em nosso novo programa

Transformar a terra pobre em rica, erguer fábricas onde elas não existem, melhorar o transporte e multiplicá-lo, aumentar o volume da riqueza nacional; evidentemente, tudo isso não é uma tarefa apenas de camponeses e operários; também cabe aos demais setores do país, é obra de todo o povo, é, deve ser, propósito e objetivo de todos os setores do México, de todas as pessoas, com a condição de que aceitem que as únicas soluções válidas para nosso país são as soluções que aspiram ao progresso e não as que olham para trás, para o retrocesso.

Esta grande tarefa histórica imediata ultrapassa o propósito de apenas um setor, de apenas uma classe social. É obra de todos: camponeses, operários, artesãos, pequenos industriais, fazendeiros, pequenos proprietários rurais, pequenos comerciantes, grandes comerciantes não agiotas, não especuladores, grandes industriais e banqueiros; de todos, sem exceção, homens que participam de forma direta ou indireta da produção, do desenvolvimento econômico do país, com a condição, repito, de que tanto os grandes quanto os pequenos industriais, assim como os grandes banqueiros e os comerciantes honestos, bem como os camponeses e operários, os artesãos e os profissionais, as pessoas de classe média e o Exército nacional pensem que a solução para o México está em sua emancipação e na abolição das condições miseráveis em que vive o povo mexicano.

Assim, o setor revolucionário do México pensa que o novo programa do setor revolucionário será um programa que considere os interesses legítimos de todos os setores sociais do país. Maior prosperidade para o futuro. Sem ela, não

é possível pensar no progresso coletivo da nação. Não existe indústria que possa se manter em um país onde a grande maioria dos potenciais consumidores não podem comprar. Mas para isso, é preciso fazer uma reforma radical, profunda, na agricultura mexicana, para que ela passe de agricultura tradicional arcaica para a categoria de indústria moderna.

Este grande plano beneficiará sobretudo à imensa maioria do povo, integrada pelas massas rurais. O proletariado mexicano só poderá prosperar com o progresso das massas camponesas. Não pode haver crescimento do proletariado em número, nem progresso no tocante a salários, num país em que as fábricas estão paradas em seu desenvolvimento natural em função da ausência de um mercado interno; e ainda não podemos aspirar, infelizmente, a ser um país que exporte grandes quantidades de manufaturas para consumo de outras nações.

E o que se afirma com relação ao proletariado é muito mais certo com respeito à classe capitalista. Não há progresso para a burguesia nacional, para os industriais mexicanos, para os banqueiros mexicanos, para os técnicos mexicanos, para os comerciantes honestos do México; não há possibilidades de progresso, de desenvolvimento em sua fortuna lícita, se o camponês mexicano não elevar seu nível de vida e se não se multiplicar, como fator de consumo, o incipiente proletariado de nosso país.

No entanto, não afirmamos que o passo transcendental que o México deve dar depois do pós-guerra seja o de melhorar nossa agricultura, para continuar sendo um país agrícola, embora de agricultura moderna. É evidente que o futuro agrícola do México está nas culturas de produtos de alto preço, de grande rendimento, tratando-se da agricultura do planalto, e no desenvolvimento da agricultura tropical. Mas o futuro econômico do México depende, principalmente, de seu desenvolvimento industrial.

Industrializar o México, revolucionar nosso país por meio das indústrias, transformar a produção em uma unidade indivisível, de acordo com um planejamento adequado, cheio de estímulo, é a única solução que pode ser oferecida a um país que não só quer viver melhor – velha aspiração secular – mas que será objeto ou pode sê-lo no pós-guerra, da intromissão de poderosas forças econômicas do exterior.

Vicente Lombardo Toledano

*O Partido Popular**

Em 1947, Lombardo Toledano funda o Partido Popular (depois Partido Popular Socialista, PPS); não se trata, como ele mesmo explica, de um partido de oposição, mas de uma força de cooperação com o governo. Os seguintes parágrafos pertencem a um discurso pronunciado por ele por ocasião da constituição do PP; apresenta de forma precisa o programa do novo partido e sua “divisão do trabalho” com o partido oficial (Partido Revolucionário Institucional, PRI).

Na mesma medida em que dependamos menos do exterior, a revolução terá cumprido seu objetivo histórico mais importante. Por isso, afirmamos que os objetivos da revolução competem e interessam por igual aos setores democráticos e progressistas do México. A elevação do nível de vida do povo interessa tanto ao proletariado e aos camponeses, quanto às pessoas de classe média e aos membros das organizações burguesas progressistas. Defender sua soberania e a independência da nação interessa ao proletariado, aos camponeses, à pequena burguesia da cidade, à grande burguesia progressista do país. Interessa à própria nação. Por isso, temos pregado esta união das forças nacionais. Quer dizer, em suma, que se os objetivos da revolução, os atuais, são de tal magnitude, de tal significado, de tal importância, teremos de concluir de forma lógica que todos estes setores devem participar de todas as maneiras possíveis do advento de um novo regime que substituirá o regime da ditadura porfiriana.

Uma das atividades fundamentais na vida de um país moderno é a atividade política.

Quando falamos de criar um novo partido político, estamos falando apenas de criar outro instrumento para contribuir com a realização dos objetivos da revolução, e, portanto, não poderíamos falar de criar um novo partido para destruir a pouca força revolucionária existente. Isso seria ingênuo, isso seria contraproducente e seria suicida para nós mesmos. Os que acreditam que tratamos de construir o Partido Popular tentando destruir o Partido Revolucionário Institucional, o PRI, se enganam rotundamente. Os que transformamos o PRM, os que construímos não só material mas também ideologicamente o PRM, e os que contribuimos com o nascimento do PRI, declaramos – pelo menos eu, e

* Vicente Lombardo Toledano, *Un nuevo partido para la defensa de México y de su pueblo*, versão taquigráfica de um discurso, maio de 1947, mimeografado, v. V da coleção de textos de VLT publicados pelo PPS, p. 25-26, 27-28.

creio que muitos participam de meu pensamento – que o Partido Revolucionário Institucional deve ser mantido por diversas razões. [...]

Por isso, quando falamos de um novo partido, em primeiro lugar falamos, de um modo lógico, de um partido independente do poder público. O Partido Popular, antes de mais nada, deve ser um partido do setor revolucionário com a necessária liberdade de ação, realizando em nosso meio a função que nenhum partido oficial poderia cumprir.

Por isso deve trabalhar com esta base, sobre este princípio de independência do Estado, de independência do governo, de independência do poder público. Independência não quer dizer oposição. Quer dizer respeito mútuo, coordenação, aliança, associação, trabalho comum. Mas com relação especialmente ao PRI é indispensável diferenciar os trabalhos do Partido Popular e os do Partido Revolucionário Institucional.

Alguns exemplos esclarecerão de forma inequívoca a diferença na função, na tarefa das duas organizações. Será que o PRI poderá, me pergunto, sem comprometer o presidente da República e a todo o governo, cumprir a tarefa de autocrítica construtiva necessária, denunciando, por exemplo, o mau trabalho de um membro do gabinete, ou os erros do governo em seu conjunto, sem provocar com sua opinião uma grave crise no próprio governo? A censura do partido oficial contra um ministro, contra um secretário de Estado, não seria tomada como a opinião do presidente da República, que por motivos especiais não pretende magoar seu colaborador, mas deseja se ver livre dele? Se o partido oficial ataca um membro do gabinete, não se diria: por que o presidente não pede sua renúncia e pede-lhe em particular que abandone o governo? Qual seria o efeito de um ataque do partido oficial a um membro do gabinete? Uma crise política. O partido oficial pode atacar um governador de um estado sem que este ataque seja considerado a opinião do presidente da República?

E em matéria internacional, me pergunto: o partido do governo pode, sem comprometer ao governo e ao seu chefe, o presidente da República, opinar em matéria internacional, a menos que repita o que o ministro das Relações Exteriores diga, em cujo caso seria inútil...?

Deste ponto de vista, o partido oficial deve ser eco do governo, sua função crítica não pode existir, e é lógico que não exista. Por isso, a função de um partido oficial como o PRI tem de ser a função que de fato ele realiza, e que é necessária: a função de coordenação da ação política dos funcionários que pensam de maneira semelhante, enquanto a própria evolução histórica do México não permitir outro tipo de atividades e outro tipo de elementos na ação cívica.

Vittorio Codovilla

*Os comunistas argentinos e o peronismo**

Em 1945, o PC argentino participa da formação de uma coalizão chamada União Democrática, que inclui forças políticas pró-Estados Unidos, para se contrapor ao peronismo, qualificado então de movimento fascista.

Em um relatório da Conferência Nacional do partido (dezembro de 1945), do qual extraímos alguns trechos, apresentado pelo seu secretário-geral, Vittorio Codovilla, desenvolve-se insistentemente esta análise do “nazi-peronismo”, até mesmo a propósito da gigantesca greve geral de 17-18 de outubro de 1945 (em apoio a Perón, afastado do Ministério do Trabalho por militares de direita). Nas eleições de fevereiro de 1946, Perón vence com 1,48 milhão de votos contra 1,21 milhão da União Democrática.

O PC argentino retificará mais tarde sua análise do peronismo, mas o “erro” de 1945-46 – a confusão entre o populismo nacionalista de uma nação dependente e o fascismo de uma metrópole imperialista – será de grande gravidade para o futuro político do partido.

Deve-se ressaltar que não se trata de um equívoco específico do Partido Comunista argentino, pois outros partidos pró-soviéticos (como aconteceu na Bolívia, por exemplo, no caso do PIR face ao MNR) tiveram a mesma atitude. Uma vez mais o contexto internacional (a política da URSS) é essencial para a compreensão do problema.

Quais são as fraquezas essenciais da União Democrática?

A primeira delas consiste em que se trata de uma unidade INCOMPLETA, porque ainda não participam dela os setores PROGRESSISTAS do conservadorismo e alguns partidos estaduais, dispostos a lutar em comum pelos mesmos objetivos. Estas lacunas na frente da unidade democrática deixam margem para as manobras dos elementos mais reacionários da oligarquia e do nazi-peronismo, interessados em impedir que a maioria do caudal eleitoral do conservadorismo se una à União Democrática, para garantir o triunfo da fórmula radical.

Pois bem, com a autoridade que nos dá o fato de ser partidários da unidade sem exclusões, e de que não economizaremos esforços para conseguir a união de todas as forças opostas ao peronismo, os comunistas declaramos que, seja qual for o curso seguido pelo movimento de unidade, todo aquele que, dizendo-se inimigo do nazi-peronismo, negasse seu voto à fórmula da União Democrática,

* Vittorio Codovilla, *Batir al nazi-peronismo para abrir una era de libertad y progreso*, Buenos Aires, Anteo, 1946, p. 14-15, 18-19, 20.

cometeria, voluntariamente ou não, uma TRAIÇÃO À DEMOCRACIA, pois estaria favorecendo o candidato continuísta.

Além de ser uma unidade incompleta, sua fraqueza essencial consiste em se basear em um objetivo restrito, que é o de fazer triunfar a fórmula presidencial radical, e em que as forças coligadas da União Democrática não se apresentam unidas em todos os terrenos da luta. Com efeito, existe resistência para a formação de chapas comuns para a eleição de governadores, senadores e deputados federais e estaduais. Isto faz com que essa frente unida não seja suficientemente sólida e eficaz. Não se compreende que a apresentação de chapas mistas seja vantajosa para garantir que no próximo Parlamento ingressem representantes de todos os setores políticos e sociais democráticos, evitando que, devido à DISPERSÃO DE VOTOS, os candidatos nazi-peronistas consigam uma representação que não corresponda à influência real que têm entre o povo. O lema deve ser: NENHUM MANDATO PARA OS PERONISTAS. Desse modo evitar-se-ia a introdução de um cavalo de Troia fascista no Parlamento. Por isso, acredito que os comunistas devemos insistir ante nossos aliados, no sentido de MARCHAR UNIDOS não só na ELEIÇÃO PRESIDENCIAL, mas também na de DEPUTADOS, SENADORES E GOVERNADORES [...].

O exemplo típico é o de nosso país. Observem a demagogia “anti-imperialista” do peronismo, e verão que, no fundo, ela não passa de uma chantagem para se vender à melhor oferta. Os peronistas falam contra o imperialismo em geral, mas se especializam nos ataques contra o imperialismo ianque.

Por quê? Porque em nosso país predominam os trustes e monopólios ingleses, que em grande parte apoiam o peronismo. Cada vez que se apresenta, ou que se apresentou, a necessidade de medidas ou sanções econômicas internacionais para obrigar a ditadura militar-fascista a abandonar o poder e a permitir que o povo argentino possa expressar livremente sua vontade por meio das urnas e se dar o governo que quiser, logo surgem os setores reacionários da política inglesa alegando que não podem apoiar tais medidas ou sanções, porque isso prejudicaria os interesses da Grã-Bretanha e de seu comércio importador e exportador com a Argentina. Por outro lado, cada vez que os setores democráticos do governo dos Estados Unidos manifestam seu repúdio à ditadura nazi-peronista, posição que se reflete nos discursos de alguns diplomatas americanos, imediatamente erguem-se as vozes apaziguadoras dos círculos da grande indústria e das finanças americanas, que temem que uma atitude enérgica da parte dos Estados Unidos poderia favorecer os grandes trustes e monopólios ingleses que operam em nosso país.

E assim continuam, há meses e anos, estas escaramuças verbais entre os nazi-peronistas e os governos americano e inglês, sem qualquer resultado PRÁTICO que beneficie o povo argentino [...].

Os que vivemos como exilados em países irmãos podemos comprovar, NO CALOR, NO CARINHO E NO ESPÍRITO SOLIDÁRIO com que fomos acolhidos, a intensa co-participação desses povos no drama e na luta do povo argentino. Refiro-me particularmente ao povo chileno, ao mexicano e ao uruguaio e, em muitos casos, também aos governos e autoridades destes países.

O que acontece é que em todos eles penetrou profundamente o conceito de que o povo argentino está lutando para apagar um perigoso foco nazi-fascista na América, e que, por isso mesmo, a luta de nosso povo não é apenas uma luta democrática de caráter nacional, mas também uma luta pela liberdade de todos os povos latino-americanos. Pode-se afirmar atualmente que a causa do povo argentino, em sua luta pelo esmagamento do nazi-peronismo, TRANSFORMOU-SE NA CAUSA DE TODOS OS HOMENS DA AMÉRICA QUE AMAM A DEMOCRACIA E A LIBERDADE.

Em toda a extensão da América formou-se um poderoso movimento de solidariedade com o povo argentino e com os povos irmãos e vizinhos do nosso, o paraguaio e o boliviano, que também estão submetidos a regimes de força, sustentados em grande parte pela influência do nazi-peronismo e também pela política *munichista* de certos monopólios estrangeiros, petroleiros e mineiros.

Desejamos expressar, em nome do Partido Comunista, nosso profundo agradecimento aos povos americanos, especialmente aos povos e governos do Chile, do Uruguai e do México, por suas múltiplas e eficazes demonstrações de solidariedade. Entre as ações solidárias de maior eficácia cabe mencionar as dos valentes mineiros chilenos, particularmente dos aguerridos trabalhadores das minas carboníferas de Lota, que demonstraram NA PRÁTICA, com sua reiterada negativa de mandar combustíveis à ditadura nazi-peronista, como SE PODE E SE DEVE combater os regimes ditatoriais fascistas, isolando-os e estrangulando-os economicamente [...].

A greve de 18 de outubro, realizada em parte pela demagogia social e imposta pela violência, o demonstra. É fato que essa greve foi realizada de acordo com um plano preestabelecido, e dirigida por um comando único, com o apoio decidido da polícia. Assim, os peronistas puderam cortar a energia elétrica, retirar trilhos de trens, paralisar os transportes, impedindo a presença ao trabalho. Não devemos nos enganar: o nazi-peronismo sabe agir AUDAZ E ENERGICAMENTE. Essa “greve” e os excessos cometidos com essa motivação pelos grupos armados peronistas devem ser considerados o PRIMEIRO ENSAIO sério dos nazi-peronistas para desencadear a GUERRA CIVIL.

Partido Comunista mexicano

*O pacto operário-patronal**

Em abril de 1945, a Confederação dos Trabalhadores do México (CTM), sob a liderança de Lombardo Toledano, e a Confederação de Câmaras Industriais assinam um acordo de unidade nacional. *La Voz de México*, órgão do Partido Comunista, saúda o histórico acontecimento e apresenta sua justificação política, social e econômica. Trata-se de um documento característico do chamado período browderista, por sua insistência na colaboração, não só com a burguesia nacional, mas também com o próprio imperialismo norte-americano (nessa época – últimas semanas da Segunda Guerra Mundial – ainda aliado da URSS).

O dia 7 de abril de 1945, um sábado, é uma data histórica para o México, com projeções para o exterior. Neste dia foi assinado o pacto de aliança no qual os mais importantes representantes dos trabalhadores e capitalistas mexicanos expressaram sua decisão de agir de forma conjunta em prol de um programa de aspirações comuns: um programa de aspirações que inclui toda a nação.

- I. Lutar pela plena autonomia econômica, pelo desenvolvimento econômico do país e pela melhoria das condições materiais e culturais do povo.
- II. Renovar, reafirmar e consolidar, para a paz, a aliança formada no decorrer da guerra, sob a política de unidade nacional pregada pelo presidente Ávila Camacho.
- III. Trabalhar por um México moderno, próspero e culto, livre de miséria, insalubridade e ignorância, mediante a utilização máxima de seus recursos naturais, o aumento da capacidade produtiva, o aumento da renda nacional, a multiplicação de mercadorias e serviços, a ampliação dos transportes, comunicações e obras públicas, o melhoramento das instituições sanitárias e educativas.
- IV. Rejeitar a tese da autossuficiência econômica e atuar com base na tese da interdependência econômica, da cooperação financeira e técnica com os países do continente para benefício comum, como parte de um programa internacional que considere as necessidades dos demais povos da terra.
- V. A reunião é realizada sem que as classes que pactuam deixem de lado seus pontos de vista particulares e sem abdicar dos direitos concedidos pelas leis.
- VI. Os membros do pacto elaborarão um programa econômico conjunto para oferecer ao governo, em prol da solução dos problemas decorrentes da guerra e que surgirão também na paz.

* "Histórico pacto obrero-patronal", *La Voz de México*, 12 de abril de 1945, p. 1 e 7.

O pacto é tão correto, tão impecavelmente formulado, tão patriótico, que ninguém foi capaz de apresentar um argumento sério – nem mesmo um! – contra ele.

Construindo a unidade nacional de longo alcance

O pacto constitui uma grande realização unitária: tão grande, quanto forte e seco foi o golpe que atingiu, por intermédio dele, os inimigos da unidade e da pátria.

O movimento da unidade nacional tem-se desenvolvido gradualmente. A partir de um postulado político, a unidade nacional tem-se concretizado nos fatos. Mas existem poucas expressões – não é exagerado dizer que nenhuma – tão claras do desenvolvimento do movimento da unidade nacional como o pacto operário-industrial assinado em 7 de abril.

Este pacto merece o apoio entusiasta, vibrante, de todos os mexicanos. Custou muitos esforços. Representa um anseio que se começou a alcançar depois da superação de inúmeros obstáculos. Neste trabalho árduo e perseverante, destaca-se a figura de Vicente Lombardo Toledano, partidário incansável desse anseio.

Desde que o mundo foi lançado à brutal guerra de agressão e conquista desencadeada pelo hitlerismo; desde que o mundo se levantou em uma guerra justa contra os bandidos nazistas e seus sócios e lacaios, os patriotas do México ergueram a bandeira da unidade nacional, definida como a união de todos os mexicanos para a defesa da pátria e por sua liberdade, bem-estar e progresso; de todos os mexicanos, independentemente de sua ideologia, crença religiosa ou classe social.

No IX Congresso Nacional do Partido Comunista, em maio de 1944, Dionisio Encina, secretário-geral do PCM, apresentou em nome dos comunistas mexicanos o seguinte apelo claro e preciso:

Afirmamos que o que está na ordem do dia é a independência e o progresso do México. Declaramos que, neste contexto, é possível e indispensável que todos os setores, classes, grupos e forças da nação, todos os homens e mulheres das diversas ideologias ou crenças, unam-se em torno de seus objetivos comuns e, firmes defensores desta unidade nacional, lutaremos incansavelmente até garanti-la.

E acrescentou:

Unidade da nação mexicana para contribuir mais eficazmente para ganhar a guerra. Unidade da nação mexicana no futuro previsível depois da vitória, para o desenvolvimento independente de nossa pátria e sua participação em uma convivência universal pacífica, justa, popular, sólida e que abranja um período de várias gerações.

Lutando por uma política justa, os setores revolucionários, com a infatigável e indomável atividade contínua do líder da unidade – Lombardo Toledano –, o movimento unitário seguiu seu curso. Novas dificuldades surgiram. Mas a dinâmica nacional e a ação dos setores mais conscientes e responsáveis da vida do México conduziram ao progresso do movimento de unidade nacional.

A unidade avança. O inimigo manobra

Esta situação caracterizou-se pelo recente Conselho Nacional do Partido Comunista que, referindo-se à industrialização e, em relação a ela, à exigência de que o México possa adquirir maquinaria dos Estados Unidos, afirmou:

Esta exigência reflete de tal forma um sentimento e um postulado de unidade nacional, que recentemente a Câmara Nacional da Indústria de Transformação defendeu-a como própria do seguinte modo: igualdade de acesso aos equipamentos que consideramos que o país mais adiantado do mundo pode proporcionar aos países atrasados, para tornar possível seu desenvolvimento rápido, que interessa a todos.

Com a assinatura do pacto histórico, o alarme e o desespero manobram de forma vil para combatê-lo, expostos a ficarem em evidência se optarem pelo ataque aberto; por isso preferiram, em sua maior parte, lançar-se pelo caminho da intriga e do insulto e da manobra repugnante.

Insistem em levantar o “fantasma” do comunismo; mas, a cada dia que passa, esse fantasma vai-se reduzindo a um simples espantalho. A política do PCM – exposta nos parágrafos transcritos anteriormente – está começando a abrir passagem.

Pretendem criar suspicácias em torno dos “verdadeiros fins” de Lombardo Toledano; mas não podem destruir o fato indiscutível para quem sabe como as coisas ocorreram, de que Lombardo Toledano representou um fator decisivo e foi o elemento de maior atividade para viabilizar o pacto.

Entre toda a campanha hostil ao México e o formidável progresso da unidade nacional que se traduz na assinatura do pacto, não podia faltar o trabalho perverso dos jornais do grupo *Excélsior*, que falam cheios de despeito, com uma voz de derrota.

O escorpião *Excélsior*

Os jornais *Excélsior* mordem seu próprio rabo e, desconcertados, derramam sobre si mesmos seu próprio veneno.

Simulando uma atitude benévola que não engana ninguém, o *Excélsior* da manhã faz a seguinte declaração com relação ao pacto: “Nenhum cidadão que ame seu país poderia deixar de assiná-lo”.

A quem afeta esta declaração? Quem não é um cidadão que ama seu país? Em outras palavras: quem é, segundo o *Excélsior*, traidor da pátria? A quem se destina o venenoso ferrão do *Excélsior*?

Esse traidor da pátria, conforme o *Excélsior*, é seu próprio enteado: o *Últimas Noticias* vespertino. “Nenhum cidadão que ame seu país poderia deixar de assinar o pacto.” Eis aqui o que diz o “cidadão” *Últimas Noticias*: “Famoso pacto proposto pelos líderes que foram a Londres e aceito pelos capitães da indústria mexicana, impelidos equivocadamente por seu patriotismo, em nossa opinião”.

Pode haver uma prova mais evidente do papel e do jogo dos jornais *Excélsior*, como órgãos da reação fascista e da traição ao México?

Esta perniciosa missão não pode ser ocultada nem mesmo por um auto-elogio irônico, perverso e tolo – as três coisas ao mesmo tempo – que o *Excélsior* pretendeu expor para disfarçar sua raiva. Porque esta casa da traição – a Casa *Excélsior* – faz tudo o que pode para convencer aos que leem jornais de que o maior dos editados por ela foi o primeiro em anunciar as conversações que culminaram com a assinatura do pacto. O que o *Excélsior* realmente fez foi tergiversar as coisas, tentando criar alarme ao afirmar que Lombardo Toledano negociava a supressão do direito de greve. E o pacto afirma o contrário: “Sem abdicar dos direitos concedidos por lei”. Os jornais da casa da traição pretendiam, como se vê, impedir o pacto, cumprindo sua missão de inimigos do México, de sua unidade e seu progresso.

Uma aliança destinada a perdurar

Os pontos do pacto apresentados inicialmente são bem claros e não deixam dúvidas. Ninguém engana ninguém. Ninguém abandona sua classe. Ao contrário, os interesses de classe específicos e, junto com eles, os interesses da nação inteira, tornaram este pacto possível. Por seu próprio interesse, a classe trabalhadora e a classe capitalista lutavam pelo desenvolvimento industrial do país e pela melhora do nível de vida das massas; por este interesse, as condições atualmente vividas no México e no mundo obrigam à formação desta aliança de trabalhadores e capitalistas inspirados pelos mesmos fins, sem que cada um deles renuncie aos seus interesses nem aos seus fins específicos de classe.

Foi constituída uma Comissão Mista de Mesa Redonda, que discutirá os problemas e elaborará, dentro do possível, pareceres comuns. A esta comissão corresponde uma grande tarefa, e o povo mexicano espera que ela consiga elaborar pareceres sobre o maior número possível de problemas que afetam o México.

Agora é preciso e necessário integrar os comitês tripartites propostos pelo PCM desde 1º de maio de 1944, nos seguintes termos:

Existe um meio concreto de contribuir tanto para a solução dos conflitos quanto para a diminuição do trabalho nas fábricas: o da constituição de comissões tripartites em cada local de trabalho, nos quais representantes dos trabalhadores, da empresa e do governo discutam as diferenças e as resolvam, para aumentar a produção, facilitando e aperfeiçoando os sistemas de trabalho.

Agora, estes comitês com funções técnicas podem ser criados em grande número em todo o país.

Todas as condições permitem que esta aliança se consolide com a incorporação dos organismos de trabalhadores e núcleos capitalistas não incluídos. Tomara que seja suficiente a campanha hostil de *Últimas Noticias* – que pretendeu tirar proveito das declarações de alguns grupos de trabalhadores –, para convencer os grupos não incluídos de que sua incorporação é o único caminho patriótico que lhes corresponde seguir.

O pacto de 7 de abril exprime a compreensão dos elementos signatários – de grande força representativa – de que só o caminho escolhido leva à liberdade e ao progresso nacionais.

Este fato é presságio da satisfação de um desejo de todos os mexicanos que amam sua pátria: que a aliança realizada se consolide e se amplie hoje, na guerra, e se amplie mais e se desenvolva com grande força na paz vitoriosa e justa, cada dia mais próxima.

*Bolívia: as Teses de Pulacayo**

Em novembro de 1946, reúne-se na cidade de Pulacayo um congresso extraordinário da Federação Sindical de Trabalhadores Mineiros da Bolívia (FSTMB) e aprova um documento, conhecido desde então como Teses de Pulacayo. Os militantes do POR (Partido Obrero Revolucionário, fundado em 1934), especialmente Guillermo Lora, foram os principais redatores deste texto, claramente inspirado na concepção trotskista da revolução permanente. Portanto, esta é uma exceção notável no movimento operário latino-americano deste período, dominado pela estratégia muito moderada de “união nacional”, pregada pelos partidos comunistas.

As Teses de Pulacayo tornar-se-ão um documento de referência central do movimento operário boliviano e continuam em vigor nos dias de hoje.

I. Fundamentos

1. O proletariado, mesmo na Bolívia, constitui a classe social revolucionária por excelência. Os trabalhadores das minas, o setor mais avançado e combativo do proletariado nacional, definem o sentido da luta da FSTMB.

2. A Bolívia é um país capitalista atrasado. Na amálgama das mais diversas etapas de evolução econômica, predomina qualitativamente a exploração capitalista, e as outras formações econômico-sociais constituem herança de nosso passado histórico. Desta evidência provém o predomínio do proletariado na política nacional.

3. Apesar de ser um país atrasado, a Bolívia é apenas um elo da corrente capitalista mundial. As particularidades nacionais representam uma combinação das características fundamentais da economia mundial.

4. A particularidade boliviana é o fato de não ter surgido no cenário político uma burguesia capaz de acabar com o latifúndio e com outras formas econômicas pré-capitalistas; de realizar a unificação nacional e a libertação do jugo imperialista. Estas tarefas burguesas não cumpridas são os objetivos democrático-burgueses que devem ser realizados inevitavelmente. Os problemas centrais dos países semicoloniais são: a revolução agrária, isto é, o fim da herança feudal

* “Tesis central de la Federación de Trabajadores Mineros de Bolivia: Tesis de Pulacayo”, 1946, em Guillermo Lora (seleção e notas), *Documentos políticos de Bolivia*, Cochabamba, Los Amigos del Libro, 1970.

e a independência nacional, ou seja, a libertação do jugo imperialista, tarefas estreitamente ligadas uma à outra.

5. “As características distintivas da economia nacional, por maiores que sejam, são parte integrante, em proporção crescente, de uma realidade superior que se chama economia mundial; neste fato baseia-se o internacionalismo operário.” O desenvolvimento capitalista caracteriza-se por uma crescente tonificação das relações internacionais, que encontram seu índice de expressão no volume do comércio exterior.

6. Os países atrasados vivem sob o signo da pressão imperialista, seu desenvolvimento tem um caráter combinado: reúnem ao mesmo tempo as formas econômicas mais primitivas e a última palavra da técnica e da civilização capitalista. O proletariado dos países atrasados está obrigado a combinar a luta pelas tarefas demoburguesas com a luta por reivindicações socialistas. Ambas as etapas – a democrática e a socialista – “não estão separadas na luta por etapas históricas, mas surgem imediatamente uma da outra”.

7. Os senhores feudais amalgamaram seus interesses e os do imperialismo internacional, do qual são servos incondicionais. Por isso, a classe dominante é uma verdadeira burguesia feudal. Dado o primitivismo técnico, seria inconcebível a exploração do latifúndio se o imperialismo não fomentasse artificialmente sua existência, jogando-lhe migalhas. A dominação imperialista não pode ser imaginada de forma isolada dos governantes nativos. A concentração do capitalismo apresenta-se em um grau muito elevado na Bolívia: três empresas controlam a produção mineira, isto é, o eixo econômico da vida nacional. A classe governante é mesquinha na mesma medida em que é incapaz de realizar seus próprios objetivos históricos e está ligada tanto aos interesses feudais quanto aos imperialistas. O Estado feudal-burguês justifica-se como um organismo de violência para manter os privilégios do cacique e do capitalista. O Estado é um instrumento poderoso da classe dominante para esmagar seus adversários. Só os traidores e os imbecis podem continuar afirmando que o Estado tem possibilidade de se elevar acima das classes e de decidir paternalmente a parte que corresponde a cada uma delas.

A classe média ou a pequena burguesia é a mais numerosa, porém seu peso na economia nacional é insignificante. Os pequenos comerciantes e proprietários, os técnicos, os burocratas, os artesãos e os camponeses até agora não puderam desenvolver uma política independente de classe, e no futuro também não poderão fazê-lo. O campo segue a cidade e, nesta, o caudilho é o proletariado. A pequena burguesia segue os capitalistas nas etapas de

“tranquilidade” social e quando a atividade parlamentar prospera. Vai atrás do proletariado nos momentos de extremo aprofundamento da luta de classes (exemplo: a revolução) e quando tem certeza de que será a única a apontar o caminho de sua emancipação. Nos dois extremos, a independência de classe da pequena burguesia é um mito. Evidentemente, são enormes as possibilidades revolucionárias de amplas camadas da classe média, basta recordar os objetivos da revolução democrático-burguesa, mas também é verdade que, sozinhas, elas não podem realizar estes objetivos.

O proletariado se caracteriza por ter suficiente força para realizar seus próprios objetivos e até mesmo os alheios. Seu enorme peso específico na política é determinado pelo lugar que ocupa no processo de produção, e não pelo seu escasso número. O eixo econômico da vida nacional também será o eixo político da futura revolução. O movimento mineiro boliviano é um dos mais avançados da América Latina. O reformismo argumenta que não pode haver no país um movimento social mais adiantado que o dos países tecnicamente mais evoluídos. Esta concepção mecanicista da relação entre a perfeição das máquinas e a consciência política das massas tem sido desmentida inúmeras vezes pela história. O proletariado boliviano, pela sua extrema juventude e incomparável vigor, por ter permanecido quase virgem no aspecto político, por não ter tradições de parlamentarismo e colaboracionismo classista e, por fim, por atuar em um país no qual a luta de classes adquire extrema beligerância, por tudo isso o proletariado boliviano pôde se transformar em um dos mais radicais. Respondemos aos reformistas e aos vendidos ao “sistema” que um proletariado de tal qualidade exige reivindicações revolucionárias e uma temerária audácia na luta.

II. O tipo de revolução que deve ser realizada

1. Os trabalhadores do subsolo não insinuamos que a etapa democrático-burguesa – luta por garantias democráticas elementares e pela revolução agrária anti-imperialista – deva ser evitada. Também não negamos a existência da pequena burguesia, sobretudo dos camponeses e dos artesãos. Ressaltamos que a revolução democrático-burguesa, se não quiser ser asfixiada, deve se transformar em uma etapa da revolução proletária.

2. Mentem os que nos apontam como propugnadores de uma revolução socialista imediata na Bolívia; sabemos muito bem que não existem condições objetivas para isso. Estabelecemos claramente que a revolução será democrático-burguesa por seus objetivos e apenas um episódio da revolução proletária pela classe social que a acaudilhará. A revolução proletária na Bolívia não significa excluir as outras

camadas exploradas da nação, mas fazer uma aliança revolucionária do proletariado com os camponeses, artesãos e outros setores da pequena burguesia cidadã.

3. A ditadura do proletariado é a projeção estatal dessa aliança. O lema de revolução e ditadura proletárias deixa bem claro o fato de que a classe trabalhadora será o núcleo diretor dessa transformação e desse Estado. O contrário, afirmar que a revolução democrático-burguesa, por ser tal, será realizada por “setores progressistas” da burguesia e que o futuro Estado será um governo de unidade e concórdia nacionais, evidencia a firme intenção de estrangular o movimento revolucionário no contexto da democracia burguesa. Os trabalhadores, uma vez no poder, não poderão se deter indefinidamente nos limites democrático-burgueses e serão obrigados, cada dia mais, a fazer cortes sempre mais profundos no regime de propriedade privada; deste modo, a revolução adquirirá caráter permanente.

Os trabalhadores mineiros denunciaram diante dos explorados os que pretendem substituir a revolução proletária por golpes palacianos fomentados pelos diversos setores da burguesia feudal.

III. Luta contra o colaboracionismo classista

1. A luta de classes é, em última análise, a luta pela apropriação da mais-valia. Os proletários que vendem sua força de trabalho lutam por melhores condições e os donos dos meios de produção (capitalistas) lutam para continuar usurpando o produto do trabalho não pago, e perseguem objetivos contrários, o que resulta em interesses irreconciliáveis. Não podemos fechar os olhos diante da evidência de que a luta contra os patrões é uma luta até a morte, porque nessa luta joga-se o destino da propriedade privada. Não reconhecemos, ao contrário dos nossos inimigos, trégua na luta de classes. A presente etapa histórica, que é uma vergonhosa etapa para a humanidade, só poderá ser superada quando desaparecerem as classes sociais, quando não existirem mais explorados nem exploradores. Sofisma estúpido dos colaboracionistas, que afirmam que não se deve destruir os ricos, mas transformar os pobres em ricos. Nosso objetivo é a desapropriação dos desapropriadores.

2. Toda tentativa de colaboração com nossos algozes, toda tentativa de concessão ao inimigo em nossa luta, não passa de uma entrega dos trabalhadores à burguesia. A colaboração de classes significa renúncia aos nossos objetivos. Toda conquista dos trabalhadores, mesmo a mais insignificante, foi conseguida depois de cruenta luta contra o sistema capitalista. Não podemos pensar em um entendimento com os opressores, porque o programa de reivindicações

transitórias foi subordinado à revolução proletária. Não somos reformistas, ainda que tenhamos entregado aos trabalhadores a plataforma mais avançada de reivindicações; somos, sobretudo, revolucionários, porque pretendemos transformar a própria estrutura da sociedade.

3. Rejeitamos a ilusão pequeno-burguesa de resolver o problema dos trabalhadores deixando-os nas mãos do Estado ou de outras instituições que têm a esperança de passar por organismos equidistantes das classes sociais em luta. Como ensina a história do movimento nacional e internacional, esta solução sempre esteve de acordo com os interesses do capitalismo, à custa da fome e da opressão do proletariado. A arbitragem e a regulamentação legal dos meios de luta dos trabalhadores geralmente representam o começo da derrota. Dentro do possível, trabalhamos para acabar com a arbitragem obrigatória. Que os conflitos sejam resolvidos sob a direção dos trabalhadores e por eles mesmos!

4. A realização de nosso programa de reivindicações transitórias, que deve nos levar à revolução proletária, sempre está subordinada à luta de classes. Estamos orgulhosos de sermos os mais intransigentes quando se fala de compromissos com os patrões. Por isso é fundamental lutar e acabar com os reformistas, que pregam a colaboração classista, que aconselham apertar os cintos em prol da chamada salvação nacional. Quando existe fome e opressão dos operários não pode haver grandeza nacional: isso se chama miséria e decrepitude nacionais. Aboliremos a exploração capitalista.

Guerra mortal contra o capitalismo! Guerra mortal contra o colaboracionismo reformista! Pelo caminho da luta de classes rumo à destruição da sociedade capitalista!

IV. Luta contra o imperialismo

1. Para os trabalhadores mineiros, luta de classes significa, sobretudo, luta contra os grandes mineradores, isto é, contra um setor do imperialismo ianque que nos oprime. A libertação dos explorados está subordinada à luta contra o imperialismo. Porque lutamos contra o capitalismo internacional, representamos os interesses de toda a sociedade e temos objetivos comuns com os explorados do mundo inteiro. A destruição do imperialismo é uma questão anterior à aplicação da técnica à agricultura e à criação das indústrias pesada e leve. Ocupamos a mesma posição que o proletariado internacional porque estamos empenhados em destruir uma força internacional: o imperialismo.

2. Denunciamos como inimigos declarados do proletariado os “esquerdistas” vendidos ao imperialismo ianque, que nos falam da grandeza da “democracia” do Norte e de sua prepotência mundial. Não se pode falar de democracia quando 60 famílias dominam os Estados Unidos e quando estas famílias chupam o sangue de países semicoloniais como o nosso. À prepotência ianque corresponde uma descomunal acumulação e aprofundamento dos antagonismos e contradições do sistema capitalista. Os Estados Unidos são um barril de pólvora que espera apenas o contato de uma faísca para explodir. Declaramo-nos solidários com o proletariado americano e inimigos irreconciliáveis de sua burguesia, que vive da rapina e da opressão mundiais.

3. A política imperialista, que define a política boliviana, é determinada pela etapa monopolista do capitalismo. Por isso, a política imperialista não pode deixar de ser de opressão e rapina, de incessante transformação do Estado em um fraco instrumento em mãos dos exploradores. As posturas de “boa vizinhança, pan-americanismo” etc. não passam de disfarces utilizados pelo imperialismo ianque e pela burguesia feudal nativa para enganar os povos da América Latina. O sistema da consulta diplomática recíproca, a criação de instituições bancárias internacionais com dinheiro dos povos oprimidos, a concessão de bases militares estratégicas aos ianques, os contratos leoninos sobre venda de matérias-primas etc. são formas da descarada entrega dos países sul-americanos pelos seus governantes. Lutar contra esse entreguismo e denunciar todas as vezes que o imperialismo mostrar suas garras é um dever elementar do proletariado. Os ianques não se limitam a opinar nas composições ministeriais, vão ainda mais longe: tomaram para si a tarefa de orientar a atividade policial dos países semicoloniais, pois isto é o que significa a anunciada luta contra os revolucionários anti-imperialistas.

Trabalhadores da Bolívia: fortaleçam seus quadros para lutar contra o ávido imperialismo ianque!

V. Luta contra o fascismo

1. Nossa luta contra o imperialismo tem de ser paralela à nossa luta contra a burguesia feudal entreguista. Na prática, o antifascismo se transforma em um aspecto dessa luta: a defesa e consecução de garantias democráticas e a destruição dos grupos armados mantidos pela burguesia.

2. O fascismo é produto do capitalismo internacional. O fascismo é a última etapa da decomposição do imperialismo, sem deixar de ser uma fase imperialista. Quando se organiza a violência de Estado para defender os privilégios capitalistas e destruir o movimento dos trabalhadores, deparamo-nos com

um regime com características fascistas. A democracia burguesa é um luxo demasiado caro, que só países que acumularam gordura à custa da fome mundial podem se dar. Em países pobres, como o nosso, os trabalhadores estão condenados, em determinado momento, a enfrentar o cano dos fuzis. Pouco importa o partido político que tiver de recorrer a medidas fascistóides para melhor servir aos interesses imperialistas. Se a opressão capitalista persistir, o destino dos governantes já está escrito: emprego da violência contra os trabalhadores.

3. A luta contra grupelhos fascistóides está subordinada à luta contra o imperialismo e a burguesia feudal. Os que, pretendendo lutar contra o fascismo, entregam-se ao imperialismo “democrático” e à burguesia feudal “democrática” não fazem outra coisa senão preparar o caminho para o inevitável advento de um regime fascistóide.

Para destruir definitivamente o perigo fascista temos de destruir o capitalismo como sistema.

Para lutar contra o fascismo, em vez de atenuar artificialmente as contradições classistas, temos de avivar a luta de classes.

Trabalhadores e explorados em geral: destruamos o capitalismo para destruir definitivamente o perigo fascista e os grupelhos fascistóides! Só com os métodos da revolução proletária e no contexto da luta de classes poderemos derrotar o fascismo.

VI. A FSTMB e a situação atual

1. A situação revolucionária de 21 de julho, criada pela irrupção nas ruas dos explorados privados de pão e liberdade e pela ação defensiva e beligerante dos mineiros, imposta pela necessidade de defender as conquistas sociais obtidas e conseguir outras mais avançadas, permitiu que os representantes da grande mineração montassem sua máquina estatal, graças à traição dos reformistas, que pactuaram com a burguesia feudal. O sangue do povo serviu para que seus algozes consolidassem sua posição no poder. O fato de a junta de governo ser uma instituição provisória não modifica em nada a situação criada.

Os trabalhadores mineiros fazem bem ao se colocarem à expectativa diante dos governantes e ao exigir-lhes que obriguem as empresas a cumprir as leis que regem o país. Não podemos nem devemos nos solidarizar com nenhum governo que não seja o nosso próprio, ou seja, dos trabalhadores. Não podemos dar este passo porque sabemos que o Estado representa os interesses da classe social dominante.

2. Os ministros “operários” não mudam a estrutura dos governos burgueses. Enquanto o Estado defender a sociedade capitalista, os ministros “operários” transformam-se em meros proxenetas da burguesia. O trabalhador que tem a fraqueza de trocar seu lugar de luta nas fileiras revolucionárias por uma pasta ministerial passa para as fileiras da traição. A burguesia usa os ministros “operários” para poder enganar melhor os trabalhadores, para conseguir que os explorados abandonem seus próprios métodos de luta e se entreguem de corpo e alma à tutela do ministro “operário”. *A FSTMB nunca fará parte dos governos burgueses, pois isso significaria a mais franca traição aos explorados e o esquecimento de que nossa linha é a linha revolucionária da luta de classes.*

3. As próximas eleições resultarão em um governo a serviço dos grandes mineradores, pois elas não terão nada de democráticas. A maioria da população, os indígenas e uma enorme porcentagem do proletariado, devido aos obstáculos colocados pela lei eleitoral e pelo fato de serem analfabetos, está impossibilitada de depositar seu voto nas urnas. Setores da pequena burguesia, corrompidos pela classe dominante, determinam o resultado das eleições. Não temos nenhuma ilusão com relação à luta eleitoral. Os trabalhadores não chegaremos ao poder pelos votos, chegaremos pela revolução social. Por isso, podemos afirmar que nosso comportamento com relação ao futuro governo será o mesmo que perante a atual junta de governo. Se as leis forem cumpridas, parabéns; para isso servem os governantes. Se não se cumprirem, enfrentarão nosso enérgico protesto.

VII. Reivindicações transitórias

Cada sindicato, cada região mineira, tem seus problemas peculiares, e os sindicalistas devem ajustar sua luta diária a essas peculiaridades. Mas existem problemas que afetam e unificam os quadros operários de toda a nação, que são a miséria crescente e o boicote patronal cada dia mais ameaçador. Contra esses perigos, a FSTMB propõe medidas radicais.

1. *Salário básico vital e escala móvel de salários.* A supressão do sistema de venda de produtos de primeira necessidade baratos e a excessiva desproporção existente entre o padrão de vida e o salário real exigem que seja estabelecido um salário básico vital.

O estudo científico das necessidades da família trabalhadora deve servir de base para a estipulação do salário básico vital, isto é, do salário que permita que essa família tenha uma existência que possa ser chamada humana. Como

afirmou o III Congresso, esse salário deve ser complementado com o sistema de escala móvel. Evitemos que a curva de alta dos preços nunca possa ser alcançada pelos reajustes periódicos de salários. Acabemos com a eterna manobra de anular os reajustes de salários mediante a desvalorização da moeda e pela elevação quase sempre artificial dos preços dos meios de subsistência. Os sindicatos devem se encarregar de controlar o custo de vida e de exigir das empresas o aumento automático dos salários de acordo com esse custo. O salário básico não deve ser estático, mas deve acompanhar o aumento dos preços dos artigos de primeira necessidade.

2. Semana de 40 horas de trabalho e escala móvel de trabalho. A técnica utilizada nas minas acelera o ritmo de trabalho do trabalhador. A própria natureza do trabalho no subsolo faz com que a jornada de oito horas seja excessiva, aniquilando de forma desumana a vitalidade do trabalhador. A própria luta por um mundo melhor exige que, de alguma forma, o homem seja libertado da escravidão na mina. Por isso, a FSTMB lutará pela semana de trabalho de 40 horas, que deve ser complementada com a implantação da escala móvel de horas de trabalho.

A única maneira de lutar eficazmente contra o perigo permanente de boicote patronal está em se conseguir a implantação da escala móvel de horas de trabalho, que fará diminuir a jornada de trabalho na mesma proporção em que aumentar o número de desempregados. Tal diminuição não deve significar uma diminuição do salário, pois este é considerado vital, necessário.

Só estas medidas permitirão evitar que os quadros operários sejam destruídos pela miséria e que o boicote patronal crie artificialmente um exército de desempregados.

Nota. O I Congresso Extraordinário, complementando este ponto, decidiu conseguir a implantação da semana de 36 horas para mulheres e crianças.

3. Ocupação de minas. Os capitalistas pretendem conter o ascendente movimento dos trabalhadores com o argumento de que estão comprometidos no caso de ter prejuízo. Pretende-se colocar uma mordida nos sindicatos, apresentando-lhes o espectro do desemprego. Além disso, a paralisação temporária das explorações, como a experiência demonstra, tem servido apenas para burlar os verdadeiros alcances das leis sociais e para recontratar os operários, pressionados pela fome, em condições verdadeiramente vergonhosas.

As empresas têm o sistema de dupla contabilidade. Uma para ser exibida aos trabalhadores e pagar impostos ao Estado, e outra para estabelecer o montante dos dividendos. Não podemos ceder em nossas aspirações diante dos algarismos dos livros de contabilidade.

Os trabalhadores que sacrificaram suas vidas em prol da propriedade das empresas têm o direito de exigir que não lhes seja negado o direito ao trabalho, mesmo em épocas não proveitosas para os capitalistas.

O direito ao trabalho não é uma reivindicação dirigida a alguns capitalistas em particular, mas ao sistema em seu conjunto; por isso não pode nos interessar o lamento de alguns pequenos empresários falidos.

Se os patrões não são capazes de conceder aos seus escravos um pedaço mais de pão; se, para subsistir, o capitalismo é obrigado a atacar o salário e as conquistas alcançadas; se os capitalistas respondem a toda tentativa de reivindicações com a ameaça de fechamento de suas instalações, só resta aos trabalhadores ocupar as minas e se encarregarem do manejo da produção.

A ocupação das minas ultrapassa os limites do capitalismo, pois coloca a questão de saber quem é o verdadeiro dono das minas: os capitalistas ou os trabalhadores. A ocupação não deve ser confundida com a socialização das minas; trata-se apenas de evitar que o boicote patronal prospere, que os trabalhadores sejam condenados a morrer de fome. As greves com ocupação de minas transformam-se em um dos objetivos centrais da FSTMB.

Por estas projeções, é evidente que a ocupação das minas adquire categoria de medida ilegal. Não podia ser de outro modo.

Um passo que, de qualquer ponto de vista, ultrapassa os limites do capitalismo, não pode encontrar uma legislação preestabelecida. Sabemos que, com a ocupação das minas, rompemos com o direito burguês e criamos uma nova situação; mais tarde, os legisladores a serviço dos exploradores serão os encarregados de introduzi-la nos códigos e tentarão estrangulá-la mediante regulamentações.

O Decreto Supremo da Junta de Governo, proibindo a tomada das minas pelos trabalhadores, não afeta nossa posição. Sabíamos que não é possível contar, nestes casos, com a colaboração governamental, e, sabendo que não procedíamos de acordo com as leis, não nos restava outra alternativa senão a de ocupar as minas sem direito a qualquer indenização a favor dos capitalistas.

A ocupação das minas deve fazer surgir os Comitês de Minas, formados com a participação de todos os trabalhadores, inclusive os não sindicalizados. Os Comitês de Minas deverão decidir os destinos da mina e dos operários que intervêm na produção.

Trabalhadores mineiros: para rejeitar o boicote patronal, *ocupem as minas!*

4. *Contrato coletivo.* Em nossa legislação, o patrão pode escolher livremente entre o contrato individual e o coletivo. Até o momento, e porque isso interessa às empresas, não foi possível colocar o contrato coletivo em prática. Temos de lutar para que seja estabelecida apenas uma forma de contrato de trabalho: o coletivo.

Não se pode permitir que a prepotência do capitalista submetta o trabalhador individual, incapaz de dar seu consentimento livre, porque não pode haver livre consentimento quando a miséria do lar obriga a aceitar o mais ignominioso contrato de trabalho.

Aos capitalistas organizados, que agem de comum acordo para extorquir o trabalhador mediante o contrato individual, devemos contrapor o contrato coletivo dos trabalhadores organizados em sindicatos.

- a) O contrato coletivo de trabalho deve ser, sobretudo, revogável em qualquer momento pela vontade unilateral dos sindicatos;
- b) de adesão, isto é, obrigatório mesmo para os não sindicalizados; o operário a ser contratado já encontrará estabelecidas as condições correspondentes;
- c) não deve excluir as condições mais favoráveis que teriam sido conseguidas mediante contratos individuais;
- d) sua execução e o próprio contrato devem ser controlados pelos sindicatos.

O contrato coletivo deve tomar como ponto de partida nossa plataforma de reivindicações transitórias.

Contra a extorsão do capitalismo: *contrato coletivo de trabalho!*

5. *Independência sindical.* A realização das nossas aspirações será possível se formos capazes de nos livrar da influência de todos os setores da burguesia e de seus agentes de “esquerda”. A sífilis do movimento operário é constituída pelo sindicalismo dirigido. Quando os sindicatos se transformam em apêndices governamentais, perdem sua liberdade de ação e arrastam as massas pelo caminho da derrota.

Denunciamos a CSTB como uma agência governamental no campo operário. Não podemos confiar em organizações cuja secretaria permanente fica no Ministério do Trabalho e que enviam seus membros para fazer propaganda governamental.

A FSTMB tem absoluta independência com relação aos setores burgueses, ao reformismo de esquerda e ao governo. Realiza uma política sindical revolucionária e denuncia como traição todo acordo com a burguesia ou com o governo.

Guerra até a morte contra o sindicalismo dirigido!

6. *Controle das minas pelos trabalhadores.* A FSTMB apoia toda medida tomada pelos sindicatos para que haja um controle efetivo dos trabalhadores em todos os aspectos do funcionamento das minas. Temos de acabar com os segredos patronais de exploração, de contabilidade, de técnica, de transformação de minérios etc., para estabelecer a intervenção direta dos trabalhadores como tais nesses “segredos”. Como o nosso objetivo é a ocupação das minas, temos de nos interessar pela revelação dos segredos patronais.

Os trabalhadores devem controlar a direção técnica da exploração, os livros de contabilidade, intervir na nomeação de funcionários qualificados e, sobretudo, devem pressionar para que sejam publicados os lucros obtidos pelos grandes mineradores e as fraudes que realizam quando se trata de pagar impostos ao Estado e de contribuir com a Previdência Social dos trabalhadores.

Aos reformistas que falam dos sagrados direitos do patrão contrapomos o lema de *controle das minas pelos trabalhadores*.

7. *Armamento para os trabalhadores*. Dissemos que, enquanto o capitalismo existir, a repressão violenta do movimento dos trabalhadores é um perigo latente. Se quisermos evitar que o massacre de Catavi se repita, temos de armar os trabalhadores. Para lutar contra os grupos fascistas e contra os fura-greves, devemos contar com piquetes de trabalhadores devidamente armados. De onde vamos tirar as armas? O fundamental é ensinar aos trabalhadores de base que devem se armar contra a burguesia armada até os dentes; os meios logo serão encontrados. Por acaso nos esquecemos que trabalhamos diariamente com explosivos poderosos?

Toda greve é o começo potencial da guerra civil, e devemos fazê-la devidamente armados. Nosso objetivo é vencer, e para isso não devemos nos esquecer que a burguesia conta com exércitos, policiais e grupos fascistas. Portanto, nos cabe organizar as primeiras células do exército proletário. Todos os sindicatos estão obrigados a formar piquetes armados com os elementos jovens e mais combativos.

Os piquetes sindicais devem ser organizados militarmente o mais breve possível.

Contra massacres futuros: *quadros operários armados!*

8. *Fundos de greve*. As empresas têm uma arma de controle nos armazéns e nos salários miseráveis que fazem com que o único recurso dos trabalhadores seja a remuneração diária. A greve tem seu pior inimigo na fome sofrida pelos grevistas. Para que a greve tenha possibilidades de sucesso, deve-se eliminar a pressão adversa da família. Os sindicatos estão obrigados a destinar uma parte de sua renda aos fundos de greve, para poder, em caso de necessidade, conceder o auxílio necessário aos trabalhadores.

Destruamos o controle patronal das greves imposto pela fome, organizando imediatamente os fundos de greve!

9. *Regulamentação da supressão da venda de produtos de primeira necessidade baratos*. Já dissemos que o sistema de armazéns com produtos baratos permitia que os patrões enriquecessem à custa do salário do trabalhador. No entanto, sua

supressão pura e simples apenas agrava a situação dos trabalhadores e torna-se uma medida contrária aos seus interesses.

Para que a supressão da venda de produtos básicos cumpra sua função, deve-se exigir que o regulamento respectivo complemente esta medida com a escala móvel de salários e o estabelecimento do salário vital básico.

10. *Supressão do trabalho por “contrato”*. Para burlar a jornada máxima legal e explorar ainda mais o trabalhador, as empresas criaram as diversas modalidades de trabalho chamadas “contratos”. Somos obrigados a acabar com esta nova manobra capitalista utilizada com fins de rapina. Como sistema único, deve ser estabelecido o salário por jornada diária.

VIII. Ação direta de massas e luta parlamentar

Reivindicamos o lugar proeminente que corresponde à ação direta de massas entre os métodos de luta proletária. Sabemos perfeitamente que nossa libertação será obra de nós mesmos e que, para consegui-la, não podemos esperar colaboração de forças alheias às nossas. Por isso, nesta etapa de ascensão do movimento operário, nosso método preferido de luta é a ação direta de massas e, dentro dela, a greve e a ocupação das minas. Dentro do possível devemos evitar as greves por motivos insignificantes, a fim de não enfraquecer nossas forças. Devemos superar a etapa das greves locais. As greves isoladas permitem que a burguesia concentre sua atenção e suas forças em um só ponto. Toda greve deve nascer com a intenção de se tornar geral. Além disso, uma greve de mineiros deve se estender a outros setores proletários e à classe média. As greves com ocupação de minas estão na ordem do dia. Desde o primeiro momento, os grevistas devem controlar os pontos fundamentais da mina e, sobretudo, os depósitos de explosivos.

Declaramos que, ao colocar em primeiro plano a ação direta de massas, não precisamos da importação de outros métodos de luta.

Os revolucionários devem se encontrar em todas as partes, onde a vida social colocar as classes em situação de luta.

A luta parlamentar é importante, mas nas etapas de ascensão do movimento revolucionário ela adquire um caráter secundário. Para desempenhar um papel transcendental, os parlamentares devem se subordinar à ação direta de massas. Nos momentos de refluxo, quando as massas abandonam a luta e a burguesia se apropria dos postos deixados por elas, os parlamentares podem se colocar em primeiro plano. Em geral, o Parlamento burguês não resolve o problema fundamental de nossa época: o destino da propriedade privada. Este destino será estabelecido pelos trabalhadores nas ruas. Embora não neguemos a luta

parlamentar, ela é submetida por nós a determinadas condições. Devemos colocar no Parlamento elementos revolucionários experientes, que se identifiquem com nosso comportamento sindical. O Parlamento deve ser transformado em tribuna revolucionária. Sabemos que nossos representantes serão uma minoria, mas se encarregarão de desmascarar, no próprio seio das câmaras, as manobras da burguesia. E, sobretudo, a luta parlamentar deve estar diretamente ligada à ação direta de massas. Deputados operários e trabalhadores mineiros devem agir com uma só direção: os princípios da presente tese central.

Na próxima luta eleitoral, nossa tarefa consiste em colocar um bloco operário, o mais forte possível, no Parlamento. Ressaltamos que, sendo anti-parlamentaristas, não podemos deixar este campo livre aos nossos inimigos de classe. Nossa voz também será ouvida no recinto parlamentar.

Ante as manobras eleitorais dos traidores de esquerda, vamos contrapor a formação do *Bloco Parlamentar Mineiro!*

IX. Ao lema burguês de unidade nacional, contrapor a Frente Única Proletária

1. Somos soldados da luta de classes. Dissemos que a guerra contra os exploradores é uma guerra até a morte. Por isso, vamos acabar com toda tentativa colaboracionista nas fileiras dos trabalhadores. O caminho da traição abriu-se com as famosas “frentes populares”, isto é, uma frente que, deixando de lado a luta de classes, unia proletários, pequeno-burgueses e alguns setores da própria burguesia. A frente popular tem custado muitas derrotas ao proletariado internacional. A expressão mais cínica da negação da luta de classes, da entrega dos oprimidos aos seus algozes, do ponto culminante da degeneração das frentes populares é a chamada “unidade nacional”. Esse lema burguês tem sido lançado pelos reformistas. “Unidade nacional” significa unidade dos burgueses com seus servos, para acorrentar os trabalhadores. “Unidade nacional” significa derrota dos explorados e vitória do sistema. Não podemos falar de “unidade nacional” quando a nação está dividida em classes sociais empenhadas em uma guerra sem trégua. Enquanto o regime de propriedade privada existir, só os traidores ou agentes a serviço do imperialismo podem se atrever a falar de “unidade nacional”.

2. Ao lema burguês de “unidade nacional” contrapomos a frente única proletária (FUP). A unificação dos explorados e dos elementos revolucionários em um bloco granítico é uma necessidade imperiosa para acabar com o capitalismo que está unificado em um só bloco.

Forjamos a frente única proletária porque utilizamos os métodos da revolução proletária e porque não abandonamos o contexto da luta de classes.

Para evitar as influências burguesas, para transformar em realidade nossas aspirações, para mobilizar as massas rumo à revolução proletária, precisamos de uma frente única proletária. Os elementos revolucionários que se identificarem com nossas declarações fundamentais e as organizações proletárias (ferroviários, operários de fábricas, gráficos, motoristas etc.) serão muito bem recebidos na frente única proletária. Nos últimos dias, a CSTB tem agitado a bandeira da frente de esquerdas. Até agora não se sabe com que fins pretende-se formar essa frente. Se tratar-se apenas de uma manobra pré-eleitoral e se quiser impor uma direção pequeno-burguesa – pequeno-burguesa é a CSTB – declaramos que nada temos a ver com tal frente de esquerda. Mas se ela pudesse impor o pensamento proletário e se seus objetivos fossem os desta tese, iríamos com todas as nossas forças para essa frente que, em último caso, não seria mais que uma frente proletária com pequenas variações e diferente denominação.

Contra o sistema, coligado em uma frente só, contra as frentes diariamente criadas pelo reformismo pequeno-burguês: *forjemos a frente única proletária!*

X. Central Operária

A luta do proletariado precisa de um comando único. Temos de forjar uma poderosa *Central Operária*. A vergonhosa história da CSTB ensina como devemos proceder para conseguir nosso objetivo. Quando as federações se transformam em instrumentos dóceis a serviço dos partidos políticos da pequena burguesia, quando pactuam com a burguesia, deixam de ser representantes dos explorados. Nossa missão é evitar as manobras dos burocratas sindicais e das camadas de artesãos corrompidos pela burguesia. A Central dos trabalhadores bolivianos deve se organizar sobre uma base realmente democrática. Estamos cansados das pequenas fraudes para conseguir maiorias. Não vamos permitir que uma organização de uma centena de artesãos tenha o mesmo peso na hora de votar que a FSTMB, que conta com cerca de 70 mil operários. O pensamento das organizações majoritárias não deve ser anulado com o voto de organismos quase inexistentes. A porcentagem de influência das diversas federações deve ser determinada pelo número de filiados. *O pensamento proletário e não o pequeno-burguês deve prevalecer na Central Operária*. Além disso, temos a tarefa de entregar-lhe um programa verdadeiramente revolucionário, que deve se inspirar naquilo que expomos neste documento.

XI. Pactos e compromissos

Não temos de realizar nenhum bloco nem compromisso com a burguesia. Com a pequena-burguesia como classe e não com seus partidos políticos,

podemos forjar blocos e assinar compromissos. A frente de esquerda e a Central Operária são exemplos de tais blocos, mas tendo o cuidado de lutar para que o proletariado seja o diretor do bloco. Se se pretender que ele fique a reboque da pequena burguesia, devemos rejeitar e acabar com os blocos.

Muitos pactos e compromissos com diversos setores podem não ser cumpridos, mas mesmo assim são um poderoso instrumento em nossas mãos. Esses compromissos, se contraídos com espírito revolucionário, nos permitem desmascarar as traições dos caudilhos da pequena burguesia, nos permitem levar nossas posições à base. O pacto operário-universitário de julho é um exemplo de como um pacto não cumprido pode se transformar em arma destruidora de nossos inimigos. Quando alguns universitários desqualificados ultrajaram nossa organização em Oruro, os trabalhadores e setores revolucionários da Universidade atacaram os autores do atentado e orientaram os estudantes. Em todo pacto deve se colocar como ponto de partida as declarações contidas no presente documento.

O cumprimento de um pacto depende de que nós, mineiros, iniciemos o ataque à burguesia; não podemos esperar que esse passo seja dado pelos setores pequeno-burgueses. O caudilho da revolução será o proletariado.

A colaboração revolucionária de mineiros e camponeses é uma tarefa central da FSTMB; essa colaboração é a chave da revolução futura. Os trabalhadores devem organizar sindicatos camponeses e trabalhar de forma conjunta com as comunidades. Para isto, é preciso que os mineiros apoiem a luta dos camponeses contra o latifúndio e estimulem sua atividade revolucionária.

Com os outros setores proletários estamos obrigados a nos unificar; a esta unificação devemos levar também os setores explorados do artesanato: oficiais e aprendizes.

Nota: O Primeiro Congresso Extraordinário ratificou o pacto operário-universitário subscrito em Oruro em 29 de julho de 1946 (o programa aprovado baseava-se no que foi acordado no III Congresso Mineiro de Catavi).

Pulacayo, 8 de novembro de 1946.

IV. A Guerra Fria

Partido Comunista mexicano

*Por uma Frente Nacional Democrática e Anti-imperialista**

Em 1946, o PCM apoiou a candidatura de Miguel Alemán (do partido oficial, PRM) à Presidência da República. Continuou apoiando-o até 1948, mas com o princípio da Guerra Fria e da campanha anticomunista do governo, o PCM passou à oposição. Este documento de 1951 critica duramente o regime de Alemán, em nome de uma alternativa democrático-nacional; a radicalização da política do partido, resultante da Guerra Fria, não mudou sua análise de fundo sobre o caráter e as tarefas da revolução no México.

Mexicanos:

Nosso povo se depara com o problema decisivo da sucessão presidencial.

Apesar dos propósitos e das manobras geradas nos mais altos círculos governamentais do país e das forças antinacionais que servem aos desígnios do imperialismo ianque e à reação, a menos de um ano do dia em que deve ser decidida a eleição do próximo presidente da República e a composição das Câmaras de Deputados e do Senado, manifesta-se e cresce a inamovível decisão do povo mexicano de resolver a sucessão presidencial conforme os interesses nacionais, de acordo com sua vontade soberana e em função das aspirações das mais amplas massas populares.

Ao empreender a luta pela sucessão presidencial, sobre o povo mexicano pesam graves problemas que o asfixiam, e o México vive uma das mais graves e cruciais situações de toda a sua história.

Dependendo da solução que se der a esta situação, o México pode tornar-se uma nação independente e democrática, ou transformar-se em um país completamente submetido e colonizado pelo imperialismo ianque, imerso no atraso, na miséria, na exploração e na ditadura reacionária, para impor a vontade dos círculos monopolistas dos Estados Unidos e sua política de guerra e fascismo.

Sobre nosso povo e sua juventude paira a ameaça de serem transformados em bucha de canhão para ir morrer em distantes frentes de batalha em uma guerra injusta e de rapina, e de que o México seja arrastado à guerra de agressão que os imperialistas americanos preparam, pelo domínio do mundo e a escravidão de todos os povos.

* *Un Frente Nacional Democrático y Anti-imperialista*; Comisión Política del Comité Central del PCM, julho de 1951.

Nunca como agora foi tão vergonhosa e acentuada a dependência de nosso país com relação aos Estados Unidos, e tamanha a intervenção e penetração colonizadora do imperialismo ianque no México.

A desenfreada carestia da vida crava suas garras na imensa maioria da população, e ante a passividade cúmplice do atual governo, os salários dos trabalhadores sofrem golpes contínuos e suas famílias são condenadas à fome. Enquanto isso, diante do pavoroso aumento da miséria do povo, os círculos de governo e as classes dominantes ostentam uma pretensa e falsa era de “prosperidade e auge nacional”, cuja única mostra é a insultante exibição do luxo, do desperdício e da riqueza indevida de uma minoria exploradora. A inflação monetária, a escassez e os altos preços, no extremo de uma política governamental que condena as massas à fome e à miséria, pretendem ser combatidos com o congelamento e a estagnação dos salários dos trabalhadores e a repressão de suas lutas reivindicatórias.

A classe operária sofre a investida de uma política governamental anti-operária e patronal, que destrói as conquistas dos trabalhadores, congela os salários, burla a legislação trabalhista, destrói e impede a unidade sindical, intervém nos sindicatos e impõe que eles passem a depender do governo, usa a repressão policial para esmagar a luta revolucionária do proletariado e fomenta em alto grau a corrupção e a compra de líderes traidores no seio do movimento operário.

Ao mesmo tempo que realiza uma tenaz destruição da reforma agrária, o completo abandono da entrega de terras aos camponeses e de despojos aos *ejidatarios*, forma-se uma nova casta de latifundiários que, junto com os donos dos grandes latifúndios ainda existentes e com a aberta conivência das esferas oficiais, condenam as grandes massas camponesas de nosso país a uma vida de inaudita miséria e de exploração desenfreada por latifundiários, açambarcadores, funcionários do Banco Ejidal e empreiteiros privados.

Em condições que fazem aumentar o descontentamento das massas populares e sua repulsa à política de um governo que traiu a Revolução Mexicana e revela plenamente seu caráter reacionário, antipopular e submetido ao imperialismo ianque, as liberdades democráticas e os direitos políticos do povo mexicano são violentados e restringidos, a Constituição é agredida e adota-se um vergonhoso Código Penal para reprimir a liberdade de expressão, o direito de reunião, o direito de greve e as lutas democráticas do povo e da classe trabalhadora do México em defesa da paz, de seus direitos e da independência nacional.

Com os numerosos empréstimos ianques que hipotecam e entregam o país, a economia nacional liga-se e subordina-se à economia de crise e de guerra dos Estados Unidos, e os grandes monopólios americanos apoderam-se cada vez mais da riqueza nacional e destroem a economia nacional independente do México, detendo assim seu desenvolvimento e progresso econômicos.

Em um grau nunca visto e sem precedentes, a corrupção e a imoralidade administrativa invadem o aparelho de Estado, e com o roubo do Tesouro Público, da noite para o dia, surgem funcionários públicos milionários.

Estes fatos principais enunciam a política reacionária e antipopular do governo do presidente Alemán e indicam a grave situação e os grandes problemas que pesam sobre nossa pátria e o povo mexicano.

*O anti-imperialismo no Brasil**

O período da Guerra Fria (1949-53) caracteriza-se pela perseguição aos partidos comunistas na América Latina e por sua opção em favor de uma política de oposição radical ao imperialismo norte-americano e aos governos. Às vezes, esta orientação gerava excessivas simplificações, como no documento de março de 1952 do PC brasileiro, que define o regime populista de Vargas como pré-fascista e “agente cínico do imperialismo americano”. Na verdade, Vargas oscilava entre a aceitação das imposições dos Estados Unidos (o Acordo de Assistência Militar) e tímidas iniciativas nacionalistas, que provocarão sua queda (e suicídio) em 1954. Este documento também mostra a preocupação do PC brasileiro com a Guerra da Coreia e sua luta contra o envio de tropas brasileiras para se unirem às forças intervencionistas norte-americanas. O anti-imperialismo radical corresponde à política externa soviética do momento, mas também aos sentimentos de importantes setores das massas populares do Brasil, como demonstra o sucesso da campanha do PCB contra as empresas petrolíferas estrangeiras, com o lema “O petróleo é nosso!”.

Mais um passo para a guerra

Com a assinatura no Itamarati no dia 15 de março último do denominado “Acordo de Assistência Militar entre o Brasil e os Estados Unidos”, o governo do senhor Vargas dá mais um sério passo no sentido de arrastar o país a uma guerra imperialista e comete um novo crime contra a segurança e a soberania da pátria e contra a vida do povo brasileiro.

A Comissão Executiva do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL [PCB], diante da gravidade desse acontecimento e convencida de que traduz os anseios de paz da maioria esmagadora da nação, eleva o seu mais veemente protesto contra esse novo passo no caminho da guerra e da traição nacional e dirige-se a todo o povo para alertá-lo ante o perigo crescente que a todos ameaça.

O referido “Acordo de Assistência Militar” é um verdadeiro tratado para a guerra, elaborado secretamente, à revelia do povo, e contrário aos interesses vitais da nação. Trata-se, antes de tudo, de arrastar o país às ações guerreiras do governo dos Estados Unidos, de enviar tropas brasileiras para a Coreia ou para qualquer outra parte do mundo, segundo as imposições de Truman. Não é por acaso que se repete nesse documento ser desejo do governo de Vargas “proporcionar forças armadas às Nações Unidas”,

* “Resolução do PC brasileiro”, março de 1952, em *Problemas*, n. 39, p. 4-6.

organização que, como é notório, não passa hoje de mero instrumento para a agressão norte-americana na Coreia.

Em segundo lugar, visa o senhor Vargas com o presente “Acordo” legalizar a concessão de bases militares ao governo dos Estados Unidos e tornar assim mais fácil a ocupação de nosso solo pelas tropas norte-americanas. E, como a pretensa “assistência militar” visa enfrentar supostas agressões externas ou mesmo INTERNAS, os termos do “Acordo” permitem a automática ocupação de nosso território pelas tropas norte-americanas em caso de qualquer movimento popular contra o governo no país, facilmente qualificável de agressão do “comunismo internacional”. É evidente que o senhor Vargas, com medo do povo, desde já solicita ajuda ao seu patrão ianque para que venha fazer de nossa pátria uma nova Grécia, que os soldados americanos venham matar brasileiros para salvar os interesses dos traidores e inimigos do povo.

Além desses dois objetivos fundamentais, o novo “Acordo” submete por completo as Forças Armadas brasileiras ao domínio dos imperialistas americanos. Visam, estes, transformá-las em corpos mercenários sob o comando de generais e oficiais ianques para serem lançados não apenas contra o povo coreano e outros povos livres mas igualmente contra o nosso próprio povo, que é contra a guerra imperialista e já demonstra não estar disposto a morrer lentamente de fome nem a se deixar escravizar pelos fascistas e agentes do imperialismo americano.

Enfim, nos termos do novo “Acordo”, o governo Vargas entrega gratuitamente ao imperialismo americano todas as riquezas da nação, abre por completo as portas do país à invasão de todos os agentes e espões ianques com regalias e imunidades diplomáticas, e viola cinicamente as leis do país assegurando aos agentes de Truman direitos de extraterritorialidade e garantias até mesmo contra processos judiciários.

Este, em resumo, o conteúdo do referido “Acordo”, claro atentado à manifesta vontade de paz de todo o povo, verdadeiro crime de traição contra a soberania nacional e contra a vida e a liberdade dos brasileiros.

A assinatura desse “Acordo” mostra, assim, à nação, qual o verdadeiro sentido da política do senhor Vargas e confirma mais uma vez o que a respeito tem dito e repetido o Partido Comunista do Brasil: trata-se de um governo de guerra e de traição nacional, governo dos mais cínicos agentes do imperialismo americano e que desde os seus primeiros dias vem fazendo esforços para arrastar o país à participação direta nos atos agressivos dos incendiários de guerra norte-americanos. Essa participação descarada do governo do senhor Vargas nos planos de guerra do imperialismo americano é que o leva a proibir a realização da Conferência Continental pela Paz – expressão dos anseios de paz dos povos do continente americano – e a desencadear o terror contra o

povo que luta contra a fome, pela paz e pelos seus direitos democráticos. É por esse caminho e com o conhecido pretexto de luta contra os comunistas que o governo de Vargas prepara as condições para implantar o fascismo no país. Sucedem-se por isso as provocações policiais, os pretensos “golpes armados” de que são acusados os comunistas, provocações que devem servir para justificar o desencadeamento do terror policial contra o povo, para legalizar medidas de exceção, para abafar as lutas do povo, para arrastar o país à guerra, bem como para entregar o petróleo brasileiro à Standard Oil e satisfazer outras exigências dos incendiários de guerra norte-americanos.

Somente a força do povo, unido e organizado, poderá barrar essa política criminosa, impedir que o senhor Vargas prossiga impunemente pelo caminho da guerra. Somente a força do povo poderá salvar o país da catástrofe que o ameaça. Diante da gravidade da situação e do perigo crescente que ameaça a nação e a própria vida do povo, nenhum patriota pode ficar de braços cruzados nem impassível ou indiferente.

A Comissão Executiva do PCB dirige-se por isso a todo o povo apelando para que se oponha decididamente aos monstruosos planos de governo de Vargas e dos imperialistas norte-americanos. Mais do que nunca é indispensável que a voz do povo se faça ouvir, que protestos enérgicos e decididos – os mais amplos – ergam-se no país inteiro contra o crime que significa a assinatura desse novo tratado de guerra com os imperialistas americanos. Empregando todas as formas de protesto, as grandes massas populares devem demonstrar seu repúdio a esse acordo criminoso contra a pátria, assim como desenvolver a mais ampla ação para impedir que o Congresso Nacional o ratifique. A ação popular poderá reduzir a nada os acordos de guerra e abalar a política de guerra do governo. Se as grandes massas populares tomarem em suas mãos a defesa da paz e da soberania nacional, os planos dos incendiários de guerra poderão ser derrotados.

A Comissão Executiva do PCB dirige-se a todos os patriotas, homens e mulheres, às mães, esposas, filhas e noivas que sentem no próprio coração o perigo que ameaça a vida de seu entes queridos, aos jovens, sejam operários, camponeses ou estudantes, soldados, aviadores e marinheiros, ameaçados de morte pelos planos sinistros e criminosos do senhor Vargas, e a todos faz caloroso apelo no sentido de intensificarem a luta pela paz e contra o governo de traição nacional de Vargas, contra o envio de tropas brasileiras para a Coreia e contra a entrega do petróleo brasileiro aos imperialistas americanos.

A Comissão Executiva do PCB chama especialmente aos operários e camponeses para que intensifiquem a luta pela paz, contra a política de guerra, de fome e reação do senhor Vargas, pela libertação nacional do jugo imperialista e por um governo democrático e popular.

Às organizações do partido e a cada comunista cabe, nesta emergência, o dever de fazer esforços redobrados e cada vez maiores juntamente com todos os outros partidários da paz na luta em defesa da paz e da independência nacional.

Comissão Executiva do Partido Comunista do Brasil.
Rio de Janeiro, março de 1952.

Manuel Agustín Aguirre

*O socialismo revolucionário no Equador**

Durante o período da Guerra Fria, o movimento comunista latino-americano não foi o único que ergueu a bandeira do anti-imperialismo radical. Correntes socialistas revolucionárias se desenvolvem, mais ou menos influenciadas pelas ideias de Trotski, sobretudo no Chile (ver por exemplo a obra de Oscar Waiss, do PS chileno, *Nacionalismo y socialismo en América Latina*, Prensa Latinoamericana, Santiago, 1954) e no Equador; sua orientação era simultaneamente anti-imperialista e anticapitalista.

Manuel Agustín Aguirre foi um dos fundadores do Partido Socialista do Equador (1933), do qual foi secretário-geral durante muitos anos. Eleito senador em 1944, será preso e banido pela ditadura de Velasco Ibarra (1946). Também foi o primeiro decano da Faculdade de Ciências Econômicas e, mais tarde, reitor da Universidade Central do Equador. Em 1960, Manuel Agustín Aguirre dirigiu a cisão de esquerda que levará a maioria da base do partido a formar o Partido Socialista Revolucionário do Equador.

Os trechos que publicamos aqui fazem parte de um discurso pronunciado no dia 1º de maio de 1952, e resumem alguns dos temas centrais do socialismo revolucionário na América Latina (particularmente o princípio estratégico do caráter socialista da revolução no continente).

Revolução burguesa na América Latina e no Equador?

Depois desta análise sucinta, parece-me que não podemos esperar, sem cair no absurdo, o messiânico e falho 1789, que liquidará com o que nos resta de estrutura feudal, levando-nos à industrialização e ao capitalismo florescente. Como é possível esperar que a burguesia latifundiária ou os latifundiários burgueses destruam a própria estrutura que lhes serve de suporte e de base? Como acreditar que estas camadas burguesas e feudais resolvam o problema da terra, entregando-a aos camponeses, se vivem fundamentalmente da exploração desse campesinato? Como esperar que uma economia de *laissez-faire* de um Estado liberal, que demonstrou durante anos sua incapacidade, possa tornar realidade nosso desenvolvimento econômico retardado e paralisado? Como esperar que os que vivem da miséria e exploração do povo sejam capazes de libertá-lo e redimi-lo?

* Manuel Agustín Aguirre, *América Latina y el Ecuador (apuntes para un estudio socioeconómico)*, 1952, Quito, Asociación de la Escuela de la Facultad de Ciencias Administrativas, 1972.

Somos levados a situações insustentáveis como esta pelos teóricos metafísicos que acreditam que o peso que tiveram as classes burguesas e as ideias liberais no desenvolvimento industrial da Europa e dos Estados Unidos, nos séculos XVIII e XIX, ainda o conservam na América índia, tão distante e diferente, em plena metade do século XX. Estas escandalosas incongruências levaram-nos a sustentar, contínua e permanentemente, a necessidade inquestionável de tratar nossos problemas latino-americanos e equatorianos, situando-os francamente em nosso meridiano de países semicoloniais e semicapitalistas, puxados pela carroça do imperialismo mundial.

Por outro lado, como é possível pensar que a burguesia latifundiária nacional vai lutar contra o imperialismo do qual depende e é seu aliado? Por acaso não sabemos que atualmente a economia latino-americana e, especialmente, a equatoriana continuam acorrentadas ao comércio exterior de exportação e importação, que lhes imprime seu ritmo e sua modalidade essencial? Não é difícil compreender, então, que os latifundiários que produzem matérias-primas para esse imperialismo, assim como a camada de grandes comerciantes exportadores e importadores, não lutarão contra o imperialismo, ao qual estão tão intimamente soldados. Embora o capitalismo industrial e nacional incipiente, devido à concorrência, pudesse contrapor algumas vezes seus interesses aos imperialistas, também não possui suficiente capacidade para a luta anti-imperialista; quando se sente ameaçado, apressa-se a se unir à burguesia imperialista, que estende a mão para garantir sua salvação em uma solidariedade ampla e continental [...].

Não se pode negar, como demonstramos neste rápido ensaio, que existem fortes resquícios feudais, especialmente no campo, mantidos pela burguesia latifundiária e pelo imperialismo, que limitaram e prejudicaram nossa marcha para frente; mas esta história de negar o capitalismo como forma fundamental de nossas relações de produção e a existência de um proletariado com suficiente capacidade para se tornar o condutor da revolução latino-americana envolve a distância que vai do cômodo oportunismo à atitude realmente revolucionária. Por outro lado, ainda que o proletariado, como talvez toda classe em si, não seja uma maioria quantitativa, o é qualitativamente, como diz Lenin, por sua força e capacidade revolucionárias.

Por outro lado, se contarmos não só o proletariado industrial, mas também o proletariado e semiproletariado que sua e morre, na cidade e no campo, para alimentar e enriquecer a burguesia latifundiária nacional e a grande burguesia internacional, vemos que aqueles formam as grandes maiorias nacionais. Ou será que a reduzida classe burguesa latifundiária constitui essa maioria?

E mesmo supondo, mera suposição, que algumas nações pouco desenvolvidas da América Latina, como o Equador, fossem fundamentalmente feudais e, em consequência, o proletariado fosse uma minoria insignificante, como

dizem aqueles teóricos, nem mesmo então poderíamos chegar à conclusão de que a revolução burguesa e não a proletária socialista é a única possível em nossa América, pois provamos até a saciedade o quanto é impossível e absurdo esperar uma revolução da classe burguesa latifundiária, empenhada em manter a estrutura feudal-burguesa-imperialista em nossas nações. Mesmo constituindo uma minoria, e não se necessitam maiorias quantitativas para a revolução, como a história demonstra, a classe proletária é a única capaz de realizar no Equador, no nosso continente e no mundo inteiro, a transformação socialista que salvará a humanidade.

Também é preciso acabar, de uma vez por todas, com aquela tese pseudo-marxista que afirma a impossibilidade do socialismo em nossos países, enquanto eles não chegarem ao seu pleno desenvolvimento capitalista. Estes teóricos ignoram que, depois do grande desenvolvimento mundial do capitalismo e do advento do imperialismo, as nações não podem ser consideradas simples elos fracos ou fortes do grande capitalismo mundial. Estes senhores se esquecem da grande Revolução Russa e de que o capitalismo existe como um todo, o capitalismo mundial em decadência, que deve ser superado, o quanto antes, com o advento revolucionário do socialismo [...].

Uma frente proletária camponesa latino-americana e os Estados Unidos Socialistas da América Latina

Isto nos leva a sustentar a necessidade de que se forme uma única frente de proletários e camponeses pobres na América Latina que, apoiando-se no proletariado mundial, possa realizar a revolução socialista que salvará nossos países do atraso em que eles jazem, destruindo a exploração e a miséria, e estabelecendo a verdadeira liberdade, a paz e a justiça.

Assim como a burguesia latifundiária soube se unir na grande guerra da independência, na qual, infelizmente, devido à configuração de tal classe, derramou sangue popular só em benefício próprio, agora as classes proletário-camponesas da América Latina devem se fundir em um abraço solidário e continental, para realizar a verdadeira luta pela libertação e independência do homem latino-americano, em suas mais amplas dimensões: porque agora as classes proletárias, ao se libertarem do jugo da exploração, libertarão todos os homens, ao construir uma sociedade socialista sem classes.

Só uma frente camponesa e proletária construirá a verdadeira liberdade da América, rompendo os grilhões da escravidão e da servidão interna e externa, para nos dar a liberdade integral do homem americano.

Só a revolução socialista na América Latina, com o planejamento das economias não só nacional, mas internacional, completando-as e reajustando-as

em um todo, tornará possível a formação dos Estados Socialistas Latino-Americanos, que deve ser nossa máxima aspiração continental. O sonho de Bolívar foi um sonho da classe latifundiária e burguesa americana, que não podia se realizar porque se baseava na rivalidade e na concorrência que separa os países em dominadores e dominados, em exploradores e explorados. Por isso, unicamente o socialismo, que é a supressão da exploração de certos homens pelos outros e de certas nações pelas outras, tornará possível a unidade latino-americana, baseada na verdadeira equidade e justiça.

Eis o grande dever das classes proletárias e camponesas latino-americanas; eis o grande dever e responsabilidade das juventudes de esquerda, realmente revolucionárias da América, sobretudo as juventudes universitárias, que devem ser as mais conscientes de sua missão histórica; eis o grande dever de todos os homens que aspiramos à verdadeira paz e à justiça; grande dever que devemos assumir neste 1º de maio de 1952.

*Guatemala: a autocrítica dos comunistas**

A derrubada do regime progressista de Jacobo Arbenz (1951-1954) na Guatemala, depois da invasão de “voluntários”, diretamente organizada pelos Estados Unidos, é um dos episódios cruciais da Guerra Fria no continente. Neste documento, publicado um ano depois dos acontecimentos, o Partido Guatemalteco do Trabalho (comunista) – que desempenhara um papel importante no governo de Arbenz – efetua uma análise autocrítica de sua orientação durante este período; reconhece ter cometido certos erros, particularmente em suas relações com a burguesia nacional, cuja influência no partido foi tão profunda que conseguiu frear muitas das suas atividades.

Isto demonstra que a Guerra Fria não mudou a orientação estratégica fundamental do movimento comunista na América Latina: a aliança com a burguesia democrática para realizar a primeira etapa histórica da revolução.

No dia 27 de junho de 1954 foi derrubado o governo democrático da Guatemala que, desde 15 de março de 1951, por livre escolha popular, era presidido pelo coronel Jacobo Arbenz. Desde aquela data, o povo guatemalteco preocupou-se em estabelecer quais os fatores que levaram à derrota temporária do movimento revolucionário na Guatemala. Por sua vez, os povos do mundo também se perguntaram por que não houve na Guatemala uma maior e mais prolongada resistência à agressão americana. Foram dadas diversas versões dos acontecimentos, até especulou-se com muito pouca seriedade sobre eles, porém faltou uma análise séria e profunda da causa fundamental da derrota que extraísse os principais ensinamentos derivados daqueles acontecimentos para o povo e, assim, iluminasse com a luz da experiência o caminho que as massas populares seguem em sua luta para fazer de nossa pátria uma Guatemala democrática, próspera e independente.

A Comissão Política do Comitê Central do Partido Guatemalteco do Trabalho, com a ajuda da comprovada doutrina científica da classe operária, o marxismo-leninismo, realizou um sério esforço para fazer um exame correto daquela experiência que, por motivos muito compreensíveis, só pôde se tornar público agora, e sem dúvida será muito útil para a elaboração da linha política do partido, ao mesmo tempo que ajudará a classe operária e as massas populares guatemaltecas a se orientarem melhor em sua luta contra a falsificação dos fatos e para acabar com o jugo da tirania e da dominação imperialista norte-americana.

* *La intervención norteamericana en Guatemala y el derrocamiento del régimen democrático*, Comisión Política del PGT, 1955, p. 3-4, 30-36.

De onde proveio a agressão

O governo dos Estados Unidos tentou disfarçar em vão os fatos e ocultar suas responsabilidades de organizador da intervenção, atribuindo ao povo guatemalteco a derrubada do regime democrático eleito por esse mesmo povo, sob o qual desfrutou das mais amplas liberdades de toda a sua história. A verdade que o nosso povo conhece, e cada dia fica mais evidente, é que o golpe contra o legítimo governo de Arbenz, a extinção de todas as liberdades e a destruição de todas as conquistas revolucionárias e democráticas alcançadas, é obra dos monopólios ianques, particularmente dos que possuem investimentos na Guatemala, ou que cobiçam as riquezas naturais de nosso país, como a United Fruit Company e outros; assim, é obra do governo dos Estados Unidos, que há tempo está sob o controle dos grandes monopólios americanos, em cujo nome pratica uma política agressiva e de submissão colonial dos nossos países; também é obra da quadrilha latifundiária e burguesa reacionária, na qual se apoia e sempre se apoiou o imperialismo americano para oprimir nosso povo e para saquear desenfreadamente o país.

Dos invasores que, no dia 17 de junho, procedendo de Honduras, violaram em dois pontos a fronteira de nossa pátria e penetraram em nosso território, semeando à sua passagem a desolação, o terror e a morte, apenas uma ínfima parte era composta por guatemaltecos, pois a maioria esmagadora era composta por mercenários nicaraguenses, hondurenhos, salvadorenhos, dominicanos e cubanos, uma verdadeira gama de aventureiros fracassados, de gângsteres e criminosos profissionais, recrutados e pagos pela United Fruit Company e treinados durante vários meses nos territórios de Honduras e Nicarágua por oficiais do Exército dos Estados Unidos. Estes bandos de delinquentes foram armados até os dentes pelas empresas ianques, especialmente pela United Fruit Company, e o governo dos Estados Unidos forneceu as armas, escondendo-se atrás dos governos títeres de Honduras e da Nicarágua.

O fato de aparecer um grupo de guatemaltecos traidores à frente da invasão, liderados pelo mais traidor de todos, Carlos Castillo Armas, não reduz de forma alguma o caráter estrangeiro da agressão. Todo o mundo sabe que Castillo Armas e sua minúscula quadrilha de aventureiros não dispunham de um tostão para financiar a invasão, e também se sabe que as contribuições dos latifundiários, dos grandes comerciantes e dos patrões reacionários mal eram suficientes para saciar a voracidade desse grupos de aproveitadores. Todo o mundo sabe que os domínios da United Fruit Company em Honduras, que chegam até a fronteira da Guatemala, transformaram-se nos últimos anos no principal centro de conspiração contra o regime democrático da Guatemala; lá eram elaborados os planos que depois seriam aprovados por Washington e Boston; lá eram recrutados os sabotadores e terroristas que depois eram enviados para o interior da

Guatemala; lá era elaborada a propaganda suja, repleta de mentiras e calúnias contra as forças democráticas e o movimento revolucionário guatemalteco; lá eram planejados e ordenados os chamados “desfiles cívicos anticomunistas”; lá eram combinadas as numerosas viagens dos conspiradores para coordenar a ação com Somoza, Pérez Jiménez, Trujillo e Batista, que tinham recebido ordens do Departamento de Estado para “cooperar” na realização dos planos para esmagar a democracia na Guatemala; lá, enfim, recrutava-se e pagava-se aos mercenários que deviam integrar o chamado “exército de libertação”.

O governo dos Estados Unidos forneceu os aviões que, durante dez dias consecutivos, sobrevoaram as cidades e aldeias da Guatemala, bombardeando não só objetivos militares, mas também casas humildes, igrejas e escolas, e incendiando-as. Aqueles aviões que metralharam a pacífica população das cidades de Guatemala, Chiquimula, Zacapa e outros lugares, a fim de causar terror e desespero, eram pilotados por aviadores americanos que depois se gabaram cinicamente de sua “façanha”.

O golpe de Estado dos chefes militares traidores, que derrubou o governo do presidente Arbenz no momento em que existiam todas as condições para derrotar a agressão estrangeira, foi planejado, financiado e dirigido pela embaixada dos Estados Unidos na Guatemala. O embaixador americano, John Peurifoy, um gângster e provocador de triste memória na Grécia, para onde foi enviado para organizar a matança de patriotas gregos, foi o homem escolhido pelo governo dos Estados Unidos para executar as ordens dos monopólios americanos, de afogar em sangue o regime democrático da Guatemala.

Para compreender melhor por que os imperialistas ianques organizaram a intervenção e agrediram nosso país para esmagar o movimento revolucionário e derrubar o governo de Arbenz, é conveniente recordar algumas das principais características da vida e da luta de nosso povo [...].

As experiências do partido

O desenvolvimento do partido dos comunistas guatemaltecos

Fundado em 28 de setembro de 1949, o Partido Guatemalteco do Trabalho acumulou rica experiência em curto período. Nosso partido teve de enfrentar situações e problemas muito complexos e tarefas algumas vezes superiores às suas próprias forças, à sua experiência e ao seu nível teórico. Muitas vezes saiu vitorioso destas situações, em outras sua inexperiência e fraqueza teórica foram um obstáculo para triunfar, ou ele não teve a força necessária para obter êxito.

Nosso partido teve de desenvolver seu trabalho em um ambiente muito atrasado, no qual os inimigos do povo e da classe operária realizaram uma

venenosa propaganda anticomunista durante dezenas de anos, muito antes do nascimento de nosso partido e do surgimento de uma organização que desse resposta adequada às sujas calúnias da propaganda anticomunista; em um meio em que o clericalismo e o alcoolismo foram as principais armas das classes reacionárias dominantes, destinadas a minar a vontade e o espírito combativo e rebelde da classe operária e de todas as massas trabalhadoras oprimidas.

Nosso partido, graças ao trabalho abnegado de seus escassos quadros e militantes, em sua maioria ganhos recentemente para a causa do socialismo, conseguiu romper o bloqueio político que, desde seu nascimento, foi imposto pelas forças reacionárias, conquistou o apoio e a simpatia de um grande setor da classe operária, de importantes massas camponesas e dos intelectuais e profissionais progressistas. Nosso partido foi o motor principal, o organizador e dirigente da luta pela unidade da classe operária, o defensor mais consequente da unidade quando esta se cristalizou em sua forma orgânica com a constituição da CGTG, o organizador e dirigente das principais batalhas dos trabalhadores por suas reivindicações, o guia da classe operária em defesa das reivindicações dos camponeses, e, em primeiro lugar, pela realização da reforma agrária, o impulsionador da luta pela entrega rápida de terra aos camponeses.

Nosso partido foi o que mais se preocupou com a defesa dos direitos e reivindicações da juventude e das mulheres. Nosso partido foi o que mais batalhou pela unidade das forças democráticas e anti-imperialistas, o que com mais firmeza e patriotismo apoiou e defendeu o regime democrático do coronel Arbenz, que optou por uma política de conteúdo antifeudal e anti-imperialista.

A consequência da luta do partido em defesa dos interesses das massas trabalhadoras, da democracia e da independência nacional fez com que ele ganhasse o ódio mortal das classes reacionárias, ódio amplamente compensado pelo crescente carinho, pelo respeito e pela simpatia da classe operária, das massas camponesas e dos elementos honestos da intelectualidade democrática.

Como nosso partido conquistou o carinho e o respeito do povo trabalhador graças à consequência e à abnegação de sua luta, nenhuma lei fascista, nenhuma campanha caluniadora, nenhum tipo de terror, por mais brutal que seja, pode impedir que o povo confie cada dia mais em nosso partido; nenhuma medida pode acabar com o partido dos comunistas guatemaltecos, porque nosso partido não surgiu de maneira incidental, mas do processo de luta da classe operária pela libertação nacional e contra a exploração classista, e tem unido seu destino, sua vida e sua sina ao desenvolvimento histórico da sociedade, que deve ser inevitavelmente liderada pela classe operária.

O desenvolvimento do Partido Guatemalteco do Trabalho está indissoluvelmente ligado à sua luta em defesa dos interesses do povo e da pátria, e esta continuará sendo a fonte de sua força e crescimento.

Junto com os êxitos destacados da atividade de nosso partido, foram cometidos erros graves que devemos apontar com franqueza para extrair as experiências derivadas dos mesmos, a fim de evitar que, no futuro, possam prejudicar de novo a luta vitoriosa do partido.

A Comissão Política do Comitê Central do partido considera que, no fundamental, seus erros e suas fraquezas derivam de sua própria linha política. Em geral a linha política do partido era correta, porém em alguns aspectos era insuficiente e incompleta ao traçar uma perspectiva concreta para enfrentar determinados problemas que mais tarde a direção do partido teve de encarar. Esta insuficiência de nossa linha sem dúvida foi resultante do baixo nível teórico do partido, e do fato de que nosso Congresso (o II Congresso do Partido, em dezembro de 1952) não aprofundou suficientemente a discussão dos problemas de maior importância para o desenvolvimento da revolução.

Mas, sobretudo, a origem dos erros do partido encontra-se na assimilação deficiente da linha política e em sua má aplicação, pois mesmo questões destacadas pelo Congresso, como o caráter da revolução democrático-burguesa em um país semicolonial como o nosso, e o papel do proletariado como força dirigente dessa revolução, não foram levadas em consideração mais tarde, foram subestimadas em muitos casos e não se desenvolveram de forma consequente no transcorrer da luta revolucionária.

Vamos examinar os principais erros do partido.

A aliança com a burguesia nacional

O Partido Guatemalteco do Trabalho não seguiu uma linha suficientemente independente com relação à burguesia nacional democrática. Obteve grandes sucessos na aliança com a burguesia democrática, porém, por sua vez, a burguesia exerceu certa influência em nosso partido, o que na prática constituiu um freio para muitas de suas atividades.

O PGT não estimou corretamente a pouca capacidade de resistência da burguesia e nem sempre levou em conta seu caráter conciliador perante o imperialismo e as classes reacionárias; por isso, ele se iludiu com relação ao patriotismo, à lealdade e à firmeza da burguesia nacional em face das investidas do imperialismo norte-americano.

Embora sustentasse teoricamente o critério leninista de que a burguesia nacional já não é, na época do imperialismo, uma classe consequentemente revolucionária, e, sendo assim, é a classe operária que deve liderar e exercer a hegemonia na revolução democrático-burguesa, na prática o PGT limitou-se a repetir algumas vezes esta concepção leninista, sem compreendê-la em toda a sua amplitude; não lutou com a devida tenacidade para a classe operária

conquistar a direção do movimento revolucionário, não foram propostas nem resolvidas as tarefas concretas que era preciso realizar para garantir a hegemonia da classe operária no movimento revolucionário.

Nosso partido percebia que muitos líderes dos partidos burgueses e elementos importantes do governo, cujas vacilações já eram conhecidas, capitulavam ante o imperialismo; dava-se conta de que as vacilações do movimento revolucionário obedeciam particularmente ao fato de que a burguesia era a classe que ainda desempenhava o papel dirigente da maior parte do movimento revolucionário, e que a este faltava que a classe operária passasse a ser a força hegemônica do conjunto das forças democráticas. No fundo, nosso partido abrigava a falsa concepção de que a classe operária guatemalteca ainda não podia assumir a direção do movimento revolucionário porque numericamente era muito fraca e politicamente estava muito atrasada. No entanto, esta maneira de analisar as coisas levava a um beco sem saída, ou pior, fazia – como de fato fez – com que a direção do movimento revolucionário ficasse nas mãos da burguesia democrática até que a classe operária crescesse e se desenvolvesse politicamente.

É claro que nosso partido caía, sem pretender, nas posições oportunistas demolidas há mais de 50 anos pelo grande Lenin. A propósito desta questão, podemos ler o seguinte nas Teses do Instituto Marx-Engels-Lenin-Stalin, “O quinquagésimo aniversário da primeira revolução russa”:

O desenrolar da revolução confirmou a precisão e a vitalidade da estratégia e da tática dos bolcheviques. Confirmou-se plenamente a tese leninista de que o proletariado pode e deve desempenhar o papel dirigente do movimento revolucionário [...].

Em um país camponês atrasado como a Rússia, a classe operária demonstrou que a verdadeira força e o papel do proletariado não dependem do fato de este constituir ou não a maioria da população, mas de sua energia revolucionária, de sua consciência política, de sua capacidade para dirigir a luta revolucionária do povo, de sua aptidão para atrair à revolução, na qualidade de aliado, as massas camponesas.

Se nosso partido tivesse examinado a questão com maior detalhe, à luz do marxismo-leninismo, teria compreendido que a pequenez numérica da classe operária guatemalteca não era um obstáculo insuperável para que ela assumisse a direção do movimento revolucionário; no tocante ao atraso político da classe operária, a questão dependia totalmente do próprio partido, do que este fizesse para equipar-se a si mesmo e à classe operária com a teoria marxista-leninista, da vontade, da energia e da audácia de nosso partido na tarefa de elevar o nível

político da classe operária e, em particular, sua consciência do papel dirigente que lhe corresponde na revolução antifeudal e anti-imperialista.

Há outras manifestações importantes das concessões que o partido fez na prática à burguesia democrática.

Por exemplo, o PGT cometeu o grave erro de não denunciar e combater publicamente aquela parte da alta oficialidade do Exército que se sabia que era, por razões de classe e de ideologia, inimiga do movimento revolucionário e das transformações fundamentais que estavam sucedendo na Guatemala. O partido não confiava nos traidores como Monzón, Sánchez, Aldana Sandoval, Parinello e outros, mas por uma falsa maneira de enfrentar o problema, aceitando de certo modo a falsa concepção burguesa do caráter “apolítico” do Exército – cortina de fumaça atrás da qual os chefes sempre realizaram uma política reacionária –, e, temendo que o partido pudesse ser acusado de atos de provocação, não os desmascarou publicamente, limitando-se a expor seus pontos de vista em limitados círculos do campo democrático e ao presidente Arbenz. O PGT contribuiu para alimentar ilusões no Exército por não ter desmascarado a verdadeira posição e a atividade contrarrevolucionária dos chefes do Exército, ao publicar em seu órgão central, sem a devida crítica, os discursos de Arbenz que mencionavam a “lealdade” dos chefes militares, e as declarações hipócritas destes, apesar de que não era de se esperar que os chefes militares enfrentassem o imperialismo ianque, mesmo no caso de este agredir nossa pátria.

Nosso partido não assumiu uma atitude crítica consequente ante a burguesia democrática, às vezes foi complacente com ela, esquecendo-se de que a aliança com a burguesia não deve atar as mãos do partido para criticá-la e para censurar seus diversos vícios e seus atos inconsequentes para com o povo e o movimento revolucionário.

Ao examinar nosso trabalho de frente única, voltaremos a esta questão.

O trabalho do partido na classe operária

O Partido Guatemalteco do Trabalho realizou um enorme e frutífero trabalho no seio da classe operária, efetuou uma política correta de frente única no movimento sindical, combateu o sectarismo e o espírito de grupo dentro e fora do partido, liderou grandes lutas vitoriosas dos trabalhadores em defesa de seu salário e de suas principais reivindicações. Mas ele limitou-se a um trabalho de tipo econômico com a classe operária, não soube ligar a luta pelas reivindicações econômicas e o trabalho no campo sindical ao trabalho político cotidiano que o partido revolucionário da classe operária deve realizar, não soube fazer agitação e propaganda políticas entre a classe operária, para que esta compreendesse corretamente os fenômenos sociais e políticos que ocorriam, a

posição dos diversos partidos e das diferentes classes diante de tais fenômenos, a posição e a linha política de nosso partido.

Ao partido faltou tenacidade e intransigência no trabalho organizativo entre a classe operária, o que nos impediu aproveitar ao máximo a grande influência e a autoridade do partido, em geral, e de alguns camaradas em particular, no movimento operário.

Mesmo antes da agressão americana e do golpe de Estado dos militares traidores, o PGT era partidário decidido de armar operários e camponeses, considerando esta etapa crucial para o triunfo das forças democráticas diante de uma iminente intervenção estrangeira. No entanto, o partido não apresentou esta tarefa diante da classe operária com toda a energia e audácia necessárias e, mais tarde, perante a iminente invasão estrangeira, apresentou-a com atraso e com muita fraqueza às massas trabalhadoras.

A principal providência do partido neste sentido foi feita por cima, com alguns aliados. O partido receava um golpe do Exército, ou pelo menos uma imposição política dele, se apresentasse abertamente a questão das armas para a classe operária e os camponeses, e não soube encontrar a forma e a oportunidade de expor a questão no momento adequado. Mesmo no início da agressão americana o problema não foi bem apresentado pelo partido, pois ele deixou que as organizações populares tomassem a iniciativa de exigir primeiro instrução militar, pedindo depois para lutar ao lado do Exército em defesa da pátria.

Esta maneira de examinar as coisas alimentava ilusões nas massas sobre o papel que o Exército desempenharia, pois fazia supor que todo o Exército era leal, que combateria dignamente contra o invasor e que manteria honrosamente seu juramento de defender a inviolabilidade do território nacional, a soberania nacional, as instituições democráticas e o governo legítimo eleito pelo povo.

É verdade que o partido organizou numerosas brigadas de operários, camponeses e jovens para lutar contra a intervenção, é verdade que estas brigadas, armadas apenas com facões e porretes, enfrentaram os grupos reacionários em diversos lugares do país, mas em geral esperou-se que o Exército desse as armas, cumprindo uma ordem do presidente Arbenz. O Exército, por sua parte, que só recebeu a ordem um dia antes do golpe, rejeitou todos os pedidos dos sindicatos, das uniões camponesas e das organizações populares de receber treinamento militar e armas.

Nosso partido não combateu com as massas a recusa do Exército de armar operários e camponeses, não desmascarou publicamente o fundo de classe desta negativa, encoberta hipocritamente com declarações de fingido patriotismo e de autossuficiência para rejeitar o invasor. Nosso partido não realizou uma atividade enérgica para que o lema do armamento do povo fosse compreendido e sentido pelo operário e pelo camponês, pelo lutador anti-imperialista, para

que se desenvolvesse em cada um a iniciativa de se armar a todo custo. Como não se fez este trabalho, os camponeses procederam ingenuamente ao entregar às autoridades militares e civis as armas que os aviões invasores jogavam de paraquedas em diversos lugares do país. O partido cometeu um grave erro ao elogiar este ato ingênuo dos camponeses e ao dar instruções para se proceder da mesma maneira em alguns lugares, temendo um confronto “prematureo” com o Exército e com a esperança de que a decisão de armar o povo viesse de cima. É verdade que as armas jogadas de pára-quedas pelos invasores não foram muitas e que boa parte delas estava quebrada ou era velha, mas esta circunstância não atenua de forma alguma o erro do partido.

Finalmente, o partido cometeu o erro de não se preocupar em organizar o trabalho revolucionário no seio do Exército. Não se aproveitaram excelentes oportunidades oferecidas pela reforma agrária para se aproximar dos soldados, para ligar estes soldados, em sua grande maioria de origem camponesa, à classe operária, para fazer um sério trabalho de agitação e propaganda pelos objetivos do movimento revolucionário, contra a venenosa pregação anticomunista e contrarrevolucionária dos chefes e oficiais reacionários.

A frente única das forças democráticas

O partido realizou uma correta política de alianças de todas as forças democráticas e anti-imperialistas contra os latifundiários feudais, a burguesia reacionária e o imperialismo ianque. Entretanto, na aplicação da justa linha de frente única, o partido concedeu mais importância à aliança com os partidos democrático-burgueses que a uma firme aliança entre a classe operária e os camponeses. O partido não levou suficientemente em conta que o núcleo fundamental da frente única de todas as forças democráticas devia ser a aliança dos operários e dos camponeses, que os camponeses são o aliado natural e mais próximo da classe operária e que esta aliança é indispensável para que a classe operária possa exercer a hegemonia do movimento revolucionário e garantir seu desenvolvimento consequente.

O partido criou as condições para uma estreita aliança entre operários e camponeses ao conduzir a luta da classe operária pela realização da reforma agrária, fazendo com que a classe operária adotasse este lema, lutando de forma consequente pela satisfação das exigências dos camponeses e exigindo a entrega imediata da terra aos camponeses, sem distinção de opinião política nem religiosa, nem do fato de eles serem ou não membros de alguma organização de massas. No entanto, não se soube aproveitar ao máximo estas condições favoráveis, nem se soube encontrar as múltiplas formas concretas de utilizá-las para fortalecer a aliança operário-camponesa.

Quanto à política do partido com os partidos da burguesia democrática, é preciso indicar que esta foi o resultado de uma tática justa, que correspondia aos interesses do povo e aos objetivos do movimento revolucionário e democrático. O partido foi perseverante em seus esforços para mantê-la e aperfeiçoá-la, e é justo reconhecer que nos partidos democrático-burgueses, com os elementos capituladores e reacionários, havia forças e elementos que respondiam à linha de unidade das forças democráticas, graças à qual obtiveram-se importantes conquistas econômicas, sociais e políticas.

As falhas do partido derivaram de quatro questões fundamentais:

Em primeiro lugar, a direção do partido realizava um trabalho sério na cúpula, com os dirigentes dos partidos que integravam a Frente Democrática Nacional em processo de desenvolvimento, mas o conjunto das organizações do partido não realizava o mesmo esforço com os membros e as organizações locais dos partidos burgueses democráticos, sem levar em conta as reiteradas indicações do Comitê Central do partido, de efetuar o trabalho de frente única pela base. Isto permitia que os líderes dos partidos burgueses não cumprissem os acordos e dificultava o desenvolvimento da Frente Democrática, na qual aqueles líderes viam apenas um instrumento eleitoral, quando não participavam das reuniões apenas para “agradar o senhor presidente”, cuja posição unitária era conhecida.

Em segundo lugar, o partido, temendo assumir posições sectárias, ou ser chamado de “provocador”, muitas vezes limitou a propaganda de seu próprio programa e de sua linha marxista-leninista, desempenhando suas atividades no ritmo lento e tortuoso da Frente Democrática. Devido a este critério errôneo, o partido concordou com suspender a manifestação popular do dia 18 de junho de 1954, levando em conta as informações do governo de que nessa tarde os aviões invasores iriam bombardear a cidade, como realmente aconteceu, mas ao mesmo tempo o partido não propôs nenhuma data ou hora diferente para realizar essa manifestação, nem lutou para convencer os aliados da necessidade de colocar as massas nas ruas para evidenciar o respaldo popular do governo naqueles momentos em que isto era tão necessário. Isto expressava uma falsa concepção do trabalho de frente única, colocando o partido a reboque de seus próprios aliados.

Em terceiro lugar, pelas mesmas falsas concepções, o partido não realizou a devida crítica ao governo do coronel Arbenz, no qual, como sabe-se muito bem, nem todos os membros eram sinceramente democratas e anti-imperialistas; ao contrário, ao lado dos elementos que tinham uma posição democrática, havia elementos reacionários e pró-imperialistas, que roubavam o dinheiro público, os traidores como Elfego H. Monzón, ministro sem pasta, Luis Ángel Sánchez, ministro da Defesa e tantos outros que tinham a mesma ou parecida atitude, de forma aberta ou dissimulada. Alguns dos males do governo Arbenz eram vistos com indiferença pelo partido, que os considerava simples “males próprios de

um regime burguês”, em vez de, justamente por sermos comunistas, fazer uma crítica justa dos mesmos, conseguindo assim, entre outras coisas, educar as massas trabalhadoras e, em primeiro lugar, à classe operária.

Em quarto lugar, como já dissemos, o partido permitiu que a burguesia exercesse certa influência nociva sobre ele, que pela fraqueza teórica e política do partido era ainda mais prejudicial, e que não se manifestou apenas na base mas também em determinadas opiniões políticas de alguns dos principais dirigentes do partido. Essa influência agiu como um freio da atividade do partido, e nem sempre a direção conseguiu descobri-la e combatê-la a tempo.

Sabendo que a posição democrática e anti-imperialista do presidente Arbenz não era compartilhada por um importante setor de seu governo, o partido adotou a política de reforçar o respaldo das massas a Arbenz como uma maneira de afirmar sua posição no seio de seu governo e perante o Exército, mas cometeu o erro de não apresentar às massas o Comitê Central e os principais dirigentes do partido; assim se manteve nas massas a concepção de Arbenz como chefe da revolução, deixando-se de lado o fato de que Arbenz era, apesar de seu respeito pelas promessas que fizera ao povo, de sua coerência e de suas convicções democráticas profundas, um exponente e um líder da burguesia nacional que não podia decidir sozinho sobre sua própria classe.

O partido subestimou a necessidade de elaborar e praticar uma política de frente única com os católicos, não deu atenção suficiente à réplica à caluniosa campanha reacionária que apresentou os comunistas como inimigos da liberdade de consciência e dos cultos religiosos, campanha efetuada abertamente pelos dirigentes de ideologia fascista da Igreja Católica, cujas vinculações com os monopólios estrangeiros, com a burguesia reacionária e com os latifundiários feudais não foram desmascaradas oportunamente pelo nosso partido. Por isso, o clero reacionário pôde mobilizar com relativa facilidade alguns setores católicos em prol da intervenção estrangeira.

*Guatemala: a posição dos trotskistas**

Pouco antes do golpe das forças pró-norte-americanas na Guatemala (junho de 1954), o trotskista latino-americano Ismael Frías publicava na revista *Cuarto Internacional* uma análise da situação e propostas concretas para o movimento operário: constituição de comitês de soldados para depurar o Exército, organização de milícias sob a direção de sindicatos etc. O artigo também contém uma interpretação da natureza contraditória e instável do regime de Arbenz e das razões pelas quais não gozava do apoio da burguesia.

Defender a Guatemala contra o imperialismo é uma tarefa para os marxistas revolucionários e para as organizações de trabalhadores do mundo inteiro, sobretudo da América Latina. A forma mais efetiva desta defesa é a luta revolucionária anticapitalista em nosso próprio país; mas também temos de mobilizar os trabalhadores para ações específicas de solidariedade com o povo guatemalteco: manifestações de protesto, greves, boicotes e, no caso de intervenção militar imperialista, organização de brigadas internacionais. Além disso, o caráter mundial da luta de classes e as tradições do internacionalismo proletário nos impõem outro dever: estudar as experiências da revolução guatemalteca, ajudar a construir a vanguarda do proletariado da Guatemala e cooperar na elaboração de seu programa, sua estratégia e suas táticas. [...]

A mobilização revolucionária das massas

A Guatemala é um pouco mais que uma semicolônia norte-americana: é uma semicolônia norte-americana que começou sua revolução anti-imperialista.

A greve vitoriosa, a insurreição popular de 20 de outubro de 1944 e o triunfo eleitoral de Juan José Arévalo, menos de seis meses depois, foram manifestações da ascensão revolucionária que ocorreu em toda a América Latina. Nessa mesma época, movimentos de massas similares levaram ao poder Villaroel na Bolívia, Betancourt na Venezuela, Bustamante no Peru, Perón na Argentina etc. Por que, nos anos seguintes, o governo imposto pelas massas da Guatemala não foi derrubado como foram quase todos os outros? Isto se deveu ao extraordinário dinamismo dos operários e camponeses guatemaltecos, que rejeitaram, uma após a outra, 29 insurreições reacionárias. Em *A New Day in Guatemala*, Samuel Guy Inman escreve com razão: “O primeiro movimento

* Ismael Frías, “La Révolution guatemalteque”, em *Quatrième Internationale*, v. 2, n. 3-5, março-maio de 1954.

operário organizado foi o que permitiu que o presidente Arévalo terminasse seu mandato de seis anos”. Durante a mais grave insurreição reacionária, que ocorreu após o assassinato do coronel Federico Arana, 3 mil soldados armados com fuzis obrigaram os rebeldes a se render depois de vários dias de combate, conta Inman na obra citada.

Robert M. Hallet, no *Christian Science Monitor*, de 8 de janeiro de 1953, descreve claramente a situação sob o governo de Jacobo Arbenz:

Os partidos que apoiam o governo de Jacobo Arbenz têm uma base muito pouco sólida, sua lealdade é incerta e estão divididos por intensas rivalidades. Não oferecem uma base política firme. As únicas forças coerentes são as do movimento operário e as do Partido Comunista, que atualmente se confundem. Assim, em termos mais simples, o governo não pode se manter sem o apoio da classe operária unida sob a bandeira da Confederação Geral dos Trabalhadores da Guatemala.

A mobilização revolucionária dos camponeses arrancou do governo a lei da reforma agrária. O atual processo de nova distribuição da terra é, portanto, uma transformação revolucionária ainda inacabada das relações de propriedade agrária, iniciada e continuada pelos próprios camponeses, ao lado do proletariado urbano. Voltaremos mais tarde a esta questão.

A unificação da classe operária guatemalteca na Confederação Geral dos Trabalhadores da Guatemala (CGTG) e as grandes greves destes últimos anos, como a dos ferroviários (1951), dos trabalhadores de Tiquisate, dos estivadores do porto de Puerto Barrios, dos trabalhadores da Pan American Airways, das plantações de bananas do norte etc. completam o quadro da progressão revolucionária das massas na Guatemala.

A reforma agrária

Vejamos rapidamente qual era a situação agrária na Guatemala antes da reforma.

Até 17 de junho de 1952, data da promulgação do decreto 900, 2,2% dos proprietários de terras possuíam mais de 76% delas, enquanto 75% possuíam menos de 10%; 22 grandes proprietários possuíam 528 mil hectares, enquanto 259 mil indivíduos dispunham apenas de 327 mil hectares. Os camponeses pobres eram vítimas da mais descarada usura; uma pesquisa realizada por Joaquín Noval revelou que a taxa legal dos juros em certas regiões chegava a 35% por mês e, em casos excepcionais, a até 175% mensais. Estas cifras podem nos dar uma ideia do inferno que era a vida rural na Guatemala.

A transformação revolucionária do campo está apenas começando: um ano depois da reforma agrária, tinham sido redistribuídos 296 mil hectares de propriedade nacional (antiga propriedade alemã nacionalizada durante a Segunda Guerra Mundial) e 151 mil hectares de propriedade privada (mediante indenização paga em Bônus da Reforma Agrária), o que beneficiou mais de 110 mil camponeses. Dos 119.680 hectares, 19 ares e 39 centiares, propriedade de United Fruit Co., foram desapropriados 83.929 hectares, 24 ares e 74 centiares não cultivados, em troca de indenização em bônus, naturalmente.

O artigo primeiro da lei declara que a reforma agrária “tem o objetivo de acabar com a propriedade feudal no campo e com as relações de produção dela derivadas, e suprimir a forma de exploração e os métodos capitalistas de produção na agricultura, assim como preparar o caminho para a industrialização da Guatemala”. Uma utopia dentro do sistema capitalista na época do imperialismo! Mas a lei é inconsequente até mesmo na busca de sua utopia: o artigo 10 exclui da desapropriação os “imóveis rurais de até 90 hectares, 25 ares e 13 centiares, quer estejam ou não cultivados” e os “imóveis rurais de mais de 90 hectares, 25 ares e 13 centiares e de menos de 200 hectares, 75 ares e 40 centiares, cujas duas terças partes estiverem cultivadas”; além das terras da United Fruit Co., em virtude do parágrafo “d” do mesmo artigo, não serão desapropriadas “as terras em toda propriedade ou arrendadas, nas quais estiverem estabelecidas empresas agrícolas para culturas técnicas ou econômicas, como o café [...], bananas [...] ou outros artigos cuja produção estiver destinada a satisfazer as necessidades do mercado interno ou externo”.

Como dissemos acima, os camponeses começaram a reforma agrária e tendem a realizá-la até o final por seus próprios meios. Isto é o que demonstra a seguinte notícia, publicada no *Christian Science Monitor*, de 23 de janeiro de 1953: “Volle, Guatemala. A polícia diz que camponeses armados com facões, no sudeste da Guatemala, aplicam por conta própria a lei da reforma agrária, apossando-se de propriedades cultivadas. Informa-se que cerca de 400 trabalhadores agrícolas, armados de facões, apropriaram-se da terra na zona de Asunción Mita, perto da fronteira com El Salvador”. Dezenas de casos como este têm ocorrido desde então.

A burguesia e o governo

O governo Arbenz é um governo burguês. Não deve haver confusão a respeito disso se quisermos compreender o que está acontecendo na Guatemala. O próprio José Manuel Fortuny, secretário-geral do Partido Comunista (agora chamado Partido Guatemalteco do Trabalho), reconhece em seu relatório sobre a atividade do Comitê Central no Segundo Congresso do Partido, em 11 de dezembro de 1952, que “o governo Arbenz [...] é um governo da burguesia nacional

e da pequena-burguesia, que serve aos interesses nacionalistas da burguesia e dirige sua ação revolucionária contra o feudalismo”. O que Fortuny não disse, e que como stalinista só podia calar, é que a burguesia guatemalteca está longe de apoiar totalmente seu próprio governo, particularmente no que se refere às medidas revolucionárias que teve de tomar sob a pressão das massas e, sobretudo, aos seus ousados esforços por se apoiar nessas massas para resistir ao imperialismo. O governo Arbenz é um governo burguês bonapartista que, embora defenda os interesses gerais da burguesia, mantém um equilíbrio entre ela e as massas, e entre estas últimas e o imperialismo, obtendo assim uma independência relativa. Em seu artigo “A administração dos trabalhadores na indústria nacionalizada”, Leon Trotski, estudando o governo de Cárdenas, escrevia:

O governo oscila entre o capital estrangeiro e o capital nacional, entre a fraca burguesia nacional e o proletariado relativamente potente. Isto confere a este governo um caráter bonapartista *sui generis*, um caráter distintivo. Eleva-se, por assim dizer, acima das classes. Na verdade, pode governar [...] manobrando com o proletariado até fazer-lhe concessões, obtendo assim a possibilidade de certa independência para com os capitalistas estrangeiros.

O governo Arbenz pertence a esta categoria.

A diferença entre o atual governo e o de Arévalo consiste em que o governo Arbenz está submetido a uma pressão popular muito mais forte, que o obriga a fazer maiores concessões aos trabalhadores. No relatório acima mencionado, Fortuny revela grande parte da verdade ao dizer: “A nova correlação de forças e a mudança de governo caracterizaram-se por uma organização e uma mobilização popular mais importantes [que] permitiram que o governo Arbenz se tornasse mais independente [...]”.

Não devemos nos iludir com relação à capacidade anti-imperialista da burguesia guatemalteca e, conseqüentemente, de seu governo. O próprio Fortuny afirma isso em seu *Informe*, várias vezes citado:

O fato de uma pequena parte da burguesia resistir ao imperialismo e se preocupar com a defesa da soberania nacional não impede que a burguesia da Guatemala em geral, fraca e nascente, não esteja disposta a defender os interesses nacionais, pois coloca suas relações com o imperialismo acima dos interesses da nação.

Um governo como o de Arbenz é eminentemente transitório, pois representa um fator de equilíbrio social instável. Ou é derrubado pelo imperialismo

e pelos burgueses feudais idigoristas, ou deixa seu lugar ao governo de operários e camponeses, isto é, a um governo formado pelo Partido Comunista, pela Confederação Geral dos Trabalhadores e pela Confederação Nacional Camponesa; este governo emanciparia realmente o país do imperialismo e completaria a reforma agrária. É óbvio que os marxistas revolucionários da Guatemala devem lutar incansavelmente por esta última solução.

Enquanto isso, nosso dever é defender o governo Arbenz de armas na mão, contra qualquer ataque da contrarrevolução pró-ianque. Isto não significa, naturalmente, que devemos conceder-lhe o menor apoio político, que devemos esconder seus limites e seu caráter efêmero, ou que nos iludamos sobre sua capacidade para dirigir a luta anti-imperialista. Neste ponto se diferenciam os marxistas revolucionários e os burocratas oportunistas como Fortuny: os primeiros dizem a verdade aos operários, preparam-nos para defender o governo contra a reação e a substituí-lo por seu próprio governo; os segundos enganam os trabalhadores e os desorientam, impedindo que eles se preparem para esta ou aquela tarefa.

O Partido Guatemalteco do Trabalho (ex-Partido Comunista)

O partido stalinista ocupa a vanguarda do proletariado guatemalteco. No *Informe* tantas vezes citado, Fortuny afirma:

No partido existem atualmente 60% de operários e demais trabalhadores, 13% de camponeses e 27% que provêm das classes médias da sociedade. Os operários e camponeses juntos formam 73%, o que significa que o partido fortaleceu enormemente sua composição proletária e de camponeses trabalhadores.

A grande afluência de operários explica-se pelo fato de que o partido se apresenta como o único revolucionário na Guatemala. Atualmente, seu jornal *Tribuna Popular* tem uma circulação de cerca de 10 mil exemplares. A penetração do partido nas massas é muito eficaz e realiza-se por meio da CGTG e da CNC, organizações nacionais do proletariado e do campesinato guatemaltecos.

A autocrítica de Fortuny no *Informe*, ao mesmo tempo em que nos permite conhecer a política oportunista do partido durante o governo de Arévalo, é um indício de uma ala esquerda oposta a esta política, única explicação de sua franqueza e de suas capacidades. Fortuny reconheceu três erros fundamentais: 1) “A partir de algumas de nossas formulações, seria possível concluir que nosso partido prega o desenvolvimento capitalista para a Guatemala [...] e que consideramos historicamente inevitável um longo período de desenvolvimento capitalista na Guatemala”; 2) “não ter frisado com bastante nitidez e firmeza

o papel dirigente do proletariado na presente etapa de luta pela extinção do feudalismo e pela independência nacional”; 3) “ter julgado superficialmente o processo democrático na Guatemala iniciado em 1944, tendo considerado e definido este movimento como se já fosse a revolução democrático-burguesa anti-imperialista na Guatemala”.

Naturalmente, sua “autocrítica” não impede que ele retorne aos mesmos caminhos, evitando as flagrantes contradições graças à imprecisão dos termos que utiliza. Por exemplo, cai nos mesmos erros quando diz que “nós, comunistas, reconhecemos que, devido às suas condições especiais, o desenvolvimento da Guatemala deverá se realizar durante um tempo pelo caminho do capitalismo”; por acaso um país atrasado pode se desenvolver, na época da decadência do imperialismo, nos moldes do capitalismo? Pouco depois nos diz que “o Partido Comunista da Guatemala [...] também apoia o governo democrático de Arbenz, mas não se integra a ele [...], não pertence ao governo”. Que acontece então com “o papel dirigente do proletariado”? Apoiar politicamente o governo não significa reconhecer sua direção? No tocante ao “erro” cometido com o governo de Arévalo, é exatamente o mesmo que agora comete com o governo de Arbenz.

Como em qualquer partido stalinista, não se reconhece mais a democracia interna de tipo leninista. O próprio Fortuny é obrigado a reconhecer isso quando admite que “a utilização reduzida da crítica e da autocrítica” deve-se “em parte ao temor de certos camaradas”, e quando insiste em que “os camaradas não devem em absoluto recear a crítica”.

As tarefas dos marxistas revolucionários na Guatemala

Os marxistas que entendem que a política oportunista dos dirigentes do Partido Guatemalteco do Trabalho não é apenas um fenômeno nacional, originando-se nos interesses e na política contrarrevolucionária da burocracia stalinista russa, os marxistas que aprenderam a distinguir entre o comunismo de Lenin e Trotski e o stalinismo têm o dever essencial de assentar as bases do programa revolucionário do proletariado guatemalteco mediante um estudo consciente das relações de classe na Guatemala. Naturalmente, só podemos esboçar aqui os elementos mais essenciais deste programa, e fazemos isso como colaboração a este trabalho indispensável.

Como vimos inicialmente, os salários dos trabalhadores guatemaltecos são os mais baixos de toda a América Latina. A primeira reivindicação dos proletários urbanos e rurais deve ser O SALÁRIO MÍNIMO VITAL ESTABELECIDO PELAS ORGANIZAÇÕES OPERÁRIAS E CAMPONESAS. Mas a constante alta do custo de vida, que acabaria rapidamente com os aumentos, impõe a instituição da ESCALAMÓVEL, isto é, o aumento automático dos salários em função do aumento dos preços. A

ameaça de uma crise do capitalismo norte-americano, que provocaria a crise da economia da Guatemala e o desemprego para dezenas de milhares de trabalhadores guatemaltecos, torna urgente a adoção de lemas contra o locaute: NÃO ACEITAR DEMISSÕES EM MASSA; estabelecer a ESCALA MÓVEL das horas de trabalho, isto é, a diminuição da jornada sem redução dos salários e a divisão do trabalho existente entre todos os trabalhadores, para evitar o desemprego. Se as empresas, nacionais ou imperialistas, se recusarem a aceitar estas reivindicações pretextando prejuízos, devem-se ABRIR OS LIVROS DE CONTABILIDADE PARA QUE OS SINDICATOS POSSAM EXAMINÁ-LOS; ORGANIZAR O CONTROLE OPERÁRIO DA PRODUÇÃO E NACIONALIZAR SEM INDENIZAÇÃO AS EMPRESAS QUE REALIZAM LOCAUTE. É óbvio que, para ter sucesso na luta, deve-se estabelecer a DEMOCRACIA SINDICAL E A INDEPENDÊNCIA DOS SINDICATOS COM RELAÇÃO AO GOVERNO.

A realização da reforma agrária deve ser feita pelos COMITÊS DEMOCRÁTICOS DE CAMPONESES POBRES, TRABALHADORES AGRÍCOLAS E LAVRADORES. Deve-se reunir um grande CONGRESSO NACIONAL DE CAMPONESES POBRES, TRABALHADORES AGRÍCOLAS E LAVRADORES, PARA REVER RADICALMENTE A LEI DA REFORMA AGRÁRIA, ANULAR O PAGAMENTO DE INDENIZAÇÕES AOS GRANDES LATIFUNDIÁRIOS E ASSUMIR O CONTROLE DO BANCO NACIONAL DE CRÉDITO AGRÍCOLA.

A Guatemala não será independente enquanto não proceder à NACIONALIZAÇÃO SEM INDENIZAÇÃO E SOB CONTROLE OPERÁRIO DAS TERRAS E INSTALAÇÕES DA UNITED FRUIT COMPANY, DA INTERNATIONAL RAILWAYS OF CENTRAL AMERICA E DE OUTRAS EMPRESAS IMPERIALISTAS; enquanto não fortalecer o MONOPÓLIO ESTATAL DO COMÉRCIO EXTERIOR e não intensificar suas RELAÇÕES COMERCIAIS COM A URSS, A CHINA E AS “DEMOCRACIAS POPULARES”.

A única garantia eficaz contra as insurreições reacionárias é DEMOCRATIZAR O EXÉRCITO E ARMAR O POVO. Devem-se constituir COMITÊS DE CLASSES E SOLDADOS PARA A DEPURAÇÃO DOS OFICIAIS ANTIDEMOCRÁTICOS e proceder à ELEIÇÃO DOS OFICIAIS PELA TROPA. É preciso ARMAR OS OPERÁRIOS E TRABALHADORES DO CAMPO, organizando-os em MILÍCIAS, SOB A DIREÇÃO EXCLUSIVA DOS SINDICATOS.

A luta por estes meios não tem sentido se não se combinar com a luta pelo GOVERNO OPERÁRIO E CAMPONÊS, por um GOVERNO FORMADO PELO PARTIDO GUATEMALTECO DO TRABALHO, PELA CONFEDERAÇÃO GERAL DOS TRABALHADORES DA GUATEMALA E PELA CONFEDERAÇÃO NACIONAL CAMPONESA, com base em organismos democráticos locais e a fim de levar à prática o programa revolucionário [...].

Março de 1954.

V. Depois do XX Congresso

Partido Comunista Brasileiro

*Pelo desenvolvimento econômico capitalista no Brasil**

Depois do final da Guerra Fria, e especialmente depois do XX Congresso do PC soviético, inicia-se uma reorientação do comunismo latino-americano. A política dos anos 1949-54 será criticada como sectária e esquerdista, e será substituída por uma orientação muito mais moderada, cujo eixo principal é a tese de uma “via pacífica” da revolução. Também se observa uma certa aproximação às concepções desenvolvimentistas que predominavam na época nos meios políticos e universitários da América Latina. Os seguintes trechos pertencem a uma declaração do PC brasileiro, de março de 1958, que apresenta de modo claro e sistemático a ideia central deste novo período: o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses de todo o povo, pois a contradição principal é a que existe entre a nação em desenvolvimento e o imperialismo norte-americano.

Observemos de passagem que o texto também insiste na importância das “sobrevivências feudais” como freio ao desenvolvimento capitalista do país.

Os documentos do XX Congresso do PCUS motivaram nas fileiras do nosso partido intensa discussão, no curso da qual foram submetidos à crítica os graves erros de caráter dogmático e sectário da orientação política do partido.

O exame destes erros e a necessidade de superá-los levaram o Comitê Central do PCB a traçar uma nova orientação política, que é exposta na presente declaração. Ao fazê-lo, o Comitê Central considerou a experiência passada do partido e as modificações essenciais ocorridas na situação do Brasil e do mundo.

O Comitê Central espera que, no processo de sua aplicação prática, a política aqui traçada seja submetida à comprovação e enriquecida pela experiência do partido e do povo brasileiro. [...]

Aprofunda-se a contradição entre a nação brasileira e o imperialismo norte-americano

As modificações na situação econômica e política do país, bem como na situação internacional, determinam importantes alterações na disposição das forças sociais e definem o caminho para a solução dos problemas da revolução brasileira.

* *Declaração sobre a política do Partido Comunista do Brasil*, Rio de Janeiro, março de 1958, p. 3, 14-16, 24-26.

Como decorrência da exploração imperialista norte-americana e da permanência do monopólio da terra, a sociedade brasileira está submetida, na etapa atual de sua história, a duas contradições fundamentais. A primeira é a contradição entre a nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos. A segunda é a contradição entre as forças produtivas em desenvolvimento e as relações de produção semifeudais na agricultura. O desenvolvimento econômico e social do Brasil torna necessária a solução dessas duas contradições fundamentais.

A sociedade brasileira encerra também a contradição entre o proletariado e a burguesia, que se expressa nas várias formas da luta de classes entre operários e capitalistas. Mas esta contradição não exige uma solução radical na etapa atual. Nas condições presentes de nosso país, o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo.

A revolução no Brasil, por conseguinte, não é ainda socialista, mas anti-imperialista e antifeudal, nacional e democrática. A solução completa dos problemas que ela apresenta deve levar à inteira libertação econômica e política da dependência para com o imperialismo norte-americano; à transformação radical da estrutura agrária, com a liquidação do monopólio da terra e das relações pré-capitalistas de trabalho; ao desenvolvimento independente e progressista da economia nacional e à democratização radical da vida política. Estas transformações removerão as causas profundas do atraso de nosso povo e criarão, com um poder das forças anti-imperialistas e antifeudais sob a direção do proletariado, as condições para a transição ao socialismo, objetivo não imediato, mas final, da classe operária brasileira.

Na situação atual do Brasil o desenvolvimento econômico capitalista entra em choque com a exploração imperialista norte-americana, aprofundando-se a contradição entre forças nacionais e progressistas em crescimento e o imperialismo norte-americano, que obstaculiza a sua expansão. Nestas condições, a contradição entre a nação em desenvolvimento e o imperialismo norte-americano e os seus agentes internos tornou-se a contradição principal da sociedade brasileira.

O golpe principal das forças nacionais, progressistas e democráticas se dirige, por isso, atualmente, contra o imperialismo norte-americano e os entreguistas que o apoiam. A derrota da política do imperialismo norte-americano e de seus agentes internos abrirá caminho para a solução de todos os demais problemas da revolução nacional e democrática no Brasil.

Para realizar a sua política de exploração e de vinculação de nosso país aos seus planos guerreiros, o imperialismo norte-americano conta com o apoio de setores de latifundiários e de setores da burguesia. Servem ao imperialismo norte-americano os latifundiários que estão ligados, por seus interesses, à

exploração imperialista, numerosos intermediários do comércio exterior, os sócios de empresas controladas pelo capital monopolista norte-americano e determinados agentes de negócios bancários e comerciais.

Estes setores – minoria verdadeiramente ínfima – constituem as forças entreguistas que, dentro e fora dos órgãos de Estado, sustentam a política de dependência do imperialismo norte-americano.

Ao inimigo principal da nação brasileira se opõem, porém, forças muito amplas. Estas forças incluem o proletariado, lutador mais consequente pelos interesses gerais da nação; os camponeses, interessados em liquidar uma estrutura retrógrada que se apoia na exploração imperialista; a pequena burguesia urbana, que não pode expandir as suas atividades em virtude dos fatores de atraso do país; a burguesia, interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia nacional; os setores de latifundiários que possuem contradições com o imperialismo norte-americano, derivadas da disputa em torno dos preços dos produtos de exportação, da concorrência no mercado internacional ou da ação extorsiva de firmas norte-americanas e de seus agentes no mercado interno; os grupos da burguesia ligados a monopólios imperialistas rivais dos monopólios dos Estados Unidos e que são prejudicados por estes.

São forças, portanto, extremamente heterogêneas pelo seu caráter de classe. Incluem desde o proletariado, que tem interesse nas mais profundas transformações revolucionárias, até parcelas das forças mais conservadoras da sociedade brasileira. A sua consequência na luta contra o imperialismo norte-americano não pode ser evidentemente a mesma, porém todas essas forças possuem motivos para se unirem contra a política de submissão ao imperialismo norte-americano. Quanto mais ampla for esta unidade, maiores serão as possibilidades de infligir uma derrota completa àquela política e garantir um curso independente, progressista e democrático ao desenvolvimento da nação brasileira.

Frente única e a luta por um governo nacionalista e democrático

As tarefas impostas pela necessidade do desenvolvimento independente e progressista do país não podem ser resolvidas por nenhuma força social isoladamente. Disto decorre a exigência objetiva da aliança entre todas as forças interessadas na luta contra a política de submissão ao imperialismo norte-americano. A experiência da vida política brasileira tem demonstrado que as vitórias anti-imperialistas e democráticas só puderam ser obtidas pela atuação em frente única daquelas forças. [...]

Sendo inevitavelmente heterogênea, a frente única nacionalista e democrática encerra contradições. Por um lado, há interesses comuns e, portanto, há unidade. Este é um aspecto fundamental e explica a necessidade da existência

da frente única, a sua capacidade de superar as contradições internas entre os seus componentes. Por outro lado, há interesses contraditórios e, portanto, as forças sociais integrantes da frente única se opõem no terreno de certas questões, esforçando-se para fazer prevalecer seu interesses e pontos de vista.

O proletariado e a burguesia se aliam em torno do objetivo comum de lutar por um desenvolvimento independente e progressista contra o imperialismo norte-americano. Embora explorado pela burguesia, é do interesse do proletariado aliar-se a ela, uma vez que sofre mais do atraso do país e da exploração imperialista do que do desenvolvimento capitalista. Entretanto, marchando unidos para atingir um objetivo comum, a burguesia e o proletário possuem também interesses contraditórios.

A burguesia se empenha em recolher para si todos os frutos do desenvolvimento econômico do país, intensificando a exploração das massas trabalhadoras e lançando sobre elas o peso das dificuldades. Por isso, a burguesia é uma força revolucionária inconsequente, que vacila em certos momentos, tende aos compromissos com os setores entreguistas e teme a ação independente das massas. O proletariado tem interesse no desenvolvimento anti-imperialista e democrático consequente. A fim de assegurá-lo, ao mesmo tempo que luta pela causa comum de todas as classes e camadas que se opõem à exploração imperialista norte-americana, o proletariado defende os seus interesses específicos e os das vastas massas trabalhadoras e bate-se por amplas liberdades democráticas, que facilitem a ação independente das massas. O proletariado deve salvaguardar, por isso, a sua independência ideológica, política e organizativa dentro da frente única.

É indispensável, entretanto, jamais perder de vista que a luta dentro da frente única é diferente, em princípio, da luta que a frente única trava contra o imperialismo norte-americano e as forças entreguistas. Neste último caso, o objetivo consiste em isolar o inimigo principal da nação brasileira e derrotar a sua política. Já a luta do proletariado dentro da frente única não tem por fim isolar a burguesia nem romper a aliança com ela, mas visa a defender os interesses específicos do proletariado e das vastas massas, simultaneamente ganhando a própria burguesia e as demais forças para aumentar a coesão da frente única. Por se travar dentro da frente única, esta luta deve ser conduzida de modo adequado, por meio da crítica ou de outras formas, evitando elevar as contradições internas da frente única ao mesmo nível da contradição principal, que opõe a nação ao imperialismo norte-americano e seus agentes. Assim, é preciso ter sempre em vista que as contradições de interesses e divergências de opinião dentro da frente única, embora não devam ser ocultadas e venham a causar dificuldades, podem ser abordadas e superadas sem romper a unidade.

Silvio Frondizi

*Tese da esquerda revolucionária na Argentina**

Algumas correntes de esquerda revolucionária surgem em certos países da América Latina em contraposição à orientação do movimento comunista oficial: coexistência pacífica em escala internacional, apoio aos partidos ou governos burgueses considerados progressistas etc. Na Argentina, Silvio Frondizi (1907-1974), historiador e sociólogo marxista (próximo ao trotskismo), constitui uma pequena organização que será a primeira chamada de MIR, Movimento da Esquerda Revolucionária. Pensador original e vigoroso, autor de importantes trabalhos filosóficos, econômicos e políticos (*La integración mundial del capitalismo*, 1947; *El Estado moderno*, 1954; *La realidad argentina*, 1955-56, *Interpretación materialista dialéctica de nuestra época*, 1960 etc.), advogado de guerrilheiros presos pelo regime militar argentino (1966-1973), Silvio Frondizi será assassinado em 1974 por um grupo terrorista de extrema direita (Tríplice A). Os seguintes trechos foram extraídos da resposta a uma pesquisa sobre a esquerda argentina, realizada em 1958-59.

Peronismo

Para nós, o peronismo foi a mais importante e única tentativa de realização da revolução democrático-burguesa na Argentina, cujo fracasso deve-se à incapacidade da burguesia nacional de cumprir esta tarefa.

Por intermédio de seu desenvolvimento, o peronismo chegou a representar a burguesia argentina em geral, sem que seja possível dizer que representou de forma exclusiva apenas um dos seus setores – industriais ou latifundiários. Esta representação foi direta, mas exercida por meio de uma ação burocrática que o independentizou parcial e momentaneamente dessa burguesia. Isto lhe permitiu canalizar em um sentido favorável à sobrevivência do sistema, a pressão das massas, mediante algumas concessões determinadas pela própria imposição popular, pela excepcional situação comercial e financeira do país e pelas necessidades demagógicas do regime. A florescente situação econômica vivida pelo país após a Segunda Guerra Mundial constituiu a base objetiva para a atuação do peronismo. Em seu ponto de partida, este contou com importantes reservas acumuladas de ouro e divisas, e esperou confiantemente que a situação que as criara melhorasse de forma constante, devido

* “Contesta el doctor Silvio Frondizi”, em *Las izquierdas en el proceso político argentino*, Buenos Aires, Palestra, 1959, p. 28-33, 40-46.

à necessidade dos países atingidos pela guerra e por um novo conflito bélico que era considerado iminente.

Outra circunstância excepcional e transitória contribuiu para alimentar ilusões sobre as possibilidades de progresso da experiência peronista. Referimo-nos à emergência de uma espécie de interregno no qual diminuiu o controle do imperialismo inglês na Argentina, sem ter ocorrido ainda o domínio definitivo e concreto do imperialismo norte-americano no mundo e em nosso país. Isso possibilitou certo bonapartismo internacional – correlativo ao praticado no âmbito nacional –, gerando em quase todas as correntes políticas do país grandes ilusões sobre as possibilidades de independência econômica e de revolução nacional.

A ampla base material de manobras permitiu que o governo peronista, em primeiro lugar, planejasse e começasse a realizar uma série de tarefas de desenvolvimento econômico e de recuperação nacional, com todas as limitações inerentes a uma tentativa de planejamento no âmbito capitalista. A estrutura tradicional da economia argentina não sofreu mudanças essenciais; as raízes de sua dependência e de sua deformação não foram destruídas. O setor agrário não sofreu nenhuma revolução, nem mesmo uma reforma superficial. Foram respeitados os interesses imperialistas, que inclusive foram chamados a colaborar, por meio das empresas mistas. As obras de desenvolvimento econômico também não foram pagas pelo grande capital nacional e imperialista. O Primeiro Plano Quinquenal, à medida que se realizou, foi financiado sobretudo pelos lucros do comércio exterior. Por outro lado, devido a uma série de fatores, aquela fonte primordial de recursos logo se tornou insuficiente, e teve de ser complementada com as manipulações orçamentárias e pela inflação aberta. Em função da inflação, em pouco tempo os custos do planejamento econômico peronista passaram a recair também sobre a pequena burguesia e o proletariado das cidades.

Mas durante seu primeiro período de expansão e euforia, o peronismo obteve algumas realizações em diferentes aspectos da economia. Em matéria de transportes, as ferrovias foram nacionalizadas e incorporou-se novo material; a marinha mercante argentina cresceu em número de efetivos e na tonelagem total transportada. Na mesma época, foi dado um grande impulso à aviação, completou-se a nacionalização dos portos etc. Outra realização recuperadora do peronismo em seu período de auge foi a repatriação da dívida pública externa. Pretendeu-se resolver o problema da energia em geral e do petróleo em particular, mas sem atacar as questões de fundo. Tomou-se uma série de medidas favoráveis à indústria e apoiaram-se os rudimentos de uma indústria pesada estatizada, herdados do governo anterior, aumentando a participação estatal na indústria. A intervenção direta do Estado na indústria teve uma dupla finalidade: tomar em suas mãos tarefas econômicas necessárias que a débil burguesia nacional não era capaz de realizar sozinha, e proporcionar à burocracia bonapartista uma nova base

de poder e uma importante fonte adicional de lucros. A generosidade do crédito estatal foi outra forma de favorecer o capitalismo nativo-estrangeiro.

A manutenção de um considerável grau de paz social foi uma das contribuições mais importantes do Estado peronista à prosperidade da burguesia agro-industrial argentina durante o primeiro período de expansão. A própria prosperidade geral foi o fator fundamental na atenuação transitória das lutas classistas argentinas. Acrescentou-se a isto a ação do Estado, que, por um lado, promovia uma política de altos salários, enquanto subsidiava as empresas para evitar que estas elevassem exageradamente seus preços, e, por outro, encerrava os trabalhadores em um flexível mas sólido e eficiente mecanismo de estatização sindical.

Este balanço – que é nossa posição há vários anos – evitou que caíssemos nos dois tipos de erros cometidos com relação ao peronismo: a idealização de suas possibilidades progressistas, magnificando suas conquistas e dissimulando seus fracassos, e, por outro lado, a crítica negativa e reacionária da “oposição democrática”, que em sua maioria acusou o peronismo de fascismo.

O resultado deste balanço é a entrega do capitalismo nacional ao imperialismo, por seu porta-voz governamental, o peronismo. Com efeito: depois dos primeiros anos de prosperidade, houve uma forte influência do fator crítico fundamental dos países semicoloniais: o imperialismo. Por diversos meios (*dumping*, relação dos termos de intercâmbio etc.), este conseguiu estrangular paulatinamente a burguesia nacional e seu governo. Os diversos tratados celebrados com o imperialismo – realmente prejudiciais para o país – culminaram o processo de entrega. Enfim, o balanço da experiência nacional-burguesa do peronismo foi a crise: estagnação e retrocesso da indústria, queda da ocupação industrial e dos salários reais, o crônico déficit energético, a crise da economia agrária e do comércio exterior, a inflação etc.

Em seu aspecto político, a característica fundamental do peronismo consistiu em sua aspiração de desenvolver e canalizar simultaneamente a crescente pressão do proletariado em benefício do grupo dirigente, e, depois, das classes exploradoras. Por isso qualificamos o peronismo de bonapartismo, isto é, uma forma intermediária, especialíssima de ordenamento político, aplicável a um momento em que a tensão social ainda não torna necessária a utilização da violência, que mediante o controle do aparelho estatal tende a conciliar as classes antagônicas por meio de um governo aparentemente equidistante, porém sempre em benefício de uma delas, neste caso a burguesia.

Ante a irrupção das massas populares na vida política, e sem necessidade imediata de acabar com a paródia democrática que a sustenta, o capitalismo tenta canalizar essas forças populares. Para isso precisa favorecer, pelo menos no início, a classe operária, por meio de medidas sociais, como aumento de salários, redução da jornada de trabalho etc. Mas como estas medidas são

tomadas, por definição, em um período de tensão econômica, o grande capital não está em condições materiais e psicológicas de suportar o peso de sua própria política. É lógico, então, que o faça incidir sobre a classe média, que perde poder rapidamente e se pauperiza. Assim, acrescenta-se um novo fator ao processo de polarização das forças sociais.

A mencionada política de ajuda aos operários realiza-se em muito pequena escala, se é que realmente ocorre, porém é apresentada como gigantesca por meio de todo tipo de medidas.

As consequências desta demagogia são facilmente previsíveis: deslocam ainda mais o sistema capitalista, anarquizando-o e, portanto, acelerando seu processo crítico. Além disso, a política demagógica relaxa a capacidade de trabalho dos operários, o que explica que, quando o capitalismo precisa readaptá-los para o trabalho intenso, tenha de utilizar métodos compulsórios. Esta é uma nova causa que explica o totalitarismo e uma nova demonstração de que, no atual período, o Estado liberal carece tanto de possibilidade quanto de valor operacional.

O processo demagógico apresenta alguns resultados benéficos, particularmente nos campos social e político. Ao se apoiar no povo, desenvolve a consciência de classe política do operário. Acreditamos que o aspecto positivo fundamental do peronismo é dado pela incorporação da massa à vida política ativa, libertando-a psicologicamente desta forma. Neste sentido, Perón desempenhou o mesmo papel que Yrigoyen com relação à classe média. Fez com que, embora a distância, o operário participasse da vida pública, fazendo-o escutar, pela palavra oficial, a exposição dos problemas políticos de fundo, tanto nacionais quanto internacionais.

Estes aspectos representados pelo peronismo tornaram-no perigoso aos olhos do grande capital. Por isso dissemos no primeiro volume de *La realidad argentina*, escrito em 1953, que os Estados Unidos “precisam de um governo de personalidades mais formais” que os peronistas, permitindo-nos prever “que, chegado este momento (de profundas convulsões sociais), o general Perón, instrumento do sistema capitalista em uma etapa de sua evolução, será substituído”.

A perda da *base material de manobra* do país e do peronismo reduziu sua possibilidade de continuar sua política, e isso foi o que provocou, em última instância, sua queda.

A acusação de fascismo lançada contra o regime peronista carece de fundamento, tanto quanto a posição que o considerou um movimento de libertação nacional. Para demonstrar que tal regime foi bonapartista e não fascista, será suficiente indicar que se apoiou nas classes extremas, no grande capital e no proletariado, enquanto a pequena burguesia e em geral a classe média sofreram o impacto econômico-social da ação governamental.

Ao contrário, no fascismo, a força social de choque do grande capital é constituída pela pequena burguesia. Esta circunstância explica que as perseguições ao proletariado no regime fascista sejam tão graves, pois a ação repressiva está nas mãos de uma classe. É preciso distinguir entre ditadura classista e ditadura policial.

A torpe e reacionária acusação de fascismo partiu da União Democrática, de triste lembrança. As forças mais obscuras da política argentina, coligadas na União Democrática, na qual não faltou o apêndice esquerdista, não quiseram ou não souberam compreender no momento devido toda a importância do novo fenômeno representado pelo peronismo, e este aproveitou seu desprestígio e incapacidade para conquistar o poder. Assim, pudemos prever o triunfo do coronel Perón, em nosso trabalho “La crisis política argentina”.

O grande ódio que lhe professou a “oposição democrática” deveu-se ao fato de que seu regime mostrou a sociedade burguesa tal como realmente é. As leis burguesas e a sacrossanta Constituição nacional perderam sua virgindade, revelando seu caráter de servidoras de uma situação. Destruiu-se a unidade do Exército e colaborou-se com a decomposição dos partidos políticos etc. Com efeito, as características negativas do peronismo não foram as que realmente separaram a “oposição democrática”, como se viu mais tarde: o aventureirismo e a corrupção política, administrativa etc., a “pornocracia”, a estatização e burocratização do movimento operário, a legislação repressiva, hoje mais do que nunca em vigor etc. Com a queda de Perón não se tentou corrigir estes defeitos, mas terminar com os excessos de sua demagogia, perigosa demais em um período de contração econômica. O golpe de Estado de 1955 realizou esse objetivo do grande capital nativo-estrangeiro [...].

Consideramos que na América Latina existem as condições para uma revolução socialista, mas ainda nos faltam algumas condições subjetivas. É claro que a análise desta situação significa resolver o grave problema – talvez o mais grave que a revolução socialista enfrenta no mundo – das relações entre massa, partido e direção.

O Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR-Praxis) tem enfrentado e tem tentado resolver estes problemas, mediante a formação de quadros médios operários, manuais e intelectuais, que possam chegar a ser grandes condutores sociais. Desta forma, se algum dia chegar – como chegará – o ascenso revolucionário no país, não se fracassará, como aconteceu na Bolívia, por exemplo, onde as condições objetivas estavam maduras e pouco ou nada se fez em virtude da ausência de uma direção numerosa e consciente.

O primeiro requisito de uma direção consciente consiste na firme crença na hierarquia da classe operária e na necessidade de aceitar as decisões da magnífica capacidade criadora das massas populares.

Devemos agora dedicar atenção aos elementos das outras classes que podem se integrar ao proletariado na luta pela libertação do homem. Em primeiro lugar, devemos estudar a pequena burguesia pauperizada.

Esta sofre diretamente as consequências da concentração econômica monopolista. É preciso levar em conta a situação desta subclasse, pois sua situação intermediária a torna apta para qualquer deslocamento social. É necessário fazer com que ela compreenda que seu futuro está ligado aos interesses do proletariado, que pode libertá-la da opressão econômica e social que sofre.

Junto aos elementos sociais examinados, também devemos levar em consideração setores ou indivíduos da intelectualidade, que esclareceram o problema social e passaram para o campo revolucionário.

A tomada do poder pelo proletariado, com a colaboração dos demais elementos sociais tratados, produz um salto qualitativo. Ainda que esta opinião seja suficientemente clara, nem sempre é bem compreendida, pela deformação social, intelectual e moral realizada por todo tipo de propaganda, que começa na escola primária e acompanha o indivíduo durante toda a sua vida. Daí que, quando se pensa nas possibilidades e consequências de uma mudança social, isto sempre é feito nos velhos moldes mentais e de acordo com as possibilidades habituais. Mas não é assim: a tomada do poder pelo proletariado produz um salto qualitativo que abre imensas possibilidades, não dadas na formação anterior.

A classe operária pode realizar essa transformação graças à sua maior independência perante a deformação produzida pela sociedade capitalista. Por outro lado, o proletariado, ao não compartilhar certas vantagens da sociedade burguesa, tem a sorte de não compartilhar muitas de suas deformações; este é o caso dos convencionalismos sociais, que, por exemplo, esmagam a vida da pequena burguesia.

Desejamos indicar outro exemplo: a imensa e crescente alienação sofrida pelos trabalhadores sob o capitalismo cria neles uma legítima e, com frequência, inconsciente resistência a todo possível esforço produtivo ou criador, mesmo quando isso envolve melhoras imediatas.

A transição para a nova sociedade socialista encerra um problema importante, porque é evidente que no país cumpriram-se todos os aspectos da revolução democrático-burguesa. Estabelecida esta conclusão, e a de que a burguesia ficou obsoleta como força capaz de realizá-la, e que o proletariado, como força diretora, é que deve se encarregar desta missão, o problema se resolve pensando que já não se trata de realizar a revolução democrático-burguesa como etapa fechada em si mesma, como fim, mas de realizar tarefas democrático-burguesas no transcorrer da revolução socialista.

Entre essas tarefas imediatas figura a luta contra o imperialismo, que só pode ser realizada por um partido marxista revolucionário, fundamentado nas massas. Além disso, será preciso resolver os graves problemas que impedem o

desenvolvimento industrial e agrário do país. No primeiro aspecto, as grandes fontes de produção deverão passar para as mãos da coletividade, dando desta forma um impulso poderoso à acumulação econômica. No outro aspecto, o agrário, as forças socialistas deverão realizar, não mais um passo ou um salto para a frente, mas a revolução agrária integral, cuja primeira manifestação é a nacionalização dos latifúndios. Esta nacionalização deverá se realizar não para distribuí-los na forma de pequenas propriedades, mas para ser coletivizados, o que permitirá, entre muitas outras coisas, o emprego maciço da maquinaria agrícola.

É claro que, para a realização dessas tarefas, se requer uma mudança qualitativa no aparelho estatal. Este não poderá estar nas mãos de um setor privilegiado da sociedade, mas nas da coletividade social como tal; em outros termos, implica a mudança do Estado pela comunidade.

Só uma organização socialista poderá resolver o problema da liberdade de consciência, separando efetivamente a Igreja do Estado, impedindo que os interesses confessionais se intrometam, como pretendem, nos problemas político-sociais, em uma tentativa de impossível regressão à Idade Média.

Enfim, a organização socialista da sociedade é a única que pode garantir ao homem sua liberdade, que não pôde ser dada pelos partidos tradicionais, nem ao país nem às suas próprias organizações. Para isso, a nova força terá de garantir ao homem a liberdade política e espiritual.

Mas a revolução socialista tem outro sentido, que é sua internacionalização. Isto é importante porque diversas tendências de esquerda propugnam aparentemente o mesmo, mas na verdade com um conteúdo e resultado diferentes por completo.

Com efeito, os representantes das correntes pequeno-burguesas, tanto no campo burguês como marxista, também sustentam a tese da integração latino-americana. O problema limita-se a saber se essa tarefa pode ser realizada pelas burguesias nacionais ou se, ao contrário, compete exclusivamente às forças que atuam na revolução socialista. Sustentamos a última alternativa, pois do ponto de vista geral as burguesias nacionais são, por definição, nacionais, e nasceram, viverão e morrerão dessa forma. E isto é ainda mais válido na nossa época, na qual as burguesias, para poder sobreviver, devem lutar encarniçadamente entre si. A esta ação dissociadora deve-se acrescentar a função dissolvente do imperialismo, criando ou atizando antagonismos. Além de tudo isso, poderíamos acrescentar o aspecto histórico, ou seja, a não realização de nenhuma unidade internacional em mãos da burguesia, dado seu caráter fundamentalmente competitivo.

A única possibilidade de realizar a unidade latino-americana está dada pela tomada do poder pelas forças socialistas. Só uma classe livre dos interesses nacionais e internacionais que envolvem a burguesia pode realizar esta tarefa.

Atribuímos tanta importância à internacionalização da revolução para a sobrevivência de uma tentativa de socialismo em qualquer país latino-americano, que acreditamos que esta deve ser uma das tarefas centrais de toda revolução. Boa parte de suas energias e recursos deve ser destinada a esta finalidade. Os recursos que as burguesias nacionais e seus Estados subtraem da comunidade e desperdiçam sem sentido devem ser destinados pela primeira revolução socialista para a extensão e o triunfo revolucionário nos demais países latino-americanos.

Não é possível indicar onde ou em que país a luta será iniciada, porém é evidente que esta tarefa logo começará. De qualquer forma, nosso país tem uma tarefa importante e decisiva a cumprir: a consolidação da revolução socialista latino-americana ocorrerá, sem dúvida, com a revolução argentina. Isto será dessa maneira pelo poderoso desenvolvimento relativo e pelo consequente peso específico que adquirimos em todos os âmbitos da atividade econômica, ideológica etc. Nesta ordem de ideias, pensemos apenas no que significarão os vastos prados argentinos ao lado das regiões montanhosas ricas em jazidas minerais do Brasil, Chile, Bolívia, Peru etc., e poderemos ter uma ideia das enormes possibilidades que tem esta parte do mundo para realizar uma integração de caráter econômico. E dizemos integração, porque com a supressão da concorrência a lei do desenvolvimento combinado tende a deixar de funcionar.

Esta integração econômica centuplicará as forças originais dos países que a realizarão. Por outro lado, todo novo país que se somar ao processo revolucionário dará um golpe mortal no imperialismo, sob vários pontos de vista. Obrigá-lo-á a dividir os recursos financeiros e militares disponíveis para a repressão internacional. Reduzirá seu mercado para a produção e o investimento, aguçando suas contradições sociais e políticas internas ao diminuir suas bases materiais para o equilíbrio relativo que vários imperialismos gozaram em diferente grau durante décadas.

Esta é, em grandes traços, a perspectiva estratégica determinante da enorme tarefa que se impôs o MIR (Praxis), tendo já começado a executá-la mediante um trabalho prático e teórico incansável. Consideramos que já está na hora de que a esquerda, abandonando velhas rivalidades e falsas posições, finalmente decida formar uma grande frente para realizar a batalha decisiva contra a opressão capitalista.

Se as velhas direções, que durante décadas marcharam separadas do proletariado argentino, insistirem em não optar pelos movimentos de esquerda, mas pelas diferentes frações da burguesia, chamem-se elas União Democrática, peronismo ou frondizismo, serão abandonadas pelas suas próprias bases, cansadas de dar voltas em torno de algo que não leva a lugar nenhum. O dilema deste momento é bem claro: socialismo revolucionário ou ditadura burguesa. Que cada um escolha seu lugar na luta.

VI. A história econômica e social marxista

C. L. R. JAMES

*Os jacobinos negros**

Cyril Lionel Robert James (1901-1986), mais conhecido pelas iniciais C. L. R. James, é um brilhante intelectual marxista negro, nascido na ilha de Trinidad, uma colônia inglesa das Caraíbas. Após uma passagem pela Inglaterra, ele se estabelece nos Estados Unidos em 1938, onde adere ao movimento trotskista, primeiro no Socialist Workers Party e mais tarde no dissidente Workers Party, no qual defende a tese de que a URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) se transformou em capitalismo de Estado. Autor de importantes ensaios de filosofia marxista, política e literatura, ele volta várias vezes à ilha de Trinidad a partir de 1958, tentando organizar as forças de esquerda. Seus últimos anos de vida são dedicados à causa do pan-africanismo.

Uma das obras mais célebres de C. L. R. James é sua história da primeira grande revolução latino-americana, a revolta dos escravos no Haiti a partir de 1791 e o estabelecimento da primeira república negra da história moderna. O livro *Os jacobinos negros*, publicado em 1938, é até hoje uma das obras de referência sobre o tema e um exemplo clássico de historiografia marxista. Extraímos desse livro seu prólogo e algumas passagens que descrevem o escravagismo e a origem das revoltas.

Prefácio à primeira edição

Em 1789, a colônia francesa das Índias Ocidentais de São Domingos representava dois terços do comércio exterior da França e era o maior mercado individual para o tráfico negreiro europeu. Era parte integral da vida econômica da época, a maior colônia do mundo, o orgulho da França e a inveja de todas as outras nações imperialistas. A sua estrutura era sustentada pelo trabalho de meio milhão de escravos.

Em agosto de 1791, passados dois anos da Revolução Francesa e dos seus reflexos em São Domingos, os escravos se revoltaram. Em uma luta que se estendeu por 12 anos, eles derrotaram, por sua vez, os brancos locais e os soldados da monarquia francesa. Debelaram também uma invasão espanhola,

* C. L. R. James, *Os jacobinos negros. Toussaint L'Ouverture e a Revolução de São Domingos*. São Paulo, Boitempo, 2004, p. 15-39.

uma expedição britânica com algo em torno de 60 mil homens e uma expedição francesa de semelhantes dimensões comandada pelo cunhado de Bonaparte. A derrota da expedição de Bonaparte, em 1803, resultou no estabelecimento do Estado negro do Haiti, que permanece até os dias de hoje.

Essa foi a única revolta de escravos bem-sucedida da História, e as dificuldades que tiveram de superar colocam em evidência a magnitude dos interesses envolvidos. A transformação dos escravos, que, mesmo às centenas, tremiam diante de um único homem branco, em um povo capaz de se organizar e derrotar as mais poderosas nações europeias daqueles tempos é um dos grandes épicos da luta revolucionária e uma verdadeira façanha. Por que, e como, isso aconteceu é o tema deste livro.

Devido a um fenômeno observado com frequência, a liderança individual responsável por essa proeza singular foi quase que totalmente trabalho de um único homem: Toussaint L'Ouverture. Beauchamp, na *Biographie universelle*, chama Toussaint L'Ouverture de um dos mais notáveis homens de uma época repleta de homens notáveis. Ele dominou desde a sua entrada em cena até as circunstâncias retirarem-no dela. A história da revolução de São Domingos será, portanto, em grande medida, um registro das suas façanhas e da sua personalidade política. O autor acredita, e está convicto de que a narrativa comprovará, que, entre 1789 e 1815, com a única exceção do próprio Bonaparte, nenhuma outra figura isoladamente foi, no cenário da História, tão bem-dotada quanto esse negro, que havia sido escravo até os 45 anos de idade. Contudo, não foi Toussaint que fez a revolução, foi a revolução que fez Toussaint, e mesmo isso não é toda a verdade.

O registro da História torna-se cada vez mais difícil. O poder de Deus ou a fraqueza dos homens, a cristandade ou o direito divino dos reis para governar errado podem facilmente ser responsabilizados pela derrubada dos Estados e pelo nascimento das novas sociedades. Tais conceitos elementares prestam-se ao tratamento narrativo e, desde Tácito até Macaulay ou de Tucídides até Green, os historiadores tradicionalmente famosos foram mais artistas que cientistas: eles escreviam tão bem porque enxergavam tão pouco. Hoje, devido a uma reação natural, tendemos a personificar as forças sociais, com grandes homens sendo meramente, ou quase, instrumentos nas mãos do fatalismo econômico. Como acontece frequentemente, a verdade não está nos extremos, mas no meio. Grandes homens fazem a História, mas apenas aquela história que lhes é possível fazer. A sua liberdade de ação está limitada pelas necessidades do meio. O verdadeiro ofício do historiador consiste em descrever os limites dessas necessidades e a realização, completa ou parcial, de todas as possibilidades.

Em uma revolução, quando a incessante e lenta acumulação de séculos explode em uma erupção vulcânica, onde as torrentes de lava e os jorros

meteóricos formam um caos sem sentido e prestam-se ao capricho sem fim e ao romantismo, a menos que o observador os veja sempre como projeções do subsolo, que é o lugar de onde vieram. O autor procurou não apenas analisar, mas demonstrar, em seu movimento, as forças econômicas da época; a forma como moldam, na sociedade, na política e nos homens, tanto os indivíduos como as massas; a maneira pela qual eles reagem ao meio, em um daqueles raros momentos em que a sociedade está em ponto de ebulição e, portanto, fluida.

Para a História, a análise é a ciência, mas a demonstração é uma arte. Os violentos conflitos da nossa era permitem à nossa visão experiente enxergar a própria estrutura óssea das revoluções anteriores mais facilmente do que antes. Mas, por essa mesma razão, é impossível reavivar emoções históricas naquele clima de serenidade que um grande escritor inglês, com excessiva estreiteza, associou com a poesia apenas.

A serenidade hoje ou é inata (a filisteia) ou será adquirida apenas com a anestesia da personalidade. Foi na calma de um subúrbio à beira-mar que puderam ser ouvidos mais clara e insistentemente o estrondo da artilharia pesada de Franco, a matraca do pelotão de fuzilamento de Stalin e a impetuosa e estridente agitação dos movimentos revolucionários lutando por lucidez e influência. Essa é a nossa era e este livro é parte dela, com algo de fervor e de inquietude. Tampouco o autor se lastima dela. Este livro é a história de uma revolução e, se escrito sob diferentes circunstâncias, teria sido diferente, mas não necessariamente melhor.

C. L. R. James

[...]

I – A propriedade

[...]

A dificuldade consistia no fato de que, embora fossem apanhados como animais, transportados em cercados, atrelados para trabalhar ao lado de um cavalo ou de um burro sendo ambos feridos pelo mesmo chicote, colocados em estábulos e deixados para morrer de fome, eles permaneciam, apesar de suas peles negras e dos seus cabelos encaracolados, quase irrisivelmente seres humanos; com a inteligência e os rancores dos seres humanos. Para amedrontá-los e torná-los dóceis era necessário um regime de calculada brutalidade e de terrorismo, e é isso o que explica o extraordinário espetáculo de proprietários despreocupados em preservar as suas propriedades: tinham antes de cuidar da própria segurança.

Pela menor falta, os escravos recebiam a mais dura punição. Em 1685, o Código Negro autorizara o chicote, e em 1702 um colonista, um marquês,

acreditava que qualquer punição que demandasse mais de cem chibatadas era o suficiente para ser levada às autoridades. Depois, o número foi fixado em 39, subindo mais tarde para 50. Mas os senhores não prestavam atenção a essas regras e os escravos eram, não muito raramente, açoitados até a morte. O flagelo não era uma simples cana ou uma corda tecida, como determinava o Código. Algumas vezes, era substituída pelo *rigoise* ou correia grossa de couro de vaca, ou então pelas *lianes*, que eram juncos que cresciam no local, flexíveis e maleáveis como barbatanas de baleia. Os escravos recebiam o chicote com mais regularidade e certeza do que recebiam a comida. Era o incentivo para o trabalho e o zelador da disciplina. Mas não havia engenho que o medo ou uma imaginação depravada não pudesse conceber para romper o ânimo dos escravos e satisfazer a luxúria e o ressentimento de seus proprietários e guardiães: ferros nas mãos e nos pés; blocos de madeira, que os escravos tinham de arrastar por onde quer que fossem; a máscara de folha de lata, projetada para evitar que eles comessem a cana-de-açúcar, e o colar de ferro. O açoite era interrompido para esfregar um pedaço de madeira em brasa no traseiro da vítima; sal, pimenta, cidra, carvão, aloé e cinzas quentes eram deitadas nas feridas abertas. As mutilações eram comuns: membros, orelhas e, algumas vezes, as partes pudendas para despojá-los dos prazeres aos quais eles poderiam se entregar sem custo. Seus senhores derramavam cera quente em seus braços, mãos e ombros; despejavam o caldo fervente da cana nas suas cabeças; queimavam-nos vivos; assavam-nos em fogo brando; enchiam-nos de pólvora e os explodiam com uma mecha; enterravam-nos até o pescoço e lambuzavam as suas cabeças com açúcar para que as moscas as devorassem; amarravam-nos nas proximidades de ninhos de formigas ou de vespas; faziam-nos comer os próprios excrementos, beber a própria urina e lamber a saliva dos outros escravos. Um senhor ficou conhecido por, em momentos de raiva, lançar-se sobre os seus escravos e cravar os dentes em suas carnes.

Essas torturas, tão bem comprovadas, eram habituais ou meros incidentes isolados, extravagâncias de uns poucos colonistas meio malucos? Embora seja impossível verificar as centenas de casos, as evidências mostram que essas práticas bestiais eram características normais da vida do escravo. A tortura com o chicote, por exemplo, tinha “milhares de requintes”, mas havia variedades tão comuns que recebiam nomes especiais. Quando as mãos e os braços eram amarrados a quatro postes fincados no chão, dizia-se que o escravo estava submetido aos “quatro postes”; se o escravo ficava amarrado a uma escada, era a “tortura da escada”; se suspenso pelos quatro membros, era a “rede de dormir” etc. A mulher grávida não era tampouco poupada aos “quatro postes”; um buraco era cavado na terra para acomodar a criança ainda não nascida. A tortura da argola estava especialmente reservada para as mulheres suspeitas

de aborto, e nunca era retirada de seus pescoços até que parissem a criança. Explodir um escravo tinha uma expressão: “queimar um pouco de pólvora no rabo de um preto”. Obviamente, não se tratava apenas de uma perversão, mas de uma prática estabelecida.

Após um exame exaustivo, o melhor que De Vaissière pôde dizer foi que havia bons e maus senhores e a sua impressão, “mas apenas uma impressão”, era a de que aqueles eram mais numerosos do que estes.

Há, e sempre haverá, os que, envergonhados do comportamento de seus antepassados, tentam, e tentarão, provar que a escravidão não era assim tão ruim, apesar de tudo; que seus males e suas crueldades residiam no exagero de propagandistas e não na sorte habitual dos escravos. Homens dirão (e aceitarão) qualquer coisa para fomentar o orgulho nacional ou aliviar uma consciência pesada. Sem dúvida, havia outros senhores que não praticavam tais requintes de crueldade e cujos escravos sofriam apenas pelo excesso de trabalho, de desnutrição e por causa do chicote. Entretanto, os escravos em São Domingos não podiam repor o próprio número pela reprodução. Após aquela terrível viagem pelo oceano, era comum que as mulheres ficassem estéreis durante dois anos. A vida em São Domingos matava-as com rapidez. Os colonistas deliberadamente faziam-nas trabalhar até a morte, sem esperar as crianças crescerem. Mas os apologistas profissionais eram auxiliados pelos escritos de uns poucos observadores da época que descreviam cenas de beleza idílica. Um deles foi Vaublanc, a quem deveremos encontrar de novo, e cujos testemunhos entenderemos melhor quando soubermos mais sobre ele. Em suas memórias ele nos mostra uma plantação na qual não existiam prisões, nem masmorras e tampouco punições a serem mencionadas. Se o escravo estava nu, devido ao clima, isso não constituía um mal, e aqueles que se queixavam esqueciam-se dos trapos bastante nojentos que eram vistos com tanta frequência na França. Os escravos estavam livres dos trabalhos insalubres, fatigantes e perigosos como aqueles realizados pelos trabalhadores na Europa. Eles não tinham de descer nas entranhas da terra, nem de cavar poços profundos; não construíam galerias subterrâneas; não trabalhavam naquelas fábricas onde os trabalhadores franceses respiravam um ar mortífero e infectado; não subiam em telhados altos nem carregavam fardos enormes. Os escravos, ele concluía, tinham um trabalho leve para fazer e estavam contentes em fazê-lo. Vaublanc, que em São Domingos mostrava-se tão compadecido dos sofrimentos dos trabalhadores na França, teve de fugir às pressas de Paris, em agosto de 1792, para escapar à ira dos operários franceses.

[...]

Qual era o nível intelectual desses escravos? Os colonistas, que os odiavam, chamavam-nos de todos os nomes infames que pudessem imaginar. “Os

negros”, diz um relato publicado em 1789, “eram injustos, cruéis, bárbaros, semi-humanos, traiçoeiros, pérfidos, ladrões, beberões, arrogantes, preguiçosos, sujos, sem-vergonhas, furiosamente ciumentos e covardes”. Era devido a sentimentos como esses que eles procuravam justificar as crueldades abomináveis que praticavam. E tomavam muito cuidado para que o negro permanecesse a fera bruta que eles queriam que fosse. “A segurança dos brancos exigia que mantivéssemos os negros na mais profunda ignorância. Cheguei ao ponto de acreditar firmemente que os negros deveriam ser tratados como animais.” Essa era a opinião do governador de Martinica, expressa em uma carta ao ministro, e essa era também a opinião de todos os colonistas. Com exceção dos judeus, que não poupavam energias para converter os seus escravos em israelitas, a maioria dos colonistas mantinha religiosamente qualquer instrução, fosse ela religiosa ou não, longe dos escravos.

Naturalmente, havia todo tipo de homem entre eles, desde antigos chefes tribais, como era o caso do pai de Toussaint L’Ouverture, até homens que tinham sido escravos em seus próprios países. O crioulo era mais dócil do que o escravo nascido na África. Alguns diziam que era mais inteligente. Outros duvidavam que houvesse muitas diferenças, ainda que o escravo crioulo conhecesse a língua e estivesse mais familiarizado com o ambiente e com o trabalho. Contudo, aqueles que se deram ao trabalho de observá-los longe de seus senhores e no convívio entre si não deixaram de ver a extraordinária agilidade intelectual e a vivacidade espiritual que tanto distingue seus descendentes nas Índias Ocidentais de hoje. O padre Du Tertre, que os conhecia bem, observou o orgulho secreto e o sentimento de superioridade que tinham em relação aos seus senhores; a diferença entre o comportamento que assumiam diante dos seus senhores e aquele que tinham longe deles. De Wimpffen, observador excepcional e destro viajante, ficou também admirado com essa dupla personalidade dos escravos: “É preciso ouvir com que calor e com que verbosidade, combinados com uma grande precisão de ideias e acuidade de julgamento, essa criatura, pesada e taciturna durante todo o dia, agora agachada perto da fogueira, conta histórias, conversa, gesticula, argumenta, opina, aprova e condena tanto o seu senhor como qualquer um à sua volta”. Era essa inteligência que se recusava a ser esmagada, essas possibilidades latentes, que assustava os colonistas, como continua a assustar os brancos na África de hoje. “Nenhuma espécie de homem possui mais inteligência”, escreveu Hilliard d’Auberteuil, um colonista, em 1784, e o seu livro foi proibido.

Mas não é preciso nem educação, nem coragem para nutrir um sonho de liberdade. Nas suas cerimônias de vodou, seu culto africano, à meia-noite, eles dançavam e cantavam geralmente esta canção predileta:

Ê! Ê! Bomba! Heu! Heu!

Canga, bafio té!
Canga, mouné de lé!
Canga, do ki la!
Canga, li!

“Juramos destruir os brancos e tudo o que possuem; que morramos se falharmos nesta promessa!”

Os colonistas conheciam essa canção e tentaram eliminá-la, bem como o culto do vodu com o qual ela estava associada. Foi inútil. Por mais de 200 anos, os escravos cantaram-na em suas reuniões, da mesma maneira que os judeus cantavam na Babilônia as saudades de Sião, e como hoje os bantos cantam em segredo o hino nacional da África.

* * *

Nem todos os escravos, entretanto, submetiam-se a esse regime. Havia uma pequena casta privilegiada: capatazes das turmas, cocheiros, cozinheiros, criados, arrumadeiras, enfermeiras, companhias femininas e outros criados domésticos. Esses retribuía o tratamento gentil que recebiam e a vida comparativamente fácil com um forte apego aos seus senhores, o que permitiu que historiadores *tory*, distintos professores e sentimentistas representassem a escravidão nas fazendas como uma relação patriarcal entre senhores e escravos. Impregnados dos vícios de seus senhores e senhoras, esses serventes de altos postos davam-se ares de arrogância e desprezavam os escravos do eito. Vestidos com roupas de seda com bordados, enfeitadas pelos seus senhores, davam bailes nos quais, como macacos amestrados, dançavam minuetos e quadrilhas e faziam medidas e reverências ao modo de Versalhes. Mas um pequeno número deles aproveitava essa posição para se educar, adquirir um pouco de cultura e aprender tudo o que pudesse. Os líderes das revoluções foram geralmente aqueles que tiveram a capacidade de lucrar com o benefício da cultura do sistema que combatiam, e a revolução de São Domingos não foi uma exceção a essa regra.

Christophe, mais tarde Imperador do Haiti, era um escravo que trabalhava como servente em um hotel público em Cabo François e, nessa função, aproveitou para adquirir conhecimentos sobre as pessoas e sobre o mundo. Toussaint L'Ouverture também pertenceu a essa pequena casta privilegiada. Seu pai, filho de um pequeno chefe na África, depois de aprisionado na guerra, foi vendido como escravo e fez a viagem em um navio negreiro. Foi comprado por um colonista com uma certa sensibilidade que, reconhecendo que esse negro era uma pessoa fora do comum, permitiu-lhe gozar de um pouco de liberdade na fazenda e deu-lhe cinco escravos para cultivar uma horta. Tornou-se católico, casando-se com uma mulher que, além de bonita, também era uma boa pessoa, e Toussaint seria o mais velho entre os oito filhos do casal. Perto da casa-grande, vivia um velho negro chamado Pierre Baptiste, notável pela sua integridade de

caráter e dotado de algum conhecimento. Os negros falavam um baixo francês conhecido por *créole*. Mas Pierre sabia francês, um pouco de latim e também um pouco de geometria, que tinha aprendido com um missionário. Pierre Baptiste tornou-se padrinho de Toussaint e ensinou ao afilhado os rudimentos do francês. Utilizando-se dos serviços da Igreja Católica, instruiu-o nos rudimentos do latim. Toussaint aprendeu também a desenhar. O jovem escravo cuidava dos rebanhos e das manadas, e essa foi a sua primeira ocupação. Seu pai, porém, como muitos outros africanos, tinha um certo conhecimento sobre plantas medicinais e ensinou a Toussaint o que sabia. Os elementos de uma educação, seu conhecimento sobre ervas e sua inteligência fora do comum fizeram com que ele se destacasse e se tornasse cocheiro de seu senhor. Isso proporcionou-lhe meios adicionais de conforto e para poder educar-se a si mesmo. Por fim, foi designado administrador de todos os bens vivos da fazenda, o que era um cargo de responsabilidade, normalmente ocupado por um branco. Se a genialidade de Toussaint veio de onde vêm os gênios, por outro lado várias circunstâncias contribuíram para que ele tivesse pais excepcionais, amigos e um senhor gentil.

* * *

Mas o número de escravos que ocupavam posições com tais oportunidades era infinitamente pequeno em comparação às centenas de milhares que suportavam nas suas costas arqueadas toda a estrutura social de São Domingos. Nem todos submetiam-se a isso. Aqueles cuja audácia de espírito via a escravidão como uma coisa intolerável e se recusavam a deixá-la pelo caminho do suicídio acabavam fugindo para as montanhas e florestas, onde formavam bandos de homens livres, os quilombolas. Fortificavam seus refúgios com paliçadas e valas. As mulheres os seguiam. Eles se reproduziam. E durante os cem anos que antecederam 1789 os quilombolas representaram uma fonte de perigos para a colônia. Em 1720, mil escravos fugiram para as montanhas; em 1751, havia pelo menos 3 mil deles. Normalmente formavam bandos separados, mas periodicamente encontravam um chefe que era forte o suficiente para unir os diferentes agrupamentos. Muitos desses líderes rebeldes inspiravam terror no coração dos colonistas devido às suas incursões nas fazendas e à força e determinação da resistência organizada por eles contra as tentativas de exterminá-los. O maior desses chefes foi Mackandal.

Mackandal concebeu o audacioso plano de unir os negros e expulsar os brancos da colônia. Era um negro vindo da Guiné, que tinha sido escravo no distrito de Limbé, o qual mais tarde se tornaria um dos grandes centros da revolução. Mackandal era um orador, na opinião de um branco contemporâneo, e com a mesma eloquência dos oradores europeus daqueles dias, diferente apenas na força e no vigor, em que lhes era superior. Destemido, embora maneta devido a um acidente, tinha uma fortaleza de espírito que sabia preservar

mesmo em meio à mais cruel das torturas. Ele dizia poder prever o futuro; como Maomé, teve revelações; convenceu seus seguidores de que era imortal e exercia sobre eles um tal domínio que consideravam uma honra servi-lo de joelhos. As mulheres mais formosas brigavam pelo privilégio de serem admitidas em seu leito. O seu bando não saía apenas para pilhar fazendas por toda a parte, mas o próprio chefe percorria essas fazendas para converter escravos para o seu bando, estimular seus seguidores e aperfeiçoar o seu grande plano de destruição da civilização branca de São Domingos. Uma massa sem instrução, percebendo a possibilidade da revolução, começa normalmente pelo terrorismo, e Mackandal visava libertar seu povo por meio do envenenamento. Durante seis anos, construiu sua organização, e ele e seus seguidores envenenavam não apenas brancos mas membros desobedientes do próprio bando. Então, planejou que em determinado dia a água de todas as casas na capital da província seria envenenada, e os brancos seriam atacados durante as suas convulsões e angústias de morte. Possuía listas com todos os membros de seu partido em cada um dos bandos de escravos; designou capitães, tenentes e outros oficiais; dispôs que os bandos de negros deveriam deixar a vila e se espalhar pela planície para massacrar os brancos. A sua temeridade foi a causa da sua queda. Um dia, ele foi até uma fazenda, embebedou-se e foi traído. Capturado, foi queimado vivo.

A revolta de Mackandal não se realizou e foi o único indício de uma tentativa de revolta organizada durante os cem anos que precederam a Revolução Francesa. Os escravos pareciam eternamente resignados, embora de vez em quando um escravo fosse alforriado ou comprasse a própria liberdade de seu dono. Dos seus senhores não partia nenhuma conversa sobre uma futura emancipação. Os colonistas de São Domingos diziam que a escravidão era necessária, e para eles o assunto estava encerrado. A legislação sobre a proteção dos escravos existia apenas no papel, devido à regra que reza que um homem pode fazer o que quiser com a sua propriedade.

Todas as leis a favor dos negros, por mais humanas e justas que possam parecer, significarão sempre uma violação dos direitos de propriedade se não forem patrocinadas pelos colonistas [...]. Todas as leis sobre propriedade são justas apenas se apoiadas pela opinião daqueles que estão interessados nelas como proprietários.^[P.]_[SÉP.]

Essa era ainda a opinião dos brancos no começo da Revolução Francesa. Não apenas os fazendeiros mas as autoridades deixaram bem claro que, quaisquer que fossem as penas para os maus-tratos aos escravos, elas nunca seriam aplicadas. Os escravos poderiam entender que tinham direitos, o que seria fatal para a paz e para o bem da colônia. Eis por que um colonista nunca hesitava em mutilar ou em matar um escravo que lhe tinha custado milhares de francos.

“A Costa do Marfim é uma boa mãe”, dizia um provérbio colonial. Os escravos poderiam ser sempre comprados e os lucros seriam sempre altos.

[...]

Esperanças vindas dos colonistas não havia. Na França, o liberalismo continuava sendo uma aspiração e a “curadoria”, sua folha de parreira, era ainda desconhecida. Mas na maré do humanitarismo que subia na revolta da burguesia contra o feudalismo, Diderot e os enciclopedistas atacavam a escravidão. “Deixemos as colônias serem destruídas antes que nos tornemos a causa de tantos males”, dizia a *Enciclopédia* em seu artigo sobre o comércio de escravos. Mas tais ímpetos nem antes nem então produziram muito efeito. Qualquer ataque verbal contra a escravidão provocava a mofa dos observadores, que nem sempre era injusta. Os seus autores eram comparados a médicos que, em vez de receitar um remédio a um paciente, maldiziam a doença que o consumia.

* * *

Mas entre esses oponentes literários à escravidão havia um que, nove anos antes da queda da Bastilha, clamava por uma revolução de escravos com a apaixonada convicção de que era certo que ela viria para libertar a África e os africanos um dia. Era um religioso, o padre Raynal, e ele pregou a sua doutrina revolucionária na *História filosófica e política dos estabelecimentos e do comércio dos europeus nas duas Índias*. Era um livro famoso em sua época e foi parar nas mãos do escravo mais apto a fazer uso dele: Toussaint L’Ouverture.

“A liberdade natural é o direito que a natureza proporcionou para todos disporem de si mesmos de acordo com a sua própria vontade.”

“O escravo, um instrumento nas mãos da perversidade, está abaixo do cachorro que os espanhóis soltaram contra os povos americanos.”

“Essas verdades são eternas e memoráveis: os fundamentos de toda a moral, a base de todos os governos; poderão ser contestadas? Sim!”

E a passagem mais conhecida:

Se apenas o interesse pessoal predomina entre as nações e os seus senhores, é porque um outro poder existe. A natureza fala em sons mais fortes do que a filosofia ou do que o interesse pessoal. Já existem duas colônias estabelecidas de negros fugitivos onde a força e os tratados protegem-nas de serem tomadas. Esses relâmpagos anunciam o trovão. Um comandante corajoso é tudo de que precisam. Onde está esse grande homem que a Natureza deve aos seus molestados, oprimidos e atormentados filhos? Onde está? Ele aparecerá, não duvidem! Ele apresentar-se-á erguendo o estandarte da liberdade. Esse venerável sinal reunirá em torno dele os companheiros dos seus infortúnios. Mais impetuosos do que as torrentes, eles deixarão em todas as partes a marca indelével do seu justo ressen-

mento. Em todas as partes, as pessoas abençoarão o nome do herói que terá restabelecido os direitos da raça humana; em todas as partes, erguerão troféus em sua homenagem.

Toussaint leu a passagem inúmeras vezes: “Um comandante corajoso é tudo de que precisamos. Onde está?”. Um comandante corajoso era preciso. É da tragédia dos movimentos de massa que eles necessitam, mas apenas raramente conseguem encontrar a liderança adequada. Contudo, era preciso muito mais do que isso.

Os homens fazem a sua própria história. E os jacobinos negros de São Domingos fariam a história que mudaria o destino de milhões de homens e o curso econômico de três continentes. Todavia, se é possível aproveitar uma oportunidade, não é possível criá-la. O comércio de escravos e a escravidão estavam firmemente entrelaçados à economia do século XVIII. Três forças: os proprietários de São Domingos, a burguesia francesa e a burguesia inglesa prosperaram sobre a devastação de um continente e a brutal exploração de milhões de seus habitantes. Enquanto essas forças se mantivessem em equilíbrio, o tráfico demoníaco prosseguiria; e assim teria continuado até os dias de hoje. Mas nada, por mais lucrativo que seja, dura para sempre. Desde que o seu próprio desenvolvimento ganhou ímpeto, os fazendeiros das colônias e as burguesias francesa e britânica passaram a gerar pressões internas e a intensificar as rivalidades externas, dirigindo-se cegamente para conflitos e explosões que despedaçariam as bases do seu domínio e criariam a possibilidade da emancipação.

(Tradução de Afonso Teixeira Filho)

Caio Prado Júnior

*A natureza econômica da colonização tropical**

Caio Prado Júnior, eminente historiador brasileiro e militante do Partido Comunista, é autor de vários livros de história econômica do Brasil que se transformaram em “clássicos”. Ao lado de Sérgio Bagú, foi um dos primeiros marxistas latino-americanos a refutar a tese tradicional dos partidos comunistas sobre o caráter “feudal” da economia colonial, em sua obra *História econômica do Brasil*, de 1945. Entretanto, como ele mesmo explicará mais tarde, suas descobertas científicas não alteraram de forma alguma as concepções de seu partido sobre a necessidade de uma revolução “antifeudal” no Brasil do século XX.

O seguinte texto é uma análise das características próprias da colonização “tropical” (diferente da realizada na América do Norte), na América Latina em geral e no Brasil em particular, ressaltando sua dimensão capitalista específica.

Coloquemo-nos naquela Europa anterior ao século XVI, isolada dos trópicos, só indireta e longinquamente acessíveis, e imaginemo-la, como de fato estava, privada quase inteiramente de produtos que se hoje pela sua banalidade, parecem secundários, eram tão prezados como requintes de luxo. Tome-se o caso do açúcar, que embora se cultivasse em pequena escala na Sicília, era artigo de grande raridade e muita procura; até nos enxovais de rainhas ele chegou a figurar como dote precioso e altamente prezado. A pimenta, importada do Oriente, constitui durante séculos o principal ramo do comércio das repúblicas mercadoras italianas, e a grande e árdua rota das Índias não serviu muito tempo para outra coisa mais que abastecer dela a Europa. O tabaco, originário da América, e por isso ignorado antes do descobrimento, não teria, depois de conhecido, menor importância. E não será este também, mais tarde, o caso do anil, do arroz, do algodão e de tantos outros gêneros tropicais?

Isto nos dá a medida do que representariam os trópicos como atrativo para a fria Europa, situada tão longe deles. A América pôr-lhe-ia à disposição, em tratos imensos, territórios que só esperavam a iniciativa e o esforço do homem. É isto que estimulará a ocupação dos trópicos americanos. Mas trazendo este agudo interesse, o colono europeu não traria com ele a disposição de pôr-lhe a serviço, neste meio tão difícil e estranho, a energia do seu trabalho físico. Viria como dirigente da produção de gêneros de grande valor comercial, como empresário de um negócio rendoso; mas só a contragosto, como trabalhador. Outros trabalhariam para ele.

* Caio Prado Júnior, *História econômica do Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1959, p. 20-23.

Nesta base realizar-se-ia uma primeira seleção entre os colonos que se dirigem respectivamente para um e outro setor do novo mundo: o temperado e os trópicos. Para estes, o europeu só se dirige de livre e espontânea vontade quando pode ser um dirigente, quando dispõe de recurso e aptidões para isto; quando conta com outra gente que trabalhe para ele. Mais uma circunstância vem reforçar esta tendência e discriminação. É o caráter que tomará a exploração agrária nos trópicos. Esta se realizará em larga escala, isto é, em grandes unidades produtoras – fazendas, engenhos, plantações (as *plantations* das colônias inglesas) – que reúnem, cada qual, um número relativamente avultado de trabalhadores. Em outras palavras, para cada proprietário (fazendeiro, senhor ou plantador), haveria muitos trabalhadores subordinados e sem propriedade. [...]

Como se vê, as colônias tropicais tomaram um rumo inteiramente diverso do de suas irmãs da zona temperada. Enquanto nestas se constituirão colônias propriamente de povoamento (o nome ficou consagrado depois do trabalho clássico de Leroy-Beaulieu, *De la colonisation chez les peuples modernes*) escoadouro para excessos demográficos da Europa, que reconstituem no novo mundo uma organização e uma sociedade à semelhança do seu modelo e origem europeus; nos trópicos, ao contrário, surgirá um tipo de sociedade inteiramente original. Não será a simples feitoria comercial que já vimos irrealizável na América. Mas conservará, no entanto, um acentuado caráter mercantil; será a empresa do colono branco que reúne à natureza pródiga em recursos aproveitáveis para a produção de gêneros de grande valor comercial, o trabalho recrutado entre raças inferiores que domina: indígenas ou negros africanos importados. Há um ajustamento entre os tradicionais objetivos mercantis que assinalam o início da expansão ultramarina da Europa, e que são conservados, e as novas condições em que se realizará a empresa. Aqueles objetivos, que vemos passar para o segundo plano nas colônias temperadas, manter-se-ão aqui, e marcarão profundamente a feição das colônias do nosso tipo, ditando-lhes o destino. No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais complexa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no plano social como no econômico, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos. Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde, ouro e diamante; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele

comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura social, bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seu cabedais e recrutará a mão de obra de que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, mercantil, constituir-se-á a colônia brasileira.

Este início, cujo caráter manter-se-á dominante através dos séculos da formação brasileira, gravar-se-á profunda e totalmente nas feições e na vida do país. Particularmente na sua estrutura econômica. E prolongar-se-á até nossos dias, em que apenas começamos a livrar-nos deste longo passado colonial. Tê-lo em vista é compreender o essencial da evolução econômica do Brasil [...].

Sergio Bagú

*A economia colonial**

O historiador e economista argentino Sergio Bagú (também autor de trabalhos sobre o materialismo histórico) é um dos representantes mais significativos das ciências sociais marxistas da América Latina. Suas obras de história econômica mostram que, mesmo durante o período de hegemonia do mais tosco dogmatismo, foram elaborados trabalhos marxistas sérios. *Economía de la sociedad colonial* (1949) é um livro pioneiro, certamente um dos primeiros que refuta, de forma sistemática, ampla e explícita, o esquema tradicional do “feudalismo latino-americano”, ressaltando a dimensão capitalista da colonização ibérica do continente.

Índole da economia colonial

A determinação da índole da economia nacional é mais do que um tema estritamente técnico. Afeta a própria interpretação da história econômica e adquire um alcance prático imediato se considerarmos que a atual economia dos países latino-americanos ainda conserva muitas das características fundamentais de sua estrutura colonial.

A estruturação econômica da sociedade colonial luso-hispânica adquire suas linhas definitivas em meados do século XVI, e elas se acentuam notavelmente nos séculos seguintes. No momento da independência dos nossos países, o regime colonial já funcionava há três longos séculos. Em um deles – Cuba –, quase quatro. E no mais desafortunado de todos – Porto Rico – ele ainda se mantém, com nome diferente. Esta longa vigência ajuda a explicar a profunda marca colonial herdada pelos Estados independentes da América Latina, enquanto nas colônias anglo-saxãs do norte o regime imperial não chegou a dois séculos, e durante uma grande parte desse período elas ficaram abandonadas ao seu próprio destino.

Que índole de economia é esta que os espanhóis e portugueses organizaram aqui, em meio às enormes multidões nativas da América e da África? Era o feudalismo, já decadente no velho continente? Era o capitalismo, cujo brilho e potência são documentados na época pelo apogeu italiano e pelos navegantes ibéricos? Era algo diferente, embora com algumas características básicas de ambos? [...]

Há, porém, um fato inegável: as colônias luso-hispânicas da América não nasceram para repetir o ciclo feudal, mas para se integrarem ao novo ciclo capitalista que se inaugurava no mundo.

* Sergio Bagú, *Economía de la sociedad colonial*, Buenos Aires, El Ateneo, 1949, p. 97-98, 103-4, 117-20, 142-43.

Foram descobertas e conquistadas como um episódio a mais em um vasto período de expansão do capital comercial europeu. Seu regime econômico colonial foi organizado para robustecer as economias metropolitanas e o mercado colonial. Algumas décadas depois do início de sua história propriamente colonial, a orientação de suas explorações mineiras e suas culturas agrícolas evidencia que elas correspondem aos interesses predominantes nos grandes centros comerciais do velho mundo na época.

Contudo, não podemos deixar de perceber na estruturação econômico-social de nossa América uma mescla de fatores, de características aparentemente contrapostas, que devem ser estudadas em detalhe para extrair de sua visão panorâmica um conceito amplo e nítido da índole da economia colonial. [...]

A produção para o mercado

Se existe alguma característica bem definida e inquestionável na economia colonial, é a da produção para o mercado. Desde os primeiros tempos do regime até seus últimos dias, ela condiciona toda a atividade produtiva.

Para o mercado internacional produzem o *senhor de engenho* da Bahia, do Rio e de São Vicente, desde meados do primeiro século colonial, assim como os *mineradores* de Minas Gerais e do Distrito Diamantino, monopolizados pela coroa portuguesa no século XVIII. Com a mesma finalidade cultiva-se algodão no Maranhão, no século XVIII e, no final da era colonial, os cafezais do Sul começam a se estender. Para o mercado interno produzem os *fazendeiros de gado* do Nordeste a partir do século XVI e, mais tarde, seus concorrentes do Sul. Para o mercado interno cultivam-se cereais em diversas regiões. [...]

As colônias luso-hispânicas não só se incorporam rapidamente à revolução comercial iniciada na Europa como também chegam a constituir, em seu conjunto, um de seus elementos mais importantes.

Por outro lado, existem abundantes sintomas do alto grau de sensibilidade comercial que preside o desenvolvimento econômico destas colônias. Quando se percebe que um produto colonial pode ser lançado em grande escala no mercado internacional, há crédito, instrumentos e escravos disponíveis para estimular sua produção; às vezes, também há armas dispostas a conquistar a zona produtora para usufruir melhor suas riquezas.

A Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, que invade a costa nordeste do Brasil em 1630, tenta dominar as regiões do açúcar, produto que há muito tempo provocava grande interesse na Holanda, sendo que no século XVI já se constituíra neste país uma empresa para vendê-lo. Ela ainda está de posse dessa faixa litorânea da colônia portuguesa, quando sua necessidade de obter o produto em grandes quantidades faz com que a companhia ofereça aos

colonos ingleses de Barbados tudo o que eles precisam – capital, implementos, negros, cana-de-açúcar – para iniciarem na ilha a mesma cultura; depois que as primeiras tentativas fracassam porque o açúcar obtido não é de boa qualidade, ela leva alguns colonos de Barbados para seus novos domínios brasileiros, a fim de que eles aprendam a melhorar a técnica. Quando a companhia é expulsa por portugueses e brasileiros em 1654, Barbados já tinha começado a exportar açúcar para a Europa, com grande beneplácito dos acionistas e diretores da companhia holandesa, sem cuja ajuda Barbados não teria se transformado em um gigantesco latifúndio açucareiro.

No século XVIII – depois de aperfeiçoada a técnica colonial do comércio internacional –, multiplicam-se os exemplos como este. Os escravagistas estimulam a produção de açúcar em Cuba, concedendo créditos aos agricultores. A Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão concede crédito aos colonos do Maranhão para a aquisição de escravos e ferramentas agrícolas, a fim de estimular a cultura do algodão, buscado com insaciável avidez pelos teares europeus. A Companhia Guipuzcoana oferece crédito aos pequenos agricultores da Venezuela para se dedicarem a produzir cacau e outros frutos, que a empresa vende a bom preço no velho continente.

Os casos expostos parecem suficientes para confirmar que a colônia luso-hispânica é parte fundamental do ciclo capitalista mundial e se desenvolve como complementar da economia europeia, e por isso os produtos mais solicitados no velho mundo são os que adquirem maior êxito no novo. O mercado colonial também foi muito mais importante do que supuseram nossos historiadores do século XIX, porém não pode ser equiparado ao europeu, quanto à gravitação que exerce na configuração da economia americana. [...]

A economia colonial como capitalismo colonial

Agora estamos em condições de responder às perguntas formuladas no início do capítulo. O regime econômico luso-hispânico do período colonial não é feudalismo. É capitalismo colonial.

Quando os historiadores e economistas dizem que o feudalismo, agonizante na Europa, reviveu na América, referem-se a fatos concretos: a transferência de algumas instituições já decadentes no velho mundo; o florescimento de uma aristocracia constituída por elementos provenientes da Europa; certas características das grandes explorações agrárias, pecuárias e mineiras, que analisamos e que evocam as condições de dependência de amo e servo, assim como a beligerância senhorial da época feudal. Todos estes fatos, porém, não são suficientes para configurar um sistema econômico feudal.

Por outra parte, o capitalismo colonial apresenta reiteradamente nos diversos continentes certas manifestações externas que o assemelham ao feudalismo. É um regime que conserva um perfil equívoco, sem alterar por isso sua inquestionável índole capitalista.

Em vez de reviver o ciclo feudal, a América ingressou com surpreendente celeridade no ciclo do capitalismo comercial já inaugurado na Europa. E mais: a América contribuiu para dar a esse ciclo um vigor colossal, tornando possível o começo do período do capitalismo industrial, séculos mais tarde.

A escravidão não tem nada de feudal e sim tudo de capitalista, como consideramos ter provado no caso de nossa América. Ao se integrar ao ciclo comercial, a América luso-hispânica recebeu um formidável enxerto africano. A mão de obra indígena e a outra, de procedência africana, foram os pilares do trabalho colonial americano. A América e a África – destilados seus sangues pelos alquimistas do comércio internacional – foram indispensáveis para o deslumbrante florescimento capitalista europeu.

Marcelo Segall

*O desenvolvimento do capitalismo no Chile**

O historiador chileno Marcelo Segall também foi um dos primeiros autores marxistas a criticar a doutrina do feudalismo latino-americano. Nascido em Santiago em 1920, Segall foi reitor e fundador da Universidad Independiente (popular) de Santiago do Chile, assim como professor e pesquisador da Universidade do Chile. Detido em 1973 e preso durante um ano pela junta militar de Pinochet, foi libertado graças a uma campanha internacional. Atualmente, dirige o Departamento Latino-Americano do Instituto Internacional de História Social de Amsterdã. Segall foi militante comunista desde os anos 1930 até 1957, quando abandonou o Partido Comunista chileno e se aproximou da corrente trotskista, permanecendo sempre como independente. Além de sua obra pioneira de 1953, sobre o desenvolvimento do capitalismo no Chile, Segall é autor de vários trabalhos importantes de história econômica e social: *Biografía social de la ficha salario* (Santiago, Mapocho, 1964); “Las fichas salario en el mundo” (*Boletín de la Universidad de Chile*, Santiago, 1967) etc.

Publicamos aqui alguns fragmentos do livro *El desarrollo del capitalismo en Chile, cinco ensayos dialécticos* (1953); devemos ressaltar que Marcelo Segall considera parcialmente superadas as teses dessa época. Em uma carta que nos enviou (23 de abril de 1976), destaca: “Meu ponto de vista anterior tinha uma expressão um pouco mecânica: apresentava a sociedade chilena como capitalista desde a época colonial, a partir do salto histórico que significou a passagem da terra de uso comunal para a propriedade privada mercantil, a passagem da economia natural para a economia monetária [...]. Mas isto não explicava o conjunto do processo. [...] Minha visão atual é mais dialética e universal. Parte do salto histórico, porém o considera como um fragmento do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade: a conquista espanhola implantou as relações de propriedade privada, mas sobre a cultura existente, isto é, as culturas andinas que constituiriam uma forma original da evolução. [...] A América Latina andina é produto do desenvolvimento combinado de sociedades de diferentes níveis culturais, muito desigual, mas em sua totalidade, depois da conquista, capitalista”.

* Marcelo Segall, *El desarrollo del capitalismo en Chile, cinco ensayos dialécticos*, Santiago de Chile, 1953, p. 90-91, 96-97, 98-99.

A agricultura moderna nasce com a *encomienda*¹ e a divisão organizada pelos conquistadores. A divisão e a *encomienda* foram a desapropriação violenta, sangrenta e necessária da terra de seus primitivos habitantes aborígenes e sua redução à escravidão. Esse uso da mão de obra ocorreu por meio de uma revolução nas relações de produção; isto é, da colheita primitiva e comum do sistema tribal ao regime de exploração de uma classe por outra.

O regime de terras chileno, desde a *encomienda* e até hoje, foi assimilado ao feudalismo europeu, posterior à escravidão da Antiguidade.

A fim de evitar estas confusões e mal-entendidos em sua compreensão, tanto desse sistema quanto de seu significado terminológico, primeiramente vamos definir e determinar que é capitalismo e feudalismo.

O feudalismo é, no sentido econômico, a relação de produção de uma etapa da sociedade caracterizada, especificamente, pela exploração agrícola e artesanal em pequena escala, para o consumo direto do senhor e seus servos.

Ao contrário, o capitalismo é, no sentido mercantil, o modo de produção destinado ao mercado, nacional ou exterior, em maior ou menor escala; isto significa por sua vez um intercâmbio comercial, ou seja, a produção de mercadorias (ou valores de câmbio); neste caso, produtos agrícolas. É um modo de produção caracterizado pela venda da força do trabalhador.

A *encomienda* se iniciou, em parte, para o uso privado do conquistador, mas o objetivo geral era produzir artigos para o consumo e abastecimento das cidades e da mineração: poder produzir mercadorias para a troca e pagar direitos à Coroa espanhola. Em suma, uma evolução capitalista, mas de tipo colonial. [...].

A causa da submissão dos arrendatários não reside no “sistema social feudal” hipotético, mas nas constantes dívidas pendentes, que o obrigam a ocupar o resto de seu tempo no trabalho gratuito para seu credor “benevolente”. Credor que é seu patrão.

O segredo da libertação camponesa no Chile reside no esforço que o arrendatário fazia (faz) para cumprir o trato e ficar com algum excedente na qualidade de lucro e alimentação, o que o leva a trabalhar de sol a sol. E não apenas ele, mas todos os seus familiares. “Esta condição herda-se na família e nas gerações futuras, que deste modo pertencem de forma efetiva ao credor” (Karl Marx).

Nas condições de devedor, é evidente que, se o clima permitir ou obrigar (pelos imprevistos naturais da agricultura), para defender a colheita ele apressa o trabalho, ocupa as noites e também seus familiares. Este ritmo de atividade

¹ Instituição colonial baseada na divisão dos índios entre os conquistadores. O índio devia trabalhar e pagar um tributo ao seu dono, chamado de *encomendero*. Este, por sua vez, tinha a obrigação de ensinar-lhe a religião cristã e de instruí-lo conforme as leis das Índias. Este sistema, aplicado inicialmente em La Española, estendeu-se a todos os países da América Hispânica. A cobiça de alguns *encomenderos*, que chegaram a tratar os aborígenes como escravos, originou protestos de alguns vice-reis e visitantes. (N.T.)

nunca seria exercido se trabalhasse pressionado apenas pela simples sujeição, dura, mas que se pode evitar com um pouco de habilidade.

Parece-me que posso, com isso, acabar com a lenda patriarcal (ou semifeudal) das relações familiares entre patrão e arrendatário. Lenda continuada pelo pesquisador Mac Bride, nas páginas iniciais de sua obra². Para os defensores do atual regime agrário, o patrão é um patriarca bondoso. Para seus inimigos, mal-informados, um feudal. O historiador e agricultor Francisco Encina os declara “patriarcas”, ou seja, no fundo tratar-se-ia de um feudalismo benéfico. No outro campo, o historiador socialista Julio César Jobet afirma que seriam “feudais ou semifeudais”.

A opinião geral não concorda com a minha. De Mac Bride aos programas impessoais, todos coincidem em afirmar que a agricultura chilena conserva uma estrutura medieval modificada ou semifeudal. Estas posições são comuns em quase toda a América, com algumas notáveis exceções como a do americano William Z. Foster, os mexicanos Jan Bazant e Silvio Zavala e o argentino Sergio Bagú, os quais (com exceção de Zavala), continuando o método de análise econômica de Marx, têm outra forma de definição. Foster³ classifica a agricultura latino-americana como empreendimento capitalista de pouco desenvolvimento e Bazant define a *encomienda* como uma organização capitalista de métodos e formas escravagistas. [...]

Outro elemento que contribui para o conceito, errado, de feudalismo chileno, é a confusão deste termo com latifúndio. A grande superfície não é a característica fundamental do feudo. Pode tê-la, como a teve, o escravismo e o Império Romano. Mas ele também existe na Inglaterra capitalista. O que caracteriza o feudalismo é a relação classista de senhor e servo. Outro hábito de definir o latifundiário nacional como feudal é o que parte dos costumes familiares e externos, isto é, de um caráter moral, orientação muito notória em Julio César Jobet. Sua atitude parte do fato de que a grande maioria dos proprietários de terra é descendente dos antigos primogênitos e *encomenderos*, o que lhes cria a possibilidade de um tradicionalismo de casta privilegiada e uma ostentação de nobreza provinciana. Isto também não altera a forma capitalista de produção, que é o essencial.

² *Chile, su tierra y su gente*. Apesar de seus defeitos, é a mais valiosa contribuição ao problema. Muitas vezes acertada e precisa em suas pesquisas sobre a agricultura.

³ *An Outline of Political History of the Americas*, Nova York, 1952.

Milcíades Peña

*O desenvolvimento combinado da economia colonial**

Militante e teórico trotskista, autor de várias obras de história econômica e social da Argentina (*Antes de mayo, El paraíso terrateniente, Masas, caudillos y élites*, Buenos Aires, Fichas), Milcíades Peña também participou (com o pseudônimo de Alfredo Parrera Dennis) da redação de uma revista marxista de pesquisa social, *Fichas de investigación económica y social*, até sua morte. Sua análise da economia colonial, realizada essencialmente nos anos 1955-57, foi publicada pela primeira vez em 1966, nesta revista. Peña trata de aplicar à estrutura socioeconômica latino-americana a teoria de Trotski sobre o desenvolvimento desigual e combinado. O fragmento que publicamos é uma polêmica sobre este tema com o historiador proveniente do Partido Comunista argentino, Rodolfo Puiggrós.

Que ao longo de toda a história colonial existe na América Espanhola um tipo de senhor cujos hábitos, atuação e mentalidade guardam estreita semelhança com o senhor da Idade Média, não cabe a menor dúvida. O *senhor de engenho* e o *fazendeiro* de gado ou de café, no Brasil; o *encomendero*, o mineiro, o latifundiário, o plantador de cacau e de açúcar, o bispo, o *ranchero*, o *estanciero* nas colônias espanholas têm uma marcada tendência a se considerarem senhores absolutos em seus domínios territoriais, chefes militares locais que menosprezam a autoridade central, e a exercerem uma justiça de inspiração feudal sobre seus subordinados. Pode-se dizer o mesmo dos proprietários de engenhos das Antilhas britânicas e dos plantadores de tabaco de Virgínia e das Carolinas. Mas os “senhores feudais” americanos têm algumas diferenças notáveis com relação aos europeus: as bases materiais de suas riquezas não são feudos fechados, unidades autossuficientes, mas minas que produzem para o exterior, índios *encomendados*, engenhos, fazendas ou ranchos cujos produtos são exportados. Como disse Bagú, a América foi uma “concepção de casta sobre uma realidade de classes”.

Rodolfo Puiggrós, historiador de formação stalinista que há anos escreveu sobre a história argentina com o propósito de nela encontrar – ou, em todo caso, inventar – os elementos feudais aos quais pudesse contrapor a correspondente burguesia progressista, fez uma descoberta que, guardando as distâncias, é pelo menos tão transcendental como a da América. Trata-se de que “a conquista

* Milcíades Peña, *Antes de mayo, formas sociales del trasplante español al Nuevo Mundo*, Buenos Aires, Fichas, 1973, p. 51-54.

colonizadora transferiu as formas de produção [...] do feudalismo ibérico em decadência”, e que depois “a América deu oxigênio ao feudalismo agonizante [...] da península ibérica”. Seguindo Puiggrós, Leonardo Paso também diz que, na América, “a colonização foi feudal”, mas com enxertos escravistas. E um apóstolo do disparate que escreveu um livro intitulado *América Latina un país*, diz que as colônias espanholas “desenvolviam sua economia sobre bases feudais” (Jorge Alberto Ramos).

Apesar das afirmações sobre a colonização feudal, o próprio Puiggrós reconhece que “a descoberta da América foi um empreendimento realizado por comerciantes e navegadores” e teve objetivos totalmente comerciais. Existe uma evidente contradição entre essa afirmação e a tese sobre o caráter da colonização, que Puiggrós evita com a teoria da “ponte”, segundo a qual os objetivos comerciais da conquista da América serviram de passarela para o estabelecimento nestas terras do feudalismo espanhol. Evidentemente, Puiggrós e Cia. entendem por feudalismo a produção de mercadorias em grande escala com destino ao mercado mundial, e mediante o emprego de concentrações de mão de obra semiassalariada, semelhantes às que, muitos séculos depois, o capital financeiro internacional costuma utilizar nas plantações afro-asiáticas. Se isto é feudalismo, devemos nos perguntar com certa inquietação o que será o capitalismo. Mas esta pergunta não preocupa Puiggrós, que explica o “caráter eminentemente feudal do domínio espanhol na América” com base no fato de que “a Coroa considerava o novo continente seu feudo direto e vassalos os seus habitantes, e não colônias no sentido que, desde o século XVII, foi dado aos seus domínios comerciais”. Embora pareça o contrário, estas palavras não pertencem a um especialista em direito comparado, mas a um historiador que se proclama marxista. Mas nada é mais estranho ao marxismo que o cretinismo jurídico, e nada mais revelador de um impenitente cretinismo jurídico que caracterizar como feudal a colonização espanhola, *não* pela estrutura de suas relações de produção, mas pela forma jurídica que assume o vínculo entre as colônias e a Coroa espanhola. A forma da relação entre as colônias e Espanha sem dúvida tem, do ponto de vista jurídico, uma acentuada cor feudal. Mas, sob esta forma jurídica, o conteúdo econômico-social das colônias gira em torno da produção para o mercado e a obtenção de lucro – o que dá a esse conteúdo um decisivo caráter capitalista, apesar de todos os matizes feudais que o envolvem.

Tropeça-se de novo aqui – na tese de Puiggrós – no pensamento esquemático e formal, que origina tantos erros no processo de conhecimento; a Espanha era feudal; “logo”, sua colonização foi feudal. Perfeita dedução formal e perfeito erro. Os espanhóis que chegaram à América encontraram uma realidade nova, inexistente na Espanha; e o resultado foi que, mesmo que tenham querido subjetivamente reproduzir a estrutura da sociedade espanhola, objetivamente

construíram algo muito diferente. A Espanha feudal criou na América uma sociedade basicamente capitalista – um capitalismo colonial, naturalmente, do mesmo modo que, na época do imperialismo, o capital financeiro edifica em suas colônias estruturas capitalistas recobertas de reminiscências feudais e escravistas. Este é precisamente o caráter combinado do desenvolvimento histórico. O pensamento formal não capta isto, e por este motivo, em geral, não capta absolutamente nada do essencial.

Clóvis Moura

*O quilombo dos Palmares**

Clóvis Moura (1925-2003), jornalista e ensaísta político, militou no Partido Comunista Brasileiro (PCB) a partir dos anos 1940. Em 1962 participou da formação do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), cisão de orientação maoísta. Nos anos 1970 destacou-se pela militância no movimento negro brasileiro. Nos últimos anos, comunista sem partido, colaborou com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), escrevendo ensaios para a Editora Expressão Popular.

Rebeliões da senzala é seu livro mais importante, publicado inicialmente em 1959, mas reeditado várias vezes. Reproduzimos aqui algumas passagens do capítulo que relata a história do quilombo dos Palmares, comunidade de ex-escravos em rebelião que é até hoje um poderoso símbolo de luta negra e popular no Brasil.

Dos movimentos dos escravos contra a escravidão, Palmares é, por circunstâncias especiais, o mais conhecido e estudado. Foi o que mais tempo durou; o que ocupou – e ocupou de fato – maior área territorial e o que maior trabalho deu às autoridades para ser exterminado. De 1630 a 1695 os escravos palmarinos farão convergir sobre seu reduto as atividades, os esforços e as diligências dos governantes da Colônia. Da história do que foi sua existência – 67 anos em constantes e sangrentas lutas – até o folclore nos dá notícias. E dos fatos passou à lenda.

De fato, aproveitando-se da ocupação batava, os escravos de Pernambuco e de outras capitânicas vizinhas começaram a fugir do cativeiro, pelos “delitos e intratabilidade dos seus senhores”, em pequenos bandos, esparsos – quase 50 negros da Guiné dos engenhos da Vila de Porto Calvo no início, informa Rocha Pitta – depois em bandos e de forma constante, homiziando-se nas matas de Palmares. Aproveitando-se da impenetrabilidade da floresta, da fertilidade das terras, da abundância de madeira, caças, facilidade de água e meios de defesa da região, foram se aglomerando e reunindo gente, juntando braços para a guerra e o trabalho e formaram naquele lugar a maior tentativa de autogoverno dos negros fora do continente africano.

A república ficava situada – segundo documento com relação das guerras feitas aos negros – numa superfície de 60 léguas, onde se espalhavam suas cidades (mocambos) da seguinte forma: a 16 léguas de Porto Calvo ficava o mocambo do Zumbi; ao norte deste, afastado 5 léguas, o do Arotirene; a leste,

* Clóvis Moura, *Rebeliões da senzala (Quilombos, insurreições, guerrilhas)*. São Paulo, Edições Zumbi, 1959, p. 109-114 e 123-128.

localizavam-se dois mocambos conhecidos pelo nome de Tabocas. A nordeste deste, distante 14 léguas, ficada o de Dambrabanga e a 6 léguas para o norte o de Subupira, quartel general dos negros; ao norte de Subupira, afastado 6 léguas, a cerca real do Macaco, capital da República, com 1.500 casas; 5 léguas para o oeste da capital ficava localizado o mocambo de Osenga e a 9 léguas de Serinhaém a cerca de Amaro. A 25 léguas de Alagoas, para o nordeste, o mocambo de Andalaquituche, além de inúmeros outros menores que se espalhavam pelas vizinhanças dos mais importantes.

Estabelecidos nas terras mais férteis da Capitania, começaram a desenvolver-se e aumentar de número. Suas roças floresciam, dando abundante colheita. Ali plantavam milho (que era a base da alimentação), banana, mandioca, batata-doce, feijão; aproveitavam-se do coco abundante na região, criavam animais domésticos, aves etc. Assim instalada, começou a desenvolver-se a república palmarina. Em 1643 eram cerca de 6 mil em franca atividade no reduto.

Necessitando de mantimento, armas e mulheres, começaram a atacar lavradores e estradas e exigir dos senhores de escravos, por meio de ameaças, o que necessitavam, tendo sempre os colonos trocado “o cabedal pela honra”. Ante o número que crescia constantemente, aumentava o perigo para os moradores vizinhos de Palmares, que ameaçava inclusive Ipojuca, Serinhaém, Alagoas, Una, Porto Calvo, São Miguel, povoações que forneciam provimentos para o litoral. Assim, o quilombo de Palmares ameaçava com suas atividades não somente de morte e ataque os moradores das redondezas, mas fazia suas conseqüências extensivas aos habitantes do litoral, apossando-se de mantimentos que, da região onde atuavam, seguiam para lá e que eram: peixe, farinha, gado, legumes, tabaco, madeiras etc.

Não foi sem motivo que Palmares chegou a ser comparado aos holandeses. Eram os dois inimigos de Portugal; um – Palmares – “o de portas a dentro”; o outro, os holandeses, não “sendo menores os danos deste do que tinham sido as hostilidades daqueles”. Era uma ameaça constante ao trabalho dos colonos.

Como decorrência do aumento incessante de quilombolas e do aparecimento conseqüente da agricultura, surgiu o primeiro rudimento de governo entre eles. Foi escolhido para dirigi-los Ganga-Zumba, pelos méritos demonstrados na guerra. Era Palmares, como já foi acentuado por Nina Rodrigues e Edison Carneiro, uma imitação dos muitos reinos existentes na África onde o chefe é escolhido entre os mais capazes na guerra e de maior prestígio entre eles. Esse rei governou até o ano de 1678 quando, havendo negociado a paz com os brancos, perdeu o prestígio entre seus pares e foi assassinado, tendo sido substituído por Zumbi, o que passou à história como líder incontestável e herói de Palmares. Além do rei, porém, a república era dirigida por um Conselho composto dos principais chefes dos quilombos espalhados pela região. Esse Conselho, que

constituía, ao que parece, a mais importante instância deliberativa da república, reunia-se periodicamente, quando havia assunto de interesse justificado e importante – a paz ou a guerra etc. – e funcionava na capital de Palmares, sob a presidência do rei Ganga-Zumba. Eram membros deste Conselho: o Ganga-Zona (irmão do rei), chefe do mocambo de Subupira, segunda cidade da república; Pedro Capacaça, Amaro, Acoritene, Osenga, Andalaquituche e Zumbi. Nos seus respectivos mocambos esses membros eram chefes absolutos.

O aspecto material da república era mais ou menos idêntico ao de muitas aldeias de tribos africanas. As casas espalhadas, sem obedecerem a nenhuma simetria, cobertas de palha ou outras matérias da região. Praticavam agricultura, cerâmica: panelas e vasos de barro, cuias de coco, faziam cestos, trabalhavam em cabaças. fabricavam esteiras, abanos etc... Eram polígamos: o rei Ganga-Zumba tinha três mulheres. Nas suas atividades predatórias pela região traziam muitos escravos, uns voluntariamente, outros à força, e que engrossavam enormemente o número de habitantes da república. Os que vinham forçados eram transformados em escravos que trabalhavam na agricultura. Assim foi se desenvolvendo o escravismo dentro da própria “república”, em consequência do desenvolvimento das atividades agrícolas.

Para acudir à segurança de um número tão considerável de pessoas e um território tão grande, necessitavam desenvolver sua técnica militar, estabelecer um sistema defensivo eficaz que assegurasse o sossego dos seus moradores. Seu exército aumentou consideravelmente. Iniciaram a construção de fortificações, confiadas, segundo parece, a um mouro que se encontrava entre eles. O exército era comandado pelo Ganga-Muiça e bem armado. Suas armas eram arco, flecha, lanças e armas de fogo tomadas das expedições punitivas, dos moradores vizinhos ou compradas. O governo, em 1670, estava ciente das “muitas e contínuas mortes e assassinatos que cometem a espingarda nesta Capitania e anexas por escravos mulatos, forros e cativos”. Nos baluartes construídos, o exército do Ganga-Muiça vigiava a segurança dos palmarinos. “Em tempo de paz – diz Rocha Pitta – nas três plataformas que se localizavam sobre as três portas principais do mocambo do Macaco, havia uma constante vigilância: era “cada uma guardada por um dos seus capitães de maior suposição e mais de 200 soldados”. O Q.G. desse exército era o mocambo de Subupira, onde eram dadas instruções militares. Esse mocambo parece que era uma espécie de praça forte, toda cercada de madeira e pedra, com mais de 800 casas. Estava completamente cercado de fojos e estrepes que quase tornavam impossível seu acesso.

Além do exército, o sistema defensivo de Palmares constituía o outro elo de sua segurança. Consistia em “uma estacada de duas ordens de paus lavrados em quatro faces, dos mais rijos, incorruptíveis e grossos”. A defesa principal da capital era a famosa cerca que tinha 2.470 braças, três portas guarnecidas por

plataformas, além de fojos – enormes buracos contornado-a internamente – e estrepes feitos de ferro que impediam a marcha dos exércitos atacantes.

Já havia Palmares assumido nessa altura grandes proporções. Sua população foi calculada em 20 mil habitantes e seus domínios se estendiam por um paralelogramo de cerca de 27 mil quilômetros quadrados. [...]

O rei Ganga-Zumba parece que não aguentou com o ânimo que as circunstâncias exigiam os golpes e as derrotas. Via a maioria dos seus principais capitães morta ou aprisionada; o Ganga-Muiça, seus filhos Zambi, Acaiene, Tocolo, netos e sobrinhos aprisionados ou mortos em combate; os cabos de guerra mais afamados já vencidos pelo adversário; as principais cidades da república destruídas pelas tropas invasoras ou incendiadas pelos próprios palmarinos; suas roças devastadas pelas expedições sucessivas enviadas contra eles; o Q.G. da república arrasado em 1677 pelas tropas de Fernão Carrilho e ele próprio ferido em um dos combates.

Nessa situação o rei Ganga-Zumba, em face dos oferecimentos de paz dos portugueses, achou vantajoso entender-se com eles, negociando-a. Resolveu enviar uma embaixada para acordar a paz com o governo. Era composta de três de seus filhos e mais 12 palmarinos. Isso no ano de 1678.

Recebidos por D. Pedro de Almeida, manifestaram seus desejos pacifistas, assim como do rei Ganga-Zumba. O governador Aires de Souza, a quem foram em seguida remetidos, recebeu-os com manifestações de benignidade e regozijo, mandando dar-lhes roupas e “fitas várias”. Os enviados do rei Ganga-Zumba foram à igreja, assistindo missa solene em ação de graça. Reuniu-se em seguida o Conselho do Governador, ficando assentado que estava aprovada “a petição do rei dos Palmares, em que pedia paz, liberdade, sítio, e entrega das mulheres”, e estabelecido que “lhes dessem para vivenda o sítio que eles apontassem, e a paz para a sua habitação, e plantas; que se assentasse a paz; e que o rei se recolhesse a habitar o lugar determinado; que fossem livres os nascidos nos Palmares; que teriam comércio, e trato com os moradores”.

Tudo escrito foi entregue aos palmarinos que regressaram, ficando um dos filhos do rei por doente.

Imediatamente foi comunicado ao Conselho Ultramarino o pacto selado com os ex-escravos, tendo, porém, o acordo recebido daquele órgão a mais formal desaprovação. Isso porque – dizia aquele Conselho em despacho à comunicação – “a experiência tem mostrado que esta prática é sempre um meio engano e ainda pelo que toca a nossa reputação” e “à vista com eles ficamos com menos opinião pois isto são uns pretos fugidos e cativos”.

Reação de desaprovação semelhante verificou-se em Palmares. Os chefes militares de maior prestígio colocaram-se contra o acordo e, depois de discutirem o assunto, resolveram desrespeitá-lo, executar o rei e entregar a direção de

Palmares ao Zumbi, sobrinho do rei, elemento novo e de “grande valimento”. Assim, quando chegaram as ordens em contrário do Conselho Ultramarino já a maioria dos escravos havia se colocado ao lado de Zumbi e reiniciado a luta contra os senhores. Resulta disso seguirem tropas – sem grandes conseqüências, aliás – comandadas por Gonçalo Moreira para esmagar os adeptos de Zumbi que se encontravam com seu comandante refugiados em Cucáu (1679).

Em 7 de novembro do ano de 1685 o governador de Pernambuco narava para a Metrópole queixas das “Câmaras e Povos circunvizinhos” das “tirantias que lhe estão fazendo (os negros de Palmares) matando moradores, saqueando-lhes casas”.

Fernão Carrilho segue, finalmente, em nova entrada, no dia 10 de janeiro de 1686, travando logo combate com um grupo de palmarinos que se colocou defensivamente entre Palmares e a expedição, tentando barrar-lhe o avanço. Foram, contudo, derrotados e Fernão Carrilho prosseguiu. A marcha continuou em direção ao reduto até o inverno, quando teve de ser suspensa. Nada adiantou de prático senão a destruição de roças e a prisão de alguns ex-escravos.

Somente com o aparecimento de Domingos Jorge Velho delineia-se a próxima derrota dos ex-escravos. Já severamente castigados por sucessivas expedições, sofrerão agora um ataque sistemático por parte do velho e experimentado paulista. Em 7 de novembro de 1685 já falava João da Cunha Souto Maior, em carta ao Conselho Ultramarino, da existência de Domingos Jorge Velho e de seu oferecimento para exterminar Palmares. “Recebi aqui carta de uns paulistas que andão nos sertões escrita a meu antecessor Dom João de Souza, em que lhe pedião huas patentes de capitão-mor”.

Domingos Jorge Velho, depois de acertar condições para investir contra os ex-escravos, após desviar sua marcha uma vez para combater os índios Jandoins na Capitania do Rio Grande do Norte, chegou à região dos quilombolas por volta do mês de dezembro de 1692 – segundo Edison Carneiro – e imediatamente iniciou o ataque. O primeiro choque, porém, não foi muito feliz para os paulistas que sofreram revide à altura da parte dos comandados de Zumbi, ficando desamparados nas margens, sem mantimentos. Tiveram de recuar para a Vila de Porto Calvo, onde iriam se reabastecer e descansar.

Enquanto isso, Zumbi e sua gente aproveitaram o descanso dos paulistas para se fortificarem no cume da serra da Barriga, dentro das cercas, protegidos pelo seu sistema defensivo.

Ali ficaram em posição de defesa, esperando as forças inimigas para o combate final.

Diante dessas fortificações parou a segunda expedição de Domingos Jorge Velho (1694). Surpreendido com as fortificações e recursos defensivos dos ex-escravos não ousou ordenar o ataque, solicitando reforços

ao governador. Atendendo ao seu pedido foram enviados 108 soldados de infantaria e outros homens da região, também incorporados, para conjuntamente darem cerco e combate ao grande reduto. Vinha, comandando as tropas pernambucanas, Bernardo Vieira de Mello, que se postou do outro lado das tropas do paulista. Ambas não se atreviam, contudo, a atacar o reduto dos negros que aparecia como inexpugnável. Iniciado finalmente o ataque, foram recebidos e rechaçados com “armas de fogo e flechas, disparadas dos baluartes, como de água fervendo, e brasas acesas”. Os primeiros combates se sucederam sem que os atacantes conseguissem vitória. Os ex-escravos resistiam heroicamente. A peleja continuava renhida e sem grandes progressos para os paulistas. Os ataques eram todos rechaçados, muitos com perdas para os sitiados. Vários soldados haviam ficado “estrepados” nas defesas de Palmares. Finalmente, por ordem de Domingos Jorge Velho, entrou a artilharia em ação. Os escravos começaram a sentir falta de munição e mantimentos: a posição era insustentável. Zumbi, então, aplica o último recurso: a retirada; notando existir ainda um vão de sete ou oito braças na contra-cerca construída pelos sitiados por ordem de Domingos Jorge Velho, executa uma manobra cheia de audácia, evacuando durante a noite seus homens, aproveitando-se dessa saída, pelo vão que bordejava o precipício. Somente no fim é que uma das sentinelas pressente a fuga, dando alarme. Os atacantes investem sobre os ex-escravos em retirada, desapiadadamente, matando cerca de 200 e aprisionando mais de 500. Quantidade igual a dos mortos em combate precipitou-se no abismo. Assim mesmo Zumbi conseguiu escapar com muitos soldados.

Estava ocupada a capital da República dos Palmares, após 22 dias de resistência.

Depois disso é uma caça que se realiza ao valoroso chefe dos quilombolas. Transforma-se em guerrilheiro, ninguém mais o consegue localizar com segurança: somente pela traição será morto tempos depois.

Numa das batidas contra os homens de Zumbi as tropas legais conseguem aprisionar um dos seus lugares-tenentes, mulato de “maior valimento”. Prometendo-lhe liberdade, pediram que denunciasse onde Zumbi se encontrava. Foi assim conduzida a tropa até o líder quilombola, que se encontrava oculto já “tendo lançado fora a pouca família que o acompanhava”, ficando somente com 20 companheiros num “sumidouro que artificialmente havia fabricado”. Nesse local foi encontrá-lo a tropa, atacando-o de surpresa. Assim mesmo pelejou “valerosa ou desesperadamente” matando um homem e ferindo alguns, sendo em seguida assassinado com seus companheiros.

O governador Caetano de Melo Menezes ordenou que sua cabeça fosse pendurada em um pau e exposta “no lugar mais público desta praça a satisfazer

os ofendidos e justamente queixosos e atemorizar os negros que supersticiosamente julgavam esse imortal”. Estava terminada a República de Palmares.

No ano de 1697 havia 30 ex-escravos atuando no interior, como reminiscência do poderio do antigo reduto da Serra da Barriga. Em 1704, na Serra Negra, apenas 60 quilombolas de Palmares, com armas de fogo, enfrentavam o capitão-mor Francisco Soares de Moura.

Rodney Arismendi

*A economia feudal na América Latina**

Apesar dos numerosos trabalhos dos historiadores marxistas dos anos 1940 e 1950, a doutrina oficial dos partidos comunistas latino-americanos continuará sustentando a tese do caráter feudal ou semifeudal da economia colonial do continente e de sua atual sobrevivência.

O texto que publicamos a seguir é um breve resumo desta concepção histórica, que apresenta uma visão de conjunto da estrutura socioeconômica das colônias latino-americanas. É um trecho de um ensaio de Rodney Arismendi, sociólogo e filósofo marxista, secretário-geral do Partido Comunista do Uruguai e um dos principais teóricos do comunismo tradicional da América Latina (publicado em 1961 na revista *Kommunist*, de Moscou).

Recordemos a estrutura econômico-social das colônias ibero-americanas. Ainda que a descoberta da América, o ouro e a prata indianos, a transformação da escravidão no empreendimento mercantil da caça e venda de escravos negros, o desenvolvimento da navegação e da técnica etc.¹ pertençam historicamente a esse sangrento, ganancioso e maravilhoso período do amanhecer do capitalismo, da formação do mercado mundial, as instituições sociais e as relações de produção que a Espanha e Portugal transplantam para as terras do Novo Mundo são feudais ou de cunho feudal e não capitalistas. Essas instituições devem se adaptar às circunstâncias americanas, à existência ou não de metais preciosos, ao clima – condição primária e natural da produção – e às possibilidades de mão de obra nativa; mas no essencial colocam sempre um carimbo feudal mais ou menos clássico na argila das mencionadas economias.

Esta não é a ocasião para rebater, uma vez mais, as argumentações de historiadores e sociólogos ibero-americanos, que negam o caráter predominantemente feudal das relações de produção das colônias espanholas e portuguesas, e que as denominam de diversos modos, entre eles, como um “capitalismo colonial”. Limitar-nos-emos aqui a desenterrar do passado colonial as bases da atual estrutura de nossas economias. Elas são, primordialmente, o regime latifundiário de propriedade da terra e a

* Rodney Arismendi, “Problemas de una revolución continental”, em *Recherches internationales à la lumière du marxisme*, n. 32, julho-agosto de 1962, p. 31-34.

¹ Ver Karl Marx, *El capital*, tomo I, México, Fondo de Cultura Económica, 1972, capítulo relativo à acumulação original do capital e outras referências à América, ao papel do capital comercial e a sua relação com as manufaturas.

subordinação da economia colonial à economia metropolitana. Ambos os traços conjugados retiram aparentemente da plantação, do engenho de açúcar brasileiro, do latifúndio pecuário da bacia do Prata, a característica de unidade econômica fechada que singulariza uma economia feudal típica. Estes produzem para a metrópole, mas as relações de produção imperantes na maioria dos países baseiam-se no trabalho servil do índio (*encomiendas*, *yanacunas*² etc.) combinado com o trabalho escravizado do negro ou semi-escravizado do índio (a *mita*³). Em torno destas unidades econômicas de exportação, baseadas em um regime feudal de propriedade, organiza-se a economia natural e se encontram quase tipicamente as formas da renda pré-capitalista (em trabalho, natural e, muito mais tarde, a renda monetária pré-capitalista).

Avançando no século XVIII, é possível encontrar o trabalho assalariado como uma manifestação esporádica, a pequena produção individual e a economia mercantil simples. Em muitos países organizam-se corporações artesanais de tipo medieval que utilizam ao mesmo tempo o trabalho do negro escravo e do índio. Mas o essencial e predominante sempre é a relação feudal ou semifeudal e o latifúndio.

Os espanhóis repartem terras entre os colonizadores – por ato feudal e por conta do monarca – por diversos procedimentos (mercês reais, “composição”, que é uma venda de caráter feudal)⁴. Os portugueses criam as bases do latifúndio com a divisão da fabulosa terra do pau-brasil em “capitanias” e em mercês de latifúndios denominados “sesmarias”⁵. Com base no latifúndio originaram-se diversos tipos de unidades econômicas de cunho feudal ou semifeudal: minas ou latifúndios do México, Peru etc., de um feudalismo mais estratificado⁶; o engenho brasileiro, onde o latifúndio e o engenho açucareiro baseiam-se no trabalho dos negros escravos combinado com a pequena exploração camponesa dependente do senhor do engenho⁷; o vasto empreendimento dos jesuítas (Paraguai, atual nordeste argentino e as “missões”, hoje em território brasileiro) que, apesar de sua peculiaridade, exemplifica bem seu caráter feudal. Nas regiões onde não há índios para a *encomienda*, nem metais preciosos, nem produtos de alto

² Nome dado à *encomienda* em alguns países da América. (N.T.)

³ Forma de trabalho forçado ao qual eram submetidos os indígenas no império Inca e que foi adotada pelos conquistadores, mantendo-se o mesmo nome. A exploração dos indígenas passou a ser concessão da Coroa espanhola.

⁴ Ots Capdequí, *El régimen de la tierra en la América española*, República Dominicana, Universidad.

⁵ Caio Prado, *História econômica do Brasil*. Do mesmo autor, *Formação do Brasil contemporâneo*, São Paulo, Brasiliense. Ou o relatório de Antonil correspondente à sua viagem na época colonial.

⁶ C. Wiese, *Historia crítica del Perú*. José Carlos Mariátegui, *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*, México, Era, 1979.

⁷ Diéguéz Junior, *População e açúcar no Nordeste do Brasil*, Cia. Nacional de Alimentação.

valor mercantil, nem clima tropical, mas terras de colonização tardia, tais como Buenos Aires e a Banda Oriental (Uruguai)⁸, forma-se o latifúndio pecuário, de aparência patriarcal – couros, sebo, chifres, carne abundante e depois charque – que explora trabalho gratuito, alguns escravos negros e o trabalho assalariado esporádico. Também em torno deles se estabelecem relações sociais que configuram um tipo especial de parceria. A plantação, organizada em função de um investimento comercial colonial e da utilização abundante de escravos negros, corresponde apenas às ilhas do Caribe de colonização inglesa, francesa ou holandesa⁹.

Junto com o latifúndio e a produção primária de minérios e alimentos, o período colonial deixa como herança a hipertrofia do capital comercial intermediário e as variadas formas de capital usurário. Marx e Lenin já demonstraram que o desenvolvimento independente do capital comercial está em uma razão inversa ao grau de desenvolvimento capitalista¹⁰. Este fator contribuiu para a formação das grandes cidades portuárias sul-americanas, que se desenvolveram como verdadeiros empórios comerciais.

Nos séculos XVIII e início do XIX, as economias latino-americanas foram incorporadas abertamente ao mercado mundial capitalista, devido a modificações na política colonial da monarquia espanhola, e depois pela independência política sucessiva de diversos países. As mercadorias europeias – especialmente as inglesas – provocaram a ruína das indústrias domésticas de muitos países, ligando ao mesmo tempo a produção primária latino-americana à produção industrial europeia, principalmente inglesa.

A vinculação ao mercado mundial coloca em marcha o desenvolvimento capitalista. Mas a economia mundial capitalista, que erode e subordina as economias de origem colonial e que, sem dúvida, desencadeia o desenvolvimento capitalista interno, age ao mesmo tempo como um fator de deformação. De acordo com a consistência das instituições feudais de cada país, o processo é mais ou menos rápido – podemos comparar, por exemplo, o rio da Prata com a Bolívia ou o Peru; mas em nenhum caso é um processo normal de transição do feudalismo e semifeudalismo colonial ao capitalismo. Este é um processo lento, doloroso, complexo; materializa-se ao manter, de forma substancial, o latifúndio destinado ao mercado exterior, ao adaptar-se, por meio da exportação de capitais, da extensão das ferrovias, da navegação etc., como um fator condicionado e condicionante

⁸ R. Levene, *Investigaciones acerca de la historia económica del Virreinato del Plata*. P. Blanco Acevedo, *El gobierno colonial en el Uruguay*. F. R. Pintos, *De la colonia a la guerra grande*. Vários autores, *Historia de la nación argentina*, Academia de História da Argentina.

⁹ Karl Marx, *Historia crítica de la teoría de la plusvalía*, t. II, Fondo de Cultura Económica.

¹⁰ Karl Marx, *El capital*, t. II e V. I. Lenin, *El desarrollo del capitalismo en Rusia*.

da passagem do capitalismo para a sua fase imperialista¹¹. Em seu transcurso, as formas capitalistas vão se retorcendo e se adaptando às formas pré-capitalistas. Assim, a acumulação originária de um capital nacional e a formação do mercado interno – a constituição do proletariado e da burguesia modernos – alongam-se por várias décadas, com as mais dolorosas consequências para as massas.

¹¹ “A possibilidade da exportação de capital está determinada pelo fato de que uma série de países atrasados já estejam incorporados à circulação do capitalismo mundial, de que já tenham sido construídas as principais linhas ferroviárias e se tenha iniciado sua construção, de que contem com as condições de desenvolvimento da indústria etc.” (V. I. Lenin, *El Imperialismo fase superior del capitalismo*, p. 80).

4

O novo período revolucionário

I. A Revolução Cubana

*O Partido Socialista Popular e a revolução em Cuba**

O triunfo da Revolução Cubana ocorreu em 1959, mas suas raízes provêm do célebre assalto ao quartel Moncada (1953), que deu origem ao Movimento 26 de Julho. É interessante estudar a posição do Partido Socialista Popular (PC cubano) sobre este episódio e sobre os métodos de luta contra a ditadura de Batista, para captar melhor a diferença entre a concepção do novo comunismo castrista, que se cristalizará nos anos 1960, e a tradição do comunismo latino-americano (desde os anos 1930). O seguinte documento (trechos de um artigo publicado por *Fundamentos*, órgão do PSP, em 1954) também permite compreender por que o PSP não liderou o mais importante movimento revolucionário da história do continente.

Companheiros:

No dia 26 de julho de 1953, a quadrilha burguês-latifundiária e pró-imperialista, que se impôs ao país mediante o golpe de Estado reacionário de 10 de março de 1952, deu na prática um novo golpe de Estado, desta vez para acentuar o caráter reacionário de seu governo e eliminar toda uma série de obstáculos que se opunham aos seus planos.

A estéril e equivocada – apesar dos bons propósitos que poderiam ter seus autores – intencionalidade, cujo ponto culminante foram os assaltos aos quartéis de Santiago de Cuba e Bayamo, facilmente derrotada pela maquinaria militar do regime de fato, foi utilizada por este como pretexto oportuno para acabar com a escassa legalidade democrática que ainda havia e para assestar fortes golpes ao movimento democrático de massas, que crescia naquele momento e ameaçava seriamente transtornar todos os planos do governo.

Nas semanas anteriores ao 26 de julho, observava-se um rápido crescimento do protesto popular, que pouco a pouco se traduzia em diversas ações e até em greves que abalavam o regime de fato. O governo, comprometido com seus padrinhos e protetores, os imperialistas ianques, a impor em Cuba o “plano de reajuste” de reduções de salários, demissões em massa e derrogação da legislação social obtida por meio das grandes lutas dos trabalhadores sob a orientação de nosso partido; o governo, como dizíamos, comprometido em transformar Cuba em uma colônia sem disfarces, fiel cumpridora da política

* A. Díaz, “Balance de la actividad de la Dirección Nacional del Partido desde el 26 de julio hasta la fecha...”, *Fundamentos*, Havana, maio de 1954, p. 111-13, 133-37.

expansionista e da guerra ianque e em abrir caminho para a insaciável sede de exploração dos monopólios ianques, enfrentava grandes dificuldades para cumprir o que lhe era exigido. Além disso, nessas condições de crescente mobilização das massas, de resistência cada vez maior aos seus propósitos, tornava-se cada vez mais precária a possibilidade de garantir, sem correr o risco de uma votação esmagadoramente adversa, uma farsa eleitoral que permitisse que o governo aplicasse em si mesmo o verniz legalista que buscava desde o próprio 10 de março.

Por isso, com alegria selvagem e fúria desenfreada, os chefes de 10 de março receberam os acontecimentos orientais como um desejado pretexto e empreenderam uma rápida e violenta ofensiva contra esses restos de legalidade democrática mencionados, iniciando a onda de perseguições e de violações que naqueles instantes comoveu o país. Devido a esta ofensiva, além dos inúmeros assassinatos nos caminhos reais orientais, das centenas de presos, das invasões de domicílios, do fechamento de nosso querido *Hoy* e de outros jornais, Cuba ficou sujeita à suspensão de todas as garantias constitucionais (as poucas que restavam depois de 10 de março!) e ao império da violência desenfreada dos sicários do regime, de seu SIM odioso, essa gestapo que não tem precedente nem na polícia política de Machado.

Com o 26 de julho, vieram a completa supressão dos direitos de reunião e de palavra, a repressão desenfreada contra o nosso partido, novas restrições ao movimento operário e popular, a draconiana lei de “ordem” pública que praticamente suprimiu a liberdade de imprensa, e outras medidas de opressão e asfixia dos direitos democráticos. A fascista lei anticomunista, adotada dois meses mais tarde, deu apenas uma cobertura “jurídica” à ilegalidade de nosso partido, criando um instrumento de chantagem e perseguições contra todo o movimento operário e anti-imperialista, inclusive contra a oposição burguesa a Batista.

Depois, o governo “restabeleceu” as garantias constitucionais, mas quem não sabe que em Cuba não existem garantias e que persiste, na prática, um regime de exceção, de arbitrariedade, de ausência de direitos democráticos e de perseguições?

Contra nosso partido, como se sabe, dirigem-se os ataques mais violentos e as medidas mais agressivas do governo. Está bem claro que, além de não ter participado dos acontecimentos orientais, nosso partido se opõe a essas táticas burguesas e golpistas, por serem falsas, por ocorrerem fora das massas, por estorvar a luta de massas, que definitivamente é a única que pode, ao se desenvolver até as formas mais elevadas e combativas, obter a vitória contra a reação e o imperialismo, como se demonstrou em 1933 ou, mais tarde, e de outra maneira, em 1938-39. Neste caso, por que essa perseguição encarniçada contra o partido? Todos devem entender claramente o motivo: o Partido Socialista Popular é o

obstáculo mais forte e decisivo aos planos do imperialismo norte-americano e de seus agentes no governo de Batista e fora do governo de Batista. Nosso partido é o único que não pode ser intimidado, nem coagido, nem comprado, nem corrompido. Nosso partido é o único partido anti-imperialista, o único que não se inclina diante de Washington e que levanta sem vacilar nem duvidar a bandeira da plena independência nacional, da libertação de Cuba da opressão estrangeira. Nosso partido é o único partido da classe operária, de todos os trabalhadores e camponeses, da unidade operária e da democracia sindical, do subsídio aos desempregados, da verdadeira reforma agrária que distribuirá gratuitamente terra aos camponeses, da união do povo, da Frente Democrática Nacional que tirará o país da crise, levando-o ao progresso e ao desenvolvimento nacional. Nosso partido, enfim, é o partido da paz e do socialismo.

Por isso, e por ser o mais consequente lutador contra o “plano de reajuste” e contra a política pró-imperialista e reacionária de Batista, por ser o partido de luta pró-eleições democráticas e pela solução democrática da crise cubana, o Partido Socialista Popular é o alvo dos piores ataques e das mais brutais perseguições do governo reacionário que ameaça Cuba.

A sanha desta perseguição contra nosso Partido Socialista Popular – atizada do exterior pelas periódicas declarações anticomunistas de Prío e seus amigos – é ditada em maior medida pelo interesse do regime de fato de conservar o beneplácito de Washington, ecoando sua suja e repulsiva histeria anticomunista e antissoviética; de conservar o apoio dos imperialistas ianques unindo-se à política fascista do anticomunismo raivoso.

Assim, estas perseguições e estas medidas governamentais contra nosso partido não são ocasionais nem têm finalidade transitória. Trata-se de um plano que seus autores querem que seja definitivo e que, além de tornar ilegal o partido, tenta destruí-lo. O fato de poderem fazer isso e de que, em suma, o resultado de seu plano seja transitório, do ponto de vista histórico, é farinha de outro saco. Com o povo, estamos certos de que derrotaremos esse e todos os planos do inimigo, destinados a “varrer” o comunismo, que está presente e vitorioso na terça parte do mundo e é a esperança de toda a humanidade. [...]

Nossa posição é conhecida.

Logo após o dia 10 de março, sustentamos uma linha que provou ser correta.

Não colocamos os problemas cubanos – como dissemos – em termos de simples “crise institucional”.

Vamos até o fundo das coisas e propomos soluções de fundo para os problemas derivados não só do golpe de Estado e do regime reacionário, mas também, e decisivamente, da crise econômica que avança sobre a nação e da asfixia do desenvolvimento nacional devido à ingerência imperialista.

Por isso, nossa linha de ação não contempla apenas o circunstancial da luta eleitoral, mas provê soluções de fundo para a crise.

Por isso, nossa linha postula eleições livres imediatas, não como um fim em si mesmo, mas como caminho atual e possível para a solução democrática da crise.

Por isso, nossa linha exige a formação de uma Frente Democrática Nacional, que organize um governo capaz de aplicar o programa cubano e patriótico da solução democrática da crise.

Rejeitamos tanto o aventureirismo e o golpismo quanto o entreguismo eleitoral. Opomo-nos a todas essas conspirações sem princípios, ao golpismo, ao terrorismo e outras formas de atuação de grupos isolados das massas, cuja ineficácia e negatividade foram comprovadas pela história. Opomo-nos ao “quietismo”, ao abstencionismo e outras formas que condenam o povo à passividade, à simples espera passiva do desenrolar dos acontecimentos. Opomo-nos ao entreguismo eleitoral que busca apenas pequenas concessões e vantagens imediatas, esquecendo os verdadeiros problemas que requerem solução.

Diante de todos esses métodos burgueses e pequeno-burgueses, postulamos com vigor os métodos proletários da luta de massas, a mobilização de massas, a propaganda de massas, a união de massas.

Nossa tática é clara: propugnamos a frente única, a união popular, o acordo entre os partidos oposicionistas, para defender os direitos democráticos, para obter a liberdade dos presos, para combater as reduções de salários, as demissões, as expulsões dos camponeses de suas terras, a discriminação racial etc.; para lutar por eleições livres e participar, eventualmente, das eleições, com o programa da solução democrática da crise, da Frente Democrática Nacional.

Nosso objetivo é claro: a solução democrática da crise cubana, a derrota do governo de fato de submissão ao imperialismo e a construção de um governo patriótico de Frente Democrática Nacional.

Que temos feito para aplicar e desenvolver essa política?

Os acontecimentos de 26 de julho não conseguiram desviar o partido de sua linha. Apesar das novas condições e do terror, o partido não abandonou a luta pela Frente Única, reforçando-a por intermédio de todos os meios a seu alcance; não retirou, desesperado, a palavra de ordem de eleições gerais imediatas e democráticas, mas a propôs com força ainda maior e exigiu do Tribunal Superior Eleitoral e do governo um novo período para inscrever partidos e as modificações necessárias para fazer das eleições uma verdadeira consulta popular. Com brios renovados, o partido colocou a necessidade de constituir um veículo eleitoral de frente única.

O partido acolheu com energia estas tarefas, e pouco tempo depois proliferavam os comitês de frente única de um extremo a outro do país. O movimento

de frente única de Havana, mais antigo e forte (pois provinha de antes de 26 de julho) deu um passo à frente para iniciar a constituição do Partido de Frente Unida Nacional, em cuja construção colaboraram homens e mulheres de todos os partidos, inclusive do nosso.

Por essa luta, pelo pedido dirigido pela frente única de Havana ao governo e ao Tribunal Superior Eleitoral, por nossa exigência de nova convocação eleitoral, o governo foi obrigado a manobrar, designando uma Comissão Eleitoral para “ouvir a oposição”. A essa comissão governamental chegou, junto com a clara e decidida voz de nosso partido, uma avalanche de exigências e solicitações em prol de eleições democráticas. E o governo foi obrigado não só a adiar a convocação – o que estava de acordo com seus planos –, mas a abrir um novo prazo de inscrição de partidos e a falar de “concessões à oposição”.

Ante a oportunidade, os comitês de frente única do país apresentaram mais de 8 mil assinaturas de eleitores para se inscreverem como partido. Este fato, o vigor demonstrado por esse movimento, assustou o governo reacionário. Estava-se diante de um verdadeiro instrumento popular de oposição, e sua vigência abria novas possibilidades à união das massas e à luta unida por eleições livres, pelas demandas democráticas, pela liberdade de todos os presos políticos etc., e para derrotar o governo. A quadrilha batistiana foi obrigada a enfrentar esta situação forçando uma negação arbitrária à inscrição da FUN e correndo o risco de desmascarar ainda mais – como realmente ocorreu – seus planos destinados a impedir toda oposição democrática nas eleições e a adotar a “linha dura”, se as circunstâncias o exigissem. A negação a inscrever a FUN demonstrou que as medidas draconianas do governo não eram momentâneas, mas faziam parte de seus planos permanentes.

Posteriormente, vieram as filiações e nosso partido, impedido arbitrariamente de participar do processo eleitoral, aproveitou a oportunidade para denunciar uma vez mais o caráter de farsa do processo reorganizativo e para pedir que as massas não permitissem que seus nomes aparecessem filiados a nenhum dos partidos que, do lado do governo ou da suposta oposição, participavam da farsa da filiação.

Como se sabe, as massas repudiaram a reorganização. Batista e seus sequazes fizeram aparecer cerca de 2 milhões de filiados, mas o povo sabe que nessa cifra existem centenas de milhares de células roubadas, arrancadas à força ou, simplesmente, nomes de pessoas mortas.

Pelo fracasso das filiações, o governo teve de criar o vergonhoso decreto.

Recentemente, e insistindo em nossa linha de luta e união de massas, nosso partido dirigiu-se à Comissão Executiva Permanente da Ortodoxia, acolhendo a iniciativa da Frente Única de apoiar – apesar de suas insuficiências – o plano de reivindicações apresentado ao país por essa comissão e convidando a

ortodoxia a contribuir com o movimento unido na luta por essas reivindicações, que podiam e deviam servir de base para unir, não só a ortodoxia, mas toda a oposição, em uma ação comum por várias reivindicações democráticas e por eleições livres. Embora a referida Comissão Executiva Permanente não tenha respondido ao nosso partido, nossa declaração não pôde deixar de influenciar na direção defendida por nós.

Realmente, se insistirmos nesta direção, se lutarmos seriamente para empurrar os ortodoxos a realizarem ações comuns por *seu* programa de reivindicações, se promovermos sem desesperança nem cansaço a luta unida com os ortodoxos e os opositoristas de outros partidos, não só por cima, mas também por baixo, e não desprezarmos as pequenas ações pelas reivindicações econômicas e políticas em fábricas e oficinas, no campo, nos bairros, entre os jovens e estudantes, nem os gestos de unidade da base, a ideia da frente única tornar-se-á concreta, ficará encarnada nas massas e forçará nessa direção os dirigentes que temem a unidade do povo e a luta de massas contra o regime e sua base de sustentação, o imperialismo ianque, o maior obstáculo à vitória da democracia em Cuba.

Enfim, o caminho correto para o povo, nas atuais circunstâncias, é o seguinte:

- a) Unir a oposição, as massas, para termos:
 - eleições livres; e
 - para derrotarmos o golpismo, o “possibilismo” e qualquer postura contra as massas.
- b) De qualquer forma, manter viva a luta de massas pelas reivindicações econômicas e pelas palavras de ordem democráticas, pelas eleições livres e pelo programa da Frente Democrática Nacional; preparar-se para utilizar, para essa luta e essas reivindicações, até mesmo a própria farsa organizada pelo governo.

A situação não é nada fácil. O governo se opõe decididamente às eleições livres e aos direitos democráticos. Aferra-se aos seus planos de farsa e “linha dura” eleitorais. Por isso, e porque a união brilha por sua ausência na oposição, e porque o golpismo e o abstencionismo ainda freiam as massas, o governo pode manobrar e resistir à solução de que o país necessita.

Por isso, nosso partido tem de reforçar sua atividade em prol da união e da mobilização de massas, não parar de agir, não se deixar arrastar por certas correntes eleitoralistas, ainda persistentes em alguns círculos do partido, nem se deixar arrastar pelas correntes pseudo-esquerdistas que nos colocariam no mesmo plano dos “abstencionistas”; é preciso continuar lutando com energia a favor de nossa linha justa.

A situação, insistimos, não é fácil, mas também não está fechada para a vitória das nossas palavras de ordem. Não nos esqueçamos de que a luta de massas tende a crescer, que aumenta a atividade das massas por reivindicações econômicas e políticas, e que, certamente, se incitarmos devidamente as massas, elas poderão impor a solução.

Com a colaboração de fatores de oposição, Batista resiste ao avanço da democracia. Confia na força. Usa toda a sua maquinaria para resolver as eleições de acordo com sua vontade e conveniência, sem verdadeira participação popular.

Sobre esta base e com conhecimento dessa realidade, temos de agir com crescente tenacidade para, em pouco tempo, conseguirmos mudar a situação ou, em caso de necessidade, para levar nossa luta ao terreno em que o inimigo se coloca.

O lema do povo é: eleições livres e derrota do governo anticubano de fato, para abrir o caminho rumo à solução democrática e ao governo da Frente Democrática Nacional.

Para esta tarefa, estamos dispostos a nos unir com qualquer partido ou grupo político ou cidadão.

Levamos em conta apenas o interesse do povo. E, nesta base, agimos e agiremos. Que os outros façam o mesmo, se realmente querem tirar Cuba da obscura e difícil situação atual!

Em conclusão, devemos:

- Reforçar a luta por eleições livres imediatas.
- Reforçar a luta para unir as massas, os partidos de oposição etc. pelas seguintes reivindicações:
 - anistia para os presos políticos e sociais;
 - total revogação dos decretos-leis de ordem pública e anticomunista;
 - final do fechamento de *Hoy*, *La Calle* e outros jornais, e restabelecimento efetivo da liberdade de imprensa;
 - restabelecimento dos direitos democráticos, inclusive do direito de reunião de trabalhadores e funcionários, do direito de se organizarem e fazer manifestações de protesto contra as reduções de salários;
 - extinção do imposto sindical fascista;
 - facilidades para a participação de todos os partidos e núcleos democráticos, operários, anti-imperialistas, socialistas e progressistas, nas eleições, restabelecendo os princípios da Constituição de 1940;
 - voto livre e direto.
- Reforçar a luta pela frente única; pela criação de um número cada vez maior de comitês de frente única nas fábricas, nos centros de trabalho, em sindicatos e colônias, nas instituições docentes, nos escritórios, nos bairros e cidades; para unir todos os comitês de frente única em um poderoso movimento estável e firme.

- Propagar e defender com maior força a ideia da Frente Democrática Nacional e seu programa, como a solução cubana para os males cubanos.
- E, por fim, utilizar ao máximo o processo eleitoral convocado por este governo, se não puder se conseguir outra coisa e apesar de suas limitadas possibilidades, para realizar por intermédio dele a luta de massas, para defender a linha do partido e o programa da Frente Democrática Nacional, para unir as massas, inclusive neste processo eleitoral, contra o governo de Batista e pela solução democrática da crise cubana.

Fidel Castro

*Revolução socialista e democrática em Cuba**

A evolução da Revolução Cubana para revolução socialista ocorreu em outubro de 1960, mas só em abril de 1961 reconheceu-se explicitamente e se proclamou abertamente este “salto qualitativo” do processo revolucionário.

Durante um discurso histórico, pronunciado em 16 de abril de 1961, no enterro das vítimas de um bombardeio de aviões contrarrevolucionários vindos da Guatemala, Fidel Castro afirmou pela primeira vez o caráter socialista e democrático da Revolução Cubana. No dia seguinte, 17 de abril, vários milhares de contrarrevolucionários cubanos (armados e treinados pela CIA), desembarcavam na praia Girón, sendo derrotados em 72 horas pelas milícias operárias e camponesas constituídas em 1960.

Porque o que os imperialistas não podem nos perdoar é o fato de estarmos aqui; o que os imperialistas não podem nos perdoar é a dignidade, a integridade, o valor, a firmeza ideológica, o espírito de sacrifício e o espírito revolucionário do povo de Cuba.

Isso é que não podem nos perdoar: que estejamos aqui, na frente do seu nariz, e que tenhamos feito uma revolução socialista no próprio nariz dos Estados Unidos!

Defendemos essa revolução socialista com esses fuzis. Essa revolução socialista nós a defendemos com o valor com que, ontem, nossos artilheiros antiaéreos metralharam os aviões agressores.

E essa revolução, essa revolução, não a defendemos com mercenários. Nós a defendemos com homens e mulheres do povo.

Quem tem as armas? Por acaso o mercenário tem as armas? Por acaso o milionário tem as armas? Porque mercenários e milionários são a mesma coisa. Por acaso os filhinhos dos ricos têm as armas?

Por acaso os capatazes têm as armas? Quem tem as armas? Que mãos são estas que levantam as armas? São mãos de senhoritos? São mãos de ricos? São mãos de exploradores? Que mãos são essas que levantam essas armas? Não são mãos operárias? Não são mãos camponesas? Não são mãos endurecidas pelo trabalho? Não são mãos criadoras? Não são mãos humildes do povo? E qual é a maioria do povo? Os milionários ou os operários? Os exploradores ou os explorados? Os privilegiados ou os humildes? Os privilegiados não têm

* Fidel Castro, *La Revolución Cubana, 1953-62*, México, Era, 1976, p. 328-29.

as armas? Os humildes as têm? São minoria os privilegiados? São maioria os humildes? É democrática uma revolução em que os humildes têm as armas?

Companheiros operários e camponeses, esta é a revolução socialista e democrática dos humildes, com os humildes e para os humildes. E por esta revolução dos humildes, e pelos humildes e para os humildes, estamos dispostos a dar a vida.

Operários e camponeses, homens e mulheres humildes da pátria, juram defender até a última gota de sangue esta revolução dos humildes, pelos humildes e para os humildes?

Companheiros operários e camponeses da pátria, o ataque de ontem foi o prelúdio da agressão dos mercenários. O ataque de ontem custou sete vidas heroicas, teve o objetivo de destruir nossos aviões em terra, mas fracassou. Não destruíram nossos aviões, e a maioria dos aviões inimigos foi atingida ou abatida. Aqui, diante da tumba dos companheiros caídos, aqui junto aos restos dos jovens heroicos, filhos de operários e filhos de humildes, reafirmemos nossa decisão de que, assim como eles expuseram seu peito às balas, assim como eles deram sua vida, quando vierem os mercenários, nós, orgulhosos de nossa revolução, orgulhosos de defender esta revolução dos humildes, pelos humildes e para os humildes, não vacilaremos, diante de quem quer que seja, em defendê-la até nossa última gota de sangue.

Viva a classe operária! Vivam os camponeses! Vivam os humildes! Vivam os mártires da pátria! Vivam eternamente os heróis da pátria! Viva a revolução socialista! Viva Cuba livre!

Pátria ou Morte! Venceremos!

Fidel Castro

*De Martí a Marx**

O discurso de 2 de dezembro de 1961 é um documento crucial da Revolução Cubana: é a primeira vez que Fidel se vale explicitamente do marxismo e explica seu itinerário ideológico, do anti-imperialismo radical (Martí) a Marx e Lenin. Também esclarece por que e como a Revolução Cubana experimentou um processo de “transcrescimento” rumo ao socialismo. Encontram-se neste discurso algumas das principais características da interpretação castrista do marxismo: percepção do campo político em termos da alternativa imperialismo ou socialismo, intenso *pathos* ético. Mencionaremos a homenagem a Mella, a Martínez Villena (poeta e dirigente comunista morto em 1935), assim como a Guiteras.

Realmente, nós pensamos que aquele era um tipo de trabalhador realmente heroico. Como trabalhava? Trabalhava na planície 15 dias, juntava 15 ou 20 pesos, comprava sal e um pouco de manteiga, regressava à montanha. E assim, durante anos, enquanto colhia os primeiros grãos de café, ninguém o ajudava. Mas não era só isso: quando esse companheiro desbravava um pedaço de mato, logo aparecia a dupla de guardas florestais, e se não ia a dupla de guardas florestais ia um subordinado do chefe do posto mais próximo, que era o encarregado de cobrar uma certa quantia de dinheiro pelo desmatamento, para ele.

Assim, aquele pobre camponês que vinha para a planície, trabalhava 15 dias, com um grande esforço para receber um peso, para fazer uma plantaçãozinha de café, e um cabo da guarda rural, ou um sargento de um posto distante enviava um indivíduo encarregado de lhe tirar dinheiro cada vez que desmatava.

Esses mesmos camponeses tinham o problema de que, ao vender o café, recebiam 13, 14 pesos; emprestavam-lhes dinheiro e lhes cobravam juros altíssimos. Já existia o BANFAIC. Claro: já existia o BANFAIC, mas o BANFAIC, a quem dava dinheiro? O BANFAIC dava dinheiro ao camponês que já tinha uma colheita, ao indivíduo que tinha tido dinheiro, ao capitalista quase, ou àquele que, com mil esforços, tinha podido semear meia *caballería*¹ e já colhia cem *quintales*². Aos que colhiam cem *quintales* concediam o empréstimo, mas aos que não colhiam nenhum *quintal* – que eram a imensa maioria dos camponeses da serra – não davam dinheiro, porque não tinham o título da propriedade – o BANFAIC exigia

* Fidel Castro, *La Revolución Cubana 1953-62*, op. cit., p. 394-99, 434-39.

¹ Medida agrária que, em Cuba, equivale a 1.343 ares. (N.T.)

² Equivalente ao peso de cem quilos. (N.T.)

título de propriedade da terra; também exigia que já tivesse uma colheita, que colhesse grãos, senão, não davam. Essa era a situação do camponês.

Além disso, quando a guarda rural aparecia, certamente ficava pelo menos com um galo escolhido. Pelo menos! Se é que não levava também o porquinho e todas aquelas coisas. As mercadorias que vendiam aos camponeses, vendiam-nas caríssimas. Lá não havia escola. Lá não havia professor. É claro que, se os camponeses tivessem sabido o que eles podiam fazer muito tempo atrás, só com seis espingardas, pelo menos teriam ficado independentes nas montanhas. Porque as condições eram ótimas. Para qualquer camponês era muito melhor pegar um fuzil e se insurgir que ser expulso das terras e passar trabalhos e miséria.

Essas são as condições que nós encontramos na Sierra Maestra. Isto é: condições objetivas. Todo o resto – organização de aparelho militar, organização do aparelho político, tudo! – estava por fazer. Exatamente a mesma coisa tinha acontecido na planície. Na planície formou-se a organização correspondente, mas era uma organização muito embrionária, era uma organização muito nova e, naturalmente, não podia ter a disciplina de uma organização revolucionária forjada por muitos anos de luta.

É indiscutível que na planície muita gente jovem lutou, se sacrificou, arriscou a vida e lutou heroicamente. Mas, naturalmente, era uma luta de tipo heroico, sem que pudesse corresponder aos frutos que já começávamos a colher nas montanhas.

O teatro para a luta eram as montanhas. Então começou nossa tarefa de ir organizando o movimento guerrilheiro, dando-lhe experiência, adquirindo experiência, e ao mesmo tempo ganhando, conquistando para a revolução, as massas camponesas. Era perfeitamente lógico que, naquelas condições objetivas que existiam na Sierra Maestra, o trabalho revolucionário se desenvolvesse até chegar a contar, como chegou a contar, com o apoio unânime, praticamente, dos camponeses da serra.

Ou seja, já se contava com uma força social, ainda que com poucas armas e toda uma série de dificuldades. A luta continuou desenvolvendo-se, desenvolveu-se na segunda frente de Las Villas, depois na segunda frente de Oriente. A tática que nós promovíamos tinha triunfado. Ou seja, os fatos tinham demonstrado que aquele caminho, em determinadas condições, era correto. Começou-se a abandonar as táticas do tipo “putchista”, de organização de forças para tentar conquistar o poder em uma luta frontal, com uma grande desvantagem contra as Forças Armadas. A tática que nós pregávamos levava o desgaste às forças da tirania.

Não preciso dizer que, por isso, temos, naturalmente, uma profunda fé na luta guerrilheira. Acreditamos na luta guerrilheira nas condições de nosso país,

que é semelhante às condições de muitos países da América Latina. Não pensem por isso que nós estamos promovendo... Vocês não me deixaram terminar. Nós acreditamos seriamente nisso. Temos o direito de acreditar, porque passamos por essa experiência.

É claro que sabemos que, quando esse convencimento chegar a outros povos, igualmente oprimidos pelo imperialismo e pelas camarilhas a serviço do imperialismo, pelas castas militares, igualmente explorados pelos latifundiários, a outro povo com o qual acontece exatamente o que acontecia em Cuba com camponeses famintos, explorados, sem terra, sem escolas, sem médicos, sem créditos, sem ajuda de qualquer tipo, quando se convencerem daquilo de que nós fomos nos convencendo – e nos convencemos, sobretudo, pela realidade dos fatos –, tenho certeza de que não haverá força imperialista, nem reacionária, nem casta militar, nem o exército da OTAN, que possa conter o movimento revolucionário.

Acreditamos, sinceramente, que nas condições de Cuba percebemos uma tática. E isso é tão verdadeiro que os inimigos tentam usá-la. Com apenas uma diferença: eles querem fazer uma revolução em um campesinato no qual acabaram os latifundiários, acabou-se o arrendamento, e existe um professor em cada bairro, hospitais, médicos, créditos, ajuda, e acabaram o intermediário, o especulador, as colheitas são garantidas. Quer dizer: em condições que são totalmente o contrário das condições em que nós a fizemos.

Ou seja, nós fizemos uma revolução em determinadas condições, e vêm os contrarrevolucionários querendo fazer uma guerra em condições que são o contrário das condições em que nós lutamos. Ou seja: tudo o que é necessário para acontecer o que lhes acontece, em duas palavras. Lá na Sierra Maestra, naquelas regiões, sempre que quiseram formar um grupo contrarrevolucionário, antes de 48 horas ficaram fora de combate.

Isto é, copiaram uma parte mas não copiaram a outra. A outra não pode ser copiada, em duas palavras. Mas até os inimigos, até a reação, copiaram a ideia de formar guerrilhas. Pois bem, o Pentágono também copiou as ideias, no fim das contas, mas com a outra face da moeda. Nós não temos de copiar nada: deixar as coisas, simplesmente, e ver como vão ocorrendo. Sabemos que toda a ciência militar do Pentágono vai trombar contra a realidade. A realidade são as condições em que vivem os povos da América Latina.

Não haveria mais que uma forma de combater a guerrilha revolucionária, que é o desaparecimento do imperialismo, de seus monopólios e de sua exploração. Por isso ninguém se preocupe quando ouvir dizer que o general Taylor, ou qualquer outro general que esteve na Coreia, ou esteve onde quer que seja, dirige uma escola antiguerrilheira no Panamá. Isso é uma perda de tempo.

Em duas palavras: eles temem isso; demonstram que, realmente, temem isso. Mas incorrem na ilusão de acreditar que isso pode ser evitado: a luta

revolucionária dos povos. Ante a luta revolucionária dos povos não há remédio de nenhum tipo. Só o desaparecimento das causas que levam os povos à revolução. Por isso devemos rir de todas as escolas de Taylor. Temos certeza de que qualquer punhado de homens que se lançar à luta, em países onde existirem as condições objetivas que existiam em Cuba – e não me refiro a nenhum país em particular –, e esse movimento revolucionário, esse grupo cumprir as regras que uma guerrilha deve cumprir, temos certeza de que será a fâsca que acende a chama.

Em suma, fomos como um pequeno fósforo lançado em um palheiro – não vou dizer em um canavial, porque essa história de fósforo em um canavial é coisa séria –, um fósforo em um palheiro: esse foi o movimento guerrilheiro, dadas as condições que existiam em nosso país. Pouco a pouco a luta foi se transformando em uma luta de todo o povo. Foi o povo, todo o povo, o único ator nessa luta, foram as massas que decidiram a batalha.

Quando a tática foi adquirindo credibilidade, imediatamente o povo começou a se unir, começaram a se unir todos os revolucionários, e ela se transformou na tática e na luta de todo o movimento revolucionário cubano, de todos os revolucionários. E finalmente na luta de todo o povo.

De que maneira – embora seja verdade que, já na etapa final, no final do mês de dezembro, as forças regulares da tirania estavam bastante desmoralizadas – é possível que o movimento revolucionário possa evitar o que hoje estão fazendo em São Domingos, evitar o que sempre tentaram fazer a reação e o imperialismo em qualquer parte da América? Só uma consciência revolucionária que se desenvolveu no povo, uma participação ativa das massas.

O que liquidou, como um merengue na porta de uma escola, com a manobra da embaixada americana e da reação? Simplesmente, a greve geral. Não era preciso disparar nem mais um tiro. Esse era o momento adequado para lançar a palavra de ordem de greve geral.

É claro que a tínhamos lançado em um momento muito prematuro. Que quer dizer isso? Predominaram os critérios subjetivos, não levamos em conta as condições objetivas. Nossa própria revolução pode mostrar exemplos de tudo. Queríamos que essas condições já estivessem prontas; queríamos que, com uma simples palavra de ordem, eclodisse a greve geral e a tirania caísse; isso era o que nós desejávamos, o que nós queríamos. Mas o que aconteceu é que transformamos nossos desejos em realidade, mas só na imaginação.

E que tem de fazer o revolucionário? Deve interpretar a realidade. Nós não interpretamos essa realidade e cometemos um erro. O resultado foi que não houve greve, porque as condições não estavam completamente maduras, e devido à tática utilizada. Em suma, fundamentalmente as condições não estavam maduras. A força militar da revolução contava com menos de 200 homens.

Quando a palavra de ordem foi lançada pela segunda vez, já tínhamos províncias inteiras isoladas, unidades completas do inimigo destruídas, o inimigo tinha sido realmente atingido, enquanto na outra ocasião o inimigo sempre conseguia atravessar o território que queria e sempre tinha dominado a situação no país. O momento em que se lançou a palavra de ordem era o adequado, e então leva-se a cabo, simplesmente, a estratégia: a conquista do poder revolucionário com as massas. Isso era o que diferenciava um movimento verdadeiramente revolucionário de um golpe de Estado.

Que fator tinha mobilizado as massas? A luta guerrilheira transformou-se em um fator que mobilizou as massas, que aguçou a luta, a repressão, aprofundou as contradições do regime e, simplesmente, o povo tomou o poder; toma-se o poder por meio das massas. Essa foi a primeira característica fundamental.

Pode-se conquistar a força, o aparelho militar, a maquinaria que tinha sustentado o regime. Isto é, foi sendo cumprida uma série de leis revolucionárias; primeiro, a conquista do poder pelas massas e, segundo, a liquidação do aparelho, da maquinaria militar que sustentava todo aquele regime de privilégio.

Que tentam fazer então a reação e o imperialismo? O que se procura conservar em qualquer crise? A história da América Latina está cheia de exemplos: o que tratam de conservar a todo custo é o aparelho militar, a máquina militar do sistema. Nem ao imperialismo nem às classes dominantes importa, em última instância, quem é o presidente, quem é o representante, quem é o senador.

A verdade é que ao imperialismo e à reação interessa, se possível, que o ocupante do cargo de presidente não seja um ladrão notório; se possível, também lhes interessa que ele seja honrado, que invista corretamente o dinheiro em benefício de seus interesses de classe dominante; interessa-lhes que a administração pública funcione com honestidade e, por fim, preferem um governo de gente que roube menos que um governo que roube mais.

Que interessa ao imperialismo? É claro que lhe interessa um governo que garanta os lucros de seus monopólios. Por isso, para ele tanto faz que seja um Pérez Jiménez ou um Rómulo Betancourt. Se querem um exemplo, aqui está. [...]

Do ponto de vista da marcha da história do mundo, do ponto de vista do grande esforço realizado por todos os povos para se livrarem da fome, da miséria, da exploração, do colonialismo, da discriminação, como estão lutando os povos da Ásia, da África, da América Latina, nunca poderíamos ter estado conscientemente do lado do imperialismo. É possível que muita gente, entulhada de revistas *Seleções*, de filmes americanos, de revistas *Life* e de telegramas da UPI e da AP, que disseram tantas mentiras, acreditasse que a política dos Estados Unidos era uma política correta, nobre e humanitária, como eles a apresentavam.

Que pessoa que hoje compreenda, que hoje raciocine, que pessoa que hoje se dá conta do que acontece no mundo inteiro poderia estar honestamente do lado da política do imperialismo?

Era lógico que nosso país, do ponto de vista não dos valores nacionais e dos sentimentos nacionais, mas do ponto de vista dos interesses universais do homem, nunca poderia ter estado do lado daquela política, mas ao lado da política que hoje sustenta, defendendo em todas as partes os direitos de todos esses povos. É possível que algumas pessoas vejam isso de forma ainda mais clara que aos próprios problemas econômicos. Para todos aqueles que não se dão conta de que nosso país tinha de optar entre duas políticas: a política do capitalismo, a política do imperialismo, ou a política anti-imperialista, a política do socialismo.

É preciso levar em conta que não existe meio-termo entre capitalismo e socialismo. Os que se empenham em encontrar terceiras posições caem em uma posição verdadeiramente falsa e verdadeiramente utópica. Isso equivaleria a se desentender, ou seria cumplicidade com o imperialismo. É perfeitamente compreensível que quem permanece indiferente ante a luta dos argelinos é um cúmplice do imperialismo francês. Quem permanece indiferente ante a intervenção americana em São Domingos é um cúmplice dessa intervenção ianque em São Domingos. Quem permanece alheio à perseguição iniciada pelo traidor Rómulo Betancourt contra os operários e contra os estudantes na Venezuela – esses mesmos operários e estudantes da Venezuela que nos defendem – é um cúmplice daquela opressão. Quem permanece indiferente ante Franco na Espanha, ante o rearmamento alemão, ante o fato de que os belicistas alemães, os oficiais nazistas, hoje estejam armados, e estejam exigindo até mesmo armas termonucleares, quem permanece indiferente ante o que acontece no Vietnã do Sul, ante o que acontece no Congo, ante o que acontece em Angola, quem permanece indiferente não está realmente adotando uma terceira posição, está adotando uma posição praticamente de cumplicidade com o imperialismo.

Alguns – que se consideram muito sábios – afirmam que o que a revolução devia ter feito era pegar o dinheiro dos americanos e pegar dinheiro dos russos, como dizem eles.

Isto é, não falta quem pregue uma tese política tão repugnante, tão covarde e tão mercenária e tão baixa. Isto é: venda-se, vendam o país, como se se vendesse qualquer mercadoria aos interesses do imperialismo. Amedrontem e assustem o imperialismo com a amizade da União Soviética, isto é, ser chantagista. E houve aqueles que promoveram aqui a tese da chantagem.

Sim, mas essa tese da chantagem, como? Como seria realizada essa tese da chantagem? Isso não era uma chantagem. Teria sido a tese de permanecer no *status quo* que existia em nosso país, e o respeito a todos os interesses do imperialismo, todos os seus milhares de hectares, todos os seus engenhos de

açúcar, seu “polvo” elétrico, sua empresa telefônica, seu controle de nosso comércio exterior e interno dos bancos. E, além disso, qualquer país que decidiu se livrar do monopólio do comércio norte-americano, que decidiu fazer uma reforma agrária, que decidiu ter uma indústria própria, ter uma política independente, teria de enfrentar o imperialismo.

Ou seja, a revolução não seria revolução ou teria de ser traição. A revolução tinha de escolher entre estes dois termos: traição ou revolução.

E nós, que nos lembramos dos homens que morreram por esta revolução, que nos lembramos de nossos companheiros caídos na luta, assim como de todos os revolucionários que devem ter lembrado os que caíram desde Guiteras, desde Martínez Villena – embora Martínez Villena não tenha morrido assassinado, mas morreu devido ao desastre daquela luta –, de Mella, de todos aqueles revolucionários. Os que pensaram, não nos revolucionários de agora, os que pensaram em Martí; Martí, que também teve uma visão genial.

Porque, qual é o mérito de Martí, que nos causa admiração em Martí? Martí era marxista-leninista? Não, Martí não era marxista-leninista. Martí disse de Marx que, como ele se colocou do lado dos pobres, tinha toda a sua simpatia.

Porque a revolução de Cuba era uma revolução nacional, libertadora, perante o poder colonial espanhol; não era uma revolução que fosse uma luta social, era uma luta que perseguia primeiro a independência nacional. E mesmo naquela época, naquela época, Martí disse de Marx: “Já que ele se colocou do lado dos pobres, merece meu respeito”.

E que outra visão teve Martí? Uma visão também genial no ano de 1895. Teve a visão do imperialismo norte-americano, quando o imperialismo norte-americano ainda não tinha começado a ser imperialismo. Isso se chama ter visão política de longo alcance.

Porque o imperialismo norte-americano começa a se desenvolver vigorosamente a partir da intervenção em Cuba, em que se apodera praticamente da riqueza do país, apodera-se de Porto Rico, apodera-se das Filipinas, e inicia-se a etapa imperialista do capitalismo norte-americano.

Martí prevê, no ano de 1895, o desenvolvimento dos Estados Unidos como potência imperialista. E escreve, e alerta o povo contra isso, e se pronuncia contra isso. Vejam como Martí era realmente um revolucionário genial, que percebeu o desenvolvimento do imperialismo no ano de 1895, quando este ainda não começara a se manifestar como força mundial.

E, então, é preciso pensar em todos os que caíram, em todos os que morreram, em todos os que lutaram. Para que lutaram? Para que a empresa de energia elétrica continuasse sendo ianque? Para que as 18 mil *caballerías* da Atlântica del Golfo continuassem sendo 18 mil *caballerías* estrangeiras? Para que continuassem sem terra, continuassem passando fome, continuassem

passando miséria nossos camponeses? Para que os bancos continuassem sendo propriedades estrangeiras? Para que do nosso país fossem sugados centenas de milhões de dólares todos os anos? Para que continuasse a haver um milhão de analfabetos em nosso país? Para que continuassem sem escola os camponeses, sem hospitais, sem casas, vivendo em barracos nos bairros de indigentes? Para que continuasse assim o nosso povo, depois de 50 anos em que supostamente teria conquistado sua independência?

É claro que não estou falando aqui para os revolucionários. É possível que, para os revolucionários, não seja mais necessário falar isto. É preciso falar inclusive aos insensíveis, aos indiferentes, aos confusos, aos que não entendem por que isto e por que aquilo.

E toda essa gente teria morrido para que os latifundiários continuassem sendo donos de milhares de *caballerías* de terras? Não, qualquer um compreende que não; qualquer um compreende que os dirigentes da revolução teriam sido traidores se tivessem feito uma revolução, se tivessem levado tantos jovens ao combate e à luta, se tantas vidas tivessem sido sacrificadas para isso. Para tão pouca glória não valeria a pena que nenhum cubano tivesse morrido! Para tão pouca glória não teria valido a pena levantar uma arma! Esgrimir uma arma, combater, lutar, sofrer o que sofreu nosso país, tinha que ser por algo, muito mais que tudo isto.

E alguns pretendiam que os homens morressem precisamente para continuar esse sistema de exploração, para que mil famílias continuassem vivendo como príncipes em nossas capitais e em nossas cidades, para que continuasse existindo aquele regime de exploração, de fome, de miséria, de discriminação, de abusos. Alguns pretendiam isso. E, aparentemente, acreditaram que a revolução podia ser isso. Houve alguns que, na última hora, até compraram alguns bônus e fizeram algumas coisas para isso. Como estavam errados! Como estavam errados, ao acreditar que certas conquistas do nosso país, que já foram traçadas inclusive desde a guerra de 1895, ficariam truncadas, e as coisas continuariam como eram!

É claro que esta política honesta, esta política revolucionária, esta política que caminha junto com a história, junto com os sentimentos e interesses dos povos subdesenvolvidos e explorados de todo o mundo, que caminha junto com os interesses e a honra nacional, não é uma política fácil. Tinha de ser necessariamente uma política de sacrifícios, porque se queríamos redimir nosso povo da incultura, do desemprego, da fome, da miséria, desenvolver nossa economia, ter uma economia própria, uma economia independente e, junto com uma economia independente, uma política independente que acabasse com o desemprego, com a incultura, com a miséria, com o atraso, com a pobreza, com a ignorância, com a doença, com a situação de infelicidade em que vivia a maior parte do nosso povo, tínhamos de fazer uma política revolucionária

coerente. Fazer isso significava enfrentar o imperialismo com todas as forças. E isso é o que estamos fazendo.

Claro que os dirigentes da revolução somos revolucionários. Se não fôssemos revolucionários, não estaríamos, simplesmente, fazendo uma revolução. Quero dizer com isto que os revolucionários e os povos junto com os revolucionários – isto é, a grande massa explorada do povo –, estão dispostos a pagar o sacrifício que for necessário, e o preço que for necessário por tudo isso.

Poderão dizer a um acomodado, um indiferente, um insensível, um corrupto, que o melhor é não arranjar problemas, que o melhor é respeitar todos esses interesses, simplesmente. Poderiam dizer isso a eles.

Tínhamos de optar entre permanecer sob o domínio, a exploração e a insolência imperialista, continuar suportando aqui os embaixadores ianques dando ordens, continuar mantendo nosso país no estado de miséria em que estava, ou fazer uma revolução anti-imperialista, e fazer uma revolução socialista.

Nisso não havia alternativa. Nós escolhemos o único caminho honrado, o único caminho leal que podíamos seguir com nossa pátria, e de acordo com a tradição dos nossos *mambises*³, de acordo com a tradição de todos os que lutaram pelo bem do nosso país. Esse é o caminho que seguimos: o caminho da luta anti-imperialista, o caminho da revolução socialista. Porque, por outro lado, não cabia nenhuma outra posição. Qualquer outra posição era uma posição falsa, uma posição absurda. E nós nunca adotaremos essa posição, nós jamais vacilaremos. Jamais!

O imperialismo deve saber – para sempre – que jamais terá nada a ver conosco, e o imperialismo tem de saber que, por maiores que sejam nossas dificuldades, por dura que seja nossa luta para construir nosso país, para construir o futuro de nosso país, para fazer uma história digna do nosso país, o imperialismo não deve ter a menor esperança a nosso respeito.

Muitos que não compreendiam estas coisas hoje as compreendem. E as compreenderão cada vez mais. Para todos nós estas coisas são cada vez mais claras, mais evidentes, mais indiscutíveis.

Esse era o caminho que a revolução tinha de seguir: o caminho da luta anti-imperialista e o caminho do socialismo. Ou seja: a nacionalização de todas as grandes indústrias, dos grandes comércios. A nacionalização e a propriedade social dos meios fundamentais de produção e o desenvolvimento planejado da nossa economia a todo o ritmo que permitirem os nossos recursos, e nos permitir a ajuda que estamos recebendo do exterior. Isso foi outra coisa realmente favorável à nossa revolução, o fato de contarmos com ajuda e solidariedade que nos permitem, sem os enormes sacrifícios que outros povos tiveram de fazer, continuar com a nossa revolução.

³ Insurreções de Cuba que se rebelaram contra a dominação espanhola. (N.T.)

Era preciso fazer a revolução anti-imperialista e socialista. Bem. A revolução anti-imperialista e socialista tinha de ser só uma, uma verdadeira revolução, porque existe apenas uma revolução. Essa é a grande verdade dialética da humanidade: o imperialismo, e diante do imperialismo, o socialismo. Resultado disso: o triunfo do socialismo, a superação da época do socialismo; superação da etapa do capitalismo e do imperialismo, o estabelecimento da era do socialismo, e depois a era do comunismo.

Que ninguém se assuste, não haverá comunismo – se é que ainda há algum anticomunista por aí – até pelo menos dentro de 30 anos.

Assim, até mesmo para que os nossos inimigos aprendam a compreender como é o marxismo, em duas palavras; e que, simplesmente, não se pode saltar por cima de uma etapa histórica. Talvez a etapa histórica que alguns países subdesenvolvidos possam saltar hoje seja a edificação do capitalismo. Isto é, podem iniciar o desenvolvimento da economia de um país pelo caminho do planejamento e pelo caminho do socialismo, o que não pode ser saltado é o socialismo. E a própria União Soviética, depois de 40 anos, começa a edificação do comunismo e espera ter avançado consideravelmente nesse terreno depois de 20 anos. Por isso estamos na etapa de construção do socialismo.

E o socialismo. Qual é o socialismo que devemos aplicar? O socialismo utópico? Tínhamos, simplesmente, que aplicar o socialismo científico. Por isso comecei dizendo com toda franqueza que acreditávamos no marxismo, que acreditávamos que é a teoria mais correta, mais científica, a única teoria verdadeira, a única teoria revolucionária verdadeira. Digo isso aqui com total satisfação e com total confiança: sou marxista-leninista e serei marxista-leninista até o último dia de minha vida.

II. O castrismo e o guevarismo

Ernesto Che Guevara

*Guerra de guerrilhas, um método**

Este escrito de Guevara, de 1963, é uma das mais interessantes tentativas de generalizar certas lições da Revolução Cubana para a luta na América Latina. Uma das teses centrais do texto refere-se ao caráter socialista da revolução latino-americana, e está intimamente ligada à análise do papel das burguesias nacionais. Guevara também apresenta, de forma concisa e rigorosa, suas ideias sobre a guerra de guerrilhas em escala continental; devemos ressaltar que, contrariamente ao que pretendem seus críticos superficiais, Guevara concebia a guerrilha como um processo político-militar com caráter de *luta de massas*. Naturalmente, sua concepção de guerra de guerrilha sofre a influência direta do exemplo cubano: prioridade da luta no campo, papel fundamental do foco inicial etc.

A guerra de guerrilhas foi utilizada inúmeras vezes na história em condições diferentes e perseguindo distintos objetivos. Ultimamente, ela tem sido usada em diversas guerras populares de libertação, em que a vanguarda do povo escolheu o caminho da luta armada irregular contra inimigos de maior potencial bélico. A Ásia, a África e a América foram alvo destas ações quando se tentava obter o poder pela luta contra a exploração feudal, neocolonial ou colonial. Na Europa, ela foi utilizada como complemento dos exércitos regulares próprios ou aliados.

Na América, recorreu-se à guerra de guerrilhas em diversas oportunidades. Como antecedente mediato mais próximo, podemos citar a experiência de Augusto César Sandino, lutando contra as forças expedicionárias ianques na Segóvia nicaraguense. E, recentemente, a guerra revolucionária de Cuba. A partir de então, os problemas da guerra de guerrilhas na América foram citados nas discussões teóricas dos partidos progressistas do continente, e a possibilidade e conveniência de sua utilização deram origem a polêmicas contraditórias.

Estas notas tentarão expressar nossas ideias sobre a guerra de guerrilhas e qual seria sua utilização correta.

Primeiramente, é preciso esclarecer que esta modalidade de luta é um método; um método para alcançar um fim. Este fim, indispensável, inevitável para todo revolucionário é a conquista do poder político. Portanto, nas análises

* Ernesto Che Guevara, "Guerra de guerrillas, un método" (1963), *Obra revolucionaria*, México, Era, 1973, p. 551-52 e 556-63.

das situações específicas dos diferentes países da América, deve ser utilizado o conceito de guerrilha reduzido à simples categoria de método de luta para alcançar aquele fim.

Quase imediatamente surge a pergunta: o método da guerra de guerrilhas é a única fórmula para a tomada do poder em toda a América? Ou, de qualquer forma, será a fórmula predominante? Ou, simplesmente, será uma fórmula a mais entre todas as usadas para a luta? E em última instância, se perguntam, o exemplo de Cuba será aplicável a outras realidades continentais? Pelo caminho da polêmica, costuma-se criticar aqueles que querem adotar a guerra de guerrilhas, alegando que se esquecem da luta de massas, como se fossem métodos contrapostos. Rejeitamos o conceito inerente a essa posição; a guerra de guerrilhas é uma guerra do povo, é uma luta de massas. Pretender realizar este tipo de guerra sem o apoio da população é o prelúdio de um desastre inevitável. A guerrilha é a vanguarda combativa do povo, situada em um determinado lugar de um certo território, armada, disposta a realizar uma série de ações bélicas tendentes ao único fim estratégico possível: a tomada do poder. Está apoiada pelas massas camponesas e operárias da região e de todo o território em questão. Sem estas premissas não se pode admitir a guerra de guerrilhas.

Em nossa situação americana, consideramos que a Revolução Cubana deu três contribuições fundamentais à mecânica dos movimentos revolucionários da América. Primeiro: as forças populares podem ganhar uma guerra contra o Exército. Segundo: nem sempre deve-se esperar que estejam dadas todas as condições para a revolução. Terceiro: na América subdesenvolvida, o terreno da luta armada deve ser fundamentalmente o campo (*La guerra de guerrillas*).

Estas são as contribuições para o desenvolvimento da luta revolucionária na América e podem ser aplicadas a qualquer um dos países do nosso continente no qual se levar a cabo uma guerra de guerrilhas. [...]

Durante o desenvolvimento da luta armada, aparecem dois momentos de extremo perigo para o futuro da revolução. O primeiro deles surge na etapa preparatória, e a forma como se resolver dará a medida da decisão de luta e clareza de fins das forças populares. Quando o Estado burguês avança contra as posições do povo, evidentemente deve ocorrer um processo de defesa contra o inimigo que, nesse momento de superioridade, ataca. Se já se desenvolveram as condições objetivas e subjetivas mínimas, a defesa deve ser armada, mas de tal forma que as forças populares não se transformem em meros receptores dos golpes do inimigo; não se deve permitir tampouco que o cenário da defesa armada se transforme em um refúgio extremo dos perseguidos. A guerrilha,

movimento defensivo do povo em um dado momento, leva em si, e deve desenvolver constantemente, sua capacidade de ataque ao inimigo. Com o tempo, essa capacidade vai determinando seu caráter de catalisador das forças populares. Isto é, a guerrilha não é autodefesa passiva, é defesa com ataque e, a partir do momento em que se apresenta como tal, tem como perspectiva final a conquista do poder político.

Este momento é importante. Nos processos sociais, a diferença entre violência e não violência não pode ser medida pela quantidade de tiros trocados; corresponde a situações concretas e flutuantes. É preciso saber ver o instante em que as forças populares, conscientes de sua fraqueza relativa, mas ao mesmo tempo de sua força estratégica, devem obrigar o inimigo a dar os passos necessários para que a situação não retroceda. Deve-se violentar o equilíbrio ditadura oligárquica-pressão popular. Constantemente, tenta-se exercer a ditadura sem o uso aparente da força; obrigá-la a se apresentar sem máscara, isto é, em seu verdadeiro aspecto de ditadura violenta das classes reacionárias, contribuirá para seu desmascaramento, o que aprofundará a luta, levando-a a extremos irreversíveis. Da forma como as forças do povo dedicadas à tarefa de obrigar a ditadura a se definir – recuar ou desencadear a luta – cumpram sua função, depende o começo firme de uma ação armada de longo alcance.

Evitar o outro momento perigoso depende do poder do desenvolvimento ascendente das forças populares. Marx sempre recomendava que, uma vez começado o processo revolucionário, o proletariado tinha de golpear incessantemente. Revolução que não se aprofunda constantemente é revolução que recua. Os combatentes, cansados, começam a perder a fé e então pode frutificar alguma das manobras às quais a burguesia nos tem tão acostumados. Estas podem ser: eleições com entrega do poder a outro senhor de voz mais melíflua e rosto mais angelical que o ditador de plantão, ou um golpe dado por reacionários, liderados, em geral, por um exército, e apoiando-se, direta ou indiretamente, nas forças progressistas. Cabem outras, porém não é nossa intenção analisar estratégias táticas.

Chamamos a atenção principalmente para a manobra do golpe militar acima mencionada. Que podem dar os militares à verdadeira democracia? Que lealdade se lhes pode pedir, se são meros instrumentos de dominação das classes reacionárias e dos monopólios imperialistas, e como casta, que vale em função das armas que possui, aspiram apenas a manter suas prerrogativas?

Quando, em situações difíceis para os opressores, os militares conspiram e derrubam um ditador, de fato vencido, deve-se supor que o fazem porque aquele não é mais capaz de preservar suas prerrogativas de classe sem violência extrema, o que em geral não convém aos interesses das oligarquias nos momentos atuais.

Esta afirmação não significa, de modo algum, que se rejeite a utilização dos militares como lutadores individuais, separados do meio social em que atuaram e, de fato, rebelados contra ele. Esta utilização deve ser feita no contexto da direção revolucionária à qual pertencerão como lutadores e não como representantes de uma casta.

Em épocas já distantes, no prefácio da terceira edição de *A guerra civil na França*, Engels dizia:

Os operários, depois de cada revolução, estavam armados; por isso, o desarmamento dos operários era o primeiro mandamento dos burgueses que estavam à frente do Estado. Daí que, depois de cada revolução ganha pelos operários, se levasse a cabo uma nova luta que acabava com sua derrota... (Citação de Lenin, *O Estado e a revolução*).

Este jogo de lutas contínuas em que se obtém uma mudança formal de qualquer tipo e se recua estrategicamente repetiu-se durante dezenas de anos no mundo capitalista. Pior ainda, o engano permanente ao proletariado neste aspecto ocorre periodicamente há mais de um século.

Também é perigoso que, levados pelo desejo de manter durante algum tempo condições mais favoráveis para a ação revolucionária mediante o uso de certos aspectos da legalidade burguesa, os dirigentes dos partidos progressistas confundam os termos, o que é muito comum no transcorrer da ação, e se esqueçam do objetivo estratégico definitivo: *a tomada do poder*.

Estes dois momentos difíceis da revolução, que analisamos sucintamente, evidenciam-se quando os partidos dirigentes marxistas-leninistas são capazes de ver claramente as implicações do momento e de mobilizar ao máximo as massas, levando-as pelo caminho justo da resolução das contradições fundamentais.

No desenvolvimento do tema supusemos que eventualmente será aceita a ideia da luta armada e também a fórmula da guerra de guerrilhas como método de combate. Por que consideramos que, nas atuais condições da América, a guerra de guerrilhas é a via correta? Há argumentos fundamentais que, a nosso ver, determinam a necessidade da ação guerrilheira na América como eixo central da luta.

Primeiro: aceitando como verdade que o inimigo lutará para se manter no poder, deve-se pensar na destruição do exército opressor; para destruí-lo, deve-se contrapor a ele um exército popular. Esse exército não nasce espontaneamente, deve ser armado no arsenal do inimigo, e isto condiciona uma luta dura e muito longa, na qual as forças populares e seus dirigentes sempre estariam expostos ao ataque de forças superiores sem condições adequadas de defesa e capacidade de manobra.

Em compensação, o núcleo guerrilheiro, instalado em terrenos favoráveis à luta, garante a segurança e a permanência do comando revolucionário. As forças urbanas, dirigidas a partir do estado-maior do exército do povo, podem realizar ações de importância incalculável. A eventual destruição destes grupos não acabaria com a alma da revolução, sua chefia, que, da fortaleza rural, continuaria catalisando o espírito revolucionário das massas e organizando novas forças para outras batalhas.

Além disso, nesta zona começa a estruturação do futuro aparelho estatal encarregado de dirigir de forma eficiente a ditadura de classe durante todo o período de transição. Quanto mais longa for a luta, maiores e complexos serão os problemas administrativos e, para sua solução, serão treinados quadros para a difícil tarefa da consolidação do poder e do desenvolvimento econômico, em uma futura etapa.

Segundo: a situação geral do campesinato latino-americano e o caráter cada vez mais explosivo de sua luta contra as estruturas feudais, no contexto de uma situação social de aliança entre exploradores locais e estrangeiros.

Voltando à Segunda Declaração de Havana:

– Os povos da América libertaram-se da colonização espanhola no início do século passado, mas não se libertaram da exploração. Os latifundiários feudais assumiram a autoridade dos governantes espanhóis, os índios continuaram em penosa servidão, o homem latino-americano de alguma forma continuou escravo, e as mínimas esperanças dos povos sucumbiram sob o poder das oligarquias e o jugo do capital estrangeiro. Esta tem sido a verdade na América, com diversas nuances e com algumas variantes. Hoje, a América Latina jaz sob um imperialismo muito mais feroz, muito mais poderoso e mais impiedoso que o imperialismo colonial espanhol.

– E ante a realidade objetiva e historicamente inexorável da revolução latino-americana, qual é a atitude do imperialismo ianque? Preparar-se para realizar uma guerra colonial com os povos da América Latina; criar o aparelho de força, os pretextos políticos e os instrumentos pseudo-legais subscritos com os representantes das oligarquias reacionárias, para reprimir ferozmente a luta dos povos latino-americanos.

Esta situação objetiva nos mostra a força que dorme, não aproveitada, nos nossos camponeses, e a necessidade de utilizá-la para a libertação da América.

Terceiro: o caráter continental da luta.

Esta nova etapa da emancipação da América poderia ser concebida como o combate de duas forças locais lutando pelo poder em um território dado?

Difícilmente. A luta será até a morte entre todas as forças populares e todas as forças de repressão. Os parágrafos anteriores também preveem isso.

Os ianques intervirão por solidariedade de interesses e porque a luta na América é decisiva. De fato, já intervêm na preparação das forças repressivas e na organização de um aparelho continental de luta. Mas, doravante, farão isso com todas as suas energias; castigarão as forças populares com todas as armas de destruição a seu alcance; não deixarão o poder revolucionário se consolidar e, se algum o conseguir, voltarão a atacar, não o reconhecerão, tentarão dividir as forças revolucionárias, infiltrarão sabotadores de todo tipo, criarão problemas fronteiros, lançarão outros Estados reacionários contra elas, tentarão asfixiar economicamente o novo Estado, aniquilá-lo, em uma palavra.

Dado este panorama americano, é difícil que a vitória seja obtida e consolidada em um país isolado. Deve-se responder à união das forças repressivas com a união das forças populares. Em todos os países em que a opressão chegar a níveis insustentáveis, deve-se erguer a bandeira da rebelião, e esta bandeira terá, por necessidade histórica, caracteres continentais. A Cordilheira dos Andes está destinada a ser a Sierra Maestra da América, como disse Fidel, e todos os imensos territórios deste continente estão destinados a ser cenários da feroz luta contra o poder imperialista.

Não podemos dizer quando a luta alcançará estas características continentais, nem quanto tempo durará; mas podemos prever seu advento e seu triunfo, porque é resultado de circunstâncias históricas, econômicas e políticas inevitáveis, e seu rumo não pode ser desviado. Iniciá-la quando as condições estiverem dadas, independentemente da situação de outros países, é a tarefa da força revolucionária em cada país. O desenvolvimento da luta irá condicionando a estratégia geral; a previsão sobre o caráter continental é fruto da análise das forças de cada adversário, mas isso não exclui de forma alguma a explosão independente. Assim como o início da luta em um ponto do país está destinado a desenvolvê-la em todo o seu âmbito, o começo da guerra revolucionária contribui para desenvolver novas condições nos países vizinhos.

O desenvolvimento das revoluções tem ocorrido normalmente por fluxos e refluxos inversamente proporcionais; ao fluxo revolucionário corresponde o refluxo contrarrevolucionário e, vice-versa, nos momentos de declínio revolucionário há uma ascensão contrarrevolucionária. Nestes instantes, a situação das forças populares torna-se difícil, e elas devem recorrer aos melhores meios de defesa para sofrer menos danos. O inimigo é extremamente forte, continental. Por isso, não se pode analisar as fraquezas relativas das burguesias locais para tomar decisões de âmbito restrito. Ainda menos se poderia pensar na aliança destas oligarquias com o povo em armas. A Revolução Cubana foi o sino de

alarme. A polarização de forças chegará a ser total: exploradores de um lado e explorados de outro; a massa da pequena burguesia tenderá para um ou outro lado, segundo seus interesses e o acerto político com que ela seja tratada; a neutralidade constituirá uma exceção. Assim será a guerra revolucionária.

Pensemos como poderia começar um foco guerrilheiro.

Núcleos relativamente pequenos de pessoas escolhem lugares favoráveis para a guerra de guerrilhas, quer com a intenção de contra-atacar, quer para esperar momentos mais favoráveis, e lá começam a agir. Deve-se estabelecer claramente o seguinte: no primeiro momento, a fraqueza relativa da guerrilha é tal que ela deve trabalhar apenas para se fixar ao terreno, para ir conhecendo o meio, estabelecendo ligações com a população e reforçando os lugares que eventualmente serão sua base de apoio.

Uma guerrilha que começar a se desenvolver de acordo com as premissas aqui apresentadas deve cumprir três condições: mobilidade constante, vigilância constante, desconfiança constante. Sem o uso adequado destes três elementos da tática militar, a guerrilha dificilmente sobreviverá. Deve-se recordar que a heroicidade do guerrilheiro, nestes momentos, consiste na amplitude do fim a alcançar e na enorme série de sacrifícios que deverá realizar para obtê-lo.

Estes sacrifícios não serão o combate diário, a luta cara a cara com o inimigo; adquirirão formas mais sutis e mais difíceis para o corpo e a mente do indivíduo que está na guerrilha.

É possível que eles sejam castigados duramente pelos exércitos inimigos; divididos em grupos, às vezes; os que forem feitos prisioneiros talvez sofram torturas; serão perseguidos como animais acoitados nas zonas escolhidas para agir; sofrerão a permanente inquietação de ter inimigos atrás dos passos da guerrilha; terão de desconfiar de tudo, pois os camponeses atemorizados em alguns casos os entregarão, para que, com o desaparecimento do pretexto, as tropas repressivas se retirem; não terão outra alternativa que a morte ou a vitória, em momentos em que a morte é um conceito mil vezes presente e a vitória é o mito com que só um revolucionário pode sonhar.

Esta é a heroicidade da guerrilha; por isso se diz que caminhar também é uma forma de combater, que evitar o combate em determinado momento não passa de outra forma de combate. Diante da superioridade geral do inimigo, deve-se encontrar a forma tática de obter uma superioridade relativa em um ponto escolhido, como concentrar um número maior de efetivos que este, garantir vantagens no aproveitamento do terreno para desequilibrar a correlação de forças. Nestas condições garante-se a vitória tática; se a superioridade relativa não está clara, é preferível não agir. Não se deve efetuar um combate que não seja vitorioso, desde que se possa escolher o “como” e o “quando”.

No contexto da grande ação político-militar, da qual é um elemento, a guerrilha irá crescendo e se consolidando; formar-se-ão então as bases de apoio, elemento fundamental para que o exército guerrilheiro possa prosperar. Estas bases de apoio são pontos nos quais o exército inimigo só pode penetrar com grandes perdas; bastiões da revolução, refúgio e estímulo da guerrilha para incursões cada vez mais distantes e atrevidas.

Chega-se a este momento caso se tiver podido superar simultaneamente as dificuldades de ordem tática e política. Os guerrilheiros nunca podem esquecer sua função de vanguarda do povo, o mandato que encarnam; portanto, devem criar as condições políticas necessárias para o estabelecimento do poder revolucionário baseado no apoio total das massas. As grandes reivindicações do campesinato devem ser satisfeitas na medida e na forma sugeridas pelas circunstâncias, transformando toda a população em um conglomerado compacto e decidido.

A situação militar nos primeiros momentos será muito difícil, e não menos delicada será a situação política; e se apenas um erro militar pode liquidar com a guerrilha, um erro político pode frear seu desenvolvimento durante grandes períodos.

Político-militar é a luta, assim ela deve ser desenvolvida e, portanto, ser entendida.

A guerrilha, em seu processo de crescimento, chega a um instante em que sua capacidade de ação cobre uma determinada região para cujas medidas sobram homens e existe demasiada concentração na zona. Começa então o efeito de colmeia, no qual um dos chefes, guerrilheiro experiente, passa para outra região e vai repetindo a rede de desenvolvimento da guerra de guerrilhas, sujeito sempre a um comando central.

Mas é preciso ressaltar que não se pode aspirar à vitória sem a formação de um exército regular. As forças guerrilheiras poderão se estender até certa magnitude; as forças populares, nas cidades e em outras zonas permeáveis do inimigo, poderão lhe causar estragos, mas o potencial militar da reação ainda permanecerá intacto. Deve-se recordar sempre que o resultado final deve ser a aniquilação do adversário. Para isso, todas estas novas zonas criadas, além das zonas de perfuração do inimigo por trás de suas linhas, além das forças que operam nas principais cidades, devem ter uma relação de dependência no mando. Não se poderá pretender que exista o fechado ordenamento hierárquico que caracteriza um exército, mas sim uma ordenação estratégica. Em determinadas condições de liberdade de ação, as guerrilhas devem cumprir todas as ordens estratégicas do comando central, instalado em alguma das regiões, a mais segura de todas, a mais forte, preparando as condições para a união das forças em um determinado momento. Haverá outras possibilidades menos cruentas?

Em geral, a guerra de guerrilhas ou guerra de libertação terá três momentos: o primeiro, da defensiva estratégica, no qual a pequena força que foge morde o inimigo; não está refugiada para fazer uma defesa passiva em um pequeno círculo, pois sua defesa consiste nos ataques limitados que puder realizar. Passado isto, chega-se a um ponto de equilíbrio no qual se estabilizam as possibilidades de ação do inimigo e da guerrilha e, depois, o momento final de disseminação do exército repressivo que levará à tomada das grandes cidades, aos grandes encontros decisivos e ao aniquilamento total do adversário.

Depois de se chegar ao ponto de equilíbrio, no qual ambas as forças se respeitam entre si, a guerrilha adquire novas características em seu desenvolvimento. Começa a ser introduzido o conceito da manobra; grandes colunas que atacam pontos fortes; guerra de movimentos com translação de forças e meios de ataque de relativa potência. Mas, devido à capacidade de resistência e contra-ataque que o inimigo ainda conserva, esta guerra de manobra não substitui definitivamente as guerrilhas; é apenas uma forma de atuação das mesmas; uma magnitude superior das forças guerrilheiras, até que, por fim, cristaliza-se em um exército popular com corpos de exércitos. Mesmo neste instante, caminhando à vanguarda das ações das forças principais, as guerrilhas irão em seu estado de “pureza” acabando com as comunicações, sabotando todo o aparelho defensivo do inimigo.

Havíamos mencionado que a guerra seria continental. Isto significa também que será prolongada; haverá muitas frentes, custará muito sangue, inúmeras vidas durante um longo tempo. Mas os fenômenos de polarização de forças que estão ocorrendo na América, a clara divisão entre exploradores e explorados que existirá nas guerras revolucionárias futuras significam que, quando ocorrer a tomada do poder pela vanguarda armada do povo, o país, ou os países que o conseguirem, terão liquidado simultaneamente o opressor, os imperialistas e os exploradores nacionais. Terá se concretizado a primeira etapa da revolução socialista; os povos estarão prontos para curar suas feridas e iniciar a construção do socialismo.

Haverá outras possibilidades menos cruentas?

Há algum tempo foi realizada a última divisão do mundo, na qual os Estados Unidos ficaram com a parte do leão do nosso continente; hoje, os imperialistas do velho mundo estão crescendo de novo, e o poder do Mercado Comum Europeu atemoriza os próprios americanos. Tudo isso poderia fazer pensar que existiria a possibilidade de assistir como espectadores à pugna imperialista para depois obter novos avanços, talvez por meio de alianças com as burguesias nacionais mais fortes. Sem contar que a política passiva nunca traz bons resultados na luta de classes e que as alianças com a burguesia, por mais revolucionária que esta possa parecer em determinado momento, têm

apenas caráter transitório, existem razões de tempo que induzem a tomar outro partido. O aprofundamento da contradição fundamental parece ser tão rápido na América que incomoda o desenvolvimento “normal” das contradições do campo imperialista em sua luta pelos mercados.

As burguesias nacionais uniram-se ao imperialismo norte-americano, em sua grande maioria, e devem ter a mesma sorte que ele em cada país. Mesmo nos casos em que se produzem pactos ou coincidências de contradições entre a burguesia nacional e outros imperialismos com o norte-americano, isto sucede no contexto de uma luta fundamental que englobará necessariamente, no decorrer de seu desenvolvimento, *todos os explorados e todos os exploradores*. A polarização de forças antagonicas de adversários de classes até agora é mais veloz que o desenvolvimento das contradições entre os exploradores pela divisão do butim. Os campos são dois: a alternativa torna-se mais clara para cada um individualmente, e para cada camada especial da população.

A Aliança para o Progresso é uma tentativa de frear o irrefreável.

Mas se o avanço do Mercado Comum Europeu ou de qualquer outro grupo imperialista sobre os mercados americanos fosse mais veloz que o desenvolvimento da contradição fundamental, só restaria introduzir as forças populares como cunha na brecha aberta, fazendo com que elas conduzissem toda a luta e utilizando os novos intrusos com clara consciência de quais são suas intenções finais.

Não se deve entregar nenhuma posição, nenhuma arma, nenhum segredo ao inimigo de classe, sob pena de perder tudo.

De fato, a eclosão da luta americana já ocorreu. Seu vórtice estará na Venezuela, na Guatemala, na Colômbia, no Peru, no Equador...? Estas escaramuças atuais serão apenas manifestações de uma inquietação que não frutificou? Não importa qual for o resultado das lutas de hoje. Não importa, para o resultado final, que este ou aquele movimento seja transitoriamente derrotado. O definitivo é a decisão de luta que amadurece dia a dia; a consciência da necessidade da mudança revolucionária, a certeza de sua possibilidade.

É uma previsão. Fazemo-la com o convencimento de que a história nos dará razão. A análise dos fatores objetivos e subjetivos da América e do mundo imperialista nos indica a certeza destas asseverações baseadas na Segunda Declaração de Havana.

Ernesto Che Guevara *Mensagem à Tricontinental**

Este documento, redigido por Guevara nas montanhas bolivianas no início de 1967, desenvolve em forma de carta ao Secretariado Executivo da Organização de Solidariedade dos Povos da África, Ásia e América Latina (criada pela Conferência Tricontinental de 1966) seu conceito da revolução mundial e do internacionalismo proletário. A influência deste escrito foi enorme e ultrapassou amplamente os limites da América Latina.

O trecho apresentado aqui insiste simultaneamente no caráter socialista da revolução e na inevitabilidade da luta armada. Foi utilizado como texto programático tanto pela corrente castrista como pelo trotskismo latino-americano.

O campo fundamental da exploração do imperialismo abrange os três continentes atrasados, América, Ásia e África. Cada país tem características próprias, porém os continentes, em seu conjunto, também as apresentam.

A América constitui um conjunto mais ou menos homogêneo e, praticamente em todo o seu território, os capitais monopolistas norte-americanos mantêm uma primazia absoluta. Os governos títeres ou, no melhor dos casos, fracos e medrosos, não podem se opor às ordens do patrão ianque. Os norte-americanos chegaram quase ao ponto máximo de sua dominação política e econômica, poderão avançar muito pouco; qualquer mudança da situação poderia se transformar em um retrocesso de sua primazia. Sua política é a de manter o que foi conquistado. A linha de ação se reduz no momento atual ao uso brutal da força para impedir movimentos de libertação, de qualquer tipo que eles sejam.

Com o *slogan* “não permitiremos outra Cuba”, encobre-se a possibilidade de agressões abertas, como a perpetrada contra São Domingos ou, anteriormente, o massacre do Panamá e a clara advertência de que as tropas ianques estão dispostas a intervir em qualquer lugar da América em que a ordem estabelecida seja alterada, colocando seus interesses em risco.

Essa política conta com uma impunidade quase absoluta; a OEA é uma máscara cômoda, por mais desprestigiada que esteja; a ONU é de uma ineficiência que beira o ridículo ou o trágico; os exércitos de todos os países da América estão prontos para intervir para esmagar seus povos. Formou-se, de fato, a internacional do crime e da traição.

* Ernesto Che Guevara, “Mensaje a la Tricontinental” (1967), em *Obra revolucionaria, op.cit.*, p. 643-45 e 646-48.

Por outro lado, as burguesias autóctones perderam toda a sua capacidade de oposição ao imperialismo – se é que alguma vez a tiveram – e agora são apenas seu reboque. Não há mudanças a fazer, ou revolução socialista ou caricatura de revolução. [...]

Na América Latina, luta-se com armas na mão na Guatemala, na Colômbia, na Venezuela e na Bolívia, enquanto surgem os primeiros sinais no Brasil. Há outros focos de resistência que aparecem e se extinguem. Mas quase todos os países deste continente estão maduros para uma luta desse tipo que, para triunfar, não pode se conformar com menos que a instauração de um modelo de estilo socialista.

Neste continente fala-se praticamente uma língua, salvo o caso excepcional do Brasil, com cujo povo os de língua espanhola podem se entender, dada a semelhança entre ambos os idiomas. Existe uma identidade tão grande entre as classes destes países que elas obtêm uma identificação de tipo “internacional americano” muito mais completa que em outros continentes. Língua, costumes, religião, amo comum as unem. O grau e as formas de exploração são semelhantes em seus efeitos para exploradores e explorados de grande parte dos países da nossa América. E a rebelião está amadurecendo aceleradamente nela.

Podemos nos perguntar: como frutificará esta rebelião? De que tipo será? Sustentamos há algum tempo que, dadas suas características similares, a luta na América adquirirá, em seu momento, dimensões continentais. Será cenário de muitas grandes batalhas realizadas pela humanidade pela sua libertação.

No contexto dessa luta de alcance continental, as que atualmente se sustentam de forma ativa não passam de episódios, porém já deram os primeiros mártires que figurarão na história americana como entregando sua cota de sangue necessário nesta última etapa de luta pela liberdade plena do homem. Nela figurarão os nomes do comandante Turcios Lima, do sacerdote Camilo Torres, do comandante Fabricio Ojeda, dos comandantes Lobatán e Luis de la Puente Uceda, figuras maiores nos movimentos revolucionários da Guatemala, Colômbia, Venezuela e Peru.

Mas a mobilização ativa do povo cria seus novos dirigentes; César Montes e Yon Sosa levantam a bandeira na Guatemala, Fabio Vázquez e Marulanda fazem-no na Colômbia, Douglas Bravo no ocidente do país e América Martín em El Bachiller, dirigem suas respectivas frentes na Venezuela.

Novos surtos de guerra surgirão nestes e em outros países americanos, como já ocorreu na Bolívia, e irão crescendo, com todas as vicissitudes que entranham este perigoso ofício de revolucionário moderno. Muitos morrerão vítimas de seus erros, outros cairão no duro combate que se aproxima; novos lutadores e novos dirigentes surgirão ao calor da luta revolucionária. O povo irá formando seus combatentes e seus condutores no contexto seletivo da própria

guerra, e os agentes ianques de repressão aumentarão. Hoje há assessores em todos os países em que a luta armada se mantém, e o exército peruano realizou, aparentemente, um ataque bem-sucedido contra os revolucionários desse país, também assessorado e treinado pelos ianques. Mas se os focos de guerra forem dirigidos com suficiente destreza política e militar tornar-se-ão praticamente imbatíveis e exigirão novos envios de tropas. No próprio Peru, com tenacidade e firmeza, novas figuras ainda não completamente conhecidas reorganizam a luta guerrilheira. Pouco a pouco, as armas obsoletas que bastam para a repressão dos pequenos grupos armados irão se transformando em armas modernas, e os grupos de assessores em combatentes norte-americanos, até que, em determinado momento, eles sejam obrigados a enviar crescentes quantidades de tropas regulares para garantir a relativa estabilidade de um poder cujo Exército nacional títere desintegra-se ante os combates da guerrilha. É o caminho do Vietnã; é o caminho que os povos devem seguir; é o caminho que a América seguirá, com a característica especial de que os grupos em armas poderiam formar uma espécie de Junta de Coordenação para tornar mais difícil a tarefa repressiva do imperialismo ianque e facilitar a própria causa.

A América, continente esquecido pelas últimas lutas políticas de libertação, que começa a se fazer ouvir por intermédio da Tricontinental, por meio da voz da vanguarda de seus povos, que é a Revolução Cubana, terá uma tarefa de muito maior relevância: a da criação do segundo ou terceiro Vietnã ou do segundo e terceiro Vietnã do mundo.

Definitivamente, deve-se levar em conta que o imperialismo é um sistema mundial, última etapa do capitalismo, e que é preciso batê-lo em um grande confronto mundial. A finalidade estratégica dessa luta deve ser a destruição do imperialismo. A participação que compete a nós, os explorados e atrasados do mundo, é a de eliminar as bases de sustentação do imperialismo: nossos povos oprimidos, de onde extraem capitais, matérias-primas, técnicos e operários baratos e para onde exportam novos capitais – instrumentos de dominação –, armas e todo tipo de artigos, levando-nos a uma dependência absoluta.

O elemento fundamental dessa finalidade estratégica será, portanto, a libertação real dos povos; libertação que ocorrerá pela luta armada, na maioria dos casos, e que terá, na América, quase inexoravelmente, a propriedade de se transformar em uma Revolução Socialista.

Ao focar a destruição do imperialismo, deve-se identificar seu líder, que não é outro senão os Estados Unidos da América do Norte.

Devemos realizar uma tarefa de tipo geral, cuja finalidade tática seja tirar o inimigo de seu ambiente, obrigando-o a lutar em lugares onde seus hábitos de vida se choquem com a realidade imperante. Não se deve desprezar o adversário; o soldado norte-americano tem capacidade técnica e está respaldado

por recursos de tal magnitude que o tornam temível. Falta-lhe essencialmente a motivação ideológica que têm em sumo grau seus ferozes rivais de hoje: os soldados vietnamitas. Só poderemos triunfar sobre esse exército à medida que conseguirmos minar seu moral. E este mina-se infligindo-lhe derrotas e causando-lhe contínuos sofrimentos.

Mas este pequeno esquema de vitórias contém sacrifícios imensos dos povos, sacrifícios que devem ser exigidos a partir de hoje, à luz do dia, e que talvez sejam menos dolorosos que os que deveriam suportar se evitássemos constantemente o combate, para que outros tirem as castanhas do fogo para nós.

Claro que o último país a se libertar provavelmente o fará sem luta armada, e este povo será poupado dos sofrimentos de uma guerra longa e tão cruel como a que fazem os imperialistas. Mas talvez seja impossível evitar essa luta ou seus efeitos, em uma contenda de caráter mundial, e se sofra tanto ou ainda mais. Não podemos prever o futuro, mas jamais devemos ceder à tentação claudicante de ser os líderes de um povo que anseia sua liberdade, porém renega a luta que esta implica e a espera como migalhas de vitória.

É absolutamente justo evitar todo sacrifício inútil. Por isso é tão importante o esclarecimento das possibilidades efetivas que a América dependente tem de se libertar de forma pacífica. Para nós está clara a solução desta interrogação; o momento atual poderá ou não ser o indicado para o início da luta, mas não podemos nos iludir de forma alguma, nem temos o direito de fazê-lo, de conquistar a liberdade sem combater. E os combates não serão meras lutas de ruas, com pedras contra gases lacrimogêneos, nem de greves gerais pacíficas; nem será a luta de um povo enfurecido que destrua em dois ou três dias os alicerces repressivos das oligarquias governantes; será uma luta longa, cruenta, cuja frente estará nos refúgios guerrilheiros, nas cidades, nas casas dos combatentes – onde a repressão irá buscar vítimas fáceis entre seus familiares –, na população camponesa massacrada, nas aldeias ou cidades destruídas pelo bombardeio inimigo.

Empurram-nos para essa luta; não há mais remédio que prepará-la e decidir-se a empreendê-la.

Douglas Bravo

*A guerrilha na Venezuela**

Dirigente do Partido Comunista Venezuelano e seu representante perante as guerrilhas da Frente de Libertação Nacional (FLN) – aliança do PCV com o MIR e setores independentes – no início dos anos 1960, Douglas Bravo tornar-se-á rapidamente uma das figuras legendárias da nova esquerda armada que se desenvolve na América Latina, sob a influência da Revolução Cubana. Em 1965 ele rompe com o PCV, quando este partido começa a se afastar da luta armada, e alguns anos depois constitui sua própria organização, o PRV (Partido da Revolução Venezuelana), permanecendo até os anos 1970 na serra, com um pequeno núcleo guerrilheiro. Em 1979, seu processo é suspenso e Douglas Bravo sai de um período de quase 30 anos de clandestinidade para desenvolver uma atividade política legal.

Publicamos aqui trechos de um documento do Comitê Regional da Montanha do FLN de 1965, redigido por Douglas Bravo e Elías Manuit, no qual explicam sua concepção das particularidades da revolução venezuelana.

O caminho venezuelano

Partindo das características peculiares da nossa guerra de libertação nacional, já mencionadas, chegamos à formulação das leis fundamentais que regem e regerão nosso processo revolucionário. Da mesma forma, partindo da compreensão destas leis fundamentais, gerais e particulares, chegaremos à formulação que sirva de base para a linha tática a seguir. O exame da nossa realidade econômica, social e política permitiu que nosso CC estabelecesse o caráter prolongado da nossa guerra de libertação; mas, na aplicação desta concepção, ele cometeu um grave erro; por um lado, como dissemos anteriormente, exageramos nossas características peculiares e desenvolvemos uma tática de curto prazo, que se refletiu sobretudo em ilusões golpistas e eleitorais. Por outro, abandonamos estas características e quisemos aplicar um esquema alheio à nossa realidade, a guerra longa das três etapas clássicas.

A experiência internacional nos indica que, nos países irmãos, foram percorridas duas vias de desenvolvimento armado: a insurreição clássica de curto prazo e a guerra de libertação clássica de longo prazo. Para o nosso país, com as características e leis citadas, corresponde uma formulação de novo tipo,

* Douglas Bravo, "Informe del Comité Regional de la Montaña", aprovado pela FLN e pelo Comando Geral da Frente Guerrilheira José Leonardo Chirinos, 18 de outubro de 1964.

que certamente será a mesma para outros países da América Latina. Estamos muito longe da clássica insurreição como a que houve em São Petersburgo, onde o momento conjuntural da crise foi aproveitado em 48 horas para o assalto ao poder e para mudar a velha ordem das coisas. Lá, as cidades foram o fator fundamental, e o campo, secundário. No caso da China e de outros países asiáticos, a guerra prolongada das três etapas foi a via de desenvolvimento. Foi necessário que estes países desenvolvessem uma guerra, na qual o exército incipiente pudesse passar para uma segunda etapa de equilíbrio, e mais tarde a uma etapa de superioridade, a chamada etapa da ofensiva militar estratégica, para depois se dispor ao assalto ao poder. Neste caso, a superioridade do movimento revolucionário estava em razão direta à existência de um exército regular com territórios livres e com pleno domínio da guerra convencional. Para tornar mais gráfica essa expressão, vamos dizer que, partindo do ponto ZERO, só é possível chegar ao ponto CEM de ebulição mediante um grande poder militar, que foi a premissa-chave: um exército estratégica e taticamente à ofensiva.

No nosso caso, as coisas são diferentes: nem a insurreição clássica das cidades nem a guerra prolongada clássica das três etapas. Por isso podemos falar com propriedade de um caminho venezuelano, que chamamos de INSURREIÇÃO COMBINADA. Devemos esclarecer que o caráter de guerra prolongada não varia, mas os fatores próprios da nossa realidade permitem queimar etapas, chegar ao ponto CEM de ebulição, não como produto da existência de um exército regular em uma guerra convencional em franca ofensiva militar estratégica e tática, mas porque, em nosso caso, a superioridade será a junção de fatores políticos e militares perfeitamente combinados no cenário das áreas rurais, suburbanas e urbanas, mediante o aproveitamento das múltiplas formas da luta armada e não armada, da legal e da ilegal, da luta reivindicatória e da luta política das massas que se incorporarem à explosão insurrecional. A INSURREIÇÃO COMBINADA como linha de desenvolvimento a seguir é um processo permanente que aproveita todas as riquezas das múltiplas formas da luta política, e as subordina estrategicamente ao desenvolvimento da luta armada, em particular à guerrilha rural como forma fundamental de luta para tomar o poder. Isto é, harmoniza os fatores fundamentais da insurreição que existem nas nossas leis, com os fatores fundamentais da guerra prolongada que também existem nelas, produzindo-se uma inter-relação dialética entre os fatores fundamentais e secundários, políticos e militares, sociais e econômicos etc., que existem no nosso país. Estes fatores refletem-se no auge de massas latente que existe e que não soubemos capitalizar nem canalizar até levá-lo à insurreição, porque carecemos de uma tática política e militar adequada. Dizemos por isso que as leis da nossa revolução resumem-se na INSURREIÇÃO COMBINADA como linha tática a seguir. [...]

Partindo desta realidade, a INSURREIÇÃO COMBINADA baseia sua estratégia político-militar em que a maior quantidade de efetivos inimigos se estabeleça nas áreas urbanas e suburbanas e em tarefas de proteção e vigilância, mediante uma justa combinação da atividade militar das UTC e das guerrilhas suburbanas com as múltiplas formas da atividade não armada desenvolvidas pelas massas, fundamentalmente nas áreas povoadas. Uma atividade político-militar *permanente* nas cidades e nas zonas suburbanas diminuiria a quantidade de efetivos disponíveis para enfrentar a guerrilha camponesa, facilitando assim para a guerrilha seu trabalho de aniquilamento do aparelho repressivo. Esta estratégia do movimento revolucionário, aplicada mediante a INSURREIÇÃO COMBINADA PERMANENTE, introduz uma contradição insuperável para o inimigo; esta contradição é que seus efetivos repressivos nunca serão suficientes e algumas das frentes atacadas terão de ficar desguarnecidas, facilitando nossos golpes de aniquilação. Além disso, esta estratégia permite que o movimento revolucionário tire nossa guerra de libertação do caráter de vanguarda que ela tem atualmente, para transformá-la em uma *verdadeira guerra do povo*, com a participação das massas em greves, manifestações, protestos etc. etc., até chegar a EMPUNHAR AS ARMAS e produzir o momento conjuntural para o ASSALTO AO PODER.

Douglas Bravo

Elías Manuit

Pelo CR da Serra de Falcón em Armas.

Iracara, 18 de outubro de 1964.

Camilo Torres

*Mensagem aos cristãos**

Camilo Torres nasceu em Bogotá em 1929 e foi ordenado sacerdote em 1954; no mesmo ano viajou para a Europa para estudar sociologia na Universidade de Louvain, onde permanece até o final de 1958. Em 1959, retorna à Colômbia e começa a trabalhar como professor na Faculdade de Sociologia da Universidade Nacional. No transcorrer dos anos 1960, compromete-se de forma cada vez mais direta com as lutas populares do seu país.

O primeiro documento, publicado no jornal *Frente Unido*, órgão da Frente Unida do Povo, é um documento muito significativo: revela as mediações ideológicas por meio das quais um cristão radicalizado compromete-se com o movimento revolucionário. Funde de uma maneira totalmente sincera a problemática evangélica do amor ao próximo e a teoria marxista da luta de classes, o dever da caridade e o dever de fazer a revolução.

Um ano mais tarde, Camilo Torres, que encontra restrições cada vez maiores para realizar sua campanha de propaganda da Frente Unida do Povo, entra em contato com o Exército de Libertação Nacional (dirigido por Fabio Vázquez), e decide se unir à guerrilha. Como Che Guevara, Camilo Torres acreditava na necessidade de que os dirigentes dessem o exemplo pessoal na luta. Em fevereiro de 1966, morre em combate contra as forças armadas governamentais. O segundo documento mostra as razões deste compromisso.

Mensagem aos cristãos

É possível que as convulsões produzidas pelos acontecimentos políticos, religiosos e sociais dos últimos tempos tenham levado os cristãos colombianos a muita confusão. É necessário que, neste momento decisivo para a nossa história, os cristãos permaneçamos firmes em torno das bases essenciais de nossa religião.

O principal no catolicismo é o amor ao próximo: “Quem ama seu próximo cumpre a lei” (S. Paulo, Rom. XIII, 8). Para que este amor seja verdadeiro, tem de buscar a eficácia. Se a beneficência, a esmola, as poucas escolas gratuitas, os poucos planos de habitação, o que se costuma chamar de “caridade”, não conseguem dar de comer à maioria dos despidos nem ensinar a maioria dos

* Camilo Torres, “Mensaje a los cristianos” (1965), “Al pueblo colombiano desde las montañas” (1966), em *Cristianismo y revolución*, México, Era, 1972, p. 525-28 e 571-72.

que não sabem, temos de buscar meios eficazes para o bem-estar das maiorias. Estes meios não serão buscados pelas minorias privilegiadas que detêm o poder, porque geralmente esses meios eficazes obrigam as minorias a sacrificar seus privilégios. Por exemplo, para haver mais trabalho na Colômbia, seria melhor que os capitais não fossem retirados do país em forma de dólares, e que fossem investidos no país sob a forma de fontes de trabalho. Mas como o peso colombiano se desvaloriza todos os dias, os que têm dinheiro e têm o poder nunca irão proibir a exportação de dinheiro, porque ao exportá-lo livram-se da desvalorização.

Portanto, é preciso tirar o poder das minorias privilegiadas para dá-lo às maiorias pobres. Isto, se for feito rapidamente, é o essencial de uma revolução. A revolução pode ser pacífica se as minorias não fizerem resistência violenta. A revolução, portanto, é a forma de se obter um governo que dê comida para o faminto, que vista o despido, que ensine quem não sabe, que realize as obras de caridade, de amor ao próximo não só de forma ocasional e transitória, não apenas para alguns poucos, mas para a maioria dos nossos próximos. Por isso, a revolução não só é permitida como é obrigatória para os cristãos que vejam nela a única maneira eficaz e ampla de realizar o amor para todos. É verdade que “a única autoridade provém de Deus” (S. Paulo, Rom. XIII, 1). Mas São Tomás diz que a atribuição concreta da autoridade é feita pelo povo.

Quando existe uma autoridade contra o povo, essa autoridade não é legítima e se chama tirania. Os cristãos podemos e devemos lutar contra a tirania. O atual governo é tirânico porque só é respaldado por 20% dos eleitores e porque suas decisões saem das minorias privilegiadas.

Os defeitos temporais da Igreja não devem nos escandalizar. A Igreja é humana. O importante é acreditar que também é divina e que se nós, cristãos, cumprimos com nossa obrigação de amar ao próximo, estaremos fortalecendo a Igreja.

Abandonei os direitos e privilégios do clero, porém não deixei de ser sacerdote. Acredito que me entreguei à revolução por amor ao próximo. Deixei de rezar missa para realizar esse amor ao próximo no terreno temporal, econômico e social. Quando meu próximo não tiver nada contra mim, quando tiver realizado a revolução, voltarei a rezar missa, se Deus o permitir. Acredito que assim sigo o mandato de Cristo: “Se trazes tua oferenda ao altar e lá te lembrás de que teu irmão tem algo contra ti, deixa tua oferenda na frente do altar, e anda, reconcilia-te primeiro com teu irmão e então vem e apresenta tua oferenda” (S. Mateus V, 23-24).

Depois da revolução os cristãos teremos consciência de que estabelecemos um sistema que está baseado no amor ao próximo.

A luta é longa, comecemos já...

Ao povo colombiano desde as montanhas

Colombianos:

Durante muitos anos os pobres de nossa pátria esperaram a voz de combate para se lançarem à luta final contra a oligarquia.

Naqueles momentos em que o desespero do povo chegou ao extremo, a classe dirigente sempre encontrou uma forma de enganar o povo, de distraí-lo, apaziguando-o com novas fórmulas que sempre dão no mesmo: sofrimento para o povo e bem-estar para a casta privilegiada.

Quando o povo pedia um chefe e o encontrou em Jorge Eliécer Gaitán, a oligarquia o matou. Quando o povo pedia paz, a oligarquia semeou violência no país. Quando o povo não resistia mais a tanta violência e organizou as guerrilhas para tomar o poder, a oligarquia inventou o golpe militar para que as guerrilhas, enganadas, se entregassem. Quando o povo pedia democracia, ele tornou a ser enganado com um plebiscito e uma Frente Nacional que lhe impunha a ditadura da oligarquia.

Agora o povo nunca mais acreditará. O povo não acredita nas eleições. O povo sabe que os caminhos legais estão esgotados. O povo sabe que resta apenas a via armada. O povo está desesperado e disposto a arriscar a vida para que a próxima geração de colombianos não seja escrava. Para que os filhos daqueles que agora querem dar a vida, tenham educação, teto, comida, vestimenta e sobretudo DIGNIDADE. Para que os futuros colombianos possam ter uma pátria própria, independente do poder norte-americano.

Todo revolucionário sincero tem de reconhecer a via armada como a única que resta. No entanto, o povo espera que os chefes, com seu exemplo e com sua presença, deem a ordem de combate.

Quero dizer ao povo colombiano que o momento é este. Que não o traía. Que percorri as praças de povoados e cidades lutando pela unidade e pela organização da classe popular para a tomada do poder. Que pedi que nos entregássemos a estes objetivos até a morte.

Já está tudo preparado. A oligarquia quer organizar outra comédia nas eleições, com candidatos que renunciaram e tornaram a aceitar, com comitês bipartidários, com movimentos de renovação baseados em ideias e pessoas que, além de serem velhas, traíram o povo. Que mais esperamos, colombianos?

Eu me incorporei à luta armada.

Das montanhas colombianas penso continuar a luta com as armas na mão, até conquistar o poder para o povo. Incorporei-me ao Exército de Libertação Nacional porque nele encontrei os mesmos ideais da Frente Unida. Encontrei o desejo e a realização de uma unidade pela base, de base camponesa, sem diferenças religiosas nem de partidos tradicionais. Sem qualquer ânimo de combater os elementos

revolucionários de qualquer setor, movimento ou partido. Sem caudilhismos. Que busca libertar o povo da exploração das oligarquias e do imperialismo. Que não depará as armas enquanto o poder não estiver totalmente nas mãos do povo. Que entre seus objetivos aceita a plataforma da Frente Unida.

Todos os colombianos patriotas devemos colocar-nos em pé de guerra. Pouco a pouco irão surgindo chefes guerrilheiros experientes em todos os cantos do país. Enquanto isso, devemos permanecer alertas.

Devemos recolher armas, munições. Procurar treinamento guerrilheiro. Conversar com os mais íntimos. Reunir remédios, roupas e mantimentos, e preparar-nos para uma luta prolongada.

Façamos pequenos trabalhos contra o inimigo nos quais a vitória seja certa. Testemos os que se dizem revolucionários. Descartemos os traidores. Não deixemos de agir, porém sem perder a paciência. Em uma guerra prolongada todos deverão atuar em algum momento. O importante é que, nesse preciso momento, a revolução os encontre prontos e prevenidos. Não é preciso que todos façamos tudo. Devemos dividir o trabalho. Os militantes da Frente Unida devem estar na vanguarda da iniciativa e da ação. Tenhamos paciência na espera e confiança na vitória final.

A luta do povo deve se tornar uma luta nacional. Já começamos porque a jornada é longa.

Colombianos: não deixemos de responder ao chamado do povo e da revolução.

Militantes da Frente Unida: tornemos nossos lemas realidade:

Pela unidade da classe popular até a morte!

Pela organização da classe popular até a morte!

Pela tomada do poder para a classe popular até a morte!

Até a morte porque estamos decididos a ir até o final. Até a vitória, porque um povo que se entrega até a morte, sempre obtém sua vitória. Até a vitória final com os lemas do Exército de Libertação Nacional!

Nem um passo atrás!

Libertação ou Morte!

Janeiro de 1966.

Carlos Marighella

*Carta ao Comitê Executivo do PCB**

Carlos Marighella (1911-1969), dirigente histórico do comunismo brasileiro, rompeu com o PCB em 1967 após uma viagem a Havana, onde assistiu ao Congresso da OLAS. O documento interno que publicamos aqui, enviado à direção do PCB em dezembro de 1966, aponta para as razões que levarão à ruptura: recusa da política de subordinação à burguesia nacional proposta pelo partido, necessidade de iniciar a luta armada.

Com Joaquim Câmara Ferreira e outros comunistas de São Paulo, Marighella funda em 1968 a Aliança Libertadora Nacional (ALN), que desenvolverá inúmeras atividades de guerrilha urbana contra o regime militar, mas será destruída pela repressão, após a morte de seu principal dirigente, assassinado pela polícia numa emboscada em 4 de novembro de 1969.

Rio, 1º de dezembro de 1966.

À Comissão Executiva

Prezados Camaradas:

Escrevo-lhes para pedir demissão da atual Executiva.

O contraste de nossas posições políticas e ideológicas é demasiado grande e existe entre nós uma situação insustentável.

Na vida de um combatente é preferível renunciar a um convívio formal a ter de ficar em choque com a própria consciência.

Nada tenho a opor aos camaradas pessoalmente.

No trabalho sob o título “Luta interna e dialética”, publicado na *Tribuna de Debate* e em folheto, procurei tornar clara a ideia que tenho sobre a desnecessidade do tom pessoal na luta interna.

Na verdade, nenhuma pessoa por si só está em condições de determinar a marcha da história, coisa que compete, sem nenhuma dúvida e antes de mais nada, às massas trabalhadoras.

O que torna ineficaz a Executiva é a sua falta de mobilidade, é não exercer o comando efetivo e direto do partido nas empresas fundamentais do país, é não ter atuação direta entre os camponeses.

* Carlos Marighella, *Escritos de Marighella*, São Paulo, Livramento, 1979, p. 89-97.

O centro da gravidade do trabalho executivo repousa em fazer reuniões, redigir notas políticas e elaborar informes. Não há assim ação planejada, a atividade não gira em torno da luta. Nos momentos excepcionais, o partido inevitavelmente estará sem condutos para mover-se, não ouvirá a voz do comando, como já aconteceu face à renúncia de Jânio e à deposição de Goulart.

Solicitando demissão da atual Executiva – como o faço aqui – desejo tornar público que minha disposição é lutar revolucionariamente, junto com as massas, e jamais ficar à espera das regras do jogo político burocrático e convencional que impera na liderança.

A circulação das ideias

Uma das questões em que a Executiva se mostra temerosa e conservadora é quanto ao aparecimento de livros e à circulação de ideias.

Há cerca de ano e meio publiquei o livro *Porque resisti à prisão*.

A experiência das lideranças passadas, em matéria de lançamento de livros, não é boa. As direções executivas dificultavam ou impediam tal coisa por meio de subterfúgios, retendo originais ou exercendo a censura prévia.

Os camaradas da Executiva atual reclamam, entretanto, que *só a posteriori* tomaram conhecimento do livro mencionado.

Mesmo assim, não o discutiram; sobre ele não emitiram nenhuma opinião, apesar de interpelados por militantes e outros dirigentes.

Agora, passado mais de um ano, os companheiros fazem autocrítica pela omissão e opinam sobre o livro, considerando boa a primeira parte (que faz o relato da prisão). Não concordam, porém, com a segunda parte (que expõe os assuntos ideológicos e políticos), porque esta – segundo pensam – é contra a atual linha do partido.

Parece estranho condenar uma parte do livro e não condenar igualmente a outra.

As duas partes são indivisíveis. Uma é decorrência da outra. Há uma interação entre elas, uma relação de causa e efeito. A resistência à prisão não teria havido se os motivos políticos expostos no livro não a justificassem.

Os companheiros, porém, não atentam para essa evidência. Entram pelo terreno da abstração e do agnosticismo kantista e separam coisas inseparáveis.

E vão mais além, sustentando a tese de que um membro da liderança não pode escrever, publicamente, discordando.

A tese é stalinista, mas aí a temos de volta.

Ora, a discordância nunca é um fato repentino, mas o amadurecimento de um processo contraditório, facilitado sempre que se abre o debate, sobretudo quando o último foi travado seis anos atrás.

E é exatamente neste momento – com os debates abertos – que os companheiros afirmam a impossibilidade da discordância pública.

Recai-se, assim, na “teoria da unanimidade” que tanto prejuízo trouxe no passado. Volta-se à concepção antimarxista e antidialética do “núcleo dirigente” monolítico, superposto ao coletivo. Em suma, trata-se de uma tentativa de intimidação ideológica, o recurso a uma forma de coação para evitar a circulação de ideias que são temidas.

Entretanto, revelar as contradições é uma forma e até mesmo um método para superá-las, desde quando as ideias entram em confronto umas com as outras e a prática é tomada como critério para testar a verdade.

De onde vêm as discordâncias

Nossas discordâncias não são de agora. Vêm de muito antes. Cresceram a partir dos acontecimentos subsequentes à renúncia de Jânio, quando o nosso despreparo político e ideológico ficou demonstrado.

Em 1962, perante o coletivo do partido, critiquei os métodos não marxistas, os remanescentes do individualismo na direção e a falta de tomada de posição ideológica face ao nosso despreparo.

O golpe de abril – vitorioso sem nenhuma resistência – mostrou mais uma vez que política e sobretudo ideologicamente estávamos mesmo despreparados.

A resistência à prisão e o livro que tratou do assunto significavam aquela tomada de posição ideológica face ao despreparo e à perplexidade geral.

O despreparo ideológico e político da Executiva – segundo penso – revela-se em suas concepções, já agora postas em dúvida por muitos militantes.

São concepções imbuídas do fatalismo histórico de que a burguesia é a força dirigente da revolução brasileira. A Executiva subordina a tática do proletariado à burguesia, abandona as posições de classe do proletariado. Com isto perde a iniciativa, fica à espera dos acontecimentos.

O livro que publiquei sob o título *A crise brasileira (Ensaios políticos)* é exatamente uma contribuição ao debate aberto em torno das posições da liderança, posições que venho combatendo publicamente, amparado no princípio da livre discussão.

Não vejo mal em combater tais posições, pois o que todos desejamos é uma Executiva em condições de ir para a ação e manejar o método dialético-marxista.

As ilusões de classe

As ilusões da Executiva – perdoem-me os companheiros – permanecem intactas. Daí porque as vimos refletidas nas ilusões de uma boa parte dos

dirigentes e militantes que acreditavam em líderes burgueses, como Juscelino, Jânio, Adhemar, Amauri Krueel, Justino Alves e outros, e tinham esperança na resistência que prometiam fazer contra a ditadura. O episódio da cassação de Adhemar não foi, porém, a última decepção.

Temos agora o caso da “frente ampla”¹. A Executiva manifestou-se com inequívocas simpatias pela “frente ampla”, renunciando a criticá-la e a esclarecer as massas sobre seu significado.

Lacerda – líder fascista – quer fazer seu próprio partido, exibindo-se como popular e reformista.

A Executiva acha tudo isso um “fato político positivo” (*Voz Operária*², n. 22, novembro de 1966), admitindo que a “frente ampla” venha a ter a capacidade de lutar contra a ditadura, pelas liberdades e os interesses reais do povo brasileiro.

A jogada de Lacerda é abrir novos caminhos para servir ao imperialismo norte-americano e evitar a libertação nacional de nosso povo. Lacerda é incapaz – por sua situação de classe – de lutar realmente pelo povo, contra o latifúndio e o monopólio da propriedade privada da terra, em favor dos camponeses e em favor da classe operária. O que Lacerda pretende – segundo se deduz dos fatos – é a colaboração de classes, é a conciliação que leva ao apoio a Costa e Silva.

A Executiva silencia sobre isso, ajuda a semear ilusões.

As ilusões são justificadas em nome da propalada política ampla, em nome do combate ao sectarismo e ao esquerdismo, enquanto se despreza a luta em favor da ideologia do proletariado. Esquece-se do papel do partido marxista, da sua independência de classe e cai-se no reboquismo ante a burguesia.

Em vez de combater as ilusões, apressou-se a Executiva a combater a revanchismo, adotando uma posição burguesa, como se não devêssemos ajustar contas com a ditadura à maneira proletária, ou seus crimes e chamar seus autores à responsabilidade. Como se não devêssemos apontar ao proletariado os criminosos golpistas, denunciar “à maneira plebeia”, segundo diria Marx em seu tempo.

Caminho eleitoral ou caminho armado

A Executiva ainda pensa em infligir à ditadura derrotas eleitorais capazes de debilitá-la. E dá grande importância ao MDB, apontado como capaz de permitir a aglutinação de amplas forças contra a ditadura. Ou então apoia a “frente ampla” do Lacerda.

¹ “Frente Ampla”: aprovada a nova Constituição em janeiro de 1967, o líder fascista Carlos Lacerda inicia uma campanha por uma Constituinte “verdadeira”. Em dezembro seu movimento contava com o apoio da maioria das seções regionais do MDB. No primeiro semestre de 1968, uma portaria do Ministério da Justiça declararia ilegal a “Frente Ampla” de Lacerda e o movimento se esvaziaria. (Nota da edição original.)

² O jornal *Voz Operária* é o órgão oficial do PCB. (Nota da edição original.)

Não é isto querer desfazer-se da ditadura suavemente, sem ofender os golpistas, unindo gregos e troianos?

Em vez de uma tática e uma estratégia revolucionárias, tudo é reduzido – aberta ou veladamente – a uma impossível e inaceitável saída pacífica, a uma ilusória redemocratização (imprópria até no termo).

Parece não se ter compreendido Lenin quando em *Duas táticas* afirma que “os grandes problemas da vida dos povos se resolvem somente pela força”.

Em outra parte, falando sobre a vitória, acrescenta Lenin que esta “deverá apoiar-se inevitavelmente na força armada das massas, na insurreição”, e não em tais ou quais instituições criadas “por via legal” e “pacífica”.

Depois de tanto se ter falado que à violência das classes dominantes se responderia com a violência das massas, nada foi feito para que as palavras coincidissem com os atos. Esquece-se o prometido e continua-se a pregar o pacifismo.

Falta o impulso revolucionário, a consciência revolucionária, que é gerada pela luta.

A saída no Brasil – a experiência atual está mostrando – só pode ser a luta armada do povo, com todas as consequências e implicações que daí resultam.

É verdade que nossa influência, a dos social-democratas (quer dizer, a dos comunistas), sobre a massa do proletariado ainda é muito insuficiente; a influência revolucionária sobre a massa camponesa é insignificante; a dispersão, a falta de desenvolvimento, a ignorância do proletariado e sobretudo dos camponeses, ainda são terrivelmente enormes.

A revolução, porém, aglutina as forças com rapidez e as instrui com a mesma velocidade. Cada passo dado no seu desenvolvimento desperta a massa e a atrai com uma força irresistível para o programa revolucionário, o único que exprime de um modo consequente e completo os seus verdadeiros interesses, seus interesses vitais (Lenin).

Há no Brasil forças revolucionárias internas capazes de resistir à ditadura e ir à luta. E é verdade que o pensamento leninista brota por toda parte onde o proletariado faz sentir sua influência.

Razões irreversíveis

A Executiva crê na liderança da burguesia e este fato é decisivo na tomada de posições. Conforme o ponto de partida a propósito desta questão, as demais questões serão resolvidas de uma forma ou de outra.

A questão mais importante, a fundamental, é a questão do poder. Os revolucionários no Brasil não se podem propor a uma outra coisa senão a tomada do

poder, juntamente com as massas. Não há porque lutar para entregar o poder à burguesia, para que seja constituído um governo sob a hegemonia da burguesia. Foi o que se pretendeu com o governo nacionalista e democrático. É o que se pretende agora, propondo-se a conquista de um “governo mais ou menos avançado”, eufemismo que traduz a esperança num governo sob hegemonia burguesa, fadado a não resolver os problemas do povo.

Isto significa a renúncia à luta pelo poder por meio da ação revolucionária, a confiança no caminho pacífico e eleitoral, a capitulação ante a burguesia.

A Constituição fascista, autoritária, que elimina o monopólio estatal, que sustenta a atual estrutura agrária retrógrada, que assegura a total entrega do país aos Estados Unidos, que reduz o Parlamento e a Justiça a instrumentos dóceis do Poder Executivo, tal Constituição não permitirá nenhum governo democrático por via eleitoral.

É preciso por abaixo tal Constituição, derrubar a ditadura, estabelecer um governo apoiado em outra base econômica, em outra estrutura. Fora disso, é permanecer mais dez, 20 anos, fazendo acordos eleitorais, ajudando as classes dominantes e o imperialismo norte-americano a manter o Brasil como uma ditadura institucionalizada, a serviço da repressão ao movimento de libertação dos povos latino-americanos.

A conclusão não pode ser diferente, sobretudo em face de 20 anos de acordos eleitorais feitos no passado, acordos eleitorais sem princípios, que nos desacreditaram e desgastaram ante as massas.

São tentativas inviáveis, prática e teoricamente, pois a época das revoluções democrático-liberais já está ultrapassada.

Temeroso da Revolução Cubana, o imperialismo norte-americano, agora apoiado nas forças armadas convencionais latino-americanas, não vacila em desencadear golpes militares ao menor sinal de um avanço no caminho da libertação dos povos de nosso continente. E nem mesmo desiste ou recua do emprego da guerra de agressão mais brutal, como no Vietnã.

A luta pelas reformas de base não é possível pacificamente, a não ser por meio da tomada do poder por via revolucionária e com a conseqüente modificação da estrutura militar que serve às classes dominantes.

O abandono do caminho revolucionário leva à perda de confiança no proletariado, transformando, daí então, em auxiliar da burguesia, enquanto o partido marxista passa a ser apêndice dos partidos burgueses.

A subordinação e a perplexidade ante a burguesia e sua liderança impelem ao menosprezo do campesinato em relação à revolução brasileira. Daí a causa porque o trabalho no campo jamais constitui atividade prioritária, chocando-se os esforços nesse sentido com a indiferença e a má vontade da Executiva.

Entretanto, o camponês é o fiel da balança da revolução brasileira, e sem ele o proletariado terá que gravitar na órbita da burguesia, como acontece entre nós, na mais flagrante negação do marxismo.

Sem o camponês, o partido não fará outra coisa senão acordos políticos e acordos eleitorais de cúpula, para não falar em barganhas.

São razões que não podem deixar de contribuir para o meu pedido de demissão, tornando-se impossível aceitar qualquer conciliação ideológica. [...]

É para mim doloroso escrever-lhes como o faço neste momento. Mas não seria de meu feitio deixar de dizer a vocês, perante o coletivo partidário e a opinião pública, o que sinto realmente.

Não acredito que o individualismo ou a ação pessoal possa resolver todos esses problemas. As ideias é que desempenharão o papel decisivo. E somente elas encontrarão eco.

A causa revolucionária brasileira, a libertação de nosso povo do jugo dos Estados Unidos, o empenho pela unidade do partido em torno das ideias marxistas estão acima de qualquer acomodação, sobretudo quando o que mais se exige de nós, comunistas revolucionários marxistas-leninistas, é justamente a coragem de dizer e agir.

Sem mais, com saudações proletárias.

Carlos Marighella

*A declaração da OLAS**

Em agosto de 1967, reuniu-se em Havana o primeiro (e único) congresso da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), com representantes de todas as organizações que compartilhavam as teses da Revolução Cubana. Naturalmente, a corrente castrista era hegemônica, mas alguns representantes do comunismo tradicional (especialmente Rodney Arismendi, secretário-geral do PC uruguaio) também desempenharam um papel importante. Em compensação, os partidos comunistas do Brasil, da Venezuela e da Argentina boicotaram o congresso. As teses da OLAS causaram um profundo impacto em toda a América Latina, particularmente no Brasil, onde aceleraram a crise interna do Partido Comunista. Entretanto, a organização nunca conseguirá se estruturar em escala continental.

A declaração geral que publicamos aqui resume as teses centrais do congresso e recupera, em um contexto marxista, a perspectiva “bolivariana” de revolução continental.

A Primeira Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade reuniu-se em Havana, capital da República de Cuba, de 31 de julho a 10 de agosto de 1967.

A conferência constitui um marco luminoso na luta revolucionária que, nas montanhas e cidades, realizam os povos do nosso continente por sua definitiva e total libertação nacional e social. Pela primeira vez na história da América Latina, congregam-se os representantes genuínos de suas massas exploradas, famintas e oprimidas para discutir, organizar e impulsionar a solidariedade revolucionária, trocar suas experiências, coordenar suas ações sobre uma firme base ideológica e, à luz dos ensinamentos de seu passado revolucionário e das presentes condições, fazer com que os povos enfrentem a estratégia global contrarrevolucionária do imperialismo e das oligarquias nacionais.

Em suma, o objetivo central da conferência foi estreitar os laços de solidariedade militante entre os combatentes anti-imperialistas da América Latina e elaborar as linhas fundamentais para o desenvolvimento da revolução continental. Esta magna reunião abriu possibilidades para uma ampla e profunda discussão sobre os velhos problemas de estratégia e tática revolucionárias, assim como para uma troca de opiniões com relação ao papel das diferentes classes e camadas sociais no atual processo histórico do continente. O intercâmbio de

* “Declaración general de la Primera Conferencia Latinoamericana de Solidaridad”, 1967, em *Primera Conferencia de la OLAS (Documentos)*, Havana, El Orientador Revolucionario, Instituto del Livro, 1967, p. 68-78.

opiniões, a elaboração de uma linha comum e a criação de um organismo permanente de solidariedade constituem importante passo de estímulo e impulso à luta revolucionária na América Latina. A luta revolucionária armada triunfante em Cuba e já iniciada na Venezuela, na Colômbia, na Guatemala e na Bolívia, não terminará até destruir o aparelho burocrático e militar da burguesia e dos latifundiários e instaurar um poder revolucionário do povo trabalhador que tem de enfrentar tanto a contrarrevolução interna quanto a intervenção ianque, e ceifará implacavelmente as raízes da dominação imperialista.

A batalha empreendida só terminará com a vitória dos legítimos descendentes daqueles que alimentaram as heroicas e abnegadas hostes dos libertadores. Já vivemos sob o signo promissor da segunda guerra de independência.

Há um século e meio, os povos da nossa América empunharam decididamente as armas para abater o poder colonial que os subjugava, asfixiava e humilhava, impactando todo o continente com suas proezas e sacrifícios. A gesta revolucionária, que culminou com a derrocada da dominação ibérica em quase toda a América, foi dirigida por homens capazes, decididos e indomáveis, em sua maioria provenientes dos grupos de intelectuais abastados educados no liberalismo burguês e nos ideais da Revolução Francesa, com uma clara perspectiva do caráter continental da luta e, portanto, com uma compreensão cabal dos seus deveres de revolucionários latino-americanos. “Para nós”, postulou Simón Bolívar, a mais alta personificação dos libertadores da época, “a pátria é a América”. Estes homens, que constituíam a vanguarda revolucionária do movimento de emancipação, não só perceberam que a luta era una, do rio Bravo à Patagônia, mas também se dispuseram conjuntamente a libertar a pátria comum com ações também comuns, que ultrapassaram as fronteiras dos vice-reinos e das capitânias até privar o inimigo de toda base territorial para ataques ulteriores aos povos independentizados. De forma consequente com suas concepções, objetivos e métodos, a vanguarda dos libertadores forjou desde o início da contenda a unidade da direção política e militar, e sempre marchou à frente dos exércitos revolucionários, organizando e guiando os povos pelo único caminho que os conduziria à vitória: a insurreição armada. Diante da violência reacionária, que era a própria essência do regime colonial, não restava outra alternativa para conquistar a independência, a soberania e a dignidade senão a violência revolucionária. A história não registra nenhum caso de classe dominante que tenha abdicado graciosamente de seu poder. Pelo contrário, a história demonstra que os oprimidos e explorados são obrigados a arrebatá-lo aos seus opressores e exploradores.

Naquela ocasião, como agora, como sempre, houve gente de pouca fé que negou a eficácia do caminho empreendido, recuando para posições pré-colonialistas ou passando abertamente para o lado do inimigo. Eram, obviamente, pseudo-revolucionários incapazes de enfrentar a prova dos fatos,

aptos apenas para mascarar, com espessa retórica pseudorrevolucionária, suas tendências à conciliação, à acomodação e à traição; os típicos prematuros mencionados por José Martí. Em ostensivo contraste com os conformistas, claudicantes e covardes, os combatentes da vanguarda libertadora mantiveram sempre acesa a confiança e a certeza total na coroaçãovitoriosa de seu magno empreendimento. Quando os povos decidem vencer ou morrer, e são liderados por uma direção lúcida, audaz e firme, o fruto de sua determinação sempre é a vitória, apesar do tamanho e do poder do inimigo; essa é a mais fecunda lição que esta aguerrida vanguarda legou à posteridade.

Mas esta vanguarda foi ainda mais longe ao tentar incluir no Congresso do Panamá, convocado a pedido de Bolívar, sua decisão solidária de contribuir com a emancipação de Cuba e de Porto Rico, que ainda permaneciam sob o domínio espanhol no continente. A conjura do governo dos Estados Unidos contra esse desígnio delata sua precoce ambição de se apoderar de Cuba e de Porto Rico e de exercer seu domínio sobre nossa América, já presente na Doutrina Monroe, formulada quando os exércitos dos povos do continente dominavam os Andes e no horizonte despontava o fulgor glorioso de Ayacucho.

A primeira guerra de independência realizada pelos povos da nossa América reduziu-se, nos fatos, a uma transferência formal de soberania política e a um deslocamento dos chefes do movimento revolucionário pela exígua minoria nativa – que retinha a propriedade territorial – e seus caudilhos. As bandeiras coloniais tinham sido arriadas, mas a fraca e atrasada estrutura econômica da sociedade colonial, caracterizada por seu escasso grau de desenvolvimento técnico e capitalista, permaneceu intacta; assim sobreviveu, portanto, o regime de opressão e exploração contra o qual as massas de camponeses, escravos, índios e trabalhadores manuais tinham se rebelado. Nunca epopeia alguma teve tão pobres resultados para seus verdadeiros, heroicos e anônimos protagonistas, nem foram tão desconhecidas suas façanhas.

Os fatores condicionantes do regime colonial – latifúndio, monopólio comercial, estagnação ideológica, atraso científico, estratificação social, jugo religioso, opressão política – explicam o lento desenvolvimento das futuras nações da América Latina, e a frustração, pouco depois da independência da metrópole, de um desenvolvimento capitalista livre de travas e da formação de uma burguesia nacional. Era evidente a radical discordância entre as ideias que inspiraram a luta pela independência e a realidade que serviu de sustentação às novas repúblicas. O resultado da gigantesca batalha não foi o regime burguês capitalista em sua forma plena de desenvolvimento. Foi o processo inverso do que aconteceu nos Estados Unidos, que rapidamente seria a mais dinâmica, potente e agressiva expressão do capitalismo, primeiro, e do imperialismo agressor e criminoso, depois.

Com a aceleração do ritmo de crescimento econômico nos anos posteriores à independência, são criadas na América Latina certas condições propícias para o desenvolvimento independente do capitalismo e da burguesia; mas este desenvolvimento foi paralisado, desviado e deformado quando a penetração imperialista entrou em cena. Por outro lado, a fraqueza orgânica da burguesia latino-americana para acabar com o latifúndio – pressuposto indispensável para a ampliação da produção agrícola e do mercado interno – e o entrelaçamento dos seus interesses de classe com os interesses de classe dos latifundiários, a obrigariam a integrar com os donos da terra uma compacta oligarquia, diretamente ligada à casta que domina o exército profissional e em cujas mãos se concentram as posições decisivas do poder político.

Seria absurdo supor que, em tais condições, a chamada burguesia latino-americana pudesse desenvolver uma ação política independente da oligarquia e do imperialismo, em defesa dos interesses e aspirações da nação. A contradição que encerra é, por natureza, insuperável. A fragilidade dessa estrutura explica claramente sua incapacidade para enfrentar a investida brutal que significa o fato universal da expansão imperialista. E também explica sua imediata subordinação aos interesses estrangeiros e o contexto de subdesenvolvimento no qual ficou estagnada, com suas correspondentes relações de classe, privilégios e hierarquias, e seus corolários econômicos, políticos, sociais e culturais.

A influência econômica das potências coloniais europeias foi deslocada aceleradamente a partir da guerra hispano-cubano-americana, e substituída pelo domínio neocolonial cada vez mais voraz, férreo e rasteiro dos Estados Unidos, sustentado pelas oligarquias e pelos aparelhos de força dos governos títeres, que durante muitos anos representaram ante o mundo a tragicomédia de um continente apocrifamente livre, que exibia a bandeira, o hino e uma cor no mapa como atributos formais de sua soberania sob intervenção e de sua economia sequestrada.

Sabe-se perfeitamente que o imperialismo ianque controla na América Latina, quase de forma total, os mecanismos do comércio exterior, o sistema bancário, as terras mais férteis, as minas, os serviços públicos, as principais indústrias e os meios de publicidade. Os vastos recursos naturais deste continente – estanho, zinco, bauxita, chumbo, manganês, cobalto, grafite, ferro, cobre, níquel, vanádio, berilo, enxofre, petróleo – estão submetidos a uma sistemática sucção em detrimento do desenvolvimento dos povos que, com sua fadiga e suor, arrancam essas riquezas das entranhas de uma terra que é sua apenas no nome. A América Latina lidera as regiões subdesenvolvidas do mundo no setor de investimentos norte-americanos, que se concentram especialmente na mineração, no petróleo, no comércio e na indústria. No período de 1956 a 1965, esses investimentos atingiram a cifra de 2 bilhões e 893 milhões de dólares, obtendo-se

por eles um lucro de 7 bilhões e 441 milhões. Para cada dólar investido, o imperialismo ianque roubou quase três dólares dos nossos povos. Estas cifras cruciais não incluem, naturalmente, os juros e lucros obtidos com os empréstimos, o capital associado, as diversas formas de penetração que utiliza, o roubo e o saque realizados à margem da pseudolegalidade burguesa. Seu objetivo, já alcançado, é se apoderar do nosso mercado interno e transformar a economia latino-americana em uma economia complementar da ianque, condenando ao desaparecimento e, no melhor dos casos, à vida vegetativa, aqueles ramos da indústria nacional que possam concorrer com os produtos americanos. O raio de ação do capital nacional delimita-se de forma compulsória no comércio e na manufatura dependentes dos monopólios estrangeiros. As consequências deste processo de absorção e hegemonia saltam à vista: saque dos recursos, ruína das indústrias nacionais, deformação da economia, déficit permanente na balança de pagamentos, baixos salários, desemprego crônico, desigualdade crescente, atraso tecnológico, desnutrição popular, analfabetismo maciço, insalubridade em grande escala, taxa elevadíssima de mortalidade, servidão social, discriminação racial, instabilidade política, contradições de classe cada vez mais agudas, violência criminoso como essência do poder.

Deve-se acrescentar a essas formas de penetração econômica do imperialismo as mil formas de sua penetração ideológica e os índices comparativos da expansão demográfica com o crescimento do PIB *per capita* e a redistribuição desigual da renda bruta nacional, e teremos um vívido quadro da dramática situação enfrentada pelos nossos povos.

A tremenda gravitação política que isso provoca é demasiado evidente para insistir no assunto. As próprias contradições da burguesia latino-americana com o imperialismo ianque desenvolvem-se em tais condições de subordinação e vassalagem que nunca adquirem um caráter antagonico: sua impotência é absoluta.

Não houve nenhum ato de intervenção direta ou indireta do imperialismo em nossos países – do século passado até hoje – que a burguesia latino-americana não tenha justificado e apoiado. Ela é intrinsecamente incapaz de enfrentar os imperialistas. E mais: é sua obsequente servidora e sua intermediária. Os problemas apresentados por esta complexa e coagulada estrutura de interesses antipopulares, antinacionais e anti-históricos, baseada na exploração do homem pelo homem, mantida pela força e usufruída principalmente pelo imperialismo ianque, que a gera e condiciona, não podem ser resolvidos mediante “reformas de estrutura” acadêmicas e pelo “exercício efetivo da democracia representativa”. O único caminho real para resolvê-los é a luta revolucionária dos povos.

A política intervencionista norte-americana na América Latina, iniciada com a Doutrina Monroe, acentua-se e define-se pelas “doutrinas” da “fruta madura” e do “destino manifesto”, com o despojo de mais da metade do

território do México, as aventuras filibusteiras de William Walker na América Central, a imposição a Cuba da Emenda Platt e do arrendamento do território ocupado pela base naval de Guantánamo, a vergonhosa ocupação de Porto Rico, as sujas manobras em torno do controle do canal do Panamá, o cínico Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe, os empréstimos leoninos, as descaradas intervenções na Nicarágua, no Panamá, no México, no Haiti, na Colômbia, na Guatemala e em São Domingos, e a criação em Bogotá da autodenominada Organização dos Estados Americanos, mera cobertura da velha e desacreditada União Pan-Americana, cujos turvos desígnios já tinham sido denunciados e combatidos por José Martí, que percebeu antes que ninguém, com genial visão política, o fenômeno imperialista engendrado nos Estados Unidos, chamando-o pelo seu nome em carta a Manuel Mercado, escrita às vésperas de sua morte heroica. Os dispositivos pseudojurídicos estabelecidos na OEA pelo imperialismo ianque, para “legitimar” sua expansão econômica, seu domínio político e as agressões militares na América Latina, completam-se com o chamado Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, órgão de aplicação de sua política repressiva no continente.

Os povos da América Latina não permaneceram de braços cruzados ante seus algozes e exploradores. Ergueram-se numerosas vezes, que se engajaram em batalhas desiguais contra as oligarquias e o imperialismo, conquistando às vezes determinados benefícios e o respeito temporário a direitos elementares. Apelaram a todas as formas de luta, desde as manifestações populares e as greves políticas até os levantes esporádicos, e não poucas vezes foram vítimas, pelo desespero em que vivem, da miragem de movimentos demagógicos liderados por partidos a serviço das oligarquias e do imperialismo. Mas o mais importante foi, sem dúvida, sua atitude constante de resistência e rebelião contra a opressão, a miséria, o despojo e a humilhação, em geral sem outra sustentação que a força moral que emana dos princípios, da consciência e da dignidade.

No transcorrer de suas lutas contra as oligarquias e o imperialismo ianque, os povos latino-americanos acumularam energias revolucionárias, aumentaram seu nível político, fortaleceram seus quadros e promoveram a solidariedade militante para além de suas fronteiras. Não obtiveram vantagem política ou econômica alguma que não fosse arrancada à força dos exploradores, e por isso adquiriram uma noção cada vez mais clara de que só a derrota das oligarquias, dos governos títeres e do domínio imperialista poderia libertá-los definitiva e totalmente, e colocar nas suas mãos o direito de criar sua própria vida.

O triunfo e a consolidação da Revolução Cubana evidenciaram que a insurreição armada é o verdadeiro caminho para a tomada do poder pelo povo trabalhador e, ao mesmo tempo, que os exércitos profissionais podem

ser destruídos, as oligarquias vencidas, o imperialismo ianque derrotado, e o socialismo, como via nacional de desenvolvimento, pode avançar e se fortalecer, apesar do bloqueio econômico, da subversão, da agressão, da chantagem, da fustigação, da pressão e da contrarrevolução.

As primeiras consequências fundamentais da Revolução Cubana foram a ascensão do movimento anti-imperialista e a consequente radicalização e demarcação das forças em choque; a polarização destas é cada vez mais clara e taxativa: por um lado, em apertado feixe militante, combatendo pela sua libertação e defendendo com ações concretas a Revolução Cubana, a classe operária urbana, os trabalhadores agrícolas, os camponeses, os estudantes, as classes médias mais progressistas, os subempregados, os desempregados, os índios e os negros; e, por outro, tratando de asfixiá-los, as oligarquias, os governos títeres e o imperialismo ianque.

Os imperialistas ianques pretenderam isolar Cuba da América para que seu exemplo não se disseminasse por todo o continente. Entretanto, nunca Cuba esteve tão unida ao resto dos povos da América. Os imperialistas difundiram que Cuba quer impor uma ideologia extracontinental no continente. Apesar disso, os povos da nossa América sentiram e compreenderam a Revolução Cubana como estreitamente irmanada à sua própria revolução.

Estranhos à América Latina são os imperialismos ianques e sua ideologia reacionária. Em Cuba concretizam-se e sintetizam-se as aspirações e ideais de todos os povos da América Latina. Pretenderam isolá-la e, com esta atitude, conseguiram estreitar ainda mais os laços de indestrutível unidade entre o povo cubano e os restantes povos da América Latina, que constituem uma mesma grande família humana que enfrenta um adversário comum, o principal inimigo de toda a humanidade: o imperialismo ianque.

A submissão e o entreguismo das oligarquias e dos governos títeres adquiriram cores nítidas a partir das Conferências da OEA, efetuadas em Punta del Este em 1961 e 1962, nas quais se confabulou abertamente, sob as determinações de Washington, para isolar, diplomática e economicamente, Cuba do resto da América Latina, iniciando ao mesmo tempo uma repressão implacável contra seus povos, que exhibe cruamente o caráter contrarrevolucionário e pró-imperialista, tanto dos regimes “gorilas” quanto dos “reformistas” ou “democratas representativos”. Incapazes de resolver os problemas provocados pelo subdesenvolvimento e pela penetração imperialista, acoitados cada vez mais pelas crescentes reivindicações dos trabalhadores, camponeses, estudantes e desempregados, aterrorizados ante a crescente maré da guerra revolucionária, veem no apoio, na aliança e na intervenção do imperialismo, com seus centros antiguerrilheiros, seus “boinas verdes”, seus *marines* e sua Força Interamericana de Paz, a única garantia de sua sobrevivência e a única força capaz de defender seus interesses. Por sua vez, o

imperialismo ianque, em um esforço inútil para frear o impulso revolucionário e obscurecer a imagem da Revolução Cubana na mente das massas latino-americanas, urdiu a fraude da Aliança para o Progresso, destinada a subordiná-las ainda mais à sua política de medo, exploração e repressão. Seu fracasso foi tão ruidoso que o próprio Comitê Interamericano foi obrigado a admitir o engano existente nesta real Aliança para o Retrocesso.

Nas atuais circunstâncias, na América Latina existem condições para o desenvolvimento e triunfo da revolução que a emancipará da estrutura do poder oligárquico-imperialista que impede sua independência, progresso e bem-estar. E estas condições existem porque nas regiões rurais há milhões de camponeses e trabalhadores agrícolas submetidos a condições intoleráveis de vida pessoal e a um regime inaudito de exploração do trabalho e a uma incrível concentração da propriedade da terra; porque nas cidades contrastam dramaticamente o luxo e o desperdício das classes dominantes com a falta de moradia, a sordidez e a pobreza em que vivem milhões de operários e desempregados, evidenciando-se assim o caráter antagônico dos interesses das classes exploradoras e dos explorados; pela cada vez mais diáfana e firme consciência de classe criada pelo desenvolvimento do capitalismo em certas regiões do continente, e pela existência de uma intelectualidade progressista e, particularmente, de um setor estudantil com grandes tradições de luta, partidário de ideários de esquerda. A posição de força das oligarquias, dos governos títeres e do imperialismo ianque, que apelam à tortura e ao assassinato para se oporem a toda exigência popular, e recorrem aos métodos mais cruéis e torpes em sua guerra contra as massas e suas vanguardas revolucionárias, também está contribuindo para desenvolver a consciência combatente e a clara compreensão do caminho das transformações políticas, econômicas, sociais e culturais; para contrapor à violência contrarrevolucionária, a violência revolucionária, já legitimada pela Revolução Cubana e pelos triunfos das forças guerrilheiras.

As condições revolucionárias existentes na América Latina também estão vigentes em outros países subdesenvolvidos da África e da Ásia, continentes que, junto com a América Latina, fazem parte de uma mesma corrente histórica anti-imperialista. Como sucedeu na Rússia e na China nos anos anteriores à revolução, essas condições indicam que é possível o desenvolvimento da revolução. No contexto da luta revolucionária na América Latina, estas condições apresentam o desenvolvimento da tarefa com uma vanguarda revolucionária audaz, decidida e valente, forjada na guerra popular e intimamente ligada às massas camponesas e proletárias e que, unificando a direção política e militar, pode e deve se transformar no centro de ação político, ideológico e revolucionário que, enfrentando e

derrotando os exércitos profissionais, acabe com as oligarquias, os governos títeres e a dominação imperialista. Na América Latina, a revolução do povo trabalhador é o primeiro ponto da ordem do dia. As condições para empreendê-la com confiança, segurança, decisão e êxito, estão maduras. O Vietnã ensina que a vitória dos povos latino-americanos é possível.

A Conferência, depois de analisar com profundidade e dedicação as condições existentes no continente, e de ter esclarecido no terreno ideológico problemas essenciais do movimento revolucionário, conclui que:

Na América Latina existe uma situação convulsiva, caracterizada pela existência de uma burguesia fraca que, fundida de forma indissolúvel com os latifundiários, constitui a oligarquia dominante nos nossos países. Uma maior submissão e uma dependência quase absoluta destas oligarquias ao imperialismo determinam a intensa polarização de forças no continente; por um lado, a aliança entre oligarcas e imperialistas e, por outro, os povos. O enorme potencial revolucionário dos povos só espera ser canalizado por uma direção consequente, por uma vanguarda revolucionária, para desenvolver ou empreender a luta.

Este potencial é o das massas proletárias dos operários urbanos e trabalhadores agrícolas, de um campesinato pobre superexplorado, de uma intelectualidade jovem, de uma massa estudantil com belas tradições de luta e das camadas médias, todos unidos pelo denominador comum da exploração à qual são submetidos.

Ante a crise estrutural do sistema econômico, social e político do continente e a crescente insurreição dos povos, o imperialismo formulou e desenvolveu uma estratégia continental repressiva que pretende, infrutiferamente, deter o curso da história.

A sobrevivência do sistema colonial e neocolonial de exploração e domínio é o objetivo do imperialismo norte-americano.

Esta situação determina e exige que se inicie e desenvolva a violência revolucionária, como resposta à violência reacionária.

A violência revolucionária, como mais alta expressão da luta do povo, não é apenas a via, mas também a possibilidade mais concreta e manifesta para derrotar o imperialismo.

Os povos e os revolucionários constataram essa realidade e propõem, conseqüentemente, a necessidade de iniciar, desenvolver e fazer culminar a luta armada, com o objetivo de destruir a máquina burocrático-militar das oligarquias e o poder do imperialismo.

Em muitos países, as condições especiais do campo, uma topografia favorável e uma base social potencialmente revolucionária, unidas à especial adaptação dos meios técnicos e dos exércitos profissionais para reprimir o povo nas cidades, e incapazes, em compensação, de se adaptarem à guerra irregular,

fazem da guerrilha a expressão fundamental da luta armada, a escola mais formidável de revolucionários e a indiscutível vanguarda.

A revolução, já em andamento em alguns países, é uma exigência imediata em outros e uma perspectiva futura para o resto, e tem um definido caráter anti-imperialista de acordo com seus objetivos antioligárquicos.

O primeiro objetivo da revolução popular no continente é a tomada do poder, mediante a destruição do aparelho burocrático-militar do Estado e sua substituição pelo povo armado para mudar o regime social e econômico existente; esse objetivo só pode ser alcançado por meio da luta armada.

O desenvolvimento e a organização da luta dependem da justa seleção do cenário onde ela deve ser realizada e do meio organizacional mais idôneo.

Os ensinamentos da Revolução Cubana, as experiências acumuladas pelo movimento revolucionário nos últimos anos no mundo e a presença na Bolívia, na Venezuela, na Colômbia e na Guatemala de um crescente movimento revolucionário armado demonstram que a guerra de guerrilhas, como genuína expressão da luta armada popular, é o método mais eficaz e a forma mais adequada para efetuar e desenvolver a guerra revolucionária na maioria dos nossos países e, conseqüentemente, em escala continental.

Nesta situação particular, a unidade dos povos, a identidade de objetivos, a unificação de critérios e a disposição conjunta de lutar são os elementos que caracterizam a estratégia comum que deve se contrapor, em caráter continental, à desenvolvida pelo imperialismo.

Esta estratégia requer uma nítida e clara expressão de solidariedade, cujo caráter mais efetivo é a própria luta revolucionária, cuja extensão é o continente e cujo destacamento de vanguarda são a guerrilha e os exércitos de libertação.

Nós, representantes dos povos de nossa América, conscientes das condições existentes no continente, sabedores da existência de uma estratégia comum contrarrevolucionária dirigida pelo imperialismo ianque,

Proclamamos:

1. Que constitui um direito e um dever dos povos da América Latina fazer a revolução.
2. Que a revolução na América Latina tem suas mais profundas raízes históricas no movimento de libertação contra o colonialismo europeu do século XIX, e contra o imperialismo neste século. A epopeia dos povos da América e as grandes batalhas de classe contra o imperialismo realizadas por nossos povos nas décadas anteriores constituem a fonte de inspiração histórica do movimento revolucionário latino-americano.
3. Que o conteúdo essencial da revolução na América Latina está dado por seu enfrentamento ao imperialismo e às oligarquias de burgueses e latifundiários.

Conseqüentemente, o caráter da revolução é o da luta pela independência nacional, a emancipação das oligarquias e o caminho socialista para seu pleno desenvolvimento econômico e social.

4. Que os princípios do marxismo-leninismo orientam o movimento revolucionário da América Latina.
5. Que a luta revolucionária armada constitui a linha fundamental da revolução na América Latina.
6. Que todas as demais formas de luta devem servir e não atrasar o desenvolvimento da linha fundamental, que é a luta armada.
7. Que para a maioria dos países do continente, o problema de organizar, iniciar, desenvolver e fazer culminar a luta armada constitui hoje a tarefa imediata e fundamental do movimento revolucionário.
8. Que os países nos quais esta tarefa não tiver sido proposta de modo imediato devem considerá-la de todas as formas como uma perspectiva inevitável no desenvolvimento da luta revolucionária em seu país.
9. Que aos povos de cada país e às suas vanguardas revolucionárias corresponderá a necessidade histórica de estimular a revolução em cada um deles.
10. Que a guerrilha – como embrião dos exércitos de libertação – constitui o método mais eficaz para iniciar e desenvolver a luta revolucionária na maioria dos nossos países.
11. Que a direção da revolução exige, como princípio organizativo, a existência do comando unificado político e militar como garantia para seu êxito.
12. Que a solidariedade mais efetiva dos movimentos revolucionários entre si é constituída pelo desenvolvimento e pela culminação da própria luta no seio de cada país.
13. Que a solidariedade com Cuba e a colaboração e a cooperação com o movimento revolucionário em armas constituem um dever iniludível de tipo internacional de todas as organizações anti-imperialistas do continente.
14. Que a Revolução Cubana, como símbolo do triunfo do movimento revolucionário armado, constitui a vanguarda do movimento anti-imperialista latino-americano. Os povos que realizam a luta armada, à medida que avançam por esse caminho, situam-se também na vanguarda.
15. Que os povos diretamente colonizados pelas metrópoles europeias, ou sujeitos pela dominação colonial direta aos Estados Unidos, em seu caminho para a libertação têm, como objetivo imediato e fundamental, a luta pela independência e a vinculação à luta geral do continente como única forma de evitar ser absorvidos pelo neocolonialismo americano.
16. Que a Segunda Declaração de Havana, resumindo a bela e gloriosa tradição revolucionária dos últimos 150 anos da história da América, constitui um documento programático da Revolução Latino-Americana, que os povos

deste continente confirmaram, aprofundaram, enriqueceram e radicalizaram nestes últimos cinco anos.

17. Que os povos da América Latina não têm antagonismo com nenhum outro povo do mundo e estendem sua mão fraterna ao próprio povo dos Estados Unidos, exortando-o a lutar contra a política repressiva dos monopólios imperialistas.
18. Que a luta na América Latina fortalece seus vínculos de solidariedade com os povos da Ásia, África e países socialistas, assim como com os trabalhadores dos países capitalistas, especialmente com a população negra dos Estados Unidos, que sofre ao mesmo tempo exploração de classe, miséria, desemprego, discriminação racial e a negação dos mais elementares direitos humanos, e constitui uma importante força a considerar no contexto da luta revolucionária.
19. Que a luta histórica do povo do Vietnã presta a todos os povos revolucionários que combatem o imperialismo uma inestimável ajuda, constituindo um exemplo inspirador para os povos da América Latina.
20. Que aprovamos o Estatuto e criamos o Comitê Permanente, com sede em Havana, da Organização Latino-Americana de Solidariedade, que constitui a genuína representação dos povos da América Latina.

Nós, revolucionários da nossa América, da América ao sul do rio Bravo, sucessores dos homens que nos deram a primeira independência, armados de férrea vontade de lutar e de uma orientação revolucionária e científica, e sem outra coisa a perder exceto os grilhões que nos oprimem,

Afirmamos:

Que nossa luta constitui um aporte decisivo à luta histórica da humanidade para se livrar da escravidão e da exploração.

O dever de todo revolucionário é fazer a revolução.

*A guerrilha urbana dos Tupamaros**

O Movimento de Libertação Nacional Tupamaros foi fundado por Raúl Sendic (1925), advogado do Partido Socialista Uruguaio e organizador dos sindicatos de trabalhadores agrícolas do norte do país. Inicialmente, tratava-se de uma espécie de “braço armado” do Partido Socialista, mas depois das primeiras ações armadas (em 1963) o movimento adquiriu autonomia e se transformou em uma organização independente, embora permanecesse aberto a militantes socialistas, comunistas e anarquistas. Durante os anos de 1965 a 1972, os Tupamaros (cujo nome recorda Tupac Amaru, chefe de uma rebelião indígena contra o colonizador espanhol no século XVIII) desenvolvem-se muito e obtêm a simpatia e o apoio de um setor significativo da população (sobretudo jovem) por uma série de ações armadas (urbanas) espetaculares: desapropriações, sequestro de diplomatas, execução de torturadores etc. No entanto, a partir de 1972, dizimado pela repressão e enfraquecido pelas cisões, o movimento atravessa uma profunda crise.

O texto que publicamos aqui é um extrato do documento “Trinta perguntas a um tupamaro”, publicado no dia 2 de junho de 1968 pela revista chilena *Punto Final* (politicamente próxima do MIR), o qual serviu durante muito tempo como plataforma política e estratégica do Movimento.

Trinta perguntas a um tupamaro

Qual o princípio fundamental em que se baseou a atividade de sua organização até agora?

– O princípio de que a ação revolucionária em si, o próprio fato de se armar, de se preparar, de produzir acontecimentos que violam a legalidade burguesa gera consciência, organização e condições revolucionárias.

Qual é a diferença fundamental da organização de vocês com outras organizações de esquerda?

– A maioria destas últimas parecem confiar mais nos manifestos, na emissão de enunciados teóricos referentes à revolução para preparar militantes e condições revolucionárias, sem compreender que, fundamentalmente, as ações revolucionárias é que precipitam as situações revolucionárias.

* “30 perguntas a um tupamaro”, 1968, em Omar Costa, *Los Tupamaros*, México, Era, 1975, p. 68-73.

Poderia me dar algum exemplo histórico ilustrativo do princípio de que a ação revolucionária gera consciência, organização e condições revolucionárias?

– Cuba é um exemplo. Em vez do longo processo de formação do partido de massas, instala-se um foco guerrilheiro com uma dúzia de homens, e este fato gera consciência, organização e condições revolucionárias que culminam com uma verdadeira revolução socialista. Ante o fato revolucionário consumado, todos os revolucionários autênticos são obrigados a não ficar para trás.

Quer dizer que, lançada a ação revolucionária, a famosa unidade de esquerda pode ocorrer na luta?

– Sim, as forças que se chamam de revolucionárias são obrigadas a optar entre apoiar ou desaparecer. Em Cuba, o Partido Socialista Popular optou por apoiar uma luta que não havia iniciado nem dirigido, e sobreviveu. Mas Prío Socarrás, que se autodenominava principal opositor de Batista, não apoiou e desapareceu.

Isto se refere à esquerda. E com relação ao povo em geral?

– Para o povo que realmente não está de acordo com as injustiças do regime, a opção é muito mais fácil. Ele quer uma mudança e tem de escolher entre a improvável e remota mudança que alguns lhe oferecem por meio de proclamações, manifestos ou ação parlamentar, e o caminho direto representado pelo grupo armado e sua ação revolucionária.

Quer dizer que, ao mesmo tempo que destrói o poder burguês, a luta armada pode ir criando o movimento de massas necessário para que uma organização insurrecional possa fazer a revolução?

– Sim; sem considerar esforço perdido aquele que for realizado para criar um partido ou movimento de massas antes de lançar a luta armada, deve-se reconhecer que a luta armada apressa e precipita o movimento de massas. E aqui não temos só o exemplo de Cuba, também na China o partido de massas foi sendo criado no transcorrer da luta armada. Isso significa que a fórmula rígida de certos teóricos, “primeiro criar o partido para depois lançar a revolução”, historicamente reconhece mais exceções que aplicações. A esta altura da história, ninguém mais pode discutir que um grupo armado, por menor que seja, tem maiores possibilidades de êxito de se transformar em um grande exército popular do que um grupo que se limite a emitir “posições revolucionárias”.

No entanto, um movimento revolucionário precisa de plataformas, documentos etc.

– Claro, mas não devemos confundir as coisas. A revolução não se faz apenas polindo plataformas e programas. Os princípios básicos de uma revolução socialista foram testados e experimentados em países como Cuba e não há mais

nada que discutir. Basta aderir a estes princípios e apontar com fatos o caminho insurrecional para conseguir sua aplicação.

Considera que um movimento revolucionário deve se preparar para a luta armada em qualquer etapa, mesmo quando as condições para a luta armada ainda não estiverem dadas?

– Sim, pelo menos por duas razões. Porque um movimento armado de esquerda pode ser atacado pela repressão a qualquer altura de seu desenvolvimento e deve estar preparado para defender sua existência... Não se esqueçam da Argentina e do Brasil.

E também porque, se em cada militante não é inculcada desde o início a mentalidade do combatente, iremos elaborando outras coisas: um mero movimento de apoio a uma revolução feita por outros, por exemplo, mas não um movimento revolucionário em si mesmo.

Isto pode ser interpretado como menosprezo por qualquer outra atividade, exceto a de se preparar para combater?

– Não, o trabalho de massas que levar o povo a posições revolucionárias também é importante. Mas o militante, inclusive o que está na frente de massas, tem de estar consciente de que, no dia em que surgir a luta armada, ele não vai ficar em casa esperando o resultado. Em consequência, deve se preparar, embora sua militância atual seja em outras frentes. Além disso, isto dará autoridade, autenticidade, sinceridade e seriedade à sua atual pregação revolucionária.

Quais são as tarefas concretas de um militante no movimento de massas que pertença à sua organização?

– Caso se trate de um militante sindical ou do movimento de massas, ele deve tentar criar um espaço, que pode ser um grupo dentro do sindicato ou todo o sindicato, onde seja possível organizar o apoio para a ação do aparelho armado e a preparação para ingressar nele. Formação teórica e prática e recrutamento serão as principais tarefas concretas nesse espaço. E, se for possível, levar o sindicato a lutas mais radicais e a etapas que vão definir a luta de classes.

Quais são os objetivos fundamentais do movimento, nesta etapa?

– Ter um grupo armado, preparado e equipado da melhor forma possível, e testado na ação. Manter boas relações com todos os movimentos populares que apoiam esse tipo de lutas. Criar órgãos de propaganda destinados a radicalizar as lutas e a criar consciência. Ter um eficiente aparelho de arregimentação de militantes com possibilidades de formação teórica e grupos dentro do movimento de massas que cumpram as funções antes mencionadas.

A importância que o movimento dá à preparação para a luta armada implica a afirmação de que não se pode improvisar um combatente?

– A luta armada é um fato técnico que requer conhecimentos técnicos, treinamento, prática, materiais e psicologia de combatente. A improvisação neste terreno paga-se custosamente com vidas e fracassos. O espontaneísmo daqueles que falam vagamente que “o povo fará a revolução”, ou “as massas”, pode ser uma manobra dilatória ou simplesmente significa deixar a etapa culminante da luta de classes nas mãos da improvisação. Todo movimento de vanguarda, para conservar este caráter no momento culminante da luta, deve nela intervir e saber dirigir tecnicamente a violência popular contra a opressão, para se alcançar o objetivo com os menores sacrifícios possíveis.

Considera que os partidos de esquerda podem realizar esta preparação para a luta armada mantendo um pequeno grupo de choque ou de autodefesa?

– Nenhum partido cumpre os princípios revolucionários que enuncia se não encara seriamente esta preparação em toda a escala do partido. De outra forma, não se obtém a máxima eficiência possível para enfrentar a reação em cada etapa, o que pode resultar em uma negligência fatal (cabe recordar o Brasil e a Argentina), ou no desperdício de uma conjuntura revolucionária.

Quando não são dirigidos para seu fim específico, os pequenos grupos armados partidários podem se transformar em uma triste massa de manobras políticas. Um mísero exemplo neste sentido são os incidentes ocorridos na manifestação do último 1º de Maio: grupos armados rebaixados à tarefa de proteger a entrega de um manifesto em que se atacava outros grupos de esquerda, e grupos armados rebaixados à tarefa de impedir que esses manifestos fossem entregues.

Que lhe parece que os militantes dos aparelhos armados partidários poderiam exigir das suas respectivas direções?

– Que sua ação seja dirigida diretamente contra o inimigo de classe, contra o inimigo burguês e seus agentes. Nenhum aparelho armado pode cumprir seu fim específico se sua direção não reunir, pelo menos, estes requisitos mínimos:

- 1) que seja consequente e demonstre com fatos sua adesão invariável ao princípio da luta armada, dando-lhe a importância e os meios materiais necessários para sua preparação;
- 2) que ofereça as condições necessárias de segurança e disciplina para os militantes que realizarem tarefas ilegais;
- 3) que, por sua amplitude e linha correta, tenha possibilidades – as mais imediatas possíveis – de se constituir em direção de massas proletárias.

Não acredita que um aparelho armado deve depender de um partido político?

– Acho que todo aparelho armado deve fazer parte de um aparelho político de massas em determinada altura do processo revolucionário, e caso esse aparelho não exista, deve contribuir para criá-lo. Isto não quer dizer que, no atual panorama da esquerda, seja obrigado a se filiar a algum dos grupos políticos existentes ou lançar um novo. Isto é perpetuar o movimento ou somar-se a ele. É preciso combater a mesquinha ideia de partido em voga, que o identifica com uma sede, reuniões, um jornal e posições sobre tudo o que o rodeia. O conformismo de esperar que os outros partidos de esquerda se dissolvam ante suas agressões verbais, e suas bases e o povo em geral venham até ele algum dia. Isto foi feito durante 60 anos no Uruguai, e o resultado é evidente. Deve-se reconhecer que existem revolucionários autênticos em todos os partidos de esquerda, e muitos mais que não estão organizados. Alcançar estes elementos e grupos onde estiverem e uni-los é uma tarefa para a esquerda em geral, para o dia em que os sectarismos fiquem para trás; isso não depende de nós. Mas enquanto isso não acontece, a revolução não pode esperar. A cada revolucionário, a cada grupo revolucionário, cabe apenas um dever: preparar-se para fazer a revolução. Como disse Fidel em um dos seus últimos discursos: “... com partido ou sem partido”. A revolução não pode esperar.

Poderia me explicar a estratégia para a tomada do poder no Uruguai?

– Não, não posso lhe dar uma estratégia detalhada. Em compensação, posso lhe dar algumas linhas gerais estratégicas, embora mesmo isso esteja sujeito a modificações, devido à mudança das circunstâncias. Isto é, linhas gerais estratégicas válidas para o dia, o mês e o ano em que se enunciam.

Por que não pode dar uma estratégia detalhada e definitiva?

– Porque uma estratégia vai sendo elaborada a partir de fatos reais básicos e a realidade muda, independentemente da nossa vontade. Compreenda que não é o mesmo uma estratégia baseada em um movimento sindical forte e organizado, e outra baseada no fato de que este movimento foi extinto, para citar um exemplo ilustrativo.

Sobre que fatos reais básicos sua organização baseia as linhas estratégicas gerais neste período?

– Para citar apenas os mais importantes: a convicção de que a crise, em vez de ser superada, está se aprofundando dia a dia. O país está quebrado e um plano capitalista de desenvolvimento para aumentar a produção de artigos exportáveis, caso pudesse ser aplicado, só daria um resultado escasso, e dentro de vários anos. Isto significa que temos vários anos pela frente nos quais o povo deverá

continuar a apertar o cinto. E com 500 milhões de dívida externa não é previsível que cheguem importantes créditos do exterior, capazes de devolver um padrão de vida médio aos setores que o perderam. Este é um fato concreto básico: haverá penúria econômica e descontentamento popular nos próximos anos. Um segundo fato básico para uma estratégia é o alto grau de sindicalização dos trabalhadores uruguaios. Embora os sindicatos não tenham um alto grau de combatividade – seja pela sua composição, seja pelos seus dirigentes –, o fato de que praticamente todos os serviços fundamentais do Estado, o sistema bancário, a indústria e o comércio estejam organizados constitui algo altamente positivo, sem comparação na América. A possibilidade de paralisar os serviços do Estado criou e pode criar conjunturas muito interessantes do ponto de vista insurrecional, porque – para citar um exemplo – não é o mesmo atacar um Estado na plenitude das suas forças, e atacar um Estado semiparalisado pelas greves. Outro fator estratégico a levar em conta – este negativo – é o fator geográfico. Não temos lugares inexpugnáveis no território para instalar um foco guerrilheiro duradouro, ainda que tenhamos lugares de difícil acesso no campo. Em compensação, temos uma cidade com mais de 300 quilômetros quadrados de edifícios, que permite o desenvolvimento da luta urbana. Isto quer dizer que não podemos copiar a estratégia daqueles países que, pelas suas condições geográficas, podem instalar um foco guerrilheiro nas montanhas, serras ou selvas, com possibilidade de se estabilizar. Ao contrário, temos de elaborar uma estratégia autóctone adequada a uma realidade diferente da que existe na maioria dos países da América.

Roque Dalton

*El Salvador, o istmo e a revolução**

Poeta, escritor e militante comunista salvadorenho, Roque Dalton viveu vários anos exilado em Cuba, onde publicou, em 1971, na revista *Pensamiento Crítico*, testemunhos e documentos sobre a revolução de 1932 em El Salvador; assim o mundo ficou sabendo pela primeira vez da importância histórica dessa grande experiência popular insurrecional. Roque Dalton redigiu este artigo em 1969, quando era membro (dissidente) do Partido Comunista de El Salvador; poucos anos depois, voltou clandestinamente a seu país, rompeu com o Partido Comunista e integrou-se a uma organização guerrilheira. Em 1974, membros de uma das frações desse grupo, em um ato absurdo e inexplicável, assassinaram Roque Dalton.

No tocante a El Salvador, este processo nos levava a ser um país bastante peculiar na América Central; o processo de integração nacional, do ponto de vista étnico, completara-se no início do século; a densidade da população e o pequeno tamanho do território, embora tenham evitado o surgimento da grande plantação imperialista conforme o estilo da United Fruit Company em Honduras, provocaram a explosão do problema social nas relações imediatas entre o povo e a oligarquia do café; precocemente, a luta popular adotou o caminho da organização revolucionária, o que obrigou as classes dominantes a concentrar sua resposta repressiva no tempo e no espaço. De outro ponto de vista, básico, as características da oligarquia nativa, o caráter da exploração imperialista no país, o nível do setor comercial local fizeram com que a tendência ao desenvolvimento capitalista (assim como o desenvolvimento capitalista em si) tivesse um ritmo mais acelerado que no resto dos países do istmo. El Salvador (enquanto núcleo da costa pacífica centro-americana e falando nos termos cunhados pela literatura revolucionária moderna, de Mao Tsé-Tung a Régis Debray) começou a ser como conjunto a zona urbana e suburbana da América Central, o que atualmente impõe características e necessidades específicas à luta revolucionária.

A partir de 1914 aparece em El Salvador, com as organizações sindicais de artesãos urbanos, suburbanos e rurais, a organização popular classista. Na década de 1920 este trabalho organizativo adquire um desenvolvimento importante em nível nacional, e funde em linhas político-sindicais um tanto ambíguas (anarquistas, anarco-sindicalistas, reformistas, marxistas) grandes camadas de trabalhadores da cidade e do campo, em cuja vanguarda vão se colocando pouco

* Roque Dalton, "El Salvador, el istmo y la revolución", *Tricontinental*, n. 11, Havana, março-abril de 1969, p. 9-10, 20-22.

a pouco os incipientes representantes marxistas da ainda mais incipiente classe operária e do proletariado agrícola. Deste auge organizativo e sindical surge em 1930 o Partido Comunista de El Salvador, que começou a desenvolver, ligado à Internacional Comunista, um trabalho extraordinário. Tão extraordinário que, com menos de dois anos de existência, no seio da *situação revolucionária* surgida em El Salvador nos anos 1931-32, como resultado da crise mundial capitalista, nosso partido chamou o povo à insurreição armada para tomar o poder político no país. Os detalhes e a análise desta ação histórica ultrapassam nossos propósitos nestas linhas; basta dizer que a insurreição salvadorenha de 1932, tão desconhecida mesmo no nosso país, é um dos acontecimentos cruciais da história contemporânea da América Latina, que ainda não foi aproveitado como experiência para os revolucionários do continente. Fundamentalmente por erros militares e organizativos, essa insurreição foi derrotada pelo primeiro governo oligárquico-imperialista propriamente dito que teve El Salvador: a ditadura de Maximiliano Martínez. O povo foi assassinado e as organizações revolucionárias, arrasadas. O número de vítimas operárias e camponesas chegou a cerca de 30 mil, em menos de um mês. *Esta profunda derrota, cuja análise não foi efetuada corretamente pelas organizações revolucionárias de El Salvador, regeu durante décadas as concepções organizativas e de ligação com as massas no seio do Partido Comunista – principal organização revolucionária no país desde seu nascimento, apesar da sua fraqueza e suas concepções estratégicas e táticas nem sempre justas –, tem servido como referencial negativo para a proposta salvadorenha da luta armada revolucionária, tendo significado de fato uma séria ruptura entre a tradição revolucionária do nosso povo e sua perspectiva de poder.* Isto no âmbito subjetivo. No objetivo, a derrota de 1932 *foi a base material para a construção de um aparelho de poder oligárquico-imperialista de grande eficácia, porque apresentou em nível operacional (local e regional) o problema da defesa do sistema ante a luta armada revolucionária dirigida à revolução socialista, desde uma época tão prematura como 1932.*

A longa ditadura militar que, com substituição de pessoas, ainda continua até hoje, foi iniciada naquele momento. O governo de Martínez (derrubado em 1944 por uma greve geral nacional liderada pelos estudantes universitários, que culminou com um processo insurrecional que tinha sido iniciado com um levantamento militar fracassado) foi seguido pelo do sangrento coronel Osmín Aguirre (que sobreviveu a uma etapa de ações armadas citadinas e uma invasão armada de estudantes, profissionais e militares jovens que, a partir da Guatemala, entrou na região de Ahuachapán, onde foi derrotada pela guarda nacional e pelo exército), pelo do general Salvador Castaneda Castro, pelo do coronel Oscar Osorio e pelo do coronel José María Lemus (1956-1960). As lutas populares contra este último governo abrem uma nova etapa na situação

e nas perspectivas políticas do país, no mesmo período que, para a América Latina, estas novas etapas são abertas, revolucionariamente, pelo triunfo da insurreição em Cuba. [...]

A partir de 1962 iniciou-se uma etapa de refluxo na ação revolucionária de massas. O partido sofreu sérios impactos (traições, deserções, paralisação de frentes inteiras de trabalho etc.), mas pôde se recuperar o bastante para se colocar de novo à frente do movimento operário nas grandes greves de 1966, 1967 e 1968. Entretanto, as novas concepções da luta armada tinham sido seriamente questionadas na consciência dos comunistas salvadorenhos (por duas vias: a dos afetados pelo refluxo e a da contraposição de fato entre o movimento grevista aberto e o movimento pré-insurrecional, contraposição que, na cabeça de muitos, encarnava-se na diferença entre as linhas políticas – e seus resultados práticos – do Partido Guatemalteco do Trabalho e do PC de El Salvador), e atualmente pode-se afirmar que esse questionamento passou a ser a mais importante tarefa da corrente conservadora que predomina na direção e em extensos setores das bases do partido. Tudo isso refletiu-se em diversos aspectos de sua atividade prática (tendências na política de alianças; política eleitoralista; desvios economicistas e legalistas na frente operária, sobretudo por não dar às massas sindicalizadas uma perspectiva revolucionária consequente, quando a luta aberta elevou-se até determinados níveis; rupturas e cisões nas fileiras do partido em um nível e com resultados sem precedentes nos últimos anos; diversas carências na frente militar etc.).

Por seu lado, o que fez o inimigo durante este período? A partir de 1961, o imperialismo passou a enfatizar ainda mais a solução político-militar perante os problemas revolucionários da América Central. A perspectiva marcada pelo início da guerra de guerrilhas na Guatemala acelerou ainda mais esta atividade contrarrevolucionária. No que se refere a El Salvador, o Exército passou a ser o instrumento direto e fundamental do governo, concentrando uma grande parte da atividade administrativa nas mãos de seus dirigentes. O desenvolvimento da integração econômica centro-americana e a criação do Mercomum na região foram seguidos de perto pela integração dos exércitos centro-americanos, sob um estado-maior conjunto e um organismo executivo e de planejamento comum, o Conselho de Defesa Centro-Americano. Todo esse aparato militar regional tem atuado conjuntamente, nos níveis necessários até o momento, contra os movimentos guerrilheiros que surgiram nos nossos países. Para resumir a atividade do imperialismo neste terreno nos últimos anos, diremos que o governo dos Estados Unidos *criou e pôs em funcionamento na América Central as instituições e os organismos da guerra especial*. Isto quer dizer, falando em termos amplos, que o imperialismo, em uma atitude de cumplicidade com as oligarquias e exércitos locais, *já iniciou institucionalmente a guerra contra os*

povos centro-americanos. Estão sendo dados os últimos retoques a este conjunto de força quando, por exemplo, persegue-se uma interpenetração entre o Exército e as empresas mistas da Integração Econômica, usando o procedimento de transformar os quadros do comando militar em acionistas, administradores ou altos funcionários das grandes firmas industriais e comerciais ou das instituições estatais que instrumentalizam a integração.

Em El Salvador, a tradicional habilidade da oligarquia nativa e as experiências de luta contra o povo e as guerrilhas da Guatemala fizeram com que o Exército tentasse levar as bandeiras imperialistas de organização da violência ao nível das massas populares. O coronel José Alberto Medrano, coordenador dos serviços de inteligência do país e homem forte da CIA, anunciou a existência de uma organização rural paramilitar chamada ORDEN (Organização Democrática Nacionalista) que, com fins “anticomunistas e antiguerrilheiros”, agrupava em 4 mil células de combate de 15 indivíduos cada uma, 60 mil camponeses em todo o território nacional, no final do ano passado. Esta organização, somada aos efetivos do Exército (infantaria, polícia militar, blindados, aviação e tropas aerotransportadas, artilharia, cavalaria da Marinha etc.), da guarda nacional, da polícia civil, da polícia nacional, das polícias municipais etc., forma uma bem coordenada rede antidemocrática, cujo papel real no caminho da revolução não pode ser ignorado.

Dados como estes, que devem ser acrescentados aos tradicionalmente apresentados (território pequeno, superpovoado, sem montanhas ou lugares inacessíveis, atravessado em todas as direções por boas estradas e caminhos; presença de um Exército relativamente numeroso e conhecedor do terreno; falta de bases revolucionárias no campo e preponderância da força revolucionária em duas ou três das cidades principais), fazem com que as tendências ao quietismo revolucionário proliferem sob diversos aspectos. *Do fato de que a luta armada revolucionária apresenta no nosso país dificuldades especiais e problemas técnico-práticos particulares, costuma-se chegar frequentemente à conclusão de que a luta revolucionária é impossível*. Isto nem sempre é dito diretamente nos documentos, mas é percebido nitidamente no conteúdo de muitos deles, depois de uma breve análise.

Só mediante a elaboração concreta da estratégia de luta armada em El Salvador, de acordo com as condições concretas do país, e só mediante o empreendimento prático das tarefas impostas por essa perspectiva estratégica, poder-se-á se evitar essa perigosa tendência ao quietismo que é, em última instância, a contrarrevolução. Essa perspectiva estratégica deverá ser elaborada partindo da análise de nosso país, não como um país isolado, mas como um país que pertence à região centro-americana, no momento em que o imperialismo lhe impõe um novo desenvolvimento unitário contrário aos

interesses dos povos. A estratégia da revolução salvadorenha deverá ser uma estratégia político-militar centro-americana [...].

O caráter centro-americano da luta dos povos da Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua e Costa Rica está dado pelo fato da unidade oferecida pelo inimigo imperialista à região, de uma forma nunca esboçada antes. A unidade econômica básica não é El Salvador, Guatemala etc., mas o conjunto de países centro-americanos que formam o Mercado Comum. Para defender esta nova estrutura econômica (cujas crises estruturais começam a ser evidentes), o imperialismo construiu e continua construindo um aparelho centro-americano de dominação e repressão. A resposta dos revolucionários também deve ocorrer em âmbito centro-americano. Na Guatemala e na Nicarágua esta resposta foi iniciada pelos homens que combateram sob as ordens de César Montes e Carlos Fonseca Amador. As organizações revolucionárias salvadorenhas não podem ser indiferentes a esses esforços extraordinariamente abnegados, pois isso equivaleria a não se importar com o próprio futuro. Ressaltar em demasia o *caráter interno* da luta de classes dos nossos países, como faz a CP do nosso partido no epílogo ao *Diário do Che*, na América Central se transforma em uma contraposição ante a necessidade de centro-americanizar a luta, em um despropósito baseado em análises obsoletas. [...]

Desentranhar até as últimas consequências a lição de Che é uma tarefa dos que puderam deixar definitivamente para trás as ilusões pacifistas que o inimigo sempre tenta estimular; é tarefa dos comunistas decididos a marchar pelo duro caminho da luta popular. Pouco a pouco, as direções dos PC da América Latina têm construído um panorama desolador no que se refere à participação do partido na luta armada revolucionária: as atividades concretas dos partidos da Venezuela, do Peru, de Honduras, da Nicarágua e do Brasil não foram mais ou menos similares às do PCB com relação às ações armadas nos seus países, e às posições teóricas dos PC da Argentina, da Costa Rica, do Equador e, agora, de El Salvador, com relação a esta problemática? Existe uma linha pacifista no movimento comunista latino-americano, encoberta até agora por sucessivas declarações a favor da luta armada? Neste caso, a própria discussão com esses partidos seria impossível, porque a discussão revolucionária sobre os problemas da luta armada só poderá ocorrer entre revolucionários que empreendam o caminho dessa luta.

No caso do nosso partido, acreditamos que o momento é grave e cheio de alternativas inquietadoras. Sem dúvida trata-se de uma das organizações revolucionárias mais maduras, fortes e influentes da América Central, cujas posições políticas e cuja estrutura orgânica deixam muito para trás partidos como os de Honduras, Nicarágua e Costa Rica, para citar exemplos concretos. No entanto, os resquícios conservadores ainda determinam grande parte das

suas possíveis projeções, limitando-as. Estes resquícios podem se transformar em freio definitivo para o partido ocupar um lugar de vanguarda na luta do povo salvadorenho, afastá-lo do posto que lhe estaria destinado na luta das massas centro-americanas contra o inimigo comum. Existem vários exemplos deste processo regressivo na região. Só uma discussão a fundo da realidade centro-americana, realizada com espírito construtivo e independente, e o empreendimento da ação exigida pelas circunstâncias e pelo momento das conclusões poderá conjurar o perigo. Caso contrário, o nosso partido, presa do dogmatismo que já se reflete – embora parcialmente – no epílogo ao *Diário do Che*, não conseguirá seguir o caminho que marcamos para tomar o poder político para o povo, não conseguirá fazer a revolução e dirigi-la. Na América Latina também existem exemplos neste sentido, em diversos níveis de desenvolvimento. Basta abrir bem os olhos para perceber isso.

*Declaração de princípios do MIR**

Fundado em 1965 pela fusão de um grupo de jovens saídos dos partidos socialista e comunista (Vanguarda Revolucionária Marxista) e do Partido Operário Revolucionário (trotskista), em poucos anos o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) do Chile tornar-se-á um dos grupos castristas mais numerosos e influentes da América Latina.

A Declaração de Princípios adotada na sua fundação, que publicamos aqui, mostra que, no primeiro período do MIR, a influência trotskista era preponderante. Esta influência manifesta-se também no programa aprovado em 1965, que proclama, por exemplo: “O MIR pronuncia-se pela defesa dos países socialistas em caso de agressão. Nos países socialistas, controlados pelo reformismo ou revisionismo, apoiamos o povo revolucionário e não suas direções burocráticas, que deformaram o processo de construção do socialismo e traíram o marxismo revolucionário”.

Em 1967, distancia-se dos quadros trotskistas e o grupo de dirigentes estudantis de Concepción (Bautista van Schowen, Luciano Cruz, Miguel Enríquez) assume a direção da organização. Adota-se uma nova orientação (Documento Programa de 1967), que por um lado reafirma a tese trotskista da revolução proletária – democrática e socialista – no Chile, mas por outro adota as teses de Debray sobre a guerrilha rural¹.

I

O MIR organiza-se para ser a vanguarda marxista-leninista da classe operária e das camadas oprimidas do Chile que buscam a emancipação nacional e social. O MIR considera-se autêntico herdeiro das tradições revolucionárias chilenas e o continuador da trajetória socialista de Luis Emilio Recabarren, líder do proletariado chileno. A finalidade do MIR é a derrubada do sistema capitalista e sua substituição por um governo de operários e camponeses, dirigidos pelos órgãos do poder proletário, cuja tarefa será construir o socialismo e extinguir gradualmente o Estado, até chegar a uma sociedade sem classes. A destruição do capitalismo implica um enfrentamento revolucionário das classes antagônicas.

II

O MIR fundamenta sua ação revolucionária no fato histórico da luta de classes. Os exploradores, por um lado, assentados na propriedade privada dos meios de produção e de troca; e, por outro, os explorados, maioria esmagadora

* Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), *Declaración de principios*, Santiago do Chile, setembro de 1965.

¹ Cf. Catherine Lamour, *Le pari chilien*, Paris, Stock, 1972, p. 222-23.

da população, que contam apenas com a força de trabalho, dos quais a classe burguesia extrai a mais-valia. O MIR reconhece o proletariado como a classe de vanguarda revolucionária que deverá ganhar para sua causa os camponeses, intelectuais, técnicos e classe média empobrecida. O MIR combate intransigentemente os exploradores, orientado pelos princípios da luta de classe contra classe e rejeita categoricamente toda estratégia tendente a enfraquecer esta luta.

III

O século XX é o século da agonia definitiva do sistema capitalista. O desenvolvimento da técnica não tem servido para evitar as crises periódicas, os milhões de desempregados e o pauperismo, devido ao fato de que no regime capitalista a produção é social, mas a apropriação é individual. O sistema capitalista, em sua etapa superior, o imperialismo, não pode oferecer à humanidade outra perspectiva além do regime ditatorial e da guerra, como última tentativa de sair de sua crise crônica de estrutura. Pretende ocultar em determinados períodos seu regime de ditadura burguesa, exercido pelo Estado opressor, falando de forma abstrata da liberdade, mas suas contradições levam-no inevitavelmente ao fascismo.

IV

A característica mais destacada deste século é o caráter mundial que adquiriu o processo revolucionário. Todos os continentes foram impactados pela história, e a relação de forças entre as classes mudou em um sentido desfavorável ao imperialismo. Um terço da humanidade – mais de um bilhão de pessoas – saiu da órbita do capitalismo, e está construindo o socialismo. O triunfo da revolução em numerosos países atrasados demonstrou que todas as nações têm condições objetivas suficientes para realizar a revolução socialista; que não existem proletariados “maduros” e “imatuross”. As lutas pela libertação nacional e pela reforma agrária transformaram-se, por meio de um processo de revolução permanente e ininterrupta, em revoluções sociais, demonstrando-se assim que, sem a derrota da burguesia, não existem possibilidades efetivas de libertação nacional e reforma agrária integral, tarefas democráticas que se combinam com medidas socialistas.

A revolução nos países coloniais e semicoloniais ainda não resolveu os problemas básicos do socialismo. Enquanto a revolução não triunfar nos países altamente industrializados, sempre haverá o perigo de uma guerra nuclear e não se poderá alcançar a sociedade sem classes. O imperialismo não será derrotado pela mera concorrência econômica entre os regimes sociais opostos em um mundo formal de coexistência pacífica, mas por meio da revolução socialista nos próprios bastiões do imperialismo.

V

As condições objetivas estão mais que maduras para a derrubada do sistema capitalista. Apesar disso, o reformismo e o revisionismo continuam traindo os interesses do proletariado. Por isso, a crise da humanidade concretiza-se na crise de direção mundial do proletariado. No entanto, o processo revolucionário das últimas décadas produziu uma crise nos partidos políticos tradicionais de esquerda, e começaram a surgir novos movimentos revolucionários que abrem a perspectiva histórica para a superação da crise de direção do proletariado.

VI

O Chile se transformou em um país semicolonial, de desenvolvimento capitalista atrasado, desigual e combinado. Apesar de seu atraso, o Chile não é um país agrário, mas industrial e mineiro. Em 150 anos de desgoverno, as castas dominantes atrasaram a agricultura, a mineração e a indústria, hipotecando a independência nacional com pactos e compromissos internacionais; transformaram o Chile em um dos países com menor expectativa de vida, com alta taxa de mortalidade infantil, com maior analfabetismo, déficit alimentar e habitacional. A trajetória das classes dominantes desde a declaração da nossa Independência no século passado até hoje demonstrou a incapacidade da burguesia nativa e de seus partidos para resolver as tarefas democrático-burguesas que são, fundamentalmente, a libertação nacional, a reforma agrária, a liquidação dos vestígios semifeudais. Assim, rejeitamos a “teoria das etapas” que estabelece equivocadamente que primeiro deve-se esperar uma etapa democrático-burguesa, dirigida pela burguesia industrial, antes que o proletariado tome o poder.

Combateremos toda concepção que sustente ilusões sobre a “burguesia progressista” e que pratique a colaboração de classes. Enfatizamos que a única classe capaz de realizar as tarefas “democráticas” combinadas com as socialistas é o proletariado, à frente de camponeses e da classe média empobrecida.

VII

As diretrizes burocráticas dos partidos tradicionais da esquerda chilena defraudam as esperanças dos trabalhadores; em vez de lutar pela derrota da burguesia, limitam-se a apresentar reformas ao regime capitalista, no terreno da colaboração de classes, enganam os trabalhadores com uma dança eleitoral permanente, esquecendo a ação direta e a tradição revolucionária do proletariado chileno. Afirmam mesmo que é possível alcançar o socialismo pela “via pacífica e parlamentar”, como se alguma vez na história das classes dominantes elas tivessem entregado voluntariamente o poder.

O MIR rejeita a teoria da “via pacífica” porque ela desarma politicamente o proletariado e porque não pode ser aplicada, já que a própria burguesia

resistirá, até mesmo por intermédio da ditadura totalitária e da guerra civil, antes de entregar pacificamente o poder. Reafirmamos o princípio marxista-leninista de que o único caminho para derrubar o regime capitalista é a insurreição popular armada.

VIII

Diante destes fatos, assumimos a responsabilidade de fundar o MIR para unificar, acima de todo sectarismo, os grupos militantes revolucionários que estiverem dispostos a empreender rápida, porém seriamente, a preparação e organização da Revolução Socialista Chilena.

O MIR define-se como uma organização marxista-leninista, regida pelos princípios do centralismo democrático.

*O MIR e a Unidade Popular no Chile**

Ao sair da clandestinidade depois do triunfo eleitoral de Salvador Allende (liderado pela Unidade Popular, coalizão dos partidos de esquerda), o MIR desenvolveu-se consideravelmente, por intermédio das suas frentes de massa: o Movimento Camponês Revolucionário, o Movimento dos Favelados, a Frente dos Trabalhadores Revolucionários etc. Junto com a esquerda da Unidade Popular (uma ala do Partido Socialista, uma tendência do MAPU – Movimento de Ação Popular Unificado –, a Esquerda Cristã etc.), tentará disputar a hegemonia do movimento operário com o Partido Comunista Chileno, sem consegui-lo.

O texto que publicamos aqui é um dos mais característicos deste período: uma polémica com o PC sobre a estratégia da luta.

A prática e a doutrina do MIR durante este período enriquecem muito a experiência e as teses até então predominantes na corrente castrista (guerrilha rural e urbana etc.).

O poder popular autônomo, independente e alternativo ao Estado burguês não é uma fantasmagoria, mas uma realidade e necessidade

O secretário-geral do PC, Luis Corvalán, afirma em sua carta a Carlos Altamirano:

Mas acontece que quem está, como se disse, sob o fogo cruzado do imperialismo e da oligarquia dos Jarpa e dos Frei, e a quem estes querem derrubar, não é o fantasmagórico Poder Popular Independente do Governo do qual o MIR fala, e que só existe na cabeça delirante dos seus dirigentes, mas o governo do presidente Allende.

Pensamos que a argumentação é falaz e vamos demonstrá-lo.

O que querem a grande burguesia e o imperialismo é impedir que a classe operária e as massas populares avancem com independência de classe rumo à tomada do poder político. Nesse contexto, as classes reacionárias e seus partidos decidiram impedir que o atual governo atue como um verdadeiro governo dos trabalhadores, abrindo passagem, impulsionando e apoiando a mobilização e a luta independente das massas. Por isso a burguesia impôs, em outubro, a saída

* "O MIR responde al Partido Comunista", *Punto Final*, n. 178, 27 de fevereiro de 1973, Santiago do Chile.

do Gabinete UP-Generais, precisamente para colocar sob custódia uma instituição que é um “agente do Estado burguês”, neste caso “agente restaurador”, o governo. Por isso também o imperialismo e a burguesia buscam a derrota do governo sob a forma de derrocada e claudicação. E é justamente por isso que a crescente mobilização das massas e sua organização em órgãos de poder independentes e autônomos do *Estado burguês* é a única alternativa real para que a classe operária e as massas populares possam enfrentar com possibilidade de êxito as forças da reação burguesa. A burguesia o compreendeu perfeitamente, e por isso luta para subordinar toda forma de organização independente das massas, de poder das massas, ao Estado burguês.

Para isso contam com o apoio do reformismo, da direção do PC, que se nega a impulsionar o desenvolvimento de formas de poder popular autônomas e contraditórias com o Estado burguês chileno.

Entenda-se bem: estamos falando de um poder operário e popular, que se organiza a partir da base de forma autônoma e independente, em contradição e luta com o Estado burguês e suas instituições de dominação social e política. Trata-se de um poder autônomo e alternativo ao Estado burguês, e independente do atual governo. Isto não significa que esse poder tenha de estar necessariamente em contradição com o governo. Isso depende exclusivamente do governo, de sua capacidade de realizar e absorver ou não os interesses imediatos e gerais dos diferentes setores da classe operária, das massas e do povo. E mais: trata-se de que, efetivamente, o governo ajude a desenvolver esse poder popular que é o único fator de força que pode lhe dar uma estabilidade classista, proletária e popular. Que o governo apóie as lutas do povo, seja uma alavanca efetiva das suas mobilizações, luta e organização independente, depende do caráter de classe e da força de classe em que se afirme.

Na verdade, o fundo da polêmica sobre o poder popular alternativo não está nas relações deste com o governo, mas na concepção da direção do PC sobre o atual período e as tarefas do proletariado na presente etapa da luta de classes.

O que acontece é que a direção do PC é contrária ao desenvolvimento de um poder operário e popular alternativo e autônomo, porque neste momento não pensa na tomada do poder político pelo proletariado, na substituição revolucionária do atual Estado, mas, como diz o senador Corvalán:

Somos partidários de realizar o processo revolucionário no contexto do *atual Estado de direito*, sem prejuízo de *melhorá-lo* paulatinamente, e somos firmes partidários da participação da classe operária na gestão do governo, mas absolutamente contrários às propostas do MIR sobre a criação de um

poder popular como alternativa ao Governo Popular, pois isso, a nosso ver, significa enfraquecer o governo, quando se trata de fortalecê-lo.

Isto é, a direção do PC sugere um longo período de lutas por reformas no capitalismo, no Estado de direito burguês, por meio da ação parlamentar, para chegar gradualmente ao socialismo, tese da transição pacífica e eleitoral parlamentar ao socialismo. Esta é a essência do reformismo do passado, o de Bernstein, Plekhanov e Kautsky, assim como do neorreformismo contemporâneo do PC chileno e outros PCs que seguem a mesma política reformista da direção do PC chileno.

É preciso explicar claramente que a direção do PC sugere uma reforma do capitalismo e uma democratização do atual Estado burguês, não a tomada do poder político, nem o socialismo no atual período e na atual etapa. Isso não quer dizer que não existam condições. Marx e Lenin estudaram os períodos em que era possível que o proletariado questionasse realmente o poder do Estado. Estes são os períodos de crise da sociedade, de crise da dominação burguesa e ascensão do movimento de massas, período que vivemos atualmente no Chile, em sua etapa pré-revolucionária.

A direção do PC não deve ocultar suas ideias e propósitos. Não deve continuar mistificando e deformando a realidade e a luta ideológica, afirmando que o poder popular das massas é necessária e inevitavelmente alternativo e contraditório ao atual governo. *É alternativo ao Estado burguês*, a esse Estado que a direção do PC não quer combater em suas raízes e não quer que o governo atual combata (por isso aceitaram a incorporação dos militares), Estado que só se propõe modernizar, democratizar, tornar mais popular, sem perder seu caráter burguês. Só será contraditório com o governo se este se opuser à luta independente do proletariado e do povo.

O Poder Popular alternativo e autônomo faz parte de uma estratégia proletária alternativa à estratégia do reformismo, que aceita manter as massas subordinadas à democracia burguesa.

O Poder Popular alternativo e autônomo não é uma fantasmagoria, nem existe apenas na “cabeça delirante” de alguns dirigentes. Ele surgiu, está se desenvolvendo e ficará mais forte no seio das massas, ainda que alguns dirigentes do PC queiram impedir este fato ou dar-lhe um caráter diferente. Isso porque é produto de um aprofundamento da luta de classes, de um processo progressivo e crescente de maior autonomia ideológica, política, programática e organizativa das massas.

Tão real é o Poder Popular Independente que é uma das maiores preocupações da direção do PC, pois as massas que ainda reconhecem a condução do PC, e mesmo as bases do próprio partido, escapam de suas mãos e realizam uma política contrária à política oficial da direção do PC. Até a greve de outubro, a direção do

PC foi contrária aos Comandos e Conselhos Comunais de trabalhadores. Outubro mostrou que não podiam se colocar no lado contrário à luta de classes. Decidiram então aceitar formalmente os Comandos e Conselhos, mas anulando todo o seu conteúdo proletário e tentando transformá-los em instrumentos de luta corporativa e de democratização do Estado burguês. Os Comandos e os Conselhos, o desenvolvimento do Poder Popular alternativo e autônomo, constituem órgãos fundamentais para abrir o caminho para a revolução proletária. [...]

A verdadeira posição do MIR diante do governo

O senador Corvalán ressalta na mencionada carta que “o MIR desqualifica por completo o atual governo”. Enquanto vocês (refere-se ao PS) e nós (o PC) consideramos que ele trabalha por mudanças e pelo socialismo, o MIR afirma que ele propõe a reafirmação da ordem burguesa. Este não é o pensamento do MIR. Pensamos que, até a constituição do Gabinete UP-Generais, o governo foi predominantemente reformista de esquerda, ampliou as liberdades democráticas no Chile e colocou em prática um limitado projeto de reformas em prol da classe operária, e nesse sentido nós o valorizamos. Isso não significa que estivéssemos plenamente de acordo com a sua prática, nem com a subordinação da luta independente do proletariado à capacidade de ação do governo e aos limites políticos do governo como objetivo último da ação dos trabalhadores. Ao contrário, valorizamos a existência de um governo de esquerda, na medida em que ele seja realmente um instrumento e uma alavanca importante na luta da classe operária e das massas. Por isso, criticamos a política reformista que, com suas vacilações e falta de confiança nas massas, foi obrigada a resolver a crise de outubro com a incorporação de alguns representantes do corpo de oficiais das Forças Armadas ao Gabinete, iniciando-se assim um processo gradual de reafirmação da ordem burguesa no interior do governo e do aparelho estatal.

A essência da política da direção do PC chileno: a aliança das forças populares com a “burguesia nacional”

A essência da política da direção do PC para o atual período foi definida por José Cademártori, membro da Comissão Política do PC, em um artigo publicado nos números 11 e 12 da *Revista de la Universidad Técnica*.

Cademártori ressalta que a direção do PC considera que estamos na primeira etapa do processo chileno de transição ao socialismo, e que a chave do êxito nesta primeira etapa reside em conseguir o apoio da burguesia nacional (que, para o PC, é constituída por todos os setores que não estão nas 49 ou nas 91 empresas definidas para integrar o APS) no caminho chileno de transição ao socialismo.

Isto é, a direção do PC propõe hoje em dia, diante do fracasso de sua estratégia pela crise da economia, crise portanto de seu modelo de acumulação de forças baseado nos êxitos econômicos, uma nova aliança de classes. Uma aliança de classes não só para garantir os interesses da burguesia de forma subordinada, com base no programa, mas uma redefinição da aliança social, a aliança de classes que sustenta o atual programa da UP, concedendo um papel mais importante à burguesia nacional. Entende-se que isto deve ser traduzido em uma incorporação orgânica da burguesia às alianças de alguma forma e, portanto, essa incorporação também ocorreria nos níveis de direção do governo. Segundo Cademártori, esta aliança sugere uma redefinição das relações entre a burguesia nacional e o proletariado que, de relações de luta e oposição entre explorados e exploradores, devem ser transformadas em “relações de cooperação entre capital e trabalho assalariado”. Trata-se de convencer a burguesia chilena, conforme a direção do PC, a apoiar a luta do proletariado no caminho chileno ao socialismo. Pensamos que o que realmente pretende a direção do PC é convencer o proletariado a colaborar para a plena restauração do domínio burguês.

Dessa forma, tornam-se totalmente compreensíveis as recentes afirmações do secretário-geral do PC chileno ao frisar que “somos partidários de continuar com o processo revolucionário no contexto do atual Estado de direito, e melhorá-lo paulatinamente”. Ou seja, a direção do PC renuncia a impulsionar a luta anticapitalista e socialista do proletariado. No atual período, ele não se propõe como objetivo a conquista do poder político para o proletariado, mas a reforma do capitalismo, dos monopólios, do latifúndio e da penetração capitalista em alguns setores da economia, aceitando-os em outros, e a democratização do Estado burguês, por meio de melhoras paulatinas que iriam sendo introduzidas no edifício capitalista e explorador da sociedade chilena.

Os motivos da direção do PC para impulsionar esta política encontram-se no conhecido e falaz documento da concepção da correlação de forças internas (fundamentalmente eleitorais para a direção do PC) para propor objetivos socialistas; não existiria tampouco a correlação de forças internacionais para propor objetivos socialistas em um país que está no quintal colonial do imperialismo ianque.

Mas o contraditório e paradoxal é que a direção do PC não propõe uma política para quebrar essa correlação de forças no plano interno, salvo a de ganhar a “batalha da produção” e, a partir da solução dos problemas econômicos, ganhar as massas e modificar essa correlação de forças. Este esquema fracassou. Mas se continua insistindo nele. *Como a direção do PC viu que não pode ganhar a batalha da produção em uma economia capitalista sem o apoio da burguesia, decidiu chamar em seu auxílio a “burguesia nacional”.*

Mas o paradoxo chega ao extremo quando nos dizem que, apesar de não haver força para propor objetivos socialistas, isto é, o objetivo da conquista do poder político no período, dizem que já se iniciou a primeira etapa da transição ao socialismo. Esta teria começado em 4 de setembro de 1970, antes que o proletariado e seus aliados tivessem conquistado o poder político, exceto uma parte do poder, como afirma o PC. Agora seria o momento de convencer a burguesia nacional a ajudar o proletariado a conquistar o poder.

Na verdade, o problema é outro. No Chile nunca houve nem começou transição alguma do capitalismo para o socialismo. O que aconteceu, desde o dia 4 de setembro de 1970 até hoje, é uma transição para um capitalismo de Estado, sob a direção de um governo reformista de esquerda. Hoje em dia, o PC propõe reviver, com outra forma, sua velha tese da libertação nacional, da burguesia nacional “progressista” e da revolução por etapas. Isto é o que significa a frente ampla que Cademártori e a direção do PC querem constituir entre o proletariado e a burguesia chamada “nacional e progressista”. Todas as políticas econômicas do PC têm sido orientadas para obter a confiança da “burguesia nacional”. (Por isso a política de reajuste, por isso o projeto sobre o ASP etc.)

Secretariado Nacional do MIR.
Santiago, 10 de fevereiro de 1973.

Miguel Enríquez

*As causas da derrota**

Miguel Enríquez (1944-1974), secretário-geral e principal teórico do MIR, era um dos mais notáveis representantes da nova geração de revolucionários marxistas no continente. Aluno da Universidade de Concepción, membro, ao lado de Bautista van Schowen e Luciano Cruz, do grupo que assumirá a direção do movimento em dezembro de 1967. Ele caiu em outubro de 1974, durante um combate contra as forças militar-policiais da junta chilena. Este texto é um dos seus últimos documentos: uma entrevista para o semanário francês *Rouge* (trotskista) sobre o balanço da trágica experiência da Unidade Popular e as perspectivas de resistência ao regime militar instaurado pelo golpe de setembro de 1973.

Qual é a reação do MIR diante das acusações – principalmente do Partido Comunista – quanto à sua responsabilidade na queda da Unidade Popular? Esta acusação também foi utilizada pela imprensa burguesa “democrática” na Europa. – Na verdade, estas acusações provêm fundamentalmente de dois setores: o reformismo de esquerda e os burgueses. Sabemos que algumas personalidades de outros partidos comunistas europeus dedicaram-se a divulgar a afirmação de que a queda do governo da Unidade Popular deveu-se à “impaciência”, ao “ultra-esquerdismo” e à “precipitação” do MIR. Desta forma tentam salvar historicamente o reformismo e sua política do fracasso no Chile, para ensaiar a mesma coisa em outros países. As acusações baseiam-se nas frustrações da Unidade Popular, por não ter conseguido fazer uma aliança com o Partido Democrata-Cristão chileno. Vamos responder sucintamente, dada a magnitude do tema.

O governo da Unidade Popular foi um governo pequeno-burguês de esquerda, cujo eixo foi a aliança do reformismo operário com o reformismo pequeno-burguês.

A política realizada no decorrer dos seus três anos foi reformista e caracterizou-se pela sua submissão à ordem burguesa e por sua tentativa de concretizar um projeto de colaboração de classes.

O reformismo não apreciou o caráter que assumiu o período do seu governo, o qual impossibilitou que desenvolvesse com sucesso seu projeto de colaboração de classes. O sistema de dominação capitalista entrou em crise. O movimento de massas, cujas mobilizações e atividade aumentaram depois de 1967, entrara em ebulição com a chegada da UP ao governo. No transcurso

* “Entrevista a Miguel Enríquez”, *Correo de la resistencia*, boletim do Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) no exterior, n. 1, junho de 1974, p. 29-38.

desses três anos, multiplicara suas mobilizações, desenvolvendo seus níveis de organização e consciência, muito mais do que já se havia visto no Chile.

Nesse mesmo momento, e em parte como consequência disso, a crise interburguesa continuou se aprofundando. Isso confundiu o reformismo que, percebendo que a luta interburguesa tornava-se cada vez mais aguda, pretendeu se aliar a uma das frações em luta. Não compreendeu que, embora aumentasse a luta interburguesa, as frações burguesas percebiam, desde o começo, que o aumento do movimento de massas, devido ao seu caráter, ia muito mais longe do que propunham as tímidas reformas da UP, e que ameaçava o sistema de dominação capitalista em vigor. Desde o princípio, o conjunto da classe dominante assumiu a defesa desse sistema e da luta destinada a derrubar o governo da Unidade Popular. O aumento e a polarização da luta de classes acabou historicamente com qualquer possibilidade de êxito para seu projeto de colaboração de classes.

Sempre por trás deste ilusório projeto de colaboração de classes, a UP, com a ilusão de ter conquistado o poder, impulsionou uma política econômica que funcionou fundamentalmente sobre o consumo, e não sobre a propriedade dos meios de produção. A drástica redistribuição da renda fez o consumo aumentar, o que também provocou o aumento da produção com relação à utilização da capacidade instalada, que se esgotou em meados de 1972.

A Unidade Popular também trabalhou sobre os meios de produção, mas de forma limitada: nacionalizou a grande mineração de cobre e o sistema bancário, e se propôs a integrar à área social apenas 91 grandes empresas industriais – que na verdade eram de 500 a 800 –, esquecendo explicitamente todas as grandes empresas de construção e distribuição. No campo, durante 1971, houve uma desapropriação de um pouco mais de mil propriedades, que mais tarde aumentaram para 1.300, mas eram terrenos que tinham uma superfície superior a 80 hectares de irrigação básica, sobre os quais os latifundiários tinham o direito de reservar 40 hectares, que podiam ser escolhidos entre as melhores terras. Por outro lado, isto lhes permitiu esquecer explicitamente as grandes empresas agrícolas, cuja extensão era de 40 a 80 hectares, e que em 1973 produziam cerca de 50% de toda a produção agrícola do Chile. De 4.500 que havia em 1970, elas aumentaram para 9.000 em 1973.

No plano político, seu projeto de colaboração de classes não se expressou apenas em sua subordinação à institucionalidade burguesa, mas também à legalidade, no momento em que a classe dominante controlava poderosas instituições do aparelho do Estado: o Parlamento, o poder judiciário, a controladoria, a maioria dos corpos de oficiais das Forças Armadas etc., governando de fato o Chile por meio delas.

Todas essas concessões e vacilações não foram gratuitas nem indiferentes ao movimento de massas, única fonte possível da força real do governo.

Todas essas concessões – esquecimento das grandes empresas, promessa de pagar a dívida externa aos norte-americanos, legitimação da alta oficialidade das Forças Armadas etc. – fortaleceram a classe dominante que, apoiada pelo bloqueio do crédito norte-americano, conseguiu conservar – graças a essas concessões – enormes quantidades de poder e de riqueza, que não vacilou em descarregar com furor empresarial sobre o governo, a classe operária e o povo; sabotando a produção a partir das empresas que conservava em suas mãos, açambarcando, especulando, criando o mercado negro e estimulando a inflação, acentuando a pressão militar etc.

Além disso, todas essas concessões foram feitas atingindo e golpeando os interesses dos setores populares. Enquanto isso, permaneciam intactas as grandes empresas industriais, agrícolas, de construção, de distribuição etc., e se impedia a luta dos trabalhadores, ao não apoiar as mobilizações diretas da classe operária, combatendo-as e até mesmo reprimindo-as; atacando todo trabalho político no seio das Forças Armadas. Isso fragmentou a esquerda, assim como dividiu e confundiu os trabalhadores que consideravam o governo um instrumento para suas lutas.

No terreno político, o reformismo favoreceu a via parlamentar e as tentativas frustradas de aliança com o Partido Democrata-Cristão. Cada vez que essa aliança se frustrava, o reformismo não se apoiava nas massas, mas se refugiava no aparelho de Estado, constituindo gabinetes cívico-militares, aumentando, assim, no interior do Estado, o peso da institucionalidade e, em particular, da alta oficialidade reacionária das Forças Armadas.

Apesar das suas vacilações, o reformismo teve de ceder ante as pressões do movimento de massas. Sua ampla base de apoio popular, o caráter maciço e decidido das mobilizações diretas do povo, obrigaram o governo a colocar sob seu controle mais de 300 grandes empresas, derrubaram a fortaleza da burguesia agrária com as ocupações das propriedades de 40 a 60 hectares, e incentivaram a ocupação de numerosas empresas de construção, vinícolas e algumas firmas distribuidoras. Mas estas concessões do reformismo aos trabalhadores, que primeiro foram combatidas e depois reprimidas (expulsão de camponeses das propriedades, retirada de operários das fábricas etc.) foram limitadas e desordenadas. Desta maneira, o governo primeiro cedeu perante a pressão do movimento de massas, para depois negar-lhe seu apoio e abandoná-lo, o que fragmentou, dispersou e confundiu as massas.

Apesar de tudo, a legitimação pelo governo destas conquistas do movimento de massas despertou a cólera da classe dominante. Assim, o governo submeteu-se à ordem burguesa; e, tentando estabelecer uma aliança com uma fração burguesa, fez todo tipo de concessões à institucionalidade e à classe dominante, ferindo desta maneira os interesses da classe operária e do povo, criando nele a confusão.

A classe dominante nunca perdeu de vista o caráter revolucionário e anticapitalista do movimento de massas. Investiu contra o governo desde o início, apesar das promessas e limitações que o projeto reformista lhe oferecia.

Desta maneira, o governo da Unidade Popular não teve a força que teria lhe dado uma aliança com uma fração burguesa, reforçou a classe dominante e enfraqueceu e dispersou uma verdadeira fonte de poder: o movimento de massas.

Estes problemas multiplicaram-se depois da tentativa fracassada do golpe de Estado de 19 de junho, e a ameaça subsequente de novo golpe. O governo não tomou medidas contra os verdadeiros conspiradores, não substituiu os oficiais superiores, apenas prendeu os diretamente envolvidos.

O movimento de massas, dirigido pela classe operária, desenvolveu altos níveis de organização e consciência. Ocupou centenas de fábricas, organizou-se em cordões industriais (semelhantes aos conselhos operários) e em comandos comunais, que reagrupavam operários, camponeses, favelados e estudantes, tendo chegado até mesmo a desenvolver maciçamente formas materiais e orgânicas de autodefesa.

A classe dominante utilizou uma dupla tática: por um lado, reforçou sua ofensiva por intermédio da greve dos caminhoneiros, de atentados, de acusações aos ministros no Parlamento, do bloqueio da controladoria e das declarações dos presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados; por outro, permitiu que uma minoria do PDC – bem-intencionada, mas sem força – iniciasse um diálogo com o governo, exigindo-lhe primeiro concessões, depois um consenso, mais tarde a capitulação e, finalmente, a renúncia.

Iludido por este diálogo, o governo começou a capitular, comprometendo assim seu destino no decorrer da semana: constituiu o gabinete do diálogo, depois um gabinete cívico-militar. Atacou o movimento operário, devolvendo aos patrões dezenas de indústrias que tinham sido tomadas recentemente pelos trabalhadores. Combateu o poder popular (os cordões e os comandos), efetuou ações repressivas, expulsando os operários das indústrias ocupadas, detendo nas ruas os operários de alguns cordões e favelas. Combateu furiosamente a esquerda revolucionária, acusando-a de subversiva, e permitiu dezenas de invasões militares a fábricas e propriedades rurais, em busca de armas. Em algumas dessas invasões, operários e camponeses foram torturados de forma selvagem, como aconteceu em Nehuentúe, na província de Cautín, e na indústria Sumar, em Santiago do Chile. Tomaram-se medidas legais contra os marinheiros que preparavam medidas de autodefesa em caso de golpe militar, e com isso o governo apoiou as torturas brutais que os oficiais da Marinha aplicaram aos marinheiros, permitindo, por sua vez, a perseguição legal do procurador da Marinha contra os secretários-gerais do PS, do MIR e do MAPU.

Com estas ações, o governo reforçou a ofensiva da classe dominante e da alta oficialidade reacionária; frustrou, confundiu e desarticulou a tropa

antigolpista das Forças Armadas e dividiu a esquerda, abrindo caminho para o golpe de Estado.

Esta foi a responsabilidade da política reformista. E este é um fato que muitos tentaram esconder ou tergiversar. Muitos desses quadros e militantes reformistas mais tarde enfrentaram heroicamente a ditadura; outros partiram para o exílio e o resto hoje está no Chile, enfrentando a repressão gorila.

Nos últimos três anos, temos alertado os trabalhadores e a esquerda sobre a catástrofe para a qual a política reformista os arrastava; e fizemos, com relação às massas e como partido, tudo o que podíamos fazer para evitá-la.

As massas não foram “ultraesquerdistas” quando multiplicaram suas mobilizações para defender seus interesses. Continuaram sua marcha – depois de colocar a UP no governo – pelo único caminho que a história lhes oferecia. Não foram as massas que impediram a aliança entre a Unidade Popular e a Democracia-Cristã, mas a luta de classes em um país subdesenvolvido e dependente como o Chile.

A classe operária e o povo só podem se constituir em força social – como ocorreu quando a UP ganhou o governo – na medida em que realizarem seus interesses de classe. E isto, objetivamente, no Chile capitalista, só pode e poderá se obter atacando os interesses da classe dominante, o que uma das frações – com o PDC como representante político – também compreendeu.

A classe dominante assumiu desde o começo a defesa do sistema capitalista, a luta contra os avanços dos trabalhadores e a destruição daquilo que estes haviam criado: o governo da Unidade Popular.

As massas não se equivocaram ao avançar, assim como a história não se equivoca. Nem o PDC – partido burguês – foi afastado pela extrema esquerda. O que arrastou o Chile para a catástrofe gorila que vivemos hoje em dia foi a política reformista, que sistematicamente golpeou, frustrou e por fim destruiu a força social que a levava ao governo e sua fonte fundamental de força, a classe operária e o povo.

Não fomos “impacientes” nem “ultraesquerdistas”. Na medida das nossas forças, dirigimos a marcha histórica dos trabalhadores contra a classe dominante e o sistema capitalista nas fábricas, no campo, nas escolas e universidades e nos quartéis. Mas não fomos capazes de arrebatá-lo ao reformismo a condução do movimento de massas. Esta foi nossa fraqueza e nossa falha, nenhuma outra.

Hoje estamos no Chile para reorganizar o movimento de massas, buscando a unidade de toda a esquerda e de todos os setores dispostos a combater a ditadura gorila, preparando uma longa guerra revolucionária, pela qual a ditadura gorila será derrotada, para depois conquistar o poder para os trabalhadores e instaurar um governo de operários e camponeses.

Esta não é a polêmica central no Chile atualmente. Nosso objetivo é conseguir a unidade de toda a esquerda. Mas o que aconteceu no Chile representa uma lição para todos os povos do mundo. Raras vezes o desastre provocado pela política reformista foi tão evidente. Os ataques lançados por algumas personalidades e partidos europeus obrigam-nos a responder e fazer com que a verdade se imponha acima da desfiguração dos fatos.

Estas acusações significam a vontade, o desejo de isolar o MIR do resto da esquerda? Qual é a posição do MIR com relação à aproximação, no âmbito das direções, com o PS, o PC, o MAPU, a IC etc.?

– Acredito ter explicado isso. Fundamentalmente, o sentido destas acusações é ocultar a responsabilidade histórica do reformismo, apagar sua derrota no Chile e tentar aplicar de novo essa política em outros lugares. Respondemos esclarecendo a realidade dos fatos, pois ao tergiversar o que aconteceu, impedem que os povos do mundo sejam capazes de extrair as lições oferecidas pela experiência chilena, para evitar os erros cometidos no Chile.

Não foi o socialismo nem a política revolucionária o que fracassou no Chile, mas uma débil e ilusória tentativa reformista.

O reformismo deve assumir sua responsabilidade histórica sem jogar a culpa nos revolucionários. Ao mesmo tempo, a experiência e as condições exigem atualmente no Chile a unidade de todas as forças de esquerda e de todos os setores dispostos a lutar contra a ditadura, no seio de uma frente política da resistência.

Estamos em contato com todas as forças de esquerda e outras no Chile. O passo que demos, ao lançar para o exterior uma convocação conjunta de toda a esquerda, é um avanço importante para a unidade de todas as forças da esquerda e tem sido bastante útil aqui no Chile.

Qual é a posição do MIR com relação à aliança tática com todos os democratas, aliança denominada “frente ampla”, no sentido de que ela significa um perigo iminente de uma restauração do sistema burguês?

– Impulsionamos a unidade de todas as forças dispostas, na prática, a lutar contra a ditadura, no seio de uma frente política da resistência, como já mencionamos. Acreditamos que desta frente devem participar todas as organizações de esquerda da ex-UP, nós, e também uma parte do PDC, a “progressista” ou “pequeno-burguesa democrática”, que antes e depois do golpe pronunciou-se abertamente contra ele.

A base fundamental da luta contra a ditadura será a classe operária e o povo. Devido à experiência recente, uma experiência trágica de ditadura burguesa, sob a forma de democracia representativa, é muito difícil que os trabalhadores a aceitem de novo.

O outro setor do PDC, chamado “democrático” por alguns, foi dirigido por Frei, e apoiou sem condições as agressões da classe dominante contra os trabalhadores e o governo, incitou e preparou as condições do golpe militar. É preciso lembrar as declarações de Frei exigindo invasões de locais para procurar armas, a declaração do Congresso sobre a ilegitimidade do governo etc.

Ele reconheceu e aplaudiu o golpe militar, imediatamente depois e mais tarde. Também participa da ditadura gorila por meio de técnicos, um ministro e alguns subsecretários de Estado. No entanto, por intermédio da imprensa e de alguns grupos de pressão, exige timidamente a moderação da junta em sua política repressiva e econômica. Faz tudo isso com muito cuidado, a fim de acumular força em sua luta contra a fração burguesa hegemônica, para participar na maior medida possível da riqueza e do poder que o Estado controla no Chile, como a renda do cobre, as isenções fiscais, créditos do Estado etc...

Como nos movimentos populistas anteriores, tenta fazer com que a maioria da população afetada pela política da junta o siga, tentando obter também o apoio do reformismo, para acabar com ele logo que tomar o poder.

Com esse setor nem a classe operária, nem o povo, nem os revolucionários podem fazer uma aliança que decapite seu programa e seus métodos de luta, mas podem aproveitar as brechas abertas pela luta interburguesa intensificada.

Em caso de haver um vácuo de direção no PC e no PS, como é que o MIR analisa a aproximação revolucionária às bases e como pensa assumir a direção do movimento revolucionário?

– A condução da luta contra a ditadura gorila não se ganha por decreto nem por declarações. Ela será conquistada na própria luta. A luta contra a ditadura gorila não é, fundamentalmente, uma luta de partidos políticos contra a ditadura, mas uma luta da classe operária e de todo um povo contra um setor do corpo de oficiais das Forças Armadas. É por isso, para organizar todos os setores do povo dispostos a combater a ditadura, sejam ou não militantes de partido, que impulsionamos – com certo sucesso – a constituição de um movimento de resistência popular contra a ditadura gorila, mediante a formação de comitês em cada fábrica, propriedade rural, favela, escola, universidade, repartição pública etc.

Como concilia taticamente a aproximação com os setores democráticos e o desenvolvimento da luta armada no sul? Qual é o grau de organização do movimento armado neste momento? Em que prazo pensa que seja possível desenvolver paralelamente a reorganização dos sindicatos e das frentes de massas?

– Evidentemente, só participarão da resistência os setores dispostos a impulsionar ou apoiar na prática a luta em todos os terrenos contra a ditadura.

Consequentemente, os problemas de conciliação de táticas não deveriam ser fundamentais. A reorganização do movimento de massas desenvolve-se progressivamente há alguns meses. O que dirigirá a luta armada no Chile será fundamentalmente aquilo que evite o isolamento das vanguardas das massas, aquilo que incorpore progressivamente a classe operária e o povo a formas de luta armada. A partir do movimento de resistência popular, surgirá o Exército Revolucionário do Povo, única força capaz de enfrentar o Exército gorila e derrubar a ditadura.

O fracasso do processo chileno poderia ser, em sua opinião, o fim dos partidos tradicionais?

– O fracasso de um projeto reformista no Chile deveria provocar, pelo menos no nosso país, o fim do predomínio das ilusões reformistas no seio da classe operária e do povo. Mas o reformismo, como projeto político, não desaparece como consequência de uma derrota. A experiência adquirida pelos trabalhadores e pelos militantes de esquerda – e a que resultar da própria luta –, orientada por uma tática e uma estratégia revolucionárias, deverá desterrar o reformismo da condução das massas.

Um novo sistema de comunicações poderia acabar com o isolamento da esquerda chilena e permitiria a criação de uma frente comum contra o imperialismo?

– Acredito que, do ponto de vista do seu isolamento do resto do mundo, quem está mais isolado é a ditadura gorila. A classe operária, o povo e a esquerda chilena receberam e recebem um enorme apoio dos países socialistas, de Cuba revolucionária e dos setores revolucionários e progressistas do mundo.

Os revolucionários do Cone Sul da América Latina constituíram uma junta coordenadora entre o ERP da Argentina, o MLN-Tupamaros do Uruguai, o ELN da Bolívia e o MIR do Chile que, além de acabar com o isolamento, significa um enorme progresso para a luta revolucionária. De qualquer forma, toda iniciativa que contribua para unir e reforçar a luta contra o imperialismo e pela revolução sempre será considerada positiva por nós.

*A Junta de Coordenação Revolucionária**

Em 1972, durante um encontro entre dirigentes do MIR, dos Tupamaros e do ERP argentino, Miguel Enríquez propôs a criação de uma organização internacionalista – um “pequeno Zimmerwald”, segundo suas próprias palavras – entre os três grupos revolucionários. Esta proposta foi aceita e o ELN boliviano uniu-se à iniciativa. Depois de um período de consolidação dos laços estabelecidos, é proclamada no início de 1974 a formação da Junta de Coordenação Revolucionária, composta pelas quatro organizações, com vocação para se ampliar para além do Cone Sul do continente. Ao contrário da OLAS, a JCR não foi uma iniciativa da direção cubana, embora existam laços fraternos entre elas; a constituição da JCR significa certa autonomia do guevarismo latino-americano com relação a Cuba.

É o caminho do Vietnã; é o caminho que os povos devem seguir; é o caminho que a América seguirá, com a característica especial de que os grupos em armas podem formar uma espécie de Junta de Coordenação, para dificultar ainda mais a tarefa repressiva do imperialismo ianque e facilitar a própria causa.

Che Guevara, Mensagem à Tricontinental.

O Movimento de Libertação Nacional (Tupamaros) do Uruguai, o Movimento de Esquerda Revolucionário (MIR) do Chile, o Exército de Libertação Nacional (ELN) da Bolívia e o Exército Revolucionário do Povo (ERP) da Argentina assinam a presente declaração para transmitir aos operários, aos camponeses pobres, aos pobres da cidade, aos estudantes e intelectuais, aos aborígenes, aos milhões de trabalhadores explorados da nossa sofrida pátria latino-americana, sua decisão de unir-se em uma Junta de Coordenação Revolucionária.

Este importante passo é produto de uma sentida necessidade, a necessidade de unir nossos povos no terreno da organização, de unificar as forças revolucionárias perante o inimigo imperialista, de realizar com maior eficácia a luta política e ideológica contra o nacionalismo burguês e o reformismo.

Este importante passo é a concretização de uma das principais ideias estratégicas do comandante Che Guevara, herói, símbolo e precursor da revolução

* “A los pueblos de América Latina, declaración constitutiva de la JCR”, *Che Guevara*, órgão da JCR, n. 1, novembro de 1974.

socialista continental. Também é um passo significativo que tende a retomar a tradição fraternal dos nossos povos que souberam se irmanar e lutar como um homem só contra os opressores do século passado, os colonialistas espanhóis.

Nossa luta é anti-imperialista

Os povos do mundo vivem a permanente ameaça do imperialismo mais agressivo e ganancioso que já existiu. Presenciaram, não com indiferença, o genocídio organizado e dirigido pelo imperialismo ianque contra o heroico povo vietnamita. Nesta guerra desigual, cujas chamas ainda não se extinguíram, mostrou-se de corpo inteiro o caráter belicista e aleivososo do imperialismo do norte. Mas, nesta guerra, uma vez mais e em contrapartida, demonstrou-se a fraqueza de seu sistema e mesmo de todo o seu poderio militar perante um povo disposto a lutar e decidido a ser livre a qualquer preço.

Os povos latino-americanos, desde o século passado até os dias de hoje, suportam o pesado jugo colonial ou neocolonial dos imperialistas, e têm sofrido consecutivamente intervenções militares e guerras injustas executadas ou fomentadas pelo Exército norte-americano ou pelos monopólios supranacionais.

Vemos o despojo do México, a ocupação de Porto Rico, a intervenção em São Domingos, vemos praia Girón e muitos acontecimentos bélicos que a nossa América não esquece e nunca perdoará.

E vemos a Shell, a Esso ou a Standard Oil, a United Fruit, a ITT, o dinheiro de Mr. Rockefeller e de Mr. Ford. E vemos a CIA que, com Papy Shelton, Mitrione e Siracusa, deixou marcas indelévels da política avassaladora e prepotente dos Estados Unidos contra o movimento popular na América Latina.

A América Latina marcha para o socialismo

Em 1º de janeiro de 1959, com o triunfo da Revolução Cubana, iniciou-se a marcha final dos povos latino-americanos para o socialismo, para a verdadeira independência nacional, para a felicidade coletiva dos povos.

É a justa e aberta rebelião dos explorados da América Latina contra um bárbaro sistema neocolonial capitalista imposto a partir do final do século passado pelo imperialismo ianque e europeu, que, por meio da força, do engano e da corrupção apossaram-se do nosso continente. As covardes burguesias nativas e seus exércitos não souberam honrar o legado revolucionário libertador da gloriosa luta anticolonial dos nossos povos que, conduzidos por heróis como Bolívar, San Martín, Artigas e tantos outros, conquistaram a independência, a igualdade e a liberdade.

As classes dirigentes, defendendo interesses de grupo mesquinhos, uniram-se aos imperialistas, colaboraram com eles, facilitaram sua penetração

econômica, entregando progressivamente o controle da nossa economia à insaciável voracidade do capital estrangeiro. A dominação econômica gerou o controle e a subordinação política e cultural. Assim foi fundado o sistema capitalista neocolonial que há cem anos explora, oprime e deforma as classes trabalhadoras do nosso continente.

Desde o princípio do século, a classe operária começou a se levantar contra esse sistema, desfraldando a então pouco conhecida bandeira do socialismo, unida de forma indissociável à bandeira da independência nacional, promovendo o despertar dos camponeses, dos estudantes, de toda a parte saudável e revolucionária dos nossos povos. O anarquismo, o socialismo e o comunismo como movimentos organizados da classe operária, com energia e heroísmo, tiveram um papel de vanguarda na mobilização de amplas massas, marcos inesquecíveis de luta revolucionária. O legendário líder nicaraguense Augusto César Sandino, operário metalúrgico, dirigiu em seu pequeno país uma das mais heroicas dessas batalhas, quando seu exército guerrilheiro colocou em xeque e derrotou as tropas intervencionistas norte-americanas em 1932. Nessa década de 1930, nossos povos desenvolveram em todo o continente um formidável auge de massas que colocou em xeque a dominação neocolonial homogeneizada pelo imperialismo ianque, inimigo número um de todos os povos do mundo.

Mas essa formidável mobilização revolucionária de massas não foi coroada pela vitória. A ativa intervenção contrarrevolucionária política e militar, direta e indireta, do imperialismo ianque, unida às deficiências do anarquismo, das correntes socialistas e dos partidos comunistas foram as causas de uma derrota temporária. A maioria dos partidos comunistas, os mais conscientes, consequentes e organizados desse período, caíram no reformismo. Alguns deles, como o heroico e aguerrido Partido Comunista salvadorenho, sofreram cruéis derrotas, com milhares de mártires. Por isso, o impetuoso auge das massas desviou-se do seu caminho revolucionário e caiu sob a influência e direção do nacionalismo burguês, via morta da revolução, recurso inteligente e demagógico que as classes dirigentes encontraram para prolongar com o engano a vigência do sistema capitalista neocolonial.

A partir do formidável triunfo do povo cubano que, sob a hábil e clarividente condução de Fidel Castro e de um grupo de dirigentes marxistas-leninistas, conseguiu derrotar o exército de Batista e estabelecer na ilha de Cuba, nas próprias barbas do imperialismo, o primeiro Estado socialista latino-americano, os povos do continente fortaleceram sua fé revolucionária e iniciaram uma nova e profunda mobilização conjunta.

Com erros e acertos, nossos povos e suas vanguardas lançaram-se com decisão na luta anti-imperialista e pelo socialismo. Na década de 1960

sucederam-se ininterruptamente grandes lutas populares, violentos combates guerrilheiros, poderosas insurreições de massas. A guerra de abril, insurreição geral do povo dominicano, obrigou o imperialismo ianque a intervir diretamente, enviando 300 mil soldados para sufocar com o massacre esse magnífico levante.

A legendária figura do comandante Ernesto Guevara personificou e simbolizou todo esse período de luta, e sua morte heroica, assim como sua vida exemplar e sua clara concepção estratégica marxista-leninista, abre e ilumina o novo auge revolucionário dos nossos povos, que cresce dia a dia em poder e consistência, partindo das fábricas, dos povoados, do campo e das cidades, estendendo-se de forma incontrolável por todo o continente.

É o despertar definitivo dos nossos povos que coloca de pé milhões e milhões de trabalhadores e que se encaminha inexoravelmente para a segunda independência, para a definitiva libertação nacional e social, para a eliminação definitiva do injusto sistema capitalista e o estabelecimento do socialismo revolucionário.

A luta pela direção do movimento de massas

Mas o caminho revolucionário não foi simples nem fácil. Não devemos enfrentar apenas a bárbara força econômica e militar do imperialismo. Inimigos e perigos mais sutis espreitam a cada momento as forças revolucionárias, em seus esforços para realizar com eficácia e vitoriosamente a luta anti-imperialista.

Hoje em dia, dada a situação particular do processo revolucionário continental, devemos nos referir especificamente a duas correntes de pensamento e ação, que conspiram poderosamente contra os esforços revolucionários dos latino-americanos. Elas são: um inimigo, o nacionalismo burguês, e uma concepção errônea no campo popular: o reformismo.

Ambos, às vezes estreitamente unidos, tentam se instalar no núcleo revolucionário dos nossos povos, obter sua direção e impor suas concepções errôneas e interesseiras, que sem dúvida vão terminar detendo e castrando o impulso revolucionário. Por isso, adquire dimensão estratégica a intransigente luta ideológica e política que nós, revolucionários, devemos realizar contra essas correntes, impor-nos a elas, ganhando assim a direção das mais amplas massas, para dotar nossos povos de uma direção revolucionária consequente que os conduza com constância, inteligência e eficiência rumo à vitória final.

O nacionalismo burguês é uma corrente apoiada pelo imperialismo, que a utiliza como variante demagógica para distrair e desviar a luta dos povos quando a violência contrarrevolucionária perde eficácia. Seu núcleo social é constituído pela burguesia pró-imperialista ou por um embrião dela, que

pretende enriquecer sem medida, disputando com a oligarquia e a burguesia tradicional os favores do imperialismo, mediante o truque de se apresentar como bombeiro do incêndio revolucionário, com influência popular e capacidade de negociação ante a mobilização das massas. Em sua política enganosa, manifestam um anti-imperialismo verbal e tentam confundir as massas com sua tese nacionalista preferida: a terceira posição. Mas na verdade não são anti-imperialistas, apoiando mesmo as mais novas e sutis formas de penetração econômica estrangeira.

Em compensação, o reformismo é uma corrente que se abriga no próprio seio do povo trabalhador, refletindo o temor ao enfrentamento de setores pequeno-burgueses e da aristocracia operária. Caracteriza-se por rejeitar na prática a justa e necessária violência revolucionária como método fundamental de luta pelo poder, abandonando assim a concepção marxista da luta de classes. O reformismo difunde entre as massas nocivas ideias pacifistas e liberais, embeleza a burguesia nacional e os exércitos contrarrevolucionários, com os quais constantemente tenta se aliar, exagera a importância da legalidade e do parlamentarismo. Um dos seus argumentos prediletos, o de que é preciso evitar a violência e relacionar-se com a burguesia e com os “militares patriotas” em busca de uma via pacífica que evite derramamento de sangue às massas em seu caminho rumo ao socialismo, é rotunda e dolorosamente refutado pelos fatos. Sempre que o reformismo impôs sua política conciliadora e pacifista, as classes inimigas e seus exércitos executaram os maiores massacres contra o povo. A proximidade da experiência chilena, com mais de 20 mil homens e mulheres trabalhadores assassinados, nos exime de maiores comentários.

Ante o nacionalismo burguês, o reformismo e outras correntes de menor importância, em constante luta ideológica e política com elas, ergue-se o polo armado, o polo revolucionário que dia a dia se consolida no seio das massas, aumentando sua influência, melhorando sua capacidade política e militar, transformando-se cada vez mais em uma opção real rumo à independência nacional e ao socialismo.

Precisamente para contribuir com o fortalecimento desse polo revolucionário em escala continental, as quatro organizações signatárias desta declaração decidiram constituir a presente Junta de Coordenação Revolucionária, em torno da qual, e em cada uma das suas organizações nacionais, chamamos para organizar-se e combater juntos a toda a vanguarda revolucionária operária e popular da América Latina. Isto naturalmente significa que as portas desta Junta de Coordenação estão abertas para as organizações revolucionárias nos diversos países latino-americanos.

A experiência das nossas organizações

O MLN Tupamaros, o Movimento de Esquerda Revolucionário (MIR), o Exército de Libertação Nacional (ELN), o Exército Revolucionário do Povo (ERP), no decorrer de sua luta patriótica e revolucionária, foram compreendendo a necessidade de se unirem, foram afirmando pela própria experiência sua concepção internacionalista, entendendo que ao inimigo imperialista e capitalista que está unido e organizado devemos contrapor a mais férrea e estreita unidade dos nossos povos.

Vinculados pela semelhança das nossas lutas e de nossa linha, as quatro organizações estabelecemos primeiro laços fraternos e, em um processo, passamos a uma troca de experiências, à mútua colaboração cada vez mais ativa, até dar hoje este passo decisivo que acelera a coordenação e colaboração que, sem dúvida, redundará em uma maior eficiência prática na luta encarniçada que nossos povos realizam contra o feroz inimigo comum.

O maior desenvolvimento das nossas organizações, o fortalecimento de sua concepção e prática internacionalistas, permitirá melhor aproveitamento das potencialidades dos nossos povos, até erigir uma poderosa força revolucionária capaz de derrotar definitivamente a reação imperialista-capitalista, aniquilar os exércitos contrarrevolucionários, expulsar o imperialismo ianque e europeu do solo latino-americano, país por país, e iniciar a construção do socialismo em cada um dos nossos países, para chegar no dia de amanhã à mais completa unidade latino-americana.

Não será fácil alcançar esse sagrado objetivo. A crueldade e a força do imperialismo tornará necessário, como vislumbrou o comandante Guevara, realizar uma cruenta e prolongada guerra revolucionária que fará do continente latino-americano o segundo ou o terceiro Vietnã do mundo.

E mais: seguindo o exemplo do heroico povo vietnamita, os trabalhadores latino-americanos saberemos combater sem vacilação, com crescente eficácia, multiplicando em toda a sua intensidade as imbatíveis energias das massas, e esmagar o imperialismo ianque e seus agentes, conquistando assim nossa felicidade e contribuindo poderosamente para a destruição definitiva do principal inimigo da classe operária internacional, do socialismo e de todos os povos do mundo.

Nosso programa

Estamos unidos pela compreensão de que não há outra estratégia viável na América Latina senão a estratégia da guerra revolucionária. Que essa guerra revolucionária é um complexo processo de luta de massas, armado e não armado, pacífico e violento, no qual todas as formas de luta desenvolvem-se

harmoniosamente, convergindo em torno do eixo da luta armada. Que para o desenvolvimento vitorioso de todo o processo de guerra revolucionária é preciso mobilizar todo o povo, sob a direção do proletariado revolucionário. Que a direção proletária da guerra é exercida por um partido de combate marxista-leninista, de caráter proletário, capaz de centralizar e dirigir, unindo em um só e um potente feixe, todos os aspectos da luta popular, garantindo uma direção estratégica justa. Que sob a direção do Partido Proletário é preciso estruturar um poderoso exército popular, núcleo de aço das forças revolucionárias que, desenvolvendo-se de pequeno para grande, intimamente unido às massas e alimentado por elas, se transforme em muro impenetrável que impeça todas as tentativas militares dos reacionários, e tenha condições materiais de garantir o total aniquilamento dos exércitos contrarrevolucionários. Que também é preciso construir uma ampla frente operária e popular de massas, que mobilize todo o povo progressista e revolucionário, os diversos partidos populares, os sindicatos e demais organizações similares, em uma palavra, às mais amplas massas cuja luta é paralela à nossa, convergindo a cada momento e estrategicamente com a ação militar do exército popular e a ação política clandestina do partido proletário.

A resposta deve ser clara, e a única possibilidade de triunfo é a luta armada como principal fator de polarização, agitação e, enfim, da derrota do inimigo. Isto não significa que não serão utilizadas todas as formas de organização e luta possíveis: a legal e a clandestina, a pacífica e a violenta, a econômica e a política, convergindo todas elas com maior eficácia na LUTA ARMADA, de acordo com as particularidades de cada região e país.

O caráter continental da luta está marcado, fundamentalmente, pela presença de um inimigo comum. O imperialismo norte-americano desenvolve uma estratégia internacional para deter a revolução socialista na América Latina. Não é casual a imposição de regimes fascistas nos países em que o movimento das massas em ascensão ameaça a estabilidade do poder das oligarquias. À estratégia internacional do imperialismo corresponde a estratégia continental dos revolucionários.

O caminho a ser percorrido nesta luta não é curto. A burguesia internacional está disposta a impedir por qualquer meio a revolução, mesmo que ela ocorra em apenas um país. Ela possui todos os recursos oficiais e oficiosos, bélicos ou de difusão, para utilizá-los contra o povo. Por isso, em suas primeiras etapas, nossa guerra revolucionária é de desgaste do inimigo, até formar um exército popular que supere em força os do inimigo. Este processo é paulatino, mas paradoxalmente é o caminho mais curto e menos custoso para alcançar os objetivos estratégicos das classes excluídas.

Povo latino-americano: às armas

Vivemos momentos decisivos da nossa história. Conscientes disso, o MLN Tupamaros, o Movimento de Esquerda Revolucionário (MIR), o Exército de Libertação Nacional (ELN) e o Exército Revolucionário do Povo (ERP), chamam os trabalhadores latino-americanos, a classe operária, os camponeses pobres, os pobres da cidade, os estudantes e intelectuais, os cristãos revolucionários e todos os elementos provenientes das classes exploradoras dispostos a colaborar com a justa causa popular a tomar com decisão as armas, a incorporar-se ativamente à luta revolucionária anti-imperialista e pelo socialismo que está sendo realizada em nosso continente, com a bandeira e o exemplo do comandante Guevara.

Vitória ou Morte [ELN]

Pátria ou Morte/Venceremos [MIR]

Vencer ou Morrer pela Argentina [ERP]

Liberdade ou Morte [MLN, Tupamaros]

Junta de Coordenação Revolucionária

Carlos Fonseca Amador *A Frente Sandinista na Nicarágua**

Carlos Fonseca Amador (1936-1976) foi um dos personagens mais significativos da jovem geração marxista nascida à luz da Revolução Cubana. Ainda estudante, aderiu ao Partido Socialista Nicaraguense (comunista), mas logo o abandonou para buscar uma via mais radical. Em 1959, pouco depois do triunfo da revolução em Cuba, toma o caminho da guerrilha e é ferido gravemente em um combate contra as tropas de Somoza. Em 1962, é um dos fundadores da Frente Sandinista de Libertação Nacional, que tenta reacender a chama da guerrilha camponesa de Sandino contra o imperialismo norte-americano e seus agentes nicaraguenses. Tornou-se o principal ideólogo e dirigente da FSLN, e foi assassinado pela Guarda Nacional somozista em 1976. Publicamos aqui alguns trechos de um texto de 1969, que apresenta duas características importantes, nem sempre encontradas na corrente castrista: uma crítica explícita do passado e do presente do movimento comunista tradicional, e uma afirmação clara do caráter simultaneamente democrático e socialista da revolução na Nicarágua.

De 1926 a 1936, o povo da Nicarágua viveu um dos períodos mais intensos de sua história. Mais de 20 mil mortos produziu a luta armada, mediante a qual o povo batalhou por mudanças. Foi uma luta iniciada contra o governo conservador imposto pelos norte-americanos, passou pela resistência sandinista e concluiu-se com o golpe militar de Anastacio Somoza contra Juan B. Sacasa.

A luta foi realizada sem a existência de um proletariado industrial. A incipiente burguesia traiu o povo nicaraguense e entregou-se à intervenção ianque. A burguesia não pôde ser substituída, em seu papel de vanguarda, por um proletariado revolucionário. A resistência sandinista, que se transformou na heroica vanguarda do povo, era composta quase que exclusivamente por camponeses, e justamente neste detalhe reside a glória e a tragédia daquele movimento revolucionário. Foi uma glória para o povo da Nicarágua que a classe mais humilde respondesse pela honra maculada da pátria e, ao mesmo tempo, foi uma tragédia, porque se tratava de um campesinato sem nenhum nível político. Além disso, vários chefes de importantes colunas guerrilheiras não conheciam letra alguma. Por isso, após o assassinato de Sandino, seu movimento não pôde ter continuidade.

* Carlos Fonseca Amador, "Nicaragua Hora H", *Tricontinental*, n. 14, Havana, setembro-outubro de 1969, p. 32-33, 40-41.

A prolongada luta armada, que terminou em traição e frustração, provocou um esgotamento da força popular. O setor liderado por Anastacio Somoza obteve a hegemonia sobre o partido liberal tradicional, enquanto a oposição ao governo de Somoza passava a ser dominada pelo partido conservador tradicional, força política reacionária e profundamente enfraquecida, porque nos anos 1930 ainda estava fresca na memória do povo a rendição aos intervencionistas ianques feita por esse partido.

Um fator importante que também contribuiu para interromper a luta anti-imperialista foi a situação provocada pela Segunda Guerra Mundial, que concentrou o foco da reação mundial na Europa e na Ásia. O imperialismo ianque, inimigo tradicional do povo nicaraguense, transformou-se em um aliado da frente mundial antifascista. A falta de uma direção revolucionária na Nicarágua impediu que esta realidade fosse interpretada corretamente, e Somoza se aproveitou da situação para consolidar o domínio de sua camarilha.

Surgimento do velho setor marxista

Durante longos anos, a influência do setor marxista na oposição ao regime de Somoza foi extremamente fraca. A oposição antissomozista esteve sob a hegemonia quase total do setor conservador, força política representante dos interesses de um setor da classe capitalista. Uma das causas que contribuíram para enfraquecer o setor marxista surgiu das condições em que foi constituído o Partido Socialista Nicaraguense (organização comunista tradicional da Nicarágua). Essa organização nasceu em junho de 1944, quando a Segunda Guerra Mundial ainda não terminara, em uma época em que estava em pleno vigor a tese de Earl Browder, secretário do Partido Comunista dos Estados Unidos, que propugnou a conciliação com a classe capitalista e com o imperialismo norte-americano na América Latina.

Naqueles anos, o movimento operário nicaraguense era integrado basicamente por artesãos, e esta foi a base para se incorrer em desvios antiope-rários. Paralelamente, a própria direção do Partido Socialista tinha origem no artesanato e não raízes proletárias, como demagogicamente se afirma no Partido Socialista Nicaraguense. Tratava-se de uma direção que padecia de um baixíssimo nível ideológico.

Durante muitos anos, o intelectual revolucionário foi uma exceção na Nicarágua. Os intelectuais radicais e livre-pensadores dos anos da intervenção armada dos Estados Unidos, que como classe representavam a burguesia que acabou claudicando, não puderam ser substituídos por intelectuais identificados com a classe operária, pelos motivos anteriormente expostos. Assim, o movimento intelectual na Nicarágua passou a ser monopólio de elementos católicos,

que durante certo período chegaram mesmo a se identificar abertamente com o fascismo. Desse modo, permaneceu fechada para o movimento revolucionário a porta do pensamento.

O Partido Socialista Nicaraguense nasceu em uma reunião que pretendia proclamar apoio ao governo de Somoza. Isto aconteceu no dia 3 de julho de 1944 no estádio de Manágua, e para ser rigorosamente objetivo é preciso explicar esse gravíssimo erro, não como produto da simples má-fé dos dirigentes, mas levando em conta os fatores que o provocaram. A direção marxista não manteve a serenidade devida ante a hegemonia do setor conservador sobre o movimento antissomozista; não soube distinguir entre a correção da oposição antissomozista e as manobras do setor conservador.

Depois de Somoza ter utilizado a seu favor o setor pseudomarxista, começou uma perseguição contra o movimento operário que, devido às cômodas condições em que nascera, não soube se defender com a firmeza própria dos revolucionários. [...]

A Frente Sandinista de Libertação Nacional considera que, atualmente e durante certo tempo, a Nicarágua atravessará uma etapa em que uma força política radical vai adquirindo sua fisionomia. Assim, neste momento é preciso enfatizar que nosso magno objetivo é a revolução socialista, uma revolução que se propõe a derrotar o imperialismo ianque, seus agentes locais, os falsos opositores e os falsos revolucionários. Esta propaganda, com o respaldo consequente da ação armada, permitirá que a Frente obtenha o apoio de um setor das massas populares consciente de toda a profundidade da luta que realizamos.

A força representada pelos partidos capitalistas, devido à influência que ainda exercem sobre a oposição, deve ser levada em conta para traçar a estratégia do movimento revolucionário. É preciso ficar alerta contra o perigo de que a insurreição revolucionária sirva de alavanca para a força reacionária da oposição ao regime somozista. O movimento revolucionário tem duas metas. Por um lado, derrotar a camarilha criminoso e traidora que usurpa o poder há muitos anos e, por outro, impedir que a força capitalista de oposição, comprovadamente submissa ao imperialismo ianque, aproveite a situação desencadeada pela luta guerrilheira e se aposses do poder. Para impedir este objetivo das forças capitalistas traidoras, uma força revolucionária, política e militar, enraizada em um amplo setor do povo, desempenhará um papel singular. Esse enraizamento depende da capacidade que se tiver para extirpar desse setor a influência liberal e conservadora.

De acordo com a atitude assumida pelo conjunto do povo ante os velhos partidos que hoje adotam uma direção capitalista, mais adiante determinaremos a política a ser seguida.

Quanto à situação do Partido Socialista Nicaraguense, pode-se afirmar que as mudanças ocorridas na direção dessa organização política são apenas

formais. A antiga direção ilude-se com relação ao setor conservador, e clama pela construção de uma frente política, na qual estes agentes do imperialismo terão seu lugar. A chamada nova direção atualmente justifica o fato de ter patrocinado a farsa eleitoral de 1967, apoiando a candidatura pseudo-opositora do político conservador Fernando Aguero. Assim como a velha direção, a chamada “nova direção” fala de luta armada, mas na prática concentra suas energias no trabalho burocrático.

As avaliações anteriores não estão em contradição com a possibilidade de desenvolver certa unidade do setor antissomozista em geral. Mas se trata de uma unidade pela base, com os setores mais honestos das diversas tendências antissomozistas. Isso ficou mais facilitado pelo aumento de prestígio da Frente Sandinista de Libertação Nacional e pelo crescente desprestígio relacionado ao fracionamento da direção dos partidos capitalistas e similares.

A Frente Sandinista de Libertação Nacional compreende que o caminho guerrilheiro é muito duro, porém não está disposta a recuar. Sabemos que enfrentamos uma sanguinária força armada reacionária como a Guarda Nacional, a feroz GN, que mantém intactas as práticas cruéis ensinadas pelos seus criadores, a infantaria da Marinha dos Estados Unidos. Bombardeios de aldeias, degola de crianças, violação de mulheres, incêndio de choças com camponeses em seu interior, a mutilação como tortura, foram as disciplinas que os professores norte-americanos de civilização ministraram à GN no período da resistência guerrilheira (1927-1932), liderada por Augusto César Sandino.

A frustração posterior ao período da resistência sandinista não vai se repetir hoje. Agora os tempos são outros. Os dias atuais não são como aqueles em que Sandino e seus irmãos guerrilheiros batiam-se solitários contra o império ianque. Hoje, os revolucionários de todos os países subjugados lançam-se ou se preparam para iniciar a batalha contra o império do dólar. O ponto culminante dessa batalha é o indômito Vietnã, que com seu exemplo de heroísmo repele a agressão das bestas loiras [...].

Cumpriremos fielmente nosso juramento:

Ante a imagem de Augusto César Sandino e Ernesto Che Guevara, ante a recordação dos heróis e mártires da Nicarágua, da América Latina e de toda a humanidade, ante a história, coloco minha mão sobre a bandeira vermelha e preta que significa “Pátria Livre ou Morrer”, e juro defender com as armas na mão o decoro nacional e combater pela redenção dos oprimidos e explorados da Nicarágua e do mundo. Se cumpro este juramento, a libertação da Nicarágua e de todos os povos será um prêmio; se o traio, a morte vergonhosa e a ignomínia serão meu castigo.

*Comunicado da Frente Sandinista da Nicarágua**

Em 1975, a Frente Sandinista de Libertação Nacional havia se dividido em três tendências: 1) a tendência proletária, que insistia na importância da implantação na classe operária, como força social hegemônica, da luta revolucionária contra o regime de Somoza; 2) a tendência guerra popular prolongada e 3) a tendência insurrecional (majoritária na Frente). Em dezembro de 1978, às vésperas do movimento insurrecional popular, as três tendências unificaram-se em uma plataforma comum que publicamos aqui.

Irmãos nicaraguenses:

A FSLN-GPP, a FSLN-PROLETÁRIA, e o Estado-Maior da Resistência Urbana-FSLN-INSURRECIONAL decidimos unir nossas forças políticas e militares para garantir que a luta heroica de nosso povo não seja enganada pelas manobras do imperialismo ianque e dos setores traidores da burguesia local. Uniremos nossas forças para impulsionar a luta armada revolucionária até que a ditadura militar somozista seja definitivamente derrubada e se instaure na nossa pátria um regime autenticamente democrático que garanta a soberania nacional e o progresso socioeconômico do nosso povo trabalhador. A Unidade Sandinista que hoje nos comprometemos a reforçar cada dia mais será a indiscutível garantia da vitória popular.

Todas as forças revolucionárias da Frente Sandinista, unidas em nossa ineludível vontade de conquistar com o nosso povo um futuro de liberdade e progresso social, declaramos:

1. Que rejeitamos a mediação imperialista, que não passa de uma grosseira manobra intervencionista mediante a qual o imperialismo ianque tenta iludir as aspirações revolucionárias do povo nicaraguense, implantando um regime reacionário e sujeito a seus desígnios, um somozismo sem Somoza. Advertimos que nos oporemos de forma intransigente à intervenção imperialista, levantando contra ela os fuzis revolucionários.

2. Que, ante a claudicação covarde de qualquer setor da oposição burguesa, a Frente Sandinista continuará a guerra revolucionária em defesa da liberdade do nosso povo e da soberania da nossa pátria. O plebiscito proposto pela Comissão Mediadora não passa de uma artimanha que leva ao pacto e à traição.

* Comunicado del FSLN al Pueblo de Nicaragua, 9 de dezembro de 1978.

A destruição da ditadura pela via revolucionária e a dissolução da Guarda Nacional são condições indispensáveis para uma verdadeira democracia. Por estes objetivos lutaremos até o fim com as armas na mão.

3. Que apoiaremos decididamente uma solução patriótica, nacional e democrática para a crise do país, cujas principais vítimas são as massas trabalhadoras. Por este motivo, respaldamos as reivindicações apresentadas no programa do MPU e consideramos que constituem as bases mínimas para que o país possa seguir um caminho de paz e progresso. Fazemos uma convocação a todas as forças democráticas, a todos os que rejeitam a intromissão do imperialismo ianque em nossos assuntos internos, a todos os nicaraguenses honestos e patrióticos, para fortalecer o MPU e forjar a unidade de toda a nação contra a ditadura somozista e em defesa da nossa soberania nacional.

Viva a Unidade Sandinista!

Fortaleçamos o MPU!

Construamos a Unidade Nacional!

Desenvolvamos a luta guerrilheira e marchemos para a insurreição!

Pelo destruição revolucionária da ditadura!

Pátria Livre ou Morrer

Direção Nacional da Frente Sandinista de
Libertação Nacional (FSLN) –
Tendência Guerra Popular Prolongada

Comissão Política da Frente Sandinista de
Libertação Nacional (FSLN) – Tendência Proletária

Estado-Maior da Resistência Urbana da Frente Sandinista de
Libertação Nacional (FSLN) – Tendência Insurrecional

Em algum lugar da Nicarágua,
9 de dezembro de 1978.

*O programa sandinista para os camponeses da Nicarágua**

Algumas semanas depois do triunfo da Revolução Sandinista na Nicarágua, Jaime Wheelock, novo ministro da Reforma Agrária, concedeu uma entrevista ao jornal trotskista *Perspectiva Mundial*, na qual faz uma breve análise da estrutura agrária do país e apresenta o programa agrário do novo regime. De 1975 a 1978, Jaime Wheelock foi um dos principais dirigentes da tendência proletária da FSLN, que pregava uma estratégia de revolução socialista e anti-imperialista para a Nicarágua.

Para começar, você poderia descrever um pouco a estrutura da produção agrícola sob a ditadura nos últimos anos?

– Do ponto de vista do destino da produção e da tecnologia, tínhamos dois tipos de produção básica. A produção interna de grãos básicos e de pecuária, digamos, ociosa, e a produção destinada à exportação. A maior parte desta produção era manejada em função de relações de produção, mediante as quais os trabalhadores permaneciam ociosos a maior parte do tempo, isto é, são culturas sazonais. E, ao mesmo tempo, esta produção era destinada a cobrir fundamentalmente as necessidades de uma camada muito reduzida de proprietários, ou seja, práticas latifundiárias da terra.

Existem cerca de 300 mil *manzanas*¹ de algodão; 150 mil, de café; pecuária intensiva, umas 200 mil reses para carne e uma boa parte também para leite; produção de açúcar, havia umas 20 e tantas mil *manzanas* controladas pelas duas famílias, Somoza e Pelas. E depois o tabaco e o arroz, controlados fundamentalmente pelo somozismo. Ao mesmo tempo que encontramos uma produção para o consumo interno, também nos deparamos com um setor altamente latifundiário e capitalista e um setor de camponeses pobres e camponeses médios.

Destas terras cultiváveis, 40% ou 60% eram controladas pela família Somoza. Se acrescentarmos o resto dos somozistas, poderíamos chegar aos 70%. Quanto ao resto, havia uns 60 mil camponeses com pouca terra e uns 100 mil camponeses que estavam trabalhando de uma forma mista, vivendo do trabalho assalariado misto, trabalho assalariado e trabalho camponês pobre.

É claro que muitos trabalhadores, inclusive camponeses médios com unidades familiares, enquanto não chegava o momento da colheita, dedicavam-se à sementeira ou corte. Só no caso do algodão, havia mais de 250 mil trabalhadores agrícolas no momento da colheita. No caso do café cerca de 150 mil homens são necessários nesse período. No caso do açúcar, uns 15

* “La reforma agraria en marcha: el programa sandinista para los campesinos de Nicaragua”, *Perspectiva Mundial*, v. 3, n. 16, 3 de setembro de 1979.

¹ Unidade de medida de terra em alguns países da América Central. (N.T.)

mil trabalhadores, ou seja, tudo isso é uma massa proletária, mas uma massa proletária sazonal, flutuante.

O que aconteceu então? A prática capitalista de exploração extensiva e, ao mesmo tempo, as práticas extensivas ociosas da velha oligarquia foram expulsando os pequenos produtores, os pequenos camponeses. E no caso, por exemplo, da produção capitalista de Chinandega, quase toda a terra está coberta por fazendas açucareiras, algodoeiras ou que produzem banana, e a massa camponesa foi expulsa de sua terra. Tem uma vida miserável no campo, ou seja, este fenômeno que existe nas cidades, de marginalidade, de bairros marginais. Isso ocorre no campo. Isso é incrível, você se depara com vidas marginais no *campo*, como se alguém os tivesse expulso da cidade, digamos, mas não, é um fenômeno diferente, é uma redução, uma asfixia pela terra.

No caso das cidades ocorreu o fenômeno oposto. Alguns camponeses expulsos da terra foram para as cidades, para a periferia, e formaram os bairros periféricos. Outros camponeses do setor de Chinandega estavam quase no mar, isto é, eles foram deslocados até quase serem jogados no mar, vivendo da pesca.

Que medidas vocês estão tomando para resolver este terrível problema?

– Aqui na Nicarágua temos diferentes tipos de situação agrícola. Temos os camponeses pobres dos departamentos do norte, onde não há estradas, não há infra-estrutura e a terra, apesar de ser uma necessidade urgente, apesar de haver certa disponibilidade de terra, essas terras são improdutivas. Nesses lugares pretendemos fazer um programa de alargamento da área territorial dos camponeses, combinada com assistência técnica e trabalho de infraestrutura.

Por outro lado, aqui no setor de Valle de Manágua, Masaya e Carazo, onde temos a velha comunidade indígena e camponesa, que também foi sendo asfixiada pelo avanço latifundiário, temos unifundismo produtor de grãos mas bastante forte, bastante numeroso, uma camada forte de unifundismo no centro do país. Queremos resolver o problema da terra entregando terra aos camponeses. Tanto no norte como no caso daqui, vamos entregar terras.

Mas em outros setores, por exemplo, León, Chinandega, Rivas, não queremos entregar terras. Vamos construir grandes empresas estatais que sejam ao mesmo tempo base de impulso do desenvolvimento econômico e social da região, e uma base para o aprofundamento deste processo. Ou seja, queremos em alguns casos resolver o problema do camponês pobre sem terra, com terras; em outros casos, vamos resolver o problema do trabalhador agrícola incorporando-o à produção e dando-lhe trabalho estável durante todo o ano, além de grandes benefícios econômicos e sociais. E

caso encontremos sistemas de produção com indígenas remanescentes, vamos entregar a terra ao indígena, não como produtor individual mas para a coletividade indígena. Uma quantidade suficiente para que eles possam desenvolver sua vida e sua produção.

Que tipo de administração foi proposta para este tipo de grande empresa estatal?

– Já falei do problema do desenvolvimento econômico e social. Vamos criar grandes empresas, uma sociedade de produção na qual os trabalhadores vão participar da gestão e das decisões fundamentais da empresa. Mas também uma boa parte do produto de cada empresa será integrado ao desenvolvimento social, educação, saúde, moradia etc. desses trabalhadores e de toda a região.

Por exemplo, no caso de Rivas, lá temos um grande engenho que se chama Dolores. Ele tem uma grande produção. Com a produção desse engenho, é provável que possamos resolver a falta de hospitais em todo o departamento de Rivas. Os trabalhadores têm de saber disso. Esta é a consciência que queremos infundir no trabalhador. Que saibam que eles, com sua produção, resolveram o problema hospitalar de todo o departamento de Rivas, apesar de que nós também vamos dar moradia a esses trabalhadores, vamos oferecer-lhes programas de educação, de alfabetização, e ao mesmo tempo vamos incorporá-los socialmente como homens à produção e às decisões da empresa e de toda a sociedade.

Houve um artigo no jornal Barricada, há alguns dias, que informou que uns camponeses, acho que de León, exigiam armas para defender sua nova situação. Este processo de milícias camponesas está sendo estimulado?

– Sim. De fato, *já existem* milícias camponesas, elas foram forjadas durante a guerra. No nosso Exército há uma boa composição do campesinato.

Outra pergunta, relacionada ao papel dos camponeses na luta contra Somoza, na insurreição.

– Olhe, há muitos anos o campesinato participa diretamente da luta por democracia e liberdade, pelo progresso na Nicarágua. Isto vem da época do general Sandino. Os camponeses foram a força numérica mais importante dessa luta de libertação nacional. Mas também nesta nova etapa, os primeiros núcleos da Frente Sandinista cresceram nas montanhas com o apoio do campesinato, e até aqui esta foi a camada mais golpeada pela repressão.

Para citar só um exemplo, porque existem muitos, basta recordar a repressão brutal, a escalada repressiva lançada por Somoza nos anos 1975-76 contra os camponeses do norte. Algumas aldeias, como Barial, Boca de Lulu, Sofana,

foram completamente destruídas. Milhares de camponeses foram sacrificados pelos bandos somozistas. No entanto, o campesinato sempre participou da atividade combativa e patriótica.

Por isso, temos um grande compromisso com o campesinato. Além disso, o camponês é promotor desta revolução e é seu primeiro beneficiário. E, claro, também terá de trabalhar para consolidar sua revolução.

EGP da Guatemala *A revolução e os indígenas**

Os anos 1960 se encerraram com a derrota de um longo período de luta guerrilheira na Guatemala, com a destruição das principais colunas das FAR (Forças Armadas Revolucionárias) e do MR-13 (Movimento Revolucionário 13 de junho), e com a morte dos seus principais dirigentes (Turcios Lima, Yon Sosa). Em 1973, alguns sobreviventes destes dois grupos uniram-se para constituir o EGP, Exército Guerrilheiro dos Pobres, que em poucos anos se torna a principal organização revolucionária do país. Progressivamente, surgem outros grupos político-militares: as FAR reconstituídas e a ORPA (Organização Revolucionária do Povo Armado). As três organizações armadas constituíram recentemente uma Coordenação Unitária, que também inclui a esquerda do PGT (Partido Guatemalteco do Trabalho, o partido comunista tradicional). Paralelamente, desenvolveu-se um processo de mobilização popular, sob a direção do CENUS (Conselho Nacional de Unidade Sindical) e da Frente Democrática contra a Repressão, no qual estão envolvidos os principais sindicatos de trabalhadores, associações camponesas, de professores, estudantes etc. A Frente Democrática solidariza-se com os objetivos pelos quais lutam as organizações político-militares. Publicamos aqui alguns trechos do *Manifesto* do EGP, de outubro de 1979, que se referem à questão indígena na Guatemala. Já nos anos 1960, um dirigente das FAR, Ricardo Ramírez, em sua valiosa obra *Cartas del frente guatemalteco*, havia ressaltado a importância dos indígenas para o processo revolucionário. O EGP retoma esta temática e destaca a necessidade de uma solução socialista-revolucionária para o problema.

O problema étnico-nacional e a revolução

Com tudo de comum que existe, estrutural e geopoliticamente, entre os países centro-americanos, a Guatemala tem uma peculiaridade que a distingue do resto. Um fator que, sem determinar mudanças essenciais na dinâmica do processo social, da luta de classes e da luta revolucionária, introduz um elemento distintivo, que é ao mesmo tempo uma necessidade adicional de transformação revolucionária no nosso país.

Trata-se do problema nacional étnico. Na Guatemala, a maioria da população, 60% do total, pertence a 22 grupos de minorias étnicas,

* EGP de Guatemala, *Manifesto Internacional*, outubro de 1979, p. 27-29, 35-36.

indígenas que, em conjunto, constituem a maioria dos guatemaltecos, a maioria dos donos da pátria.

Estes 60% de guatemaltecos permaneceram marginalizados, discriminados e oprimidos desde a época colonial até os dias de hoje. Neles sintetiza-se a máxima opressão e a máxima exploração, pois também são eles os que contribuem com a maior parte da mão de obra barata e formam a maior proporção do proletariado.

Em algumas regiões, foram relegados aos lugares mais longínquos, inóspitos e pobres, não podendo usufruir das vantagens nem das desvantagens dos serviços do poder estatal e das instituições das classes dominantes. Também existem grandes problemas de comunicação, de contato e de intercâmbio, econômico, social e cultural.

Nestas condições, não é possível falar na Guatemala da existência de uma nacionalidade integrada. Os opressores dos indígenas guatemaltecos, os de antes e os de agora, acreditaram erroneamente que a servidão, a exploração ou a marginalização afetariam o espírito de resistência dos povos maia-quíché e que suas características sociais e culturais desapareceriam com o tempo e finalmente seriam absorvidas e digeridas pelo sistema. Erro profundo e fatal; essas condições acumularam e fortaleceram os fatores de identidade própria dos povos indígenas, e a acumulação de sua surda rebeldia tem aumentado, de tal maneira que sua magnitude atual não pode mais ser ignorada, como fator catalisador, tendo se transformado, por outro lado, em um elemento decisivo para o futuro de nosso país.

As minorias étnicas guatemaltecas não podem dirigir e construir livremente seu desenvolvimento cultural, não podem gozar do seu legítimo direito de participar na condução da pátria e de participar da configuração de sua fisionomia social e cultural, em um país em que o sistema de produção e o desenvolvimento estão determinados pelas leis da exploração de classes e da opressão de raças e culturas.

Por estes motivos, nenhuma mudança parcial realizada na sociedade guatemalteca, ou em seu regime, eliminará estas diferenças que transformam a maioria da população em uma massa subjugada. A história comprovou que o capitalismo não pode resolver estes problemas, porque sua própria dinâmica de dominação de classes leva-o a incorporar a opressão nacional aos seus mecanismos. A libertação verdadeira e total dos grupos nacionais e oprimidos não pode ocorrer no contexto de uma sociedade dividida em classes: exploradoras e exploradas.

Só no socialismo, que elimina as fronteiras da exploração e da divisão de classes, os indígenas guatemaltecos poderão fazer parte da comunidade nacional e cultural sem perder sua identidade, pois então o fator de coesão dos componentes da nacionalidade guatemalteca será um interesse comum, e

não o domínio de uns sobre os outros. A comunidade dos guatemaltecos não estará determinada pela submissão de todos a um mesmo destino desigual, mas determinada pela convivência comum de um mesmo destino conjunto, em uma mecânica de recíproca comunicação, interação e inter-influência. Só nestas condições poderemos falar da nação guatemalteca. E este imperativo social constitui, junto com a luta de classes, o impulso essencial da revolução guatemalteca. [...]

- Não poderá haver na Guatemala um triunfo revolucionário se este não transformar as estruturas e as instituições que refletem basicamente as necessidades e os interesses concretos e históricos da classe operária e dos demais setores populares da Guatemala.
- Não poderá haver triunfo revolucionário na Guatemala se este não implicar o desaparecimento da opressão étnico-cultural, a incorporação dos povos indígenas à plenitude dos direitos econômicos, políticos e sociais, e a constituição de um contexto de convivência nacional sem desigualdades, comum e conjunto com a população mestiça.
- O desenvolvimento histórico e econômico-social de nosso país, a conjunção de fatores arcaicos e modernos, na atual conjuntura mundial, determinam um entrelaçamento das tarefas revolucionárias, democráticas e socialistas, impossível de deslindar e desligar como conjunto. A revolução guatemalteca terá de abordar essa problemática global. Disso deriva seu conteúdo.
- A localização geográfica da Guatemala e o atual grau de desenvolvimento do campo socialista explicam e determinam que o triunfo revolucionário na Guatemala inicie uma etapa de transição obrigatória entre ambos os sistemas, do capitalismo ao socialismo, que persistirá enquanto o socialismo, como sistema global, não obtenha uma correlação de forças decisiva em seu favor.
- O fim do *status* de país dependente do imperialismo e a instauração de um poder popular revolucionário constituem as bases iniciais desse período de transição.

Coordenadora Revolucionária de Massas de El Salvador

*Programa do Governo Democrático Revolucionário**

Nos anos 1979-80, El Salvador passa por uma intensificação e aprofundamento dos enfrentamentos de classe; a troca do regime militar do general Romero por uma Junta Cívico-Militar, por meio do golpe de Estado de 15 de outubro de 1979, não modificou a situação de crise pré-revolucionária. No início de 1980, ocorre uma aproximação entre as principais organizações populares: os três grupos guerrilheiros (ELP Farabundo Martí, Resistência Nacional e ERP) e o Partido Comunista de El Salvador. Em fevereiro do mesmo ano é realizado um acordo entre as frentes de massas vinculadas a essas organizações, que reúnem os principais sindicatos e associações operárias, camponeses, estudantis etc., o BPR, o FAPU, as LP-28 e a UDN. Desse acordo nasce a Coordenadora Revolucionária de Massas, de cujo programa publicamos aqui os trechos mais significativos. Poucos meses depois, a maioria dos dirigentes da Coordenadora foi assassinada pelo Exército e as organizações guerrilheiras se unificavam na Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN).

As estruturas econômicas e sociais de nosso país, que garantiram o enriquecimento desmedido de uma minoria oligárquica e a exploração do nosso povo pelo imperialismo ianque, encontram-se em uma crise profunda e inevitável.

Também estão em crise a ditadura militar, todo o ordenamento jurídico e a ideologia que defendeu e defende os interesses oligárquicos e imperialistas americanos, oprimindo e submetendo o povo salvadorenho durante meio século. As fileiras dessas classes dominantes racharam e as tentativas fascistas e reformistas para superar a crise fracassaram, vítimas de suas próprias contradições e atingidas pela decidida e heroica ação do movimento popular. Este fracasso não pôde ser impedido nem mesmo pela cada vez mais descarada intervenção norte-americana para respaldar esses projetos antipopulares.

O fiel apego das organizações revolucionárias aos interesses e aspirações do povo salvadorenho tem permitido que, de forma indissolúvel, suas raízes se fortaleçam e aprofundem entre as grandes maiorias trabalhadoras e nas camadas médias. O movimento revolucionário, profundamente enraizado no povo, agora é indestrutível, e constitui a única alternativa para o povo salvadorenho, que não poderá ser detido nem desviado de sua luta para conquistar uma pátria livre, na qual seus anseios vitais possam se realizar.

* *Plataforma programática del Gobierno Democrático Revolucionario*. El Salvador, fevereiro de 1980, em *Combate*, Suécia, n. 55-56, março-abril de 1980, p. 5-7.

A crise econômica e política das classes dominantes, por um lado, e a força do movimento popular, fator político decisivo em nosso país, por outro, deram origem a um processo revolucionário e a condições da tomada do poder pelo povo.

A transformação revolucionária da nossa sociedade, até agora sujeita à injustiça, ao entreguismo e ao saque, hoje é uma realidade possível e próxima. Só por meio dela nosso povo conquistará e garantirá as liberdades e os direitos democráticos que lhe têm sido negados. Só a revolução resolverá o problema agrário, gerando para as massas camponesas e para os assalariados agrícolas condições materiais e espirituais de vida favoráveis à imensa maioria de nossa população, que hoje se encontra imersa na miséria, no atraso cultural e na marginalidade. A revolução conquistará a verdadeira independência política do nosso país, dando ao povo salvadorenho o direito de determinar livremente seu destino e de alcançar a independência econômica real.

Por isso, esta revolução é popular, democrática, antioligárquica e busca conquistar a efetiva e verdadeira independência nacional. Só a vitória revolucionária deterá a repressão criminoso e fará com que o povo conquiste a paz que hoje não existe; uma paz sólida, baseada na liberdade, na justiça social e na independência nacional.

Esta revolução que está em marcha não é – nem poderia ser – obra de um grupo de conspiradores; ao contrário, é fruto da luta de todo o povo, isto é, dos operários, dos camponeses, das camadas médias em geral e de todos os setores e pessoas honestamente democráticas e patrióticas.

Os setores mais conscientes e organizados do povo salvadorenho, que já são uma multidão, combatem cada vez mais unidos. Por sua disposição de combate, seu grau de consciência, decisão e organização, e por seu espírito de sacrifício em prol do triunfo popular, a aliança de operários e camponeses confirmou ser o mais firme alicerce para garantir a coerência e a firmeza do movimento rumo à libertação, no qual se unem – como expressão da unidade de todo o povo – as forças revolucionárias e as democráticas, as duas grandes correntes geradas pela longa luta realizada pelo povo salvadorenho.

A tarefa decisiva da revolução, da qual depende o cumprimento de todas as tarefas e objetivos, *é a conquista do poder e a instauração de um Governo Democrático Revolucionário que empreenda, à frente do povo, a construção de uma nova sociedade.*

Tarefas e objetivos da revolução

As tarefas e objetivos da revolução em El Salvador são os seguintes:

1. Derrubar a ditadura militar reacionária da oligarquia e do imperialismo

ianque, imposta e sustentada contra a vontade do povo salvadorenho há 50 anos; destruir sua criminosa maquinaria político-militar e estabelecer o *Governo Democrático Revolucionário*, baseado na unidade das forças revolucionárias e democráticas, no exército popular e no povo salvadorenho.

2. Acabar com o poder e o domínio político, econômico e social em geral dos grandes senhores do capital e da terra.

3. Acabar definitivamente com a dependência econômica, política e militar do nosso país com relação ao imperialismo ianque.

4. Garantir os direitos e liberdades democráticos para todo o povo, especialmente para as massas trabalhadoras, que menos os desfrutaram.

5. Transferir para o povo, mediante a nacionalização e a criação de empresas coletivas e associativas, os meios de produção e distribuição fundamentais, açambarcados atualmente pela oligarquia e pelos monopólios americanos: a terra em poder dos grandes latifundiários, as empresas produtoras e distribuidoras de eletricidade, a refinação de petróleo, as empresas industriais, comerciais e de serviços monopolistas, o comércio exterior, o sistema bancário e as grandes empresas de transporte. Tudo isso sem afetar os pequenos e médios empresários privados, aos quais serão dados estímulo e apoio, em todo sentido, nos diversos ramos da economia nacional.

6. Elevar o nível material e cultural de vida da população.

7. Criar o novo Exército do nosso país, que surgirá fundamentalmente do exército popular construído no decorrer do processo revolucionário, ao qual poderão se incorporar os elementos sãos, patrióticos e dignos que pertencem ao atual Exército.

8. Impulsionar a organização popular em todos os níveis, setores e formas, para garantir sua incorporação ativa, criadora e democrática ao processo revolucionário e conseguir a mais estreita identificação entre o povo e seu governo.]

9. Orientar a política externa e as relações internacionais do nosso país pelos princípios da independência e da autodeterminação, da solidariedade, da convivência pacífica, da igualdade de direitos e do respeito mútuo entre os Estados.

10. Com tudo isso, assegurar em nosso país a paz, a liberdade, o bem-estar do povo e o progresso social posterior. [...]

As forças populares e democráticas opinam unanimemente que só com a realização das medidas apresentadas nesta plataforma será resolvida a profunda crise estrutural e política de nosso país, em benefício do povo salvadorenho.

Só a oligarquia, o imperialismo americano e os que servem aos seus interesses antipatrióticos se opõem e conspiram contra estas mudanças. A partir de 15 de outubro de 1979, diversos partidos e setores governistas têm tentado em vão colocar em prática uma grande parte das medidas que propomos, sem derrotar primeiro o velho poder reacionário e repressivo, e sem instaurar um poder verdadeiramente revolucionário e popular. Tal experiência confirmou com toda clareza que esta obra transformadora só pode ser realizada pelo movimento revolucionário unido, aliado a todas as forças democráticas.

Está chegando a hora desta histórica vitória libertadora, pela qual todo o povo salvadorenho tem lutado e derramado heroicamente tanto sangue. Nada nem ninguém poderá impedi-la.

Pela unidade das forças revolucionárias e democráticas!

Rumo à conquista do governo democrático revolucionário!

Coordenadora Revolucionária de Massas

Pela Direção Executiva do Bloco Popular Revolucionário – BPR –

Juan Chacón, Secretário-geral

Julio Flores, Secretário de Organização

Pelo Comitê Coordenador Nacional CCN do FAPU –

Héctor Recinos, José Napoleón Rodríguez Ruiz

Pela Comissão Política Nacional das Ligas Populares 28 de Febrero –

Leoncio Pichente

Pelo Comitê Coordenador Nacional da União Democrática Nacionalista – UDN –

Manuel Franco.

San Salvador, El Salvador C. A., 23 de fevereiro de 1980.

III. Teoria da Dependência

André Gunder Frank

*O inimigo imediato**

É provável que, entre todos os pesquisadores marxistas da América Latina, Gunder Frank tenha sido aquele cuja obra causou o maior impacto político na esquerda revolucionária, e despertou as polêmicas e debates mais apaixonados. Em sua primeira grande obra, *Capitalisme et sous-développement en Amérique Latine* (1967), ele contrapõe à teoria do feudalismo (defendida pelos partidos comunistas e alguns universitários marxistas) uma concepção da América Latina como sistema coerente e integrado, de natureza capitalista. Dessa análise sobre as formações socioeconômicas do continente, provém em sua opinião o desaparecimento da ilusão de uma revolução democrático-burguesa (“antifeudal”) e, por outro lado, a determinação da revolução socialista como única alternativa realista ao “desenvolvimento do subdesenvolvimento”.

Os trechos que apresentamos a seguir foram extraídos de uma versão desenvolvida a partir de um texto apresentado por Gunder Frank no Congresso Cultural de Havana, em janeiro de 1968.

Este ensaio tem o objetivo de desenvolver as seguintes teses:

1. No plano tático, o inimigo imediato da libertação nacional na América Latina é constituído pela burguesia interna do Brasil, da Bolívia, do México etc., e pela burguesia local nos campos latino-americanos. Encontramos a mesma situação na Ásia e na África, apesar do fato de que, no âmbito estratégico, o inimigo principal sem dúvida é o imperialismo.

2. A estrutura de classes latino-americana foi formada e transformada pelo desenvolvimento da estrutura colonial do capitalismo internacional, do mercantilismo ao imperialismo. Sucessivamente, graças a essa estrutura colonial, as metrópoles da Espanha, da Inglaterra e dos Estados Unidos submeteram a América Latina à exploração econômica e à dominação política que determinaram sua estrutura sociocultural e sua atual estrutura de classes. A mesma estrutura colonial estende-se por toda a América Latina; as metrópoles nacionais

* André Gunder Frank, “Développement capitaliste ou révolution socialiste?”, *Le Développement du sous-développement: l'Amérique Latine*, Paris, Maspero, 1972, p.335-36, 338-40, 362-63.

subjugam seus centros provinciais e esses centros dominam os centros locais, por meio de um colonialismo interno semelhante. Como as estruturas se entrelaçam completamente, a determinação da estrutura de classes latino-americana pela estrutura colonial não impede que as contradições fundamentais da América Latina sejam “internas”. Isso também é válido para a Ásia e a África.

3. Atualmente, a luta anti-imperialista na América Latina deve ser realizada por meio da luta de classes. A mobilização popular contra o inimigo de classe imediato, nos âmbitos nacionais e locais, provoca um confronto mais vigoroso com o inimigo central imperialista que a decorrente da mobilização anti-imperialista direta. A mobilização nacional, pela aliança política das forças anti-imperialistas mais amplas, não constitui um enfrentamento adequado do inimigo de classe imediato e, em geral, não provoca uma verdadeira – e necessária – confrontação com o inimigo imperialista. Isso também se aplica aos países neocoloniais da Ásia e da África, e talvez também a certos países coloniais, a menos que já tenham sido ocupados militarmente pelo imperialismo.

4. A coincidência estratégica da luta de classes com a luta anti-imperialista e a prioridade tática da luta de classes na América Latina sobre a luta anti-imperialista contra a burguesia metropolitana aplicam-se claramente à guerra de guerrilhas, que primeiramente deve eclodir contra a burguesia nacional do país; e também são válidas no que se refere ao combate político e ideológico, que não deve visar apenas o inimigo imperialista e colonial, mas também o inimigo de classe local.

Quem fará a revolução na América Latina, e contra quem ela será feita? À guisa de resposta, Che e seu exemplo nos guiam na luta revolucionária contra todos os obstáculos, onde eles se encontrarem e seja qual for sua natureza, contra o imperialismo que existe na própria sociedade latino-americana, e mesmo na ideologia e prática contrarrevolucionárias de certas pessoas nos países socialistas e nos partidos marxistas. A última mensagem de Che nos pede que comecemos imediatamente a combater o inimigo no campo de batalha imediato dos nossos próprios países e estendamos a revolução ao mundo inteiro, partindo deles. Sua mensagem, proveniente desse mesmo campo de batalha, chegou à Tricontinental. “Onde quer que a morte nos surpreenda, que ela seja bem-vinda, desde que o nosso grito de guerra possa chegar a algum ouvido receptivo e que outra mão se estenda para segurar nossas armas”. A arma de Che é seu exemplo, o de um revolucionário que também era um intelectual, ou seja, mais do que um intelectual que aspirava a ser também um revolucionário. A todos os que lhe perguntavam o que podia fazer pela revolução como escritor, Che respondia: “Eu era médico.”

A questão política fundamental, de saber quem deve fazer a revolução, e contra quem, pode ser reformulada da seguinte maneira: “Quem é o inimigo principal e quem é o inimigo imediato?”. Entre os revolucionários, e mesmo entre numerosos reformistas, há uma concordância geral: o inimigo principal é o imperialismo. Mas quem é o inimigo *imediate*, o primeiro inimigo que deve ser combatido na luta revolucionária? O inimigo imediato também é constituído pelo imperialismo e pela burguesia metropolitana, ou se trata da burguesia latino-americana (ou brasileira, ou peruana, ou guatemalteca, ou mexicana) e, mais concretamente, da burguesia local dos campos da América Latina? Mobilizamos o maior número de forças populares contra os pontos mais fracos do sistema capitalista imperialista recorrendo à coalizão política mais ampla possível contra o imperialismo como inimigo principal, ou dedicando-nos à mais ardente luta popular contra a burguesia latino-americana como inimigo imediato? Devemos limitar a contraparte ideológica desse combate revolucionário ao campo de batalha colonial ou devemos estendê-lo à luta das classes pelo socialismo?

Para responder essa pergunta, seria útil fazer uma distinção entre a estrutura colonial (ou neocolonial) da América Latina e sua estrutura de classes. Podemos identificar a estrutura de classes considerando as relações existentes entre o povo e os meios de produção e sua participação no processo de produção, seja em que ponto for. A estrutura colonial vincula lugares ou setores ou grupos raciais ou étnicos que possam ser identificados. O sistema capitalista tem uma estrutura colonial pela qual a metrópole imperialista explora suas colônias da América Latina ou de outra parte (assim como suas colônias internas afro-americanas); as metrópoles nacionais latino-americanas – por intermédio do “colonialismo interno” – exploram seus centros provinciais que, por sua vez, vivem por meio dos seus *hinterlands* respectivos, em uma rede colonial que se estende sem interrupção do centro imperialista à região rural mais isolada da América Latina ou de outros países subdesenvolvidos.

Essa distinção não pretende demonstrar que a estrutura de classes e a estrutura colonial são separadas, mas é feita com o objetivo de tentar saber como elas se vinculam ou se determinam mutuamente, assim como de descobrir onde e como deve-se combatê-las. É provável que a pesquisa histórica e social, realizada de acordo com as linhas acima propostas, demonstre que, através da história latino-americana, as relações de produção e de distribuição coloniais ou neocoloniais estabelecidas entre a metrópole capitalista – mercantilista ou imperialista – e a América Latina, assim como as relações entre as metrópoles nacionais latino-americanas e as colônias internas em seus respectivos *hinterlands*, construíram a estrutura de classes da América Latina, tanto no âmbito nacional quanto local, em uma medida bem maior que a relação de determinação

inversa. Assim, embora possa parecer paradoxal, afirmamos que, na América Latina, a mobilização popular contra o inimigo de classe imediato nos níveis nacional e local gera um desafio mais poderoso e provoca um confronto mais importante com o inimigo principal colonial ou imperialista do que a mobilização direta contra o inimigo imperialista; e a mobilização nacionalista contra o imperialismo como inimigo principal não leva a uma confrontação adequada do inimigo de classe capitalista latino-americano em nível nacional ou local. Ainda que o imperialismo seja o inimigo principal, é preciso combatê-lo pela luta imediata contra o inimigo de classe, em cada país.

Esta proposta, que parece contradizer uma doutrina amplamente admitida da política revolucionária na América Latina, não representa de forma alguma, como poderíamos pensar, uma tentativa de frear ou desviar a indispensável luta anti-imperialista na América Latina. Trata-se de uma proposta para a discussão e o exame científico das condições da realidade latino-americana, cujos desenvolvimentos apresentados a seguir constituem um exemplo. E a experiência revolucionária nos oferece provas que apoiam esta proposta: o confronto entre o povo cubano e o imperialismo foi gerado pela mobilização popular contra o inimigo de classe cubano, tanto na Sierra Maestra quanto em Havana, e não o contrário. A Revolução de Outubro, que engendrou a contradição e o confronto entre o socialismo e o imperialismo, resultou da luta contra o inimigo de classe local, já que o imperialismo fora parcialmente neutralizado após Brest-Litovsk. Por outro lado, é possível afirmar que os fracassos de várias tentativas de revolução socialista devem ser imputados a um exagero da importância atribuída ao inimigo externo, excluindo os inimigos internos ou locais. E mesmo o confronto das forças constitucionalistas de São Domingos com o imperialismo só ocorreu depois do desafio lançado por essas forças ao inimigo de classe local.

Sempre em função da estrutura colonial do sistema imperialista e local, e graças ao reforço mútuo das estruturas coloniais e de classe, a derrubada popular da burguesia ou mesmo o desafio popular lançado à sua hegemonia faz com que as forças imperialistas entrem na luta. No entanto, salvo no caso de essas forças já se encontrarem no país como força militar de ocupação, como sucedeu na China, na Iugoslávia, no Vietnã, ou como elas se encontram nos países coloniais – diferentes dos neocoloniais –, as forças imperialistas seriam desafiadas mais vigorosamente por meio da luta contra o inimigo de classe imediato, em cada país, do que por tentativas nacionalistas de coalizões de classes que pretendem mobilizar o povo contra um inimigo imperialista situado no exterior, cujo aspecto frequentemente permanece abstrato. Sobretudo nas regiões rurais, o povo vai desejar lutar – ou deverá ser levado a isso – contra o inimigo de classe imediato que o oprime diretamente, antes que contra um inimigo estrangeiro que ele não vê nem conhece. E a estratégia dos focos de

guerrilha certamente deve mobilizar o povo para dirigi-lo contra o inimigo de classe imediato, não só na capital nacional, mas também na própria região de guerrilhas. Essa linha – e apenas essa linha – poderá gerar um confronto direto com o imperialismo, de forma bastante rápida.

No tocante à estrutura de classes no campo, a primeira e mais importante pergunta a fazer sem dúvida é a seguinte: em que medida essa estrutura é diferente da estrutura de classes urbana e nacional na América Latina? A importância desta pergunta provém da resposta quase universal dada pelos cientistas e pelos líderes políticos, tanto marxistas como burgueses, de acordo com a qual grande parte das regiões rurais latino-americanas ainda se encontra em um mundo “semifeudal”, fora do sistema capitalista urbano, nacional e internacional; também provém da linha política associada a essa visão das coisas. Será que a América Latina realmente conhece uma economia e uma sociedade “dualistas”, que compreendem um setor no qual “sobrevive” um conjunto de relações de produção feudais ou semifeudais e mesmo uma estrutura de classes não capitalista? Essa “sobrevivência” realmente conclama a uma revolução democrático-burguesa ou a uma revolução democrática nacional, a fim de estender o capitalismo até o campo? Ou neste caso se trata dos modelos “marxistas” supostamente revolucionários e científicos, “com os números 12, 13 ou 14”, denunciados por Fidel em seu discurso da OLAS, com a acusação de que constituem um catecismo revolucionário?

A história, assim como a realidade contemporânea, da qual já recomendamos o estudo científico, sugerem que, no decorrer dos últimos quatro séculos, a estrutura capitalista colonial mundial e nacional construiu as relações de produção e a estrutura de classes das zonas rurais latino-americanas. Assim, essa fração da sociedade nunca foi separada das metrópoles capitalistas mundiais e nacionais; e, se permaneceu diferente do resto da sociedade, foi porque os interesses burgueses das metrópoles assim o desejaram e impuseram. A América Latina rural foi explorada colonialmente pela metrópole capitalista mundial, tanto direta quanto indiretamente, por meio das metrópoles nacionais latino-americanas. Essas últimas submetem seu *hinterland* rural (e urbano) ao mesmo tipo de exploração colonial “interna” e à mesma hemorrhagia de capital que eles sofrem por parte do imperialismo. A burguesia da metrópole nacional colabora com o imperialismo no contexto da exploração colonial e da exploração de classe de seu próprio povo. E as frações da burguesia que possuem os latifúndios e exercem um controle de tipo monopolista sobre os intercâmbios internos constituem evidentemente uma parte integral desse sistema de classes capitalista e colonial. Em vez de nos perguntarmos qual é o grau de isolamento e de “feudalismo” dessa “oligarquia” rural, devemos tentar compreender como a burguesia latifundiária se liga comercialmente aos principais monopólios

comerciais e industriais das cidades; em que medida o monopólio da terra não se baseia na propriedade das mesmas pessoas, famílias ou empresas que já detêm os monopólios comerciais e industriais; em que medida os latifundiários extraem sua renda da produção agrícola em suas terras e em que medida seu monopólio da propriedade da terra não torna possível a exploração comercial, financeira e política dos que trabalham nos latifúndios e terras vizinhas? Mas isso nos leva de novo a nos perguntarmos como a exploração capitalista colonial gera e mantém as relações de produção nos latifúndios e a estrutura de classes no contexto das zonas rurais latino-americanas, que podem parecer superficialmente “feudais”, mas que tornam possível essa exploração capitalista. Por fim, devemos nos perguntar quem deseja a transformação dessas relações de produção – e certamente não se trata da grande burguesia latino-americana – e como essa transformação deve ser feita – e de novo aqui certamente não se trata de uma revolução democrático-burguesa “antifeudal” ou “anti-imperialista”.

Theotonio dos Santos

*Subdesenvolvimento e dependência**

Economista brasileiro mundialmente conhecido, Theotonio dos Santos é um dos pioneiros da teoria da dependência. Vinculado à esquerda revolucionária no Brasil, foi obrigado pelo regime militar a se exilar, primeiro no Chile, na época da Unidade Popular, e em seguida no México. Depois da anistia volta ao Brasil, onde se vincula ao Partido Democrático Trabalhista de Leonel Brizola.

Este texto, extraído de uma publicação feita em 1970 no Chile, explica o significado metodológico e político da ruptura entre a teoria da dependência e as teorias do desenvolvimento.

1. Dependência e estruturas internas

O conceito de dependência surge na América Latina como resultado do processo de discussão sobre o subdesenvolvimento e o desenvolvimento. Na medida em que não se realizam as expectativas suscitadas pelos efeitos da industrialização, coloca-se em dúvida a teoria do desenvolvimento, que serve de base para o modelo de desenvolvimento social e independente elaborado nos anos 1950. O conceito que orienta a superação dos erros anteriores é o da dependência. Entretanto, este conceito não foi completamente esclarecido, apesar de um conjunto de trabalhos recentes ter-lhe dado definitivamente um *status* científico, ao colocá-lo no centro da discussão acadêmica sobre o desenvolvimento¹.

Na discussão realizada até o momento, caracterizaram-se alguns erros nos enfoques tradicionais da dependência. Nosso objetivo atual é criticar estes pontos de vista para obter a suficiente clareza sobre a questão.

* Theotonio dos Santos, Dependencia y cambio social. *Cuadernos de Estudios Socioeconómicos*, Universidad de Chile, 1970, p. 39-42, 45-46.

¹ Fernando H. Cardoso e Enzo Faletto, *Dependencia y Desarrollo en América Latina*, Ilpes, fevereiro de 1967, mimeografado; Osvaldo Sunkel, "Política Nacional de Desarrollo y Dependencia Externa", *Revista de Estudios Internacionales*; v. I, n. 1, maio de 1967, Santiago; Pedro Paz, *Dependencia Financiera y Desnacionalización de la industria interna*, CEPAL, novembro de 1967, mimeografado; Aníbal Quijano, *Dependencia, Cambio Social y Urbanización en Latinoamérica*, CEPAL, novembro de 1967, mimeografado; Tomás Vasconi, "Cultura, ideología, dependencia, alienación", *Boletín del CESO*, n. 3, Santiago; Ruy Mauro Marini, "La interdependencia brasileña y la integración imperialista", *Monthly Review - Selecciones en castellano*, n. 31, abril de 1966; Theotonio dos Santos, *El Nuevo Carácter de la Dependencia*, Cuadernos del Centro de Estudios Sócio-económicos, 1ª parte: "Gran empresa y capital extranjero", n. 6, 1967; 2ª parte: "Gran capital y estructura del poder", n. 10, 1968; André G. Frank, *Capitalism and under development*, Francisco Weffort, *Classes Populares e Desenvolvimento Social*, ILPES, fevereiro de 1968; Espartaco, "La crisis latinoamericana y su marco externo", *Desarrollo Económico*, julho-dezembro de 1966, Buenos Aires.

A dependência não é um “fator externo”, como muitas vezes se acreditou. Em um trabalho anterior afirmamos:

Ao analisar a crise brasileira, tentaremos determinar seu movimento próprio e específico. A situação internacional em que este movimento se insere é tomada como condição geral, não como demiurgo do processo nacional, porque a forma em que essa situação atua sobre a realidade nacional é determinada pelos componentes internos desta realidade. Sobretudo, é cômodo substituir a dinâmica interna por uma dinâmica externa. Se isto fosse possível, estaríamos dispensados de estudar a dialética de cada um dos movimentos do processo global, e substituiríamos o estudo das diversas situações concretas por uma fórmula geral abstrata.²

Aníbal Quijano apresenta a questão de forma mais explícita:

Nessas condições, a problemática total do desenvolvimento histórico das nossas sociedades é afetada radicalmente pelo fato da dependência. Este não é um dado externo de referência, mas um elemento fundamental na explicação de nossa história.³

Esse enfoque também está explicitado nos trabalhos de Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto e Weffort, e pode-se afirmar que é crucial para a elaboração desse conceito como categoria científica explicativa.

Enfocar a dependência como uma condição que configura certo tipo de estruturas internas significa tomar o desenvolvimento como fenômeno histórico mundial, como resultado da formação, expansão e consolidação do sistema capitalista. Esta perspectiva implica a necessidade de integrar, em uma única história, a perspectiva da expansão capitalista nos países atualmente desenvolvidos e seus resultados nos países por ela afetados. Mas não se trata de tomar estes resultados como simples “efeitos” do desenvolvimento capitalista, mas como sua parte integrante e determinante.

Ao se dar este passo teórico, delimita-se claramente a especificidade histórica do desenvolvimento dos países hoje capitalistas e, em consequência, a especificidade do desenvolvimento dos países hoje subdesenvolvidos. O estudo do desenvolvimento do capitalismo nos centros hegemônicos deu origem à teoria do colonialismo e do imperialismo. O estudo do desenvolvimento de nossos países deve dar origem à teoria da dependência.

² *Crisis económica y crisis política en Brasil*, Santiago, CESO, 1967.

³ Aníbal Quijano, *Dependencia, cambio social y urbanización en Latinoamérica*, ILPES, 1967, mimeografado, p. 5.

Por isso, devemos considerar limitados os enfoques dos autores da teoria do imperialismo. Tanto Lenin, Bukarin, Rosa Luxemburgo, os principais elaboradores marxistas da teoria do imperialismo⁴, como os poucos autores não marxistas que se ocuparam do tema, como Hobson⁵, não abordaram a questão do imperialismo do ponto de vista dos países dependentes. Embora a dependência deva ser situada no quadro global da teoria do imperialismo, ela tem sua realidade própria, que constitui uma legalidade específica no processo global e age sobre ele desta maneira específica. Compreender a dependência, conceituando-a e estudando seus mecanismos e sua legalidade histórica, não significa apenas ampliar a teoria do imperialismo, mas também contribuir para a sua reformulação.

Este seria, por exemplo, o caso da reformulação de alguns equívocos em que Lenin incorreu, ao interpretar de forma superficial certas tendências de sua época. Lenin esperava que a evolução das relações imperialistas levasse a um parasitismo nas economias centrais e sua consequente estagnação e, por outro lado, acreditava que os capitais investidos no exterior pelos centros imperialistas provocariam o crescimento econômico dos países mais atrasados⁶.

Se do ponto de vista lógico, a partir das tendências encontradas em sua época, isso deveria ocorrer, é preciso descobrir por que não ocorreu. Em primeiro lugar, Lenin não estudou os efeitos da exportação de capital sobre as economias dos países atrasados. Se tivesse se ocupado do tema, teria visto que este capital era investido na modernização da velha estrutura colonial exportadora e, portanto, aliava-se aos fatores que mantinham o atraso nestes países. Isto é, não se tratava de um investimento capitalista em geral, mas do investimento imperialista de um país dependente. Este capital reforçava os interesses da oligarquia comercial exploradora, apesar de realmente abrir uma nova etapa da dependência nestes países⁷.

O exemplo citado mostra-nos a necessidade de focar com maior amplitude a questão da dependência. Deve-se superar uma perspectiva unilateral que se limita a analisar o problema do ponto de vista do centro hegemônico, e é preciso integrar as áreas periféricas ao conjunto da análise, como parte de um sistema de

⁴ Lenin, *El imperialismo, fase superior del capitalismo*, várias edições, Rosa Luxemburgo, *La acumulación del capital*, Buenos Aires, Tilcara, 1963; N. Bukarin, *La economía mundial y el imperialismo*, Madrid, Cenit, 1930. Ver resumo dos principais textos sobre o tema em *Imperialismo y Dependencia Externa*, Equipo de Investigaciones sobre Relaciones en América Latina, CESO, 1968.

⁵ Hobson, *El Imperialismo*; J. A. Schumpeter, *Imperialismo y Clases Sociales*, Teknos; John Strackey, *El fin del Imperio*, 1962.

⁶ "A exportação de capitais repercute no desenvolvimento do capitalismo dentro dos países em que são investidos, acelerando-o de forma extraordinária". Lenin, *El Imperialismo, fase superior del capitalismo, Obras escogidas*, Moscou, Lenguas Extranjeras, 1960, v. I, p. 776. Ver também p. 812.

⁷ Fritz Sternberg ressalta o tema, com relação ao texto de Marx sobre a penetração do capitalismo na Índia; mas, ao contrário, Marx foi um dos precursores do estudo da dependência nesse contexto. A interpretação de Sternberg é muito unilateral. Ver *Capitalismo o Socialismo*, México, FCE, 1955.

relações econômico-sociais em âmbito mundial. O conceito de dependência e de sua dinâmica adquire neste caso todo seu valor teórico e científico.

A dependência não permite, portanto, que o subdesenvolvimento seja analisado como fenômeno de certas estruturas atrasadas, ainda não capitalistas. Desde o princípio, o conceito de dependência nos permite superar este ponto de vista, que se originou em uma visão a-histórica do problema, pois, como dissemos, o subdesenvolvimento é produto de uma situação mundial que se explica pela expansão do capitalismo no mundo. [...]

2. Que é a dependência?

Chegamos assim à possibilidade de definir mais claramente o que se deve entender por dependência:

Em primeiro lugar, devemos caracterizar a dependência como uma situação condicionante.

A dependência é uma situação em que um certo grupo de países tem sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia à qual a própria está submetida. A relação de interdependência entre duas ou mais economias, e entre elas e o comércio mundial, assume a forma de dependência quando alguns países (os dominantes) podem se expandir e autoimpulsar, enquanto outros países (os dependentes) só podem fazer isso como reflexo dessa expansão, que pode agir de forma positiva ou negativa sobre o seu desenvolvimento imediato. De qualquer forma, a situação básica de dependência leva a uma situação global dos países dependentes que os coloca em posição de atraso e sob a exploração dos países dominantes.

Assim, os países dominantes dispõem de um predomínio tecnológico, comercial, de capital e sociopolítico sobre os países dependentes (com predomínio de alguns desses aspectos nos vários momentos históricos) que lhes permite impor-lhes condições de exploração e extrair parte dos excedentes produzidos anteriormente.

Portanto, a dependência baseia-se em uma divisão internacional do trabalho que permite o desenvolvimento industrial de alguns países e limita este mesmo desenvolvimento em outros, submetendo-os às condições de crescimento induzido pelos centros de dominação mundial.

A divisão internacional do trabalho entre os produtores de matérias-primas e produtos agrícolas e os produtores de manufaturas é um resultado típico do desenvolvimento capitalista, que assume a forma necessária da desigualdade combinada entre os vários países. Esta forma desigual é uma consequência do caráter da acumulação do capital em que o crescimento da economia baseia-se na exploração de muitos por poucos e na concentração dos recursos do

desenvolvimento econômico social em mãos desta minoria. Grupos minoritários nacionais com alta concentração de capital, domínio do mercado mundial, monopólio das possibilidades de poupança e investimento são elementos complementares no estabelecimento de um sistema internacional desigual e combinado.

Este sistema torna-se progressivamente mais interdependente em âmbito internacional, enquanto se desenvolve a tecnologia aplicada à produção e à comunicação, como consequência das revoluções comerciais e industriais. Estas revoluções permitem que economias antes isoladas se tornem complementares. Mas esta complementaridade ou esta interdependência não ocorre no quadro de relações de colaboração entre os homens, mas no das relações de concorrência entre proprietários privados. Nesta luta em que “o homem é o lobo do homem” (Hobbes), o monopólio é a base da vitória.

Será na Itália, em Portugal, Espanha, Holanda, França e, por fim, na Inglaterra, onde estarão concentrados os grandes centros do capital e, ao seu lado, se organizarão os centros produtivos em expansão, que constituem a base do novo regime de produção capitalista. A América Latina não estava nestes centros de capital, e posteriormente não pôde estar no centro da produção. Teve de esperar que estas mudanças nos centros dominantes se irradiassem pelo mundo com seus violentos e dramáticos movimentos de expansão, para incorporá-los em parte. Até poder se transformar em uma economia autossustentável ou independente, continuará na posição de simples complemento necessário de um sistema internacional que ela não pode determinar.

Rui Mauro Marini

*Considerações metodológicas sobre a aplicação do marxismo na América Latina**

Rui Mauro Marini, sociólogo brasileiro exilado pelo regime militar, é conhecido por sua obra *Subdesenvolvimento e revolução na América Latina* (Maspero, 1972), que suscitou muito interesse e polêmica em toda a América Latina por sua análise do subimperialismo brasileiro.

O texto a seguir é a introdução de um artigo publicado por Marini no Chile em 1972, na qual apresenta de forma concisa algumas questões metodológicas fundamentais sobre a aplicação do marxismo à realidade latino-americana.

Em suas análises da dependência latino-americana, os pesquisadores marxistas, em geral, foram levados a dois tipos de desvios: a substituição do fato concreto pelo conceito abstrato, ou a alteração do conceito em nome de uma realidade que se obstina em não se enquadrar em sua formulação estrita. No primeiro caso, resultaram estudos marxistas chamados de “ortodoxos”, nos quais a dinâmica dos processos estudados se traduz por uma formalização incapaz de reconstituí-la no plano da exposição, e na qual a relação entre o concreto e o abstrato desaparece para ser substituída por descrições empíricas que se desenvolvem paralelamente ao discurso teórico, sem fundir-se com ele; isto ocorreu, sobretudo, no âmbito da história econômica. O segundo tipo de desvio é mais frequente no campo da sociologia: diante da dificuldade de adequar a certa realidade categorias que não foram especificamente concebidas para ela, os pesquisadores de formação marxista recorreram, de forma simultânea, a outros enfoques metodológicos e teóricos, o que produz necessariamente o ecletismo, uma falta de rigor conceitual e metodológico e um pretenso enriquecimento do marxismo, sendo na verdade sua negação.

Esses desvios provêm de uma dificuldade real: diante do parâmetro do modo de produção capitalista puro, a economia latino-americana apresenta particularidades que se manifestam, em alguns casos, como insuficiências e, em outros – que se distinguem dificilmente dos primeiros – como deformações. Assim, o recurso à noção de “pré-capitalismo” nos estudos sobre a América Latina não é fortuito. Mas seria preciso dizer que, quando se trata realmente de um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas, essa noção refere-se a aspectos de uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, nunca poderá ter a

* Rui Mauro Marini, “Dialéctica de la dependencia: la economía exportadora”, *Sociedad y Desarrollo*, n. 1, janeiro-março de 1972, p. 35-36.

mesma forma de desenvolvimento que as economias capitalistas “avançadas”. Por isso, mais que um pré-capitalismo, de fato se trata de um capitalismo *sui generis* que só adquire sentido se o examinarmos a partir da perspectiva do conjunto do sistema, no âmbito nacional e sobretudo internacional.

Isso é particularmente certo quando nos referimos ao capitalismo industrial latino-americano moderno, constituído ao longo das duas últimas décadas. Mas, de uma perspectiva mais geral, a proposta também é válida para o período imediatamente anterior e mesmo para a etapa da economia de exportação. É evidente que, nesse último caso, a insuficiência prevalece sobre a distorção; mas, se quisermos compreender como ocorreu a passagem de uma etapa para a outra, devemos estudar a primeira à luz dessa última. Em outros termos, o conhecimento da forma particular que o capitalismo dependente latino-americano acabou adotando é o que esclarece o estudo de sua gestação e permite conhecer analiticamente as tendências que desembocaram neste resultado.

Mas, como sempre, a verdade aqui pode ter um duplo sentido: embora seja certo que o estudo das formas sociais mais desenvolvidas esclareça as formas mais embrionárias (como diz Marx, “a anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco”²), também é verdade que o desenvolvimento ainda insuficiente de uma sociedade, ao colocar em evidência um elemento simples, torna mais compreensível sua forma mais complexa, que integra e subordina esse elemento. Como destaca Marx: “[...] a categoria mais simples pode exprimir as relações dominantes de um todo não desenvolvido ou as relações subordinadas de um todo mais desenvolvido, relações que já existiam historicamente antes do desenvolvimento do todo no sentido expresso por uma categoria mais concreta. Portanto, só o desenvolvimento do pensamento abstrato, que vai do simples ao complexo, poderia corresponder ao processo histórico real”³.

Assim, na identificação desses elementos, as categorias marxistas devem ser aplicadas à realidade como instrumentos de análise e antecipações de seu desenvolvimento posterior. Por outro lado, essas categorias não podem substituir ou mistificar os fenômenos aos quais se aplicam; por isso a análise deve ponderá-las, sem que isso implique, em nenhum caso, uma ruptura com o fio do raciocínio marxista por meio de uma inserção de corpos estranhos a ele e que não pode, assim, assimilar. Rigor conceitual e metodológico: a isto se reduz, em última instância, a ortodoxia marxista. Qualquer limitação do processo de pesquisa decorrente, portanto, não teria mais nada a ver com a ortodoxia, mas apenas com o dogmatismo.

¹ *Introducción general a la crítica de la economía política*, 1857, Uruguay, Carabella, s. d., p. 44.

² *Ibid.*, p. 41.

Vânia Bambirra

*O capitalismo dependente latino-americano*¹

Vânia Bambirra (1940-2015) é uma das pioneiras da teoria latino-americana da dependência. Militante socialista desde sua juventude, participa em 1961 da fundação da Organização Marxista Revolucionária Política Operária (POLOP) – com Ruy Mauro Marini, Eric Sachs, Theotonio dos Santos, Eder e Emir Sader, entre outros – que se distinguia pelo apoio à Revolução Cubana e pela proposta de um Programa Socialista para o Brasil. Professora na Universidade de Brasília (UnB), perde seu emprego com o golpe de 1964 e, pouco depois, em 1966, é obrigada a refugiar-se no Chile. Em 1967 publica na revista *Monthly Review*, com o pseudônimo de Cléa Silva, uma crítica marxista à teoria do foco de Régis Debray. Em Santiago, participa do célebre Centro de Estudos Socioeconômicos (CESO) da Universidade do Chile, que terá um papel importante no debate sobre a via chilena ao socialismo, durante o governo da Unidade Popular. É neste contexto que redige *El capitalismo dependiente latino-americano*, que será publicado em 1972 pela editora Prensa Latinoamericana. Trata-se, sem dúvidas, junto com os escritos de Theotonio dos Santos (seu companheiro na época) e Ruy Mauro Marini, de uma das mais importantes contribuições à teoria da dependência. Com o golpe militar contra Allende, é obrigada a se exilar novamente, desta vez no México, onde seu livro – confiscado e destruído no Chile pela polícia de Pinochet – é reeditado pela editora Siglo XXI, com grande impacto em toda a América Latina. Retorna ao Brasil com a anistia em 1979 e se afilia ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) de Leonel Brizola, do qual, entretanto, se afasta em 2000. Seguem abaixo extratos do livro de 1972, na tradução portuguesa publicada em 2012 pela Editora Insular de Florianópolis (SC).

Questões de método

Partimos da conceitualização da categoria de *dependência*, mas não a utilizamos conforme o fez em certos momentos a ciência oficial, que buscou encontrar nesta categoria a explicação de um pretenso *fenômeno externo* e coercitivo da situação latino-americana. Tratamos de redefini-la e utilizá-la como a categoria analítico-explicativa fundamental da conformação das sociedades latino-americanas e, através dela, procuramos definir o caráter condicionante concreto que as

¹ Bambirra, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. Trad. Fernando Correa Prado e Marina Machado Gouvêa. Florianópolis: Editora Insular, 2012. 38-42p., 55-62p., 215-217p.

relações de dependência entre centro hegemônico e países periféricos tiveram no sentido de conformar determinados tipos específicos de estruturas econômicas, políticas e sociais atrasadas e dependentes.

O esforço de conceitualização geral foi realizado no trabalho sobre “La crisis de la teoría del desarrollo y las relaciones de dependencia en América Latina”, de Theotonio dos Santos², que serve de marco teórico do presente estudo. Neste trabalho se argumenta que:

a) Em primeiro lugar, devemos caracterizar a dependência como uma *situação condicionante*. A dependência é uma situação na qual certo grupo de países tem sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia a qual se encontra submetida. [...]

Uma situação condicionante determina os limites e possibilidades de ação e comportamento dos homens. [...]

b) Deste ponto podemos chegar em nossa segunda conclusão geral introdutória: a dependência condiciona uma certa estrutura interna que a redefine em função das possibilidades estruturais das diferentes economias nacionais.

Uma vez resolvidas essas questões teóricas gerais, nas quais o conceito de dependência se apresenta como um novo rigor analítico, ainda que em um nível muito alto de abstração, é necessário tratar de definir a *relação existente entre situação de dependência e estrutura dependente*.

Embora a situação condicionante básica na formação, configuração e desenvolvimento das sociedades latino-americanas tenha sido uma mesma situação de dependência frente aos centros hegemônicos, é preciso tentar, por meio de aproximações sucessivas à realidade concreta – isto é, empreendendo o trajeto desde um nível mais alto de abstração para níveis mais concretos –, realizar o estudo das manifestações históricas específicas e do processo de transformação das estruturas dependentes que se formam no continente.

Deste modo, num primeiro momento partimos das características gerais de um todo indiferenciado, definido como um conjunto de sociedades dependentes – o que foi realizado no trabalho a que nos referimos anteriormente –, para em seguida buscar a diferenciação de seus componentes internos essenciais por meio da agrupação em tipos. Por isso, é necessário elaborar uma tipologia das estruturas dependentes para, posteriormente, poder alcançar o estudo das características específicas de cada país. O objeto específico desta pesquisa (como parte de um projeto mais amplo sobre as relações de dependência na América Latina) consiste *num nível intermediário* entre a tentativa de conceitualização teórica geral da dependência (que começou a ser feito no trabalho a que nos referimos) e *o estudo*

² Santos, Theotonio dos. “La crisis de la teoría del desarrollo y las relaciones de dependencia en América Latina”, Cuadernos de estudios socioeconómicos (Ceso), Universidade de Chile, n. 11, 1970.

específico das estruturas dependentes concretas. Em outras palavras, consiste na elaboração de uma tipologia das estruturas dependentes latino-americanas a partir do *pós-guerra*. Esse corte analítico se justifica por ser essa uma época que contém características especiais, pois se inicia uma nova fase do processo de integração dessas sociedades ao sistema capitalista *monopolista* mundial. O sistema monopolista com características de integração mundial já começa a se formar desde o fim do século XIX, mas é somente após a Segunda Guerra Mundial que a integração monopólica mundial se cumpre de forma plenamente definida e se torna dominante, seja através do processo mais acelerado de integração no nível das grandes empresas multinacionais, seja através da criação de organismos internacionais para a integração política, seja através dos tratados de integração militar, por último, através da expansão do capitalismo monopolista de Estado.

A tipologia que tentaremos elaborar é “histórico-estrutural” porque somente se pode estudar as sociedades latino-americanas ao considerá-las:

a) Como parte integrante do sistema capitalista mundial, porque se formam dentro do contexto de sua expansão. Neste sentido, a economia mundial tem que ser tomada como determinante em última instância.

A situação de dependência do sistema capitalista mundial (que se manifesta historicamente através da dependência em relação a um centro hegemônico) é uma situação condicionante do desenvolvimento das sociedades latino-americanas.

b) Como resultado de um processo de redefinição estrutural, porque “a dependência condiciona certa estrutura interna” e esta “*redefine a dependência em função das possibilidades estruturais das diferentes economias nacionais*”³. Em outras palavras, *a dependência condiciona a estrutura econômica que engendra os parâmetros das possibilidades estruturais.*

Esta formulação da metodologia marxista nos parece a mais adequada, pois torna explícito o significado do que são, como *condicionantes*, o *fator econômico e a dependência*. Não existe um condicionamento absoluto – como uma interpretação mecanicista poderia deduzir –, mas sim um condicionamento dos parâmetros dentro dos quais atuam uma série de contradições cujas interações, choques e lutas dão as alternativas ou possibilidades históricas de ação e funcionamento aos setores e classes sociais que se formam dentro desses parâmetros gerais, nos quais as opções de política econômica e social se tornam possíveis. Por isso, se a intenção é realizar uma análise científica, esta tem que encontrar em tais fatores condicionantes não apenas um ponto de partida, mas também seu objeto fundamental de investigação.

Visando esclarecer um pouco mais essa concepção metodológica, poderíamos dizer, por exemplo, que no século XIX os países latino-americanos

³ Theotonio dos Santos, *op. cit.*

não poderiam ter deixado de ser fundamentalmente exportadores. Mas dentro desses marcos gerais, alguns países obtiveram a independência antes que outros, instalaram regimes políticos diferentes – como a República ou o Império, como no caso do Brasil –, e alguns já começaram a criar indústrias no final do século XIX, enquanto outros não o fizeram. Tais eram as possibilidades estruturais que foram se concretizando, permitidas pelo marco geral da dependência.

Falta ainda esclarecer uma última questão sobre o motivo e o sentido da utilização da expressão *histórico-estrutural*.

Usamos esta expressão com o objetivo de adequar a metodologia criada por Marx ao enfrentamento do estudo da problemática das sociedades dependentes latino-americanas, isto é, para tratar de explicar as leis de movimento de estruturas específicas, historicamente condicionadas. É por isso que acreditamos que a expressão histórico-estrutural é adequada, pois o nível de análise que pretendemos desenvolver, embora não se limite a nenhum país em particular, situa-se num nível muito mais concreto que o nível de análise sumamente abstrato realizado por Marx em *O Capital*.

Possivelmente, muitos dos que utilizam essa categoria lhe conferem um conteúdo diferente. Isto não importa. Também o conceito de dependência teve várias conotações (como também o teve o conceito de valor antes da precisão feita por Marx); porém, desde o momento em que se consegue precisá-lo com o rigor e a clareza necessários, passa a ser incorporado como uma categoria analítico-explicativa fundamental do marxismo para a compreensão de países como os latino-americanos.

Uma vez explicitada a concepção metodológica que orienta este trabalho, passaremos a criticar uma das mais expressivas tentativas de tipologia dos países latino-americanos, para em seguida apresentar o que se considera uma tentativa mais adequada de tipologia das estruturas dependentes atuais.

[...]

Proposta de tipologia das sociedades dependentes

A partir do pós-guerra, na América Latina a situação condicionante é o processo de integração do capitalismo periférico ao capitalismo hegemônico – especialmente aos Estados Unidos –, através do novo caráter que as relações econômicas internacionais assumem em função das mudanças substanciais no funcionamento do sistema capitalista mundial, como consequência da guerra na economia estadunidense. Este novo caráter se deve à expansão dos consórcios monopolistas multinacionais, como resultado de todo um complexo processo de concentração, monopolização e centralização ocorrido na indústria dos Estados Unidos.

Este processo de integração monopólica se estende para a América Latina, partindo de dois tipos de estruturas:

1. Estruturas diversificadas, nas quais ainda predomina o setor primário-exportador, já existindo, porém, um processo de industrialização em expansão.

2. Estruturas primário-exportadoras, cujo setor secundário ainda estava composto quase exclusivamente por indústrias artesanais. Em todo caso, o processo de industrialização será um produto da integração monopólica mundial.

É partindo desse fato histórico básico, constatável empiricamente, que se pode distinguir tipos diversos de estruturas no contexto de uma situação global de dependência. Assim, num primeiro momento de nossa análise a constatação empírica precede a resposta de duas questões básicas:

1. Por que adotamos esse critério de tipologia?

2. Quais são os fatores histórico-estruturais que possibilitaram que a industrialização começasse várias décadas antes em alguns países em relação a outros?

Os países que já tinham começado a industrialização antes do pós-guerra são: Argentina, México, Brasil, Chile, Uruguai e Colômbia. Desses países, a Argentina e o México, desde o fim do século XIX, já tinham um significativo setor industrial. No período entre 1900 e 1905, o setor industrial na Argentina já contribuía com 18% do produto interno, e no México com 14%.⁴

[...]

Esses seis países correspondem ao tipo que chamamos de *países com início antigo de industrialização* (tipo A).

Todos os demais países latino-americanos, até o pós-guerra, não haviam começado a montagem de um parque industrial – o Peru talvez fosse o único país que se encontrava numa situação limite devido ao desenvolvimento de algumas indústrias na década de 1930, mas eram apenas prenúncios isolados de um processo que se expandirá somente a partir da segunda metade da década de 1940.

Após o término da Segunda Guerra Mundial, em alguns países começa o desenvolvimento de um processo de industrialização, como nos casos do Peru e da Venezuela, porém em condições totalmente novas, pois tal processo se dá fundamentalmente sob o controle do capital estrangeiro.

Outros países com as mesmas características só começarão esse processo a partir do final dos anos 1950 e início dos anos 1960, como é o caso dos países centro-americanos⁵. Todo esse processo de desenvolvimento dá origem a uma nova diferenciação tipológica, na medida em que outros países não começaram até hoje a industrialização, como nos casos do Haiti e do Paraguai – ainda que a análise sobre esses países seja difícil, devido à falta de dados.

⁴ Ver Celso Furtado, *La Economía latinoamericana desde la Conquista Ibérica hasta la Revolución Cubana*, Editorial Universitaria, p. 103-104 [N.T.: Ed. Bras.: *Formação econômica da América Latina*, LIA Editores, Rio de Janeiro, 1969. Edição brasileira mais recente, que incorpora revisão de 1976: *A economia latino-americana*, Editora Companhia das Letras, São Paulo, 2007.]

⁵ O caso de Cuba, onde a industrialização também começa a partir da década de 1960, tem características totalmente diferentes, pois é produto do processo revolucionário que conduz este país ao socialismo.

Poderíamos, então, tentar subdividir essa segunda categoria de países em três subtipos: países nos quais a industrialização teve início imediatamente no pós-guerra; países que começaram esse processo ao final dos anos 1950 e início da década de 1960; e, por último, países que não iniciaram a industrialização até o presente.

Mas uma subdivisão tão detalhada pela diferenciação de uma década não se justifica, pois as características fundamentais dos processos de industrialização – aqueles que começam na década de 1940 e aqueles que ocorrem na década de 1960 – basicamente não variam e também não revelam uma mudança qualitativa do caráter da industrialização, como é demonstrado na análise dos casos dos países de industrialização antiga em relação aos demais. Isso decorre de que, nesse segundo tipo, a característica fundamental de todos os países é que o processo de industrialização se realiza sob o controle direto do capital estrangeiro, seja no Peru ou na Venezuela do pós-guerra, seja na Guatemala ou em El Salvador dos anos 1960. O que nos interessa são os aspectos qualitativos do processo; a ordem cronológica importa apenas se for capaz de revelar mudanças substanciais na natureza desse processo.

E, mesmo nesse caso, o aspecto meramente quantitativo – ou seja, uma hierarquização de mais ou menos industrializados – também não pode ser considerado como essencial para a definição dos tipos. Isso só tem sentido quando é possível estabelecer uma relação entre quantidade e qualidade, mas, em nenhum desses países que agora estamos considerando, o processo de industrialização dependente foi suficientemente intenso a ponto de provocar variações substanciais em relação aos demais. Tal situação se deve ao fato de que, conforme discutiremos mais adiante, essa industrialização encontrou limites difíceis de serem superados.

Portanto, a única diferenciação que devemos fazer entre os países dos quais nos ocupamos é em relação àqueles que nem sequer começaram o processo de industrialização.

Deste modo, os países que começaram a industrialização a partir do pós-guerra serão chamados de *países cuja industrialização foi produto da integração monopólica* (tipo B). Estes são: Peru, Venezuela, Equador, Costa Rica, Guatemala, Bolívia, El Salvador, Panamá, Nicarágua, Honduras, República Dominicana e Cuba⁶.

Seria possível distinguir um terceiro tipo de *países com estrutura agrário-exportadora sem diversificação industrial* (tipo C), que incluiria o Paraguai, o Haiti e, talvez, o Panamá⁷. No entanto, dada a especificidade da evolução histórica de cada um desses países e frente à ausência de denominadores comuns – salvo por formarem parte de um mesmo sistema de dominação –, possivelmente sua

⁶ O caso de Cuba, cujo processo de industrialização começa com a Revolução, não será situado na tipologia, pois com a transformação revolucionária rumo ao socialismo se rompe a dependência em relação ao centro hegemônico capitalista.

⁷ Não obtivemos dados suficientes para uma classificação rigorosa deste país.

classificação dentro de um mesmo tipo não nos conduziria a uma maior compreensão do caráter de suas estruturas dependentes, sendo preferível realizar diretamente o estudo de cada um desses países separadamente. De todo modo, essa não é a finalidade deste trabalho.

Tendo definido quais são os países que compõem os dois grandes tipos que trataremos de analisar no decorrer de nossa pesquisa, passaremos a discutir a razão pela qual adotamos esse critério. A tentativa de dar resposta a essa questão crucial nos leva, ao mesmo tempo, para busca dos fatores que possibilitaram a formação dos diferentes tipos de estrutura dependente.

Utilizamos esse critério em coerência com a postura metodológica que adotamos e que buscamos definir na primeira parte, ao explicitar que a dependência econômica engendra os parâmetros das possibilidades estruturais. Pois bem, desde a primeira Revolução Industrial, o sentido do desenvolvimento de qualquer sociedade passou a ser dado pela indústria manufatureira⁸. Porque a indústria é a base econômica de um sistema social novo, o capitalismo, que por sua força e dinamismo tinha as condições de se impor, subjugar e liquidar os demais sistemas. E isso devido à grande capacidade que a revolução das forças produtivas engendrava, gerando formas superiores de domínio da natureza, de relação entre as classes e entre os indivíduos.

E também no caso dos países em que sua importância relativa não é ainda preponderante, a mera existência de um processo de industrialização em marcha – seja no plano nacional ou internacional – traz como consequência a subjugação dos demais setores à indústria e tende a se transformar no centro da dinâmica do desenvolvimento econômico e social. Isso se pode constatar a partir da alteração da base morfológica e ecológica da sociedade, passando pela geração de novas necessidades, até a desagregação das formas econômicas e sociais anteriores e o surgimento de novas classes por ela gerado, o que provoca variações no eixo das contradições e nos conflitos da sociedade.

O estudo das *condições* que tornam possível o desencadeamento de um processo de industrialização em alguns países e suas conseqüentes transformações estruturais é o que, de fato, nos permitirá relacionar a situação geral da dependência aos tipos específicos de estruturas dependentes, isto é, distinguir as características mais significativas de cada um dos dois grandes tipos de sociedades dependentes contemporâneas, determinando assim suas leis básicas de movimento.

⁸ Esse processo tornou possível que os países que primeiro conseguiram estabelecer sua base industrial tenham podido subjugar os demais. Isso é verdade inclusive nos casos daqueles países que tinham uma tradição cultural incomparavelmente mais desenvolvida, como é o caso da China, cujos conhecimentos tecnológicos eram muito avançados, mas que, no entanto, como tais conhecimentos não eram aplicados na produção em série, teve que se submeter à “barbárie” inglesa (expressão com a qual os imperadores chineses se referiam aos estrangeiros) e, posteriormente, à “barbárie” americana, até que, com o triunfo da revolução socialista, foi possível promover o desenvolvimento acelerado das forças produtivas.

Discutir as condições que tornam efetivo um dado processo histórico-social implica determinar os interesses objetivos das classes sociais que o impulsionaram, seu desenvolvimento e seus limites, definindo assim as contradições geradas. E é somente a partir dessa base que se pode vislumbrar as formas para sua superação. [...]

Os resultados e tendências do capitalismo dependente na América Latina

Os resultados do desenvolvimento dependente

A análise que tentamos oferecer (apesar de apenas termos conseguido configurar um esboço no qual se trata de delimitar, em traços muito gerais, as características e contradições mais relevantes de dois grandes tipos de desenvolvimento capitalista dependente na América Latina) nos permite avaliar, em linhas gerais, o sentido e a orientação que este sistema assume no continente.

Em síntese, pode-se constatar que, do ponto de vista do funcionamento da economia, realiza-se em todos os países um processo de monopolização que reflete, ao mesmo tempo, a centralização e a concentração industriais. Este processo afirma o predomínio do grande capital estrangeiro nos setores produtivos fundamentais. Ou seja, nos países do tipo B – na maior parte dos casos – não apenas se mantém, como se estende, o domínio estrangeiro sobre os recursos naturais, bem como a instalação das indústrias manufatureiras é feita fundamentalmente sob o controle direto do capital estrangeiro. Nos países do tipo A, os novos setores industriais de bens de consumo duráveis e de bens de produção são controlados pelos conglomerados multinacionais. Ocorre, portanto, a desnacionalização progressiva da propriedade dos meios de produção, ao que corresponde a perda simultânea do controle nacional sobre o processo paralelo de fortalecimento do capitalismo de Estado. No plano econômico o mesmo se expressa no crescimento do controle do Estado sobre setores infraestruturais que não competem diretamente com o capital estrangeiro, mas, ao contrário, cuja expansão favorece o capital funcionamento daquele, sobretudo ao impulsionar o desenvolvimento dos setores de energia, transporte, comunicações etc. O capitalismo de Estado tende, pois, a se combinar com o capital estrangeiro e a compartilhar com este os mecanismos de poder; e, mais ainda, a transformar-se no agente da dominação burguesa-imperialista.

Todas essas características se desenvolvem dentro dos limites impostos pela impossibilidade de superação radical dos obstáculos ao aumento do mercado interno, devido à persistência da estrutura agrária monopólica tradicional, junto à intensificação da monopolização industrial, da acentuada concentração de renda, dos baixos níveis de incorporação de mão de obra ao sistema produtivo

etc., o que acarreta em contrapartida a necessidade da intensificação da supe-rexploração do mercado existente.

A desagregação progressiva das relações pré-capitalistas no campo, ao lado da manutenção do latifúndio, expulsa, do campo para a cidade, numerosos contingentes populacionais que não podem ser absorvidos pela indústria devido ao caráter monopólico e concentrado desta, que utiliza uma tecnologia demandante de relativamente pouca mão de obra – em geral qualificada.

A consequência disso é que os setores que não estão de fato integrados nas atividades propriamente produtivas tendem a se proliferar e o setor de serviços tende a se inflar enormemente, além de constituir uma grande porcentagem de desempregados, para os quais não existe possibilidade de incorporação ao sistema produtivo.

Do ponto de vista social e político, o processo de monopolização, concentração e centralização também se expressa no nível dos mecanismos de controle social em geral e nos instrumentos de formação cultural e de opinião pública, como a imprensa, o rádio, a televisão, os jornais. Expressa-se, ainda, nas ideologias e nos partidos políticos das classes dominantes, que tendem a se agrupar e a superar velhas diferenças não substanciais, de modo que as tendências direitistas propendem a um predomínio cada vez mais forte, enquanto as posições liberais e centristas deixam de ter cabimento em um processo que se caracteriza, cada vez mais, pela polarização entre classes dominantes e dominadas.

Esse processo é expressão, e ao mesmo tempo consequência, da ruptura das alianças entre as classes dominantes e as classes populares – que caracterizam todo o período populista – e de ilusões em um desenvolvimento nacional autônomo. O seu esgotamento dá lugar aos golpes militares, cujo objetivo é conter, por medidas de força, a oposição popular ao sistema de exploração. Isso não impede que se realizem ainda algumas tentativas de cunho neopopulista e liberalizante, como uma opção intermediária entre as tendências mais radicais, de direita e de esquerda. Tais tentativas seriam, porém, transitórias e se dariam apenas por um breve período, até que a confrontação mais aguda entre as classes antagônicas as frustrasse definitivamente.

O resultado final ao qual o desenvolvimento dependente conduz é, portanto, a agudização das contradições entre a concentração de poder econômico e político das classes dominantes e o conjunto da população dominada. Essa contradição, que leva à radicalização do regime político das classes exploradoras e assume, em muitos países, características neonazistas – das quais a melhor expressão é o Brasil – conduz uma radicalização política acentuada da classe operária, do campesinato pobre e de setores da pequena-burguesia e das classes médias, apontando na direção da superação de suas ilusões nacionalistas e reformistas e orientando-se rumo a uma confrontação em termos de luta de classes.

IV. Os socialismos

Salvador Allende

*A via chilena para o socialismo**

O Partido Socialista do Chile muitas vezes tomou posições mais radicais e sofreu maior influência da Revolução Cubana entre seus membros que o Partido Comunista.

Este discurso de Salvador Allende, dirigente histórico do PS chileno, presidente do Chile pela coalizão Unidade Popular, assassinado pelos militares golpistas em setembro de 1973, é característico dos setores moderados do partido.

Apresenta propostas realmente radicais quanto à transformação socialista da sociedade e ilusões sobre a lealdade constitucional das Forças Armadas. É um testemunho da generosidade e dos limites de um homem comprometido com seu povo e que morreu de arma na mão lutando pelos seus ideais.

A superação do capitalismo no Chile

As circunstâncias da Rússia no ano de 1917 e do Chile, atualmente, são muito diferentes. Entretanto, o desafio histórico é semelhante.

A Rússia do ano 1917 tomou as decisões que afetaram mais profundamente a história contemporânea. Lá, chegou-se a pensar que a Europa atrasada poderia estar à frente da Europa avançada, que a primeira revolução socialista não ocorreria, necessariamente, nas entranhas das potências industriais. Lá, aceitou-se o desafio e edificou-se uma das formas de construção da sociedade socialista que é a ditadura do proletariado.

Hoje ninguém duvida que, por esse caminho, nações com grandes massas de população podem, em períodos relativamente breves, romper com o atraso e se colocar à altura da civilização da nossa época. Os exemplos da URSS e da República Popular da China são eloquentes por si mesmos.

Como a Rússia naquele momento, o Chile encontra-se ante a necessidade de iniciar uma nova maneira de constituir a sociedade socialista: a nossa via revolucionária, a via pluralista, antecipada pelos clássicos do marxismo, porém nunca concretizada antes. Os pensadores sociais supuseram que os primeiros a percorrer esse caminho seriam nações mais desenvolvidas, provavelmente a Itália e a França, com seus poderosos partidos operários de definição marxista.

* Salvador Allende, "La vía chilena hacia el socialismo" (Mensaje al Congreso, 21 de maio de 1971), *La vía chilena hacia el socialismo*, Madrid, Fundamentos, 1971, p. 28-32.

No entanto, uma vez mais a história permite romper com o passado e construir um novo modelo de sociedade, não só onde teoricamente isto era mais previsível, mas onde se criaram condições concretas mais favoráveis para seu estabelecimento. Atualmente, o Chile é a primeira nação da Terra chamada a formar o segundo modelo de transição à sociedade socialista.

Este desafio desperta vivo interesse para além das fronteiras da pátria. Todos sabem, ou intuem, que aqui e agora a história começa a dar uma nova guinada, na medida em que nós, chilenos, estivermos conscientes da empreitada. Alguns de nós, talvez a minoria, veem apenas grandes dificuldades na tarefa. Outros, a maioria, buscamos a possibilidade de enfrentá-la com sucesso. Por minha parte, tenho certeza de que teremos a energia e a capacidade necessárias para realizar esse esforço, modelando a primeira sociedade socialista edificada segundo um modelo democrático, pluralista e libertário.

Os céticos e os catastrofistas dirão que não é possível. Dirão que um Parlamento que tão bem serviu às classes dominantes é incapaz de transfigurar-se para chegar a ser o Parlamento do Povo chileno.

E mais: afirmam enfaticamente que as Forças Armadas e os Carabineros, até agora elementos de sustentação da ordem institucional que superaremos, não aceitariam garantir a vontade popular decidida a edificar o socialismo em nosso país. Esquecem a consciência patriótica das nossas Forças Armadas e dos Carabineros, sua tradição profissional e sua submissão ao poder civil. Para utilizar os mesmos termos do general Schneider, nas Forças Armadas, como “parte integrante e representativa da nação e como estrutura do Estado, o permanente e o temporário organizam e contrapesam as mudanças periódicas que regem sua vida política dentro de um regime legal”.

Por minha parte declaro, senhores membros do Congresso Nacional, que como esta instituição está baseada no voto popular, nada em sua própria natureza impede que ela se renove para se transformar de fato no Parlamento do Povo. E afirmo que as Forças Armadas chilenas e o Corpo de Carabineros, guardando fidelidade ao seu dever e à sua tradição de não interferir no processo político, serão o respaldo de uma ordenação social que corresponda à vontade popular expressa nos termos estabelecidos pela Constituição. Uma ordenação mais justa, mais humana e mais generosa para todos, mas essencialmente para os trabalhadores, que até hoje deram tanto sem receber quase nada.

As dificuldades que enfrentamos não se situam neste campo. Residem na extraordinária complexidade das tarefas que nos esperam: institucionalizar a via política para o socialismo, e conseguir isso a partir de nossa realidade presente, de sociedade esmagada pelo atraso e pela pobreza próprios da dependência e do subdesenvolvimento, romper com os fatores causadores do

atraso e, ao mesmo tempo, erigir uma nova estrutura socioeconômica capaz de prover a prosperidade coletiva.

As causas do atraso estiveram – e ainda estão – no casamento das classes dominantes tradicionais com a subordinação externa e com a exploração classista interna. Elas lucravam com a associação a interesses estrangeiros, e com a apropriação dos excedentes produzidos pelos trabalhadores, deixando a estes apenas um mínimo indispensável para repor sua capacidade de trabalho.

Nossa primeira tarefa é acabar com esta estrutura restritiva, que gera apenas um crescimento deformado. Mas, simultaneamente, é preciso edificar a nova economia, para que suceda à outra sem solução de continuidade, edificá-la conservando ao máximo a capacidade produtiva e técnica que conseguirmos, apesar das vicissitudes do subdesenvolvimento, edificá-la sem crises artificialmente elaboradas pelos que terão seus arcaicos privilégios proscritos.

Para além dessas questões básicas, uma delas desafia nossa época: como devolver ao homem, sobretudo ao jovem, um sentido de missão que lhe infunda uma nova alegria de viver e que conceda dignidade à sua existência? Não existe outro caminho senão apaixonar-se pelo esforço generoso de realizar grandes tarefas impessoais, como autossuperação da própria condição humana, até hoje aviltada pela divisão entre privilegiados e excluídos.

Ninguém pode imaginar atualmente soluções para os distantes tempos do futuro, quando todos os povos terão alcançado a abundância e a satisfação das suas necessidades materiais e herdado, ao mesmo tempo, o patrimônio cultural da humanidade. Mas aqui e agora, no Chile e na América Latina, temos a possibilidade e o dever de desencadear as energias criadoras, particularmente da juventude, para missões que possam nos comover mais que qualquer outro empreendimento do passado.

Essa é a esperança de construir um mundo que supere a divisão entre ricos e pobres. E, em nosso caso, erigir uma sociedade em que seja anulada a guerra de uns contra outros na concorrência econômica; na qual não tenham sentido a luta por privilégios profissionais, nem a indiferença pelo destino alheio, que faz com que os poderosos sejam extorsionários dos fracos.

Poucas vezes os homens necessitaram tanto como agora de fé em si mesmos e em sua capacidade de reconstruir o mundo, de renovar a vida.

Este é um tempo inverossímil, que fornece os meios materiais de realizar as utopias mais generosas do passado. A única coisa que impede que a concretizemos é o peso de uma herança de cobiças, medos e tradições institucionais obsoletas. Entre a nossa época e a do homem liberto em escala planetária, há apenas a superação dessa herança. Só assim será possível convocar os homens e reedificar-se, não como produtos de um passado de escravidão e exploração, mas como realização consciente das suas mais nobres potencialidades. Este é o ideal socialista.

Paul Singer

*O que é socialismo hoje**

Economista, professor universitário (USP) e pesquisador do Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), Paul Singer é militante socialista desde os anos 1950. De formação marxista, influenciado pelas teorias econômicas de Rosa Luxemburgo, participou do seminário de estudos de *O Capital* de Marx em São Paulo. Membro do Partido Socialista Brasileiro durante muitos anos, a partir de 1980 se filiou ao PT. Durante a administração petista da cidade de São Paulo (prefeita Luiza Erundina), foi secretário de Planejamento. Sempre foi e continua sendo um dos mais influentes defensores de um socialismo democrático e pluralista no Brasil. A brochura da qual extraímos este texto se apresenta como uma contribuição ao debate geral sobre o socialismo.

O socialismo que decorre das lutas atuais dos trabalhadores dos setores economicamente mais avançados constitui uma reformulação profunda do que se concebia como socialismo há apenas algumas décadas. A reformulação mais drástica é provavelmente a rejeição da ideia de que o socialismo deve ser implementado a partir da conquista do poder político, o que implicava a noção de que o socialismo seria, em essência, realizado por *um* poder político que a tanto se propusesse. A lógica do raciocínio se baseava no pressuposto de que o socialismo resultaria da socialização dos meios de produção, entendida como abolição da propriedade privada dos mesmos.

Ora, hoje, após diversas tentativas fracassadas de chegar ao socialismo desta maneira, sabemos que socializar só pode significar submeter os meios de produção ao controle coletivo do conjunto dos trabalhadores. Como vimos, porém, a natureza das forças produtivas atualmente disponíveis faz com que o controle *imediato* da produção social seja exercida por uma camada de técnicos e administradores – e enquanto isso tiver de ser assim a essência da socialização não consiste em subordinar formalmente esta camada a um poder dito “proletário” ou “socialista”, mas em submetê-la *de fato* à hegemonia da classe trabalhadora. Mas isso significa que, em lugar de “conquistar” o poder político, o que os socialistas têm de fazer é dividi-lo de tal modo que as decisões finais sejam tomadas, direta ou indiretamente, pela classe trabalhadora. Em outras palavras, se a burguesia dividiu o poder político em três ramos independentes – executivo, legislativo e judiciário – para impor sua hegemonia, o proletariado

* Paul Singer, *O que é socialismo hoje*, Petrópolis, Vozes, 1980, p. 69-72.

não pode reunificá-lo, a pretexto de sua conquista, sem acabar por ser dominado pelos que de fato o exercem.

O Estado de novo tipo terá de ter o seu poder também dividido, de modo a que o seu exercício seja confiado a representantes eleitos das diversas correntes de opinião ou coligações de interesses em que se divide a população. Não há por que especular agora se o Estado de novo tipo irá conservar a tradicional divisão de três poderes e mais os usuais três níveis de poder nacional, regional e local ou se outras divisões serão experimentadas. O mais provável é que diferentes tipos de estruturação do poder serão ensaiados em vários momentos e em diversos países. O que importa é o princípio geral. Se o socialismo significa o controle dos controladores por parte da massa de cidadãos comuns, o poder terá de ser consideravelmente descentralizado, provavelmente mais do que nas repúblicas (ou monarquias) burguesas mais democráticas. Essa descentralização deve fazer com que as divergências e os conflitos sejam trazidos a público e que a participação dos cidadãos na sua resolução seja uma fonte insubstituível de educação política para os mesmos.

Ora, se este é o Estado que pode levar ao socialismo e que portanto deve levar ao seu próprio perecimento, o instrumento para sua conquista dificilmente poderá ser um partido monolítico que tenha como objetivo imediato arrancar o poder da burguesia para unificá-lo em suas mãos. O instrumento será antes uma ampla frente de massas, na qual convivam diversas correntes e que, à medida em que conquiste *algum* poder, em nível local ou de empresa ou de sindicato, o utilize de imediato para subordiná-lo ao conjunto de cidadãos sobre o qual ele é exercido. *A luta pelo socialismo torna-se assim uma prática de libertação.* A própria frente política deve ser um modelo dessa prática, no que respeita à vigência da mais completa democracia interna. O seu objetivo imediato é antes transformar o poder do que propriamente conquistá-lo. Desta maneira, o socialismo acabará sendo implantado à medida que a frente política revolucionária for capaz de destruir as estruturas autoritárias nas mais diversas instituições, no Estado e nas empresas, nas escolas e nos centros científicos, nos sindicatos e nas forças armadas, nas igrejas e nas famílias.

Isso significa também que o âmbito da luta pelo socialismo é muito maior que o plano político convencional. Não é só o poder do Estado que tem de ser transformado, mas todo poder exercido autoritariamente: do patrão na empresa, do professor na escola, do oficial no Exército, do padre na igreja, do dirigente no sindicato ou no partido e, por fim mas não por último, do pai na família. De todos estes, provavelmente a soberania do Estado e a autocracia patronal ou gerencial na empresa são as formas fundamentais de poder, cuja transformação condiciona as demais. Mas nem por isso há qualquer razão para restringir a prática de libertação a estas duas instituições. A luta pelo socialismo requer a

mobilização de toda a população e, portanto, as lutas antiautoritárias têm de ser suscitadas em todas as instituições no pressuposto, confirmado pela experiência, que as práticas de libertação tendem, em geral, a se reforçar mutuamente, na medida em que a legitimidade de todas é reconhecida, ao passo que a tentativa de se considerar uma luta específica como prioritária e contendo em si a solução das demais – “uma vez conquistado o poder e eliminada a propriedade privada dos meios de produção, tudo o mais se resolve sem atrito nem demora” – só tende a dividir os movimentos de libertação e sectarizá-los.

O socialismo só será alcançado após uma extensa e vitoriosa prática de libertação, que abra caminho, ao mesmo tempo, ao desenvolvimento de novas forças produtivas e à socialização completa do trabalho intelectual.

Mario Pedrosa

*O PT e o Estado**

Crítico literário e militante socialista, Mario Pedrosa (1900-1981) é um dos mais importantes intelectuais marxistas no Brasil. Militante do Partido Comunista Brasileiro, adere em 1929 à Oposição de Esquerda (trotskista) e um ano depois funda, com Lívio Xavier, o Grupo Comunista Lenine (mais tarde Liga Comunista Internacionalista). É um dos organizadores, em 1934, da Frente Única Anti-Fascista – que reúne comunistas, trotskistas, socialistas, anarquistas e sindicalistas – que vai se opor, pelas armas, ao desfile Integralista na Praça da Sé, em São Paulo. Perseguido pelo Estado Novo, se refugia na França em 1936 e participa, como delegado das seções latino-americanas, no Congresso de Fundação da Quarta Internacional (1938) perto de Paris. É designado responsável para a América Latina no Comitê Executivo da nova Internacional, sediado em Nova York, para onde se muda. Em 1940 entra em divergência com Trotski, apoiando a posição dissidente de Max Schachtman e C. L. R. James, contra a “defesa incondicional da URSS”. De volta ao Brasil, funda em 1945 o semanário *Vanguarda Socialista* – no qual colabora também Patricia Galvão, a Pagu –, que se opõe ao stalinismo e discorda das ideias de Rosa Luxemburgo. Exilado durante os anos da ditadura, primeiro no Chile (até 1973) e em seguida em Paris, ele volta ao Brasil no fim dos anos 1970 e participa da fundação do Partido dos Trabalhadores.

Neste documento, que data do momento em que se constitui o PT (1980), ele explica sua visão do lugar deste novo partido na história do Brasil.

O PT e o Estado

O Partido dos Trabalhadores não é uma invenção de ninguém, nem mesmo de Lula e seus amigos, é, porém, um produto lento da história do Brasil. Ele começou a aparecer quando acabou a infâmia da escravidão, feneceram os carros de bois, irromperam as primeiras locomotivas e os trens de ferro, os barcos a vapor abriram a navegação costeira, chegaram os primeiros imigrantes do sul da Europa e os negros foram enfim promovidos a trabalhadores e os índios, quando não massacrados, viraram caboclos por todo o Brasil e o general Rondon salvou os restantes, ao determinar a seus soldados que morressem, sim, em face deles, não os matassem, porém. O resto já é história moderna, que chega com as deformações monstruosas do capitalismo e a exploração sistemática do braço negro e do braço índio com os quais as classes brancas dominantes do Brasil, aliadas

* Mario Pedrosa, *Sobre o PT*, São Paulo, Ched, 1980, p. 43-48.

aos imperialistas e monopólios internacionais, acumularam riquezas, fizeram a industrialização, embora esfomeando o povo, tirando-lhe as liberdades públicas e instalando o poder despótico. Um jorro contínuo de petróleo monopolizado pelas grandes multinacionais permitiu a farra de desperdício ocidental, longos e longos anos a fio, até o basta, sem diplomacia, do *ayatollah* e das populações árabes e muçulmanas obedientes que recusam a exploração sem limites do petróleo, transformado em privilégio exclusivo das multinacionais e de alguns de seus agentes burgueses – gênero dos que mandam no Brasil.

O que se constitui em Estado pelo vasto território mal delimitado do Brasil foram pequenos atos jurídicos vagamente em nome do rei de Portugal, e frequentemente sem perspectiva, no intervalo dos séculos. Esses atos jurídicos se plantaram pela vasta costa ao deus-dará, ora com alguma repercussão, ora sem nenhuma. Mas por aí sempre se deram cousas e até acontecimentos.

Em países da laia dos nossos, que nascem colônias porque não podiam ser outra cousa, entre tribos clandestinas e puro mato virgem, chegar a sociedade e chegar a Estado é um longo, longo processo, de procedência nem de classe nem direta. Quando se fundou ou se constatou a colônia, a primeira cousa que se fez conscientemente foi negar que nesse aglomerado social houvesse rei ou chefe, isto é, proprietário. E de fato não chegou nenhum rei por ali, embora o título houvesse planado, e com isto arcaica instituição, remontando toda a antiguidade, ressurgiu: a escravidão. O Brasil tem então a glória triste de ser o promotor moderno da escravidão. O Brasil nasce assim como uma vasta colônia escravocrata, dedicada a produzir açúcar para os mercados europeus, que os povos negros trazidos em massa da África plantam, moem e produzem. E são quatro séculos desse duro trabalho. Ameaçado, ao fim do terceiro século, de perder tudo, reino, coroa e colônias, o rei corre a abrigar-se na colônia, cujo processo econômico de produção continua inalterado, embora cada vez mais rico e assumindo as funções de sustentáculo não só da coroa mas da nobreza lusa que se instala no país mas não trabalha. Os índios que não se cruzam com brancos, mestiços e negros são devastados sistematicamente e os escravos, desesperada e permanentemente empenhados em repelir a escravidão, fogem para os quilombos para aí serem livres no novo país e mantêm na colônia, sob uma forma mais que larvada, a única forma de luta política real na sociedade. Quando ao fim do século XIX marcha-se para o fim da monarquia escravocrata nada mudou: a monarquia fenece, a escravidão fenece, mas de pé e próspera a produção cafeeira começa a importar não mais escravos que se acabaram, mas trabalhadores pagos a salários. É a República que institui o Estado capitalista, mas com o velho monopólio que herdou intacto da colônia: a terra. Aqui a velha história se acaba, e a nova história burguesa começa.

Entre sucessivas crises intermediárias ocorridas no seio das classes burguesas e pequeno-burguesas urbanas um momento veio, aprofundou-se e foi: a

chamada Revolução de 1930. Com a chegada dos provisórios gaúchos ao Rio pôs-se um fim à oligarquia São Paulo/Minas Gerais, que, sob certa forma, era apenas o prolongamento do Estado pós-monárquico. Deu-se, então, uma vaga e vasta “modernização” que a sociologia da moda inaugurou para o Brasil.

Do esquema político que se formou no Brasil pós-1930 surgiu o compromisso dos partidos burgueses normais e a formação, espúria de algum modo, de um partido pequeno-burguês/proletário organizado pela burocracia do novo Estado getuliano, cujo fito político era integrar no aparelho do Estado em formação um semirreformismo que representasse, na realidade social e política ditada pela ditadura, reivindicações parciais que eram, no entanto, mal recebidas pela burguesia conservadora ou liberal em oposição.

A crise interna do regime, assinalada pela passagem meteórica pelo governo Jânio Quadros e a tentativa malograda de estabilização política com Goulart, chegou ao auge quando, derrubado todo o sistema político representado por Jango, faz-se uma experiência brutal de despotismo militar que leva o Brasil a um regime ditatorial que hoje, afinal, parece ter entrado em definhamento.

Neste fim de regime transitório, em que se tenta dar uma ordem legal ao caos institucional existente, a burguesia novamente se entrega à tarefa de se organizar em partidos políticos de acordo com seus respectivos interesses. Atualmente nessas variações de MDBs [Movimento Democrático Brasileiro], Partidos Populares etc. o que se vê são as velhas estruturas políticas liquidadas em 1964 agora mais ou menos remendadas para um novo surto. Dessas velhas siglas e derivados tudo já é conhecido, como o PTB [Partido Trabalhista Brasileiro] de Brizola ou o PCB [Partido Comunista Brasileiro] de Prestes, que está de fora porque a velha burguesia ainda não se achou com forças para permitir que a mais antiga instituição partidária do Brasil possa exercer as funções políticas normalmente. Isso dá bem a mostra da seriedade das suas veleidades democráticas.

A ideia do Partido dos Trabalhadores é a única ideia política realmente nova nesta década começante. A imagem do Estado, que governo e oposição nos apresentam, é visivelmente uma ideia cansada, uma ideia do já visto. O Estado que concebe, o Estado que propõe, é um Estado cujo objetivo fundamental é manter o *status quo* econômico e social do país e que garante o uso e o gozo dos monopólios que capitais estrangeiros e nacionais já vinham desenvolvendo sem o menor impedimento durante todas as décadas passadas. Esse Estado não permite, como não permitiu e não permitirá para frente qualquer concessão séria aos direitos democráticos do povo brasileiro. O proletário atual, tal como se apresenta de norte a sul do país, não tem direitos próprios. Mal chegou a ter certas garantias de autonomia sindical que a CLT [Consolidação das Leis do Trabalho] controla, corta e rebaixa. Esse Estado que aí está, sem o Partido dos Trabalhadores como partido, é um Estado incompleto e espúrio porque

não permite que a classe trabalhadora se insira nele e possa aí representar um papel que lhe é fundamental.

A sociedade capitalista e o Estado burguês, não como conceitos abstratos mas em forma tangível, tal como o processo de desenvolvimento histórico os criou, constituem precisamente o subsolo sobre o qual se apoia a produção capitalista, forma ainda dominante da economia, ao lado da qual porém cresce a classe operária. É nessas condições que o Partido dos Trabalhadores deve atuar e destacar-se autonomamente como classe. Nesse sentido é preciso aqui tocar na diferença histórica que existe entre as classes dominantes e o operariado. Como se sabe, o Estado nacional moderno é uma criação da burguesia como classe, que o cria sobre os escombros do velho Estado. Esse Estado, que é o Estado da dominação burguesa, não impede, ao contrário, chama à existência, por sua vez, a classe trabalhadora e serve como matriz histórica natural como, na imagem feliz da Rosa Luxemburgo, é a casca do ovo da galinha para o pintainho que se incuba nele.

No Brasil, o Estado vindo da Monarquia não sofreu nenhuma mudança de estrutura fundamental quando passou à República: a burguesia brasileira, com efeito, sempre esteve atrelada a suas origens rurais, e por isso nunca perdeu de todo esse caráter. Daí sua histórica timidez de propósitos, seu constante caráter conservador e sua mais que fácil inclinação ao autoritarismo militar. À medida que se desenvolveram o capitalismo e a dominação burguesa esses traços híbridos se acentuaram com o tempo e a crise de Estado de 1964 é o resultado. Tornaram-se então patentes as contradições sociais que o abalaram, e arrastaram a burguesia nacional a entregar-se às finanças internacionais e aos capitais multinacionais, tendendo a impor uma clara hegemonia, digamos da burguesia internacional, sobre todos os outros grupos. Diante desse neocolonialismo cria-se um impasse político geral e o proletariado, que mal ou bem se vinha formando, vê-se garroteado nos seus direitos.

Ninguém pode traçar aprioristicamente e ainda menos doutrinariamente qualquer ação ou comportamento prévio para o nosso Partido dos Trabalhadores. O empirismo salutar será no fundo a sua força para a ação. O Estado burguês não admite porém nenhuma transformação estrutural seja de que natureza for. Aqui surge, queira-se ou não se queira, entre a burguesia e a classe dos trabalhadores um impasse, ou melhor, um choque de posições como o de dois times em disputa de área.

A missão do proletariado contemporâneo como classe consciente de seus próprios interesses será oposta à da burguesia, pois, não levando o Estado a qualquer forma política do capitalismo, altera-lhe sem dúvida a forma classista, e como classe consciente abre o Estado uma perspectiva que tende a estabelecer formas consequentes e democráticas de socialismo.

Eduardo Galeano

*O socialismo não morreu**

Eduardo Galeano é um dos mais inspirados ensaístas da cultura latino-americana moderna. Nascido no Uruguai em 1940, foi redator da revista *Marcha* e diretor do diário *Epoca*. Em 1971 publica *As veias abertas da América Latina*, livro que reexamina a história do continente do ponto de vista dos oprimidos; traduzido em 17 línguas, inaugura um novo marco na historiografia latino-americana. Obrigado a se exilar pela ditadura uruguaia, publica, de 1978 a 1984, a trilogia *Memórias de fogo*, narrações sobre as experiências da repressão, da resistência e do exílio.

O ensaio que reproduzimos aqui é uma reação aos acontecimentos da Europa em 1989 (a queda do muro de Berlim) e à derrota dos sandinistas na Nicarágua. Serviu, naquele momento histórico, como texto de referência para uma boa parte da esquerda latino-americana.

O menino perdido na intempérie

Em Bucareste, um guindaste carrega a estátua de Lenin. Em Moscou, uma multidão ávida faz fila diante das portas do McDonald's. O abominável muro de Berlim se vende em pedacinhos, e Berlim Oriental confirma que está situada à direita de Berlim Ocidental. Em Varsóvia e em Budapeste os ministros da Economia falam igualzinho a Margaret Thatcher. Em Pequim também, enquanto os tanques esmagam os estudantes. O Partido Comunista Italiano, o mais numeroso do Ocidente, anuncia para breve seu suicídio. Reduz-se a ajuda soviética à Etiópia e o coronel Mengistu descobre, subitamente, que o capitalismo é bom. Os sandinistas, protagonistas da revolução mais linda do mundo, perdem as eleições: "Cai a revolução na Nicarágua", os jornais dão como manchete.

Parece que já não existe lugar para as revoluções, a não ser nas vitrines do Museu Arqueológico, nem existe lugar para a esquerda, salvo para a esquerda arrependida que aceita sentar-se à direita dos banqueiros. Estamos todos convidados ao enterro mundial do socialismo. O cortejo fúnebre abrange, segundo dizem, a humanidade inteira.

Eu confesso que não acredito. Estes funerais erraram de morto.

* Eduardo Galeano, "El niño perdido en la intemperie", em *Ser como ellos y otros artículos*, Madrid, Siglo XXI, 1992.

Na Nicarágua, os justos pagam pelos pecadores

A perestroika, e a paixão da liberdade que a perestroika desatou, fizeram arrebentar por todas as partes as costuras de uma asfixiante camisa de força. Tudo explode. Em ritmo de vertigem, multiplicam-se as mudanças, a partir da certeza de que a justiça social não tem por que ser inimiga da liberdade nem da eficiência. Uma urgência, uma necessidade coletiva: a gente já não aguentava, a gente estava farta de uma burocracia tão poderosa quanto inútil, que em nome de Marx a proibia de dizer o que se pensava e de viver o que se sentia. Toda espontaneidade era culpada de traição ou loucura.

Socialismo, comunismo? Ou tudo isso era, melhor dizendo, uma fraude histórica? Eu escrevo de um ponto de vista latino-americano e me pergunto: se assim foi, se assim tivesse sido, por que vamos nós pagar o preço dessa fraude? Nesse espelho, nunca estive nossa cara.

Nas recentes eleições da Nicarágua, a dignidade nacional perdeu a batalha. Foi vencida pela fome e pela guerra; mas também foi vencida por ventos internacionais, que estão soprando contra a esquerda com mais força que nunca. Injustamente, pagaram os justos pelos pecadores. Os sandinistas não são responsáveis pela guerra nem pela fome; nem cabe atribuir a eles a menor cota de culpa pelo que ocorria no Leste. Paradoxo dos paradoxos: esta revolução democrática, pluralista, independente, que não copiou os soviéticos, nem os chineses, nem os cubanos, nem ninguém, pagou os pratos que outros quebraram, enquanto o Partido Comunista local votava em Violeta Chamorro.

Os autores da guerra e da fome celebram, agora, o resultado das eleições, que castiga as vítimas. No dia seguinte, o governo dos Estados Unidos anunciou o fim do embargo econômico contra a Nicarágua. O mesmo tinha acontecido, anos atrás, quando do golpe militar no Chile. No dia seguinte à morte de Allende, o preço internacional do cobre subiu por arte de magia.

Na realidade, a revolução que derrubou a ditadura da família Somoza não teve, nesses dez longos anos, nem um minuto de trégua. Foi invadida todos os dias por uma potência estrangeira e seus criminosos de aluguel, e foi submetida a um incessante estado de sítio por banqueiros e negociantes donos do mundo. E apesar disso conseguiu ser uma revolução mais civilizada que a francesa, porque não guilhotinou nem fuzilou ninguém, e mais tolerante que a norte-americana, porque em plena guerra permitiu, com algumas restrições, a livre expressão dos porta-vozes locais do amo colonial.

Os sandinistas alfabetizaram a Nicarágua, diminuíram consideravelmente a mortalidade infantil e deram terra aos camponeses. Porém, a guerra tirou o sangue do país. Os danos da guerra equivalem a uma vez e meia o Produto Interno Bruto, o que significa que a Nicarágua foi destruída uma vez e meia.

Os juízes da Corte Internacional de Haia ditaram sentença contra a agressão norte-americana, e isso não serviu para nada. E tampouco de nada serviram os cumprimentos dos organismos das Nações Unidas especializados em educação, alimentação e saúde. Os aplausos não se comem.

Foram raras as ocasiões em que os invasores atacaram objetivos militares. Seus alvos preferidos foram as cooperativas agrícolas. Quantos milhares de nicaraguenses foram mortos ou feridos, nesta década, por ordem do governo dos Estados Unidos? Em proporção, equivaleriam a 3 milhões de norte-americanos. E sem dúvida, nestes anos, muitos milhares de norte-americanos visitaram a Nicarágua e foram sempre bem-recebidos, e a nenhum aconteceu nada. Apenas um morreu. Matou-o a “contra”. (Era muito jovem e era engenheiro e era palhaço. Caminhava seguido por um enxame de garotos. Organizou na Nicarágua a primeira Escola de Clowns. Matou-o a “contra” enquanto media a água de um lago para fazer uma represa. Ele se chamava Ben Linder.)

A trágica solidão de Cuba

Porém, e Cuba? Não ocorre também ali, como ocorria no Leste, um divórcio entre o poder e a gente? Não está a gente, também ali, farta do partido único e da imprensa única e da verdade única?

“Se eu sou Stalin, meus mortos gozam de boa saúde”, disse Fidel Castro, e certamente não é esta a única diferença. Cuba não importou de Moscou um modelo pré-fabricado de poder vertical, mas foi obrigada a converter-se em uma fortaleza para que seu todo-poderoso inimigo não a almoçasse com garfo e faca. E foi nessas condições que este pequeno país subdesenvolvido alcançou algumas façanhas assombrosas: hoje em dia, Cuba tem menos analfabetismo e menos mortalidade infantil que os Estados Unidos. Além disso, diferentemente de vários países do Leste, o socialismo cubano não foi ortopedicamente imposto de cima e de fora, e sim nasceu bem de dentro e cresceu bem de baixo. Os muitos cubanos que morreram por Angola ou deram o melhor de si pela Nicarágua a troco de nada, não estiveram cumprindo de modo submisso e contra o coração as ordens de um Estado policial. Se assim tivesse sido, seria inexplicável: nunca houve deserções e sempre sobrou fervor.

Agora Cuba está vivendo horas de trágica solidão. Horas perigosas: a invasão do Panamá e a desintegração do chamado campo socialista influem da pior maneira, temo, sobre o processo interno, favorecendo a tendência ao fechamento burocrático, à rigidez ideológica e à militarização da sociedade.

Cara e coroa dos novos tempos

Diante do Panamá, da Nicarágua ou de Cuba, o governo dos Estados Unidos invoca a democracia como os governos do Leste invocavam o socialismo: como um alibi. Ao longo deste século, a América Latina foi invadida mais de cem vezes pelos Estados Unidos. Sempre em nome da democracia, e sempre para impor ditaduras militares ou governos títeres que puseram a salvo o dinheiro ameaçado. O sistema imperial de poder não quer países democráticos. Quer países humilhados.

A invasão do Panamá foi escandalosa, com suas 7 mil vítimas entre os escombros dos bairros pobres arrasados pelos bombardeios; porém mais escandalosa que a invasão foi a impunidade com que se realizou. A impunidade, que induz à repetição do delito, estimula o delinquente. Diante deste crime de soberania, o presidente Mitterrand fez soar seu discreto aplauso e o mundo inteiro cruzou os braços, depois de pagar o minúsculo imposto de uma ou outra declaração.

Nesse sentido, torna-se eloquente o silêncio, e até a mal dissimulada complacência de alguns países do Leste. A liberação do Leste implica sinal verde para a opressão do Ocidente? Eu nunca compartilhei com a atitude daqueles que condenavam o imperialismo no mar do Caribe, porém aplaudiam ou se calavam quando a soberania nacional era pisoteada na Hungria, na Polônia, na Tchecoslováquia ou no Afeganistão. Posso dizê-lo, porque não tenho o rabo preso: o direito à autodeterminação dos povos é sagrado, em todos os lugares e em todos os momentos. Com acerto dizem por aí que as reformas democráticas de Gorbachev foram possíveis porque a União Soviética não corria o risco de ser invadida pela União Soviética. E, simetricamente, com acerto dizem por aí que os Estados Unidos estão a salvo de quarteladas e ditaduras militares porque nos Estados Unidos não existe embaixada dos Estados Unidos.

Sem sombra de dúvida, a liberdade é sempre uma boa notícia. Para o Leste, que lá a está protagonizando com justa alegria, e para todo o mundo. Porém, ao contrário, são uma boa notícia os elogios ao dinheiro e às virtudes do mercado? A idolatria do *american way of life*? As cândidas ilusões de ingresso no Clube Internacional dos Ricos? A burocracia, que somente é ágil para acomodar-se, está se adaptando aceleradamente à nova situação, e os velhos burocratas começam a converter-se em novos burgueses.

É preciso reconhecer, do ponto de vista latino-americano e do chamado Terceiro Mundo, que o defunto bloco soviético tinha, ao menos, uma virtude essencial: não se alimentava da pobreza dos pobres, não participava do saque do mercado internacional capitalista e, em troca, ajudava a financiar a justiça

em Cuba, na Nicarágua e em muitos outros países. Eu suspeito que isto será, em breve, recordado com saudades.

Um pesadelo realizado

Para nós, o capitalismo não é um sonho a ser realizado, mas um pesadelo realizado. Nosso desafio não consiste em privatizar o Estado, mas em desprivatizá-lo. Nossos Estados foram comprados, por uma micharia, pelos donos da terra e dos bancos, e tudo o mais. E o mercado não é, para nós, mais que um navio de piratas: quanto mais livre, pior. O mercado local e o internacional. O mercado internacional nos rouba com os dois braços. O braço comercial nos vende cada vez mais caro e nos compra cada vez mais barato. O braço financeiro que nos empresta nosso próprio dinheiro, nos paga cada vez menos e nos cobra cada vez mais.

Vivemos em uma região de preços europeus e salários africanos, no qual o capitalismo atua como aquele bom homem dizia: “Gosto tanto dos pobres que sempre me parece que não existem em quantidade suficiente”. Somente no Brasil, para falar de um caso, o sistema mata mil crianças por dia de doença ou de fome. Na América Latina, o capitalismo é antidemocrático, com ou sem eleições: a maioria da gente está presa da necessidade e está condenada à solidão e à violência. A fome mente, a violência mente: dizem pertencer à natureza, simulam fazer parte da ordem natural das coisas. Quando essa “ordem natural” se desordena, os militares entram em cena, encapuzados ou com a cara descoberta. Como dizem na Colômbia: “O custo da vida sobe cada vez mais, e o valor da vida baixa cada vez mais”.

Passo a passo

As eleições da Nicarágua foram um golpe muito duro. Um golpe do ódio de Deus, como dizia o poeta. Quando soube o resultado eu fui, e ainda sou, um menino perdido na intempérie. Um menino perdido, digo, porém não só. Somos muitos. Em todo o mundo, somos muitos.

Às vezes, sinto que nos roubaram até as palavras. A palavra socialismo se usa, no Ocidente, para maquiagem a injustiça; no Leste, evoca o purgatório, ou talvez o inferno. A palavra imperialismo está fora de moda e já não existe no dicionário político dominante, ainda que o imperialismo exista, sim, e saqueie e mate. E a palavra militância? E o fato mesmo da paixão militante? Para os teóricos do desencanto, é uma antiguidade ridícula. Para os arrependidos, um estorvo da memória.

Em poucos meses, assistimos ao naufrágio estrepitoso de um sistema usurpador do socialismo, que tratava o povo como a um eterno menor e o

levava com rédeas curtas. Porém, faz três ou quatro séculos, os inquisidores caluniavam Deus quando diziam que cumpriam suas ordens; e eu acredito que o cristianismo não é a Santa Inquisição. Em nosso tempo, os burocratas desprestigiaram a esperança e mancharam a mais bela das aventuras humanas; porém também acredito que o socialismo não é o stalinismo.

Agora, é necessário voltar ao começo. Passo a passo, sem mais escudos que os nascidos de nossos próprios corpos. É imprescindível descobrir, criar, imaginar. No discurso que Jesse Jackson pronunciou pouco depois de sua derrota, nos Estados Unidos, ele reivindicou o direito de sonhar: “Vamos defender esse direito”, disse. “Não vamos permitir que ninguém nos tire esse direito”. E hoje, mais do que nunca, é preciso sonhar. Sonhar, juntos, sonhos que se desensonhem e encarnem em matéria mortal, como dizia, como queria outro poeta. Lutando por esse direito, vivem meus melhores amigos; e por ele alguns deram a vida.

Este é meu testemunho. Confissão de um dinossauro? Talvez. Em todo caso, é o testemunho de alguém que acredita que a condição humana não está condenada ao egoísmo e à obscena caçada ao dinheiro, e que o socialismo não morreu, porque ainda não era: que hoje seja o primeiro dia da longa vida que tem por viver.

(Tradução: Eloisa Aragão)

V. Os partidos comunistas

Rodney Arismendi

*Uma revolução continental**

Secretário-geral do Partido Comunista Uruguaio, ex-deputado, autor de várias obras políticas e filosóficas (por exemplo, *La justicia soviética defiende al mundo. Los procesos de Moscú*, Montevidéo, 1938; *La filosofía del marxismo y el señor Haya de la Torre*, Montevidéo, 1946; *Los intelectuales y el Partido Comunista*, Montevidéo, 1948), Rodney Arismendi é certamente um dos representantes mais inteligentes e cultos da corrente marxista pró-soviética.

Ao contrário de outros dirigentes comunistas (argentinos e brasileiros, por exemplo), Arismendi colaborou com a direção cubana e desempenhou um papel importante como “conciliador” entre o castrismo e os partidos comunistas na conferência da OLAS.

As páginas seguintes foram extraídas de um artigo de 1961, publicado pela revista soviética *Kommunist*, que tenta incorporar a experiência cubana e suas consequências às doutrinas tradicionais dos partidos comunistas latino-americanos.

O método revolucionário comprova sua aptidão para resolver os problemas candentes da América Latina

O segundo elemento a ser levado em conta em toda estimativa da incidência da Revolução Cubana no processo latino-americano consiste em que esta realizou, pela primeira vez e de um modo radical, as tarefas fundamentais já maduras que o desenvolvimento social promove ante a revolução continental e ante cada povo em particular. Até então, as lutas dos povos latino-americanos não tinham conseguido acabar com o jugo imperialista e o domínio dos grandes latifundiários e grandes capitalistas¹.

As revoluções democrático-burguesas iniciadas em alguns países – na época do imperialismo, a Revolução Mexicana, e, depois da Segunda Guerra

* Rodney Arismendi, *Problemas de una revolución continental*, Montevidéo, Pueblos Unidos, s.d., p. 20-22, 50-54.

¹ A guerra de independência – 1810-1830 –, que libertou as colônias ibero-americanas da dominação da Espanha e de Portugal, obteve a independência política, mas em geral não conseguiu acabar com os problemas fundamentais da revolução democrático-burguesa.

Mundial, a Revolução Boliviana – ficaram na metade do caminho, como mais um testemunho do caráter contraditório e dual da burguesia nacional e de sua incapacidade orgânica de realizar de modo profundo na América Latina a luta democrática de libertação nacional.

A Revolução Cubana, pelo contrário, realizou em um prazo exíguo as tarefas democráticas gerais e anti-imperialistas da revolução, criando as premissas básicas para a passagem para formas sociais mais avançadas².

Por tudo isso, Cuba encarna hoje – como proclama acertadamente a Declaração dos Partidos Comunistas e Operários da América Latina reunidos em Havana em agosto de 1960 – “as aspirações patrióticas e democráticas de todos os nossos povos, cujas riquezas são dilapidadas pelo imperialismo ianque e seus cúmplices latifundiários e grandes capitalistas antinacionais, e cujas soberanias são subordinadas às ordens americanas em matéria de política externa”³.

Neste sentido, é uma revolução agrária e anti-imperialista perfeitamente definida; mas, como bem perceberam os cubanos, esta revolução, pelas forças de classe que a sustentam e pelos métodos radicais que utiliza “é uma revolução popular avançada”.

As classes sociais que estão objetivamente interessadas na realização destas tarefas históricas são os operários, os camponeses, as camadas médias urbanas e a burguesia nacional. Mas as forças motoras da revolução, as que a impulsionam e concretizam, são principalmente os operários, os camponeses pobres e os setores radicais da pequena burguesia urbana.⁴

Sem dúvida, esta situação é uma peculiaridade da Revolução Cubana; no entanto, nem a particularidade de seu curso, nem seu caráter avançado diminuem sua repercussão em toda a revolução latino-americana, cujos ritmos de desenvolvimento são bastante diversos, mas cujos problemas essenciais e tarefas

² Desapropriou e nacionalizou empresas imperialistas norte-americanas pelo valor de 1 bilhão de dólares; desapropriou e nacionalizou as propriedades dos homens da ditadura e dos inimigos da revolução; realizou uma reforma agrária radical, destruiu o latifúndio, entregou terras para camponeses e assalariados rurais e nacionalizou os estabelecimentos cujo parcelamento teria sido anti-econômico, iniciou um amplo plano de desenvolvimento industrial e de diversificação agrícola com a generosa ajuda do campo socialista; adotou importantes medidas para a melhora material e cultural dos trabalhadores; destruiu o velho aparelho militar e burocrático do Estado e iniciou a edificação de um novo poder revolucionário sustentado pelo povo em armas, organizado no Exército Rebelde e nas milícias operárias e camponesas. Nas relações internacionais, o novo governo revolucionário cubano colocou em prática uma política externa independente e de paz, transformou-se no acusador implacável do imperialismo norte-americano e iniciou relações de amizade com o campo socialista e com todos os povos amantes da paz e contrários ao colonialismo.

³ Reproduzida por *Estudios*, n. 17, 1960. Revista teórico-política editada pelo Comitê Executivo do Partido Comunista do Uruguai.

⁴ Blas Roca, “Informe a la VIII Asamblea Nacional del Partido Socialista Popular”, *Estudios*, n. 17, 1960.

gerais são os mesmos. Quando formulamos esta asseveração, prevenimos, para sermos cautelosos, que estamos nos referindo ao conteúdo da revolução e às suas experiências mais gerais. Neste caso, não há qualquer margem para o extremismo pequeno-burguês, que prescinde das condições objetivas e que adota, como única receita, esta ou aquela forma particular de luta utilizada pelos revolucionários cubanos.

Seria um erro acreditar que, em todo o continente, os sinos anunciam a mesma hora; isso poderia nos precipitar em um esquematismo impolítico ou no pecado infantil de queimar as etapas. Mas acreditamos que, apenas com sua presença, a Revolução Cubana apressa o passo ziguezagueante da história, põe as feridas em carne viva, situa toda a luta em um plano superior. Assim, seria uma miopia imperdoável perder de vista *a mudança qualitativa que a Revolução Cubana introduziu na situação geral do continente, na experiência das massas, na definição das classes e na luta entre elas, na tensão explosiva de todas as contradições.*

Isto é confirmado pela onda de massas evocada por Cuba. Toda a batalha de ideias no último ano e meio, nos nossos países, gira em torno de Cuba ou enlaça-se direta ou indiretamente com o debate suscitado pelos atos de sua revolução. O imperialismo, os latifundiários e os grandes capitalistas cobrem as páginas da grande imprensa e os espaços de radiodifusão com a calúnia sistemática contra a Revolução Cubana. Os operários, os estudantes, os camponeses, os intelectuais, os setores avançados da burguesia nacional, nas mais diversas e ativas formas de luta, inundam as ruas, fábricas e salas de aula com o sopro ardente da solidariedade.

Por que falamos de uma revolução continental

Quando falamos de uma mudança qualitativa na situação geral do continente, pensamos justamente na unidade essencial da revolução latino-americana da nossa época, e na Revolução Cubana como uma expressão desta, e como um fator que, reagindo sobre ela, passa a integrá-la na qualidade de condicionante.

Um mérito dos revolucionários cubanos é pensar sua revolução em termos continentais. Isto não deve ser entendido na acepção provocativa que lhe é atribuída pelo imperialismo ianque e pelas classes dominantes vendidas que, enquanto organizam a invasão a Cuba, acusam o governo revolucionário de “exportar a revolução”. A revolução não se exporta nem importa!

Quase todos os libertadores do século passado tinham uma clara consciência do caráter continental da revolução. “Somos uma nação de repúblicas”, dizia Simón Bolívar. Desde então, muitas coisas mudaram e não podemos modificar, segundo os nossos desejos, o que a história fez: 20 ou mais repúblicas, se incluirmos as ilhas

ou regiões de colonização francesa, holandesa e inglesa, geograficamente situadas na plataforma continental. Mas essa diversidade e às vezes fragmentação – já mencionada por Lenin em seus escritos sobre o imperialismo – constitui um obstáculo para a compreensão do caráter único e global da revolução latino-americana.

Outras vezes, a necessidade de lutar contra as utopias pequeno-burguesas que falam de uma unidade ou confederação latino-americana dentro das atuais estruturas leva a descuidar um pouco a ideia ativa e não só especulativa da unidade essencial do processo revolucionário latino-americano.

As classes dominantes e até os agentes mais descarados do imperialismo ianque utilizam o nacionalismo para fazer os países enfrentarem uns aos outros e para acabar com a concepção de uma frente comum. Assim também procedeu a diplomacia inglesa no século XX com os homens da independência, e assim tenta agir o imperialismo ianque no centro e no sul da América.

Só o pensamento internacionalista do proletariado pode resolver na prática os problemas suscitados pela unidade e diversidade da revolução latino-americana. Por isso acreditamos que se pode e se deve falar de uma revolução latino-americana, o que não invalida a existência dos caminhos, ritmos e tempos peculiares de uma revolução cubana, brasileira, argentina, chilena etc. [...]

Filosofia social e programa da grande burguesia conciliadora

Assim, a principal diretriz política do governo norte-americano destina-se a unir aos seus os interesses das velhas classes dominantes, dos latifundiários e dos grandes burgueses vendidos. Apesar disso, também tem de enfrentar, a contragosto, a nova situação que aumentou o já importante papel da grande burguesia conciliadora em muitos países da América Latina. Esta ocupa posições destacadas em grandes partidos políticos da Argentina, do Uruguai, do Chile, do Brasil e da Colômbia; o presidente da Venezuela, Betancourt, e outros políticos centro-americanos representam o pensamento político-social desta camada de grandes burgueses latino-americanos. Chamamos assim aquelas camadas da burguesia, economicamente poderosas, que não estão diretamente ligadas aos monopólios imperialistas, mas que têm alguns laços com eles e tendem, apesar dos frequentes atritos, a negociar com os imperialistas ianques, às custas do povo e do país. Sua posição objetiva está determinada por seus vínculos com setores do latifúndio, desenvolvido em um sentido capitalista, e por sua situação privilegiada na estrutura socioeconômica e também pela antiguidade e profundidade da luta de classes com o proletariado.

Do ponto de vista da política externa, a posição da grande burguesia conciliadora expressa-se pela tentativa falha de resolver, dentro da ficção pan-americanista e sem romper com a OEA, isto é, no quadro da estratégia mundial

ianque, seus frequentes atritos e suas queixas sempre agudas com relação aos Estados Unidos. No âmbito interno, sua diretriz econômica e sua “propaganda” sintetizam-se pelo propósito de “desenvolver” o capitalismo e prosseguir a industrialização sem romper com as relações de produção latifundiárias, desenvolvendo o capitalismo pelas vias mais dolorosas, à custa das grandes massas trabalhadoras. Neste sentido, incorre no aparente paradoxo de se contrapor aos monopólios imperialistas no mercado interno e, ao mesmo tempo, pedir a “ajuda de capitais” estrangeiros para acelerar a industrialização; de aspirar a um alargamento do mercado interno e, ao mesmo tempo, evitar todo enfrentamento radical do problema agrário; de promover às vezes o comércio com os países socialistas para depois, apesar das suas conveniências, começar a tremer se o imperialismo ianque e a grande burguesia vendida acusam-na de fazer o jogo dos comunistas. Dizemos no Uruguai que esta camada da grande burguesia “tem o coração em Washington, mas o bolso em Montevidéu”.

As bases materiais desta atitude tão contraditória da grande burguesia conciliadora devem ser buscadas no processo de desenvolvimento capitalista relativamente importante, porém deformado, que caracteriza nossos países.

O pensamento político-social deste importante setor da burguesia traduziu-se na chamada teoria do “desenvolvimento”, que hoje também influencia camadas da burguesia nacional e da pequena burguesia. Esta teoria – que inclusive foi objeto de estudo em um seminário de sociologia, organizado pelo Centro de Pesquisas de Ciências Sociais do Rio de Janeiro – substituiu a definição científica da estrutura dos países dependentes e semicoloniais pela confusa expressão “países subdesenvolvidos”. O subdesenvolvimento, como todos sabemos, é produto do desenvolvimento desigual do capitalismo, da frustração da revolução democrático-burguesa em continentes inteiros, da formação do sistema colonial do imperialismo e da manutenção de relações pré-capitalistas em grande parte do mundo. A teoria do “desenvolvimento” evita a definição da estrutura destes países em função da presença do imperialismo e do latifúndio, e promove, como ideal, a elevação da “taxa de produção por habitante”, concebendo-a como um simples desenvolvimento quantitativo das forças produtivas, sem romper com as velhas relações de produção. E daí infere a quase verdade de que urge uma maior disponibilidade de “capitais para o investimento”... que podem vir do exterior, ou de uma “maior produtividade”, obtida por meio do saque do camponês e da maior exploração do operário, ou evitando-se os “gastos supérfluos” da legislação social, da cultura e da saúde públicas.

A teoria do “desenvolvimento” reflete, por um lado, a tendência ao desenvolvimento capitalista e, por outro, a falta de vontade de combater firmemente pela independência ante o imperialismo e por transformações profundas diante do latifúndio. A expressão mais conhecida deste pensamento e desta postura diante dos

tópicos fundamentais da revolução latino-americana foi a do presidente Juscelino Kubitschek, do Brasil, quando, durante manifestações contra Nixon, postulou a Operação Pan-Americana. Mas, no essencial, o mesmo pensavam os setores do batllismo no Uruguai, dos radicalismos argentino e chileno, dos liberais colombianos, Betancourt na Venezuela, muitos “revolucionários” – com sete erres – do partido governamental mexicano e outros políticos da América Central e do Sul.

A tese essencial consiste em comover Washington por meio da “ameaça comunista”, e mostrando-lhe a importância do continente para a estratégia mundial dos Estados Unidos, a fim de que ele ajude a América Latina⁵. Esquecem o que ficou demonstrado com meio século XX de relações com os Estados Unidos e que até uma criança sabe: que não se pode tirar leite das pedras.

Devido à Operação Pan-Americana, e também ao crescimento do embate nacional-libertador, os Estados Unidos tiveram de concordar com a realização das conferências dos “21”, que já se reuniram três vezes, entre fracassos, queixas e seduções dirigidas ao imperialismo ianque. O terceiro conclave dos “21” foi realizado em Bogotá, depois da Conferência da Costa Rica, na qual os governos da América Latina, entre eles os representantes da grande burguesia conciliadora, aceitaram assinar a declaração contra Cuba, com base na promessa de Herter de lhes conceder um empréstimo norte-americano coletivo.

Nesta última reunião dos “21”, os Estados Unidos zombaram de novo dos governos do sul, oferecendo-lhes para o futuro... 500 milhões de dólares a serem divididos entre todos, após a aprovação do Congresso de Washington!

O delegado cubano R. Botti resumiu da seguinte maneira dos resultados da Conferência:

O fundo proposto agora pelos Estados Unidos é o instrumento inventado para fazer calar a esperança militante despertada nos povos laboriosos pela Revolução Cubana [...] E, por outro lado, quer “desviar a atenção do problema fundamental: o desenvolvimento econômico autossustentado, independente.

⁵ “... esta situação (a da economia latino-americana) é um fértil campo de ação para o comunismo. Não há governo democrático que resista a uma prolongada crise econômica. Se o interesse dos Estados Unidos é manter os governos democráticos, primeiro deve contribuir para garantir suas economias” (discurso do brasileiro Schmidt na Conferência dos “21”, em Buenos Aires). E como um eco, o colombiano Turbay Ayala afirma em Bogotá – terceira conferência dos “21” –, o seguinte: “Quando todos solicitamos aos Estados Unidos que assumam uma nova atitude perante seus irmãos da América Latina, simplesmente os estamos convidando a complementar nosso esforço para impedir que surjam situações incontroláveis que certamente poderão comprometer, para o prejuízo de todos, a estrutura das nossas instituições”. Poderíamos acrescentar uma verdadeira antologia de discursos no mesmo sentido, variando apenas a nacionalidade do orador e, às vezes, seu estilo.

Linhas principais de desenvolvimento que hoje disputam o futuro da América Latina

Os latifundiários e a grande burguesia vendida concordam com a agressão contra Cuba; a grande burguesia conciliadora, por sua vez, usa o espectro da revolução para barganhar com o imperialismo ianque, com a absurda ilusão de que este parará de saquear a América Latina e ajudará em seu desenvolvimento.

No dia 29 de outubro foi constituído em Washington, na OEA, um novo comitê de “alto nível para coordenar planos inter-americanos de estudos sobre desenvolvimento”. O Comitê é presidido por J. Mora, presidente da OEA, Felipe Herrera, presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento e R. Prebisch, da CEPAL. O embaixador colombiano Sans de Santamaría disse em seu discurso: “*A América Latina está disputando uma corrida entre a evolução e a revolução em sua pugna por conquistar o desenvolvimento econômico*”⁶.

Na verdade, com esta afirmação ficam mais claras as direções em luta no curso latino-americano. Para além da fraseologia e do invólucro ideológico mais ou menos disfarçado, o conteúdo social de classe dos programas essenciais é evidente. Além dos latifundiários e da grande burguesia vendida, cujos interesses histórica e intrinsecamente se confundem com o imperialismo e as piores características da obsoleta estrutura econômico-social em crise, disputam atualmente o futuro da América Latina *a concepção do desenvolvimento da grande burguesia conciliadora e o programa da revolução democrática e nacional libertadora*.

Esta luta atravessa toda a vida social e política, encarna-se na aguda e complexa luta de classes e se corporifica, nua ou disfarçada, no terreno dos encontros ideológicos. A disputa ocorre tanto no plano da luta anti-imperialista quanto nos postulados programáticos com relação à questão agrária. Neste campo, a luta se realiza para além das duas vias de desenvolvimento burgueses que Lenin, em sua época, analisara classicamente. À linha da paulatina transformação dos latifúndios de um modo burguês, contrapõe-se atualmente a linha revolucionária de uma reforma agrária radical. Só o proletariado será capaz de sustentar, com firmeza, esta segunda linha, unindo assim os objetivos nacionais da revolução com os agrários, base da sólida aliança operário-camponesa e garantia do triunfo da revolução democrática de libertação nacional.

Neste sentido, a Declaração dos Partidos Comunistas e Operários é explícita:

A aliança da classe operária e dos camponeses é a força mais importante para conquistar e defender a independência nacional, realizar profundas

⁶ *El País*, Montevideu, 1º de novembro de 1960.

transformações democráticas e garantir o progresso social. Esta aliança será a base de uma ampla frente nacional. De sua força e solidez também depende, em grande medida, o grau de participação da burguesia nacional na luta libertadora.

Alguns caminhos da edificação da Frente Democrática Nacional

Os povos latino-americanos constroem a frente democrática nacional, o poder social capaz de executar o veredicto da história. Sua vanguarda é o proletariado; sua base, a aliança operário-camponesa; em torno desta agrupam-se as grandes massas das camadas médias e os setores avançados da burguesia nacional. Estas forças sociais empenham-se por ganhar ou neutralizar a maior parte da burguesia nacional e se apoiam, para o êxito dos seus objetivos estratégicos, em toda a gama de contradições com o imperialismo ianque e as classes dominantes vendidas.

Esta frente já está sendo criada em toda a América Latina, conforme as particularidades políticas nacionais, embora sua estrutura e seu desenvolvimento ainda sejam muito diversos em cada lugar.

Primeiramente, as grandes massas

O papel protagonista das grandes multidões, sua experiência coletiva e seu ingresso apaixonado na arena político-social, constituem caracteres ostensivos da atual correlação de forças. Isto é comprovado, inclusive, pelos episódios negativos; por exemplo, os grandes deslocamentos eleitorais ocorridos em vários países, em busca de miragens demagógicas. Mas a história mais recente o comprova.

A queda das ditaduras, implantadas pelo imperialismo ianque no período da Guerra Fria, desta vez não foi consequência de golpes palacianos nem de arranjos clandestinos. Traduziu a presença de um terceiro em discórdia: as massas populares e o proletariado. Isto ocorreu mesmo naqueles casos em que as classes dominantes logo controlaram a situação, como na Colômbia. As massas, que derrubaram as mais ferozes ditaduras, não enfrentavam apenas os tiranos, mas também o poder oculto atrás do trono: o imperialismo ianque e as classes dominantes vendidas.

Aqueles que participaram da batalha que modificou a face política da América Latina foram o proletariado, o campesinato, os estudantes, as camadas médias urbanas e a ala avançada da burguesia nacional.

José Revueltas

*Um proletariado sem cabeça**

Um dos maiores romancistas mexicanos modernos, militante comunista durante muitos anos, José Revueltas rompe em 1960 com o PC mexicano. O livro *Ensayo sobre un proletariado sin cabeza* (1962) explica as razões desta dissidência e critica as concepções predominantes no seio da esquerda mexicana, desde Lombardo Toledano até o próprio PCM (nesta época ainda sem questionar a URSS e a tradição do Comintern stalinista). Em 1968, Revueltas participa do grande movimento estudantil e associa-se a jovens marxistas revolucionários. É preso e condenado a 16 anos de cadeia. Depois de sua libertação (1971) e até sua morte (1976), atua como intelectual franco-atirador no seio da esquerda, sem comprometer-se com nenhuma organização.

De que forma Lombardo Toledano encara o problema da burguesia nacional no texto do artigo transcrito?

Vamos destacar primeiro os aspectos mais essenciais do artigo de Lombardo: a) Existência na América Latina de uma *burguesia nacionalista* em contradição com a *burguesia nacional* “que serve ao estrangeiro”; b) *burguesia nacionalista* que, como “fenômeno histórico”, em geral, “representa uma força revolucionária” (ainda que seja “por enquanto”, como argumenta Lombardo, para se “cobrir” com relação às eventualidades de sua afirmação); c) *burguesia nacionalista* que liga suas aspirações às do povo “formando, assim, uma verdadeira frente nacional” que, apesar de suas confusões, tem “um claro sentido de resistência ao imperialismo”.

Depois de examinar estes enunciados de Lombardo, chega-se à conclusão de que dificilmente poderia se encontrar um caso tão perfeito de contraponto ideológico, no qual possam se ajustar com maior exatidão as coincidências ao contrário, como a que existe entre as recíprocas atitudes opostas de Lombardo Toledano e do Partido Comunista mexicano no problema da burguesia nacional.

Com efeito, a “grande burguesia reacionária mexicana” do Partido Comunista não vem a ser outra coisa, em essência, que a “burguesia nacionalista” de Lombardo. Poderá parecer surpreendente, arriscado e inexplicável dizer isso à primeira vista, mas o fato histórico, real, é que nenhuma destas duas categorias existem no México à margem, fora e independentemente da *burguesia nacional*. Esta burguesia nacional é a que existe em nosso país (à

* José Revueltas, *Ensayo sobre un proletariado sin cabeza*, México, Era, 1980, p. 105-108, 218-220.

margem, aqui sim, dos setores financeiros e intermediários que *já existiam* desde a época da ditadura porfiriana, e que foram criados pela política econômica seguida por Porfirio Díaz-Limatour, e que eram e continuam sendo os *aliados naturais* do imperialismo). E, como dizíamos, esta burguesia nacional mexicana se conduz de forma mutante, versátil, conforme as circunstâncias. Pois bem; isto é porque *pode fazê-lo*, porque dentro das fronteiras do país não tem um verdadeiro inimigo à frente das demais classes sociais, sobretudo na classe operária, que esteja em condições de pressioná-la e induzi-la, *pela força política*, a seguir um caminho determinado *ainda que não queira*.

Às vezes, a burguesia nacional mexicana tem uma política progressista e, outras, uma aberta e cínica política reacionária, conforme suas conveniências imediatas, mas com a tendência, cada vez mais forte, de realizar cada vez mais e preferencialmente uma política reacionária, sem que isto queira dizer que renuncie a determinadas formas *burguesas* de luta (ou melhor, de pressão) com o imperialismo. Mas vamos nos entender.

O prejulgamento ideológico que deve ser desterrado é aquele que transforma em *revolucionária* toda a política *nacionalista* da burguesia. Neste prejulgamento baseiam-se os ideólogos da burguesia nacional para confundir a classe operária e para perseguir e impedir suas lutas independentes. A política nacionalista da burguesia não é revolucionária em todos os casos, de forma alguma; além disso, é perfeitamente compatível com uma política reacionária no interior do país, como demonstra a experiência histórica do México em numerosas ocasiões, com Carranza, Obregón e Calles.

Assim, quando o Partido Comunista mexicano tenta explicar a política antioperária do governo e a atribui a “uma grande burguesia reacionária mexicana”, tenta apenas apresentar como *menos burguesa* uma burguesia nacional que realmente está no poder, que é dona material do governo e cuja tendência é seguir de modo preferencial o caminho reacionário, *embora não renuncie à sua política nacionalista*, própria e muito sua, cheia de armadilhas, bajulações, simulações, trapalhadas e hipocrisias que lhe são tão psicologicamente características e que pareceriam herdadas por ela desde a época do imperador Montezuma II.

É aqui que ocorre o fenômeno da “coincidência ao contrário” do Partido Comunista e de Lombardo Toledano. Enquanto para o Partido Comunista parece inconciliável que o governo possa realizar uma evidente ainda que muito limitada política nacionalista, com uma política reacionária e antioperária, aberta e franca, para Lombardo Toledano, no sentido oposto, certas medidas nacionalistas do governo devem ser consideradas obrigatoriamente como revolucionárias e só podem ser explicadas nesta condição. Assim, enquanto para satisfazer seu esquema o Partido Comunista precisa de “uma grande burguesia reacionária” dentro do governo e de um setor da “burguesia

nacionalista” fora dele, para satisfazer o seu Lombardo Toledano precisa de uma “burguesia nacionalista” *dentro* do governo e de uma “burguesia nacional” que serve ao estrangeiro, mas fora do aparelho governamental; a primeira, a serviço de uma linha sectária e esquerdezante; a segunda, de uma linha oportunista de direita.

O anterior evoca inevitavelmente aquela situação em que dois surdos encontram-se à margem de um rio e dialogam:

Surdo I: Você vai pescar?

Surdo II: Não, vou pescar.

Surdo I: Ah, eu pensei que você ia pescar!

Este diálogo de surdos é parecido com o do Partido Comunista e Lombardo Toledano com relação à burguesia nacional. Cada um deles, com diferentes iscas, foi “pescar” uma mesma e idêntica burguesia revolucionária, progressista, anti-imperialista, capaz de se incorporar ou de formar uma “frente nacional”. Entretanto, para cada um deles essa “frente nacional” representa, aparentemente, duas coisas bem diferentes entre si. Para um deles (o Partido Comunista), como a burguesia nacional que busca não está dentro do governo, a “frente nacional” não deve ser apenas anti-imperialista, mas também antigovernamental. Para o outro (Lombardo e seus amigos), a *burguesia nacionalista* está dentro ou influencia a política do governo, e este faz parte (no México) das forças revolucionárias; portanto, a “frente nacional” deve compreender o próprio governo dentro de suas fileiras. (Mais à frente dos parágrafos de seu artigo reproduzidos aqui, Lombardo diz o seguinte: “Há alguns dias, no México, os dois setores da burguesia nacional, ligada ao imperialismo ianque, elevaram seu protesto porque o governo, prosseguindo sua política de nacionalização das principais fontes da economia e dos serviços públicos, depois da nacionalização da indústria elétrica, assumiu o monopólio da exibição de filmes, que funcionava em aberta violação ao texto da Constituição”).

Para o primeiro surdo ideológico e político (Partido Comunista mexicano) a frente nacional não existe e deve ser formada depois de se localizar, com total precisão, o ponto em que a burguesia progressista se encontra. Para o Surdo II (Vicente Toledano), em troca, essa burguesia *revolucionária* já está localizada, no caso do México, dentro do próprio governo (com o aspecto de uma burguesia *nacionalista*), e como essa burguesia “liga suas aspirações às do povo, formando, assim, uma *verdadeira frente nacional*”, o que resta, então, é “impulsioná-la para que mantenha sua atitude sem vacilações e sem concessões perigosas com relação ao poder do exterior”. [...]

Mas de que forma procedem os ideólogos da alienação no México?

a) Pretendem, de fato, que a opressão imperialista despoje a burguesia nacional de seu caráter de classe, de sua inconseqüência *natural* e inalienável, e que então essa *burguesia nacional* se transforme, em virtude das circunstâncias, em uma burguesia *necessariamente* “progressista” e “anti-imperialista”;

b) Consideram que a industrialização, em si mesma e não porque facilite a luta “do proletariado contra a burguesia pelo socialismo”, já constitui uma aceleração do processo de desenvolvimento democrático-burguês (ignorando que este desenvolvimento pode se realizar *sem a burguesia*), confundindo assim a revolução democrática com a classe burguesa e abandonando nas mãos desta a hegemonia do processo. Aqui, a título de que a industrialização constitui para o país a forma de se libertar economicamente do imperialismo, adotam o ponto de vista da “prosperidade” capitalista, benéfica para o país e para a nação, de acordo com eles, e não, como realmente ocorre, para a burguesia.

2. No entanto, a realidade acaba com essas posições, como já vimos diversas vezes neste ensaio. Os ideólogos da alienação, assim, têm de recorrer aos seguintes elementos de “distração” do problema:

- a) Inventar uma fraqueza insuperável, permanente, da burguesia nacional, devido ao estado de indigência em que ela se encontra, obrigada a enfrentar *sempre* o seu causador, o imperialismo;
- b) Como, apesar de tudo, essa burguesia (contra todas as previsões de seus ideólogos no campo operário) consolida-se e fortifica-se cada vez mais, não resta outro recurso senão o de dividi-la em “setores”. Estes setores, enriquecidos e fortes, colocam-se imediatamente a serviço do imperialismo e da reação, deixando sempre, no fundo do copo da prosperidade capitalista com que se embriagam, um resíduo de *burguesia nacional* “anti-imperialista e progressista”, pobre, desamparada e, sem dúvida, também heroica. Desta forma, não é a burguesia nacional “*como classe*” (Lenin) que “*gera inevitavelmente sua* (própria) *inconseqüência na revolução democrática*”, mas essa inconseqüência radica nos “setores” que a “atraíam”;
- c) Como, apesar de tudo, o Estado mexicano é um Estado de classe, os ideólogos da alienação, como já dissemos, saem do apuro, um deles (o Partido Comunista mexicano) alegando a influência predominante da “grande burguesia reacionária”, e outro (Lombardo Toledano) entronizando em seu seio a “burguesia do capitalismo de Estado” como uma burguesia que nega a si mesma de fato, de modo prático e concreto, e não de maneira falsa e aparente, em sua condição de classe social burguesa, e já não só como um núcleo que poderia ser, no pior dos casos, “inconseqüentemente” democrático e progressista.

3. A autêntica e indiscutível revisão do leninismo que *praticam* Lombardo Toledano e o Partido Comunista mexicano, cada um desde suas posições, naturalmente não fica só nisso.

Para Lombardo e o PCM, em palavras, o proletariado é a classe essencialmente revolucionária, mas nos fatos é uma classe que não existe como tal, porque nunca a situaram, nem querem situá-la, no ponto real das relações de classe verdadeiras que existem na sociedade mexicana.

Onde se expressa sempre, do ponto de vista *político*, a realidade das relações de classe? Expressa-se na posição estratégica das classes com relação ao Estado e, conseqüentemente, na atitude tática que observam diante do governo. Uma classe que tiver em suas mãos o poder do Estado, pretenderá conservá-lo e defender, então, sua posição hegemônica no governo, exposto o problema em suas linhas mais gerais. Uma classe que aspirar à posse (ou substituição) do Estado, estará colocada, portanto, na situação inversa, e manterá com respeito ao governo as relações táticas derivadas de uma luta de classes. Que estas relações táticas pressuponham uma luta violenta ou não violenta, dentro da legalidade constitucional ou fora dela, por procedimentos parlamentares ou pela luta de massas (ou mediante uma combinação de ambos os métodos), isso será decidido pela correlação de forças e outros fatores. Mas sobretudo deve-se tentar manter com relação ao Estado e ao governo *uma posição de luta de classes*.

Pois bem, nem Lombardo Toledano nem o Partido Comunista mexicano mantêm esta posição *nos fatos*, ante o Estado e o governo, porque ambos, de diferentes formas, veem apenas uma classe conseqüentemente democrática e progressista, e essa classe não é o proletariado, mas a *burguesia nacional*.

Vittorio Codovilla

*História do marxismo na América Latina**

Estes trechos pertencem a um artigo publicado em 1964 por Codovilla, presidente do Partido Comunista argentino, em razão da celebração do centenário da I Internacional pela *Nouvelle Revue Internationale*. Eles contêm um esboço da história “ortodoxa” do comunismo latino-americano, orientado sobretudo em torno da luta contra os numerosos desvios que o ameaçaram e continuavam ameaçando-o: nacionalismo, browderismo, trotskismo, maoísmo etc.

Entre 1918 e 1922 surgiram partidos comunistas na Argentina, no México, no Uruguai, no Chile e no Brasil. Em 1925, fundava-se o Partido Comunista cubano. Durante a grande crise econômica mundial e as grandiosas lutas realizadas pelos trabalhadores dos países da América Latina, formaram-se partidos comunistas na Venezuela, na Colômbia, no Peru, no Equador, na Costa Rica, em El Salvador e no Paraguai; em outros países, constituíram-se às vésperas ou depois da Segunda Guerra Mundial.

Em todos os países da América Latina, os comunistas lutaram com perseverança para conquistar a unidade sindical e política da classe operária e para desenvolver sua consciência de classe. Com este objetivo, tiveram de lutar sem cessar contra as ideologias burguesas e pequeno-burguesas que tinham penetrado no proletariado e inclusive nos partidos comunistas. O marxismo-leninismo se impôs no movimento operário e popular da América Latina combatendo, por um lado, o anarquismo e suas variantes “extremistas” e, por outro, o socialismo reformista e o nacionalismo burguês, cuja manifestação mais notória foi e continua sendo o aprismo, que tenta subordinar o movimento de massas aos interesses da oligarquia latifundiária e do imperialismo, especialmente do imperialismo ianque, utilizando uma fraseologia “de esquerda”. Em 1920-30, os partidos comunistas tiveram de combater todas as formas de verbalismo pseudorrevolucionário trotskista, assim como as tentativas oportunistas de adaptar ao nacionalismo burguês a organização, o programa e a tática dos partidos comunistas.

Desta forma, estes se endureceram, transformaram-se em verdadeiros partidos revolucionários leninistas e preservaram sua independência de classe, apesar dos inimigos do marxismo-leninismo.

A conferência dos partidos comunistas que se reuniu em Buenos Aires em julho de 1929 desempenhou um grande papel na vida dos partidos

* Vittorio Codovilla, “La pénétration du marxismo-leninisme en Amérique Latine”, *Nouvelle Revue Internationale*, agosto de 1964, p. 91-95, 96-99.

marxistas-leninistas, tanto do ponto de vista ideológico quanto do organizativo. Esta conferência (da qual participaram representantes de 15 partidos comunistas e operários da América Latina¹, assim como uma delegação do Partido Comunista dos Estados Unidos) analisou a experiência acumulada pelos comunistas latino-americanos há uma década, seus êxitos e suas fraquezas, e, pela primeira vez, o caráter da revolução na América Latina e de suas forças motrizes foi definido à luz dos ensinamentos do marxismo-leninismo.

A conferência ressaltou que os Estados Unidos intensificavam a ação para aumentar sua dominação na economia dos países latino-americanos e suplantar o imperialismo inglês.

Também destacou que, ainda que os Estados Unidos se apresentassem perante os povos da América Latina como os paladinos da democracia e da independência nacional, na verdade sua política era agressiva e reacionária, baseada sobretudo em regimes ditatoriais (tais como os de Ibáñez, no Chile, de Leguía, no Peru, de Gómez, na Venezuela, de Machado em Cuba e mais tarde no de Urriburu na Argentina) que, desfraldando lemas nacionalistas, governavam mediante métodos fascistas para reprimir as massas e facilitar a penetração do imperialismo ianque, e se apressavam em confiar a exploração das jazidas petrolíferas e demais riquezas naturais aos monopólios norte-americanos.

Portanto, a conferência se empenhou em recordar que o inimigo número um da emancipação nacional era o imperialismo ianque, o mais poderoso e ganancioso de todos, e que o principal combate devia dirigir-se contra ele. E ainda mais quando, no partido do nacional-reformismo burguês, certas vozes pregavam uma política de conciliação com o imperialismo, afirmando que sua penetração era acompanhada de uma descolonização progressiva dos países latino-americanos, e que por esta razão o imperialismo em geral, e o norte-americano em particular, desempenhava, segundo as teorias do APRA, um papel progressista. A conferência mostrou que na verdade se tratava de uma colonização reforçada, pois o imperialismo ianque, ao penetrar em nossos países, perpetuava neles as formas feudais e semif feudais de propriedade e de exploração. Quanto à industrialização, no caso de existir, interessava apenas às empresas que pertenciam aos monopólios ianques ou eram dependentes deles, e se traduzia por uma exploração ainda maior das massas laboriosas.

Ao reconhecer que os principais inimigos dos povos eram o imperialismo norte-americano e inglês e as oligarquias de latifundiários, a conferência

¹ Argentina, Brasil, Bolívia, Colômbia, Cuba, Equador, Guatemala, México, Panamá, Paraguai, Peru, El Salvador, Uruguai, Venezuela (o Partido Comunista do Chile anunciou sua adesão, mas não pôde participar da conferência em virtude da repressão em seu país).

dispunha dos meios para definir corretamente o caráter da revolução na América Latina, revolução anti-imperialista, agrária e democrático-burguesa. Assim, o golpe principal devia ser dado aos latifundiários, mediante a aplicação de uma reforma agrária radical, e contra a dominação imperialista, mediante a desapropriação e a nacionalização das empresas pertencentes aos monopólios.

Quanto às classes e camadas sociais interessadas na vitória da revolução democrático-burguesa, a conferência estabeleceu que, embora não devesse ser subestimado o papel da pequena burguesia e da burguesia nacional na luta antifeudal e anti-imperialista, também era importante não esquecer nunca que, em determinado momento, estas forças tendem a se comprometer com os grandes proprietários e os monopólios estrangeiros, e que, ao chegar ao poder, capitulam ante eles. Portanto, as forças motrizes da revolução devem ser os operários e os camponeses que atuam em aliança estreita e sob a hegemonia do proletariado.

A conferência denunciou a atitude do APRA, prevenindo contra a perigosa ideia de constituir partidos anti-imperialistas que representem as três classes: a pequena burguesia, o campesinato e o proletariado, sob a direção de intelectuais pequeno-burgueses. Portanto, ao mesmo tempo que considerou indispensável uma aliança com as forças dispostas a combater os grandes proprietários e os monopólios imperialistas, a conferência recomendou que se fortalecesse a organização e a ideologia do partido de vanguarda do proletariado nos lugares em que existisse, e que se criasse um nos países onde ainda não existia, pois, como ressaltou, unicamente sob a hegemonia do proletariado e a direção de sua vanguarda, o partido comunista, poderá ser realizada a revolução democrática, agrária e anti-imperialista, com o objetivo de transformá-la em revolução socialista.

A conferência analisou os diferentes tipos de guerra que podiam eclodir na América Latina, e exortou os comunistas, a classe operária e os povos a manifestar a mais ampla solidariedade com as guerras de libertação nacional, como a dirigida por Sandino na Nicarágua.

Chamou os povos latino-americanos a lutar contra o perigo de uma guerra mundial e a defender a URSS, ameaçada de agressão pelo imperialismo, particularmente pelo inglês.

Assim, pode-se dizer que a conferência de 1929 assentou as bases que, desenvolvidas e enriquecidas nos anos seguintes, foram fundamentais para a consolidação dos partidos comunistas na América Latina, no plano da ideologia e da organização, assim como para seus programas.

No início dos anos 1930, ante o crescente perigo de uma guerra mundial após a chegada ao poder de Hitler, desenvolveu-se um amplo movimento, também na América Latina, contra o fascismo e a guerra, liderado pelos partidos

comunistas, que adquiriu particular amplitude no momento da campanha de solidariedade com a República espanhola.

Depois da agressão das hordas hitlerianas contra a URSS, os partidos comunistas da América Latina dedicaram essencialmente seus esforços a organizar ações de solidariedade com a União Soviética e a coalizão anti-Hitler.

Durante a Segunda Guerra Mundial e nos primeiros anos do pós-guerra, em certos países da América Latina verificou-se o desenvolvimento da indústria (sobretudo da indústria leve); em alguns deles (Brasil, México, Argentina e Chile) surgiu uma indústria pesada rudimentar. Paralelamente, o proletariado aumentava em número.

Depois da derrota do fascismo na Segunda Guerra Mundial, sobretudo graças aos esforços do povo soviético e seus exércitos e, portanto, aos dos seus principais partidários na América Latina, correntes burguesas e pequeno-burguesas nacionalistas surgiram em alguns de nossos países, lançando demagogicamente palavras de ordem de justiça social e independência nacional para tentar deter os progressos do comunismo e colocar a classe operária e as massas populares sob sua direção. A respeito, o fenômeno mais típico foi o do peronismo na Argentina, que chegou ao poder em 1934 mediante um golpe de Estado, e depois, aproveitando o aparelho estatal, conseguiu o apoio das massas nas eleições, ampliando sua influência para outros países da América Latina.

Na Argentina, o peronismo obteve sua força principalmente das novas camadas de operários vindos das regiões rurais, que tinham se incorporado ao proletariado nos anos de desenvolvimento industrial do período da guerra e do pós-guerra. Estes operários, que aspiravam à justiça social e estavam animados por um grande espírito combativo, careciam de experiência política e social. O peronismo obteve sua adesão por meio das suas palavras de ordem demagógicas, e também porque pôde satisfazer algumas das reivindicações imediatas dos trabalhadores, graças à conjuntura favorável da Argentina na época, por vender a bons preços alimentos e matérias-primas aos países beligerantes.

Mas depois de chegarem ao poder, os peronistas não aproveitaram esta conjuntura favorável para realizar as reformas radicais que tinham prometido. Para eles, a reforma agrária consistia na aquisição de terras mediante indenização, para não prejudicar os interesses dos latifundiários, cujas propriedades permaneceram intatas, tendo se ampliado algumas vezes; a nacionalização das empresas estrangeiras teve como contrapartida (como no caso das ferrovias), o pagamento de elevadas compensações, a fim de não afetar de forma alguma os interesses dos imperialistas.

No exterior, o peronismo pretendeu seguir uma “terceira via”, que não deve ser confundida com a atual atitude dos países “não alinhados”, que contribui

de forma fundamental para a manutenção da paz. Quanto ao próprio Perón, ele pensava que uma nova guerra mundial era inevitável, desta vez entre os Estados Unidos e a URSS; pensava que, em caso de conflito, a Argentina deveria permanecer ao lado dos Estados Unidos, pois era parte integrante da “civilização ocidental e cristã”. Portanto, Perón perseguiu os comunistas e as demais forças progressistas, em vez de se aliar a elas para levar a cabo o programa prometido ao povo.

O Partido Comunista da Argentina, assim como os demais partidos comunistas da América Latina, esforçou-se para ajudar a classe operária a se libertar das ideias nacionalistas burguesas e a assimilar a ideologia do proletariado, o marxismo-leninismo, para poder assumir o papel dirigente no bloco das forças operárias, democráticas e populares que lutam pela revolução democrática, agrária e anti-imperialista, por uma perspectiva socialista.

Nos primeiros anos do pós-guerra, os partidos comunistas da América Latina tiveram de combater o desvio browderista que, com o pretexto da luta antifascista e da unidade de todas as forças democráticas e progressistas para aniquilar os restos do fascismo e instaurar regimes democráticos, pregava a necessidade de dissolver os partidos comunistas e criar frentes democráticas nacionais, nas quais as forças comunistas seriam diluídas. Browder pensava que os Estados Unidos imperialistas e a URSS podiam assinar acordos para garantir o desenvolvimento econômico dos países coloniais e dependentes, sem crises nem conflitos. Deste modo ressuscitava a teoria, mais perigosa que nunca, do papel progressista do imperialismo. Esta corrente nefasta, que não deixou de influenciar certos dirigentes dos partidos comunistas latino-americanos, foi vigorosamente combatida, e depois esmagada no plano ideológico.

Simultaneamente, vários partidos comunistas tinham de lutar contra as correntes sectárias que negavam a necessidade de uma política de amplas alianças a fim de impulsionar as massas, tanto para fazer triunfar suas reivindicações imediatas – econômicas, sociais e políticas – como para alcançar o objetivo fundamental da revolução democrática, agrária e anti-imperialista.

Esta luta fortaleceu ideologicamente os partidos comunistas da América Latina. Assim, eles puderam enfrentar com sucesso o perigoso desvio trotskizante, dogmático e aventureiro, impregnado de ideias chauvinistas burguesas, que é o dos dirigentes do Partido Comunista da China. Estes últimos, utilizando métodos inadmissíveis nas relações entre partidos irmãos, tentam impor aos nossos partidos sua linha antimarxista e antileninista e, se não conseguem fazer isso, tentam dividi-los, como fizeram em vários países. Pisam nos documentos internacionais adotados nas Conferências de 1957 e 1960, assinados por eles mesmos.

Por este motivo, cada partido comunista é consciente de que sua unidade e a unidade do movimento comunista mundial requerem uma luta intransigente contra a linha que os dirigentes chineses tentam impor ao movimento comunista mundial. O fato de que nenhum partido comunista da América Latina apoie a posição dos dirigentes chineses demonstra a maturidade ideológica e política destes partidos. Todos repudiam a política de cisão e apoiam cada vez mais o marxismo-leninismo, assim como o conjunto do movimento comunista internacional, e todos reconhecem o papel de vanguarda do glorioso Partido Comunista da União Soviética.

Luis Corvalán

*O Governo Popular**

Pouco depois do triunfo eleitoral de Salvador Allende e da constituição do governo da Unidade Popular (novembro de 1970), Luis Corvalán publicou na *Nouvelle Revue Internationale*, órgão do movimento comunista mundial (pró-soviético), um artigo que desenvolvia os eixos estratégicos essenciais que orientariam o Partido Comunista chileno nos três anos da UP. Esta estratégia baseava-se em dois pressupostos fundamentais: a possibilidade de governar em cooperação com a Democracia Cristã e a lealdade das Forças Armadas com relação ao regime constitucional. Luis Corvalán foi preso depois do golpe de setembro de 1973 e recolhido a um campo de concentração pela Junta Militar.

Três meses depois da eleição, e um mês após a constituição do Governo Popular, a correlação de forças a favor do novo regime mudou. Ainda que permaneça na oposição, a Democracia Cristã não está em guerra contra o governo, e sua maioria pretende apoiar alguns projetos e medidas. E, o que é tão ou mais importante, as massas populares que votaram pelo seu candidato, apoiam os partidos de esquerda. Até mesmo no setor dos partidários de Alessandri observam-se atitudes positivas.

Estes fatos abrem as possibilidades de consolidar e ampliar a unidade de todas as forças anti-imperialistas e antioligárquicas.

Graças ao próprio caráter da revolução chilena, aos interesses das classes e camadas populares, à necessidade de isolar os reacionários, de derrotar suas manobras subversivas, de impedir a intervenção estrangeira, de enfrentar as pressões imperialistas, de dar, em suma, um respaldo nacional ao governo, devido a tudo isso pode e deve se desenvolver ainda mais a unidade do povo, transformando-se este em uma força realmente invencível.

Esta é a questão principal que deve ser resolvida atualmente!

Como disse o presidente do Chile, Salvador Allende, sua eleição não foi a vitória de um homem, mas o triunfo de um povo.

Foi o triunfo de uma ampla conjunção de forças sociais e políticas agrupadas em torno de um programa de profundas transformações revolucionárias.

O programa contempla a nacionalização das riquezas básicas extrativas em poder do capital monopolista estrangeiro e da oligarquia financeira; a

* Luis Corvalán, "Chile, el pueblo al poder", *Revista Internacional*, n. 12, dezembro de 1970, em L. Corvalán, *Camino de Victoria*, edição de homenagem ao cinquentenário do PCCh, Santiago do Chile, setembro de 1971, p. 424-26.

nacionalização dos bancos privados, dos seguros, do comércio exterior e dos monopólios de distribuição, dos monopólios industriais estratégicos e, em geral, das atividades que condicionam o desenvolvimento econômico e social do país. Também inclui a realização, com maior profundidade e clareza, da reforma agrária iniciada pelo governo democrata-cristão.

No Governo Popular haverá três áreas econômicas: a área de propriedade social, formada pelas empresas que o Estado possui atualmente, além das que serão desapropriadas; a área privada, constituída pelos artesãos e pelos pequenos e médios comerciantes, agricultores e industriais, e a área mista, composta por aquelas empresas com capitais estatais e particulares. [...]

Quanto às Forças Armadas, a Unidade Popular apoia o fortalecimento de seu caráter nacional e de seu profissionalismo, sua “formação técnica aberta a todas as contribuições da ciência militar”, para tornar possível “sua contribuição ao desenvolvimento econômico do país”, sem deixar de lado sua tarefa essencial de defesa da soberania nacional e em matérias afins à sua função. Sobre estas bases – diz o Programa – é preciso

garantir às Forças Armadas os meios materiais e técnicos e um justo e democrático sistema de remunerações, promoções e aposentadorias que assegurem a oficiais, suboficiais e tropas a segurança econômica durante sua permanência no serviço e nas condições de reserva, assim como a possibilidade efetiva para todos de serem promovidos de acordo com suas condições pessoais.

Como tem repetido o presidente Allende, os partidos da Unidade Popular não chegaram ao poder em luta contra as Forças Armadas ou contra uma parte delas. Além disso, estas mantiveram-se à margem da luta pelo governo e, após a vitória popular, ratificada pelo Congresso Pleno, reconheceram-na expressamente.

É verdade que não devemos nos esquecer das condições em que foram formadas e, sobretudo, da educação e treinamento que receberam nas últimas décadas, sob a inspiração do Pentágono. Mas nem por isso elas podem ser qualificadas de submissas servidoras do imperialismo e das classes dominantes. Nelas impera o espírito profissional e o respeito ao governo estabelecido, de acordo com a Constituição. Além do mais, o Exército e a Marinha nasceram na luta pela independência. Os soldados e suboficiais das três instituições armadas provêm de camadas sociais modestas, e quase todos os oficiais saíram das camadas médias. Já faz tempo que a oligarquia e a burguesia mais rica desistiram de interessar seus filhos pela carreira militar. Deve-se ter presente sobretudo que não existe mais nenhuma instituição que permaneça impermeável às comoções sociais, fechada

aos ventos que percorrem o mundo, alheia ou indolente ao drama de milhões e milhões de seres humanos que vivem na mais atroz das misérias.

A atuação de grande parte do Exército dominicano durante a invasão ianque ao seu território e o caráter progressista do governo militar do Peru demonstram que as Forças Armadas não devem ser olhadas com critério dogmático.

É verdade que as instituições militares também precisam de mudanças, mas estas não podem ser impostas a elas. Devem surgir de seu próprio seio, pelo seu próprio convencimento.

Quanto ao resto, o tempo e a vida é que dirão.

Em conclusão, a questão do caráter do Estado e de suas instituições e a questão do papel da classe operária requerem, em primeiro lugar, soluções práticas. Isto é o que se procura, fortalecendo sempre – e não enfraquecendo – a unidade do povo, a coesão e a operacionalidade do novo governo. É claro que isso não ocorre de um dia para o outro. Mas o caráter das forças que assumem a direção do país permite ressaltar que se trata de uma mudança essencial na composição e na orientação de classe do governo, e que esta mesma mudança deve chegar a toda a institucionalidade. O novo Estado de Direito deve ser um Estado popular.

Jorge Del Prado *Revolução no Peru?**

O aparecimento de regimes militares chamados de nacionalistas na América Latina não é um fenômeno novo, mas neste período adquire características particulares.

Em 1968, uma junta militar presidida pelo general Velasco Alvarado toma o poder e decreta rapidamente uma série de reformas: nacionalizações (petróleo etc.), reforma das empresas, reforma agrária etc. O Partido Comunista peruano apoiará de forma crescente o novo regime, como mostra este artigo de seu secretário-geral, publicado em 1971. Para Jorge del Prado, as transformações realizadas pelos militares nacionalistas “afastam pouco a pouco” o Peru do capitalismo e deverão levá-lo, em última instância, ao socialismo, se o governo “persistir em sua vontade de progresso econômico e social”.

A orientação do PC peruano é característica da orientação da maioria dos partidos comunistas diante do fenômeno da corrente militar reformista, que se transforma – inclusive quando não está no poder – em uma peça fundamental de sua análise e estratégia.

As modificações estruturais que ocorrem no país contam com o apoio dos camponeses, dos trabalhadores petroleiros e agrícolas. A cada dia aumenta a unidade do proletariado no seio da Confederação Geral dos Trabalhadores do Peru, que se pronuncia abertamente pelas transformações revolucionárias. Tudo isto equivale a uma nova divisão das forças de classes.

A “Doutrina Velasco”

Nestas condições foi formulada a “Doutrina Velasco” e foram promulgadas diversas leis sobre a indústria e a “comunidade industrial”, marcando o início de uma nova etapa, um salto qualitativo no processo revolucionário.

O presidente da República formulou quatro princípios fundamentais da política do governo: 1) as principais riquezas e recursos naturais do país devem pertencer ao Estado; 2) o desenvolvimento econômico não deve responder à sede de lucro de certas pessoas e grupos, mas aos interesses do país; 3) os investimentos estrangeiros também devem corresponder aos interesses nacionais; 4) todas estas medidas devem contribuir para o fortalecimento da independência do país e para a melhoria das condições de vida do povo.

* Jorge del Prado, “¿Revolución en el Perú?”, *Nouvelle Revue Internationale*, fevereiro de 1971, p. 215-16, 219-22.

As leis promulgadas pelo novo governo preveem a instauração da propriedade estatal da produção dos principais meios de produção, o planejamento do desenvolvimento industrial do país, a participação dos trabalhadores na distribuição do lucro e das ações e na gestão das empresas.

Tudo isto ultrapassa o espaço habitual das relações de produção capitalistas. Limitam-se a propriedade capitalista privada dos meios de produção e a apropriação da mais-valia pelos capitalistas. O planejamento obrigatório e baseado no interesse do país termina com a livre concorrência e a anarquia da produção, desde que estas medidas sejam aplicadas ao pé da letra.

Os imperialistas e a oligarquia local escandalizam-se e chamam o que ocorre de “socialismo oculto” e de “pró-comunismo”. Para responder a estas afirmações, o governo declara que se trata de uma nova via de desenvolvimento, nem comunista, nem capitalista, que elimina a exploração, os abusos, a ganância do capitalismo e a “desumanização” do socialismo. Naturalmente, embora não concordemos com esta última afirmação, compartilhamos o ponto de vista do governo, que pensa que as transformações realizadas no Peru afastam-nos pouco a pouco do capitalismo. O presidente Velasco e seus colaboradores denunciam abertamente o sistema capitalista como um regime desumano e como o principal responsável pelo estado de dependência e subdesenvolvimento do nosso país.

Também admitimos que a revolução no Peru não é socialista e, assim, está muito distante do comunismo. Mas, embora respeitemos a opinião do governo, não acreditamos na possibilidade de uma terceira via, nem para o Peru, nem para outro país. O problema reside em que, apesar do louvável desejo dos membros mais progressistas do governo revolucionário de obter a “harmonia social”, e apesar de nossa vontade de levar a cabo transformações revolucionárias sem recorrer à violência, a coexistência permanente e pacífica do proletariado e da burguesia (assim como do imperialismo e do movimento de libertação nacional) é impossível, em virtude das leis objetivas do desenvolvimento social. Também não é possível conjugar por muito tempo a propriedade privada e a propriedade coletiva dos meios de produção no seio de uma mesma empresa. Não se pode garantir o desenvolvimento das forças produtivas em benefício de toda a sociedade, sem socializar todos os meios de produção. Portanto, a “comunidade industrial” só pode ser uma etapa transitória que, com o tempo, levará ao socialismo, se, como esperamos, o governo persistir em sua vontade de progresso econômico e social, apesar da pressão do imperialismo e da oligarquia. Por enquanto, os empresários negam-se obstinadamente a pagar 10% dos seus lucros aos trabalhadores, 15% à “comunidade industrial” e 2% à pesquisa técnica e científica, como está previsto na lei. Também se opõem por todos os meios à participação dos

trabalhadores na gestão das empresas. Por seu lado, os trabalhadores lutam decididamente pela aplicação dos direitos que conquistaram. [...]

Quanto às atuais posições de classe do governo peruano, pode-se dizer que elas traduzem os interesses da pequena burguesia progressista e que, no âmbito político, ele prega a edificação de uma espécie de sociedade intermediária entre o capitalismo e o socialismo. Mas como a concepção desta sociedade carece de qualquer fundamento, o próprio curso dos acontecimentos obrigará o governo a fazer suas posições coincidirem cada vez mais com as do proletariado e das massas dos trabalhadores das cidades e do campo. Nessas condições, a pequena burguesia deixará de ser seu principal apoio político e social.

Massas populares e partido

Por acaso pode-se dizer que as massas populares não tiveram nenhuma relação com o que ocorreu? Por acaso se pode afirmar que a classe operária e o Partido Comunista peruano não desempenharam nenhum papel? Por acaso o desenvolvimento da revolução depende apenas das Forças Armadas?

Os anos 1960 no Peru foram marcados pelo crescimento numérico do proletariado, pela consolidação da sua organização e fortalecimento político, pela intensificação da luta e pelo aumento do nível de consciência revolucionária dos trabalhadores da cidade e do campo. A Confederação Geral dos Trabalhadores do Peru reorganizou-se e consolidou-se, a luta dos camponeses pela terra se intensificou.

Nosso partido denuncia vigorosamente os regimes reacionários e as brutais repressões exercidas pelas forças pró-imperialistas e pró-oligárquicas. Desvincula-se ao mesmo tempo dos inimigos internos oportunistas e partidários da cisão. Revê suas estruturas e elabora uma nova política. Tudo isso faz parte da acumulação de forças que se traduziu na criação da Frente Nacional de Defesa do Petróleo e da Frente de Libertação Nacional, e nos êxitos obtidos pela Unidade de Esquerda nas eleições.

Agora que o governo revolucionário das Forças Armadas chegou ao poder, a linha de nosso partido é clara, firme e compreensível. As amplas massas a aprovam. Não se trata apenas de formular e difundir um programa político, mas também de pô-lo em prática. Incentivamos plenamente a participação consciente da classe trabalhadora organizada na defesa e ampliação das transformações anti-imperialistas, antioligárquicas e progressistas que se efetuam no país. Também realizamos grandes esforços para garantir a participação organizada dos estudantes, dos camponeses, das camadas não proletárias da população das cidades, de todo o povo, neste processo.

Os comunistas veem claramente o caminho a ser seguido. Apoiamos o governo que marcou o início da revolução anti-imperialista e antioligárquica pela qual sempre lutamos. Mas não nos esquecemos do papel do nosso partido e da hegemonia do proletariado. A revolução do Peru chegou apenas à sua primeira etapa. Não nos esqueçamos da nossa missão histórica e façamos tudo o que for possível para concretizá-la.

Processo revolucionário e conspiração contrarrevolucionária

Por acaso pode-se dizer que a revolução anti-imperialista e antilatifundiária será levada a cabo com sucesso? Por acaso é justo pensar que nenhum perigo a ameaça e que seu caminho será simples?

Se examinarmos a situação do país e do mundo, pode-se dizer, quase com certeza, que as conquistas obtidas são irreversíveis. Mas isto não significa que a revolução entre em um período de desenvolvimento e que nenhum perigo a ameace. O imperialismo ainda não foi vencido, embora sofra duras derrotas. Durante uma manifestação em Lima, no dia 3 de outubro de 1970, o presidente Velasco Alvarado ressaltou as numerosas dificuldades que o país tem de enfrentar.

Ainda não foram resolvidos muitos problemas herdados do passado. Será preciso nacionalizar várias empresas imperialistas, reformar o sistema de ensino etc.

O aparelho de Estado, suas importantes instituições como a polícia política, o poder local, estão impregnados de conservadorismo, de burocracia, de oportunismo, de espírito reacionário e de corrupção. Neste âmbito é que surgem os maiores riscos de sabotagem e de conspiração da oligarquia e do imperialismo.

A crise econômica ainda não foi superada e os graves problemas dela derivados permanecem sem solução. Observa-se, por exemplo, um fato paradoxal. Por um lado, depois da nacionalização do petróleo e do comércio de minérios e do estabelecimento de um controle de câmbios etc., o déficit da balança de pagamentos e do orçamento do Estado desapareceu pela primeira vez em seis anos. Há 400 milhões de reservas em divisas no Banco de Reserva e no Banco Nacional. Por outro, o desemprego total e parcial atinge 500 mil pessoas, e o salário real diminuiu 25,5 pontos de janeiro de 1967 a novembro de 1969. Isto se deve ao fato de que os clientes retiram seu dinheiro do banco, enquanto os diretores de empresas demitem maciçamente os trabalhadores, assim como adotam outras medidas que pioram o nível de vida.

Os estudantes, os intelectuais e algumas camadas da população desconfiam cada vez mais do regime militar. Esta desconfiança tem raízes históricas e está alimentada pelos meios de informação e de propaganda dos inimigos do povo.

Pensamos que é preciso acrescentar a estes obstáculos o perigo das tendências da “terceira via”. Ao querer lhe dar bases históricas, seus adeptos alimentam o anticomunismo e criticam o sincero e decidido apoio que a classe operária, os trabalhadores do campo e as massas não proletárias dão ao governo e à sua política de transformações fundamentais.

Nova etapa do processo revolucionário

A promulgação da lei geral sobre a indústria e da lei sobre a “comunidade industrial” marcou o início de uma nova etapa no processo revolucionário. Este inclui as seguintes particularidades: além de afetarem os interesses de imperialistas e latifundiários, as medidas tomadas atingem também os aspectos mais nocivos das relações de produção capitalistas. A participação da classe operária nas transformações torna-se mais ativa, organizada, consciente e decisiva. Constituiu-se uma frente unida das forças populares; as correntes que a formam decidiram fazer uma aliança com os militares revolucionários. Atualmente, sete organizações formam o núcleo deste movimento de massas: a Confederação Geral dos Trabalhadores do Peru, a Central Geral das Novas Cidades, a Associação dos Sargentos, a dos Soldados e a dos Marinheiros, a Federação de Camponeses “Tupac Amaru”, a Associação Nacional de Cooperativas, a Brigada Nacional de Voluntários para a Reforma Agrária e a cooperativa “Prensa y Pueblo”; a ação coordenada e consequente destas organizações atrairá todos os peruanos dispostos a lutar resolutamente para alcançar os objetivos mais elevados da revolução.

Partido Comunista mexicano

*Pelo pluralismo socialista**

Durante muito tempo, o Partido Comunista mexicano foi um dos mais incondicionalmente stalinistas da América Latina. Alguns dos seus dirigentes (Siqueiros) participaram diretamente da primeira tentativa de assassinar Trotski, em 1940; um dos principais líderes do partido, Valentín Campa, foi excluído nessa época porque não queria comprometer os comunistas mexicanos no homicídio do fundador do Exército Vermelho. Ainda em 1945, o jornal do PCM publicava artigos com o título provocador de “Esmagar os répteis trotskistas é uma tarefa de todos os antifascistas”, e exigia do governo mexicano a proibição do pequeno grupo trotskista mexicano (ver *La Voz de México*, órgão do PCM, 13 de maio de 1945).

A partir dos anos 1960, começa a ocorrer uma mudança importante: a direção do partido se renova, e o PCM mantém distância da URSS e condena a invasão da Tchecoslováquia (será um dos poucos partidos comunistas latino-americanos a fazer isso). Valentín Campa é “reabilitado” e volta à direção do partido (em 1976 foi candidato às eleições presidenciais, apoiado por uma frente que incluiu os trotskistas mexicanos).

O documento que publicamos aqui é a mensagem enviada pelo PCM ao PRT (Partido Revolucionário dos Trabalhadores), seção mexicana da Quarta Internacional, por ocasião de seu Congresso Extraordinário, realizado em setembro de 1977 (durante o qual uniram-se a ele outros dois grupos trotskistas mexicanos). Afirma dois princípios importantes, sintomáticos de certa ruptura com o passado: a unidade de ação com a esquerda revolucionária (inclusive com os trotskistas) e o pluralismo dos partidos operários na construção do socialismo.

O conjunto da proposta do PCM é bastante excepcional com relação ao resto do movimento comunista tradicional na América Latina.

Companheiros delegados:

Queiram receber, em nome do Comitê Central do Partido Comunista mexicano, um abraço fraterno e revolucionário, junto com os nossos melhores desejos de que os acordos e resoluções adotados neste evento façam avançar o processo da luta revolucionária que hoje ocorre em nosso país.

* “Saludo del PCM”, *La Internacional*, n. 5-6, México, setembro-dezembro de 1977.

O momento político no qual se realiza este congresso é de grande importância e interesse para todos os revolucionários, pois vocês e nós não somos apenas testemunhas das diversas ações da luta que hoje se desenvolve no México, mas atores e participantes delas. Vivemos e atuamos em um país que padece de uma profunda crise política e econômica que o levou a uma falência total, da qual não poderá se recuperar; todo seu sistema político, constituído para submeter e controlar as massas trabalhadoras, está desmoronando e mostrando suas fissuras; o sistema de partidos não engana mais ninguém, o peleguismo sindical é constantemente posto em xeque pelo proletariado; no campo, as massas passam à ação e se organizam de forma independente; estes são os inícios do descontentamento, que culminará se as forças revolucionárias desempenharem a contento seu papel, propiciando mudanças de fundo.

Nesta situação atual, estamos fazendo tudo o que é possível para que as forças revolucionárias que lutam pela revolução socialista e constituem uma alternativa para a situação de hoje possam marchar cada vez mais unidas e avançar rumo ao objetivo que nos propomos.

Nós, comunistas mexicanos, não somos pessimistas com relação ao processo de unidade que vocês vivem atualmente; pelo contrário, estamos satisfeitos com seu desenvolvimento, fortalecimento e superação como um partido sério, maduro, consolidado e revolucionário, pois não pensamos que na próxima revolução no México estarão presentes apenas os comunistas; a revolução será feita pelas massas e dela participarão os partidos operários revolucionários; o mais capaz deles será o líder. Somos partidários de que no socialismo possa existir pluralidade de partidos operários, e a capacidade científica e revolucionária destes partidos é que os colocará à vanguarda da classe operária para conduzi-la à tarefa de construir a sociedade socialista.

Somos partidários da unidade de ação com vocês, interessa-nos aumentá-la, fortalecê-la e multiplicá-la, ainda mais do que já fizemos, apreciamos infinitamente isso e consideramos que podemos mencionar como exemplo de unidade de ação as diversas atividades revolucionárias conjuntas levadas a cabo pelos nossos comitês regionais no Vale do México, questão que deverá ser levada em consideração pelo conjunto dos nossos partidos.

Somos conscientes das discrepâncias políticas e ideológicas que temos mutuamente, mas hoje o que nos une é muito maior, ainda temos um longo caminho a percorrer juntos, e nesse caminho, companheiros, devemos ir resolvendo e discutindo nossas diferenças, pois colocá-las hoje em primeiro plano simplesmente nos afastaria da unidade; façamos hoje o percurso correspondente para que amanhã possamos percorrer o outro trecho sem obstáculos.

Companheiros, há apenas três meses – não o esquecemos – vosso partido foi vítima de uma agressão reacionária na qual perdeu a vida o companheiro

Alfonso Peralta; queremos de novo reiterar nossa solidariedade militante neste Congresso e unimo-nos a vocês na homenagem que hoje é prestada a esse lutador revolucionário. Queremos reafirmar também que nos comunistas mexicanos encontrarão aliados firmes, leais, honestos e revolucionários.

Viva o Primeiro Congresso Extraordinário do PRT!

Carlos Nelson Coutinho

*A democracia como valor universal**

Excelente conhecedor de Gramsci e de Lukacs – um dos primeiros a Introduzi-los no Brasil –, Carlos Nelson Coutinho ocupa um lugar especial no panorama do pensamento comunista brasileiro e latino-americano. Foi, no curso dos anos 1970 e 1980, o principal animador – junto com o filósofo Leandro Konder – de uma corrente de inspiração “eurocomunista” dentro do Partido Comunista Brasileiro. A afirmação da “democracia como valor universal”, no livro com o mesmo título publicado em 1980, teve grande impacto e provocou numerosos debates na esquerda brasileira. Carlos Nelson Coutinho se afastou do PCB no curso dos anos 1980 e se filiou, algum tempo depois, ao Partido dos Trabalhadores.

1. Premissa

A questão do vínculo entre socialismo e democracia marcou sempre, desde o início, o processo de formação do pensamento marxista; e, direta ou indiretamente, esteve na raiz das inúmeras controvérsias que assinalaram e assinalam a história da evolução desse pensamento. Assim, não se deve esquecer que Marx, antes de empreender a sua monumental crítica da economia política, já havia esboçado em suas primeiras obras juvenis (*Crítica da filosofia hegeliana do direito público*, *A questão judaica* etc.) os pressupostos de uma crítica da política, de uma crítica da democracia representativa burguesa; nem que Engels chegou ao fim da vida preocupado com as novas condições que a conquista do sufrágio universal (da ampliação da democracia política) apresentava ao movimento operário socialista (que se recorde sua célebre introdução, de 1895, à reedição de *As lutas de classe na França*, de Marx).

Logo após a morte de Engels, na virada do século, a questão do valor da democracia volta a aparecer nas polêmicas entre “revisionistas” e “ortodoxos”, quando – diante da tentativa de Bernstein de substituir o suposto “blanquismo” de Marx por uma versão aguada do liberalismo – Kautsky e os “ortodoxos” limitaram-se a repetir dogmaticamente uma versão empobrecida do marxismo, um conjunto de fórmulas incapazes de dar conta dos novos fatos sobre os quais já Engels chamara a atenção do movimento operário. No momento em que também Kautsky se alinha com a concepção liberal dos “revisionistas”, a questão democrática ressurgiu entre os principais representantes da esquerda marxista,

* Carlos Nelson Coutinho, *A democracia como valor universal*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1980, p. 19-21 e 32-36.

na época imediatamente subsequente à Revolução de Outubro; basta aqui recordar a polêmica entre Rosa Luxemburgo, por um lado, e Lenin e Trotski, por outro, acerca da conservação de certos institutos democráticos sob o governo proletário que surgira daquela revolução. Mais tarde, a tentativa stalinista de generalizar acriticamente para o Ocidente o modelo de transição seguido pelos bolcheviques conduz o movimento operário a derrotas trágicas: já nos anos 1930, diante da expansão do fenômeno fascista, a política da “Frente Popular” – teorizada sobretudo por Dimítrov – consagra uma nova atitude dos comunistas em face do valor da democracia. No mesmo momento, nos cárceres de Mussolini, Antonio Gramsci – esforçando-se por pensar as diferenças estruturais entre as formações econômico-sociais do “Oriente” e do “Ocidente” – lança as bases para uma refundação da teoria marxista da transição ao socialismo, colocando a questão democrática no centro dessa transição.

E, se hoje se generaliza entre os marxistas ocidentais uma atitude crítica em face de determinados aspectos do “modelo soviético”, não mais considerado como modelo único ou universal de socialismo, isso resulta em grande parte da emergência de uma nova concepção do vínculo entre socialismo e democracia por parte desses marxistas. Essa nova concepção foi expressivamente sintetizada por Enrico Berlinguer no discurso que pronunciou em Moscou, em 1977, por ocasião do 60º aniversário da Revolução de Outubro: “A democracia é hoje não apenas o terreno no qual o adversário de classe é obrigado a retroceder, mas é também o valor historicamente universal sobre o qual fundar uma original sociedade socialista”¹. Precisamente por ser universal, o valor da democracia não se limita a áreas geográficas. Pois se há por sua vez algo de universal nas reflexões teóricas e na prática política do que é hoje chamado de “eurocomunismo”, esse algo é o modo novo – um modo *dialecticamente* novo, não uma novidade metafisicamente concebida como *ruptura absoluta* – de conceber essa relação entre democracia e socialismo.

Uma prova dessa universalidade da questão democrática são as acesas polêmicas que têm hoje lugar entre as forças progressistas brasileiras, envolvendo o significado e o papel da luta pela democracia em nosso país. Essas polêmicas se verificam inclusive entre grupos políticos e personalidades que se pretendem inspirar no patrimônio teórico de Marx, Engels e Lenin. Pode-se facilmente constatar, nesse sentido, a presença de diferentes e até mesmo contraditórias concepções de democracia entre as correntes que se propõem representar os interesses populares e, em particular, os das massas trabalhadoras. Trata-se de um fato normal e até saudável, contanto que não se perca de vista a necessidade imperiosa de acentuar – quando menos na presente conjuntura – o que une a todos os opositoristas, ou seja, a luta pela conquista de um regime

¹ Citado em Lucio Lombardo Radice, *Un socialismo da inventare*, Roma, 1979, p. 128.

de liberdades político-formais que ponha definitivamente termo ao regime de exceção que, malgrado a fase de transição em que estamos vivendo, ainda domina em nosso país.

Não creio que nenhuma formação responsável ponha hoje em dúvida a importância dessa unidade em torno da luta pelas liberdades democráticas. Todavia, há correntes e personalidades que revelam ter da democracia uma visão estreita, instrumental, puramente tática; segundo tal visão, a democracia política – embora útil à luta das massas populares por sua organização e em defesa dos seus interesses econômico-corporativos – não seria, em última instância e *por sua própria natureza*, senão uma nova forma de dominação da burguesia, ou, mais concretamente, no caso brasileiro, dos monopólios nacionais e internacionais.

Essa visão estreita se baseia, antes de mais nada, numa errada concepção da teoria marxista do Estado, numa falsa e mecânica identificação entre democracia política e dominação burguesa. Mas implica, em segundo lugar, ainda que por vezes apenas tacitamente, uma concepção equivocada das tarefas que se colocam atualmente ao conjunto das forças populares brasileiras; essas tarefas não podem ser identificadas com a luta imediata pelo socialismo, mas sim com um combate árduo e provavelmente longo pela criação dos *pressupostos* políticos, econômicos e ideológicos que tornarão possível o estabelecimento e a consolidação do socialismo em nosso país.

Nosso objetivo, no presente ensaio, é esboçar sumariamente – muito mais levantando questões do que propondo respostas sistemáticas – os tópicos essenciais dessas duas ordens de questões. Em primeiro lugar, tentaremos indicar como o vínculo entre socialismo e democracia, com os desdobramentos requeridos pela evolução histórica, é parte integrante do patrimônio categorial do marxismo; e, em segundo, mostraremos como a *renovação democrática* do conjunto da vida nacional – enquanto elemento indispensável para a criação dos pressupostos do socialismo – não pode ser encarada como um objetivo tático imediato, mas aparece como o conteúdo estratégico da etapa atual da revolução brasileira. [...]

3. O caso brasileiro: a renovação democrática como alternativa à “via prussiana”

O valor da democracia política para as correntes de esquerda em nosso país ganha dimensão ainda mais concreta – indo além do plano teórico abstrato geral que esboçamos acima – se analisarmos de perto as vicissitudes da história brasileira, se situarmos dialeticamente os problemas de hoje no amplo quadro histórico da formação nacional. Não me refiro apenas ao fato de que o povo

brasileiro está hoje diante de uma tarefa *democrática* urgente e prioritária: a de derrotar o regime de exceção implantado em nosso país depois de 1964 e, com isso, construir um regime político que assegure as liberdades fundamentais. A questão da democracia, mesmo em seus limites puramente formais liberais, é assim a questão decisiva da vida brasileira de hoje. Mas o valor da democracia adquire para nós outra dimensão mais profunda (e já aqui superando dialeticamente, no sentido antes indicado, a democracia puramente liberal) quando elevamos à consciência o fato de que o regime de exceção vigente é “apenas” a expressão atual – uma expressão extrema e radicalizada – de uma tendência dominante ao longo da história brasileira. Refiro-me ao caráter elitista e autoritário que assinalou toda a evolução política, econômica e cultural do Brasil, mesmo em seus breves períodos “democráticos”.

Como já foi assinalado várias vezes, as transformações políticas e a modernização econômico-social no Brasil foram sempre efetuadas no quadro de uma “via prussiana”, ou seja, por meio da conciliação entre frações das classes dominantes, de medidas aplicadas de cima para baixo, com a conservação de traços essenciais das relações de produção atrasadas (o latifúndio) e com a reprodução (ampliada) da dependência ao capitalismo internacional². Essas transformações “pelo alto” tiveram como causa e efeito principais a permanente tentativa de marginalizar as massas populares não só de uma participação ativa na vida social em geral, mas sobretudo do processo de formação das grandes decisões políticas nacionais. Os exemplos são inúmeros: quem proclamou nossa independência política foi um príncipe português, numa típica manobra “pelo alto”; a classe dominante do Império foi a mesma da época colonial; quem terminou capitalizando os resultados da proclamação da República (também ela proclamada “pelo alto”) foi a velha oligarquia agrária; a Revolução de 1930, apesar de tudo, não passou de uma “rearrumação” do antigo bloco de poder, que cooptou – e, desse modo, neutralizou e subordinou – alguns setores mais radicais das camadas médias urbanas; a burguesia industrial floresceu sob a proteção de um regime bonapartista, o Estado Novo, que assegurou pela repressão e pela demagogia a neutralização da classe operária, ao mesmo tempo que conservava quase intocado o poder do latifúndio etc. Mas essa modalidade de “via prussiana” (Lenin, Lukacs) ou de “revolução-restauração” (Gramsci) encontrou seu ponto mais alto no atual regime militar, que criou as condições políticas para a

² Entre os autores que analisaram aspectos da história brasileira valendo-se do conceito de “via prussiana”, podem-se citar: C. N. Coutinho, “O significado de Lima Barreto na literatura brasileira”, em *Realismo e anti-realismo na Literatura brasileira*, Rio de Janeiro, 1974, p. 1-56; J. Chasin, *O Integralismo de Plínio Salgado*, São Paulo, 1978, p. 621 e ss.; Luiz Werneck Vianna, *Liberalismo e sindicato no Brasil*, Rio de Janeiro, 1976, em particular p. 128 e ss.; e Ivan de Otero Ribeiro, “A Importância da exploração familiar camponesa na América Latina”, em *Temas de Ciências Humanas*, São Paulo, 1978, v. 4, p. 143-159.

implantação em nosso país de uma modalidade dependente (e conciliada com o latifúndio) de capitalismo monopolista de Estado, radicalizando ao extremo a velha tendência a excluir, tanto dos frutos do progresso quanto das decisões políticas, as grandes massas da população nacional.

Para o conjunto das forças populares, coloca-se assim uma tarefa de amplo alcance: a luta para inverter essa tendência elitista ou “prussiana” da política brasileira e para eliminar suas consequências nas várias esferas do ser social brasileiro. (E não se deve esquecer, antes de mais nada, que a “via prussiana” levou sempre à construção das superestruturas adequadas à dominação de uma restrita oligarquia – primeiro latifundiária, agora monopolista – sobre a esmagadora maioria da população.) A luta pela eliminação do “prussianismo” confunde-se com uma profunda *renovação democrática* do conjunto da vida brasileira. Essa renovação aparece, portanto, não apenas como a alternativa histórica à “via prussiana”, como o modo de realizar em condições novas as tarefas que a ausência de uma revolução democrático-burguesa deixou abertas em nosso país, mas também – e precisamente por isso – como o processo de criação dos pressupostos necessários para um avanço do Brasil no rumo do socialismo.

Uma direta consequência da “via prussiana” foi gerar uma grande debilidade histórica da democracia no Brasil. Essa debilidade não se expressa apenas no plano do pensamento social (que se recorde o caráter conciliador de nosso liberalismo, inclusive as tradições autoritárias e “golpistas” que marcaram e marcam ainda boa parte do pensamento de esquerda entre nós); tem consequências também na própria estrutura do relacionamento entre o Estado e a sociedade civil, já que ao caráter extremamente forte e autoritário do primeiro correspondeu a natureza amorfa e atomizada da segunda. Até mesmo nos períodos em que vivíamos sob regimes formalmente liberais (sobretudo no período 1945-1964), os partidos políticos e os organismos de massa tenderam quase sempre a ser “correias de transmissão” do Estado, reservatórios nos quais o poder executivo cooptava seus burocratas; em suma, mecanismos que encaminhavam a conciliação “pelo alto”. As tendências à auto-organização popular, quando não eram diretamente reprimidas, sofriam a dura concorrência de um Estado que, apresentando-se como “benfeitor”, relacionava-se diretamente com indivíduos atomizados e não com organizações coletivas. (Tendências – mas apenas tendências – a inverter essa situação ocorreram nos anos imediatamente anteriores a 1964.) Essa debilidade histórico-estrutural da democracia, aliada à presença de um regime abertamente autoritário, faz com que o processo de renovação democrática assuma como tarefa prioritária de hoje a construção e/ou consolidação de determinadas formas de relacionamento social que, num primeiro momento, no nível da organização estatal, não deverão provavelmente

ultrapassar os limites da democracia liberal. Uma análise objetiva da atual correlação de forças faz prever que os setores dominantes do novo regime liberal continuarão a ser, durante certo tempo, os monopólios nacionais e internacionais, ainda que essa dominação seja exercida de modo menos absoluto e despótico que sob o atual regime autoritário.

Mas isso não altera o valor dessas conquistas liberal-democráticas para as forças populares e, em particular, para a classe operária. Em primeiro lugar, a criação de um regime de liberdades formais representaria a superação da figura política atual da “via prussiana”, ou seja, do regime mais profundamente autoritário que já conhecemos em nossa história; e, em segundo, a consolidação de um regime de democracia política aparece como *pressuposto* que deverá ser *reposto* – conservado e ao mesmo tempo aprofundado – em cada etapa da luta pela completa realização dos objetivos finais das correntes socialistas. Em outras palavras: a conquista de um regime de democracia política não é uma etapa no caminho do socialismo, a ser posteriormente abandonada em favor de tipos de dominação formalmente não democráticos. É, antes, a criação de uma base, de um patamar mínimo que deve certamente ser aprofundado (tanto em sentido econômico quanto em sentido político), mas também *conservado* ao longo de todo o processo. O que antes afirmamos em nível teórico vale também para o caso brasileiro: a democracia de massas que os socialistas brasileiros se propõem construir *conserva e eleva a nível superior* as conquistas puramente liberais.

Em que consiste, no caso brasileiro, essa “elevação a nível superior”? Antes de mais nada, em medidas que eliminem gradualmente as bases econômico-sociais que não só tornaram possível a emergência da “via prussiana” elitista e oligárquica, mas que contribuem para reproduzi-la (de modo ampliado) permanente. Em poucas palavras (pois não é aqui o local sequer para esboçar um plano econômico democrático detalhado, nem sou competente para fazê-lo): trata-se de democratizar a economia nacional, criando uma situação na qual os frutos do trabalho do povo brasileiro – que se torna cada vez mais produtivo – revertam em favor da grande maioria da população. A extinção do que tem sido chamado de “capitalismo selvagem” aparece como pressuposto indispensável para integrar na sociedade nacional, na condição de sujeitos, imensas parcelas da população hoje reduzidas a uma situação subumana. Trata-se, antes de mais nada, de resolver uma urgente *questão nacional*, que só se fez agravar nos últimos anos: a de integrar regiões e segmentos sociais, que englobam milhões e milhões de pessoas, no processo de modernização econômica e social. Importância central adquire assim a luta por uma *reforma agrária* que não se limite a promover a capitalização do latifúndio, mas abra espaço para a formação entre nós de uma sólida economia camponesa familiar ou cooperativizada. Independentemente das vantagens econômicas (melhoria

de vida de amplas parcelas da população, melhor abastecimento das cidades, ampliação do mercado interno), uma reforma agrária desse tipo implicaria a elevação à cidadania política de milhões de trabalhadores rurais. Sua efetivação, portanto, é momento imprescindível da renovação democrática de nosso país. E a luta por essa reforma agrária pode obter o consenso da esmagadora maioria da população, incluindo até mesmo setores importantes do capital monopolista sediado no Brasil.

Mas, a médio prazo, a democratização da economia requer também a aplicação de medidas antimonopolistas, dirigidas em particular contra os monopólios internacionais, as quais começariam a pôr em discussão os modelos de desenvolvimento e os padrões de consumo internacionais que nos são impostos pelo imperialismo, e chegariam até a propor concretamente a nacionalização de empresas monopolistas. Um tal programa interessaria também a amplas parcelas da população, desde a classe operária e as camadas médias assalariadas até a pequena e média burguesia nacional. Mas, para ser efetivo, um programa desse tipo não pode se apresentar como um programa de gabinete, a ser mais uma vez concebido e aplicado (*se aplicado*) de cima para baixo, por tecnocratas eventualmente generosos. A elaboração, aplicação e controle de um programa de democratização da economia nacional deve resultar de um amplo debate que envolva todas as forças interessadas (partidos, sindicatos, associações profissionais etc.); só assim ele obterá o consenso majoritário necessário à sua realização consequente, e, mais que isso, contribuirá – ao transformar as camadas trabalhadoras em sujeitos ativos da gestão da economia – para o processo geral de renovação democrática do país.

A “elevação a nível superior”, todavia, pressupõe igualmente um aprofundamento *político* da democracia: a ampla incorporação *organizada* das grandes massas à vida política nacional – a socialização crescente da política é o único antídoto de eficácia duradoura contra o veneno da “via prussiana”. E essa socialização da política já não é mais, em nosso país, um simples desejo subjetivo. Embora duramente reprimida, a sociedade civil brasileira – impulsionada indiretamente pelo processo de modernização conservadora e de diferenciação social e cultural favorecido pela nossa última “revolução pelo alto” – cresceu e se tornou mais complexa nos últimos 16 anos. Multiplicaram-se, sobretudo nos últimos tempos, organismos de democracia direta, sujeitos políticos coletivos de novo tipo (comissões de empresa, associações de moradores, comunidades religiosas de base etc.); ganharam também autonomia e representatividade, na medida em que se desligaram praticamente da tutela do Estado, antigos organismos de massa, como alguns dos principais sindicatos do país, ou poderosos aparelhos privados de hegemonia, como o OAB, a CNBB, a ABI etc.; finalmente, assistimos à irrupção de importantes movimentos setoriais contra opressões específicas (em particular

o movimento feminista), ou em defesa da ecologia e da qualidade da vida, cujas reivindicações – de caráter fundamentalmente democrático – são hoje parte integrante da luta pela renovação política e cultural de nosso país. O fortalecimento da sociedade civil abre assim a possibilidade concreta de intensificar a luta pelo aprofundamento da democracia política no sentido de uma democracia organizada de massas, que desloque cada vez mais “para baixo” o eixo das grandes decisões hoje tomadas exclusivamente “pelo alto”.

Ampliar a organização desses vários sujeitos coletivos de base, e, ao mesmo tempo, respeitadas sua autonomia e diversidade, lutar pela unificação dos mesmos num poderoso bloco democrático e nacional-popular, não é apenas condição para extirpar definitivamente os elementos ditatoriais que ainda deverão permanecer ao longo do período de transição em que estamos envolvidos; é também um passo decisivo no sentido de criar os pressupostos para o aprofundamento e generalização do processo de renovação democrática e, conseqüentemente, para o êxito do programa antilatifundiário e antimonopolista de democratização da economia, abrindo assim caminho para a transição ao socialismo. Esse bloco unitário dos organismos de democracia de base já começa a ser hoje – e deverá se tornar cada vez mais no futuro – um poderoso instrumento de pressão e controle sobre a ação dos institutos de representação indireta, como os parlamentos locais e nacional. Um papel decisivo nesse processo de unificação deverá ser desempenhado pelos partidos democráticos de massa (em particular os da classe operária), cujos programas de renovação social só se tornarão hegemônicos se assumirem todas as reivindicações democráticas dos movimentos específicos e encaminharem corretamente – em nível global – sua solução política³.

³ A ideia de um partido operário de massa que seja, ao mesmo tempo, um partido *nacional* aparece muito claramente nas reflexões de Togliatti sobre o “partido novo”. De suas muitas definições, há uma – de 1956 – que me parece bastante significativa: “Houve, antes de mais nada, o propósito de construir um partido que, por sua própria composição, pelo número de seus aderentes, pela própria estrutura e por seu modo de funcionamento, fosse capaz de realizar uma função positiva, construtiva; fosse capaz não apenas de fazer propaganda, agitação, de pregar os grandes princípios, mas de dirigir dia a dia a classe operária, as massas trabalhadoras e a maioria da população no sentido de compreenderem seus interesses e, principalmente, de consolidarem o regime democrático e desenvolvê-lo na direção de profundas reformas sociais” (Palmiro Togliatti, “La Via Italiana al Socialismo”, in *Opere Scelte*, Roma, 1977, p. 756.).

Gladys Marín

*Homenagem a José Martí – “Levo esta Ordem como uma estrela que nos fortalecerá diariamente”**

Gladys Marín (1941-2004) foi dirigente do Partido Comunista Chileno (PCC). Deputada de 1965 a 1973, seguiu ao exílio depois do golpe militar do general Augusto Pinochet. Em 1976 a ditadura chilena assassinou seu marido Jorge Muñoz, membro da direção do PCC. Em 1978 voltou clandestinamente ao Chile e participou da resistência ao regime militar. Em 1994 foi eleita secretária-geral do PCC e, em 1998, iniciou o primeiro processo contra Pinochet pelo desaparecimento de seu marido. No ano seguinte foi candidata presidencial pelo Partido, obtendo pouco mais de 3% dos votos.

Depois da dissolução da URSS, o movimento comunista na América Latina entrou em profunda crise. Alguns partidos desapareceram (México), outros aderiram ao neoliberalismo (PPS, no Brasil). Entretanto, em alguns países – Argentina, Chile – os Partidos Comunistas, embora enfraquecidos, optaram por um giro à esquerda, passando a ter como principal referência a Revolução Cubana. O discurso de Gladys Marín em La Havana, ao receber o prêmio José Martí, é bastante representativo desta orientação (que não se manteve por muito tempo depois de sua morte).

Porque amamos a vida e lutamos por ela, mesmo nas mais difíceis circunstâncias, é que condenamos de maneira absoluta o obscuro e insano atentado terrorista realizado em Madri.

Mas este fato é o resultado do clima de violência e de guerras de invasão imposto por Bush e seus aliados.

Hoje, com maior razão, a causa da paz mundial e a resistência ao fascismo totalitário de Bush devem ser assumidas pelos povos.

Nestas horas críticas voltamos nosso olhar a José Martí, um ser humano de séculos. Séculos de luzes e sombras. E José Martí é uma das luzes mais potentes que nos ilumina e continuará nos iluminando. Um patriota e revolucionário latino-americano que se levantou contra o domínio estrangeiro e que sempre viu os Estados Unidos como um perigo para a soberania dos povos latino-americanos.

José Martí é um apóstolo de nossa América. Guia dos sonhos e das lutas de milhões que, antes e hoje, recorrem a seu exemplo para enfrentar os exponenciais desafios do presente. Gabriela Mistral, Pablo Neruda, Benjamín Vicuña

* Discurso de Gladys Marín ao receber a “Ordem José Martí”, em Havana, Cuba (março de 2004).

Mackenna foram chilenos que em sua poesia e prosa enalteceram José Martí, cubano que pertence a todos nós, americanos.

Há muitas expressões em todos os campos que mostram esta identidade. Nestes tempos, quando vemos tanta subordinação vergonhosa, tanta miséria humana, Martí nos convoca a ser mais rebeldes e insurgentes! Recebo a Ordem José Martí, aqui em Cuba, coração de nossa rebeldia e de nossa dignidade, fundamento de todos os homens e mulheres do Chile que continuamos lutando, em todas as condições e em qualquer situação.

Recebo a Ordem José Martí, recordando os sempre presentes, os detidos-desaparecidos, os executados, os degolados, os lançados ao mar.

Este é um tempo de revoluções. Devemos estar em revolução permanente, com todas as forças e o humanismo necessário.

A primeira é a batalha das ideias, como disse o Comandante e companheiro Fidel. E como disse Martí: “o triunfo será necessariamente dos mais preparados”.

Meu compromisso militante é de sempre, desde quando percebi e vivi as odiosas diferenças sociais. Mas sempre fui feliz nos campos, nos trigais, no sol, no vento. Então me perguntava: por que não pode haver felicidade para todos?

Estou convencida de alma e razão que Outro Mundo é Possível e Necessário.

Comecei minha militância apaixonando-me da Revolução cubana, de seu humanismo, de sua clareza. Para a juventude chilena, Cuba era um mito e uma confirmação de nossos sonhos, de nossas esperanças a utopia.

A Revolução Cubana foi e é parte fundamental de minha formação política e ética, e deu um impulso imenso ao movimento popular que nessa época estava em ascensão com Allende.

O mundo deve ser enfrentado com irreverências e protestos. Temos que nos fazer ouvir. Quem? Aqueles que Martí apontou: “os pobres desta terra”. Sim, os pobres, que são ricos de espírito. Temos que transformar a realidade, porque sem transformações políticas radicais será impossível o desenvolvimento econômico, a soberania nacional e a paz para o mundo.

A tragédia dos povos, como no Iraque, Palestina e Haiti, povos pobres e invadidos, mostra a urgente necessidade de ir para as ruas. Às ruas, à rebelião! É preciso resistir e não aceitar ordens criminosas. Não aceitar o genocídio por fome e por enfermidades curáveis. Não se conformar jamais diante desses rostos de crianças que morrem de fome ou por balas.

Também, todos os dias há que lutar com alegria e amor pela vida.

Nesses tempos, a América Latina se agita pelo processo bolivariano liderado pelo presidente Chávez, pelo exemplo de Cuba e pelas tentativas invasoras do império norte-americano.

Que diferença de valores, quando vemos a postura de presidentes que se curvam diante dos Estados Unidos!

Há que continuar desenvolvendo o pensamento crítico e alternativo, porque existe uma crise profunda da ideologia neoliberal, e temos que ajudar o surgimento de um novo ideário. A batalha ideológica é o essencial. Martí, com sua convicção precursora, com sua antevisão mostrou a importância desta luta que adquire hoje uma relevância principal.

Neste momento me sinto acompanhada por Salvador Allende, o companheiro Presidente, que tanto amou a Revolução cubana. Allende, que nunca como hoje está presente no Chile e na América Latina. Um homem que soube honrar a história com um espírito martiano, revolucionário.

Quando em meu país alguns esquecem esse legado de Salvador Allende, esquecem a infinita solidariedade que nós, chilenos, recebemos do povo cubano e de Fidel, nos mais difíceis momentos de luta, de resistência e dor.

Que diferença entre Allende, que buscava integrar uma América Latina livre e soberana, com o governo que assina, de costas para a América Latina, o ingresso ao Tratado de Livre Comércio e estimula a implementação da Alca! Recebo esta Ordem José Martí com a alma transbordando dos poemas de Pablo Neruda, nos quais fala ao mar, à rosa, e que também descarrega sua fúria incitando ao nixonicídio. Que escreveria nesses tempos em que Bush ordena novas provocações contra o mundo! Neste contexto, com mais força ainda, exigimos a liberdade de Ramón, Antonio, Gerardo, René e Fernando os quais, valorosamente têm contribuído para desvelar as ações terroristas contra Cuba e América Latina.

Levo ao Chile esta Ordem, como uma estrela que nos fortalecerá diariamente na luta pelo socialismo, na luta pela vida, na luta pela liberdade.

Agradeço à Revolução Cubana, agradeço ao comandante Fidel por estar sempre, como Martí, “com os pobres da terra”.

Com Martí e Allende, mil vezes venceremos!

VI. O maoísmo

Partido Comunista do Brasil

*A revolução nacional-democrática**

Este documento, de 1968, define a estratégia política fundamental do PC do Brasil (PCdoB). Trata-se da tradicional concepção da revolução por etapas, em uma versão totalmente clássica, stalinista. A orientação da corrente castrista (a OLAS) é criticada por sua tentativa de “misturar” os objetivos socialistas e nacional-democráticos da luta. Deste ponto de vista, a doutrina do maoísmo brasileiro parece menos uma renovação que um regresso à política do partido anterior a 1956.

Caráter nacional e democrático da revolução

As nações latino-americanas têm seu progresso entravado pelos mesmos obstáculos – a dominação imperialista estrangeira e o sistema do latifúndio; têm os mesmos inimigos – os monopólios norte-americanos, os grandes proprietários de terra e a parte da burguesia ligada aos interesses ianques. Os atuais objetivos das lutas dos povos latino-americanos visam, assim, a resolver tarefas de cunho nacional e democrático.

A revolução nos diversos países da América Latina, pelas tarefas que agora precisa enfrentar, tem caráter democrático-burguês. Em todos eles os problemas a solucionar são semelhantes em seu conteúdo econômico-social, ainda que cada país tenha um diferente grau de desenvolvimento, apresente suas características e particularidades. Mas esta revolução democrático-burguesa é uma revolução de novo tipo. Faz parte da revolução proletária mundial. Sua perspectiva é a transição para o socialismo. Justamente por isso, é indispensável que o proletariado, cujos interesses estão diretamente ligados à conquista do socialismo, seja a força dirigente.

Não tem procedência e é totalmente errônea a afirmação de certas correntes de esquerda de que a revolução nos países da América Latina seja socialista. Não têm também razão os que, não podendo negar os aspectos nacional e democrático da revolução, procuram mesclá-la com os objetivos socialistas, asseverando que a revolução é socialista de libertação nacional – como fazem certos agrupamentos católicos de esquerda – ou definindo seu caráter como “de luta pela independência nacional, emancipação em relação às oligarquias e o caminho socialista para

* “Alguns problemas ideológicos da revolução na América Latina”, em *A linha revolucionária do PC do Brasil*, maio de 1968, p. 281-84.

seu pleno desenvolvimento econômico e social” – a exemplo do que declara a I Conferência Latino-Americana de Solidariedade (OLAS).

Postular o socialismo como tarefa da atual etapa da revolução é entravar o avanço do processo revolucionário porque restringe grandemente o campo das forças revolucionárias e facilita a ação dos inimigos do povo. Significa negar o papel dos camponeses. Nas atuais circunstâncias da América Latina, o movimento camponês, principal base de massas da revolução, é essencialmente democrático. Objetiva fundamentalmente liquidar o latifúndio e resolver o problema da entrega da terra aos camponeses. Não tem, assim, caráter socialista. Por sua vez, as grandes massas urbanas, mesmo a classe operária, se bem que manifestem simpatia pelo socialismo, estão imbuídas de preconceitos democrático-burgueses e não sentem a necessidade da ditadura do proletariado. Todas elas, porém, aspiram a liquidar os atuais obstáculos ao progresso de seus países. Além disso, na luta contra o imperialismo muitos outros setores da população estão diretamente interessados e dela podem participar. Levantar como palavra de ordem imediata o socialismo é afastar da revolução tais setores.

É inegável que a América Latina somente poderá alcançar um brilhante futuro no socialismo. Só este regime social transformará radicalmente as nações latino-americanas, dando plena expansão às suas forças produtivas, assegurando o bem-estar das massas, o amplo desenvolvimento da cultura e a verdadeira democracia para o povo. Mas o caminho para atingi-lo passa necessariamente pela etapa nacional e democrática. Na consecução das tarefas dessa etapa, criam-se as condições, objetivas e subjetivas, favoráveis à transição para o socialismo.

Convém destacar ainda que, em toda luta, há sempre o inimigo principal a combater, cuja derrota possibilita a liquidação dos demais adversários. Isto tem relação direta com o caráter da revolução. Concentrar esforços contra o inimigo principal, contra ele mobilizar o máximo de aliados e neutralizar forças que por ele poderiam ser mobilizadas – é princípio estratégico fundamental. Não se consegue a vitória se não se leva em conta este princípio. Na atualidade, o imperialismo e o latifúndio são os inimigos principais dos povos latino-americanos. Por que agregar a estes inimigos o capitalismo nacional em seu conjunto, levantando medidas socialistas como reivindicações imediatas? Ao apresentar as exigências democráticas e anti-imperialistas, que uma vez satisfeitas atingem de morte àqueles inimigos, o proletariado pode aliar-se temporariamente com uma parte da burguesia, mesmo vacilante, neutralizar outra e golpear apenas os setores burgueses ligados ao imperialismo.

Aplicação magistral e criadora desse princípio básico de concentração de esforços foi realizada no período da Segunda Guerra Mundial, na luta contra o fascismo. A união dos mais amplos setores da população contra o inimigo comum ensejou a sua derrota e abriu o caminho para a vitória da revolução em

vários países da Europa e da Ásia. Este princípio foi, habilmente, empregado na China. Neste país, até a vitória final da revolução, somente foram apresentadas as reivindicações inerentes à etapa democrático-burguesa e, durante um longo período da luta revolucionária, a direção do ataque principal foi orientada contra o imperialismo nipônico, procurou-se atirar a burguesia para a luta antijaponesa e atenuou-se inclusive a luta contra os latifundiários. É bastante ilustrativo também o exemplo da Revolução Cubana. Seus líderes concentraram os ataques na ditadura de Fulgêncio Batista e contra ela orientaram a direção do golpe principal das forças revolucionárias. Com este objetivo, levantaram unicamente a bandeira da democracia, o que possibilitou isolar o inimigo e fortalecer a revolução. Ernesto Che Guevara, em seu artigo “Cuba: caso excepcional ou vanguarda na luta anticolonialista?”, de 9.4.61, afirmou: “Não acreditamos que se possa considerar excepcional o fato de que a burguesia, ou pelo menos uma boa parte dela, se tenha mostrado favorável à guerra revolucionária contra a tirania”.

Adiante agregou:

Levando em conta as condições em que se travou a guerra revolucionária e a complexidade das tendências políticas que se opunham à tirania, nada há de excepcional no fato de alguns elementos da classe latifundiária terem adotado uma atitude neutra, ou pelo menos, não beligerante, em relação às forças insurretas.

Isto prova que a Revolução Cubana teve uma etapa democrático-burguesa bem marcante. É de lamentar que essa experiência fosse abandonada pelos dirigentes cubanos, até mesmo pelo autor do artigo, bravo e provado revolucionário, que pouco antes de morrer considerava ser socialista o caráter da revolução nos países da América Latina. Agora, as forças revolucionárias do Vietnã unem todos os patriotas no combate aos imperialistas ianques e seus lacaios e contra eles voltam o gume de seus ataques. O programa da Frente de Libertação Nacional do Vietnã do Sul, recentemente publicado, inclui somente reivindicações da etapa nacional e democrática. E isto quando a parte norte do país já é socialista.

Estas experiências demonstram o quanto é importante definir de maneira correta o caráter da revolução e o quanto é nocivo estabelecer agora objetivos que correspondem a outra etapa do processo revolucionário. Para os povos do continente esta é uma questão vital. Em todos os países da América Latina é bastante evidente a natureza nacional e democrática, o cunho agrário e anti-imperialista e o aspecto popular da revolução.

Partido Comunista do Brasil

*A guerra popular**

Durante os anos 1968-71, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) negou-se a se comprometer com o processo de luta armada desencadeado pelas organizações castristas, que acusará de aventureirismo. Nos anos 1970, o partido maoísta brasileiro lança sua própria experiência de combate, sob a forma de uma guerrilha rural na Amazônia, dizimada pela repressão militar. Este texto, de 1969, tenta aplicar à realidade brasileira a estratégia militar maoísta de cerco às cidades pelo campo durante o transcurso de uma guerra popular dirigida pelo Partido Comunista.

Se do ponto de vista da estratégia política (revolução nacional-democrática), o Partido Comunista do Brasil não está muito distanciado de seu rival pró-soviético, com relação a este problema (a guerra do povo) diferencia-se radicalmente dele.

O caminho da luta armada

Os fatores favoráveis e desfavoráveis à revolução, inerentes à realidade brasileira, são elementos essenciais para definir o caminho da luta armada e deles decorrem os aspectos básicos do curso da guerra revolucionária no Brasil.

Quais são estes aspectos?

1. A luta armada em que se empenhará o povo brasileiro terá um profundo conteúdo popular, englobando as mais amplas massas da população. O fato de ser o Brasil um país dependente e de a terra estar monopolizada por uma pequena minoria de latifundiários imprime à revolução um caráter nacional e democrático, o que permite a mobilização de imensas forças sociais para derubar o atual regime reacionário. As classes dominantes não podem resolver a contradição entre o rápido aumento da população e a carência, sempre maior, de empregos, de meios de educação e de assistência. Tampouco podem evitar o contraste cada vez mais chocante entre o Brasil das grandes cidades e o Brasil do interior. Tudo isto provoca um descontentamento crescente de vastos setores populares cujas aspirações só serão satisfeitas pela revolução. A circunstância de o povo brasileiro já ter usufruído de certas liberdades em recentes períodos de ascenso democrático e de ter elevado grandemente sua consciência política o impele a lutar, mais e mais, contra a reação e o domínio imperialista. Uma

* "Guerra popular. Caminho da luta armada no Brasil", em *A linha revolucionária do PC do Brasil*, janeiro de 1969, p. 300-3.

luta armada de profundo conteúdo popular não pode ser dirigida pela burguesia nacional ou pela pequena burguesia, forças sociais inconsequentes. A direção do Partido Comunista do Brasil, partido do proletariado e defensor intransigente dos interesses das massas mais pobres, dará ensejo a que a luta revolucionária abarque a esmagadora maioria da população e tenha a necessária consequência. Assim, a luta armada das forças revolucionárias terá um cunho eminentemente popular, será uma guerra do povo.

2. As grandes cidades não podem ser o cenário principal da guerra de libertação do povo brasileiro. Nelas estão concentrados os contingentes mais numerosos e mais fortes das forças armadas do inimigo. Em centros urbanos, como Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Recife, Belo Horizonte, Salvador e outros, estão sediadas guarnições militares dispendo de grandes recursos e treinadas para esmagar as lutas do povo. Estas guarnições têm possibilidades de cercar e derrotar as massas rebeldes que não possuem suficiente armamento para enfrentá-las.

Isto não significa que as grandes cidades não tenham importante papel a desempenhar. Não só na preparação como em todo o curso da guerra popular. Nos centros urbanos encontram-se 3 milhões de operários e uma grande camada da pequena burguesia, os quais, juntamente com os camponeses e assalariados agrícolas, constituem as forças motrizes da revolução. As cidades têm tradição de amplos e combativos movimentos de massas. Nos últimos anos, o movimento estudantil e as greves operárias alcançaram elevado nível de combatividade. Estas lutas minam o poder das classes dominantes e obrigam a reação a conservar nas cidades ponderáveis forças militares. A ação dos revolucionários pode atingir os órgãos de decisão política e militar do inimigo, bem como sua base logística, situados nos centros urbanos. Grande será o número de patriotas que as cidades enviarão para o interior, a fim de integrar as forças armadas populares.

A correta e estreita coordenação das atividades revolucionárias, armadas e não armadas, no campo e nas cidades, é o caminho para tornar vitoriosas as forças do povo. O movimento político de massas nas cidades ajuda a preparar e a desencadear as ações armadas no campo e estas, por seu turno, darão impulso às lutas de massas nos grandes centros.

O interior é o campo propício à guerra popular. Aí existe uma população que vive no abandono, na ignorância e na miséria. Nos mais diversos níveis, os camponeses empenham-se na luta pelos seus direitos. Devido à repressão brutal dos latifundiários e da polícia, as ações no campo assumem logo caráter radical. Sobretudo nas regiões de posseiros, são frequentes os choques armados com os grileiros. Como acentuou a VI Conferência Nacional do Partido, a massa camponesa é uma grande força a ser mobilizada para a conquista dos objetivos nacionais e democráticos. Tem manifestado, inúmeras vezes, sua aspiração à

posse da terra. Representa um grande potencial revolucionário que, embora no momento não esteja despertada, é sensível às lutas mais altas e capaz de fornecer a massa principal dos combatentes da guerra popular. O interior é o elo mais débil da dominação das forças reacionárias no país. Estas não contam com suficientes efetivos militares para ocupar as vastas áreas rurais. Nem alguns milhões de soldados, brasileiros ou norte-americanos, poderão ocupar as regiões mais agrestes do Brasil. Nestas regiões, as tropas reacionárias atuarão em ambiente adverso: situação geográfica que favorece os combatentes do povo e dificulta a ação das unidades repressoras, meios de transporte difíceis ou inexistentes, ausência de fontes de abastecimento para forças regulares numerosas, condições sociais desfavoráveis etc. Suas linhas de comunicação para esses lugares, além de precárias, são bastante vulneráveis. Somente para garanti-las serão necessários enormes contingentes. Quanto mais regiões sejam obrigadas a ocupar, mais as tropas da reação dispersarão suas forças e com isto se enfraquecerão, porque serão forçadas a se subdividir, ficando expostas aos golpes dos revolucionários. No interior, as forças armadas populares terão a seu dispor amplo campo de manobra que lhes permitirá evitar o cerco, poupar e acumular forças. Nele é possível assegurar a sobrevivência dos grupos combatentes na difícil fase inicial da guerra popular. Assim, o terreno onde se desenvolverá a guerra popular será fundamentalmente o interior.

Partido Comunista (ML) da Colômbia

*A guerra do povo**

O Partido Comunista (Marxista-Leninista) da Colômbia, organização maoísta surgida de uma cisão do partido pró-soviético em 1963-64, a princípio sofreu uma considerável influência do castrismo. Seus primeiros documentos mencionam tanto os escritos de Mao Tse-Tung como os de Che Guevara e Fidel Castro. Também é um dos poucos grupos maoístas que, desde os anos 1960, empreenderam a luta armada, mediante a criação, em 1967, do ELP (Exército de Libertação do Povo), que durante alguns anos foi um núcleo armado bastante importante (nos anos 1970 ele se enfraquece em razão das sucessivas cisões do partido maoísta).

Este documento explica a concepção maoísta da guerra do povo, em oposição à estratégia de autodefesa das massas, praticada pelo PC tradicional, que tinha seu próprio instrumento armado (as FARC, Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), encarregado da defesa de certas regiões camponesas.

A “autodefesa de massas” é uma política promovida pelos revisionistas desde 1948, fruto de sua vil aliança com os grandes latifundiários. Foi iniciada em Viota e chegou ao seu apogeu em 1953-57, período em que os revisionistas conseguiram derrotar o que restava do movimento guerrilheiro. O objetivo da “autodefesa” é transformar a guerrilha em ligas camponesas, aliando-as aos grandes latifundiários para “garantir a paz na região” e canalizar toda expressão da luta de classes entre os latifundiários e trabalhadores agrícolas, camponeses pobres e camponeses médios.

Naturalmente, não podemos desconhecer o direito de um povo a se defender quando é atacado. Entretanto, transformar o direito de defesa em política estratégica das massas para a tomada do poder, e apresentar a “autodefesa” como uma forma superior de luta popular, além de ser um erro muito grave, também é uma traição manifesta à causa da revolução colombiana. A guerra popular não pode progredir sem ofensiva tática ou, como diz Che Guevara, *sem defesa com ataque*.

As principais falhas desta estratégia revisionista estão ligadas às suas próprias origens:

a) O culto ao espontaneísmo, que deixa toda iniciativa ao inimigo, reduzindo os combatentes a uma espera passiva da agressão e transformando-os em protetores do miserável *status quo* existente; isto é justamente o que as classes dominantes querem.

* “Conclusiones del II Pleno del Comité Central del PCML de Colombia”, dezembro de 1965, *Combatiendo unidos venceremos*, Documentos 1, PC de Colombia-ML, ed. 8 de junio, 1975, p. 275-78, 292-93.

Os revisionistas deduzem este princípio do fato de que os camponeses – na primeira fase de violência revolucionária já descrita – empreendem a luta sob a pressão do inimigo, esquecendo que, desta forma, os que se transformam em guerrilheiros são os sobreviventes das matanças oficiais, responsáveis por centenas de milhares de mortos.

b) Uma falsa ideia do caráter *legalista* da burguesia, pois a “autodefesa” não passa de uma tentativa “jurídica” de conduzir a luta armada, sem se afastar das normas do código penal em vigor, que garante o “direito à legítima defesa”.

c) A supressão de todo critério de classe, que faz com que os criadores da “autodefesa” impulsionem os camponeses a realizar alianças contra natura com os latifundiários e seus agentes, “a fim de evitar danos à região”, o que leva a uma separação entre os chefes do governo e o aparelho repressivo, culpando pela violência oficiais e funcionários de menor importância (sargentos, subtenentes e prefeitos), ou o “alto comando” do Exército, como se todos eles não fossem burgueses, como se dirigissem a guerra contra o povo por sua própria conta e não como executores da política das classes dominantes e principalmente do imperialismo ianque. Desta forma, são levados a exigir a paz aos ministros e ao presidente, esquecendo-se de que estes são burgueses ou grandes latifundiários encarregados de missões no governo, ou agentes especializados dele. Formalizam-se, com alguns de seus membros, pactos secretos que sempre são fatais para o povo.

d) Transformar a primeira etapa da luta em uma *guerra de posições*, o que faz com que os defensores das diferentes regiões sejam presa fácil para o inimigo, fato confirmado pelas velhas experiências de Villarica e de Sumapaz, assim como pela mais recente de Marquetalia, Pato, Guayabero e Río Chiquito.

e) O desprezo sistemático pelo objetivo estratégico da luta armada, que é a tomada do poder político pelo povo; insiste-se no erro principal da fase de guerrilha precedente, com a diferença de que, neste caso, trata-se de um erro consciente e deliberado, que poderia ser chamado de traição.

Isto é verdade, porque quase sempre o único objetivo reconhecido pelos revisionistas tem sido o da “paz” sob o domínio da burguesia autóctone e do imperialismo, sem qualquer aspiração ou qualquer mudança revolucionária. O resultado é que as regiões em que ocorrem os movimentos camponeses – assim como os próprios movimentos – caíram um após o outro, por sua culpa, sem ter se arriscado a acabar com a simultaneidade da luta nas diferentes regiões que “dirigiam”, mediante um modesto plano de solidariedade mútua. Esta

indiferença criminosa causou perdas importantes ao povo e a eles mesmos; a manifesta desobediência dos combatentes que tomaram a iniciativa de se transformarem em *guerrilheiros por conta própria* não é uma das menores perdas.

Embora estes fundamentos teóricos sejam totalmente errôneos, a “auto-defesa” nos deixou algumas experiências importantes:

a) Evidenciou que a luta armada popular não pode se limitar à sua própria defesa, devendo consistir em uma *defesa com ataque, destinada a se transformar em ofensiva estratégica durante a luta*.

b) O aparecimento de algumas brigadas camponesas que aderiram à guerrilha, negando na prática as pretensas virtudes da “autodefesa” como forma superior de luta; estas brigadas podem constituir, a curto prazo, uma reserva para o movimento consciente e revolucionário, se conseguirem se libertar totalmente da tutela revisionista.

c) O desenvolvimento de certas formas de cooperação entre as massas camponesas e os combatentes, devido principalmente ao fato de que estes últimos têm mantido com elas relações permanentes, evitando a pilhagem e o banditismo dos destacamentos armados, atitude motivada pela experiência de etapas anteriores.

A guerra do povo

Conforme o que foi dito, fica claro que nos comprometemos a dirigir nossa ação não só *em prol da luta armada de um partido político pelo poder popular, mas a favor da guerra popular pelo poder político*. Isto é, a favor de uma luta dirigida principalmente pelas massas agrupadas em torno da aliança operário-camponesa, na qual nosso partido, sendo a vanguarda da classe operária, deve desempenhar o papel de vanguarda.

Isto significa que, para nós, o problema não é saber se devemos ou não lançar uma ofensiva armada contra o imperialismo e a oligarquia autóctone, nem sequer o de saber como lançá-la. Neste momento, o fundamental é conseguir mantê-la e generalizá-la, para se transformar naquilo que os trabalhadores colombianos exigem: uma vasta contra ofensiva que responderia à ofensiva que os exploradores de nosso povo realizam há 20 anos.

Só conseguiremos isto mediante a mais ampla mobilização possível das massas. Isto é, por meio de uma *mudança qualitativa* da luta reivindicatória em geral, que pode ser obtida por meio de uma elevação do nível desta luta, e sobretudo pela diligente e constante *denúncia política* do imperialismo ianque e da oligarquia e seus atos criminosos, desmascarando a realidade

nacional e expando os objetivos estratégicos da revolução colombiana, de forma pública e incansável.

Não se trata de mobilizar as massas de maneira abstrata, mas de levá-las à guerra contra seus inimigos depois de ter realizado sua unificação no seio da frente patriótica de libertação nacional.

Só então a guerra popular será uma forma superior de luta de massas, generalizada e ascendente, totalmente diferente da formação de um ou dois focos guerrilheiros.

Tentamos, com grande parte do povo – e a experiência demonstrou que estávamos errados – fazer a guerra partindo de uma ou várias frentes armadas (ou “focos”), deixando as massas parcialmente de lado. Para nosso partido, trata-se de *estender a guerra popular* a partir de várias zonas guerrilheiras estreitamente vinculadas ao povo de cada região. Também sabemos que a concentração das forças revolucionárias em apenas um lugar provoca a concentração das forças inimigas nesse mesmo lugar, privando-nos assim da superioridade tática adquirida no início. Portanto, é preciso desenvolver a luta de forma mais ou menos simultânea em diversas regiões, com o objetivo de dispersar os efetivos do inimigo. Ninguém ignora o que ocorre atualmente no país e que isso constitui uma garantia da extensão progressiva da guerra popular.

VII. O trotskismo

Hugo Blanco

*Milícia ou guerrilha?**

Nascido em Cuzco em 1934, estudante de agronomia e depois fundador da FIR (Frente de Esquerda Revolucionária, organização trotskista peruana), Hugo Blanco dirigiu um dos mais importantes movimentos camponeses dos anos 1960. Dirigente da Federação Provincial de Camponeses dos vales de Convención e Lares, organizou greves, ocupações de terras e formou uma milícia sindical, nos anos 1961-63. Preso em 1963, Hugo Blanco passará oito anos na cadeia; em 1964, na qualidade de prisioneiro, escreve uma carta que faz o balanço de sua experiência e analisa o problema da relação entre partido e sindicatos, guerrilhas e milícia na luta revolucionária dos camponeses. Anistiado em 1970, Hugo Blanco se incorpora às lutas no Peru, tendo sido várias vezes deportado do país. Em 1978, foi candidato da FOCEP (Frente Operária Camponesa Estudantil do Peru) à Assembleia Constituinte, e foi eleito deputado com a terceira maior votação do país.

As experiências cubana, chinesa etc. caracterizaram-se, em seu ponto de partida, pela ausência de organização das massas combatentes, até então considerada uma condição prévia. Era totalmente normal que o grupo armado não gozasse a princípio da confiança das massas, o que lhe dava o caráter nômade de guerrilheiro. Mas quando o grupo armado consegue obter a confiança e o apoio das massas, perde seu caráter nômade para se instalar em um determinado lugar. Nestas condições, a guerrilha constitui o eixo da luta do povo, o núcleo polarizador e organizador, a vanguarda. Portanto, trata-se de um grupo que se preparou e organizou à margem de um movimento de massas quase inexistente, que a guerrilha, surgida do seio das massas, deve organizar.

No Peru já existem organizações que agrupam amplas massas. Nas regiões em que estas organizações estão constituídas, poucas pessoas ficam à margem delas.

A pergunta fundamental é a seguinte: por acaso você acha que atualmente existe no campo uma situação de duplo poder?¹ Se não pensa dessa maneira,

* Hugo Blanco, "A propos des guerrillas et des milices", *Quatrième Internationale*, Paris, n. 24, março de 1965, p. 45-47. (As notas são da redação da revista.)

¹ Trata-se da dualidade do poder mencionada na carta de Hugo Blanco de 7 de fevereiro, isto é, de uma luta pelo poder dispersa, inconsciente, sem centralização e sem programa. Apesar disso, esta luta tende necessariamente a se desenvolver, a adquirir maior consciência, graças à ação da vanguarda.

você deve se pronunciar pelas guerrilhas². Mas se estiver convencido de que esta situação existe, então deve escolher as milícias³.

Depois de abril de 1962, quando estava separado dos meus companheiros e quando grandes nuvens golpistas ainda passavam pela minha mente, redigi sob a pressão da realidade um relatório intitulado *A zona liberada antes da insurreição*. Naturalmente, este informe contém alguns erros de apreciação, mas só pelo título já podemos nos dar conta de como tinha se desenvolvido a situação de poder dual⁴. Você também conhece o que escrevi sobre os sindicatos camponeses⁵. Parece inútil recordar estas coisas a um membro da FIR, “fator consciente do despertar do campesinato”, como você diz. Apenas recordo estas coisas porque me parece que suas ideias sobre a luta armada são produto de seu desconhecimento e de seu isolamento do trabalho de base da FIR.

Se, para iniciar a luta armada, parte-se de situações tão diferentes quanto as de Cuba e da China, é óbvio que esta luta deve, em princípio, ser diferente das demais. Este é o “processo dialético”.

A guerrilha, como você diz, deve “obter a simpatia do campesinato”.

A milícia é produto da ascensão do campesinato. As massas, tendo entendido a necessidade da luta armada, criam as milícias. Estas são geradas pelo próprio campesinato e, portanto, gozam de sua confiança, de seu apoio, mesmo antes de surgir. Não se esqueça que os camponeses já decidiram pela constituição de comitês de defesa: estão conscientes da necessidade destes comitês, e sabem que eles mesmos é que devem criá-los.

Em vez da sua frase: “Aqui se une o movimento de massas às formas embrionárias da luta armada pelo poder”, teria preferido: “Aqui o movimento de massas atinge a etapa da luta armada pelo poder” (mesmo que este objetivo não seja percebido de forma consciente no princípio).

Perguntas: “Qual é o órgão destinado a preparar e a organizar a luta armada: o sindicato camponês ou o partido?”. Para nos ajudar a responder, perguntarei o seguinte: quem dirigirá a ocupação das terras em Cuzco? Os sindicatos? O partido? E quem tomou o poder na Rússia... os soviets? Ou o partido? Nos três casos, a resposta é: foi o partido por intermédio das organizações de massas, em nosso caso, por meio dos sindicatos camponeses. Estes já demonstraram que estavam de acordo com isso. Só nos resta agir.

² Independentemente do desenvolvimento do movimento de massas. Diferem dos Comitês de Defesa, braços armados do campesinato, destinados a utilizar métodos de guerrilha durante a luta.

³ É a denominação mais precisa que se pode dar aos Comitês de Defesa, pois eles se constituem e desenvolvem no seio da massa camponesa, independentemente da técnica que utilizarão no momento dos combates.

⁴ Este relatório sobre a dualidade de poder foi adotado pela direção nacional da FIR.

⁵ Este texto foi publicado por *Revolución Peruana* e adotado pela direção da FIR.

“[...] esta forma de luta é praticada por organismos formados e disciplinados na ciência e na arte da guerra revolucionária. Portanto, o sindicato não poderia organizar nem dirigir a luta armada”. Estes organismos são precisamente os comitês de defesa do sindicato revolucionário dirigido pelo partido.

Não nego a grande importância do partido. Pelo contrário, reconheço que a enorme carência de 1962 identifica-se com a ausência de um partido, e que daí derivaram todas as fraquezas.

É dever do partido ter células nos sindicatos camponeses; isto é necessário se quisermos dirigir a luta armada da melhor forma possível. Devemos aproveitar as experiências. Se tivesse existido um partido bem organizado – pelo menos em Convención e Lares – teríamos obtido outros resultados. Foi uma experiência negativa.

Mas também devemos aproveitar as experiências positivas. Por que (meus companheiros e eu) nos mantivemos durante mais tempo que qualquer outro grupo, apesar da ausência de partido, de clareza política, de conhecimentos técnicos etc.? Porque éramos um grupo surgido do sindicato camponês, alimentado e apoiado pelo sindicato.

Em nossa experiência há contribuições que um guerrilheiro chamaria de segunda etapa: conhecem-se as pessoas que constituem a população, assim como os três ou quatro fura-greves que vivem nela (a menos que tenham sido afastados da região, como foi feito em Quochapampa, Mesada etc.). Quase toda a população está organizada. Não só apoiará economicamente, protegerá, informará, alimentará etc. os grupos armados, mas fará ainda mais: quando chegar o momento, praticará sabotagens e de fato iniciará a luta armada em massa. Certamente esta luta seria episódica se fosse realizada antes da insurreição, mas não faltarão ocasiões para que ela ocorra. Não quero dizer com isso que se deve promover essa luta em todas as circunstâncias, embora às vezes isso seja necessário. Desejo lhe mostrar como as coisas se apresentam e se apresentarão diante de nós: deve-se ressaltar que já temos muita experiência para começar e que não devemos desperdiçar nenhuma força. (Durante a época de tensão contra Chaupimayo, todos os sindicatos revezavam-se para montar guarda.) A riqueza de informação que os sindicatos dispunham estava inexplorada, em virtude da falta de um partido.

Todas essas condições, semelhantes às da “segunda etapa das guerrilhas”, oferecem a um grupo armado a possibilidade de se instalar entre uma população que lhe é muito favorável. Se a procura tenaz a este ou aquele miliciano causa algum problema, ele deve ser transferido para o sindicato de outra região.

Uma das condições fundamentais da luta das milícias é a grande amplitude do território na qual ela se desenvolve. É preciso contar com muitas milícias no território previsto: uma por sindicato. Em caso contrário, a milícia assumiria o caráter de guerrilha e o inimigo concentraria seus ataques nela e em seu

sindicato. (Isso foi o que aconteceu conosco; no entanto, éramos uma guerrilha clássica da primeira etapa.) Não tornaremos a agir como em Chaupimayo, onde atraímos as forças concentradas do inimigo.

Quanto à tática da guerrilha, estou de acordo em que ela deva ser ensinada aos comitês de defesa. Estes não devem recorrer ao empirismo, pois o partido de vanguarda tem suas razões de ser. Deve-se explorar todos os conhecimentos em matéria de guerrilhas que possam ser adaptados à nossa estratégia.

E agora uma pergunta de suma importância: por acaso é mais fácil recrutar guerrilheiros que milicianos?⁶

Grande parte dos camponeses está disposta a perder a vida, mas não a abandonar suas terras, seu modo de viver. Por isso aprovam a palavra de ordem “Terra ou morte!”. Portanto, o guerrilheiro sai de sua casa para regressar a ela no final da luta. Em compensação, o miliciano fica em casa, dedica-se ao seu trabalho e, quando é preciso lutar, luta. De cem camponeses dispostos a lutar, 99 quererão ser milicianos e só um, guerrilheiro. Não quero entrar em detalhes, mas você pode acreditar em mim: já tenho experiência a respeito. Manco II, que tinha cercado Cuzco para o assalto, foi abandonado por suas tropas porque tinha chegado o momento de plantar batatas ou de colhê-las, não me lembro qual das duas coisas.

Entretanto, nada se opõe à organização de guerrilhas. Algumas podem ser constituídas com elementos dispostos a lutar, para ajudar as milícias⁷. Mas o órgão fundamental da luta armada no Peru é a milícia do sindicato, dirigida pelo partido.

Aproveitemos todas as particularidades da realidade peruana e não volte-mos a começar desde o início, depois de ter avançado tanto.

Você diz: “*O FIR deve iniciar a luta armada pela tomada do poder*”. Muito bem: assim, cavalgando sobre o movimento camponês, foi a Revolução Cubana. Mas os cubanos primeiro tomaram as armas e depois montaram a cavalo, enquanto nós montamos a cavalo, mas carecemos de armas. Por que desceríamos do cavalo?

Estou convencido de que, se minha resposta não consegue convencê-lo, sua união com os militantes de base se encarregará disso. E quanto antes, melhor.

Terra ou morte! Venceremos!

Presídio central de Arequipa, 7 de abril de 1964.

⁶ Levando em consideração a relação de forças, o caráter e o nível das lutas camponesas.

⁷ Mas estas guerrilhas terão uma direção centralizada, e no contexto da organização revolucionária das massas [dos sindicatos] e não fora dela. As necessidades da luta determinarão o número de guerrilhas.

Luis Vitale

*América Latina: feudal ou capitalista?**

Luis Vitale (1927), historiador argentino naturalizado chileno – autor de uma importante *Interpretación marxista de la historia de Chile* (quatro volumes editados a partir de 1967) –, publicou em 1966 este texto que estimulou a polêmica sobre a natureza das formações socioeconômicas latino-americanas. O ponto de partida teórico de Vitale é que a América Latina não é uma reedição da Europa do século XIX e não atravessou as mesmas etapas históricas que a sociedade europeia. Trata-se, naturalmente, de um debate repleto de implicações políticas importantes, que são evidenciadas pelo autor nas conclusões do ensaio.

Ex-dirigente do MIR, militante trotskista, Vitale foi preso depois do golpe militar de 1973 e ficou durante quase três anos em um campo de concentração.

III

A terceira tese do reformismo sustenta que a aristocracia feudal, nascida na Colônia, impulsionou a independência contra a Espanha. Afirmamos que a Espanha conquistou a América, não para reproduzir nela o ciclo feudal europeu, mas para incorporá-la ao novo sistema de produção capitalista. Esta “marca” repercutirá na gestação das classes sociais, e também gerará as causas da revolução americana do início do século XIX. A colonização espanhola originou uma burguesia nativa que, ao se desenvolver e entrar em contradição com os interesses imperiais, dirigiu a emancipação latino-americana.

Desde o princípio, o desenvolvimento da América Latina esteve subordinado à sua condição de colônia. Sua economia nasceu deformada, para servir aos interesses da metrópole. A característica da América Latina, como continente produtor de matéria-prima, provém da época colonial. A evolução da indústria autóctone – condição básica, junto com a reforma agrária, para criar o mercado interno – foi impedida pela Espanha. A Colônia desempenhava a dupla função de exportadora de matéria-prima e importadora de produtos elaborados.

A Espanha exercia o monopólio da exportação e da importação colonial, impossibilitando que os produtores nativos obtivessem melhores preços em outros mercados e comprassem produtos manufaturados mais baratos. Para apaziguar os protestos contra o monopólio, os reis da Casa de Bourbon inauguraram uma política, de estilo reformista, ao permitir a abertura de 33 novos

* Luis Vitale, “América Latina, ¿feudal o capitalista?”, *Estrategia*, Santiago do Chile, 1966.

portos para o comércio com a América em 1778. O relativo êxito comercial aumentou as expectativas da burguesia nativa. As concessões borbônicas, em vez de atenuar o descontentamento das colônias, serviram para estimular as aspirações dos latifundiários, mineiros e comerciantes nativos. As reformas impulsionadas pelos ministros liberais de Carlos III demonstram que a Colônia estava perdida para a Espanha muito antes de 1810.

A economia colonial gerou uma burguesia produtora de matérias-primas. O caráter capitalista da colonização determinou que, na América Latina, a burguesia nascesse diretamente da Colônia, sem necessidade de passar pelo ciclo europeu. Mas, dada sua condição de dependente e de abastecedora exclusiva de matéria-prima, esta burguesia não adquiriu uma fisionomia moderna. Não foi uma burguesia industrial, mas uma burguesia produtora e exportadora de matéria-prima. Seu interesse não residia no desenvolvimento de um mercado interno, mas na colocação de seus produtos no mercado europeu.

O fato de que os nativos abastados adquirissem títulos de nobreza, criassem o direito da primogenitura e outras reminiscências medievais, induziu liberais e reformistas a cometer o erro sociológico de caracterizar esta camada da sociedade como aristocracia feudal. A verdade é que estas instituições feudais eram apenas o aspecto externo, formal, de uma classe social que se baseava nas leis inexoráveis do mercado mundial capitalista em formação. Além disso, os títulos de nobreza eram adquiridos com o dinheiro que os nativos obtinham com sua atividade essencialmente burguesa, e não por banhos de sangue azul de uma suposta condição de nobres feudais.

A existência de outras classes sociais demonstra, também, que a Colônia não se desenvolvia sob o signo feudal. A pequena burguesia, cujo papel tem sido subestimado pelos historiadores, compunha-se de funcionários públicos, comerciantes varejistas, pequenos agricultores, administradores de propriedades, pequenos industriais, taberneiros, açougueiros, baixa oficialidade do Exército, advogados etc. A estruturação de uma classe média não é característica própria do feudalismo. A existência de artesãos, que tendiam a ultrapassar o regime de corporações medievais, o crescimento de assalariados mestiços nas minas, campos, plantações, obras e indústrias derivadas da pecuária, demonstra o curso capitalista, embora incipiente e embrionário, seguido pelas colônias. [...]

IV

A quarta tese do reformismo estabelece que a aristocracia feudal governou os países latino-americanos durante os séculos XIX e XX, impedindo a evolução capitalista e o surgimento de uma burguesia nacional. Sua conclusão é que ainda não foi superada uma etapa de desenvolvimento capitalista, tarefa que deve ser realizada pela “burguesia progressista”.

Acreditamos, pelo contrário, que nossos países não foram dirigidos por senhores feudais mas por uma burguesia essencialmente produtora de matéria-prima. Esta burguesia não estava interessada em desenvolver o mercado interno e a indústria nacional durante o século XIX, porque sua fonte básica residia no comércio de exportação. Depois de abortar os primeiros planos de fomento à indústria esboçados pela ala mais avançada da primeira geração de revolucionários de 1810, os latifundiários e comerciantes – comprometidos com a Inglaterra e com a França para permitir a introdução de mercadorias estrangeiras em troca de um bom tratamento para suas matérias-primas – foram os coveiros das incipientes indústrias artesanais do interior de cada país. O livre comércio significava uma vantagem para a burguesia nativa exportadora que detinha o poder, mas acabava com as pequenas oficinas regionais que tinham tido certo êxito durante as guerras da Independência, suprindo as necessidades dos exércitos patriotas. A aparência externa dessa classe social, sem nenhum interesse no desenvolvimento industrial, fez com que ela fosse caracterizada como feudal. Embora a exploração da mão de obra utilizada pelos caciques conserve restos semif feudais – o *pongaje*¹ na Bolívia, por exemplo – o sistema de produção não é feudal mas capitalista, pois seus produtos se destinam ao mercado externo.

Poucas décadas depois da Independência, acelera-se o processo de acumulação primitiva da terra com a conquista violenta das propriedades que as comunidades indígenas ainda conservavam. Afirma-se assim a grande propriedade latifundiária, que alguns confundem com o feudalismo pela sua extensão e atraso. Na segunda metade do século XIX assentam-se as bases da fazenda moderna, como fruto do processo de desenvolvimento do capitalismo agrário, condicionado pela demanda cada vez mais crescente de matéria-prima das nações altamente industrializadas. Os agricultores capitalistas não surgem na América Latina por causa do desenvolvimento da produção industrial e do mercado interno, como na Europa da revolução industrial, mas diretamente ligados à demanda do mercado mundial.

Para certos economistas, desenvolvimento capitalista e importância social da burguesia significam apenas mecanização fabril ou indústria avançada. Isto é, se não existir indústria não haverá capitalismo nem burguesia. Este critério serve para medir se um país é mais adiantado que outro, mas provoca confusão se for aplicado aos países coloniais e semicoloniais. Nestes não existe uma indústria adiantada, mas um sistema de produção capitalista na exploração agrícola, pecuária etc. e uma classe social – a burguesia nacional latifundiária e mineira – regida pelas leis do valor, da mais-valia e do lucro. Em meados do

¹ Sistema no qual o empregado era obrigado a dar uma parte do que cultivava ao proprietário das terras. (N.T.)

século passado, esta classe introduziu na América Latina o meio mais moderno de comunicação – a ferrovia – e inaugurou o sistema bancário, que começou a financiar as empresas agrícolas, frigoríficos, engenhos de açúcar, fundições. Os mineiros chilenos obtêm alta produtividade nas minas de cobre e salitre. Os latifundiários argentinos aumentam a exportação de gado com a introdução de novas técnicas e iniciam o auge do capitalismo agrário. A burguesia latifundiária cubana se transforma na principal abastecedora de açúcar do mundo, e o mesmo ocorre com a boliviana no caso do estanho. A classe exportadora do nosso continente já cavalgava há mais de um século em um corcel que não mordida o freio feudal mas sim o burguês. O atraso da América Latina não é produzido por um sistema feudal que jamais existiu, mas por sua qualidade de continente produtor de matéria-prima e dependente do mercado mundial. É verdade que existiam – e existem – comunidades indígenas e vestígios semi-feudais nas relações entre as classes. Mas estes fatores de atraso coexistem com os mais modernos avanços da técnica. Junto com a pequena produção familiar e miseráveis oficinas artesanais, erguem-se grandes empresas capitalistas. São os sinais distintivos do desenvolvimento desigual combinado que caracteriza as nações atrasadas, conforme a aguda apreciação de Leon Trotski, que, com a categoria de “combinado”, complementou a teoria do desenvolvimento desigual de Marx e Lenin.

A inauguração de uma nova etapa do capitalismo no final do século XIX – o imperialismo – marcou o destino posterior da América Latina. O investimento de capital financeiro forâneo transformou nossos países de dependentes em semicoloniais. As matérias-primas, em mãos da burguesia nacional no passado, em grande parte passaram ao poder do imperialismo europeu, primeiro, e ianque depois. Todos conhecem a história da entrega do cobre chileno, do estanho boliviano, das plantações centro-americanas etc., e por isso não vamos nos referir a este fenômeno de semicolonização. Preferimos aprofundar nosso estudo com relação à indústria, já que os revisionistas enfatizam tanto o progresso e o caráter nacional e anti-imperialista da burguesia nacional.

Ao contrário da europeia – gerada na luta contra a nobreza latifundiária e em uma época histórica caracterizada pelo capitalismo livre-cambista e competitivo –, a burguesia industrial latino-americana nasceu diretamente ligada aos latifundiários e ao imperialismo. No final do século passado, o imperialismo inundou os mercados com suas manufaturas, além de controlar desde o começo a maioria das ações das principais indústrias criadas em nossos países. Durante as duas guerras mundiais houve um desenvolvimento relativo da indústria, devido às dificuldades para importar produtos manufaturados. Este processo – realizado em plena etapa monopolista – ocorreu no setor da indústria leve (têxtil, calçado etc.).

Os reformistas acreditam que há uma grande contradição entre o imperialismo e o desenvolvimento desta produção industrial. A verdade é que a evolução da indústria ocorreu sob o controle do imperialismo e significou uma dependência ainda maior, porque a indústria leve está obrigada a comprar sua maquinaria ao monopólio estrangeiro. Precisamente, um dos traços característicos da nossa condição de países semicoloniais é a importação de maquinarias. Ao imperialismo, especialmente o norte-americano, interessa o desenvolvimento da indústria leve nos países atrasados, porque constitui novos mercados para a colocação dos produtos de sua indústria pesada. Um dos objetivos da Aliança para o Progresso, ao pregar a “reforma agrária”, é que o desenvolvimento da indústria leve latino-americana – como resultado do aumento do poder de compra camponês – significará uma maior demanda de maquinarias, aumentando assim as vendas de bens de produção das empresas norte-americanas. Este objetivo da Aliança foi manifestado de forma quase descarada pelos porta-vozes de Wall Street. Ao proclamar que existe incompatibilidade entre o imperialismo e o desenvolvimento industrial dos países atrasados, o revisionismo parece ignorar que o básico para o grande monopólio contemporâneo não é a exportação de artigos de consumo (vestimenta, calçado, alimentos, máquinas de lavar roupas etc.), mas a venda da maquinaria elaborada pela sua indústria pesada (produtos duráveis). Ao velho capitalismo – como dizia Lenin – interessava a exportação de mercadorias, ao moderno – o imperialismo – interessa a exportação de capitais sob a forma de bens de produção. Enfim, a burguesia industrial latino-americana – que surgiu intimamente ligada ao monopólio estrangeiro em plena época imperialista – agora depende mais do que nunca da importação da maquinaria produzida pelas metrópoles.

A burguesia industrial nativa nasce combinada com outras classes dominantes. Os esqueléticos capitais da indústria nacional provêm de investimentos dos latifundiários ou mineiros. Os industriais, por sua vez, adquirem terras e se transformam em latifundiários. Na América Latina, estabelecem-se estreitos vínculos entre o capital financeiro estrangeiro, os latifundiários e a burguesia industrial, setores que, cada vez mais, se transformam em trustes.

Sintetizando, é falso que a aristocracia feudal governou os países latino-americanos. O certo é que o poder foi exercido por uma burguesia exportadora de matéria-prima, que condicionou o atraso do nosso continente. A etapa imperialista significou a transferência destas matérias-primas para o capital financeiro estrangeiro. A burguesia industrial de dentes de leite manteve-se independente do imperialismo por sua incapacidade histórica de desenvolver a indústria pesada, condição básica para a evolução progressiva de um país na atual etapa da civilização. O atraso da América Latina não é produto do feudalismo, mas de uma burguesia que esgotou todas as possibilidades de desenvolvimento de um

continente semicolonial em plena época imperialista. Assim, é falso afirmar, como faz o revisionismo, que falta uma etapa de desenvolvimento capitalista, que pode ser realizada pela “burguesia progressista”.

V

E chegamos à tese final do revisionismo, objetivo de todos os afãs pseudo-históricos dos revisionistas: “Os partidos populares devem apoiar a burguesia progressista contra a oligarquia feudal para realizar as tarefas democrático-burguesas, por meio de uma Frente de Libertação Nacional”.

A estratégia política dos revisionistas baseia-se na teoria da revolução por etapas. Como, segundo eles, a América Latina foi dominada pela oligarquia feudal, é preciso fazer primeiro a revolução antifeudal, liderada pela burguesia progressista, para realizar a etapa de desenvolvimento capitalista que ainda não ocorreu. Este esquema histórico – fabricado para justificar uma estratégia política falsa – nada tem a ver com a realidade. A América Latina não foi uma cópia mecânica da Europa do século XIX, em que a nova classe burguesa em ascensão teve de derrubar o feudalismo para iniciar o ciclo das revoluções democrático-burguesas. Nosso continente não atravessou as etapas clássicas do Velho Mundo, tendo passado diretamente das comunidades indígenas primitivas ao capitalismo incipiente introduzido pela colonização espanhola. Ao se independentizar da Espanha, a América Latina não foi governada pela fantasmagórica oligarquia feudal, mas por uma burguesia produtora de matérias-primas que, por depender do mercado mundial capitalista, condicionou o atraso de nosso continente.

A história demonstrou que esta burguesia é incapaz de realizar as tarefas democráticas. O caráter combinado das classes dominantes determina que a burguesia nacional – inclusive a industrial – não possa nem queira realizar a reforma agrária, porque todas as classes estão comprometidas com a posse da terra. Portanto, é ilusório – para não dizer criminoso – afirmar que a burguesia industrial, que teve muito poder nos governos latino-americanos do pós-guerra, liderará a luta pela reforma agrária. A burguesia industrial também está incapacitada para romper com o imperialismo, devido ao seu grau de dependência em relação ao capital financeiro. Pode ter alguns atritos com algumas empresas forâneas que introduzem produtos competitivos com a indústria leve, porém sua luta não passa da imposição de algumas barreiras alfandegárias. A uma classe cuja própria existência depende do imperialismo não se pode pedir que cometa um *haraquiri*, pela simples razão de que uma classe nunca se contrapõe a si mesma. Portanto, a reforma agrária e a expulsão do imperialismo foi feita e será feita contra a burguesia industrial, e não com ela.

Embora existam interesses em conflito e alianças efêmeras, as supostas contradições fundamentais entre a “burguesia nacional”, os “senhores feudais”, a “burguesia compradora” e os “imperialistas”, como destacam acertadamente Huberman e Sweezy, e apesar de todas as declarações em sentido contrário, são em grande medida um mito.

Para entender a relação entre burguesia nacional e imperialismo, não se deve aplicar o princípio de identidade, mas sim o de unidade. Imperialismo não é exatamente igual a burguesia nacional. Os atritos entre ambos ocorrem dentro de uma unidade integrada pelo capital financeiro estrangeiro, pelos latifundiários e pela burguesia industrial. Daí que os antagonismos sejam secundários e que estas classes se unam na luta contra o inimigo comum: o proletariado e o campesinato. A política de governos bonapartistas como o de Perón, Vargas, Goulart, Paz Estenssoro etc. nunca pretendeu romper com o imperialismo, mas fazer chantagem com ele, para obter um acordo mais proveitoso na distribuição da renda nacional.

As ilusões reformistas na capacidade da burguesia “progressista” de levar a cabo uma etapa democrática de reforma agrária, independência nacional e desenvolvimento industrial foram eliminadas pela experiência histórica. O curso das revoluções russa, chinesa, cubana etc. demonstrou que a revolução é um só processo permanente e ininterrupto; que, tal como antecipou Trotski em 1905, não há primeiro uma etapa democrática – dirigida pela burguesia ou em aliança com ela – e depois uma etapa socialista. Se Fidel Castro e Che Guevara tivessem se limitado a realizar uma mera luta anti-imperialista e agrária, deixando intacta a burguesia nacional, hoje em dia Cuba já teria sido derrotada, como aconteceu com a Guatemala de Arbenz. Ou a revolução avança desapropriando os desapropriadores, ou a burguesia prepara a contrarrevolução por meio de um banho de sangue no proletariado, como sucedeu na Indonésia com os 100 mil comunistas assassinados pelo governo burguês “progressista” de Sukarno. A história contemporânea dos países semicoloniais tem demonstrado que só o proletariado, unido ao campesinato e a outras camadas pobres, pode garantir, por meio da revolução social, a extinção do imperialismo e a revolução agrária. O governo revolucionário, assentado nos órgãos de poder armado de operários e camponeses, cumpre as tarefas democráticas que a burguesia não foi capaz de realizar, medidas que combinam com tarefas de tipo socialista, como foi comprovado pelas experiências russa, chinesa e cubana. O fato de que a revolução nos países atrasados não possa realizar imediatamente tarefas 100% socialistas não significa que a burguesia ainda tenha um papel progressista a desempenhar.

A tática da via pacífica é determinada pela teoria da revolução por etapas. Os revisionistas garantem à respeitável matrona burguesa que o parto da

revolução antifeudal será sem dor. Do contrário, não se concebe como esta senhora aceitaria entrar em uma frente da qual participam desorbitados partidários da via violenta; esses guerrilheiros que, sem respeitar os bons modos e os pactos de cavalheiro, podem saltar as etapas estabelecidas, desapropriando não só ao imperialismo e à “oligarquia feudal”, mas também aos seus próprios padrões nativos: os industriais “progressistas”.

A nova geração latino-americana, surgida sob o estímulo da Revolução Cubana, não poderá mais ser mistificada com os velhos esquemas da revolução por etapas, chamada de democrática, antifeudal, agrária, nacional ou anti-imperialista. Sabe que há apenas um caminho para derrotar os inimigos seculares do atraso continental: *a insurreição popular armada para implantar o socialismo*.

Aos teóricos que, em um voo cego sem igual, chegaram a afirmar que a classe operária e camponesa de nossos países não está madura, a história se encarregou de oferecer-lhes o epitáfio definitivo: a primeira revolução social realizou-se em um dos países mais atrasados do mundo; a segunda, a terceira, a quarta e a quinta, também.

Santiago do Chile, fevereiro de 1966.

*O POR boliviano e a guerrilha de Che**

Em maio de 1967, quando começa a agir a guerrilha iniciada por Che Guevara na Bolívia, o POR (Partido Operário Revolucionário) publica uma declaração (redigida pelo seu principal dirigente, Hugo González Moscoso) de solidariedade aos guerrilheiros. O POR será a única organização a apoiar abertamente os combatentes de Ñacahuasu. No entanto, este apoio não é concebido apenas em termos de adesão à guerrilha; o documento do partido trotskista boliviano insiste na importância do desenvolvimento da luta de massas urbana, da mobilização dos sindicatos de mineiros, da organização das milícias operárias.

Pouco depois da publicação deste documento, González Moscoso e os demais dirigentes do POR foram presos, e a atividade do partido ficará paralisada temporariamente.

Levantemo-nos em homenagem às guerrilhas de Ñacahuasu! Ante a desmoralização dos indecisos, o oportunismo dos exploradores e quando a repressão militar, depois de ter enchido os campos de concentração dos bosques ocidentais, colocou fora da lei o POR e o PC, o aparecimento das guerrilhas no sudeste do país constitui a resposta adequada aos crimes dos gorilas ditadores. As guerrilhas são uma convocação ao combate e indicam o caminho que as massas bolivianas devem seguir para esmagar o jugo que as oprime e explora.

As guerrilhas não são uma louca aventura e ainda menos uma transposição mecânica e artificial da guerrilha cubana. Embora seja verdade que a luta armada vitoriosa da Sierra Maestra seja uma das lições mais válidas da Revolução Cubana, que sepultou o revisionismo do *modus vivendi* com o imperialismo e das “vias pacíficas para o socialismo”, a guerrilha surgida na Bolívia é o ponto culminante de um processo político interno. O povo boliviano não é alheio à luta armada, pela conclusão que extraiu de sua realidade objetiva atual. Toda a história boliviana está marcada pelas sublevações armadas das massas, ansiosas para romper seus grilhões. A ação das guerrilhas da Independência, dos Padilla, das Juana Azurduy, dos Lanza, dos Moto Méndez, as teses de Pulacayo e seus comitês armados, a ação de 9 de abril com as milícias sindicais armadas constituem a fonte histórica na qual se alimentam os guerrilheiros de Ñacahuasu. É simbólico que o teatro de suas ações seja o mesmo no qual Juana Azurduy e Manuel Padilla venceram o Exército real espanhol graças às guerrilhas durante a segunda década do século passado.

* “En Bolivie, tout le peuple est aux côtés des guérillas”, *Quatrième Internationale*, n. 31, Paris, julho de 1967, p. 15-18.

O povo boliviano tinha de regressar a esta tradição histórica, incitado pela experiência vivida nestes últimos 15 anos. Os guerrilheiros de Ñacahuasu expressam uma corrente popular geral e são seus melhores porta-vozes.

A decisão de iniciar a luta armada amadureceu na consciência operária e popular mediante um lento processo. Estes últimos 15 anos mostram como os trabalhadores, os camponeses, os intelectuais, os partidos operários e populares e todo o povo boliviano lutaram para elevar suas condições de vida, para tirar o país de sua dependência e atraso. Numerosos congressos de trabalhadores, de camponeses e de estudantes elaboraram reivindicações, formularam planos e programas. As massas mobilizadas deram seu apoio e sua força a esta ou aquela das direções burguesas para que, tendo chegado ao poder, satisfizessem suas aspirações e seus desejos de progresso. Mas as massas sempre foram enganadas. As conquistas sociais e políticas, impostas à custa de numerosos sacrifícios, no momento de sua realização transformaram-se em discursos líricos e pomposos. A reforma agrária não melhorou a existência das massas camponesas, que continuam na miséria com a renda anual por habitante mais baixa da América Latina. A nacionalização das minas serviu para enriquecer uma casta, e isto com o estranho objetivo de criar uma “burguesia forte”. Em vez de obter a independência nacional, o capital financeiro se apoderou de novo do petróleo e do ouro. Os agentes imperialistas infiltraram-se em todas as instituições: governo, Exército, ensino e todas as atividades administrativas e econômicas do país. Centenas de espões do suposto “Corpo de Paz”, comissões militares, bancárias, agrícolas, mineiras e culturais estão presentes em todos os lugares do território.

Quando as massas sentiram-se enganadas, impacientaram-se e exigiram soluções e mudanças em sua existência. Seus ídolos transformaram-se em seus algozes e cada reivindicação, cada mobilização dos trabalhadores foi reprimida abertamente pelos militares. Mas a prisão dos dirigentes operários e o isolamento dos dirigentes trotskistas e comunistas não resolveram a crise econômica e não fizeram desaparecer o desemprego, como tampouco deram de comer ao povo.

O agravamento desta crise levou os militares ao poder; o governo militar apareceu para esmagar o povo. Sua impotência para resolver os problemas nacionais e operários induziu-os a matar os mineiros da Siglo XX, a bombardear e a metralhar Milluni e Alto La Paz, a confiscar os bens sindicais e a não levar os sindicatos em consideração. Em vez de dar mais pão ao povo, o governo militar reduziu os salários em mais de 300%. Assim, desapareceram os últimos vestígios de liberdade, a democracia para as massas e para seus partidários. Mas a capitulação ante o imperialismo, a destruição dos sindicatos, o desemprego e, finalmente, a decretação da ilegalidade do POR e do PC, longe de resolver a crise econômica, apenas a acentuaram. O governo militar e seus métodos de terror não podem resolver o menor problema, enquanto aumentam o caos e as falências.

As guerrilhas abrem a via de libertação da Bolívia

As guerrilhas surgiram para acabar com esta situação e para abrir um novo caminho, verdadeiro, que garanta o progresso do país. Os métodos de luta normais, legais, foram ineficazes diante da ditadura. A luta armada, em forma de guerrilhas, foi imposta pelas atuais condições. A ditadura militar fechou o caminho da democracia e provocou o nascimento das guerrilhas. Esta é uma verdade indiscutível. Quando se acozzam e destroem os sindicatos, quando se prendem e perseguem os dirigentes sindicais e os militantes revolucionários, quando se responde a cada reivindicação e a cada proposta dos trabalhadores com as armas e a cadeia, não há mais espaço para os métodos de luta legal e democrática.

A ditadura militar colocou-se fora da lei e provocou a luta armada. O único responsável pela existência das guerrilhas e de suas consequências é o governo militar, laçao do imperialismo.

As massas aprenderam, graças à sua experiência cotidiana, que a rebelião armada é hoje em dia a única via que permite derrubar a ditadura militar e o imperialismo, criando depois um Estado operário e popular. O povo se deu conta de que a burguesia e o imperialismo eram incapazes de desenvolver o país. As reuniões dos ministros das Relações Exteriores da OEA, da CEPAL, a reunião de cúpula dos presidentes, a Aliança para o Progresso, os planos econômicos de todo tipo fracassaram e se transformaram em cortina de fumaça destinada a ocultar a realidade latino-americana e boliviana, dramática e dilacerante.

Todos estes órgãos estudaram a crise boliviana durante 20 anos. Certamente não faltaram planos, programas, pesquisas etc. A Bolívia foi estudada de todos os pontos de vista, mas os imperialistas e seus lacaios nunca puderam encontrar uma solução para o seu atraso. A razão disso é muito simples; os males da Bolívia, seu atraso, sua dependência e sua miséria só podem ser curados pelo socialismo, e este remédio é um veneno para os exploradores e a burguesia nacional. Portanto, é natural que os povos não confiem mais nos planos e nos organismos do imperialismo e das burguesias semicoloniais. Depois de uma longa experiência, não se pode mais esperar que os exploradores mudem e que se sensibilizem com as necessidades e interesses de seus explorados; eles apenas conseguem se disfarçar usando uma verborragia vazia e demagógica. Barrientos fala de desenvolvimento, de diálogo com o povo, mas para ele desenvolvimento significa capitulação, e dialoga com a oligarquia e com os agentes do imperialismo. Fala de concórdia e de pacificação entre bolivianos, mas ao mesmo tempo persegue, prende e mata. O diálogo do qual fala Barrientos, já o vimos na mina Siglo XX, quando o Exército penetrou nela. A paz que ele oferece é a paz dos cemitérios, como ocorreu com o trabalhador da construção Adrián Arce, com o dirigente dos mineiros, membro do POR, César Lora, assassinado

com uma bala na cabeça. Este diálogo é a pacificação de San Pedro, de Porto Rico, de Huaragoys, de Pekín, de Madidi, de Ixlamas, de Ulla Ulla, onde estão confinados os opositores revolucionários ao seu regime antinacional e antiope-rário. É a proibição do POR e do PC. Todo o povo boliviano rejeita e condena esse diálogo e essa pacificação.

Os guerrilheiros são filhos do povo

Graças a esta convicção, o povo e a grande maioria da nação estão convencidos de que a luta armada e a guerrilha atualmente são a única via e a única saída. Por isso, as guerrilhas emanam das necessidades do povo e das suas entranhas.

Nas serras de Ñacahuasu, os filhos mais decididos e valentes do povo boliviano combatem: os mineiros que foram expulsos das minas e condenados a morrer de fome, os trabalhadores das fábricas e da construção, com seus salários reduzidos e direitos suprimidos, os camponeses que, em suas humildes cabanas, esperaram em vão o progresso e viram a reforma agrária se transformar em uma farsa cruel, os jovens sem trabalho que preferiram se sacrificar pela pátria em vez de se exilar, os universitários cujas esperanças foram eliminadas com a crise e o desemprego.

A ditadura militar qualifica estes filhos da Bolívia, estes filhos de mineiros, de camponeses e intelectuais de “mercenários estrangeiros”. Rejeitamos esta ofensa feita aos patriotas que são filhos do povo. Os mercenários são os espões ianques, homenageados tanto no Palácio de Governo como no mais humilde escritório. O “gorilismo” de Barrientos provocou um escândalo por causa de três jornalistas, mas permanece calado sobre a chegada dos militares ianques e de agentes do FBI. Os mercenários estrangeiros são os mercenários argentinos, norte-americanos e brasileiros que, pisoteando a soberania nacional, substituíram de fato o alto comando militar incapaz, e o próprio governo. Os mercenários são os que seguem o amo imperialista e transformaram a Bolívia em uma prisão para os bolivianos.

Por que lutam os guerrilheiros?

Os objetivos dos guerrilheiros são óbvios e não precisam de uma propaganda particular. Surgidos do mais profundo do povo, tentam acabar com a injustiça social, a ausência de garantias e de liberdades democráticas, a opressão nacional imposta pelo imperialismo.

A luta de guerrilhas origina-se em todas as aspirações populares e operárias, nas reivindicações dos mineiros, dos operários, dos professores e dos universitários que, até agora, receberam apenas uma resposta negativa e violenta da ditadura militar.

A atitude da ditadura militar

A resposta do “gorilismo” à presença de guerrilhas em Ñacahuasu foi a mesma que antes já tinha dado às reivindicações dos trabalhadores, ou seja, o terror, a mentira e o engano. Sem refletir sobre as causas econômicas e sociais, a camarilha militar lançou-se raivosamente contra o povo. Nas cidades, nas minas, dezenas de dirigentes sindicais revolucionários foram presos. Os campos de concentração dos bosques orientais estão repletos de militantes e de dirigentes do POR, do PCB e do PRIN, de dirigentes mineiros e estudantis. No campo, a burocracia sujeita à ditadura desencadeou o terror e há numerosas vítimas entre os camponeses. Na zona das guerrilhas, os militares ianques, argentinos e brasileiros mostram uma severidade criminoso; 3 mil soldados de infantaria, artilharia pesada, aviões de caça, bombardeiros, paraquedistas, a DIC e a Guarda Nacional com cães treinados foram lançados contra um punhado de patriotas bolivianos, contra os guerrilheiros. Diariamente, bombardeiam-se e metralham-se com violência e sem discriminação as florestas, a planície e os edifícios, os camponeses, os criadores de gado, os camponeses pobres que recebem as bombas de *napalm* da ajuda norte-americana. As aldeias de Camiri, Lagunillas, Muyupampa e Monteagudo vivem horas angustiantes, em virtude da ação dos carrascos militares. Dia após dia, pessoas são presas, são detidos supostos partidários das guerrilhas, entre os quais muitos são encontrados “suicidados” depois de horríveis torturas.

A atitude dos militares mercenários ianques, argentinos e brasileiros, assim como a dos traidores bolivianos, contrasta com o comportamento humano dos guerrilheiros, que aceitam rendições e que disparam apenas para se defender, que tratam bem os prisioneiros e libertam-nos depois de tê-los curado.

Esta é a razão dos mortos na zona de guerrilha: a ditadura militar e seus mercenários gorilas são os únicos responsáveis.

É um dever apoiar as guerrilhas

A causa dos guerrilheiros é a causa de todos os bolivianos. As guerrilhas são o braço armado do povo que deve se opor aos que fazem as massas passar fome, aos assassinos de Arce e de Lora, da mina Siglo XX, de Milluni, de Alto La Paz de 1965, aos que são responsáveis pelo atraso e pela miséria da Bolívia, pela redução dos salários e, por último, aos que vendem e entregam a pátria à voracidade imperialista.

Os guerrilheiros, cuja luta é a de toda a Bolívia, representam cada boliviano, cada setor da população. Mas é preciso organizar e coordenar o apoio do povo. A melhor ajuda é desenvolver a luta das massas urbanas, dos

mineiros, dos operários, dos camponeses, dos universitários pelas suas próprias reivindicações. É preciso lutar para recuperar as minas! É preciso lutar pelo aumento geral dos salários! É preciso desenvolver a luta dos professores, dos universitários, dos estudantes, dos camponeses! É preciso lutar pela obtenção de garantias democráticas e liberdade para os presos! As guerrilhas apoiam a luta do povo com as armas na mão! Mobilizem-se contra a ditadura militar, contra os mercenários e os gorilas!

Todos os revolucionários devem se unir para fortalecer a poderosa Frente de Esquerda. Devem reaparecer os comitês clandestinos, as milícias armadas nos sindicatos, precisamos contar com direções sindicais audazes. Neste processo, é preciso reorganizar vigorosamente os sindicatos, da base até a direção da COB, com homens que estejam à altura da luta armada iniciada pela guerrilha. As massas devem partir do nível que alcançaram graças às experiências dos últimos anos.

As guerrilhas triunfarão

O povo é invencível e as guerrilhas, que são sua expressão armada, triunfarão. A fraqueza do imperialismo e do governo fantoche são visíveis, e já se observam sinais de crise e de desmoralização no alto comando militar, entre os oficiais e na tropa. O gabinete misto do Cao Ky boliviano, Barrientos, balança. Se não houve ruptura entre o Exército e o governo até agora, foi graças à pressão da embaixada norte-americana. Uma parte do Exército exigiu a retirada de Barrientos e exige um governo unicamente militar.

Esta crise tem sido freada até o momento, mas se acentuará e eclodirá. A guerrilha e a luta das massas vencerão todos os obstáculos e aparelhos repressivos. Depois, a Bolívia será livre e encontrará o caminho de seu desenvolvimento, que a levará a criar uma nova sociedade de trabalhadores, na qual não existirão mais os exploradores.

Burô Político do POR
(Seção Boliviana da IV Internacional)
Bolívia, maio de 1967.

Adolfo Gilly

*México, a revolução interrompida**

Militante trotskista argentino, autor de trabalhos sobre a economia cubana dos anos 1960 e colaborador, nessa época, da revista marxista americana *Monthly Review*, Adolfo Gilly viveu durante muitos anos no México. Preso em abril de 1966 e acusado de “conspiração subversiva”, permaneceu mais de seis anos na cadeia. No presídio de Lecumberri, no México, escreveu o livro *La revolución interrumpida*, publicado em 1971; a obra teve muito sucesso e estimulou muitas discussões na esquerda mexicana. O livro estuda a Revolução Mexicana dos anos 1910-20 à luz da teoria da revolução permanente de Trotski.

Os dois fragmentos que publicamos referem-se ao papel revolucionário do campesinato; a ocupação da cidade do México em dezembro de 1914 pela Divisão do Norte de Pancho Villa, pelo Exército de Libertação do Sul, de Emiliano Zapata, e pela comuna camponesa zapatista do estado de Morelos, no sul do México.

México, dezembro de 1914

A capital ocupada pelos exércitos camponeses é a síntese do que sucede no país. A guerra camponesa chegou ao auge. A velha oligarquia perdeu o poder para sempre, junto com grande parte de seus bens, o que ainda não havia ocorrido nem ocorreria até muitos anos mais tarde em nenhum país da América Latina. Os representantes da nova burguesia ainda não puderam apossar-se desse poder. Além de não terem podido, tiveram de ceder ao embate das armas camponesas e abandonar a elas o centro político do país, a capital, e o símbolo material desse poder, o Palácio Nacional, ocupado pelas tropas zapatistas.

Na verdade, há um vazio de poder. Pois não basta que a oligarquia o perca e a burguesia não tenha forças para sustentá-lo: alguém deve tomá-lo. E a direção camponesa não o toma, apenas o tem “em custódia”, assim como ao Palácio Nacional, para entregá-lo aos dirigentes pequeno-burgueses da Convenção. Exercer o poder exige um programa. Aplicar um programa exige uma política. Realizar uma política requer um partido. Os camponeses não tinham – nem podiam ter – nenhuma dessas coisas.

O proletariado, como força política independente, estava ausente. Havia proletários, particularmente mineiros e ferroviários, no exército de Villa, mas como indivíduos, não como força ou tendência de classe. Havia uma

* Adolfo Gilly, *La revolución interrumpida, México, 1910-1920: una guerra campesina por la tierra y el poder*, México, El Caballito, 1977, p. 139-41, 151-52, 236-37.

grande quantidade de diaristas agrícolas nos dois exércitos camponeses. Mas nenhuma tendência, nem mesmo dirigentes individuais, representava ou assumia uma posição de classe proletária. O anarquismo – os *magonistas* – não existia como organização independente, mas como tendência pequeno-burguesa difusa na direção dos incipientes sindicatos. E tanto a título de dirigentes sindicais quanto de corrente política, a inclinação dos dirigentes anarcossindicalistas, no México da época assim como em todas as partes, sempre era a de se vincular e entrelaçar com o poder estatal burguês, e não a de aventurar-se a unir seu destino ao incerto destino dos camponeses em armas. Por outro lado, também não tinham um programa a oferecer a estes, porque os chamamentos do *magonismo*, filtrados pelo prisma burocrático dos dirigentes sindicais anarcossindicalistas, não chegavam a ser um programa de classe nem podiam se vincular à realidade da luta de classes tal como ela ocorria, não como a traçavam as especulações anarquistas.

Os operários e artesãos da capital simpatizavam com os exércitos camponeses. De mil formas espontâneas expressaram-lhes sua solidariedade de classe, sua fraternidade e sua amizade, quando entraram no México. Mas os sentimentos não são suficientes para estabelecer a aliança operária e camponesa, também fazem falta um programa e uma política para expressá-la, e organismos que a concretizem. Nada disso tinham os incipientes sindicatos da época, nem seus dirigentes, e tampouco a direção camponesa compreendeu nem pôde compreender a necessidade dessa aliança, pressionada pelos impulsos revolucionários e radicais que partiam da base em armas e pela ingenuidade e ilusões pequeno-burguesas nas “boas leis” e nos “bons homens ilustrados” de que ainda não se haviam livrado seus dirigentes, nem tampouco as próprias massas camponesas, apesar de sua desconfiança natural de classe com relação aos patrões. Na verdade, não bastava a experiência anterior, pois somente o aparecimento de um centro proletário independente poderia eliminar essas ilusões, que se alimentavam da situação contraditória e intermediária do campesinato na sociedade burguesa e da ausência nacional e mundial desse centro.

Não existiam a direção nem o centro proletário em âmbito nacional, nem havia ainda nenhum Estado operário no mundo que servisse de guia, centro de atração e ponto de apoio para a Revolução Mexicana. A revolução mundial estava em seu ponto mais baixo em muitos anos. A primeira grande guerra imperialista acabara de eclodir e as massas europeias estavam paralisadas e envolvidas na matança burguesa.

Isto não determina apenas a situação de isolamento mundial da Revolução Mexicana nesse momento culminante. Também mede a façanha histórica dos camponeses mexicanos que, mesmo sem saber, nesse mês de dezembro de 1914 representavam o ápice da revolução no mundo inteiro, quando, ao assumir a

representação das massas de todo o país, apoderaram-se da Cidade do México. E com ingenuidade, mas também com resolução, tentaram realizar a tarefa que a história e sua própria coragem tinham colocado sobre seus ombros.

A ocupação do México pelos exércitos camponeses é um dos mais belos e comoventes episódios de toda a Revolução Mexicana, uma expressão precoce, violenta e ordenada da potência das massas que até hoje deixou sua marca no país, e uma das bases históricas em que se afirmam, sem que problemas, traições nem contrastes tenham podido perturbá-lo, o orgulho e a altivez do camponês mexicano. Na consciência histórica das massas, representa uma cabeça-de-ponte da insurreição operária, do assalto ao poder e da revolução socialista. [...]

O que demonstra a potência da revolução é que os camponeses chegaram a tentar se independentizar politicamente do governo da burguesia, instaurando um governo na capital do país ocupada por eles, em vez de manter apenas a guerra nos campos. Mas o poder camponês mediado pelos pequeno-burgueses – os “gabinetes”, como diria Pancho Villa –, como não era um poder proletário, irremediavelmente era um poder burguês suspenso no ar, em contradição com o real governo burguês de Carranza; no fundo, porém, estava muito mais em contradição com a própria base camponesa rebelde que o sustentava diante de Carranza. Por isso terminou atuando como agente deste contra as direções camponesas.

Isto foi escrito anos depois, com toda lucidez e cinismo, pelo cronista da indecisão da Convenção, Martín Luis Guzmán, em *El águila y la serpiente*.

Eulálio, que não chupava o dedo, percebeu perfeitamente a situação em que nos encontrávamos; três ou quatro semanas de estada no poder (ou seja lá o que for) foram suficientes para que ele confirmasse sua ideia primitiva de que nada podia ser feito imediatamente, exceto ganhar tempo e buscar a forma de escapar de Villa sem cair em Carranza. Mas esperar queria dizer se defender – defender-se da pressão mais próxima, que era a de Villa e Zapata –, e por isso tivemos de levar a cabo uma das políticas mais incongruentes que se possa conceber: contribuir para que nossos inimigos declarados – os carrancistas – vencessem nossos apoiadores oficiais – villistas e zapatistas – para que isso nos livrasse um pouco da tremenda pressão do poder mais próximo.

O governo da Convenção, instalado na capital e sustentado por exércitos que dominavam a maior e mais importante parte do país, significava essencialmente que a dinâmica da revolução exigia um órgão que expressasse em termos políticos o poder das massas camponesas, e ao mesmo tempo que estas não podiam criá-lo, embora sua potência revolucionária ultrapassasse e rejeitasse os

limites do poder burguês. Assim, a Convenção não chegava a ser um organismo de poder – o próprio Guzmán o reconhece quando fala de sua “estada no poder, ou seja lá o que for” – mas de aliança instável e conflituosa com um setor da pequena burguesia radicalizada. Era uma espécie de pré-constituente, e como toda assembleia constituinte ou similar apresentava dois problemas mas não os resolvia: para onde vai o país e quem vai dirigir essa marcha. Não podia responder à primeira questão, e muito menos à segunda (que, em definitivo, é decisiva com relação à primeira), porque para isso, mais do que debates, o que se necessita é da força material: o programa, a organização e as armas. Tudo isso não podia durar muito, e não durou.

O governo em si refletia integralmente esta contradição. Era um conjunto heterogêneo sem base de classe própria e sem confiança nas massas, ou melhor, hostil a elas, que o mantinham prisioneiro. Na verdade, a perspectiva de seus elementos mais conscientes era negociar com Obregón e, por meio dele, com Carranza, aproveitando a força dos camponeses. Só que, para serem aceitos como interlocutores na negociação, teriam de demonstrar que controlavam essa força, e só podiam mostrar que sabotavam sorrrateiramente, mas não controlavam nada. Em outros de seus membros, a perspectiva era completamente instável e nebulosa, eram aventureiros ou ingênuos arrastados pela onda revolucionária. Como um todo, era um conjunto de pequenos-burgueses composto de arrivistas, iludidos, aventureiros, indecisos e aproveitadores, ou, no melhor dos casos, desorientados. Sua diferença com as direções de outros “partidos camponeses” da história era que, nesse caso, a base camponesa armada dominava o país – não era uma simples massa eleitoral – e tinha suas próprias direções, particularmente o zapatismo, decisivo politicamente, e por meio delas exercia uma profunda desconfiança armada com relação a essas direções pequeno-burguesas, freando suas manobras com o cano dos fuzis. Inevitavelmente, a contradição tinha de eclodir em curto prazo.

Esses pequenos-burgueses, impotentes até para elaborar uma lei de reforma agrária, porque daria à base camponesa um centro antiburguês para se contrapor a eles ou para empurrá-los, representavam um obstáculo pela sua própria presença. Odiavam, desprezavam e temiam Villa e Zapata. Com sua presença, seus atos, seus modos e sua inação, erguiam uma barreira pequeno-burguesa entre os camponeses villistas e zapatistas e o proletariado, barreira que, por outro lado, era completada pelos dirigentes sindicais anarcossindicalistas, que viam perspectivas de ascensão com Obregón, não com Villa e Zapata. Eles paralisavam e traíam tudo. Os mais corruptos viviam no luxo abandonado pela burguesia, os mais sonhadores viviam nas nuvens. Nenhum deles representava nada, salvo a ausência do proletariado como força política independente e a impotência do campesinato para sê-lo.

Isto é, representavam duas ausências, dois sinais negativos que não eram suficientes para que um deles se tornasse positivo.

Mas se o governo da Convenção era tudo isso, o fato de sua formação exprime algo mais duradouro e profundo do que os homens que o integram. Significa também que as massas camponesas, por intermédio da organização e da centralização militar personificada em Villa, e pela intransigência política personificada em Zapata, manifestaram uma capacidade até então única na história das guerras camponesas para fazer um esforço supremo de romper com a burguesia e constituir-se em força nacional independente; para arrastar, nessas condições, a um setor da pequena burguesia, embora de forma condicional e transitória, e para influir poderosamente em outro (a tendência radical e jacobina no constitucionalismo), por meio do qual o peso camponês terminaria por se expressar em termos políticos mais permanentes no decorrer da revolução.

Entretanto, este grande esforço supremo, inevitavelmente falho como tal, era o anúncio da iminência da era das revoluções proletárias vitoriosas no mundo, aberta três anos mais tarde pela revolução russa; e o presságio de que finalmente o campesinato, como agora diz Posadas, seria arrancado mundialmente como massa da perspectiva burguesa e ganho para a revolução socialista.

A guerra camponesa e a Revolução Mexicana ocorrem na fronteira de duas épocas históricas mundiais. Seu protagonista, o campesinato mexicano, ao tentar estabelecer seu próprio poder nacional utilizando os inúteis instrumentos pequeno-burgueses que tinha à mão, é um precursor histórico dos governos operários e camponeses, da mesma maneira que – levando-se em conta as diferenças – no campo teórico os socialistas utópicos são precursores do marxismo como teoria científica do socialismo e da revolução proletária. [...]

A partir da retirada do México, em janeiro de 1915, a revolução camponesa, unida fragilmente em Xochimilco e na ocupação da capital em dezembro de 1914, tornou a se dividir em seus dois setores, norte e sul, desta vez definitivamente. Ao contrário do período anterior, em que ambos os setores eram levados pela onda ascendente das massas rumo à conquista de todo o país e de seus centros de poder e rumo à sua unificação nacional, desta vez a retirada assumiu a forma de duplo recuo para as regiões de origem, sem outro futuro que a guerra defensiva, e a guerra de guerrilhas desencadeada mais tarde.

No entanto, como em toda guerra camponesa, por definição dispersa e sem centro único, o ritmo e as formas do recuo tiveram características diferentes. O carrancismo, como já se viu, concentrou toda a sua pressão militar em 1915 sobre o exército villista. Isto é, concentrou-se para derrotar a força militar decisiva da revolução camponesa, que ao mesmo tempo significava potencialmente uma alternativa burguesa – por intermédio de Felipe Ángeles – apoiada em um setor do campesinato, ao governo burguês do carrancismo

apoiado em um setor da pequena burguesia urbana, do proletariado e mesmo do próprio campesinato. A luta militar contra o zapatismo, nesse período, foi essencialmente uma ação de contenção, que não aspirava ao seu esmagamento, mas apenas a impedir que se estendesse.

Este objetivo era realizável porque coincidia com as próprias características do movimento de Morelos, apegado às suas terras e à sua região até em suas formas de organização militar.

O carrancismo e seu chefe militar, Obregón, evitavam o combate em duas frentes não só por motivos de fraqueza militar. Também porque sua debilidade social ainda era grande, o tumulto da revolução camponesa continuava, a maré só estava começando a mudar de sentido e o que surgiam apenas eram indícios, não certezas: nesse momento ninguém, nem mesmo o instinto político bonapartista de Obregón, podia ver nenhuma garantia de triunfo no futuro imediato. O Exército de Operações ainda era uma fração militar nômade, não mais fraco mas tampouco mais forte que os dois exércitos camponeses separados. Por outro lado, Obregón compreendia que, contra Villa, a guerra seria essencialmente militar, de exército contra exército, enquanto que, contra Zapata, entrincheirado em sua região, a perspectiva era muito mais uma guerra social encoberta por formas militares. E Obregón não era o homem para realizar esta guerra com as armas, mas para colher depois seus frutos com a transação política.

Por todas estas razões, enquanto o exército da democracia pequeno-burguesa dirigido por Obregón entrava em campanha para combater o exército camponês de Villa e recuperar o controle do centro e do norte do país, as massas do sul tiveram um relativo alívio nas ações militares, sentiram-se donas de seu estado de Morelos e, assim, desenvolveram sua democracia camponesa.

Este é um dos episódios de maior significado histórico, mais belos e menos conhecidos da Revolução Mexicana¹. Os camponeses de Morelos aplicaram em seu estado o que eles entendiam por Plano de Ayala. Ao aplicá-lo, deram-lhe seu verdadeiro conteúdo: acabar com os latifúndios de forma revolucionária. Mas como os latifúndios e seus centros econômicos, os engenhos de açúcar, eram a forma de existência do capitalismo em Morelos, acabaram então com os centros fundamentais do capitalismo na região. Aplicaram a velha concepção camponesa pré-capitalista e comunitária, mas quando seus dirigentes traduziram-na em leis na segunda década do século XX, ela assumiu uma forma anticapitalista. E a conclusão foi: desapropriar os engenhos sem pagamento e depois nacionalizá-los, colocando-os sob a administração dos camponeses por intermédio

¹ Este período foi descrito detalhadamente, com base em um minucioso estudo de arquivos sobretudo de origem zapatista, pelo historiador americano John Womack, em sua obra *Zapata y la revolución mexicana*. Constitui a principal fonte quanto aos fatos apresentados neste capítulo, embora sua interpretação seja diferente da de Womack.

dos seus chefes militares. Naquele lugar, onde camponeses e trabalhadores agrícolas estabeleceram seu governo direto durante certo período, a Revolução Mexicana adquiriu esse caráter anticapitalista empírico. Daí a conspiração do silêncio dos escritores da burguesia e dos teóricos da revolução por etapas sobre este episódio crucial da revolução. Mas não há conspiração do silêncio nem deformação da história que possa apagar o que ficou na consciência coletiva das massas, por meio de sua própria experiência revolucionária. É o que reaparece em cada nova etapa de ascensão da revolução, porque as conquistas da experiência e da consciência podem ficar cobertas e viver subterraneamente por todo um período, mas nunca se perdem.

A luta armada, a divisão de terras desde 1911, o triunfo militar sobre o exército federal, a derrota do Estado burguês de Díaz, Madero e Huerta e a ocupação da capital do país deram às massas camponesas de Morelos, em um processo ascendente de quatro anos, uma grande certeza histórica, a certeza e a confiança de que podiam decidir. Isso foi o que aplicaram em seu território.

Então, a detenção e o começo do retrocesso da maré revolucionária em escala nacional a partir de dezembro de 1914 combinou-se com uma etapa de continuação da ascensão em escala local. O impulso nacional acabara, mas continuava por setores, embora forçosamente não pudesse ser por muito tempo. Mas isso os camponeses e trabalhadores agrícolas que se puseram a reconstruir a sociedade de Morelos com base nas suas próprias concepções não podiam saber nem mesmo suspeitar.

Este desajuste é um fenômeno típico da revolução camponesa. Seu empirismo, a limitação ou ausência de uma concepção nacional da luta, altera os tempos da revolução, os desequilibra por regiões. Em Morelos, os chefes camponeses, apoiando-se na força e nas aspirações do campesinato organizado no exército zapatista e nas aldeias da região, aplicaram o que teriam gostado de fazer como força nacional por meio do governo nacional que não puderam conservar. Fizeram-no à escala local, onde conheciam o terreno e as pessoas e sentiam-se seguros social, organizativa, política e militarmente. Sua força provinha de uma revolução camponesa muito mais profunda que sua própria compreensão, porque estava enraizada nas velhas tradições coletivas comunitárias e em uma estrutura social tradicional que sempre fora um instrumento de luta e resistência do campesinato.

*Teses do PRT sobre a Revolução Mexicana**

No decorrer do movimento de 1968 e no seio da Comissão Nacional de Greve, surge o primeiro núcleo do GCI (Grupo Comunista Internacionalista), que mais tarde se transformará, por meio de um processo de fusões (e cisões) no PRT (Partido Revolucionário dos Trabalhadores), seção mexicana da IV Internacional. Em 1981, o PRT obteve seu registro condicional como partido político legal; atualmente constitui a mais importante organização da IV Internacional na América Latina.

Em seu congresso de fundação (1976), o PRT aprovou um documento que é ao mesmo tempo uma análise histórica do desenvolvimento da luta de classes no México desde a revolução de 1910 até o movimento de 1968, e um programa para a futura revolução socialista no México.

O regime da revolução: o bonapartismo mexicano

O fracasso da democracia constitucionalista, encarnado sangrentamente na execução de Venustiano Carranza, devido ao levantamento dos generais em Agua Prieta em 1919, a instauração da equipe do estado de Sonora no poder com Adolfo de la Huerta como presidente provisório, a campanha populista de Obregón, que percorreu a República inteira em busca de votos para as eleições de 1920, e a ascensão de Obregón no mesmo ano, na rápida sucessão em que se desenvolveram estes fatos, marcaram o nascimento do “regime da Revolução Mexicana”, que está prestes a fazer 60 anos de sólida permanência no poder.

Os fundamentos internos deste regime pós-revolucionário eram o Exército, a polícia e o controle das massas operárias e camponesas pelos sindicatos e pelas ligas agrárias. No exterior, o apoio buscado arduamente e encontrado casualmente era o reconhecimento dos Estados Unidos. A longevidade deste regime baseia-se no fato de que esses eixos fundamentais equilibram-se parcial e mutuamente. O tipo de regime instaurado com a contrarrevolução inaugurada pela equipe sonorenses tem todas as características de *um regime bonapartista de um país semicolonial*.

O bonapartismo (forma de governo comparado ao cesarismo da Antiguidade) sempre está em embrião nos governos burgueses, como já dizia Engels: “Atualmente, todo governo está se transformando em bonapartista, *noles volens* (queira-se ou não). Na época da decadência do capitalismo, esta forma de governar justifica-se mais que nunca, na medida em que o conflito essencial

* *Tesis del PRT sobre la Revolución Mexicana (pasada y futura)*, Folletos Bandera Socialista n. 36, setembro de 1976, p. 16-18, 31-35.

da sociedade capitalista entre a burguesia e o proletariado não se resolve definitivamente a favor de um (fascismo) ou de outro (socialismo). A conciliação de classes, que em época de auge capitalista pôde ser realizada pela democracia parlamentar, atualmente, quando a exacerbação das tensões de classe coloca em perigo a sociedade em seu conjunto, é cada dia mais difícil, e a burguesia é obrigada a recorrer a outra forma de governo para garantir seu domínio. Esta forma é a bonapartista, baseada na força do aparelho burocrático-militar, que se eleva como árbitro aparente das classes em luta e se apresenta, encarnada no caudilho nacional, como a salvadora da pátria.

O bonapartismo assume desde o princípio este caráter de árbitro, reforçado pelo caráter *sui generis* que adota, isto é, de mediador entre as massas revolucionárias e o imperialismo. Este caráter é o que determina seu papel “anti-imperialista”, herdado da revolução, mas ao mesmo tempo seu suposto caráter popular, mais exatamente populista, manipulador e controlador das massas.

Além disso, no México o bonapartismo é produto da situação pós-revolucionária em um país semicolonial, o que lhe deu uma estabilidade muito maior, transformando-o em muito mais do que em um simples regime de transição entre a democracia e o fascismo ou o socialismo. Quando se argumenta que é difícil que um regime de transição como o bonapartista obtenha uma estabilidade e chegue a uma idade tão avançada quanto no México, nos esquecemos de que, em política, as definições não têm o objetivo de medir o tempo da duração dos processos que definem. As formas bonapartistas de governo, na verdade, estão determinadas pelas relações de classes que, em último termo, se expressam no nível governamental, e elas é que podem durar muito ou pouco, ser ou não transitórias.

No México, a inoperância da democracia burguesa e a ausência da alternativa socialista-revolucionária do proletariado, em conjunção com um movimento camponês extremamente agressivo e herdeiro de lutas revolucionárias, têm constituído pesadas âncoras para a estabilidade bonapartista. As lutas de massas – e o sentimento anti-imperialista que deixaram contra o imperialismo – constituem outro grande fundamento vinculado à política do regime mexicano.

O bonapartismo mexicano é de caráter burguês e, em última instância, profundamente reacionário. Isto não significa que em 1920 Obregón tenha voltado a uma situação contrarrevolucionária pré-1910. Tampouco quer dizer que a burguesia se identifique plenamente com ele ou com algumas de suas medidas, que às vezes podem contar com o total repúdio da classe capitalista nacional (a reforma agrária que afetou os latifundiários) e do imperialismo (a desapropriação petroleira, que afetou os capitalistas americanos e, fundamentalmente, ingleses...).[...]

1968: o princípio do fim

O ano de 1968 representa historicamente o ponto de inflexão fundamental no longo trajeto do sistema bonapartista, o ponto de início de sua decadência. Desde o governo de Alemán, o sistema tinha começado a endurecer e a desgastar-se visivelmente, porém tinha conseguido superar os problemas. Em 1968 não foi assim.

Nesse ano, a marca impressa pelo movimento popular ao bonapartismo permaneceu. Tlatelolco é a data limite que marcou, perante milhões de mexicanos, a falência e o desprestígio de um regime repressor e antidemocrático.

A mobilização de 1968 concentrou as características que, sem dúvida, identificarão no futuro as mobilizações revolucionárias que impactarão o país. Elas são:

- Seu caráter independente do governo. Isto é, pela primeira vez desde os anos 1920, a direção de um grande movimento de massa, que não respondia a interesse do governo, não aceita as orientações de suas diversas facções (liberais, moderadas, progressistas ou reacionárias). O Conselho Nacional de Greve (CNH) é o símbolo mais importante que surgiu até agora na história das lutas populares, de um organismo revolucionário de auto-organização e de direção de massas.
- Seu caráter democrático. As massas encontraram seus próprios canais de expressão, ampliando sua concepção e reorientando sua visão, tradicionalmente subordinada ao Estado, para formas e conteúdos políticos e culturais novos, pioneiros da vida no futuro socialista.
- Seu caráter maciço, não corporativo. Diferentemente do *vallejismo* e de tantos movimentos camponeses, em 1969 o protesto popular confluiu com os interesses populares mais amplos e sentidos no país. Deste ponto de vista, apesar de sua raiz estudantil original, e apesar de que os partidos políticos de esquerda não o liderassem, foi um movimento *político revolucionário*, que ultrapassou os estreitos limites corporativos.

O fermento de 1968 não terminou em Tlatelolco. Desde então, ele produz seus efeitos em todo o país. Sua importância é mais evidente hoje nas repercussões que provocou na classe operária. A insurgência sindical que, com altos e baixos, ocorre desde 1971, é um dos principais processos que surgiram sob os seus efeitos. A partir de então, o movimento camponês experimentou um renascimento que, pela primeira vez desde a época da Revolução Mexicana, o está levando a um caminho independente do governo.

Em 1968, o México se incorporou plenamente à corrente universal revolucionária contemporânea. Junto com o movimento de Maio na França, com o protesto antiburocrático na Tchecoslováquia e a heroica luta vietnamita,

o processo estudantil-popular de 1968 entrou na época da nova ascensão da revolução mundial, que hoje amplia e aprofunda sua marcha em todos os lugares do planeta.

Em 1968 abriu-se de par em par a etapa de preparação e intensificação dos processos que culminarão na segunda revolução mexicana, socialista e democrática, que se aproxima aceleradamente.

A perspectiva com relação à segunda revolução mexicana socialista e democrática

A revolução permanente no México

O principal objetivo da segunda revolução engendrada neste momento no México é completar as tarefas que não conseguiu realizar totalmente na primeira revolução mexicana do século XX.

País semicolonial, com uma industrialização apenas parcial, sujeito à ação desequilibradora do desenvolvimento desigual e combinado, em uma estrutura econômica preponderantemente agrária e cada vez mais dominada pelo capital imperialista. O México presenciará pela segunda vez neste século a eclosão de um processo de revolução permanente: a luta de suas massas trabalhadoras e exploradas pela consecução de seus direitos democráticos, que só poderá ser obtida por uma luta mortal contra os capitalistas “nacionais” e estrangeiros e seu governo bonapartista. A combinação da dinâmica de revolução democrática com os objetivos e os métodos de uma revolução anticapitalista, proletária e socialista constitui o aspecto essencial da segunda revolução mexicana. Revolução socialista e democrática, porque seu impulso e sua força iniciais surgirão ante a repressão e o despotismo antidemocrático do regime, e não poderão se limitar a uma mera reforma liberal burguesa do mesmo; ao contrário, deverão atingir as origens, causas e estruturas capitalistas que impedem o êxito democrático no México. Revolução democrática porque o povo mexicano exercerá seus direitos negados secularmente; revolução socialista porque, no sistema capitalista, é impossível aspirar à autodeterminação livre e democrática do povo trabalhador; e, por último, revolução proletária porque só pela direção e com a hegemonia da classe operária é que a mobilização revolucionária das massas pode vencer e esmagar seus principais inimigos, a classe capitalista e seus aliados imperialistas.

A segunda revolução estará ligada, passando por cima do período de contrarrevolução que significou o domínio do bonapartismo desde 1920, aos objetivos não realizados na primeira revolução mexicana, liderada por Zapata e Villa, que não conseguiu culminar em nível subjetivo, político e consciente

o que, na prática da luta de classe, realizou de maneira objetiva: a eliminação dos latifundiários capitalistas e o enfrentamento contra seus novos produtos. Também será mais precisa na realização da tarefa de erigir sobre os ossos do antigo regime um verdadeiro governo revolucionário, baseado nos órgãos democráticos de operários e camponeses, eliminando qualquer possibilidade de que uma camarilha caudilhista desapropriasse os triunfos revolucionários das massas, obtidos no campo da mais violenta luta de classes.

As condições subjetivas que faltaram em 1910-1917, ou seja, um partido revolucionário marxista e uma classe operária consciente de seus interesses socialistas, são os fatores que estão sendo forjados agora e que garantirão o triunfo revolucionário da segunda onda das transformações e das lutas de massa do povo mexicano. Estes fatores serão determinantes para realizar a desapropriação dos meios de produção, de comércio e de câmbio, e sua estatização. A desapropriação estabelecerá as premissas para o início da construção de uma economia socialista e para a instauração do planejamento democrático das prioridades consideradas fundamentais pelas massas mexicanas. A respeito, a classe operária mexicana desempenhará um papel fundamental como a força socialista mais consciente e sacrificada.

No agro, a revolução socialista concederá a propriedade privada a todos os camponeses que a quiserem, e, leal e desinteressadamente, ajudá-los-á com os créditos e a maquinaria que o governo bonapartista sempre prometeu mas nunca entregou. Ao mesmo tempo, a revolução não esconderá de ninguém seus objetivos no campo: instaurar uma estrutura de estabelecimentos coletivos, baseada no fato de que o uso da técnica e o aproveitamento dos mais variados recursos permitirão a elevação da produtividade a níveis nunca imaginados pela reforma agrária burguesa. Mas a coletivização não será obrigatória. Não se repetirão os fracassos stalinistas; ao contrário, de acordo com a tradição de Marx e Engels, será posto em prática um procedimento de convencimento consciente e voluntário com relação ao pequeno agricultor privado, que lhe demonstrará por meio de fatos as maiores vantagens, em todos os níveis, da agricultura coletivizada.

A revolução mexicana socialista será internacionalista. Ela identificar-se-á com as lutas dos povos latino-americanos, às quais estenderá a mão com todo tipo de ajuda solidária. Pela organização internacional marxista revolucionária, ela também se identificará com os combates proletários e revolucionários dos demais continentes: com a revolução colonial dos povos da Ásia e da África em sua luta contra o imperialismo, numa dinâmica de revolução permanente, com a revolução política dos operários e das massas trabalhadoras dos Estados operários, burocratizados, e com o combate proletário da classe trabalhadora dos Estados Unidos, Europa Ocidental, Japão e outros países imperialistas.

A segunda revolução mexicana, socialista e democrática, reivindicará e colocará em prática os princípios comunistas elaborados por Marx e Engels, e continuados e enriquecidos por Lenin, Trotski, Rosa Luxemburgo e Ernesto Che Guevara, máximas expressões deste século do combate comunista revolucionário a favor da libertação social da humanidade, contra o imperialismo explorador e a burocracia stalinista usurpadora, e pela instauração da solidariedade e fraternidade socialistas do gênero humano.

XI Congresso da IV Internacional *Resolução sobre a América Latina**

Este documento, redigido coletivamente, exprime a nova orientação da IV Internacional na América Latina, aprovada em seu XI Congresso Mundial, em 1979. Autocriticando sua orientação “guerrilhistas” anterior – expressa nas resoluções sobre a América Latina no IX (1969) e X (1973) Congressos – a IV Internacional adota uma linha de implantação no meio proletário e de luta pela independência política da classe operária como tarefas prioritárias. O trecho que publicamos ressalta a importância crucial que os trotskistas atribuem às mobilizações dos trabalhadores no continente, sem ignorar o papel decisivo dos aliados da classe operária: camponeses e povos oprimidos (indígenas e negros).

Nos anos posteriores à derrota argentina de 1976, houve uma ascensão constante nas lutas das massas exploradas da América Latina, com condições diferentes em cada país. As lutas mais profundas foram as enormes mobilizações de massas de 1977-78, que culminaram em situações pré-revolucionárias na Nicarágua e no Peru. As greves dos operários argentinos em 1977-78; dos trabalhadores e estudantes brasileiros, nos mesmos anos; e uma série de greves gerais na Bolívia e no Equador em 1977, são sinais de recuperação depois das derrotas sofridas nesses países. A greve cívico-nacional na Colômbia, em 1977, e as grandes mobilizações sindicais no México em 1975-77 minaram a estabilidade política destes países.

No contexto desta recuperação e desta ascensão do movimento de massas, pode-se detectar uma tendência: a iniciativa e o papel de vanguarda do proletariado na luta de classes, com relação ao conjunto das massas populares. O proletariado, à medida que afirmar sua independência de classe, transformar-se-á na direção das massas revolucionárias (o campesinato, os pobres do campo e da cidade e a pequena burguesia pobre), e poderá ser capaz de evitar as derrotas e o colapso de promissores movimentos de massas, como tantas vezes ocorreu no passado. Desta maneira, a experiência da Revolução Russa de 1917 tem uma importância cada vez maior para os revolucionários latino-americanos.

12. O movimento sindical da América Latina centrou-se inicialmente na indústria têxtil e nas indústrias orientadas à exportação, como as ferrovias, o comércio marítimo e a mineração. Desde o final da Segunda Guerra Mundial

* XI Congreso de la IV Internacional, “Resolución sobre América Latina”, 1979, capítulo IV e trechos do capítulo V.

até os anos 1960, os sindicatos cresceram nas indústrias que surgiram para produzir para o mercado interno em expansão, como as indústrias enlatadoras e de embalagem de alimentos, novas indústrias têxteis e as indústrias elétricas e metalúrgicas. A partir dos anos 1960 surgiram sindicatos em novas indústrias, como a automotiva, a petroquímica e a de novos artefatos elétricos.

Os burocratas sindicais aliaram-se à burguesia nacional, baseados em seu interesse comum no desenvolvimento de um mercado interno. Durante décadas, esta aliança contribuiu para manter o movimento operário subordinado politicamente à burguesia, e dominado ideologicamente por concepções burguesas nacionalistas. Os exemplos mais destacados deste fato são o peronismo na Argentina e o “peleguismo” no México.

Os partidos comunistas, com seu conceito stalinista de forjar alianças com setores da burguesia, desempenharam um papel decisivo para a consolidação das burocracias sindicais nacionalistas burguesas. Durante a Segunda Guerra Mundial e no período do pós-guerra, os PCs impulsionaram uma linha de “frentes antifascistas” e de “unidade nacional”, de acordo com a busca de alianças diplomáticas de Moscou. No Brasil, no Chile, no México e em Cuba isto os levou a atrelar o movimento operário aos regimes autoritários que utilizavam uma demagogia populista. Nesse mesmo período, na Argentina e na Bolívia, a versão stalinista do “antifascismo” fez com que os PCs se unissem às forças oligárquicas e pró-imperialistas, e caracterizassem o peronismo e o MNR como fascistas. Esta política deixou o campo livre para os peronistas e para o MNR, que puderam se apresentar aos trabalhadores como únicos defensores da luta anti-imperialista.

Portanto, os stalinistas nunca puderam obter avanços no campo sindical conforme suas próprias possibilidades. Na maior parte dos países da América Latina, as forças abertamente partidárias das políticas burguesas é que controlam grande parte dos sindicatos.

13. Com o crescimento da indústria de bens de consumo duráveis nos países relativamente industrializados, desenvolveram-se novos setores do proletariado, concentrados em grandes complexos industriais. Como foi possível observar na semi-insurreição de Córdoba, Argentina, em 1969, e nas enormes greves no Brasil em maio e novembro de 1978, iniciadas pelos trabalhadores da indústria automotiva, assim como na série de greves gerais nas cidades e províncias, provocadas pelas lutas dos mineiros metalúrgicos e dos trabalhadores em estaleiros em Chimbote, Peru, em 1978, os trabalhadores destes centros industriais começam a se definir como a vanguarda da classe.

Os trabalhadores dos grandes centros industriais e os mineiros estão mais bem preparados para afirmar sua força, com confiança em si mesmos,

agindo tanto pelas estruturas oficiais do sindicato quanto por meio de comitês *ad hoc* nas fábricas.

Estes setores da classe operária podem se mobilizar, desafiando as classes dominantes em toda uma ampla frente econômica e política, e começar a impugnar efetivamente o controle dos burocratas sindicais para combater os patrões.

A contínua extensão da tecnologia e a resultante proletarização dos funcionários administrativos também ampliaram o setor organizado da classe operária. Estes trabalhadores, organizados em novos sindicatos, frequentemente menos burocratizados que os antigos, têm realizado lutas combativas, como os professores, os bancários e os trabalhadores da saúde colombianos. Embora seu peso social e importância política sejam menores que o dos trabalhadores industriais, também estão desempenhando um papel nesta etapa de recuperação da combatividade da classe operária. No Peru, por exemplo, ocorreram grandes greves dos trabalhadores da saúde e dos hospitais, assim como dos mineiros do cobre e dos metalúrgicos em dezembro de 1977. Em julho de 1978, os professores e trabalhadores da saúde estiveram na linha de frente, e em agosto e setembro os funcionários públicos mobilizaram-se junto com os mineiros e metalúrgicos. A onda de greves dos operários industriais no Brasil em maio e junho de 1978 foi seguida, em agosto e setembro, por grandes lutas de professores e bancários.

Em 1977-78, no México, duramente golpeados por uma crise econômica e por uma tentativa do governo de impor medidas de austeridade, os eletricitários, funcionários de empresas telefônicas, ferroviários e mineiros foram a ponta-de-lança de uma resposta operária ao ataque da burguesia. Isto pressionou consideravelmente a poderosa e corrupta burocracia que controla os sindicatos. Consequentemente, sem abandonar sua linha agressiva, usando até a violência física contra as bases, o “peleguismo” teve de adotar uma postura verbal mais agressiva perante o patronato, e ameaçou realizar grandes mobilizações pela primeira vez em 40 anos. Os trabalhadores estão sendo atraídos para os sindicatos, e tentam transformá-los em instrumentos de luta contra os patrões.

14. Deve haver uma direção coerente e proletária para substituir os burocratas colaboracionistas de classe e transformar os sindicatos em instrumentos de luta revolucionária. Este processo não será automático nem espontâneo. Na medida em que não surgir uma alternativa classista de massas, as antigas direções, apesar das suas traições, continuarão aparecendo ante os trabalhadores como seu único recurso, e as burocracias poderão se fortalecer, naturalmente que com a ajuda dos governos burgueses. Mesmo nos países em que os sindicatos foram esmagados, como o Brasil, o Uruguai e o Chile, ainda restam elementos das velhas burocracias sindicais, que também foram vítimas da repressão e, portanto, preservam certo prestígio entre os trabalhadores; estas burocracias

são um trunfo na mão dos capitalistas, e serão utilizadas no futuro, em caso de necessidade. Em outros países, embora haja um ressurgimento das lutas proletárias depois das derrotas, pode-se observar que a recuperação das burocracias desacreditadas ocorre ao mesmo tempo que o desenvolvimento de um espírito combativo da classe operária: isto já acontece parcialmente com a direção sindical peronista na Argentina e com a direção de Lechín entre os mineiros bolivianos. No Peru, ainda que o APRA tenha sido incapaz de restabelecer sua posição, outrora hegemônica, nos sindicatos, o Partido Comunista pôde manter seu controle do aparelho do principal centro sindical, a Confederação Geral dos Trabalhadores do Peru (CGTP).

Por outro lado, a experiência de lutas operárias provocou o desenvolvimento de uma nova camada de ativistas e organizadores. Esta camada é formada por muitos delegados e comissões de fábrica, representantes de coordenações, ativistas de várias correntes sindicais e, em alguns casos, dirigentes dos sindicatos das fábricas individuais. Em seu conjunto, com a direção reconhecida pela classe nos centros de produção. Em várias ocasiões, pôde-se ver que têm um peso decisivo nos momentos fundamentais da luta de classes quanto à formação das atitudes de seus colegas de trabalho e no desenvolvimento de organismos de luta. Em muitos casos, esta camada pôde ter continuidade ao longo dos anos, apesar dos altos e baixos das organizações de massas. Esta vanguarda proletária pôde atuar, em certa medida, como a “memória” da classe, transmitindo-lhe as experiências adquiridas na luta para uma nova geração de militantes.

Entre os exemplos deste fenômeno está o núcleo dinâmico da corrente conhecida como “peronista classista” na Argentina, que manteve formas de organização clandestinas nas fábricas durante as duas décadas de proscrição política do peronismo; a vanguarda dos mineiros bolivianos, que evitou a consolidação de várias ditaduras nesse país; os setores de vanguarda dos mineiros do carvão e do cobre e dos trabalhadores metalúrgicos no Chile; os mineiros metalúrgicos de vanguarda e as tendências militantes classistas nos sindicatos do Peru; os setores mais combativos dos trabalhadores eletricitários, telefonistas, ferroviários e mineiros no México.

Mas estas tendências classistas não têm clareza política e estabilidade organizativa. O processo de organizar a luta contra a classe dominante e de remover os falsos dirigentes para substituí-los por uma direção transparente e proletária, que inclua as camadas combativas descritas anteriormente, requer a participação e a direção política do partido marxista revolucionário.

15. Na inter-relação entre o partido marxista revolucionário, a vanguarda militante do proletariado e a classe em seu conjunto, o partido presta especial atenção à vanguarda. Mas o programa e a política em torno das quais tenta

organizar esta vanguarda não são nada diferentes do programa e da política que propõe para a classe em seu conjunto. O objetivo é apenas impulsionar um programa de ação que permita que a vanguarda proletária, organizada em uma ala consequentemente classista, organize, mobilize e dirija a classe e seus aliados contra os ataques da classe dominante, substituindo no decorrer deste processo os burocratas partidários da colaboração de classe.

Tem de haver mobilização em torno de um programa amplo de ação, que corresponda aos problemas mais agudos de todos os operários e oprimidos, para enfrentar a ofensiva patronal. Tomando como ponto de partida a defesa dos sindicatos, das condições de trabalho e do nível de vida das massas, este programa tem como objetivo o controle operário da produção e um governo de operários e camponeses. Os trabalhadores devem aprender a pensar em termos sociais e a agir politicamente: para compreender as grandes questões sociais e políticas que todos os oprimidos e explorados enfrentam, para defender seus interesses tanto como os dos trabalhadores e para uni-los e conduzi-los à ação independente nos campos político e econômico. Ao defender os interesses da classe operária e de todos os oprimidos, e ao lutar por mobilizá-los neste sentido surgirá uma corrente proletária consequente que poderá transformar os sindicatos e as outras organizações de massa em instrumentos de luta revolucionária.

Este será um processo desigual. Surgirão inicialmente tendências e lutas combativas em torno de alguns dos pontos de um programa completo de ação. Os marxistas revolucionários apoiarão estas lutas como um passo à frente, enquanto tentarão aumentar o número de partidários de um programa de ação mais avançado e completo.

Um exemplo da desigualdade deste processo é o desenvolvimento da Tendência Democrática dos eletricitários mexicanos, que esteve à vanguarda de muitas lutas. Em 1975, uma manifestação maciça dos eletricitários do México, seguindo uma iniciativa da Tendência Democrática, adotou a declaração de Guadalajara, que propunha uma ampla plataforma sindical, mas que não rompia claramente, em nível político, com o governo burguês do PRI. Enquanto os marxistas revolucionários apoiam os avanços da Tendência Democrática, lutam para que ela rompa com o PRI e adote um programa de ação que abranja as necessidades de todos os oprimidos.

A construção de uma tendência proletária consequente requer a direção do partido marxista revolucionário. Por sua vez, isto requer que o próprio partido esteja enraizado nos setores-chaves da classe operária, particularmente entre os operários industriais, que serão fundamentais em uma direção proletária consequente para a classe em seu conjunto. No decorrer da luta para forjar uma direção classista, o partido crescerá até ser um partido proletário de massas.

A mobilização dos aliados da classe operária

16. O capitalismo penetrou nos setores da agricultura, destruindo ou absorvendo as economias agrárias primitivas. Mas este foi um processo incompleto. Assim, hoje em dia existe uma extensa gama de relações sociais no campo, desde aqueles em que os camponeses sobrevivem em uma base agrícola de subsistência, que em alguns casos incluem formas pré-hispânicas de subsistência, até as modernas empresas agrocapitalistas (*agrobusiness*).

As contradições na América Latina uniram as empobrecidas massas camponesas, o proletariado agrícola, o semiproletariado e os trabalhadores migratórios contra o bloco das classes dominantes, composto pelos latifundiários, pela moderna burguesia agrária e pelas empresas que são propriedade dos imperialistas. Tudo isso no contexto da dominação financeira imperialista.

O principal objetivo das massas camponesas que não podem subsistir com a cultura de suas pequenas parcelas (os minifundiários), ou das que foram despojadas, continua sendo a terra. Todas as reformas agrárias burguesas realizadas mediante mobilizações das massas, como no Peru, ou iniciadas por regimes burgueses para modernizar a agricultura, demonstraram sua incapacidade total de satisfazer as necessidades da maioria dos camponeses latino-americanos. Por isso, as ocupações de terra aumentam constantemente.

As reformas agrárias obtidas pelas revoluções boliviana e mexicana também não puderam satisfazer as necessidades das massas. A reforma agrária no México foi a mais radical de todas as reformas agrárias realizadas sob o capitalismo na América Latina. A terra que os camponeses conquistaram com suas lutas foi declarada propriedade da nação pelo governo burguês; supunha-se que estas terras (os *ejidos*) receberiam proteção legal para que não passassem de novo para as mãos dos latifundiários – enquanto a terra fosse cultivada, pertenceria a quem a trabalhasse, que poderia arrendá-la ou passar aos seus herdeiros, porém não a podia vender. Mas os *ejidatarios* não puderam resistir ao esmagador avanço da agricultura capitalista mecanizada nem, como ocorreu principalmente no norte do México, dos crescentes *agrobusiness* vinculados ao imperialismo, que mantém sua dominação mediante o controle da maquinaria agrícola, dos fertilizantes químicos, da indústria alimentar e da venda dos produtos. Assim, os *ejidatarios* foram obrigados a “arrendar” suas parcelas aos *agrobusiness*, e depois a trabalhar como assalariados agrícolas. No estado de Sonora 70% dos *ejidos* foram arrendados, em Sinaloa, mais de 40%. Em 1970, no México, 2,5 milhões de camponeses trabalhavam suas próprias terras, enquanto 3,3 milhões não possuíam terra (comparado com os 1,5 milhão sem terra em 1950).

Assim, a realização de uma nova reforma agrária é uma das tarefas do campesinato mexicano. Ela deverá se basear na anterior, mas terá de ir muito

mais longe. A revolução socialista em Cuba é o único exemplo de uma reforma agrária bem-sucedida na América Latina.

Milhões de camponeses latino-americanos têm sua existência ameaçada pelo avanço das empresas agrícolas capitalistas em grande escala e pelos processos de modernização no campo, realizados para beneficiar o imperialismo.

Em toda a América Latina surgiu uma enorme massa de camponeses pauperizados, que sobrevivem à margem do processo de produção. Migram em grande número para as cidades, passando a fazer parte da massa dos desempregados e dos pobres das urbes, ou ficam no campo como um exército de reserva de trabalhadores migratórios, que serão usados para satisfazer as necessidades temporárias da agricultura capitalista.

Em vários países a classe dominante iniciou uma contrarreforma agrária, com o objetivo de modificar as limitadas conquistas dos períodos anteriores. No Chile, por exemplo, Pinochet devolveu aos antigos proprietários quase todas as terras que tinham sido desapropriadas durante o governo de Allende, e além disso tomou medidas para reverter as distribuições de terra realizadas em governos democrata-cristãos. Os marxistas revolucionários, ao mesmo tempo que explicam o caráter limitado das atuais reformas agrárias, defendem o que as massas já conquistaram.

Mais do que nunca, é preciso fazer uma reforma agrária radical. Esta não requer apenas a nacionalização das gigantescas fazendas e latifúndios e a distribuição da terra aos que não a possuem, mas também o estabelecimento dos mecanismos necessários para ajudar os pequenos agricultores, como concessão de crédito barato para os pequenos proprietários, desenvolvimento de projetos de irrigação e outros tipos de ajuda tecnológica. As medidas para acabar com o controle dos intermediários, que lucram com os camponeses e que devem manter os preços baixos, são especialmente importantes para forjar a aliança entre operários e camponeses.

O processo contraditório da expansão capitalista no campo está criando um setor cada vez mais numeroso de trabalhadores agrícolas, principalmente nos setores da agricultura e da pecuária mais vinculados ao desenvolvimento do *agrobusiness*. Em muitos casos, o trabalho é temporário, e os trabalhadores agrícolas são condenados a uma existência marginal no resto do ano, como desempregados ou trabalhando em parcelas mínimas.

Estes trabalhadores podem ser mobilizados junto com os camponeses para ocupações de terras e outras formas de luta em torno da terra. Também podem ser mobilizados para reivindicações especificamente relacionadas à sua posição como trabalhadores agrícolas (aumentos de salários, salários por hora em vez de por tarefa, limites à jornada de trabalho, serviço médico e seguro-desemprego). Particularmente importante é o direito à organização sindical, que tem sido um dos principais eixos dos ataques da classe dominante.

Os regimes burgueses utilizaram diversos métodos em suas tentativas de impedir a organização dos camponeses em sua luta pela terra. Eles vão desde a repressão aberta, como no caso do Chile, onde qualquer tipo de organização camponesa independente é proibida, à manipulação das organizações agrárias, como no caso do “Pacto camponês-militar” na Bolívia, e a Confederação de Assentamentos Camponeses no Panamá, onde o governo fomenta o desenvolvimento de direções camponesas locais vinculadas a ele.

Nestas condições, a luta pela independência das organizações camponesas ante as manipulações da burguesia e dos latifundiários é um passo fundamental na luta pela libertação das massas camponesas na América Latina.

Casos exemplares deste tipo de lutas foram as realizadas pelos sindicatos camponeses nos vales de Convención e Lares, no Peru em 1962-63, as das Ligas Camponesas no nordeste do Brasil em 1961-62, e as lutas de 1975-76 dos camponeses mexicanos, que hoje se organizam na Coordenadora Camponesa Revolucionária Independente.

As lutas guerrilheiras baseadas no avanço das massas camponesas têm sido endêmicas na América Latina, como na Colômbia em 1948 e depois. São bastante diferentes das aventuras foquistas dos anos 1960, nas quais pequenos grupos de guerrilheiros tentavam se estabelecer no campo. Mas na maioria dos casos, mesmo as guerrilhas vinculadas às massas camponesas demonstraram sua incapacidade de impulsionar as massas de camponeses e semiproletários a avançar rumo a organizações nacionais, rumo à independência política do Estado burguês e rumo à unidade orgânica com o proletariado nas cidades.

Só sob a direção do proletariado pode-se forjar a aliança entre operários e camponeses e avançar na luta vitoriosa contra o inimigo comum, a burguesia.

Esta aliança, baseada em reivindicações democráticas, adquire cada vez mais uma dinâmica anticapitalista. Os ciclos das lutas camponesas tendem a coincidir cada vez mais com os das lutas operárias. No entanto, não é possível fazer esta aliança de forma espontânea. A ação dos revolucionários, com um programa que expressa a convergência fundamental das duas classes em luta contra a burguesia e seu Estado, é fundamental. O auge da ação de propaganda dos revolucionários é o governo operário e camponês.

17. A luta contra a opressão nacional e o racismo na América Latina constitui um ponto fundamental da luta de classes, e em vários países sua importância é decisiva para a revolução socialista.

Existem dois grupos principais de povos nacionalmente oprimidos na América Latina: os negros e os índios. Cada um destes grupos tem muitos componentes.

A) Os índios. Existem quase 30 milhões de índios na América Latina, em sua maioria concentrados nos antigos centros das civilizações pré-colombianas: México e Guatemala; Peru, Bolívia e Equador. Em outras partes, eles têm importância numérica em certas regiões.

E em todas as partes sua luta tem um grande peso moral, em razão da história do continente.

A maioria dos índios continua vivendo no campo e forma a camada mais pobre dos trabalhadores agrícolas, parceiros, camponeses pobres e sem terra. No entanto, um número crescente foi obrigado a migrar para as cidades e viver nas favelas, nos bairros populares e em acampamentos urbanos. Sua baixa renda, seu analfabetismo, sua taxa de mortalidade infantil, sua expectativa de vida... todos estes fatos, além de outros, demonstram o tamanho da opressão contra os índios. O despojo de suas terras, a supressão de suas línguas e outras heranças culturais, sua carência de direitos cívicos (tais como o direito ao voto) reforçam e ajudam a perpetuar sua extrema exploração. É essencial que o movimento operário empreenda a luta contra estas terríveis condições de vida dos indígenas: sua luta pela terra etc.

Nos países onde a população indígena é reduzida, como no Chile e na Argentina, sua existência tem sido deliberadamente ignorada pelos regimes burgueses, e não se tomou nenhum tipo de medida que permita que os índios, se o desejarem, preservem suas línguas e culturas. Os índios que moram nas florestas (talvez um milhão) são os que mais sofrem. No Brasil e no Paraguai, a classe dominante considera-os um obstáculo ao desenvolvimento capitalista da região, e portanto eles são vítimas da mais selvagem repressão, até mesmo de genocídio, fomes intencionais e epidemias produzidas artificialmente. No Paraguai, ainda hoje existem índios que são forçados a viver em condições de virtual escravidão.

As revoluções no México e na Bolívia resultaram em reformas substanciais para os índios. Mas a política do “indigenismo” realizada com o patrocínio dos governos burgueses é essencialmente paternalista. Mediante o uso de projetos de serviço social e a preservação de certos aspectos da cultura indígena, tenta-se integrar o índio à sociedade capitalista. Dada a ausência de melhoras socioeconômicas significativas, esta política fracassou e, em alguns casos, foi substituída por medidas repressivas, como o massacre dos índios mexicanos no estado de Hidalgo, México, em 1977.

A opressão dos índios só será abolida mediante sua mobilização independente, como parte de um êxito revolucionário mais amplo. As revoluções no México e na Bolívia, assim como a ascensão das massas na Guatemala no início dos anos 1950, foram acompanhadas de mobilizações indígenas, que se manifestaram principalmente nas medidas de reforma agrária e nos avanços

iniciais para a eliminação da discriminação contra as línguas nativas, assim como nas lutas contra outras formas tradicionais de sua opressão. Isto provocou uma maior participação dos indígenas na vida política. Um excelente exemplo da maneira de impulsionar as mobilizações indígenas foi o movimento dos camponeses no Peru, em 1962-63. Até aquele momento o movimento operário tinha se limitado a dar apoio verbal aos índios, porém Hugo Blanco e outros líderes consideraram necessário contar com uma direção quíchua autóctone que pudesse estimular nas massas camponesas índias de Convención e Lares o orgulho e a confiança em sua própria força, e desta forma organizar a luta pela terra da maneira mais eficaz.

B) Os negros. Os negros chegaram à América Latina como escravos e, atualmente, continuam sendo vítimas de todo um sistema de práticas racistas, mesmo depois da abolição legal da escravidão. Isto os transformou em minorias que sofrem a opressão nacional no continente.

A maior concentração da população negra encontra-se no Brasil. Conforme cifras de 1950, 11% de todos os habitantes identificaram-se como negros e 26,6% como mulatos. Em certas regiões importantes do país, estes dois grupos juntos formam a maioria da população. A classe dominante brasileira é tão sensível a esta questão candente em um país com 115 milhões de habitantes, que desde 1950 eliminaram-se totalmente dos censos todas as referências indicadoras da raça.

A opressão racial é um fator inerente à estrutura social do capitalismo no Brasil. A população branca tem o monopólio dos melhores postos de trabalho, moradias e serviços sociais. Nas áreas rurais do país, os negros formam os setores mais pobres e mais oprimidos dos camponeses e trabalhadores. As estatísticas do censo de 1950 no tocante à educação apresentam esta opressão de maneira dramática. Entre aqueles que se identificaram como negros, havia apenas 4,2% que tinham terminado a escola primária, 0,6% a escola secundária, e 0,2% as universidades. Entre os que se identificaram como raça mista, apenas 10,2% tinham concluído o primário, 4,2% o secundário, e 2,2% eram formados em universidades.

Um movimento negro de massas ainda não se desenvolveu no Brasil, e qualquer tentativa dos negros de se organizarem independentemente teve de enfrentar a hostilidade do governo. No entanto, sob o impacto da revolução africana e das lutas dos negros nos Estados Unidos, surgiram as primeiras expressões de um movimento negro. No dia 7 de julho de 1978, mais de mil negros manifestaram-se em São Paulo contra a opressão racial. Formou-se uma organização chamada Movimento Unido contra a Discriminação Racial, primeira organização deste tipo desde 1937, ano em que o governo de Vargas proibiu a Frente Negra. Outra forma em que se manifesta a renascente consciência

nacionalista negra é por meio do transplante de certos aspectos culturais dos negros nos Estados Unidos.

A opressão nacional dos negros também é uma questão importante na América Central, nas ilhas do Caribe, no Equador, na Venezuela e na Colômbia. Os trabalhadores negros são importantes em certas indústrias, como nas relacionadas ao funcionamento do Canal do Panamá. Até em países em que os negros são um setor muito pequeno da população, é comum que vivam concentrados em certas regiões em que têm maior peso social, como na área de Limón, na Costa Rica, e a costa pacífica e atlântica da Colômbia.

5

Novas tendências

Elisabeth Souza-Lobo

*A classe operária tem dois sexos**

Elisabeth Souza-Lobo (1943-1991), prematuramente falecida num acidente de automóvel, foi uma das pioneiras da renovação da reflexão feminista no campo da esquerda brasileira. Participando da resistência contra a ditadura militar, teve de se exilar, primeiro no Chile (até 1973) e em seguida na França. Depois de sua volta ao Brasil (1979), ingressou no Partido dos Trabalhadores (PT) e tornou-se professora catedrática de sociologia na Universidade de São Paulo (USP) e na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Além de uma biografia sobre a célebre dirigente anarquista Emma Goldmann, escreveu vários ensaios sobre a questão de gênero no trabalho, o lugar das mulheres no movimento sindical e o novo movimento de mulheres no Brasil, inspirados em uma perspectiva feminista e socialista.

O documento que reproduzimos aqui é ao mesmo tempo um balanço histórico dos movimentos de mulheres no Brasil a partir do começo do século XX e uma defesa do princípio de autonomia deste movimento, contra sua subordinação a este ou aquele partido político.

Um movimento no feminino (notas sobre uma política das mulheres)¹

A discussão sobre a emergência do movimento de mulheres no Brasil obedece frequentemente a uma codificação simplificadora. Vincula-se o movimento à ascensão dos movimentos populares a partir de 1975, à contribuição de feministas acadêmicas, aos ecos do feminismo internacional. Mas essas não são relações de causa e efeito e nem sempre relações de conhecimento. Daí nos propormos, nesse momento, a ampliar as informações e ouvir outras palavras.

Tanto mais porque, como já se disse, este é um país sem memória. E a parte que coube a nós, mulheres, na história do movimento, é pouco conhecida, o que torna fácil sua apropriação indevida justamente por aquelas e aqueles que negam ao movimento sua própria razão de existir. E se o passado é importante, também as experiências recentes colocam em questão nossa própria prática.

* Elisabeth Souza-Lobo, *A classe operária tem dois sexos. Trabalho, dominação e resistência*, São Paulo, Brasiliense, 1991, p. 211-216.

¹ Primeira versão de um artigo posteriormente publicado em colaboração com M. C. Paoli em *Desvios*, 1, nov. de 1982, p. 46-7.

A história do movimento de mulheres não é uma história linear. Os primeiros passos das mulheres foram dados em busca de sua emancipação enquanto cidadãs: a luta pelo voto, por igualdade na educação, por igualdade civil.

Paralelamente ao feminismo liberal, um feminismo de classe, estreitamente vinculado ao movimento e aos partidos socialistas, toma corpo na Europa.

Desse processo emergiram simultaneamente novos temas, que nomeavam a condição feminina oprimida, e uma nova prática política, que punha em questão as relações do movimento com a política tradicional, com a política das esquerdas. Os novos temas – o direito ao aborto e à contracepção, a consciência da sexualidade, o trabalho doméstico, a educação mutilada, a cidadania de segunda classe, as profissões subalternas, a estética imposta, a participação política secundária – formavam um campo onde se delineava o quadro da opressão própria à mulher, levando necessariamente a uma consciência crítica das formas tradicionais de organização hierárquica e de liderança dos movimentos políticos: estas excluía, ao reproduzir reiteradamente suas concepções de luta, uma prática política que se quer renovada.

A partir de 1968, os novos temas e as novas práticas multiplicaram-se em atividades diversas. Alguns grupos feministas se dedicaram à elaboração dos debates iniciais e produziram um grande número de textos e documentos que analisavam, descreviam e denunciavam a opressão da mulher. Outros se concentravam na atividade política direta, e outros ainda retomavam a luta pela igualdade dos direitos civis. Todas essas atividades juntas, no entanto, tinham algo de distintivo perante o modo tradicional de se organizar a política das esquerdas: a ausência de uma distinção ordenada entre o que era político, o que era reflexão e o que era pessoal. Essa constante dissolução da divisão tradicional do trabalho político, dissolução das fronteiras entre o pessoal, o político, o teórico e a prática, tornou-se o principal desafio do movimento das mulheres daí em diante: uma exigência de recriação continuada de suas práticas.

O processo tem sido longo e acidentado. Em primeiro lugar, vem marcado pela atualização de uma proposta de autonomia do movimento, como uma lição tirada da própria história do movimento operário e do movimento de mulheres. Em segundo lugar, para se adequar a uma dinâmica autonomista, precisa recriar constantemente seus objetivos e seus métodos de luta, na medida em que suas propostas não se esgotam nas reivindicações econômicas ou na disputa pelo poder na sociedade de classe. Por isso, “falar em movimento, e não em organização, implica necessariamente onde quer que nos situemos no interior do movimento, reconhecer em níveis distintos, uma liberdade de estruturas”. Daí por que o feminismo autonomista propõe a prática da coordenação horizontal de campanha e grupos, hostil a uma organização centralizada, hierarquizada.

Por último, é a própria prática política das mulheres e das esquerdas que está aqui posta em questão. Militantes de ambos os sexos, em seu fazer político, carregam as marcas das práticas sociais diferenciadas de homens e mulheres. Para onde nos levam tais diferenças?

A consciência da diferença não pode ser confundida com assumir uma forma de identidade feminina que acabe por legitimar o fundamento opressivo dessa diferença. Não se trata de elaborar uma identidade própria, que vise a ocupar a posição de poder exercida pelos homens, mantendo as relações de dominação-subordinação com sinais trocados. Nem se trata de perceber o espaço de poder ocupado como encarnado num autoritário masculino, diante do qual o ressentimento ocupe o espaço da imaginação política. Também não se trata de sonhar com uma forma de poder que feminizaria a política, onde o afeto, a intimidade e a solidariedade, qualidades vistas como inerentes às mulheres, se projetariam espontaneamente na prática política.

Dessa forma acabar-se-ia por construir a mulher como entidade mítica, uma forma privilegiada de agente político, que terminaria por negar tanto outras práticas como a própria ação política numa sociedade concreta.

Nesse processo, noções como prática, militância e política são revistas tanto à luz de uma consciência feminista como de uma consciência de classe, forjadas coletivamente, “na tentativa de reconciliar o cotidiano e o cenário político-social”, nas palavras de Geneviève Fraisse. Essa é uma tentativa de ir mais além de nossos vários fragmentos: mulheres-homens, privado-político, casa-trabalho, geral-específico e de atualizar a utopia de homens mulheres livres numa sociedade livre.

Emancipação e participação: feminismo liberal e feminismo de classe

No Brasil, desde o fim do século passado, sinhas e iaiás publicaram jornais femininos, em que se preocupavam sobretudo com a possibilidade de se educar profissionalmente, para que se pudessem tornar “independentes dos maridos, conhecer melhor a realidade, educar melhor os filhos”. Mais tarde, as várias correntes de feminismo se desenvolvem: questionam-se desde os problemas da educação feminina até os da posição legal da mulher, além de relações familiares, privilégios profissionais e, finalmente, a questão do voto.

O sufrágio brasileiro é registrado como a primeira luta organizada das mulheres. A luta pelo direito ao voto foi levada sobretudo por Bertha Lutz, que funda a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, em 1922. Foi um movimento centrado na conquista da cidadania plena, e limitou-se a lutar pela participação no interior do sistema vigente. Formado por mulheres proeminentes,

não raro profissionais universitárias e pertencentes à elite política e social da época, o movimento pelo voto questionou a predominância exclusivamente masculina na esfera política, intelectual e profissional.

Paralelamente, desenvolviam-se as lutas das mulheres operárias. O movimento operário do começo do século, de orientação predominantemente anarquista, enfrentou como uma de suas questões a exploração da força de trabalho feminina: baixos salários e a opressão sexista exercida pelos patrões. No entanto, essa participação não parece ter qualificado a mulher para uma participação política em pé de igualdade na política operária: embora consciente dos efeitos provocados pelas condições de exploração do trabalho feminino, o movimento não propiciou a prática política feminina, autônoma e organizada. Afastadas das lideranças, “ausentes dos processos de negociação das greves, desorganizadas e imediatistas que fossem, elas estavam lá”, no entanto. O anarquismo, muitas vezes impregnado de um moralismo conservador, frequentemente quis um lugar para a mulher apenas como “companheira”, a que descobre e participa das lutas políticas por meio das descobertas e ações de seus homens. Houve mulheres anarquistas que ultrapassaram esses limites, como Maria Lacerda de Moura, cujo questionamento intuía a condição feminina como formada, historicamente, sob opressão:

O problema humano, no seu caráter social, é um problema sexual. E a solução só pode ser encontrada na liberdade sexual, na maternidade consciente [...] Donde se conclui a necessidade imprescindível da educação sexual a fim de que se capacite de que não é a filantropia, não é a caridade, não é a instrução superior nem o direito de voto e nem são os direitos civis e nem é o esporte, nem o mundanismo elegante ou o sacrifício inútil da castidade absoluta que resolverão os problemas humanos, ou os problemas individuais.

Assim, feminismo liberal e feminismo libertário serão duas vertentes não integradas e parciais.

Depois de 1930, o projeto de mobilização das mulheres aparece atrelado a um projeto político-partidário, enquanto “frente de massas”. Em 1934, forma-se a União Feminina, movimento auxiliar da Aliança Nacional Libertadora, que criticava o papel secundário da mulher na sociedade brasileira. Nem por isso ficaram isentas de críticas na medida em que rompiam com a imagem vista como adequada para a mulher:

As mulheres da diretoria eram atacadas por seu comportamento imoral e espalhafatoso. Se a maior parte das mulheres membros se conformava

com os padrões normais de conduta, algumas na verdade faziam-se vulneráveis a tais críticas defendendo o amor livre e adotando afetações como cabelo curto e charutos baianos.

Mais tarde, nas lutas pela redemocratização, as mulheres ligadas ao PCB fundaram associações regionais e o jornal *Movimento Feminismo*.

Em 1949, fundaram a Federação das Mulheres do Brasil. Os programas das associações e da Federação centraram suas lutas nos bairros, para resolver os problemas locais; pela paz; contra a elevação do custo de vida; pelos direitos da mulher; pela defesa e proteção à infância. Essas lutas, embora representassem uma movimentação ativa, inseriam as mulheres fundamentalmente como colaboradoras das grandes causas nacionais, definidas de modo externo à vivência particular feminina e segundo a lógica da política estatal. O eixo das questões e mobilizações se dava em torno da democracia – como forma de fortalecer as forças que haviam lutado contra o fascismo derrotado – e das condições de vida das classes populares. Embora tais temas pudessem, em princípio, abrir possibilidade para a participação de mulheres diversas, eles foram instrumentalizados na luta política definida segundo a lógica partidária. As entidades que organizavam as mulheres não eram autônomas em sua própria prática e se orientavam sobretudo pela sua vinculação às estruturas partidárias. Secundárias no conjunto das forças sociais, as mulheres continuaram a ser mobilizadas em torno dos mesmos pontos até os anos iniciais da década de 1960, quando foram fechadas as associações e a Federação, esta última pelo golpe de 1964.

Ao programa dessas entidades se pode aplicar o comentário de Sheila Rowbothan:

As organizações de esquerda, especialmente desde os bolcheviques, adotaram uma espécie de pirâmide de níveis de atividade. Próximo ao topo estão as lutas pelo poder político e os conflitos nos locais de trabalho. Seguem-se as lutas comunitárias, tradicionalmente vistas como a questão da habitação [...] depois delas os temas de educação, do bem-estar e da cultura, e por último a política sexual e a ecologia...

Autonomia x hierarquia

Desde 1975, voltou-se a falar em movimento feminista. Vencido o obscurantismo, com a ajuda acima de qualquer suspeita da ONU, as mulheres reaparecem.

É de início um movimento de mulheres marcado pelo participacionismo: anistia, custo de vida. Aos poucos, temas proibidos ganham legitimidade:

violência sexual, contracepção, aborto, ao lado das reivindicações concernentes ao trabalho e à cidadania.

Nem bem o movimento toma corpo, jogam-se sobre ele partidos, grupos e organizações. Novamente as questões gerais são opostas às chamadas questões específicas. Cria-se um etapismo: primeiro a revolução na economia e no Estado; segundo, a revolução social.

Tirou-se do bolso a velha fórmula da Federação – que lutou pela paz, contra a carestia e fez a campanha do petróleo é nosso...

Há uma tentativa de esvaziar o movimento de mulheres da problemática da qual só ele é portador: a dominação sexual característica de uma forma de sociedade de tipo patriarcal que se expressa na desigualdade política e social entre primeiro e segundo sexo e se articula com a exploração de classe.

Outra vez as questões principais das mulheres são “democraticamente” esquecidas em nome das reivindicações gerais – isto é, aquelas que remetem à economia e ao poder do Estado. Novamente não se reconhece o direito à expressão das questões “menores” – aquelas que remetem à política social.

A proposta da Federação desconhece a preocupação de autonomia do movimento como possibilidade de que o movimento decida sobre suas lutas e seus objetivos, e sobretudo que desenvolva uma prática sem vinculação partidária. Pelo contrário, a proposta é que o partido “pense, elabore, planeje e execute” o trabalho das mulheres. Mesmo porque, dizem as neostalinistas, autonomia é “xaropada teórica”, haja vista a Polônia.

Por último, repete-se o projeto hierarquizado das lutas e dos grupos, sob a égide da Federação Internacional das Mulheres, correia de transmissão da burocracia soviética.

“Quando se sabe que a história do feminismo desde 1930 é uma série de emergências e ocultamentos, explica-se o fato de temermos que nossa revolta se perca no emaranhado das instituições políticas ou da recuperação comercial.”

As mulheres querem se reapropriar dos fragmentos dessa história sem memória, não para cristalizá-los e fabricar novas múmias, mas para que estejam presentes na nossa consciência e nas nossas práticas cotidianas, para que façam parte da nossa revolta, das nossas experiências, dos nossos sonhos.

Frei Betto

*Cristianismo e marxismo**

Frei Betto é um sacerdote dominicano brasileiro, conhecido em todo o mundo desde que publicou uma série de discussões sobre religião com Fidel Castro; elas foram traduzidas em 14 idiomas e publicadas em toda a América Latina. Preso pela ditadura militar de 1969 a 1973 por auxiliar o movimento revolucionário liderado por Carlos Marighella, Frei Betto, em anos recentes, tornou-se um dos principais conselheiros das Comunidades de Base no Brasil e um importante teólogo da libertação. Também mantém vínculos fraternos com o novo movimento sindical brasileiro e com o Partido dos Trabalhadores.

Frei Betto encontra-se entre um grupo de teólogos da libertação que usou o método marxista extensamente no seu trabalho. Isso não implica uma postura acrítica, mas interesse ativo pelo marxismo como ciência e como utopia, como teoria e como prática. É isso que o capacita a situar a convergência entre cristãos e marxistas no campo mais decisivo de todos – o do compromisso revolucionário.

As relações entre marxistas e cristãos

O marxismo é, sobretudo, uma teoria da práxis revolucionária. Isso não impede que certos marxistas queiram transformá-lo num espécie de religião com seus dogmas, fundada na leitura fundamentalista que faz das obras de Marx, Engels e Lenin uma nova bíblia. Afinal, o marxismo, como qualquer obra teórica, jamais poderá ter uma única leitura. O processo epistemológico ensina que um texto é sempre lido a partir do contexto do leitor. Esses “óculos” da realidade determinam a interpretação da teoria.

Assim, a obra de Marx pode ser lida pela ótica do materialismo positivista de Kautsky, do neokantismo de M. Adler, do hegelianismo voluntarista de Gramsci ou objetivista de Lukacs, do existencialismo de Sartre, do estruturalismo de Althusser, bem como à luz da luta camponesa de Mao Tsé-Tung, da guerrilha cubana, da realidade peruana de José Carlos Mariátegui ou da insurreição popular sandinista.

O que importa é utilizar a teoria marxista como ferramenta de libertação dos povos oprimidos e não como uma árvore totêmica ou um talismã. Fruto da luta do proletariado, o marxismo deverá ser sempre aferido por essa mesma

* Frei Betto, *Cristianismo e marxismo*, 2. ed., Petrópolis, Vozes, 1986, p. 35-43.

luta, pois só assim não perderá seu vigor revolucionário para transformar-se numa abstração acadêmica¹.

Nesse sentido, o marxismo e os marxistas não podem ignorar o novo papel do cristianismo como fermento de libertação das massas oprimidas da América Latina. Contudo, para apreender esse potencial revolucionário do cristianismo, o marxismo deverá romper a camisa de força de sua ótica objetivista e reconhecer o papel da subjetividade humana na história. Isso implica a superação da tendência economicista e, nos regimes socialistas, de uma certa “metafísica do Estado”, para se admitir a autonomia relativa das superestruturas. A prática revolucionária extrapola o conceito e não se esgota em análises estritamente científicas, pois encerra necessariamente dimensões éticas, místicas e utópicas. O progresso alcançado pelos países socialistas e a ideologia encarnada pelo partido são insuficientes para equacionar todos os aspectos da relação interpessoal e suas consequências sociais e políticas.

Aliás, que contradição haveria entre o papel determinante da subjetividade humana e o materialismo histórico? Como determinante “em última instância”, a esfera econômica resulta no complexo formado pelas forças produtivas e pelas de produção. São essas relações de produção que determinam o caráter das forças produtivas. Falar em relações de produção é admitir que, “em primeira instância”, estão as relações de classe, a militância revolucionária das classes dominadas, cuja consciência e prática são determinantes na esfera econômica. Ao contrário, negar a importância da subjetividade e da intencionalidade humanas é pretender reduzir o marxismo a uma teoria puramente científica, é incorrer numa espécie de neo-hegelianismo que devolve a marcha da história ao controle de uma razão absoluta e universal. A riqueza e a originalidade da teoria marxista reside justamente em estar vinculada à prática revolucionária que, em sua dinâmica, confere e contesta a teoria que a inspira e orienta. Sem essa relação dialética teoria-práxis, o marxismo se esclerosa numa ortodoxia acadêmica perigosamente manipulável por quem controla os mecanismos de poder.

Esse primado da prática tem levado os marxistas a reconhecerem que, por vezes, suas concepções a respeito da religião são religiosas, no sentido de dogmáticas desvinculadas da prática histórica. Por isso, de olho no que se passa hoje na América Latina, o 2º Congresso do Partido Comunista Cubano, em dezembro de 1980, aprovou uma resolução na qual proclama que

o significativo processo de incorporação massiva e ativa de grupos e organizações cristãs, incluindo elementos do clero católico e de outras denomi-

¹ Pedro A. Ribeiro de Oliveira, “O marxismo como ferramenta de cristãos”, *Comunicações do Iser* 7, dezembro 1983, p. 2-6.

nações, nas lutas de libertação nacional dos povos da América Latina, como Nicarágua, El Salvador e outros, e o surgimento de instituições e de centros ecumênicos que desenvolvem atividades decididamente progressistas e promovem o compromisso político e a união combativa de cristãos revolucionários e marxistas, a favor de profundas mudanças sociais no continente, demonstram a conveniência de continuar contribuindo para a consolidação sucessiva da frente comum em nosso hemisfério e em todo o mundo.²

O avanço maior na relação entre cristianismo e regime popular dá-se hoje na Nicarágua, onde pela primeira vez na história os cristãos participaram ativamente do processo de libertação. Esse fato por si só derruba o caráter de axioma dado à afirmação de que “a religião é o ópio do povo”. Tanto que, pela primeira vez na história, um partido revolucionário no poder – a Frente Sandinista de Libertação Nacional – emitiu um comunicado oficial em outubro de 1980 sobre a religião, no qual se diz:

Alguns autores afirmam que a religião é um mecanismo de alienação dos homens, que serve para justificar a exploração de uma classe sobre a outra. Essa afirmação, sem dúvida, tem um valor histórico, na medida em que, em diferentes épocas históricas, a religião serviu de suporte teórico à dominação política. Basta recordar o papel desempenhado pelos missionários no processo de dominação e de colonização dos indígenas de nosso país. Entretanto, os sandinistas afirmamos que nossa experiência demonstra que quando os cristãos, apoiando-se em sua fé, são capazes de responder às necessidades do povo e da história, suas mesmas crenças os levam à militância revolucionária. Nossa experiência demonstra que se pode ser crente e, ao mesmo tempo, revolucionário consequente e que não há contradição insolúvel entre ambas as coisas.³

Portanto, falsas certezas estão sendo desmontadas pela prática histórica. Nos últimos 20 anos, nos países do Terceiro Mundo, especialmente na América Latina, o cristianismo passa a revelar seu caráter libertador como expressão de resistência e luta dos oprimidos. E, por outro lado, contrariando todos os prognósticos acadêmicos, a religião não desapareceu nos regimes socialistas. Ao contrário, as igrejas constituem, hoje, importante força na luta pela paz e cresce o número de seus fiéis⁴. Perduram, sim, dificuldades intra e extraeclesiais. Dentro

² “O PC cubano e a religião”, *Revista Vozes*, Petrópolis, Vozes, n. 5, jun./jul. de 1982, p. 55.

³ “Sobre religião”, comunicado oficial da direção da FSLN publicado em Frei Betto, *Nicarágua livre, o primeiro passo*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980, p. 122-128.

⁴ Cf. Documento da Conferência Episcopal sobre a paz. *Revista Vozes*, op. cit., p.56.

das igrejas, bispos e pastores não têm suficiente clareza e consenso quanto à maneira de inserção pastoral nos regimes socialistas. Fora, sobretudo no âmbito dos partidos no poder, certos preconceitos antirreligiosos nutrem a discriminação que reforça a proximidade entre cristãos e setores contrarrevolucionários.

É verdade que também entre cristãos permanecem tabus com relação ao socialismo. A propaganda capitalista é bastante forte para alimentar terríveis fantasmas que provocam insegurança e medo. E muitas vezes o sectarismo de certos militantes marxistas reforça a ideia de novos cruzados combatendo em nome de uma nova fé de conseqüências totalitárias. Se hoje é mais difícil encontrar, em documentos oficiais da Igreja Católica, as veementes proclamações anticomunistas do tempo do Papa Pio XII, também não abundam simpatias para com o socialismo. Há, sim, aberturas doutrinárias e políticas: primado do caráter social da propriedade, a socialização dos bens, primado do direito de uso sobre o direito de posse e, na política, a diplomacia realista do Vaticano estreitando relações com quase todos os países socialistas. Um dos raros exemplos de clara opção socialista, por parte de bispos, está nestes documentos regionais divulgados no período mais negro da ditadura militar brasileira, quando a própria Igreja era intensamente atingida:

É preciso vencer o capitalismo. Ele é o mal maior, o pecado acumulado, a raiz estragada, a árvore que produz esses frutos que nós conhecemos: a pobreza, a fome, a doença, a morte da grande maioria. Por isso é preciso que a propriedade dos meios de produção (das fábricas, da terra, do comércio, dos bancos, fontes de crédito) seja superada [...] Por isso, queremos um mundo em que haja um povo só, sem a divisão entre ricos e pobres.⁵

Menos popular, o discurso deste outro documento é mais bem articulado:

O processo histórico da sociedade de classes e a dominação capitalista conduzem fatalmente ao confronto das classes. Embora seja isto um fato cada dia mais evidente, este confronto é negado pelos opressores, mas é afirmado também na própria negação. As massas oprimidas dos operários, camponeses e numerosos subempregados dele tomam conhecimento e assumem progressivamente uma nova consciência libertadora. A classe dominada não tem outra saída para se libertar, senão pela longa e difícil caminhada, já em curso, em favor da propriedade social dos meios de produção. Este é o fundamento principal do gigantesco projeto histórico para a transformação global da atual sociedade numa sociedade nova,

⁵ Marginalização de um povo. Documento de Bispos do Centro. Oeste, 6 de maio de 1973, n. 6 (SEDOC, v. 6, n. 69, março de 1974, col. 1019s).

na qual seja possível criar as condições objetivas para os oprimidos recuperarem a sua humanidade despojada, lançarem por terra os grilhões de seus sofrimentos, vencerem o antagonismo de classes, conquistarem, por fim, a liberdade.⁶

Marxistas e cristãos têm mais arquétipos em comum do que supõe a nossa vã filosofia. Um deles é a utopia da felicidade humana no futuro histórico – esperança que se faz mística na prática de inúmeros militantes que não temem o sacrifício da própria vida. Marx chama esta plenitude de reino da liberdade e, os cristãos, de reino de Deus. No terceiro volume de *O Capital* ele escreve que “o reino da liberdade inicia ali onde cessa o trabalho condicionado pela necessidade e pressão externa; o reino da liberdade está situado, pois, e por força das coisas, além do âmbito da produção material”. Ora, nada na política ou na história garante a realização dessa meta, como também a salvação esperada pelos cristãos não tem explicação histórica, é dom de Deus. Mas há, no mais profundo do nosso ser, o desejo comum de inúmeros marxistas e cristãos de que a humanidade elimine todas as barreiras e contradições que dividem ou separam os homens. E a esperança incontida de que o futuro será como a mesa posta em torno da qual, irmanados, todos haverão de partilhar a fartura do pão e a alegria do vinho. O caminho capaz de levar a essa aspiração, derrubando preconceitos e provocando a unidade, não será certamente o das discussões teóricas, mas sim o do compromisso efetivo com a luta de libertação dos oprimidos.

⁶ Eu ouvi os clamores do meu povo. Documento de Bispo e Superiores Religiosos do Nordeste, 6 de maio de 1973, p. 29 (SEDOC, v. 6, n. 66, novembro de 1973, col. 628).

Enrique Dussel

*Teologia da libertação e marxismo**

Filósofo e teólogo da libertação, Enrique Dussel é um dos mais importantes pensadores latino-americanos de nossa época. Seus trabalhos sobre Marx, sobre a Ética da Libertação ou sobre a história da Igreja na América Latina são amplamente conhecidos. Leigo, de origem argentina mas estabelecido no México, Dussel é um dos melhores conhecedores de Marx e do marxismo no campo da teologia da libertação. É a razão pela qual foi solicitado para apresentar esse tema nessa grande obra de síntese organizada em 1990. Seu ensaio mostra bem o caráter crítico e seletivo da utilização do marxismo pelos teólogos da libertação, mas também o lugar central que ele ocupa em sua reflexão social e religiosa.

1. Desencontro histórico

A doutrina social da Igreja impedia aos cristãos toda compreensão do marxismo. Desde a longínqua encíclica *Nosce et nobiscum* (de 1849) até a *Rerum novarum* (de 1891), na qual condena-se o marxismo porque seus seguidores “excitam nos pobres o ódio aos ricos e pretendem acabar com a propriedade privada e substituí-la pela comum”, e mesmo posteriormente, na *Quadragesimo anno* (1931), a posição é constante: uma condenação sem atenuantes. Também na América Latina o anticomunismo foi posição geral de todos os cristãos – recordem que Cardin fundou a MOC para combatê-lo; que o padre Hurtado lançou no Chile a ação social como cruzada anticomunista; o mesmo fez monsenhor Franceschi na Argentina, e até mesmo em 1968 o padre Velázquez, no México, continuava mantendo a mesma postura (e estamos falando apenas dos mais progressistas). Talvez ninguém o tenha criticado com tanta paixão quanto monsenhor Mariano Rossell e Arellano (1938-1964), na Guatemala, que, por meio de suas pastorais *Sobre la amenaza comunista* (1945) ou *Sobre la excomunión de los comunistas* (1949) permitiu a queda do populismo de J. Arbens. Monsenhor Víctor Sanabria (1899-1952), da Costa Rica, será a única grande exceção, ao vincular a Igreja e o Partido Comunista em 1948.

De qualquer forma, os marxistas (desde a função dos partidos comunistas a partir de 1920) tampouco estavam preparados para qualquer diálogo, devido ao seu dogmatismo teórico (ateísmo e materialismo filosófico) e seus erros

* Enrique D. Dussel, “Teología de la liberación y Marxismo”, em Ignacio Elacuría e Jon Sobrino (Orgs.), *Mysterium Liberationis. Conceptos fundamentales de la teología de la liberación*, Madrid, Trotta, 1990, t. I, p. 115-116, 122-126, 132, 143.

históricos. Os cristãos, que desde 1930 participavam militantemente da Ação Católica ou das Democracias Cristãs (desde 1936 no Chile), concentravam uma grande parte do seu trabalho “apostólico” na luta contra as juventudes comunistas (quando elas existiam). O confronto já durava um século, e era total. [...]

2. Por que se usa o instrumental de análise marxista?

A teologia da libertação surge de uma experiência da práxis cristã, da fé. Juan Luis Segundo conta que, em 1953, recebeu de Malévez, em Louvain, a intuição fundamental¹; pessoalmente, lembro-me de ter recebido de Paul Gauthier em Nazaré, de 1959 a 1961, a exigência de evangelizar *os pobres*, pois nossa regra de vida inspirava-se em Is 61,1 (Lc 14, 18): “O Espírito do Senhor está sobre mim e me consagrou para evangelizar *os pobres*”². Em 1959, Comblin escreveu sua obra *Fracaso de la Acción Católica*, dando início a um pensar teológico a partir da América Latina. Gutiérrez recorda que, já em 1964, teve suas primeiras intuições, como experiência de uma espiritualidade, de uma teologia como sabedoria³.

Na verdade, historicamente, antes da teologia existiu a práxis cristã e a fé da Igreja, de grupos cristãos e dos futuros teólogos. As questões que a teologia latino-americana nascente devia expor, justificar, para servir aos militantes cristãos, foram as razões teológicas que deram conta do sentido do “compromisso político” desses cristãos. Mas por que comprometer-se politicamente? Para efetuar uma mudança social, econômica e política, que permitisse que as classes exploradas (primeiro), os pobres (mais teologicamente) e o povo latino-americano (por último)⁴ alcançassem uma vida justa, humana, realizada. A dupla exigência de pensar teologicamente o “compromisso político” para servir aos oprimidos, aos “pobres”, ao povo, exigia que a nascente teologia usasse outros instrumentos analíticos, interpretativos, que não eram os mesmos utilizados pela tradição teológica anterior. Ante a ausência de uma filosofia adequada constituída, era preciso utilizar as *ciências sociais críticas latino-americanas*. Não só ciências sociais (como a sociologia, a economia etc.), mas ciências sociais “críticas” (porque se tratava de descobrir e situar a realidade da injustiça) e “latino-americanas” (porque nosso continente tinha questões “próprias” para resolver). Assim, não foi uma decisão *a priori*, dogmática ou epistemológica. A partir da práxis e da fé cristãs, e por critérios fundamentalmente espirituais e pastorais (o “fato” de que os cristãos comprometiam-se politicamente a lutar

¹ J. L. Segundo, *Teología de la liberación. Respuesta al cardenal Ratzinger*, Madrid, 1985, p. 98.

² P. Gauthier, *Jésus, l'Église et les pauvres*, Tournai, 1962.

³ Cf. R. Oliveros, *Liberación y teología*, México, 1977.

⁴ Sobre a evolução dos conteúdos semânticos de “pobre” a “povo”, ver meu artigo “El paradigma del Exodo en la teología de la liberación”, *Concilium* 209 (1987), p. 99-114.

contra a injustiça, tal como exigia a doutrina social da Igreja), era necessário que houvesse categorias de análise adequadas.

Foi assim que a nascente teologia latino-americana passou a usar os instrumentos categoriais marxistas (historicamente procedentes do marxismo de tradição francesa, que já eram usados em grupos estudantis e operários). Juan Luis Segundo, J. Comblin, Gustavo Gutiérrez e eu fomos da geração que estudou na França (ou na Bélgica). Esse instrumental – depois vamos ver qual e de que maneira foi usado – permitiu que a nova *teologia*, que desde 1968 começou a ser denominada *da libertação* – em tese de Rubem Alves, em Princeton⁵ –, chegasse a resultados insuspeitos no âmbito da análise das realidades históricas, sociais e políticas (mas também em outros planos, depois da descoberta de sua metodologia, aplicável a outros níveis de reflexão, tal como acontecerá com a teologia da libertação da mulher, das raças oprimidas etc.). Trata-se, se é que podemos chamá-la assim, de uma “revolução epistemológica” na história mundial da teologia cristã. Pela primeira vez foram usadas as ciências sociais críticas. A economia política e a sociologia, que surgiram em pleno século XIX, nunca tinham sido usadas pela teologia cristã. Assim como no caso do “modernismo”, em que ocorreu uma crise pelo uso da *história* na teologia (de Renan a Blondell), a teologia da libertação produziu uma crise ao adotar as ciências sociais e, entre elas, como seu núcleo crítico, o marxismo. Quando essa crise for observada do século XXI, poderá se ver a importância que ela teve como função missionária no mundo contemporâneo – no final do século XX –, no mundo dos pobres, na América Latina, na África e na Ásia e, muito particularmente, nas nações de “socialismo real”, pois nesses lugares ela é a única teologia inteligível, compreensível, profética e possível.

3. Qual é o marxismo adotado pela teologia da libertação?

Retornaremos mais adiante a esse ponto, mas, evidentemente, os teólogos da libertação assumem “certo tipo” de marxismo – e excluem outro de forma implícita, e às vezes explicitamente.

Entre os marxismos possíveis existe uma negação unânime do “materialismo dialético”. Nenhum dos teólogos da libertação aceita o materialismo de Engels na *Dialética da natureza*, nem o de Lenin, Bukarin ou Stalin, como “filosofia”, ao estilo de Konstantinov⁶. Marx é aceito e adotado como crítico social. O próprio acesso a Marx é duplo; por um lado, pelas leituras secundárias (como

⁵ *Toward a Theology of Liberation*, publicada com o título de *Theology of human hope*, Washington, 1969.

⁶ Ver minha obra, *La producción teórica de Marx. Un comentario a los Grundrisse*, México, 1985, p. 36-37.

Yves Calvez, na França, ou Welte, na Alemanha); por outro, principalmente no início, por meio do “jovem” Marx (até o *Manifesto* de 1848). Na primeira geração de teólogos (de Juan Luis Segundo a Comblin, Gustavo Gutiérrez, ou em minha posição ao início da década de 1960), a influência francesa foi determinante. De J. Maritain passou-se a E. Mounier, e daí ao pensamento de Lebreton, em *Economia e humanismo*. Teilhard de Chardin também inspirou o pensamento dessa época. Mas Marx chega por meio da Revolução Cubana (1959), e por isso a leitura é simultânea: o jovem Marx, obras de Che Guevara, Gramsci e Lukacs. Veremos depois essas influências em cada um dos teólogos. Isto é, um Marx “humanista” – de acordo com a denominação da época –, não dogmático, nem economicista, nem materialista ingênuo. Os padres Cardonel e Blanquart, franceses, também influem na primeira “recepção” do marxismo na futura teologia da libertação. Não houve acesso direto ao Marx “definitivo” (a partir de 1857; e, como veremos, será pouco frequente até hoje).

Posições como as de Korsch, Goldmann ou mesmo Trotski (embora indiretamente, no caso deste último) não influenciaram a teologia da libertação. Em compensação, várias correntes fizeram-se presentes desde 1968.

Além da de Antonio Gramsci, já indicada (e que crescerá com o tempo, mas presente desde o início), a primeira linha é a da Escola de Frankfurt, encontrada especialmente no Marcuse “americano” – tão presente em uma obra como a de Rubem Alves em 1968 –, e utilizada difusamente pelos demais, como pela teologia de J. B. Metz na Alemanha. O pensamento de Bloch também causa impacto global – especialmente por intermédio de Moltmann, nas questões sobre a utopia e a esperança. E, em particular, a obra de Althusser, traduzido pedagogicamente por Martha Harnecker em suas famosas obras⁷, não influenciará apenas a teologia da libertação (sobretudo sua segunda geração)⁸, mas a totalidade do pensamento marxista latino-americano.

Entre os marxistas latino-americanos, além de Che Guevara, Mariátegui e Sánchez Vázquez estarão presentes em algumas obras de nossos teólogos. Naturalmente, o pensamento de Fidel Castro, a partir de 1959, será leitura corrente, principalmente em sua posição sobre a religião – na linha de Rosa Luxemburgo, que teve influência no Brasil no movimento da Ação Popular. Junto aos franceses mencionados, Giulio Girardi, teólogo italiano da libertação, também exerce uma clara influência pela sua clara postura marxista – no início, decididamente “classista” e depois assumindo o “povo” como sujeito histórico da práxis de libertação.

Mas, na verdade, muito mais que esse marxismo que poderíamos chamar de “teórico”, o marxismo que marcou a teologia da libertação foi o marxismo

⁷ *Conceptos elementales del materialismo dialéctico*, México, 1974, com mais de 50 edições.

⁸ Ver Clodovis Boff, *Teologia do político e suas mediações*, Petrópolis, Vozes, 1978.

sociológico e econômico *latino-americano* da “dependência” – de Orlando Fals Borda até Theotonio dos Santos, Faletto, Cardoso etc. (muitos dos quais, na verdade, não eram nem são marxistas). Esta sociologia da “dependência”, em sua crítica ao funcionalismo e ao desenvolvimentismo (e Gino Germani também influenciará J. Comblin ou J. L. Segundo) permite a ruptura epistemológica da teologia da libertação. Por isso a posição de Gunder Frank – apesar de todas as críticas que possa receber – será determinante na teologia da libertação anterior a 1972. Da mesma forma, a postura de F. Hinkelammert – como marxista e teólogo – talvez signifique a única presença do Marx “definitivo”, pois no final da década de 1960, em Santiago, *O Capital* foi estudado seriamente em grupo (no Centro de Estudos da Realidade Nacional), o que possibilitará um desenvolvimento do marxismo em uma corrente muito criativa da teologia da libertação na década de 1980.

Toda essa complexa história não foi estudada adequadamente até os dias de hoje – pois tampouco existe uma história do marxismo latino-americano contemporâneo, e menos dentro dos movimentos cristãos. Mas, com base nesta enumeração, pode-se concluir quão simplista é a crítica do pensamento conservador contra a teologia da libertação, quando a acusa de “marxista”, como imputação ideológica. Ela mesma, com total responsabilidade cristã, teve *muito antes que seus críticos* a lenta tarefa de adotar “certo” marxismo compatível com a fé cristã, dos profetas, de Jesus e da mais antiga e recente tradição eclesial – e ecumênica, naturalmente. O dogmatismo stalinista ou o economicismo de manuais, o marxismo “filosófico”, lhe é totalmente alheio. [...]

Antecipando as conclusões finais, podemos indicar que, como se pode observar, a teologia da libertação usa um *certo* marxismo de uma *certa* maneira, nunca incompatível com os fundamentos da fé. Alguns têm uma posição mais claramente “classista”; outros, mais “populista”; alguns usam apenas o instrumental da crítica ideológica, outros o social e mesmo o propriamente econômico. Outros se contrapõem globalmente ao marxismo – embora seja difícil defini-los como membros do movimento teológico. Alguns se inspiram em uma corrente mais francesa do marxismo, outros na italiana ou na alemã e, na maioria dos casos, em várias delas simultaneamente; todos, porém, adotam as teses da corrente latino-americana da dependência – definida com muito cuidado, conscientes das críticas levantadas neste aspecto. Pode-se afirmar então que é o primeiro movimento teológico que assume o marxismo – levando em conta todas as limitações indicadas – na história mundial da teologia cristã (e nisto se antecipa às demais religiões universais). [...]

Conclusões

A teologia da libertação nasce, e aprende disciplinadamente, da práxis do povo latino-americano, das comunidades cristãs de base, dos pobres e oprimidos. Justifica primeiro o compromisso político dos cristãos militantes, para depois fazer o mesmo com toda a práxis do povo latino-americano empobrecido. Portanto, é um discurso teológico crítico, que situa as questões tradicionais (pecado, salvação, Igreja, cristologia, sacramentos etc.) em um nível *concreto*, pertinente. Não nega o *abstrato* (o pecado *em si*, por exemplo), porém o situa na realidade histórica *concreta* (o pecado da *dependência*, por exemplo).

Por uma exigência de reflexão teológica crítico-concreta a partir dos pobres e oprimidos é que o instrumental das ciências humanas, particularmente do marxismo, tornou-se necessário. É a primeira teologia que utiliza esse instrumental analítico na história, e o adota a partir das exigências da fé, evitando o economicismo, o materialismo dialético ingênuo, o dogmatismo abstrato. Pode então criticar o capital e a dependência como pecado etc. Não estabelece alternativas políticas – pois esta não é uma função da teologia –, mas evita cair no “terceirismo” (nem capitalismo, nem socialismo, mas uma solução cristã política). Não deixa por isso de ser uma teologia ortodoxa (que surge da ortopraxia) tradicional (em seu sentido forte). Entra missionariamente em diálogo com o marxismo (dos partidos ou movimentos políticos latino-americanos e mesmo dos países do socialismo real: seu discurso é compreensível para eles).

Partido dos Trabalhadores

*O socialismo petista**

O seguinte documento foi aprovado pelo 7º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores brasileiro (PT), que ocorreu em maio e junho de 1990. Resultado de um debate público entre as várias tendências do PT, foi aprovado por um amplo consenso na conferência. Ele reafirma o compromisso do PT com objetivos socialistas no momento do colapso histórico do, assim chamado, socialismo realmente existente. Embora inspirado por uma tradição anticapitalista marxista, expressa uma cultura política pluralista, ansiosa por um socialismo democrático e libertário. Trata-se de um dos documentos mais significativos e ricos do “novo pensamento” que se desenvolve na esquerda latino-americana no fim do século XX.

Esta resolução propõe-se a reafirmar nosso juízo sobre o sistema capitalista, consolidar sinteticamente o acúmulo partidário no que se refere à alternativa socialista, identificar fundamentais desafios histórico-doutrinários à causa do socialismo e propor amplo debate ao PT e à sociedade brasileira sobre a superação concreta de tais desafios.

1 – O PT já nasceu com propósitos radicalmente democráticos. Surgimos combatendo a ditadura militar e a opressão burguesa, exigindo nas ruas e nos locais de trabalho o respeito às liberdades políticas e aos direitos sociais. Crescemos denunciando a transição conservadora e construindo as bases da soberania popular. Em dez anos de existência, o PT sempre esteve na vanguarda das lutas pela democratização da sociedade brasileira. Contra a censura, pelo direito de greve, pela liberdade de opinião e manifestação, pela anistia, pelo pluripartidarismo, pela Constituinte autônoma, pelas eleições livres e diretas. Tornamo-nos um grande partido de massas denunciando a expropriação dos direitos de cidadania pelo poder de Estado, o atrelamento dos sindicatos ao aparato estatal, o imposto sindical. Diversos companheiros deram a sua vida na luta dos trabalhadores pela democracia. Santo Dias, Wilson Pinheiro, Margarida Alves, padre Josimo, Chico Mendes e tantos outros.

Na raiz do nosso projeto partidário está, justamente, a ambição de fazer do Brasil uma democracia digna desse nome. Porque a democracia tem, para o PT, um valor estratégico. Para nós, ela é, a um só tempo, meio e fim, instrumento de transformação e meta a ser alcançada. Aprendemos na própria carne

* Resolução do 7º Encontro Nacional do PT, realizado entre os dias 31 de maio e 3 de junho de 1990 em São Paulo, em PARTIDO DOS TRABALHADORES. Resoluções de Encontros e Congressos – 1979-1998, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 429-435.

que a burguesia não tem verdadeiro compromisso histórico com a democracia. A relação das elites dominantes com a democracia é puramente tática, elas se socorrem da via democrática quando, pragmaticamente, lhes convém. Na verdade, a democracia interessa sobretudo aos trabalhadores e às massas populares. Ela é imprescindível, hoje, para aprofundar suas conquistas materiais e políticas. Será fundamental para a superação da sociedade injusta e opressiva em que vivemos. Assim como será decisiva, no futuro, a instituição de uma democracia qualitativamente superior, para assegurar que as maiorias sociais de fato governem a sociedade socialista pela qual lutamos.

2 – A vocação democrática do PT, no entanto, vai além das bandeiras políticas que defendeu e defende. Também a sua organização interna expressa nosso compromisso libertário. Ela reflete o empenho, sempre renovado, de direções e bases militantes para fazer do próprio PT uma sociedade livre e participativa, premissa daquela outra, maior, que pretendemos instaurar no país.

Refratário ao monolitismo e verticalismo dos partidos tradicionais – inclusive de muitas agremiações de esquerda – o PT esforça-se por praticar a democracia interna como requisito indispensável ao seu comportamento democrático na vida social e no exercício do poder político. O mesmo vale para a relação do partido com suas bases sociais e com a sociedade civil em seu conjunto. Embora tenha nascido pela força dos movimentos sindicais e populares e com eles mantenha um poderoso vínculo de inspiração, referência e interlocução, buscando propor-lhes uma direção política, o PT recusa-se, por princípios, a sufocar a sua autonomia e, mais ainda, a tratá-los como clientela ou correia de transmissão.

3 – Outra dimensão visceralmente democrática do PT é o seu pluralismo ideológico-cultural. Somos, de fato, uma síntese de culturas libertárias, unidade na diversidade. Confluíram para a criação do PT, como expressão de sujeitos sociais concretos, mais ou menos institucionalizados, diferentes correntes de pensamento democrático e transformador: o cristianismo social, marxismos vários, socialismos não marxistas, democratismos radicais, doutrinas laicas de revolução comportamental etc.

O ideário do partido não expressa, unilateralmente, nenhum desses caudais. O PT não possui filosofia *oficial*. As distintas formações doutrinárias convivem em dialética tensão, sem prejuízo de sínteses dinâmicas no plano da elaboração política concreta. O que une essas várias culturas políticas libertárias, nem sempre textualmente codificadas, é o projeto comum de uma nova sociedade, que favoreça o fim de toda exploração e opressão.

4 – Esse compromisso de raiz com a democracia nos fez igualmente anticapitalistas – assim como a opção anticapitalista qualificou de modo inequívoco a nossa luta democrática. Um dos estímulos mais poderosos à nossa

organização, como partido político dotado de um projeto alternativo de governo e de poder, foi a descoberta (para a maioria dos petistas, antes empírica que teórica) da perversidade estrutural do capitalismo. Fomos, e seguimos sendo, resposta indignada ao sofrimento desnecessário de milhões, consequência lógica da barbárie capitalista. A experiência histórica concreta – por outras palavras, a pedagogia negativa do *milagre brasileiro* e de tantas outras situações tragicamente exemplares da vida nacional e internacional – nos ensinou que o capitalismo, seja qual for a sua pujança material, é vocacionalmente injusto e excludente, avesso por natureza àquela partilha fraterna da riqueza social que é o pressuposto de qualquer autêntica democracia.

É da opressão capitalista que resulta a miséria absoluta de mais de um terço da humanidade. É ela que impõe à América Latina novas formas de escravização, que reduziram a renda *per capita* em 6,5% nos últimos anos, fazendo vários países regredirem a patamares de 20 anos atrás. É o sistema capitalista, fundado, em última análise, na exploração do homem pelo homem e na brutal mercantilização da vida humana, o responsável por crimes odiosos contra a democracia e os direitos humanos, dos fornos crematórios de Hitler aos recentes genocídios na África do Sul, passando pelas nossas tristemente célebres câmaras de tortura. É o capitalismo brasileiro, com sua dinâmica predatória, o responsável pela fome de milhões, o analfabetismo, a marginalidade, a violência que se dissemina por todos os planos da vida nacional. É o capitalismo que conserva e aprofunda as bases reais da desigualdade social no Brasil.

Por isso mesmo, os documentos constitutivos do PT – Manifesto e Programa de fundação – já advogavam a superação do capitalismo como indispensável à plena democratização da vida brasileira. Ainda que nossos textos maiores não aprofundassem o desenho interno da pretendida sociedade alternativa, a ambição histórica do PT já era, na sua origem, nitidamente socialista. E os dez anos que se seguiram, de penosa, mas apaixonada luta democrática, só fizeram confirmar nossa opção anticapitalista e robustecer os compromissos transformadores do PT.

5 – Semelhante convicção anticapitalista, fruto da amarga experiência social brasileira, nos fez também críticos das propostas social-democratas. As correntes social-democratas não apresentam, hoje, nenhuma perspectiva real de superação histórica do capitalismo. Elas já acreditaram, equivocadamente, que a partir dos governos e instituições do Estado, sobretudo o Parlamento, sem a mobilização das massas pela base, seria possível chegar ao socialismo. Confiavam na neutralidade da máquina do Estado e na compatibilidade da eficiência capitalista com uma transição tranquila para outra lógica econômica e social. Com o tempo, deixaram de acreditar, inclusive, na possibilidade de uma transição parlamentar ao socialismo e abandonaram não a via parlamentar,

mas o próprio socialismo. O diálogo crítico com tais correntes de massa é, com certeza, útil à luta dos trabalhadores em escala mundial. Todavia, o seu projeto ideológico não corresponde à convicção anticapitalista nem aos objetivos emancipatórios do PT.

6 – Ao mesmo tempo, nosso compromisso estratégico com a democracia – a identidade democrática do PT – levou-nos a refutar os supostos modelos do chamado *socialismo real*. Nunca ignoramos a falácia do termo. A mídia conservadora o utiliza para facilitar o combate ideológico a qualquer projeto histórico que se insurja contra a dominação capitalista. Segundo seus detratores, o socialismo seria, quando materializado, fatalmente avesso aos ideais de progresso e liberdade, reacionarismo que repudiamos com veemência.

Além disso, a expressão *socialismo real*, em sua generalidade abstrata, desconsidera particularidades nacionais, diferentes processos revolucionários, variados contextos econômicos e políticos etc. Nivelava experiências de transformação social heterogêneas em sua natureza e em seus resultados, desqualificando conquistas históricas que, seguramente, não são irrelevantes para os povos que as obtiveram. Algumas das experiências autoproclamadas socialistas originaram-se de revoluções populares, ao passo que outras decorreram da derrota da Alemanha nazista e da ocupação desses países pelo Exército soviético, o que redesenhou o mapa geopolítico europeu, dando origem ao chamado *Bloco Socialista*, controlado pela URSS. Em alguns processos nacionais, as massas obtiveram influência não desprezível nos rumos da vida nacional. E, seguramente, merece avaliação à parte e juízo positivo, com todos os seus percalços, a experiência sandinista, na medida em que assegurou ao povo nicaraguense uma inédita equidade política e civil.

O PT apoia a luta dos trabalhadores e dos povos pela sua libertação, assumindo a defesa dos autênticos processos revolucionários, mas o faz com total independência política, exercendo plenamente o seu direito de crítica. Foi assim que, desde a sua fundação, o PT identificou na maioria das experiências do chamado *socialismo real* uma teoria e uma prática incompatíveis com o nosso projeto de socialismo. A sua profunda carência de democracia, tanto política quanto econômica e social; o monopólio do poder por um único partido, mesmo onde formalmente vigora o pluralismo partidário; a simbiose partido/Estado; o domínio da burocracia enquanto camada ou casta privilegiada; a inexistência de uma democracia de base e de autênticas instituições representativas; a repressão aberta ou velada ao pluralismo ideológico e cultural; a gestão da vida produtiva por meio de um planejamento verticalista, autoritário e ineficiente – tudo isso nega a essência mesma do socialismo petista.

Nossa crítica a tais processos históricos, feita sob a ótica da luta revolucionária e à luz das diversas experiências socialistas em nível internacional, tem

sido constante, ainda que limitada. O PT foi o primeiro partido político brasileiro a apoiar a luta democrática do Solidariedade polonês, mesmo sem outras afinidades ideológicas. Temos combatido os atentados à liberdade sindical, partidária, religiosa etc. nos países do chamado *socialismo real* com a mesma motivação com que lutamos pelas liberdades públicas no Brasil. Denunciamos com idêntica indignação o assassinato premeditado de centenas de trabalhadores rurais no Brasil e os crimes contra a humanidade cometidos em Bucareste ou na Praça da Paz Celestial. O socialismo, para o PT, ou será radicalmente democrático ou não será socialismo.

Os movimentos que conduziram às reformas no Leste Europeu voltaram-se justamente contra o totalitarismo e a estagnação econômica, visando institucionalizar regimes democráticos e subverter a gestão burocrática e ultracentralizada da economia. O desfecho desse processo está em aberto e será a própria disputa política e social a definir os seus contornos. Mas o PT está convencido de que as mudanças ocorridas e ainda em curso nos países do chamado *socialismo real* têm um sentido histórico positivo, ainda que o processo esteja sendo hegemônico por correntes reacionárias, favoráveis à regressão capitalista.

Tais movimentos devem ser valorizados, não porque representem em si um projeto renovador de socialismo, mas porque rompem com a paralisia política, recolocam em cena aberta os diversos agentes políticos e sociais, impulsionaram conquistas democráticas e, em perspectiva, podem abrir novas possibilidades para o socialismo. A energia política liberada por tamanha mobilização social não será facilmente domesticada pelo receituário do FMI ou pelos paraísos abstratos da propaganda capitalista.

7 – A nossa bagagem ideológica original, enriquecida no próprio curso da luta política e consolidada nos vários encontros nacionais do partido, orientou a conduta do PT ao longo de toda a década de 1980 e garantiu a conquista de importantes objetivos históricos. Com o sentido geral da nossa política – democrático e anticapitalista – perfeitamente assegurado, optamos pela construção progressiva da nossa utopia concreta, isto é, da sociedade socialista pela qual lutamos. Quisemos evitar tanto o ideologismo abstrato, travo elitista da esquerda tradicional brasileira, quanto o pragmatismo desfibrado, característico de tantos outros partidos. De nada nos serviria um aprofundamento ideológico puramente de cúpula, sem correspondência na cultura política real de nossas bases partidárias e sociais.

De resto, também as direções careciam de muita experiência, que só a luta democrática de massas, paciente e continuada, pode proporcionar. O que legitima os contornos estratégicos definidos de qualquer projeto socialista é a convicção radicalmente democrática e transformadora de amplos segmentos populares. Pode-se dizer, sem indevido triunfalismo, que tal pedagogia política,

baseada na autoeducação das massas por meio de sua participação civil, revelou-se, no geral, acertada.

8 – Reconhecemos a existência, em escala mundial, de forças e movimentos de caráter democrático, popular, de libertação e socialista, com identidades com o projeto petista e com os quais manteremos relações privilegiadas. A hora presente nos faz inéditos desafios, que só serão vencidos por meio de uma superior criatividade político-ideológica. Atravessamos um novo período histórico, tanto em nível nacional quanto internacional, que exige do PT e de todas as forças socialistas e democráticas uma elaboração doutrinária ainda mais audaz e rigorosa.

Com a projetada reestruturação da economia brasileira e a decorrente recomposição da hegemonia interburguesa, a disputa política passa a dar-se, cada vez mais, no terreno dos projetos gerais, de notórias implicações ideológicas. Mais do que a mera estabilização da economia ou seu ajuste, o que está em jogo é o próprio caráter da inserção estratégica do Brasil no contexto internacional, seja como projeto econômico, seja como projeto ideológico.

Por outro lado, à medida que o PT galvaniza parcelas crescentes da sociedade brasileira e se credencia como alternativa política para o país, impõe-se maior explicitação da nossa alternativa histórica. Muitos dos desafios aparentemente conjunturais – a reforma do Estado, por exemplo, ou a luta pela democratização da propriedade fundiária – só podem ser de fato equacionados e superados à luz de maiores definições estratégicas.

Da mesma forma, o fracasso de tantas experiências do socialismo real, com o reforço conjuntural da ideologia capitalista, mesmo num país como o nosso, vítima das contradições mais agudas e destrutivas do capitalismo, convoca-nos a um renovado esforço crítico especulativo, capaz de relançar ética e historicamente a perspectiva da democracia socialista.

9 – Mas qual socialismo? Qual sociedade, por qual Estado lutamos com tamanho empenho para construir? Como deverá ser organizada a sua estrutura produtiva e com quais instituições políticas contará? Como serão conjurados, no plano da política prática, os fantasmas ardilosos do autoritarismo? Inútil sublinhar a magnitude da tarefa histórica que é responder teórica e praticamente a tais indagações. Tarefa que não depende somente do PT e deve engajar todas as energias libertárias disponíveis em nossa sociedade, assim como valer-se de esforços análogos realizados em outros quadrantes.

Para algumas destas perguntas podemos avançar respostas que decorrem da nossa própria experiência ativa e reflexiva. Brotam, por negação dialética, das formas de dominação que combatemos ou resultam de convicções estratégicas que adquirimos em nossa trajetória de lutas. O 5º Encontro Nacional já apontou o caminho: para extinguir o capitalismo e iniciar a construção da

sociedade socialista, será necessária uma mudança política radical; os trabalhadores precisam transformar-se em classe hegemônica na sociedade civil e no poder de Estado. Outros aspectos do nosso projeto socialista são desafios em aberto, para os quais seria presunçoso e equivocado supor que podemos dar respostas imediatas. Sua superação demandará, provavelmente, insuspeitada fantasia política e criatividade prática, legitimadas não apenas pelas nossas opções ideológicas, mas pela aspiração concreta das massas oprimidas a uma existência digna.

10 – O PT não concebe o socialismo como um futuro inevitável, a ser produzido necessariamente pelas leis econômicas do capitalismo. Para nós, o socialismo é um projeto humano cuja realização é impensável sem a luta consciente dos explorados e oprimidos. Um projeto que, por essa razão, só será de fato emancipador na medida em que o concebemos como tal: ou seja, como necessidade e ideal das massas oprimidas, capaz de desenvolver uma consciência e um movimento efetivamente libertários. Daí porque recuperar a dimensão ética da política é condição essencial para o restabelecimento da unidade entre socialismo e humanismo.

11 – A nova sociedade que lutamos para construir inspira-se concretamente na rica tradição de lutas populares da história brasileira. Deverá fundar-se no princípio da solidariedade humana e da soma das aptidões particulares para a solução dos problemas comuns. Buscará constituir-se como um sujeito democrático coletivo sem, com isso, negar a fecunda e desejável singularidade individual. Assegurando a igualdade fundamental entre os cidadãos, não será menos ciosa do direito à diferença, seja esta política, cultural, comportamental etc. Lutará pela liberação das mulheres, contra o racismo e todas as formas de opressão, favorecendo uma democracia integradora e universalista. O pluralismo e a auto-organização, mais que permitidos, deverão ser incentivados em todos os níveis da vida social, como antídoto à burocratização do poder, das inteligências e das vontades. Afirmando a identidade e a independência nacionais, recusará qualquer pretensão imperial, contribuindo para instaurar relações cooperativas entre todos os povos do mundo. Assim como hoje defendemos Cuba, Granada e tantos outros países da agressão imperialista norte-americana, a nova sociedade apoiará ativamente a autodeterminação dos povos, valorizando a ação internacionalista no combate a todas as formas de exploração e opressão. O internacionalismo democrático e socialista será sua inspiração permanente.

O socialismo que almejamos, por isso mesmo, só existirá com efetiva democracia econômica. Deverá organizar-se, portanto, a partir da propriedade social dos meios de produção. Propriedade social que não se confunda com propriedade estatal, gerida pelas formas (individual, cooperativa, estatal etc.) que a própria sociedade, democraticamente, decidir. Democracia econômica

que supere tanto a lógica perversa do mercado capitalista quanto o intolerável planejamento autocrático estatal de tantas economias ditas socialistas. Cujas prioridades e metas produtivas correspondam à vontade social e não a supostos interesses estratégicos do Estado. Que busque conjugar – desafio dos desafios – o incremento da produtividade e a satisfação das necessidades materiais com uma nova organização do trabalho, capaz de superar a sua alienação atual. Democracia que vigore tanto para a gestão de cada unidade produtiva – os conselhos de fábrica são referência obrigatória – quanto para o sistema no seu conjunto, por meio de um planejamento estratégico sob controle social.

12 – No plano político, lutamos por um socialismo que deverá não só conservar as liberdades democráticas duramente conquistadas na sociedade capitalista, mas ampliá-las. Liberdades válidas para todos os cidadãos e cujo único limite seja a própria institucionalidade democrática. Liberdade de opinião, de manifestação, de organização civil e político-partidária. Instrumentos de democracia direta, garantida a participação das massas nos vários níveis de direção do processo político e da gestão econômica, deverão conjugar-se com os instrumentos da democracia representativa e com mecanismos ágeis de consulta popular, libertos da coação do capital e dotados de verdadeira capacidade de expressão dos interesses coletivos.

13 – O PT, lutando por tal socialismo, não menospreza os desafios teóricos e práticos a superar para a sua obtenção. Sabe que tem pela frente um gigantesco esforço de construção doutrinária e de luta social, e declara-se, mais do que nunca, disposto a realizá-lo, em conjunto com todas as forças democráticas e transformadoras presentes na vida brasileira.

Foro de São Paulo

*O manifesto de São Paulo da esquerda latino-americana**

Representantes da maioria dos movimentos e organizações de esquerda latino-americanos (inclusive os partidos comunistas) encontraram-se em São Paulo, em julho de 1990, a convite do Partido dos Trabalhadores brasileiro. O manifesto que resultou desse encontro oferece testemunho de que a maior parte da esquerda conseguiu chegar a um acordo a respeito de algumas ideias que terão importância decisiva para o futuro dos movimentos trabalhistas e populares do continente: a necessidade de unidade, o desejo de uma transformação anti-imperialista e socialista da América Latina e a importância da democracia e dos direitos humanos. Exibe a influência não apenas da crise na Europa Oriental, mas, particularmente, da experiência sandinista (apesar de a FSLN não ter podido comparecer) e da perspectiva socialista do PT em toda a esquerda latino-americana.

Declaração de São Paulo

Convocados pelo Partido dos Trabalhadores (PT), reunimo-nos em São Paulo, Brasil, representantes de 48 organizações, partidos e frentes de esquerda da América Latina e Caribe.

Inédito pela sua amplitude e pela participação das mais diversas correntes ideológicas de esquerda, o encontro reafirmou na prática a disposição das forças de esquerda, socialistas e anti-imperialistas do subcontinente de compartilhar análises e balanços das suas experiências e da situação mundial. Assim, abrimos novos espaços para responder aos grandes desafios que hoje se apresentam aos nossos povos e aos nossos ideais de esquerda, socialistas, democráticos, populares e anti-imperialistas.

No decorrer de um debate intenso, verdadeiramente franco, plural e democrático, discutimos alguns dos grandes problemas que temos diante de nós. Analisamos a situação do sistema capitalista mundial e da ofensiva imperialista, disfarçada por um discurso neoliberal, lançado contra nossos países e nossos povos. Avaliamos a crise da Europa Oriental e do modelo de transição ao socialismo ali imposto. Revimos as estratégias revolucionárias da esquerda desta parte do planeta, e os desafios que o contexto internacional lhes apresenta. Seguiremos em frente com estes e outros esforços unitários.

* *Declaración de São Paulo*. Secretaria de Assuntos Internacionais do Partido dos Trabalhadores, São Paulo, 1990.

Este Encontro é um primeiro passo de identificação e aproximação aos problemas. Realizaremos um novo Encontro no México, onde continuaremos somando inteligências e vontades à análise permanente que iniciamos, aprofundaremos o debate e tentaremos elaborar propostas consensuais de unidade de ação na luta anti-imperialista e popular. Também promoveremos intercâmbios especializados em torno dos problemas econômicos, políticos, sociais e culturais que a esquerda continental enfrenta.

Constatamos que todas as organizações de esquerda concebemos que o socialismo e a sociedade justa, livre e soberana só podem surgir e sustentar-se na vontade dos povos, baseados em suas raízes históricas. Por isso, manifestamos nossa vontade comum de renovar o pensamento de esquerda e o socialismo, de reafirmar seu caráter emancipador, corrigir concepções errôneas, superar toda expressão de burocracia e toda ausência de uma verdadeira democracia social e de massas. Para nós, a sociedade livre, soberana e justa à qual aspiramos, assim como o socialismo, só pode ser a mais autêntica das democracias e a mais profunda das justiças para os povos. Por isso, rejeitamos toda pretensão de aproveitar a crise da Europa Oriental para estimular a restauração capitalista, anular as conquistas e direitos sociais ou alentar ilusões nas inexistentes bondades do liberalismo e do capitalismo.

Sabemos, pela experiência histórica da sujeição aos regimes capitalistas e ao imperialismo, que as imperiosas carências e os mais graves problemas de nossos povos têm sua raiz nesse sistema, e que não serão resolvidos nele, nem nos sistemas de democracias restritas, tuteladas e até militarizadas impostas em muitos dos nossos países. A saída pela qual nossos povos anseiam não pode ser alheia a profundas transformações impulsionadas pelas massas.

As organizações políticas reunidas em São Paulo encontramos um grande alento para reafirmar nossas concepções e objetivos socialistas, anti-imperialistas e populares no surgimento e desenvolvimento de vastas forças sociais, democráticas e populares no continente, que lutam contra as alternativas do imperialismo e do capitalismo neoliberal, e suas sequelas de sofrimento, miséria, atraso e opressão antidemocrática. Esta realidade confirma a esquerda e o socialismo como alternativas necessárias e emergentes.

A análise das políticas pró-imperialistas e neoliberais aplicadas pela maioria dos governos latino-americanos, por seus trágicos resultados, e a revisão da recente proposta de “integração americana” formulada pelo presidente Bush para direcionar as relações de dominação dos Estados Unidos com a América Latina e o Caribe, reafirmam nossa convicção de que não chegaremos a nada positivo por este caminho.

A recente proposta do presidente norte-americano é uma receita já conhecida, porém maquiada para levar ao engano. Ela significa acabar com o

patrimônio nacional por meio da privatização de empresas públicas estratégicas e rentáveis, em troca de um fundo irrisório ao qual os Estados Unidos aportariam 100 milhões de dólares. Busca a aplicação permanente das nefastas “políticas de ajuste” que levaram a níveis sem precedentes a deterioração da qualidade de vida dos latino-americanos, em troca de uma minúscula e condicionada redução da dívida externa oficial com o governo imperial. A oferta de reduzir a dívida oficial latino-americana com o governo dos Estados Unidos em apenas 7 bilhões de dólares não representa nada para uma América Latina cuja dívida externa total é superior aos 430 bilhões de dólares, se incluirmos a dívida com os bancos comerciais e com os organismos multilaterais. E ainda mais: os 100 milhões de dólares de “subsídios” prometidos aos países que aplicarem reformas neoliberais não chegam nem a 0,5% dos 25 bilhões de dólares que a América Latina transferiu, só em 1989, para o exterior, sob a forma de juros, amortizações e remessa de lucros do capital estrangeiro. O plano Bush pretende abrir completamente nossas economias nacionais à desleal e desigual concorrência com o aparelho econômico imperialista, submeter-nos completamente à sua hegemonia e destruir nossas estruturas produtivas integrando-nos a uma zona de livre comércio, hegemônica e organizada pelos interesses norte-americanos, enquanto eles mantêm uma Lei de Comércio Exterior profundamente restritiva.

Assim, estas propostas são alheias aos genuínos interesses de desenvolvimento econômico e social de nossa região e implicam a restrição de nossas soberanias nacionais e a redução e tutela de nossos direitos democráticos. Na verdade, elas objetivam impedir uma integração autônoma da nossa América Latina, destinada a satisfazer suas mais vitais necessidades.

Conhecemos a verdadeira cara do império. É a que se manifesta no implacável cerco e na renovada agressão contra Cuba e a contra a Revolução Sandinista na Nicarágua, no aberto intervencionismo e apoio ao militarismo em El Salvador, na invasão e ocupação militar norte-americana do Panamá, nos projetos e tentativas de militarizar regiões andinas da América do Sul, com o alibi de lutar contra o “narcoterrorismo”.

Por isso, reafirmamos nossa solidariedade com a revolução socialista de Cuba, que defende firmemente sua soberania e êxitos; com a revolução popular sandinista, que resiste às tentativas de destruir suas conquistas e reagrupa suas forças; com as forças democráticas, populares e revolucionárias salvadorenhas, que impulsionam a desmilitarização e a solução política para a guerra; com o povo panamenho – vítima de invasão e ocupação pelo imperialismo norte-americano, cuja imediata retirada exigimos – e com os povos andinos, que enfrentam a pressão militarista do imperialismo.

Mas também definimos aqui, em contraposição com a promessa de integração sob domínio imperialista, as bases de um novo conceito de unidade e

integração continental. Ele passa pela reafirmação da soberania e da autodeterminação da América Latina e de nossas nações, pela plena recuperação de nossa identidade cultural e histórica e pelo impulso à solidariedade internacionalista de nossos povos. Ele subentende a defesa do patrimônio latino-americano, o fim da evasão e da exportação de capitais do subcontinente, o enfrentamento conjunto e unitário do flagelo da impagável dívida externa e a adoção de políticas econômicas em benefício das maiorias, capazes de combater a situação de miséria em que vivem milhões de latino-americanos. Ele exige, finalmente, um compromisso ativo com a vigência dos direitos humanos e com a democracia e a soberania popular como valores estratégicos, colocando as forças de esquerda, socialistas e progressistas diante do desafio de renovar constantemente seu pensamento e sua ação.

Neste contexto, hoje renovamos nossos projetos de esquerda e socialistas, nosso compromisso é a conquista do pão, da beleza e da alegria, nosso desejo de conquistar a soberania econômica e política de nossos povos e a primazia de valores sociais, baseados na solidariedade. Declaramos nossa plena confiança em nossos povos, que mobilizados, organizados e conscientes forjarão, conquistarão e defenderão um poder que torne realidade a justiça, a democracia e a liberdade verdadeiras.

Aprendemos com os erros cometidos, assim como com as vitórias alcançadas. Armados de um inegociável compromisso com a verdade e com a causa de nossos povos e nações, começamos a andar, certos de que o espaço que agora abrimos o preencheremos junto com as demais agrupações de esquerda latino-americanas e caribenhas com novos esforços de intercâmbio e de unidade de ação como alicerces de uma América Latina livre, justa e soberana.

São Paulo, 4 de julho de 1990.

João Pedro Stedile e Frei Sérgio

*A luta pela terra no Brasil**

O MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra é um dos mais importantes movimentos sociais do Brasil e de toda a América Latina. Sua influência se exerce não só no campo, onde ele organiza lutas e ocupações de terra, mas em todo o país, na medida em que ele aparece como o porta-voz dos excluídos e das vítimas do neoliberalismo. Neste documento, dois “intelectuais orgânicos” do MST traçam as origens e os objetivos do movimento, em uma brochura publicada em 1993. João Pedro Stédile, gaúcho, formado em economia agrária, é um dos fundadores do MST e seu principal porta-voz atual. Sérgio Antônio Gorgen, franciscano, é agente de pastoral ligado à Comissão Pastoral da Terra e assessor do MST no Rio Grande do Sul.

Surgimento do Movimento Sem-Terra

Antes de explicar como nasceu o Movimento Sem-Terra, se poderia perguntar: mas, afinal, quem são os sem-terra? Qualquer pessoa que não seja proprietária de terra pode ser considerada um sem-terra? Na prática, o termo “sem-terra” foi um apelido popular dado a uma classe social que vive no campo, que os sociólogos chamam de camponeses, que trabalham a terra sem ser proprietários dela. Essa classe está dividida em várias categorias sociais de distintos tipos de trabalhadores rurais, conforme o modo como participam na produção. Assim, estão incluídos como “sem-terra” as seguintes categorias:

**Parceiro:* é aquele agricultor que trabalha com sua família, arrenda terra de outro e faz uma parceria; ele entra com trabalho, com ferramentas, às vezes com sementes. E o proprietário com a terra e às vezes com sementes, adubo etc. E na colheita dividem a produção: quando é metade para cada um, são conhecidos como meeiros. Às vezes, o parceiro paga 30% do que colhe ao proprietário e assim por diante. Mas o pagamento é sempre parte do produto colhido. E as divisões e condições são as mais variadas possíveis.

**Arrendatário:* é aquele agricultor que trabalha com sua família e arrenda terra por um preço fixo combinado, que pode ser pago em dinheiro ou em produto. E independente do volume da colheita naquela área.

Existem também grandes arrendatários, que arrendam grandes extensões de terra, para cultivar com máquinas etc. Esses são conhecidos como arrendatários-capitalistas e, obviamente, não são considerados “sem-terra”.

* João Pedro Stedile e Frei Sérgio, *A luta pela terra no Brasil*, São Paulo, Scritta, 1993, p. 25-39.

**Posseiro*: é aquele agricultor que trabalha com sua família numa determinada área, como se fosse sua, mas não possui título de propriedade da terra. Na maioria das vezes a terra é do Estado ou também, sem ele saber, pode ser de um proprietário qualquer. A maior parte dessa categoria encontra-se na região Norte do país, nas regiões de fronteira agrícola.

**Assalariado rural*: é aquele agricultor que não trabalha por conta, apenas vende seus dias de serviço a um fazendeiro qualquer. Existe um grande número de arrendatários, parceiros, pequenos proprietários que, para sobreviver, também se assalariam em algumas épocas do ano. Segundo alguns estudos, uma grande parte dos assalariados, em torno de 60%, deseja possuir terra própria e luta pela reforma agrária.

**Pequeno agricultor*: é aquele agricultor que trabalha com sua família, mas possui uma parcela muito pequena de terra, por exemplo, menos de cinco hectares, e com isso não consegue sobreviver e sustentar sua família. Por isso, almeja mais terra e é considerado também “sem-terra”.

**Filhos de pequenos agricultores*: são aqueles agricultores filhos de pequenos proprietários, que podem possuir até 50 hectares mas que não têm condições de se reproduzir como pequenos proprietários e, portanto, passam a ser sem-terra quando constituem novas famílias.

Somando-se todas essas categorias sociais que compõem os sem-terra, conforme dados oficiais do IBGE, chega-se a 4,8 milhões de famílias de trabalhadores rurais, que são os sem-terra.

História do Movimento Sem-Terra

A história do Movimento Sem-Terra não possui uma data específica de início. Por ser um movimento social, que reúne milhares de trabalhadores rurais, seu surgimento teve várias origens, em vários locais, e sua história é composta pela soma de vários acontecimentos que se desenvolveram especialmente a partir de 1978.

A partir dessa data, aconteceram em vários estados muitas lutas de agricultores sem-terra, que se reuniam, discutiam seus problemas e se organizaram para, de forma coletiva, conquistarem uma área de terra. Assim, multiplicaram-se inúmeras ocupações de terra, em diferentes regiões. Para exemplificar, os fatos mais conhecidos: no Rio Grande do Sul, as primeiras ocupações aconteceram quando cem famílias ocuparam a fazenda Macali, em Ronda Alta e, em seguida, mais 240 famílias ocuparam a fazenda Brilhante. A maioria dessas famílias era oriunda de outro conflito de terras: os índios Kaingang haviam expulsado, de sua reserva de Nonoai, cerca de 1.400 famílias que viviam como posseiros. Parte delas foi para o Mato Grosso, parte foi para as cidades e parte resolveu lutar por terra no Rio Grande do Sul.

Em Santa Catarina, a primeira ocupação aconteceu no município de Campo Erê, na fazenda Burro Branco. No estado de São Paulo, havia um conflito na fazenda Primavera, no município de Andradina, que foi então ocupada por mais de 300 famílias. No Mato Grosso do Sul também proliferaram conflitos, em que os fazendeiros tentavam despejar centenas de famílias que viviam como parceiros nas fazendas e estes mesmos passaram a ocupar as terras.

No Paraná, a origem da retomada da luta pela terra se deveu à construção da Barragem de Itaipu, que inundou as terras de mais de 10 mil famílias na região de fronteira com o Paraguai. A única proposta da Itaipu era a indenização em dinheiro. Muitos aceitavam. Mas um grande número de famílias iniciou então o movimento “Terra Justiça”, em que reivindicavam o pagamento da indenização em terras, no estado do Paraná, e melhores preços por suas benfeitorias e áreas inundadas.

Em outros estados, como Bahia, Rio de Janeiro, Goiás, também aconteceram ocupações de terra, por parte de famílias que se organizaram para isso, juntando centenas de pessoas.

Todas essas lutas foram vitoriosas e conquistaram as terras. No entanto, essas iniciativas eram isoladas. Não havia nenhum contato entre uma ocupação e outra. A partir de 1981, passaram a acontecer encontros entre as lideranças dessas lutas localizadas. Esses encontros eram promovidos pela Comissão Pastoral da Terra. Alguns encontros eram no próprio estado, outros regionais e, finalmente, como resultado dessa articulação das várias lutas que estavam acontecendo, realizou-se em janeiro de 1984, em Cascavel (Paraná), o I Encontro Nacional dos Sem-Terra.

Esse encontro nacional representou a fundação e a organização de um movimento de camponeses sem-terra, em nível nacional, que iria se articular para lutar por terra e pela reforma agrária. Aí nasceu o Movimento Sem-Terra, como uma articulação dos diversos movimentos que estavam acontecendo localizadamente. E foi então batizado como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

A inclusão da expressão “trabalhadores rurais” no nome ajudou a caracterizar bem que se tratava de um movimento de agricultores, de pessoas que trabalhavam na agricultura. No entanto, até hoje existe muita confusão na imprensa, na televisão, na sociedade em geral, especialmente nas cidades, confundindo o movimento dos trabalhadores rurais sem-terra, que ocupam terra para trabalhar, com as ações do movimento sem-terra urbano, que ocupa terrenos para morar, para construir casas. O movimento dos sem-terra urbanos é, na verdade, um movimento popular pela moradia e, em muitos lugares, já existe a denominação mais correta de Movimento dos Sem-Teto.

O Movimento dos Sem-Terra é, portanto, a abreviação mais popular do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, ou seja, de agricultores. E também adota a sigla MST.

Após sua fundação, em 1984, o MST passou a articular-se em diversos estados, realizando o I Congresso Nacional dos Sem-Terra, em Curitiba (Paraná), em 1985, e o II Congresso Nacional, em 1990, em Brasília. O MST reúne hoje 19 estados, especialmente no Sul e no Nordeste, onde estão também concentrados o maior número de trabalhadores rurais sem-terra do país. Mais de 65% dos sem-terra do país vivem nessas regiões.

Determinantes do surgimento do MST

Analisando as circunstâncias históricas em que nasceu e se desenvolveu o Movimento Sem-Terra, percebe-se que sua organização foi determinada por vários fatores da realidade brasileira.

Em primeiro lugar, foram fatores de ordem econômica. Durante a década de 1970, houve grande concentração da propriedade da terra e a expansão da mecanização da lavoura, a utilização dos chamados insumos industriais. Com isso, muitas fazendas que antes utilizavam muita mão de obra na forma de parceria e arrendamento, agora a substituíram por máquinas. E esses trabalhadores foram expulsos da terra. Por outro lado, houve estímulo à monocultura da soja e do algodão, destinados à exportação, e uma redução de cultivos permanentes como o café e, mais tarde, a implantação do Pro-álcool, que trouxeram a redução da mão de obra nessas fazendas.

Em segundo lugar, houve fatores sociais. Até o final da década de 1970, os trabalhadores rurais excluídos na agricultura buscavam duas saídas básicas: a migração para as regiões amazônicas ou o êxodo rural para as cidades. No entanto, a ocupação da fronteira agrícola na Amazônia se revelara inviável e milhares de trabalhadores desistiram, regressaram ou escreveram aos parentes para não irem. A colonização havia fracassado. O atrativo do emprego na cidade também havia acabado, pois o chamado milagre brasileiro da industrialização se esgotou e a crise havia chegado às cidades, causando desemprego.

E houve fatores políticos. O trabalho pastoral da Igreja Católica, por intermédio da CPT, e das pastorais rurais, que passaram a conscientizar os camponeses sobre seus direitos à terra, despertando-os para uma visão da realidade não mais submissa e conformada, como era antes pregado pela Igreja tradicional. Esse trabalho teve uma influência enorme entre os camponeses, na conscientização da necessidade de organização.

Depois, o surgimento de um novo sindicalismo. O sindicato, no interior, era sinônimo de Funrural. Com as greves no ABC e o surgimento de um sindicalismo combativo na cidade, essas ideias chegaram ao campo e se gerou também uma corrente de transformação dos sindicatos de trabalhadores rurais em sindicatos combativos, de luta, que passaram então a estimular e apoiar a luta pela terra.

Finalmente, o processo de abertura democrática e a derrota do regime militar, durante o governo Figueiredo, influenciou decisivamente na possibilidade de os camponeses sem-terra organizarem-se no sindicato e em movimentos, pois perderam o medo da repressão política. A ampliação das liberdades democráticas na sociedade permitiu que se ampliassem e proliferassem novas formas de organização social, antes proibidas e reprimidas.

A conjunção desses vários fatores permitiu então o surgimento de um vigoroso movimento social entre os camponeses sem-terra: o MST.

Objetivos do Movimento Sem-Terra

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra tem, em seus princípios, definidos no encontro nacional de fundação, três grandes objetivos, pelos quais luta: a terra, a reforma agrária e uma sociedade mais justa.

O objetivo de lutar por terra busca atender a uma necessidade econômica de sobrevivência de cada família sem-terra. O “sem-terra” aspira à terra como uma oportunidade de trabalho. Como uma garantia de sobrevivência para ele e para seus filhos. Não visa nem o enriquecimento nem a especulação, com intuito de vendê-la mais adiante, e nem reserva de valor.

Nesse sentido, almeja a terra como forma de sobrevivência econômica, tem um caráter de luta corporativa, sindical. Da mesma forma que quando os operários industriais lutam por melhores salários, lutam apenas por melhorar suas condições de sobrevivência.

Portanto, a motivação primeira do movimento é conseguir resolver o problema econômico, o problema de sobrevivência de milhares de famílias de agricultores, que se encontram sem perspectivas de trabalho e que desejam continuar trabalhando na terra.

O segundo objetivo, que é a reforma agrária, é um objetivo amplo. Entende-se por reforma agrária um conjunto de medidas a serem tomadas pelo governo para alterar a estrutura fundiária do país, e garantir terra a todos os agricultores que quiserem trabalhar. Além disso, medidas complementares de política agrícola, como crédito, preços, assistência técnica, seguro rural etc., necessárias para garantir a viabilidade e a rentabilidade da pequena produção. Logo, lutar por reforma agrária é lutar por mudanças na agricultura brasileira que vão atingir todos os trabalhadores rurais, e não apenas os que estão lutando agora, imediatamente, para resolver seus problemas de sobrevivência. É então um objetivo de maior amplitude, de cunho social, que interessa não somente aos “sem-terra”, mas a todos os trabalhadores rurais, e também aos trabalhadores urbanos, por razões que se verá mais adiante.

Ao lutar por reforma agrária, o movimento adquire uma amplitude social maior do que as reivindicações do campo sindical. Não se restringe apenas a conflitos localizados da luta pela terra.

O terceiro objetivo do Movimento Sem-Terra é lutar por uma sociedade mais justa. Uma sociedade sem explorados e exploradores, como diz sua carta de princípios. Como se vê, esse objetivo tem um claro caráter político, pois está relacionado com a organização da sociedade e com o poder político nela. Como poderia um movimento de camponeses sem-terra incluir um objetivo político entre suas aspirações de classe? A argumentação é simples. A implantação de uma reforma agrária ampla, que realmente faça mudanças na estrutura da propriedade da terra e na forma como está organizada a produção na agricultura, somente acontecerá com mudanças no atual poder político, com importantes mudanças sociais. Uma reforma agrária depende essencialmente de vontade e da força política por parte do governo. E, seguramente, somente será realizada por um governo claramente identificado com os interesses das camadas populares, especialmente os trabalhadores rurais e urbanos.

Dessa forma, lutar por reforma agrária no Brasil é também lutar por mudanças sociais e políticas no país.

Partindo-se da natureza dos três grandes objetivos que o Movimento Sem-Terra possui, pode-se então classificar a natureza do próprio movimento. Muitos estudiosos e jornalistas se perguntam frequentemente: afinal, qual é o caráter do Movimento Sem-Terra? É parte do movimento sindical? É parte do movimento popular? Não seria um partido político camponês disfarçado, já que luta por mudanças sociais? A resposta vem da autodefinição do MST. O MST se considera um movimento social de massas cuja principal base social são os camponeses sem-terra, que tem caráter, ao mesmo tempo, *sindical* (porque luta pela terra para resolver o problema econômico das famílias), *popular* (porque é abrangente, várias categorias participam, e porque luta também por reivindicações populares, especialmente nos assentamentos) e *político* (não no sentido partidário, mas no sentido que quer contribuir para mudanças sociais). A dificuldade em entender seu caráter ocorre porque não se enquadra nas formas tradicionais de classificação de movimentos sociais, reunindo em um só movimento três características complementares: sindical, popular e político.

Exército Zapatista de Libertação Nacional *Primeira declaração da Selva Lacandona**

É no dia 1º de janeiro de 1994 que surge, com um levante armado em Chiapas (sul do México), o Exército Zapatista de Libertação Nacional. Trata-se de uma organização guerrilheira de tipo novo, que combina de maneira inédita e original um marxismo de inspiração guevarista, a tradição cultural das comunidades indígenas maias de Chiapas, e a herança zapatista da Revolução Mexicana de 1911-17. Manifestações populares na capital do México puseram fim à tentativa do governo de esmagar o movimento e, desde então, existe na região uma espécie de “paz armada”, ou “guerra de baixa intensidade”. Este primeiro documento, redigido um pouco antes do levante, mostra a importância que tem para o novo zapatismo a tradição histórica de luta do povo mexicano. O EZLN não se propõe “a tomada do poder”, mas sim a lutar junto com a sociedade civil mexicana para conquistar a justiça e a democracia.

Ao povo do México

Somos produto de 500 anos de luta: primeiro contra a escravidão, na Guerra de Independência contra a Espanha encabeçada pelos insurgentes; depois, para evitar sermos absorvidos pelo expansionismo norte-americano; em seguida, para promulgar nossa Constituição e expulsar o Império francês de nosso solo; depois, a ditadura porfirista nos negou a aplicação justa da Lei de Reforma e o povo se rebelou criando seus próprios líderes; assim surgiram Villa e Zapata, homens pobres como nós, a quem se negou a preparação mais elementar, para assim utilizar-nos como bucha de canhão e saquear as riquezas de nossa pátria, sem importar que estejamos morrendo de fome e de enfermidades curáveis, sem importar que não tenhamos nada, absolutamente nada, nem um teto digno, nem terra, nem trabalho, nem saúde, nem alimentação, nem educação, sem ter direito a eleger livre e democraticamente nossas autoridades, sem independência dos estrangeiros, sem paz nem justiça para nós e nossos filhos.

Porém, nós HOJE DIZEMOS: BASTA!, somos os herdeiros dos verdadeiros formadores de nossa nacionalidade, os despossuídos somos milhões e convocamos a todos os nossos irmãos para que se somem a este chamado como o único caminho para não morrer de fome ante a ambição insaciável de uma

* Exército Zapatista de Libertação Nacional, “Primeira declaração da Selva Lacandona, em Massimo Di Felice e Cristobal Muñoz, *A revolução Invencível*, São Paulo, Boitempo, 1998.

ditadura de mais de 70 anos, encabeçada por uma camarilha de traidores que representam os grupos mais conservadores e vende-pátrias. São os mesmos que se opuseram a Hidalgo e Morelos, os que traíram Vicente Guerrero, são os mesmos que venderam mais da metade de nosso solo ao invasor estrangeiro, são os mesmos que trouxeram um príncipe europeu para nos governar, são os mesmos que formaram a ditadura dos científicos porfiristas, são os mesmos que se opuseram à expropriação petroleira, são os mesmos que massacraram os trabalhadores ferroviários em 1958 e os estudantes em 1968, são os mesmos que hoje nos tiram tudo, absolutamente tudo.

Para evitá-lo, e como nossa última esperança, depois de ter tentado tudo para pôr em prática a legalidade baseada em nossa Carta Magna, recorremos a ela, nossa Constituição, para aplicar o Artigo 39, que diz:

A soberania nacional reside essencial e originalmente no povo. Todo poder público emana do povo e se institui em benefício dele. O povo tem, todo o tempo, o inalienável direito de alterar ou modificar a forma de seu governo.

Portanto, de acordo com nossa Constituição, emitimos a presente *declaração de guerra* ao Exército federal mexicano, pilar básico da ditadura que padecemos, monopolizada pelo partido no poder e encabeçada pelo executivo federal que hoje tem Carlos Salinas de Gortari como seu chefe máximo e ilegítimo.

Em conformidade com esta declaração de guerra pedimos aos outros poderes da nação que restaurarem a legalidade e a estabilidade da nação, depondo o ditador.

Também pedimos aos organismos internacionais e à Cruz Vermelha Internacional que vigiem e regulem os combates que nossas forças travam, protegendo a população civil, pois nós declaramos agora e sempre que estamos sujeitos ao estipulado pelas leis sobre a guerra da Convenção de Genebra, constituindo o EZLN como força beligerante de nossa luta de libertação. Temos o povo mexicano do nosso lado, temos pátria e a bandeira tricolor é amada e respeitada pelos combatentes insurgentes; utilizamos as cores vermelho e negro em nosso uniforme, símbolos do povo trabalhador em suas lutas de greve; nossa bandeira leva as letras EZLN, de Exército Zapatista de Libertação Nacional, e com ela iremos aos combates sempre.

Rechaçamos de antemão qualquer intento de desvirtuar a justa causa de nossa luta, acusando-a de narcotráfico, narcoguerrilha, bandidagem ou outro qualificativo que possam usar nossos inimigos. Nossa luta se apegua ao direito constitucional e é motivada pela justiça e pela igualdade.

Portanto, e conforme esta declaração de guerra, damos às forças militares do EZLN as seguintes ordens:

Primeiro: Avançar em direção à capital do país vencendo o Exército federal mexicano, protegendo em seu avanço libertador a população civil e permitindo aos povos libertados eleger, livre e democraticamente, suas próprias autoridades administrativas.

Segundo: Respeitar a vida dos prisioneiros e entregar os feridos à Cruz Vermelha Internacional.

Terceiro: Iniciar julgamentos sumários de soldados do Exército federal mexicano e da polícia política que tenham recebido cursos e que tenham sido assessorados, treinados ou pagos por estrangeiros, seja dentro da nossa nação seja fora dela, acusados de traição à pátria, e de todos aqueles que roubem ou atentem contra os bens do povo.

Quarto: Formar novas fileiras com todos aqueles mexicanos que manifestem desejo de somar-se à nossa justa luta, incluídos aqueles que, sendo soldados inimigos, se entreguem às nossas forças sem combater e jurem responder às ordens deste Comando Geral do Exército Zapatista de Libertação Nacional.

Quinto: Pedir a rendição incondicional dos quartéis inimigos antes de travar os combates.

Sexto: Suspender o saque de nossas riquezas naturais nos lugares controlados pelo EZLN.

Povo do México: Nós, homens e mulheres íntegros e livres, estamos conscientes de que a guerra que declaramos é uma medida extrema, porém justa. Os ditadores estão aplicando há muitos anos uma guerra genocida não declarada contra nossos povos. Por isso, pedimos sua participação decidida, apoiando este plano do povo mexicano que luta por trabalho, terra, teto, alimentação, saúde, educação, independência, liberdade, democracia, justiça e paz. Declaramos a intenção de não deixar de lutar até conseguirmos o cumprimento destas demandas básicas de nosso povo, formando um governo livre e democrático em nosso país.

Integre-se às forças insurgentes do Exército Zapatista de Libertação Nacional.

Comando Geral do EZLN.

México, Janeiro de 1994.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra *Capitalismo e classes sociais no campo*

Em 1995, o MST publica um programa de reforma agrária, fruto de um trabalho coletivo e de um ano de discussões e debates internos. Participaram de sua redação intelectuais próximos ao movimento e os temas foram discutidos em vários Encontros Estaduais. Na introdução desta brochura, o MST analisa brevemente a estrutura do capitalismo no campo brasileiro e as classes na sociedade rural. Embora o movimento como tal não se reclame de nenhuma doutrina política, é óbvia a influência do marxismo na sua interpretação da realidade econômica e social brasileira.

A realidade do campo brasileiro

I – O desenvolvimento do capitalismo no campo

1. A agricultura brasileira está completamente subordinada à lógica do capital. A busca do lucro como objetivo principal da produção agropecuária trouxe um processo permanente de concentração da propriedade da terra, dos meios de produção (máquinas, armazéns, agroindústrias, comércio, insumos industriais) e da própria produção.
2. O desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira se deu com uma ampla integração entre os diferentes tipos de capital: industrial, financeiro, comercial e agrário. E hoje existe uma total subordinação da agricultura à indústria. A produção agropecuária no Brasil representa apenas 12% do PIB (Produto Interno Bruto) nacional. Mas se considerarmos o valor da produção incluindo todo o setor agroindustrial, chega a aproximadamente 30%.
3. Nas últimas décadas, as classes dominantes e seus governos aplicaram uma política econômica para a agricultura na busca permanente de quatro objetivos básicos: a) produzir para exportar; b) produzir para o mercado interno a preços baixos, com a finalidade de manter baixo o custo da reprodução da força de trabalho, com isso pagar baixos salários aos operários urbanos e garantir uma elevada taxa de lucro; c) liberar mão de obra do campo para a cidade como pressão para baixar os salários; d) produzir matérias-primas baratas para a indústria.
4. O Estado foi o principal agente dessa dinâmica do desenvolvimento capitalista na agricultura na busca dos objetivos da política econômica, nas mudanças induzidas no padrão tecnológico e na alteração das relações sociais no meio rural.
5. O processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira foi e é muito complexo, trazendo consigo três elementos fundamentais:
 - a) um desenvolvimento desigual nos diferentes produtos agrícolas e nas diferen-

tes regiões. Existem muitos e distintos tipos e estágios de desenvolvimento da agricultura espalhados pelas regiões do país. Ressalte-se a concentração e desproporcionalidade que houve no desenvolvimento da produção agropecuária nas regiões Sul e Sudeste;

- b) um processo excludente em que apenas uma minoria foi beneficiada e em que as amplas camadas da população do meio rural foram marginalizadas do processo e dos seus resultados. Um grande contingente teve de migrar para regiões de fronteira agrícola, para as cidades-polo regionais ou grandes centros urbanos (e até países vizinhos);
- c) um processo que convive e reproduz simultaneamente formas de organização da produção e de relações sociais consideradas atrasadas (parceiros, posseiros) e avançadas (assalariamento puro, capital industrial chegando na agricultura).

6. O desenvolvimento da agricultura brasileira está, também, vinculado aos interesses do capital internacional, seja pela presença de grupos econômicos multinacionais, seja pela integração da produção de acordo com a divisão internacional do mercado.

7. A estrutura da propriedade da terra se desenvolveu em dois sentidos: de um lado, cresceram as grandes propriedades, os latifúndios, tanto em número como em extensão da área, e, de outro, cresceu também o número de pequenos estabelecimentos do tipo familiar sem, no entanto, aumentar a área total controlada por eles.

8. A modernização da agricultura deu-se com a permanente concentração da propriedade da terra e teve as seguintes características:

- aumento da mecanização agrícola em todos os níveis;
- utilização de insumos de origem industrial, como adubos químicos, agrotóxicos etc;
- uso do crédito rural para custeio, investimento e comercialização, especialmente para as grandes propriedades e para os produtos que interessavam à política do governo;
- expansão da lavoura de produtos destinados à exportação e sobre a base da monocultura em grandes propriedades;
- produção para o mercado interno feita por médios e, principalmente, por pequenos produtores passou a ser cada vez mais integrada à agroindústria;
- produção de sementes melhoradas, de matrizes animais e desenvolvimento da genética animal e vegetal controladas por grandes empresas, em grande parte, multinacionais;
- implantação de florestas homogêneas (eucalipto, pinus-eliotis, acácia etc..) por parte de grandes empresas industriais com objetivo de produzir para exportação;
- utilização irracional e predatória dos recursos naturais prejudicando a con-

servação do solo e o equilíbrio do meio ambiente e dos recursos naturais disponíveis;

- desenvolvimento do cooperativismo capitalista e empresarial;
- expansão da pecuária extensiva ocupando grandes extensões de terra do país;
- depredação dos recursos naturais, especialmente pelas madeiras; das empresas de pesca nos rios e lagos e das mineradoras;
- urbanização crescente da população brasileira resultante e êxodo rural maciço provocado por esse tipo de desenvolvimento agrícola. Hoje a população rural representa em torno de 20% da população total;
- destruição dos babaçuais, privatização de fundos de pasto, tabuleiros, manguezais, e exploração predatória de áreas antes pertencentes a comunidades.

9. A exploração do trabalho: o processo de desenvolvimento capitalista e de modernização na agricultura brasileira baseou-se, fundamentalmente, no aumento da exploração dos trabalhadores. Os trabalhadores aumentaram a produção da riqueza, de bens e de produtos no meio rural. Mas ficaram com uma parte cada vez menor do resultado de seu trabalho. Isso se pode medir pelo valor dos salários, pelo preço recebido pelo produtor familiar e pela concentração de renda havida no campo.

10. O serviço de assistência técnica e extensão rural patrocinado pelo Estado, por meio do sistema Embrater (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural), foi utilizado nas últimas três décadas unicamente como forma de implementar os produtos e as tecnologias que interessavam ao processo capitalista de exploração da agricultura.

Dessa forma, tanto os pequenos produtores familiares, como os produtos destinados ao mercado interno para consumo popular, sempre estiveram à margem das prioridades da pesquisa agropecuária e da assistência técnica, mantidas pelo Estado.

11. A região Norte, que corresponde à Amazônia legal, possui enorme potencial de desenvolvimento extrativista e agrícola. Abrangendo imensas áreas até hoje não utilizadas e ainda mantidas como terras públicas, essa região representa praticamente a metade do território nacional.

No entanto, pela lógica do modelo adotado, exploraram-se as riquezas da região apenas de forma predatória, explorando a madeira, os recursos naturais, os minérios; disseminando garimpos e destruindo a floresta para implantação de projetos de pecuária extensiva. Sem nenhum proveito para a população local.

Esse modelo comprometeu o equilíbrio da natureza, empobreceu sua população e está impedindo que haja um verdadeiro desenvolvimento da agricultura e de todo potencial da região, que garanta melhorias para as populações que lá vivem: posseiros, povos indígenas, pescadores, ribeirinhos, seringueiros etc.

O resultado dessa política levou mais de 60% da população de cada estado amazônico a viver na capital ou em grandes cidades.

II – *As classes sociais no campo*

12. A burguesia agrária. Os proprietários que controlam a maior parte das terras, da produção agrícola e agroindustrial possuem origem industrial, comercial, financeira e agrária.

Eles são menos de 50 mil proprietários, possuem áreas superiores mil hectares e controlam 50% de todas as terras cadastradas. Dentre essas propriedades destacam-se os grandes latifúndios com mais de 200 mil hectares, as áreas de empresas multinacionais, que superam 30 milhões de hectares, e a existência de 46 grupos econômicos, reunindo 312 empresas, que possuem mais de 3 mil imóveis rurais, totalizando 22 milhões de hectares.

13. Pequena burguesia. Existe uma pequena burguesia agrária que controla parcela significativa da produção agropecuária, representada pelas propriedades com tamanho aproximado de cem a mil hectares. De acordo com a região o tamanho da área pode variar. Segundo os dados estatísticos, essa categoria teria em torno de 500 mil proprietários.

14. Arrendatários capitalistas. Em algumas regiões do país existe uma parte da burguesia rural que são os grandes arrendatários capitalistas. Arrendam grandes extensões de terra e possuem meios de produção, contratando mão de obra assalariada para obterem lucro no cultivo de arroz, soja, cana, pecuária etc. São aproximadamente 30 mil burgueses-arrendatários.

15. A classe dominante. A classe dominante na agricultura, em âmbito nacional, está conformada pela fusão de interesses gerais que dominam toda a economia. O setor burguês que tem interesse apenas na agricultura é minoritário.

Há, no entanto, em muitos municípios, oligarquias rurais, representadas por latifundiários, pecuaristas (da pecuária extensiva) ou comerciantes, que exercem um controle e um domínio total sobre a população local.

16. Os trabalhadores rurais. O processo de desenvolvimento capitalista levou a diversas alterações nas relações sociais no campo. De acordo com o censo de 1985, existem em torno de 23 milhões de trabalhadores no meio rural. Destes, em torno de 5 milhões, classificados como assalariados rurais (permanentes ou temporários), representam 22% do total e podem ser considerados como o “proletariado rural” típico. E os demais 18 milhões de trabalhadores vivem em condições de trabalho familiar, seja como pequenos agricultores proprietários ou posseiros, seja como “sem-terra”, na condição de arrendatários, parceiros ou meeiros.

17. Assalariados rurais. Existem no meio rural brasileiro em torno de 5 milhões de trabalhadores compondo o que seria proletariado rural. Sendo que esse nú-

mero pode aumentar com a incorporação de segmentos de camponeses pobres que, em algumas regiões, se obrigam a se assalariarem temporariamente. Parte desse proletariado rural reside na periferia de grandes cidades ou em povoados e pequenas cidades do interior.

18. Trabalhadores sem-terra e semiproletários. Segundo o censo, existem 4,8 milhões de famílias de trabalhadores rurais que vivem na condição de arrendatários, meeiros, posseiros, e com proprietários com menos de cinco hectares. Vivem uma dupla exploração, pois dependem de seu trabalho e ainda se obrigam a pagar renda (em produto, dinheiro, dias de serviço aos proprietários etc.). Estima-se que esse número de famílias pode representar em torno de 10 milhões de trabalhadores.

19. Camponeses ou pequenos produtores familiares. Existem cerca de 8 milhões de trabalhadores que vivem em pequenos estabelecimentos (de cinco a cem hectares, de acordo com a região) e que trabalham em regime de economia familiar, sendo que sua situação é bastante variável. Em algumas regiões do país, como Norte e Nordeste, se poderia classificá-los majoritariamente como agricultores pobres e, em outras regiões, há um número significativo de agricultores remediados.

Nas regiões Norte e Nordeste, existe um contingente de quase 1,2 milhão de famílias que são posseiras e não possuem regularização da área que ocupam e trabalham.

Na região Sul, há um grande segmento delas que está integrada à agro-indústria do leite, do fumo, da uva, de frutas, de aves e suínos, o que as transforma em mais dependentes e, embora com uma renda maior, enfrentam uma relação social de submissão aos interesses da agroindústria. Esse processo de integração está se ampliando também para outras regiões do país.

20. Urbanização. Em diversos estados, o local de moradia de grande número de trabalhadores rurais se transferiu para as pequenas cidades e periferias de cidades maiores. Existe também um grande número das pequenas cidades do interior que depende exclusivamente da atividade agropecuária, como base de sua economia e do trabalho de sua população.

Por outro lado, percebe-se um aumento das chamadas “favelas rurais” em pequenas cidades ou povoados, onde a população depende do trabalho na agricultura.

21. Tendências das relações sociais no campo. Considera-se que já estão acontecendo as seguintes tendências nas relações sociais no meio rural:

- uma contínua tendência ao êxodo rural, especialmente de jovens, diminuindo o número absoluto de trabalhadores no campo, e diminuindo ainda mais seu peso relativo sobre o total da mão de obra no país. Há, no entanto, algumas regiões do país tipicamente agrícolas, onde os trabalhadores rurais

continuarão sendo a força principal em termos de número e importância na sociedade;

- aumento do assalariamento;
- diminuição na sazonalidade do trabalho agrícola, reduzindo os períodos do ano sem trabalho na agricultura, em função da integração à agroindústria e da diversificação das atividades agropastoris;
- maior integração dos produtores familiares à agroindústria. O mercado interno está praticamente controlado pelas agroindústrias, o que impede o acesso de pequenos produtores autônomos, com exceção de determinados produtos ou em alguns mercados locais.
- maior seletividade e especialização entre os produtores familiares integrados à agroindústria;
- diminuição dos produtores familiares que se dedicam à produção de grãos e outros produtos em que a grande propriedade tem ganho de escala;
- reprodução dos pequenos produtores familiares nas regiões de fronteira agrícola e em regiões onde ainda predomina a produção de subsistência;
- divisão dentro da família entre as atividades agrícolas e o assalariamento na indústria. Nas regiões urbanizadas e industrializadas, parte dos trabalhadores continua morando no meio rural mas se torna assalariada nas indústrias.
- muitas mudanças tecnológicas que levarão a um aumento acelerado na produtividade do trabalho no meio rural.

Subcomandante Marcos
(Exército Zapatista de Libertação Nacional)
Convocação da Conferência Intercontinental contra o
*Neoliberalismo e pela Humanidade**

Muitos dos documentos do EZLN são assinados por seu principal porta-voz, o subcomandante Marcos. Estas pequenas joias da comunicação revolucionária, combinando a lucidez política com o humor, a ironia e a poesia, representam bem o novo estilo político do zapatismo e contribuíram muito para a popularidade do movimento, tanto no México como em escala mundial. Este texto, de janeiro de 1996, é a convocação para uma conferência internacional – também chamada, de forma irônica, “intergaláctica” – contra o neoliberalismo, que teve lugar numa aldeia chamada La Realidad (montanhas de Chiapas), no verão daquele ano. A ampla participação de intelectuais, artistas, sindicalistas, militantes marxistas, ecologistas e libertários de quatro continentes foi um testemunho do impacto internacional do zapatismo. É a primeira vez que uma organização revolucionária latino-americana convoca uma reunião desse tipo, que não se limita à América Latina e ao Terceiro Mundo, mas busca reunir os adversários do neoliberalismo em todo o planeta.

Primeira Declaração de La Realidad

*“Ya he llegado yo, ya estoy aquí presente, yo cantor.
 Gozad en buena hora, vengan hacia acá a presentarse aquellos que
 tienen doliente el corazón.
 Yo elevo mi canto”**.*

Poesia Náhuatl

Aos povos do mundo.

Irmãos:

Nos últimos anos, o poder do dinheiro utilizou uma nova máscara sobre seu rosto criminoso. Acima de fronteiras, sem importar raças ou cores, o poder do dinheiro humilha dignidades, insulta honestidades e assassina esperanças.

* Subcomandante Marcos, “Primera Declaración de La Realidad. México”, 1996, extraído do site do Exército Zapatista de Libertação Nacional. Disponível em: <www.ezln.org.mx>. Acesso em: ago. 2012.

** “Já cheguei, já estou aqui presente, eu cantor./ Regozijem-se em boa hora, venham para cá se apresentar aqueles com o coração dolorido./Eu elevo meu canto.”

Conhecido como “neoliberalismo”, o crime histórico da concentração de privilégios, riquezas e impunidades, democratiza a miséria e o desespero.

Uma nova guerra mundial eclodiu, só que agora ela é contra toda a humanidade. Como em todas as guerras mundiais, busca-se uma nova divisão do mundo.

Esta guerra moderna que assassina e esquece recebe o nome de “globalização”. A nova divisão do mundo consiste em concentrar poder no poder, e miséria na miséria.

A nova divisão do mundo exclui as “minorias”. Indígenas, jovens, mulheres, homossexuais, lésbicas, negros, imigrantes, operários, camponeses; as maiorias que formam os porões mundiais surgem, diante do poder, como minorias prescindíveis. A nova divisão do mundo exclui as maiorias.

O moderno exército de capital financeiro e governos corruptos avança, conquistando da única forma que é capaz: destruindo. A nova divisão do mundo destrói a humanidade.

A nova divisão do mundo só acontece para o dinheiro e seus servidores. Homens, mulheres e máquinas igualam-se na servidão e no ser prescindíveis. A mentira governa e multiplica-se em meios e modos.

Uma nova mentira nos é vendida como história. A mentira da derrota da esperança, a mentira da derrota da dignidade, a mentira da derrota da humanidade. O espelho do poder nos oferece um equilíbrio para a balança: a mentira da vitória do cinismo, a mentira da vitória do servilismo, a mentira da vitória do neoliberalismo.

Em vez de humanidade nos oferecem índices das bolsas de valores, em vez de dignidade nos oferecem globalização da miséria, em vez de esperança nos oferecem o vácuo, em vez de vida nos oferecem a internacional do terror.

Contra a internacional do terror representada pelo neoliberalismo, devemos levantar a internacional da esperança. A unidade, acima de fronteiras, línguas, cores, culturas, sexos, estratégias e pensamentos, de todos os que preferem a humanidade viva.

A internacional da esperança. Não a burocracia da esperança, não a imagem inversa e, portanto, semelhante àquilo que nos aniquila. Não o poder com novo signo ou novas roupas. Um alento sim, o alento da dignidade. Uma flor sim, a flor da esperança. Um canto sim, o canto da vida.

A dignidade é essa pátria sem nacionalidade, esse arco-íris que também é ponte, esse murmúrio do coração sem importar o sangue que o vive, essa rebelde irreverência que burla fronteiras, alfândegas e guerras.

A esperança é essa rebeldia que rejeita o conformismo e a derrota.

A vida é o que nos devem: o direito de governar e de governar-nos, de pensar e agir com uma liberdade que não seja exercida sobre a escravidão de outros, o direito de dar e receber o que é justo.

Por tudo isso, junto àqueles que, acima de fronteiras, raças e cores, compartilham o canto da vida, a luta contra a morte, a flor da esperança e o alento da dignidade...

O Exército Zapatista de Libertação Nacional

Fala...

A todos os que lutam pelos valores humanos de democracia, liberdade e justiça.

A todos os que se esforçam para resistir ao crime mundial chamado “neoliberalismo” e aspiram a que a humanidade e a esperança de ser melhores sejam sinônimos de futuro.

A todos os indivíduos, grupos, movimentos, organizações sociais, cidadãos e políticas, aos sindicatos, às associações de moradores, cooperativas, todas as esquerdas existentes e por existir; organizações não governamentais, grupos de solidariedade com as lutas dos povos do mundo, tribos, intelectuais, indígenas, estudantes, músicos, operários, artistas, professores, camponeses, grupos culturais, movimentos juvenis, meios de comunicação alternativa, ecologistas, colonos, lésbicas, homossexuais, feministas, pacifistas.

A todos os seres humanos sem casa, sem-terra, sem trabalho, sem alimentos, sem saúde, sem educação, sem liberdade, sem independência, sem democracia, sem paz, sem pátria, sem amanhã.

A todos os que, sem importar cores, raças ou fronteiras, fazem da esperança arma e escudo.

Convoco-os para o Primeiro Encontro Intercontinental pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo. [...]

Irmãos: A humanidade vive no peito de todos nós e, como o coração, prefere o lado esquerdo. Devemos encontrá-la, temos de nos encontrar.

Não é preciso conquistar o mundo. Basta fazê-lo de novo. Nós. Hoje.

Democracia!

Liberdade!

Justiça!

Das montanhas do sudeste mexicano,

Pelo Comitê Clandestino Revolucionário Indígena

Comando Geral do Exército Zapatista de Libertação Nacional.

Subcomandante Insurgente Marcos.

México, janeiro de 1996.

Fernando Martinez Heredia

*Contra a cultura da resignação**

Fernando Martinez Heredia é um dos mais importantes e criativos filósofos e ensaístas políticos cubanos. Foi o fundador e principal responsável da revista *Pensamiento Crítico* (1965-71), que publicou autores “heterodoxos” como Herbert Marcuse ou Ernest Mandel, e tentou formular um marxismo cubano e latino-americano em oposição à doutrina estéril difundida pelos manuais soviéticos. Nesta conferência de 1997, ele rende homenagem à memória do Che e busca apontar formas de resistência à ofensiva capitalista atual.

Hoje, o velho problema da entidade e dos limites do melhoramento humano encontra sobretudo respostas negativas ou pessimistas. Tanto nossos antepassados quanto nós formamo-nos nos séculos do “progresso”, essa ideologia burguesa da civilização, que afirma que tudo deve ir sempre para frente. Nós a assumimos ingenuamente, porque ela parecia favorecer a nós, socialistas, como outra redução das capacidades de desenvolver o marxismo no século XX. Quanto aos fundamentos da ação social, permitiam-nos avançar junto aos burgueses – na verdade, sob o seu domínio – até chegar nossa vez, tanto histórica como culturalmente; e quanto aos fundamentos teóricos, colocava-nos ao abrigo da “Ciência” – na verdade, sob o evolucionismo e o positivismo –, para “demonstrar” que tudo progride: do simples ao complexo, do atrasado ao avançado etc. E, naturalmente, tudo isso tornaria as pessoas muito melhores, melhorando também as sociedades. Há algumas décadas pareceu até mesmo que essa ideologia poderia gozar de aceitação geral, quando se declarou que as sociedades mais avançadas ajudariam as menos avançadas a se desenvolverem. Há alguns anos, porém, toda essa ideologia caiu em grande descrédito.

Esta é a situação da qual partimos. Por isso podemos parecer, os que estamos aqui reunidos – embora a cada ano o nosso número seja maior que no ano anterior –, uma pequena minoria que – como se costuma permitir tantas coisas – permite-se acreditar nas utopias, no progresso. Gostaria de fazer uma distinção entre ambas as coisas. Opino que, se perseguimos a utopia, preferimos a via revolucionária, e não a evolutiva; e que isso muda as condições e aumenta as possibilidades de conseguir objetivos ambiciosos quanto ao melhoramento das pessoas e às mudanças das sociedades. Este é o primeiro problema que apresento. Existem muitos obstáculos diante dessa via revolucionária.

* Fernando Martinez Heredia, “Pensador marxista de la praxis”, *América Libre*, n. 12, 1997, p. 7-10.

O primeiro deles é o imenso poder da dominação capitalista nas sociedades atuais, a cultura da dominação. O segundo é o das profundas insuficiências que têm e tiveram as tentativas, as ideias, as visões opostas à dominação. Os movimentos se transformam em organizações, os ideais e os projetos se transformam em organizações e poder, a liberdade se transforma em ordem e plano, as ideias têm de se transformar em atuações. Entre esses pares que enumeramos existem tensões e até mesmo contradições. Como forjar instrumentos eficazes para a libertação que sejam sempre isso, instrumentos a serviço das mudanças libertadoras e das pessoas que lutam pela libertação?

Apesar de todas as insuficiências, retrocessos e derrotas, os movimentos, as ideias e os sentimentos de rebeldia encheram a história humana de experiências, identidades, tradições, representações e projetos que constituem uma acumulação cultural potencialmente muito favorável aos esforços presentes e futuros. Por isso, temos de insistir constantemente em não deixar que nos arrebatem a memória histórica das rebeldias. Justamente por ser tão valiosa é que tentam fazer com que a esqueçamos, tentam manipulá-la ou banalizá-la. Uma recente obra artística propõe: “Que bom era o rapaz fascista, e que bom era o rapaz guerrilheiro antifascista: como os dois eram bons!”.

Os esforços em prol do melhoramento humano sempre estão relacionados à necessidade de mudanças nas sociedades, em suas relações e instituições fundamentais. Sempre que se absolutizou o aspecto do melhoramento humano com relação à luta por mudanças sociais profundas, ocorreram derrotas ou adequações à dominação. Sempre que se absolutizou o aspecto de ter poderes de grupos em nome da mudança social, terminou-se reproduzindo a continuidade dos sistemas de dominação, em nome dos objetivos de libertação. E houve grandes derrotas. Em ambos os casos, porém, as derrotas foram relativas, pela contribuição dos grandes esforços de libertação humana àquela acumulação cultural à qual me referia antes. Parece-me, então, que a única coisa correta é combinar bem ambas as dimensões: as transformações dos indivíduos, das pessoas, e as transformações das sociedades.

Embora o capitalismo predomine em escala mundial, seus próprios processos e as iniciativas e lutas de milhões já provocaram mudanças nas pessoas, tornando-as mais capazes de avançar rumo à libertação, e de representá-la de forma mais adequada. Por exemplo, o lugar das mulheres nas sociedades e as relações de gênero apresentam mudanças muito notáveis; mas, além disso, o dever ser que se aceita neste campo é extraordinário com relação ao que foi conseguido, e isso é muito importante. Os desejos e os projetos de realizar esse dever ser encontram obstáculos na ordem existente.

Em segundo lugar, como resultado de tantas lutas e das reformulações dos poderes existentes, ocorreram mudanças nas relações e nas instituições sociais,

avanços da organização que tiveram de ser reconhecidos. Por exemplo, já é comum entender que o regime democrático com pleno exercício dos direitos humanos e cidadãos é o único legítimo e desejável. Ainda que sua realização prática seja profundamente limitada e mesmo burlada na maioria das sociedades. Não se pode mais, por exemplo, implantar as formas mais ferozes de repressão institucional em nome da segurança nacional. Qualquer um pode perceber que a ordem existente apresenta obstáculos à realização da democracia.

Existe uma imensa acumulação cultural constituída pelas autoidentificações, pelos caminhos percorridos, pelas provações, pelas lutas, pelos radicalismos, pelas revoluções, pelas negociações, pelas derrotas, pelas adequações e retornos progressivos às maneiras de viver e de governar dos dominantes, que não podem mais mandar como antes. Trata-se de uma massa de experiências, sentimentos e ideias que deixam profundas marcas nos indivíduos e grupos humanos, e podem contribuir decisivamente para a formação de novas expectativas compartilhadas por grandes grupos de pessoas. As esperanças, os desejos e os projetos são muito mais fortes se já foram formulados antes, se já existiram.

O capitalismo atual é a chave daquilo que muitos chamam de globalização. Não vou opinar aqui sobre as palavras, embora considere que a discussão sobre a linguagem – e o combate no terreno da linguagem – deve ser básica para o conhecimento social, se este ajudar a encontrar caminhos para vencer o sistema em vigor. A universalização dos processos sociais aprofundou-se e acelerou-se nas últimas décadas, e atualmente tornou-se tangível em todas as partes. O determinante nessa tendência, repito, é o controle que o capitalismo exerce sobre ela. Este conjuga a existência de uma profunda e crescente brecha entre os países centrais e a maioria miserável, depredada, explorada e sem oportunidades do planeta, por um lado, com a presença, praticamente em todos os países, de certo número de processos, relações e instituições típicos do capitalismo desenvolvido.

A homogeneização das condutas, dos consumos desejados e dos valores é induzida em escala mundial pelo capitalismo centralizado. Para sua dominação, é essencial que os indivíduos que estão ativos no chamado Terceiro Mundo persigam os ideais que, de forma abstrata, o Primeiro Mundo lhes formula. E que cada modernização na verdade seja equivalente a uma maior sujeição.

O capitalismo atual parece triunfante, porém carece de razões para se mostrar triunfalista. Conseguiu instituir indivíduos históricos universais – aquela primeira premissa da revolução proletária mundial exposta por Marx em 1846 –, e foi bem-sucedido ao universalizar suas instituições. No entanto, mais do que realizar seu proclamado ideal individualista – a oposição livre e egoísta de todos contra todos –, excluiu uma grande parte de pessoas no mundo inteiro da vida que se considera indispensável. O processo profundamente perverso pelo

qual a liberdade prometida foi transformada em liberalismo tem provocado atualmente nas maiorias uma impotência política e uma falta de defesa social, assim como formas extremas de miséria material e espiritual. A ideia profundamente errônea de que o homem estava destinado à conquista da natureza não pode ser retificada nem mesmo hoje, quando é óbvio que o próprio planeta corre perigo. E isto se deve ao fato de que o lucro capitalista é o motor principal e incomparável do sistema. O capitalismo está enredado no desenvolvimento de sua própria natureza. Essa contradição insolúvel corrói cada vez mais suas capacidades, antes maravilhosas, de renovar suas instituições e propostas.

A antiga e cativante proposta agora está reduzida a uma cultura do medo, da indiferença, da resignação e da fragmentação. O temor ocupa um espaço importante na cultura do capitalismo. O medo de não poder preservar o precário emprego que se tem, o medo da volta de uma ditadura, o medo de não possuir um cartão de crédito e um guarda armado, ou uma casa, um trabalho, um espaço e uma oportunidade de sobreviver. Reina a cultura da indiferença de uns com relação aos outros, assumindo a forma coloquial de um “salve-se quem puder”. A própria ideia da solidariedade parece impraticável. Em amplos setores de populações “civilizadas”, os velhos não encontram outra proteção senão a da morte, como sucede em alguns grupos humanos de vida mais precária do planeta, e em certas espécies animais; e, ao contrário deles, o mesmo é proposto à infância, mediante a esterilização. A cultura da resignação substitui a impossibilidade de legitimar tantas iniquidades mediante as antigas crenças na desigualdade “natural” ou no racismo, a esta altura da história humana. A resignação não desalenta apenas as rebeldias, mas também as mais moderadas exigências sociais e políticas. A cultura da fragmentação ameaça controlar as formas em que se socializam e se admitem as diversidades humanas, para que elas não constituam um enriquecimento social, mas um enfraquecimento dos oprimidos.

A promessa socialista não pôde ser cumprida no mundo, mas o capitalismo de hoje já nem faz promessas. Está sendo realizada uma gigantesca e sistemática guerra cultural em escala mundial, para impor os consensos do medo, da indiferença, da resignação e da fragmentação. E não é por acaso, porque os níveis gerais de consciência, de conhecimentos ou de lucidez que se alcançaram permitem perceber que está em curso uma degradação dos seres humanos, das sociedades e do ambiente.

Temos de ser capazes de ver os sinais de crise. O capitalismo ainda ocupa uma posição muito favorável com relação à formação de movimentos de rebeldia contra ele. Conserva uma extraordinária capacidade de absorver ou desagregar as oposições. Para mudar essa situação, a atividade humana de resistência e de rebeldia tem diante de si o desafio de se tornar capaz.

Existem duas posições, duas respostas, que parecem de oposição ao sistema. Insisto em seu caráter prejudicial e em sua ineficácia. Uma delas é o possibilismo, a adequação relativa, a sujeição rigorosa às regras do jogo da dominação e, até se tornar o paladino das mesmas, a redução ao mínimo possível das diferenças com a ordem em vigor e suas consequências. Esta rendição pode ser dissimulada de diversas maneiras, como a oposição declaratória a algumas das formas que assume o capitalismo, ou erigir-se em consciência moral do sistema. O colaboracionismo de fim de século propõe “novidades”, como a formação de uma aliança de centro-esquerda, na qual tanto o centro como a esquerda deixem de ser o que se pressupõe que foram e fiquem cada vez mais parecidos um com o outro.

A outra posição consiste em se manter dentro do dogma, da seita e da saudade do passado. Permanecer dentro de uma casa – ou de uma caverna –, não sair ao ar livre; eles parecem acreditar: não importa que sejamos poucos e que ninguém nos perceba, mas assim não corremos o risco de perder nossa (suposta) virgindade. O pior é que sua soberba “materialista” ou “proletária” não está presente apenas em clérigos ultrapassados ou interesseiros; também afeta um grande número de companheiros esforçados que querem rejeitar ativamente o capitalismo. Esta posição provoca muita confusão, porque parece ser a oposição verdadeira e radical; entretanto, além de ineficaz, ela favorece a hegemonia da burguesia, que assim exige um “inimigo” tolerado e inócuo. Na verdade, ambas as posições, apesar de terem conteúdos tão opostos, são funcionais com relação à dominação capitalista.

Parece-me então que é imprescindível elaborar e discutir outras posições e formas de ação, elaborar e discutir outros projetos, e que eles estão obrigados a partir da análise mais lúcida e honesta, até mesmo impiedosa e negando falsas ilusões, do existente; e estão obrigados a partir de uma posição de princípios radicalmente anticapitalista. Para esta tarefa, Che Guevara pode ser sumamente importante, se deixarmos de lado apenas sua imagem e assumirmos o seu exemplo. Acredito que Che como exemplo de revolucionário é fundamental, e continuará sendo durante muito tempo. [...]

Apresentarei telegraficamente as características de Che que me parecem que hoje podem constituir contribuições para a utopia de uma sociedade de homens e mulheres novos.

1. Che rompe com o consenso da ordem em vigor. Che é igual a rebeldia. Nas condições atuais, identifica a não rendição, a constância, a intransigência. Faz parte de uma memória histórica daquilo que os seres humanos podem conseguir por meio da luta, e potencializa o significado dessa memória.

2. Che restabelece a continuidade da proposta anticapitalista socialista, uma corrente específica de rebeldia e de ideias cuja história vem do século

XIX até hoje, da qual nenhuma pessoa honesta pode separar Che Guevara. O socialismo revolucionário conta com uma maravilhosa tradição de lutadores e pensadores, de heróis e mártires, de experiências, ideias e projetos; é a corrente que chegou mais longe em realizações práticas anticapitalistas e foi o horizonte mais revolucionário para as lutas de libertação do mundo, vítima da mundialização capitalista. Contra ela foram utilizadas todas as capacidades do sistema: criminalidade, competitividade econômica, recursos políticos, ideológicos, culturais. O Che rebelde que hoje recebe reconhecimento é um combatente e um pensador que viveu e morreu pelas revoluções socialistas de libertação nacional e pelo projeto comunista de vida e de sociedade.

3. Che não pode ser identificado com o passado do socialismo, mas com seu futuro. Os esforços e os projetos maravilhosos do socialismo muitas vezes foram desnaturalizados ou abandonados ao longo do século, esmagados ou recortados pelos mesmos que diziam defendê-los. A própria ideia de socialismo foi golpeada e profundamente desprestigiada na última década. Che foi um herege por seu pensamento e por seus atos – assim como a Revolução Cubana – no mundo dos anos 1960, quando eram os ortodoxos os “especialistas” da revolução e do marxismo. Este fato coloca Che em condições muito favoráveis de bem servir à tarefa urgente de recuperar a herança de lutas e, sobretudo, de recriar e criar o projeto de mudança mais ambicioso.

4. Atualmente, Che nos propõe mais valores que qualquer outra coisa. Ética, entusiasmo, mística, consequência, correspondência entre o dito e o feito, são suas características. Dadas as atuais necessidades fundamentais, e dada a fraqueza organizativa dos anticapitalistas hoje em dia, essa proposta pode ser a mais idônea para avançar.

5. Em seu pensamento e em sua atividade, Che desenvolve muito as relações entre a ação e a vida cotidiana, por um lado, e os objetivos finais que todos têm. É o homem dos “como”, e não apenas das grandes palavras. O homem que entrelaça as grandes frases com as tarefas mais concretas, e relaciona as mediações das tarefas revolucionárias aos princípios gerais que devem regê-las.

6. Che é um pensador marxista da práxis, oposto ao determinismo. Ajuda a fundamentar teoricamente a oposição às formas teorizadas de adequação ao sistema dominante e à resignação como atitude. Ajuda a se opor à espera daquelas que, em outras épocas, eram chamadas “condições objetivas”. Ajuda a fundamentar os papéis da convicção e da atuação, fazendo com que a necessidade de teoria seja viável e eficaz para o movimento revolucionário.

Para terminar, insisto em que as próximas propostas de libertação humana terão de ser muito superiores a todas as que existiram até hoje. E não por excesso de radicalismo, mas simplesmente por necessidade elementar. A contribuição de Che a esse empreendimento grandioso e árduo pode ser decisiva.

Emir Sader

*O poder, cadê o poder?**

O sociólogo, jornalista e ensaísta brasileiro Emir Sader – presidente da Associação Latino-Americana de Sociologia – foi um dos fundadores da organização marxista Política Operária em 1960. Perseguido pela ditadura militar no Brasil, se exilou no Chile na época da Unidade Popular – onde se vinculou ao MIR chileno – e, depois do golpe militar de 1973, em Cuba. Voltando ao Brasil depois da anistia, publicou livros sobre Marx, sobre a Revolução Cubana e sobre os problemas da esquerda brasileira. Seus trabalhos são conhecidos em toda a América Latina e também na Europa, onde foram publicados pela *New Left Review*. Militante (crítico) do Partido dos Trabalhadores, ele propõe neste ensaio uma reflexão inovadora sobre a questão do poder, a partir da experiência chilena que conheceu de perto.

A concepção subjacente à estratégia de poder da Unidade Popular era a de que existiria uma “dualidade de poderes dentro do aparelho de Estado”, conforme explicitou um intelectual comunista naquele momento. Haveria uma situação revolucionária, sem que ela se expressasse em dois poderes externos, mas imbricados um no outro. Isso justificaria a estratégia institucional da Unidade Popular, que evitava qualquer construção de novas bases de poder externas ao aparelho estatal, já que era dentro deste que se gestava o novo Estado. Qualquer tentativa de construção de órgãos de poder popular era caracterizada como divisionista em relação às estruturas sindicais, as únicas admitidas como formas de organização e representação popular além do Congresso.

Ao economicismo se unia um gradualismo institucional que subestimava a correlação de forças real que sustentava o poder burguês. Significativa foi a ação de Allende ao nacionalizar as minas de cobre do país, em mãos de empresas norte-americanas. Num documento bem elaborado, ele conseguiu provar que, pela média das taxas de lucro das empresas de mineração em escala mundial, aquelas empresas haviam obtido um lucro excedente ao longo dos anos no Chile, que, somado, correspondia precisamente à indenização pela expropriação das empresas. A proposta de Allende foi aprovada por unanimidade pelo Congresso chileno, depois de caracterizada como um ato patriótico pelo governo.

A resolução institucional e legal do caso não esgotava o tema. Era necessário preparar o povo e as forças de esquerda para as reações do capital estrangeiro, que não demorariam. Se o governo Allende já havia sido recebido de forma

* Emir Sader, “O poder, cadê o poder? Do Palácio de Inverno ao Palácio do Planalto, passando pelo Palácio de la Moneda” em *O poder, cadê o poder? Ensaios para uma nova esquerda*, São Paulo, Boitempo, 1997, p. 9, 17-21, 30.

extremamente negativa pelo governo dos Estados Unidos – pela então dobradinha Nixon/ Kissinger –, a nacionalização das empresas mineradoras detonou o processo de desestabilização internacional e interna do governo de Allende. A aprovação unânime do Parlamento não significava que a direita – incluída a Democracia Cristã, partido de centro que gradualmente foi selando uma aliança estratégica com a extrema direita – estivesse convencida ou disposta a defender a medida. Sua atitude foi a de não se desmascarar diante da unanimidade popular a favor da medida.

A medida, que parecia confirmar a estratégia da Unidade Popular de cortar o rabo do cachorro pouco a pouco, julgando que ele não se dava conta, é um bom exemplo do que acontece quando se subestimam as múltiplas dimensões das relações de poder, e dele pode-se tirar muitos ensinamentos.

As represálias começaram no plano internacional, com o cerco financeiro ao Chile. Estendiam-se ao plano interno, com o boicote empresarial, provocando o desabastecimento, o mercado negro, o locaute, a hiperinflação, o desemprego e a desestabilização econômica do país. Ao mesmo tempo, entidades norte-americanas, com organismos dentro do Chile, financiavam movimentos grevistas de técnicos e empregados das minas de cobre, de motoristas de caminhão, comerciantes, médicos e outros setores-chave da economia, com a participação direta da Democracia Cristã e de seu sindicalismo de classe média.

O governo Allende, preso à institucionalidade, foi ficando cada vez mais afogado dentro do aparelho de Estado, sem apelar para a construção das bases de um poder alternativo que combinasse as ações do governo com iniciativas populares, e com a transferência crescente de funções estatais boicotadas pelo aparelho para órgãos populares.

O primeiro ano de governo de Allende foi o de maior popularidade. Sem tocar na estrutura produtiva do país, apelando apenas para a capacidade produtiva ociosa, com tabelamento de preços, aumento de salários, reabsorção do desemprego, produziu-se uma reativação econômica de fôlego curto. As empresas responsáveis pela produção para o consumo popular não estavam na lista das empresas estratégicas e o governo não dispunha de nenhum controle sobre elas. Foi aí que o boicote se iniciou, anulando as conquistas populares mediante o desabastecimento, o mercado negro e os aumentos de preços.

Enquanto isso, a grande maioria dos órgãos de imprensa desenvolvia uma crescente campanha de desestabilização do governo, paralelamente às greves mencionadas, ao desabastecimento, ao cerco econômico externo. Allende e seu governo se amarravam à institucionalidade, sem capacidade nem vontade de deslocar o plano dos enfrentamentos para a luta de massas, sem atuar a partir do governo e das mobilizações populares e dos nascentes órgãos de poder popular que os setores mais radicalizados da esquerda incentivavam.

Mesmo quando, esgotada a possibilidade de obter dois terços de votos no Parlamento e assim depor Allende por um golpe branco, os partidos de oposição se lançaram diretamente ao golpe militar, a Unidade Popular não mostrou decisão para mudar o campo principal dos enfrentamentos do plano institucional – em que Allende estava cada vez mais amordaçado – para o da luta de massas.

Uma primeira tentativa de locaute por parte dos grandes empresários – em setembro/outubro de 1972 – foi neutralizada pela resposta dos trabalhadores e dos estudantes, que conseguiram manter as empresas funcionando. Mas o governo não aproveitou para intervir com vigor naquelas empresas e colocá-las sob a direção dos próprios trabalhadores. Quando se deu a primeira tentativa de golpe militar, em junho de 1973, Allende tampouco se valeu dela para colocar na reserva e punir os oficiais golpistas, os mesmos que, dois meses e meio depois, o deporiam.

Os setores mais à esquerda também não souberam superar a alternativa luta institucional *versus* luta revolucionária e a luta desde o governo *versus* luta de massas. A esquerda se dividia, enquanto a direita se unia, na combinação da luta legal com a luta golpista, da luta de dentro do aparelho estatal com a desestabilização levada a cabo por grupos de sabotagem, por greves em setores médios-chaves para a economia e pelo cerco dos meios de comunicação. Essa combinação, que a esquerda não soube levar a cabo, foi realizada com sucesso pela direita.

O poder não é uma coisa

De onde veio o sucesso da direita e o fracasso da esquerda? Da compreensão das relações de poder na sociedade. A esquerda subestimou fatores fundamentais de poder, como o capitalismo internacional, as Forças Armadas e os meios de comunicação, elementos que contaram para o outro campo. E subestimou a força popular, sua capacidade organizativa, criativa, sua possibilidade de construir um novo poder na sociedade, articulado com o poder do governo popular.

Ao pensar as relações de poder centradas exclusivamente nas relações econômicas internas e nas relações políticas institucionais, a esquerda operou um reducionismo que terminou sendo-lhe fatal. Se em parte essa concepção foi influenciada teoricamente pelo auge do estruturalismo althusseriano, para o qual as classes e todos os sujeitos sociais seriam apenas suportes de estruturas sociais, em cuja sobredeterminação residiria o peso decisivo da causalidade social, não foi apenas isso que respondeu pela concepção então predominante na esquerda chilena.

A tradicional orientação dos partidos comunistas estabeleceu o marco geral em que foram definidos a estratégia e o programa da esquerda chilena. O Partido Comunista do Chile – que, junto com o uruguaio, foram os únicos grandes PCs de base operária do continente – era caudatário da visão que o VII

Congresso da Internacional Comunista havia desenhado para os PCs, na sua versão para a periferia do capitalismo.

Duas referências articulavam essa visão: uma, a da tomada do poder, exemplificada de forma restritiva na invasão do Palácio de Inverno, fazendo abstração de todo o processo de crise do poder czarista e da construção de uma alternativa de poder revolucionário; a outra, a estratégia de alianças subordinadas com frações burguesas para, mediante a ocupação gradual de espaços, reverter a natureza mesma da relação de forças e da estrutura do aparelho estatal. Nas duas permanece a mesma concepção do poder como uma coisa a ser conquistada, mediante um golpe, um assalto – a guerra dos movimentos – ou a ocupação gradual – a guerra de posições. Se essa concepção coisificada do poder ficava mais patente nos movimentos insurrecionais, pela própria forma de enunciar sua estratégia de tomada do poder, ela também presidia, embora em código diferente, a concepção institucional de luta pelo poder.

No caso chileno, a expropriação dos grandes meios de produção e a ocupação gradual do aparelho estatal revelavam essa concepção coisificada do poder. No plano econômico, mais do que a propriedade, o fundamental era a apropriação, o controle sobre os movimentos do capital, o desenho de uma nova estratégia de acumulação. Se a nacionalização das minas de cobre era indispensável para esse objetivo, ela poderia assumir a forma de uma propriedade social, compartilhada entre trabalhadores, técnicos, Estado, cooperativas e proprietários privados. A confiança no aparelho de Estado chileno como espaço privilegiado de construção do novo poder levava à estatização e às batalhas pela propriedade estatal das empresas, e não pelo controle dos trabalhadores ou por outras formas de controle ou ainda pelo redirecionamento da circulação do capital.

No plano político, a apropriação do aparelho estatal era confundida com a resolução da questão do poder. A defesa física e simbólica do Palácio de la Moneda por parte de Salvador Allende – que heroicamente resistiu com um fuzil na mão e um capacete de mineiro na cabeça ao bombardeio levado a cabo por aviões e canhões – foi a cena final da concepção que levou o governo popular a ficar cercado dentro do aparelho de Estado, transformado em armadilha: a concepção de que sua tomada seria o objetivo estratégico central do novo poder. Foi subestimada a construção de um novo poder apoiado em novas bases sociais, na articulação dos elos do aparelho estatal – recuperáveis para a estratégia popular – com os novos embriões de poder que surgiam nos bairros, nas fábricas, nas empresas, nos campos, nas escolas, nos meios de comunicação.

O poder é uma relação social, da mesma forma que o capital. A alteração de sua natureza, a construção das bases de um novo poder é, portanto, um processo político, entendido este como síntese das relações econômicas, sociais, institucionais, ideológicas e militares.

[...] Lutamos para construir um novo bloco que, pela primeira vez no Brasil, possa representar diretamente a grande maioria da nossa população. Isso significa, antes de tudo, a união social do povo, em função da qual devem estar as alianças políticas, como expressões dos setores a serem unificados.

Essa plataforma necessita modificar substancialmente as relações de poder que se articulam em torno dos eixos nevrálgicos da sociedade brasileira – a propriedade social da terra, a democracia nos meios de comunicação de massas, a superação da asfixia provocada pelas dívidas interna e externa, entre outros. Em torno dela se requer a mobilização e adesão profunda das amplas majorias do país, para que possam ser enfrentadas as represálias que os setores privilegiados desatarão contra um governo democrático e popular. Essa adesão terá de ser muito maior do que um simples voto, tem de ter a força de quem joga nela o seu destino, a sua dignidade de ser humano, cujo resgate é perseguido como objetivo central pela plataforma democrática e popular.

Por último, nada substitui a disposição de lutar para ganhar, a vontade de derrotar as elites responsáveis pelas injustiças, pela exploração, pela apropriação privada dos bens públicos, pelo abandono de qualquer sentimento de solidariedade social, expressos no encaminhamento acelerado de uma sociedade de *apartheid* cada vez mais configurada entre nós. Ter o direito a triunfar supõe a vontade de triunfar, a disposição ao sacrifício para construir essa imensa força hegemônica dos explorados, oprimidos e humilhados, cuja superioridade social, política e moral é a única garantia de vitória da revolução democrática, sem a qual o poder continuará a ser sinônimo de espoliação, alienação e domínio das minorias.

Leandro Konder

*Ética marxista**

Leandro Konder é um dos mais conhecidos filósofos marxistas brasileiros. Discípulo de Georg Lukacs, com quem manteve correspondência nos anos 1960, contribuiu de forma notável à difusão das ideias do filósofo húngaro no Brasil. Militante do Partido Comunista Brasileiro, abandonou esta organização para se integrar, no curso da década de 1980, ao Partido dos Trabalhadores. É autor de um grande número de livros sobre o pensamento marxista, entre os quais *A derrota da dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil até o começo dos anos 1930*, obra em que analisa com lucidez o papel do positivismo e do stalinismo na ocultação da dimensão dialética da filosofia de Marx no Brasil.

Este ensaio – inédito, aqui em versão parcial – é um dos raros textos desta antologia que não tem por objeto os problemas da realidade latino-americana, mas examina questões gerais do pensamento marxista.

Há em Marx um teórico crítico da política e um teórico crítico da economia que se expressam em textos acessíveis, que vêm sendo lidos com frequência desde o final do século XIX. Mas há também um filósofo original e vigoroso, que desenvolveu uma concepção do sujeito humano, uma concepção da práxis e uma concepção da história que custaram a ser assimiladas e ainda hoje são avaliadas em termos acentuadamente diversos por diferentes intérpretes.

As ideias de Marx sobre a ética estão inseridas no conjunto dessas suas concepções filosóficas que têm se prestado a debates e controvérsias entre seus exegetas. E, de maneira geral, não escaparam às divergências que se manifestaram nas “leituras” feitas tanto por críticos como por autodesignados discípulos (os “marxistas”, entre os quais Marx nunca se incluiu).

Como Marx concebia os valores éticos? Qual a função que ele lhes atribuía? Que papel desempenhavam na história e na ação política?

Com certeza, Marx não era um “moralista”. Para ele, o “moralismo” era uma forma de *ideologia* (termo que na sua obra indicava uma representação distorcida da realidade). Na esteira de Hegel, Marx entendia que o discurso sobre o “dever ser” afastava o sujeito humano de uma correta compreensão das exigências do “ser” e impedia os homens de fundamentarem de modo realista suas opções. Os ideais necessários, adotados pelas pessoas em suas iniciativas, não provinham de uma esfera “exterior” ao ser: eram “momentos” essenciais,

* Leandro Konder. *A derrota da dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil até o começo dos anos 1930*, Inédito, 2000.

inelimináveis, da própria dinâmica do ser. Por isso, Marx dizia que os comunistas não pregavam normas morais.

Essa recusa de pregar moral foi acolhida com uma compreensível desconfiança. Tratava-se, afinal, de uma perspectiva amoral? De uma postura cínica?

Essa interpretação se fortaleceu quando foi associada a uma “leitura” da concepção materialista da história que transformava o processo histórico, tal como Marx o concebia, num “determinismo econômico”. O genro de Marx, Paul Lafargue, marido de Laura, tem uma grande responsabilidade na difusão dessa tese “reducionista”: após a morte do sogro, Lafargue publicou um livro de grande sucesso intitulado precisamente *O determinismo econômico de Karl Marx*.

Outras versões dessa teoria da história que reduzia o movimento da transformação das sociedades a uma consequência direta do desenvolvimento das forças produtivas e das mudanças necessárias das relações de produção (teoria que era atribuída a Marx) podem ser encontradas entre “marxistas” de diversas tendências, como Karl Kautsky e Georg Plekhanov. E aparecem tanto nos escritos de stalinistas como de social-democratas.

Às vezes, o “reducionismo” era temperado com a enérgica valorização das iniciativas políticas dos sujeitos revolucionários, como se vê em Lenin. No entanto, o esquema teórico que associava a dinâmica da economia à intervenção transformadora do partido leninista continuava a excluir qualquer reflexão sobre os valores morais (que eram assimilados e absorvidos pelos valores políticos, determinados pelo partido revolucionário).

Compreende-se, então, que os observadores situados fora do campo “marxista” tenham manifestado com frequência a suspeita (quando não a certeza!) de que a perspectiva de Marx era a de um amoralismo, quer dizer, de um soberano desprezo pelos valores éticos.

Na realidade, contudo, a visão que Marx tinha dos valores éticos não era aquela que lhe atribuíam muitos de seus seguidores e que era combatida por muitos dos seus críticos. Ele não era nem um cínico, nem um utilitarista de esquerda, empenhado em promover uma subordinação imediata dos valores éticos à eventual utilidade política.

Para se entender o que Marx pensa sobre a ética, é necessário recordar algumas das características da sua concepção do homem. A seu ver, o sujeito humano se inventa, numa constante transformação do mundo e de si mesmo. Por sua atividade criadora, ele se expressa e pode ser conhecido, apesar de seu poder de ser surpreendente. A chave para nos conhecermos a nós mesmos, então, seria, segundo Marx, essa atividade: a *práxis*.

A forma original da *práxis*, seu ponto de partida, é o trabalho. O homem se distingue dos animais porque o trabalho humano é teleológico, quer dizer, depende de uma antecipação na consciência dos objetivos a serem alcançados.

Os animais agem instintivamente, guiados por forças naturais. As células que a abelha faz na cera não são previstas e planejadas previamente por ela; as casas construídas pelo arquiteto, contudo, existem em forma de planta antes de serem construídas.

A partir de sua capacidade de prefigurar a meta que deseja alcançar, o sujeito humano produtor passa a enfrentar situações novas na sua atividade cotidiana de produção dos bens essenciais à sua vida. Passa a enfrentar situações que surgem – sempre! – no intervalo entre o momento da antecipação do objetivo e o momento da realização efetiva das ações que o alcançam.

Por isso, o sujeito humano é levado a se defrontar com questões que não podem ser resolvidas apenas instintivamente, com desafios que exigem análises, ponderações e decisões conscientes. Os homens sabem que precisam fazer escolhas e que suas opções comportam riscos. Sentem, então, necessidade de definir critérios confiáveis para lhes proporcionar alguma segurança na hora de decidir o que é mais importante e o que é menos importante para eles. Precisam estabelecer uma hierarquia de preferências. Isto é: *valores*.

Nas formações sociais mais antigas que conhecemos, os valores destinados a regular a conduta dos homens eram determinados pela coletividade e os indivíduos deviam obedecer ao que a coletividade lhes prescrevia. Não é casual que a palavra moral venha do latim *mores* (que significava “os costumes”) e que a palavra ética venha do grego *ethos* (que também significava “os costumes”). Os valores coletivos, obviamente, precederam os valores individuais.

Somente após uma longa e sofrida história, os indivíduos começaram a se tornar relativamente autônomos. A burguesia, como classe, desempenhou um papel decisivo nesse processo. O burguês precisa de espaço para tomar suas iniciativas, para estar no lugar certo na hora exata, onde e quando ele pode comprar mais barato e vender mais caro.

Insurgindo-se contra os sistemas de valores pretensamente fundados em diferenças “naturais”, fixas, eternas, a burguesia lutou por uma sociedade na qual valores novos pudessem se afirmar por meio da competição [...]

A busca dos novos valores se desenvolveu por múltiplos caminhos, paralelamente às experiências práticas que iam sendo feitas no encaminhamento de transformações econômicas e políticas. Até que se chegou a uma forma de organização da sociedade que girava em torno do mercado, um modo de produção baseado na generalização da produção de mercadorias: o *capitalismo*.

Na avaliação feita por Marx, esse processo viabilizou, por um lado, um movimento de autonomização dos indivíduos, cujas consequências são irrevogáveis; e, por outro, ele promoveu uma gravíssima pulverização da comunidade, uma terrível destruição da dimensão comunitária da vida. [...]

O mundo, sob o capitalismo, se tornou um lugar assustador. Uma imensa prisão ao ar livre, nas palavras do marxista Adorno.

Na medida em que tudo tende a virar mercadoria, a ter um preço, a ser vendável, a quantidade invade a esfera da qualidade e os valores intrinsecamente qualitativos deixam de ser reconhecidos. Tudo vai passando a se traduzir em dinheiro. Porém, Marx observa que o dinheiro, equivalente universal na troca das mercadorias, não é e nunca pode ser verdadeiramente um valor, já que ele nos remete sempre a algo que não é ele, a algo que nós podemos comprar com ele.

A redução generalizada de tudo ao dinheiro, portanto, não leva à criação de novos valores, capazes de substituir os antigos valores historicamente envelhecidos e reconhecidos como falsos ou insuficientes. Os velhos princípios éticos não têm mais eficácia porque não existem mais as antigas coletividades que os faziam prevalecer por meio dos costumes. E os novos valores não conseguem se firmar porque não estão em condições de constituir novos *mores*, um novo *ethos*.

Valores que durante muitos séculos serviram de base sólida para princípios que inspiravam respeito aos seres humanos e que, reformulados, repropostos, modificados, sempre ressurgiam, hoje são designados por palavras cujo sentido concreto se tornou vago, nebuloso, para a maioria das pessoas: o que significam hoje termos como “amor”, “solidariedade”, “honestidade”, “sinceridade”, quando os encontramos em discursos de escassa credibilidade?

O próprio conhecimento, como valor, está bastante desgastado. A pressão utilitária que cobra dos conhecimentos serventia imediata torna absurdo o apreço pelo momento gratuito do conhecer pelo gosto de conhecer e faz do momento da busca da verdade pela verdade uma experiência absurda (ou então muitíssimo suspeita).

Vale a pena lembrarmos algo do que se passou com três dos valores mais famosos entre aqueles em que pretendia fundamentar-se a ética burguesa, no período em que a burguesia conquistou a hegemonia na sociedade.

No apogeu da sua criatividade, quando vencida sua batalha mais gloriosa contra o “antigo regime”, na França, a burguesia apoiou um movimento revolucionário cujo lema indicava três valores: *Liberdade, Igualdade e Fraternidade*. O que aconteceu com esses três valores ao longo dos mais de dois séculos que vieram depois?

Sob a bandeira da liberdade, foram alcançados alguns êxitos, sem dúvida preciosos. Contudo, os avanços que se realizaram ficaram restritos a determinados níveis da experiência dos homens e a determinados setores da sociedade. Em muitos aspectos, as liberdades individuais são cantadas em prosa e verso, homenageadas, proclamadas em textos legais, mas não chegam a ser asseguradas na prática. E em vastas regiões do nosso planeta elas

são cotidianamente espezinhadas, pelo autoritarismo, pela intolerância, mas também pela hipocrisia e pela miséria.

A igualdade teve um destino ainda mais decepcionante: passou a ser vista como uma reivindicação suspeita, utopia irrealizável, utilizada por demagogos mal intencionados para explorar o ressentimento dos de “baixo” contra os de “cima”. Há quem a veja como pressão ideológica niveladora, inimiga do franco reconhecimento e da resoluta aceitação das “diferenças”. Enquanto isso, as tensas desigualdades entres classes sociais se agravam. E se aprofunda o fosso entre países ricos e países pobres.

Sobre a fraternidade, então, não se pode dizer nada de animador. Quando não fica reduzida a práticas assistencialistas muito limitadas ou a ações caridosas socialmente inócuas, a fraternidade, como valor, é pura e simplesmente esquecida. É muito difícil convencer as pessoas de que precisam ser solidárias umas com as outras e cultivar relações fraternas num mundo em que é essencial “levar vantagem”, ser um “*winner*”, um vitorioso, embora para isso seja necessário servir-se utilitariamente dos outros, manipulá-los e evitar envolver-se muito com eles.

Os indivíduos que compõem a sociedade burguesa são (e nós somos como eles) criaturas divididas. Querem ser bons, no entanto precisam aprender a ser maus (como se vê na peça *A alma boa de Setsuan*, do poeta marxista Bertolt Brecht). São acometidos de efusões afetivas, porém precisam cultivar um certo calculismo capaz de se infiltrar, gélido, até mesmo na intimidade dos sentimentos amorosos. [...]

Marx construiu suas teorias e desenvolveu sua reflexão com olhar posto nessa paisagem humana e com a preocupação permanente de contrapor ao estado de coisas existente uma alternativa capaz de encaminhar uma solução exequível para a superação dos problemas socioeconômicos, políticos – e éticos – que via à sua volta.

Podemos fazer uma distinção entre o *burguês*, categoria sociológica, proprietário dos grandes meios de produção, e um certo modelo ideal de ser humano, que exerce uma influência maior ou menor, mas em todo caso ineliminável, sobre a sociedade como um todo: o *homem burguês*, o indivíduo que gostaria de ser bom e justo, mas precisa sobretudo ser autônomo, empreendedor e competitivo.

Nós, homens de esquerda, socialistas, questionamos vigorosamente esse modelo, porém nos movemos no interior de uma sociedade e de uma cultura fortemente condicionadas pela hegemonia do ideal do *homem burguês*. Até agora, não fomos capazes de construir uma sociedade alternativa, uma outra realidade social, que nos proporcionaria o chão com base no qual disporíamos de outro modelo concreto e a nossa crítica ultrapassaria as fronteiras que ainda a limitam. Se as experiências socialistas tivessem sido bem-sucedidas, se

um novo modelo de *homem socialista* tivesse frutificado, poderíamos – quem sabe? – avaliar com suficiente radicalidade o *homem burguês* de um ponto de vista efetivamente externo a ele.

Por enquanto, contudo, continuamos numa situação similar à do velho Marx. Curiosamente, o fracasso da União Soviética, a constatação da gravidade dos problemas que se manifestaram nas experiências socialistas até agora e a reabertura de antigas discussões internas do pensamento de esquerda nos reaproximaram de Marx. Nossa crítica da sociedade burguesa continua buscando – tateando! – os caminhos da construção de uma sociedade alternativa mais livre, mais justa, mais fraterna e melhor. Mas pode continuar também – reaproveitando elementos do arsenal do filósofo alemão – a aprofundar sua dimensão filosófica, sua dimensão *ética*.

Isso, de certo modo, já vem sendo feito por alguns pensadores do século XX, que se inspiraram em Marx, e, em vez de repeti-lo, deram passos importantes numa caminhada que os levou a uma reflexão filosófica que traz contribuições novas para o que seria a “ética marxista” (título da exposição que me foi encomendada). É o que podemos ver, por exemplo, em textos de autores ligados à chamada “Escola de Frankfurt”, como Adorno, Horkheimer e Walter Benjamin. Ou em Antonio Gramsci. Ou em alguns escritos de Georg Lukacs.

Creio que o melhor exemplo, para concluir esta minha intervenção, poderia ser o do filósofo marxista tcheco Karel Kosik, que, num ensaio intitulado “A dialética da moral e a moral da dialética”, publicado no volume *Moral e sociedade*, da editora Paz e Terra, em 1969, dizia que era necessário completar a dimensão crítica do marxismo com uma vigorosa dimensão autocrítica. Para Kosik, um marxista precisa evitar a opção tanto por ser uma “Bela alma” como por ser um “Comissário”. A “Bela alma”, para preservar sua pureza ética, para evitar agir mal, deixa de tomar posição, esquiva-se aos riscos da ação. E o “Comissário” quer transformar os homens sem se preocupar em transformar-se a si mesmo: julga-se a própria encarnação da Revolução e age de modo a reduzir os outros a uma postura de aceitação passiva daquilo que lhes prescreve (e que, por definição, está sempre certo).

Creio que esta é uma das ideias mais interessantes da literatura marxista produzida na segunda metade do século a respeito da ética.

Economistas de Esquerda (EDI) da Argentina *Propostas dos Economistas de Esquerda (EDI)**

A Argentina conheceu em fins de 2001 um impressionante movimento popular insurrecional, que derrubou o governo neoliberal do presidente Fernando de la Rúa, e seus sucessores, designados pelo Parlamento. Baseada na mobilização dos *piqueteros* (associações de desempregados) e em assembleias de bairros, esta luta teve como palavra de ordem central *Que se vayan todos!* É neste contexto que surge o grupo dos Economistas de Esquerda – EDI nas iniciais em espanhol –, que reúne marxistas de várias correntes e busca superar as tradicionais divisões e rivalidades sectárias da esquerda argentina, propondo alternativas radicais à desordem capitalista liberal.

O documento de que extraímos as seguintes passagens resume os objetivos e o caráter do grupo, e situa suas propostas numa perspectiva socialista.

O EDI (Economistas de Esquerda – Economistas de Izquierda em espanhol) é “filho dos protestos de dezembro e proclama sua colaboração com todas as organizações populares”, comentou acertadamente uma jornalista¹. Nosso espaço faz parte do conglomerado de organismos surgidos no calor dessa rebelião. Por isso, em uma assembleia de bairro, um vizinho descreveu o EDI como uma “assembleia de economistas”, quer dizer, como um agrupamento gestado no clima de autoconvocação, deliberação ativa e intervenção popular que predominou nos últimos meses.

Nossa peculiaridade foi reunir a preocupação coletiva que existe pela elaboração de um processo econômico capaz de superar a catástrofe social. As proposições do EDI não são elaborações imaginárias de um grupo de especialistas, mas, sim, retomam as reivindicações e propostas de luta discutidas pela população mobilizada. Estes programas expressam um elevado nível de deliberação popular, um nítido movimento à esquerda e uma grande preocupação com a viabilidade das propostas.

Três determinantes

A existência do EDI reflete três processos-chave da situação argentina: a rebelião popular, o descrédito do regime político e a radicalização de amplos setores da população.

* Economistas de Esquerda. *Propostas dos Economistas de Esquerda (EDI)*. Buenos Aires, novembro de 2002

¹ Liliana Moreno, “Esa manía de asociarse”, *Clarín*, 4 de agosto de 2002.

O estado de mobilização que se iniciou em dezembro passado, e que alcançou um novo pico em julho ante o massacre de Avellaneda, não cessou. Para além da intensidade que tiveram as marchas, piquetes, greves e assembleias de bairros, com seus naturais fluxos e refluxos, a luta popular segue no centro do cenário político. Os bloqueios do trânsito em ruas e avenidas, as manifestações de bairros, as greves em setores estatais, as ocupações, as marchas estudantis, as mobilizações democráticas conformam um quadro de irrupção das massas que reverte o retrocesso, o desânimo e a desconfiança na luta que predominou durante grande parte dos anos 1990.

Estas ações se encadeiam com a sequência de revoltas iniciadas em Cultral-Có e em Santiago del Estero. São formas de luta que refletem as mudanças sociais, regionais, de liderança e de formas de organização que emergiram da brutal transformação imposta ao tecido social do país. Esta luta é muito pujante, apesar do contínuo avanço dos capitalistas contra as condições de vida dos trabalhadores. A dramática perda de conquistas ilustra a terrível dureza da batalha em curso.

O segundo traço do momento é o enorme desprestígio do atual sistema de dominação política. A autoridade dos partidos e instituições da classe capitalista está seriamente golpeada e por isso os donos do poder apostam no desânimo e na desmobilização para assegurar a continuidade de seus desprestigiados representantes. Com o objetivo de “ficarem todos”, burlando as exigências populares, recorrem a todo tipo de manobras, fraudes e armadilhas institucionais, sem poder encontrar até agora um substituto do menemismo e da Aliança² que desperte alguma expectativa na população.

Porém, quanto mais perdura a “crise por cima” maior é a erosão das crenças em que se apoiaram os governos causadores da *débâcle* atual. Este impacto na consciência popular constitui o terceiro fator determinante da existência do EDI. A predisposição favorável às ideias dos “economistas de esquerda” provém dessas mudanças.

A população foi sacudida por acontecimentos inimagináveis para a maioria. A expropriação dos pequenos poupadores abalou a confiança nos bancos (máximos guardiães da propriedade privada), o desprezo dos funcionários norte-americanos solapou as ilusões de aceder ao Primeiro Mundo, o isolamento financeiro desmentiu a inconveniência de cessar o pagamento da dívida externa e a deterioração dos serviços privatizados rompeu o mito da eficiência da gestão privada. Além disso, os insultos feitos à Argentina pelo *establishment* internacional ressuscitaram os sentimentos anti-imperialistas. Nesse marco revulsivo encontram eco propostas do EDI que “quatro anos atrás... no clima da época,

² Aliança: coalizão entre a União Cívica Radical (UCR), de centro e liderada por Fernando de la Rúa, e a Frente País Solidário (Frepa), de esquerda e liderada por Carlos Alvarez, para disputar as eleições presidenciais de 1999 na Argentina. De la Rúa foi eleito presidente e Alvarez vice.

com os profetas do neoliberalismo exaltando os benefícios da convertibilidade teriam sido ignoradas”³.

O sentido das propostas

Estes três processos – rebelião, descrédito da classe dominante e movimento da consciência popular – nos impulsionaram, desde a reunião inicial de janeiro, a buscar novos canais de intervenção. Pareceu-nos pertinente colocar em debate um conjunto de propostas que explicam porque somente a adoção de drásticas medidas antiliberais, anti-imperialistas e anticapitalistas permitiria uma saída popular da crise. Optamos pela forma de propostas porque constitui o meio mais apto para ilustrar essas alternativas e porque responde à generalizada demanda popular de encontrar soluções e não somente formular críticas. Esta solicitação é totalmente legítima, já que os desempregados famintos, os trabalhadores superexplorados e a classe média empobrecida necessitam vislumbrar caminhos imediatos de superação da miséria.

Limitar-nos à crítica do presente e ao questionamento dos programas econômicos capitalistas implicaria adotar uma postura passiva ou puramente defensiva. Demonstrar a “inviabilidade” de tal ou qual medida de um governo é útil, sempre e quando expliquemos como nós encararíamos a resolução dos mesmos problemas. Do contrário, a crítica só tem um efeito desmoralizador.

Para superar estas dificuldades, o EDI expõe as bandeiras tradicionais dos socialistas sob a forma de propostas desenvolvidas, a fim de aproveitar a perda de autoridade da direita para ampliar a credibilidade popular na esquerda. Esta ação requer inteligência para expor argumentos e humildade para escutar objeções, porque a maior receptividade em relação a nossas ideias não implica, de maneira alguma, uma adesão maciça.

A experiência de vários meses em discussões públicas e contatos com os meios de comunicação indica que as propostas da esquerda são ouvidas e até mesmo aceitas, porém não adotadas pela maioria. Muitos já reconhecem a necessidade de repudiar a dívida externa, mas desconfiam das consequências dessa decisão. Todos aceitam que se faz imperiosa uma redistribuição de investimentos, porém temem a fuga de capitais. O questionamento das privatizações é generalizado, no entanto o receio em torno da estatização perdura. A fraude dos banqueiros é maciçamente repudiada, porém a proposta de expropriá-los encontra apenas eco limitado.

O clima é propício para a esquerda, mas a batalha mal começou. Os preconceitos antissocialistas estão debilitados, porém não desapareceram.

³ “Una plataforma para la economía de izquierda”, comentário do jornal *Página 12*, de Buenos Aires, em 23 de junho de 2002.

As propostas do EDI apontam a atuar sobre esta realidade, contrapondo nossa plataforma aos fracassos que a população já experimentou com o peronismo e com a Aliança. A partir desse contraste se pode avançar, porém sabendo que uma aprovação coletiva da perspectiva socialista não é um processo simples. Esta opção emergirá se os trabalhadores perceberem que nosso projeto é efetivamente superior e realizável, ou seja, que não é uma variante a mais do mesmo fracasso, mas que tampouco constitui uma utopia inalcançável.

Este avanço político rumo à esquerda obviamente não depende da ação do EDI. Somos apenas um aspecto de um processo que exige a ruptura com a tradição peronista, a superação das ilusões na centro-esquerda e também êxitos dos projetos socialistas em escala internacional. A partir do EDI podemos influir neste movimento, se conseguirmos transcender a mera retórica com explicações do sentido, da viabilidade e da conveniência de uma plataforma de esquerda.

Este é o objetivo central do EDI: contribuir para o desenvolvimento da consciência anticapitalista da população explorada, estabelecendo respostas socialistas às preocupações populares e refletindo sobre seus questionamentos a nossas propostas. Para atuar neste plano é preciso participar, sem nenhum temor nem prevenção, em todos os âmbitos que constituem os centros de atenção popular. Desde as assembleias de bairros até o poder legislativo, desde as reuniões de piquetes, ou as fábricas ocupadas, até os meios de comunicação. Esta participação permite diversificar o microclima que frequentemente se vive em certos âmbitos divorciados do nível real de consciência popular. O EDI pretende contribuir com o estabelecimento de nexos para favorecer a ação de toda a esquerda, popularizando ideias que constituem o fundamento indispensável de um projeto socialista. [...]

Uma iniciativa para toda a esquerda

As propostas do EDI não constituem uma elaboração de tecnocratas. São uma plataforma para avançar na construção de uma força política e social da esquerda que pode governar no futuro. Se apresentamos estas propostas sob a forma positiva de um projeto é porque esta modalidade possibilita sua popularização e colabora para o trabalho de construção de um polo de esquerda.

O EDI não inventa nada. Reúne ideias existentes para promover o nascimento de uma força ainda inexistente. E por isso é um instrumento à disposição de todas as organizações que queiram utilizá-lo para seu próprio desenvolvimento. Longe de nos ofender, nos sentimos lisonjeados quando um partido de esquerda desenvolve sua própria atividade utilizando o nome ou as ideias do EDI. E mais satisfeitos ainda ficamos quando algum dirigente nos cita como sua referência econômica.

O EDI não busca constituir outra sigla para somar rivalidades dentro da esquerda, mas conformar um âmbito de enlace de todas as expressões do socialismo. Por isso também nos alegra que algumas organizações que não concordam com certas propostas do EDI participem de nosso espaço, abrindo um debate fraternal sobre os pontos em discórdia.

O EDI não é a cobertura de nenhuma linha específica do espectro atual da esquerda. Expomos nossas ideias com total sinceridade e sem necessidade nem desejo de ocultar nossos próprios objetivos. Cada vez que algum integrante do EDI quer expressar seu apoio ou sua preferência por algum partido o faz publicamente sem nenhuma vergonha. Mas, como espaço comum trabalhamos a favor de uma construção coletiva da esquerda, porque na Argentina – diferentemente de outros países e de outras situações – não existe hoje uma organização, um partido ou uma frente com a necessária autoridade popular. É necessário construí-lo respeitando o desenvolvimento de todas as gamas intermediárias que aparecem para sustentar este objetivo. E para tanto é preciso evitar as falsas antinomias. Não existe nenhuma contraposição entre o EDI e os partidos de esquerda, como tampouco existe com relação ao vasto número de agrupamentos de bairros, piqueteiros, estabelecimentos geridos por seus trabalhadores, democráticos, comunitários ou sociais.

Nossa intenção é contribuir para superar a destrutiva disputa por anexações, trabalhando pela construção de polos de referência comuns, em um clima de companheirismo e solidariedade. E esta ação de nenhuma maneira supõe a dissolução dos partidos e o silenciamento das diferenças. Somente implica desenvolvê-las em um marco de progresso conjunto.

Porém, como sabemos que é mais fácil declarar este objetivo do que concretizá-lo, temos implementado o espaço do EDI para experimentar uma forma de trabalho unitário. As velhas dificuldades não serão superadas apenas com balanços e exortações. Também é preciso projetar a construção de espaços que ilustrem como seria possível atuar em um centro comum de desenvolvimento da esquerda. O EDI é apenas um laboratório dessa possibilidade.

O sujeito social

Outra pergunta que frequentemente aparece nos debates do EDI é: quem realizará nosso projeto? Qual é o sujeito social desta transformação? A classe operária, os desempregados, o povo?

Nossos dois documentos definem genericamente este papel. Destacamos a existência de uma rebelião popular protagonizada por trabalhadores, explorados e oprimidos e assinalamos que os integrantes do EDI participamos deste

processo. Talvez se devesse buscar uma formulação mais adequada do sujeito social emancipador em uma proposta econômica da esquerda.

O que seguramente não será conveniente incluir é uma definição mais precisa, porque o objetivo do EDI não é obter uma caracterização comum da vanguarda de um processo revolucionário. Esta definição se torna necessária para um partido, porém não para um espaço de aglutinação da esquerda, que busca afirmar a construção de uma referência socialista de massas. O EDI intenta trabalhar em estreito contato com todos os setores ativos da resistência popular, porém não nos corresponde precisar se o eixo fundamental desta batalha são os piqueteiros, os operários das empresas ocupadas, o funcionalismo público.

Esta relativa indefinição não atenta contra o objetivo perseguido pelo EDI, que é favorecer o avanço da consciência anticapitalista popularizando um programa de esquerda. Como ocorre com todas as atividades políticas, o que se diz e o que se silencia depende por completo da contribuição que agregue à maturidade socialista dos trabalhadores. E aqui o essencial é levar em conta o interesse, as preocupações, os níveis de consciência, preconceitos e recusas predominantes entre os explorados e oprimidos. Mais do que recitar uma bíblia de palavras de ordem, é preciso buscar sintonia com a frequência de onda do grosso da população. No EDI observamos que podemos incidir positivamente com um programa econômico, porém não definindo uma estratégia política precisa. Existem vários partidos que estabelecem este rumo e nós colaboramos com todos.

Esta indefinição não converte o EDI em um “espírito sem corpo”. Ao contrário, porque rechaçamos a atitude de interpretar a realidade sem transformá-la é que incitamos a construção de um espaço de elaboração de propostas, no marco da mobilização popular. Ali participamos com nossas ideias, sem pretender transmitir uma verdade revelada, mas sem dissimular tampouco que batalhamos por propostas socialistas que não florescem espontaneamente da sabedoria popular.

O governo e o poder

Que poder implementaria as propostas do EDI? Que tipo de governo? Com que Estado se aplicariam essas medidas? Estas perguntas aparecem reiteradamente em nossas apresentações. Nos documentos que assinamos nos pronunciamos pelo socialismo, explicitando que é um sistema radicalmente oposto e superior ao capitalismo. Esta definição estratégica diferencia nitidamente o EDI dos programas de centro-esquerda, que pretendem edificar um “capitalismo humano” ou omitem por completo a natureza social do regime que alimentam. A maioria dos companheiros que nos escuta visualizou claramente esta delimitação

e, por isso, suas dúvidas invariavelmente giram em torno de como se recoloca o socialismo na atualidade. Responder claramente a esta inquietude é um dos grandes desafios que enfrentamos.

Nos documentos do EDI enfatizamos o aspecto “de transição” de um programa de reivindicações populares, explicando porque sua concretização exige avançar na batalha contra o imperialismo e o capitalismo. Por exemplo, ao analisar o “choque redistributivo” sublinhamos porque sua aplicação hoje na Argentina implica a adoção de medidas de ruptura com o imperialismo (cessar o pagamento da dívida e pôr fim às negociações com o FMI – Fundo Monetário Internacional).

Alguns companheiros pensam que deveríamos diferenciar com maior clareza as conquistas mínimas que podem ser obtidas sob o capitalismo dos objetivos somente alcançáveis por meio do socialismo. Porém, esta separação é muito difícil de estabelecer. Por isso, na proposta do EDI explicamos que uma saída popular da crise exige combinar medidas antiliberais, anti-imperialistas e anticapitalistas, cuja implementação dependerá do nível da revolta popular e da reação das classes dominantes.

Também nos definimos claramente pelo socialismo, quer dizer, a favor de uma sociedade sem exploradores nem explorados. Porém, nesta luta o EDI não define detalhadamente que tipo de governo supõe a aplicação de nossas propostas. Nosso espaço não é o âmbito para decidir qual é o programa de poder adequado na atual conjuntura política. Este tema constitui um dos principais pontos de debate entre os partidos de esquerda, e o EDI não cumpriria sua função de favorecer a construção de um polo de esquerda adotando um pronunciamento exato. Cada passo que adotemos deve apontar para a facilidade de convergência da esquerda em uma construção coletiva. [...]

Cláudio Katz, José Castillo, Andrés Méndez, Alberto Torres,
Guillermo Gigliani, Jorge Marchini, Luis Becerra, Alejandro Fiorito,
Eduardo Lucita, Sergio Arelovich, Eduardo Crespo, Ariel Stein.

Buenos Aires, 19 de novembro de 2002.

(Tradução: Eloisa Aragão)

Rede Brasil de Ecosocialistas

Declaração de princípios

A convergência entre ecologia e socialismo, lutas sociais e defesa do meio ambiente, teve no Brasil um grande precursor na figura de Chico Mendes. Originário do movimento comunista e depois militante do PT, Chico Mendes organizou a Aliança dos Povos da Floresta para combater as políticas de destruição e desmatamento da Amazônia, levadas a cabo por latifundiários, multinacionais do agronegócio e empresas madeireiras. Foi assassinado em 1987 por pistoleiros a serviço dos grandes fazendeiros. Em 2003 se reuniram no Fórum Social Mundial militantes brasileiros de vários estados que fundaram a Rede Brasil de Ecosocialistas, cujo manifesto publicamos aqui em sua íntegra.

A Rede Brasil de Ecosocialistas foi lançada no dia 27 de janeiro de 2003, durante o Fórum Social Mundial. A iniciativa foi discutida durante os dois dias da oficina “A sustentabilidade pelo ecosocialismo”, promovida pelo Centro de Estudos Ambientais (CEA) de Pelotas (RS) e Instituto TERRAZUL de Fortaleza (CE), com a participação de mais de 250 pessoas, de 16 estados brasileiros.

A Rede Brasil de Ecosocialistas não substitui nenhuma organização política e social. Constitui-se por uma articulação de militantes ecosocialistas, que nas diferentes esferas da ação política atuam de acordo com os princípios e a reflexão teórica e programática construída pelo referencial do ecosocialismo.

Declaração de princípios e objetivos da Rede Brasil de Ecosocialistas

Não existe futuro para qualquer pensamento político que não seja ecologicamente sustentável. A crise ecológica é um fenômeno global, que deve ser tratado local e mundialmente com a mesma intensidade. Em sua ofensiva, para transformar tudo em propriedade e mercadoria, o capital patenteia a vida, apropria-se da biodiversidade, quer impor os produtos transgênicos, privatizar, mercantilizar e controlar as reservas florestais e a água.

Entender que a lógica da produção e do consumo capitalistas funciona como se ela mesma fosse o seu próprio objetivo não basta, temos que transpor a barreira do entendimento ortodoxo, objetivado puramente nos termos das antigas vitórias da classe operária e de seu partido, e reconhecer que a pauta ecológica impõe uma nova identificação de atores da cena social e na composição do bloco de forças em torno da aliança operário-camponesa.

A rede de ecossocialistas é formada por mulheres e homens que acreditam que o ambiente não pertence a indivíduos, grupos ou empresas, nem mesmo a uma só espécie. Que lutam para que cada ser humano existente no planeta tenha os mesmos direitos a dispor dos elementos ambientais e sociais de que necessita e que, quando estes forem limitados, ou mesmo insuficientes, a divisão deve ser justa e planejada. Nunca definida por guerras, competição ou outras formas de disputa.

Que compreendem que a humanidade deve limitar e adequar as suas atividades produtivas, respeitando os outros seres e processos de manutenção da vida no planeta. Homens e mulheres que acreditam que o ecossocialismo é a realização do socialismo, livre dos equívocos burocratizantes e centralizadores do chamado socialismo real, e atualizado ao contexto da crise ecológica.

Lutamos por uma sociedade sem a exploração de pessoas sobre pessoas, em que o trabalho vise a libertação e não a alienação humana. Uma sociedade movida por energia de fontes renováveis, em que a produção reaproveite totalmente os materiais utilizados, sem gerar resíduos.

Lutamos por um planeta onde o eterno ciclo natural de extinção e renovação de espécies mantenha-se determinado por ritmos naturais e não mais dentro do ritmo avassalador dos dias de hoje, em que muitas espécies sucumbem com enorme rapidez, por causa das ações da humanidade, que fica cada vez mais sozinha na superfície da Terra. Um planeta habitado por espécies originadas nos processos naturais de criação e mutação naturais, nos quais se insere a humanidade.

Uma sociedade em que todos têm direito básico ao seu território, a um espaço para viver. As superfícies da terra e o espaço ambiental não são objeto de especulação imobiliária ou instrumento de dominação e exclusão. Em que a Terra fica para quem nela trabalha e vive, no campo e na cidade. E falamos de cidades sustentáveis.

Em que as pessoas têm consciência de que toda a produção utiliza elementos ambientais, conhecimentos e estruturas sociais. E que, portanto, parte de produção é de propriedade social e toda pessoa tem direito de acesso aos resultados da produção social, que lhe permita viver em condições dignas.

Uma sociedade que não aceite riscos socioambientais. Que entenda que a inexistência de provas para demonstrar que uma tecnologia é perigosa não basta para a sua aceitação, pois quando surge uma inovação, normalmente ainda não se tem conhecimento dos riscos. Ao contrário, é preciso que a tecnologia prove ser segura e constituir-se em instrumento de melhoria socioambiental da sociedade, em relação ao existente.

Lutamos por um tempo em que a diversidade social é fruto da livre determinação de pessoas e povos. As diferenças culturais, étnicas, de raça, de gênero

e de opção sexual não podem jamais ser instrumento de negação de igualdade de direitos sociais.

Enfim, a rede de ecossocialistas é formada por pessoas que dedicam suas vidas para defender a vida, contra a barbárie e pela paz no planeta.

Porto Alegre, III Fórum Social Mundial, 27 de janeiro de 2003.

Cláudio Katz

*Centro-esquerda, nacionalismo e socialismo**

Claudio Katz (Buenos Aires, 1954) é um economista marxista argentino da nova geração, e um dos animadores do grupo dos Economistas de Esquerda (EDI) de Buenos Aires. É um ativo militante da esquerda socialista e colabora em numerosas revistas, entre as quais o periódico *Inprecor*, publicado pelo Secretariado Unificado da Quarta Internacional. Professor de Ciências Econômicas da Universidade de Buenos Aires, seu último livro é *El porvenir del socialismo* (Buenos Aires, Imago Mundi, 2005).

Globalização e unipolaridade

A ascensão do nacionalismo e da centro-esquerda mudaram o clima intelectual da América do Sul. Já não se discute somente quanto avançou o neoliberalismo, mas também como ele pode ser enfrentado e derrotado. Neste debate, muitos reconhecem que Lula e Kirchner vão por mal caminho. Mas desta constatação emergem outras interrogações: Pode-se fazer outra coisa? A globalização não obriga a esquerda a retirar-se? A ofensiva internacional do capital não limita as transformações possíveis ao marco antiliberal?

Frequentemente se argumenta que as transformações registradas no capitalismo contemporâneo alteraram por completo o cenário latino-americano. E são evidentes os efeitos da revolução informática, da mundialização financeira, da internacionalização produtiva ou da transnacionalização do capital. Porém, a pergunta-chave é como são os impactos dessas mudanças na região. Agravam ou atenuam os problemas históricos? Potencializam ou diminuem o subdesenvolvimento industrial, a dominação financeira e a dependência comercial?

A inusitada gravidade das crises padecidas na última década ilustra em que lugar da globalização a América Latina se situou. O mesmo processo que permitiu a recuperação parcial da taxa de lucro em vários países desenvolvidos precipitou uma brutal polarização social de investimentos e uma grande fratura entre economias prósperas e devastadas. Já é evidente que a América Latina sofre o triplo impacto do empobrecimento, do desfinanciamento e da “primarização” de suas exportações. Porém, a região poderia recuperar certa margem de autonomia para reverter esta regressão?

Os teóricos da centro-esquerda e do nacionalismo respondem positivamente e propõem impelir o surgimento de um modelo capitalista produtivo,

* Publicado em *Inprecor*, abril/maio de 2005.

inclusivo e regionalmente integrado. Este projeto somente computa os nichos que existem para gerir novos negócios, sem registrar os desequilíbrios que essa acumulação gera na periferia. Tampouco nota que o desenvolvimento do capitalismo latino-americano não é suficiente para competir com os centros imperialistas, nem para repetir o curso seguido pelas grandes potências.

Porém, além disso, é muito difícil esclarecer qual é o espaço que efetivamente existe para o modelo econômico de centro-esquerda, porque sua implementação requeriria certas decisões anti-imperialistas ao lado da drástica ruptura com o padrão neoliberal. E como nenhum desses governos parece disposto a tomar esse rumo, o enigma da margem existente para erguer “outro capitalismo” permanece não resolvido. Os novos presidentes simplesmente estreiam com proclamações antiliberais e logo perpetuam o *status quo*. Por isso, a radicalização anticapitalista e a perspectiva socialista constituem a única certeza de bem-estar e progresso. Porém, o aterrador poderio norte-americano não desqualifica esta opção?

Esta preponderância dos Estados Unidos não é um dado novo na zona que padeceu a carga histórica de conformar o “quintal” da principal potência. Todos os intentos de emancipação nacional e social do século XX chocaram-se com essa dominação. E em mais de uma oportunidade se pôde dobrar a um inimigo que parecia invencível. A permanência da Revolução Cubana ao cabo de 40 anos de invasões, embargos e conspirações ilustra esta façanha.

É certo que na última década os Estados Unidos reforçaram seu domínio militar e recuperaram sua primazia econômica e política. Porém, não exercem uma liderança estável porque seus rivais continuam atuando e os povos resistem a sua opressão. O que aconteceu no Iraque revela estes limites do poderio norte-americano. Os *marines* não puderam reduzir o país a um *status* colonial, nem sequer conseguiram apropriar-se do petróleo. No entanto, será preciso ver se Bush redobra a aposta militar ou recorre ao auxílio europeu para negociar algum compromisso na região.

O alcance das guerras preventivas que Bush promove é terrificante. Mas não é preciso aceitar a imagem vitoriosa que os neoconservadores difundem de si mesmos. Esse retrato oculta a grande quebra sociocultural que a agressão direitista gera dentro dos Estados Unidos. A combinação de vários desequilíbrios econômicos (financiamento internacional do déficit fiscal e comercial) e políticos (lutas nacionais contra os ataques imperialistas) desafia a unipolaridade dos Estados Unidos.

URSS e correlação de forças

Existe a impressão de que o desmoronamento da URSS [União das Repúblicas Socialistas Soviéticas] tirou da esquerda um aliado insubstituível.

Porém, esta visão não considera que a burocracia dirigente daquele regime somente colaborava com os governos ou movimentos que coincidiam com suas prioridades estratégicas. Por isso também apoiou ditaduras, sustentou presidentes hostis à esquerda e sobretudo dissuadiu ações revolucionárias. Esta conduta desatou fortes críticas dos próprios líderes cubanos favorecidos pela ajuda soviética.

A América Latina sempre foi para a diplomacia da URSS uma peça de seu xadrez geopolítico com os Estados Unidos. Por isso, o fim da Guerra Fria tem efeitos contraditórios e não puramente negativos sobre a região. Por um lado, generaliza a sensação de maior desproteção (ou menor contrapeso) diante do imperialismo. No entanto, por outro lado, cria as condições para dissipar a identificação popular do socialismo com um regime totalitário que não conservava nenhum traço de sua origem socialista.

Partindo desse balanço, teriam que ser modificados os argumentos da esquerda exclusivamente centrados em diagnósticos “por cima” (relações entre Estados), recuperando a análise do que acontece “por baixo” (desenvolvimento da luta popular e da consciência de classe). Com esta recolocação se pode avaliar com menos preconceitos a atual correlação internacional de forças.

A estimativa mais corrente ignora o curso da confrontação social e somente considera o número de governos progressistas que confrontam os conservadores. Este enfoque preserva a velha “visão de campos” que dividia o mundo em blocos rivais (socialista *versus* capitalista), porém sem poder definir quem integra hoje o campo oposto ao imperialismo. Europa? China? Os países árabes?

A forma adequada de avaliar a correlação de forças é definir quem se situa na ofensiva na batalha que opõe os capitalistas aos trabalhadores. Em termos gerais, a classe dominante mantém esta iniciativa desde o início do neoliberalismo. Porém, muitas águas rolaram desde fins dos anos 1980. A agressão patronal se consolidou nos Estados Unidos e parece retomar forças na Europa, contudo numerosos países estão abalados por levantes populares. E a América Latina ocupa um lugar de vanguarda neste cenário de revoltas.

É errôneo repetir que “as relações de forças são adversas na região”, como se nada tivesse se passado desde os anos 1990. Essa avaliação negativa contradiz até mesmo a própria celebração que se faz dos novos governos de centro-esquerda. É contraditório destacar o recuo dos oprimidos e apresentar ao mesmo tempo a esses regimes como exemplos do avanço popular. A primeira afirmação não é coerente com a segunda. Na realidade, corresponderia assinalar que Lula e Kirchner são variantes de uma dominação capitalista afetada pela perda de iniciativa patronal, que gerou a crise do neoliberalismo.

Adversidades externas e internas

Aqueles que enfatizam a adversidade das relações de força também estimam que seria muito difícil sustentar um triunfo anti-imperialista em algum país da América Latina. E é certo que o isolamento constitui um problema recorrente de todas as revoluções. Porém, Cuba já demonstrou quanto tempo pode se sustentar uma transformação social em condições de terrível fustigação imperialista. A globalização não incorpora obstáculos qualitativos adicionais a estas dificuldades.

É necessário recordar, além disso, que todas as revoluções irromperam em condições desfavoráveis e sobreviveram sem grandes auxílios externos. Sempre debutaram em escala nacional e transformaram com seu exemplo o cenário regional. Em certos momentos arrastaram a mais de um país (América Central nos anos 1980), porém nunca se desenvolveram de forma simultânea. Ainda que esta ausência de sincronização tenha sido um condicionante negativo, o que habitualmente frustrou estes processos foram os freios e os desacertos interiores.

A experiência sandinista confirma que o obstáculo não é externo. Ainda que tenham enfrentado o desgaste da agressão imperialista, seu projeto foi solapado pela conversão dos dirigentes em uma elite de novos ricos que pactuou com a direita a divisão do poder. Passados 25 anos dessa revolução, já não permanece nada da reforma agrária e da alfabetização, em um país atormentado por níveis de pobreza e desigualdade apenas superados pela tragédia haitiana.

No entanto, é preciso deduzir das frustrações dos anos 1980 que o projeto socialista foi sepultado? É correto concluir que não se pode ir além dos ensaios da centro-esquerda e das apostas do nacionalismo? A continuidade do impulso popular para a sublevação contradiz este recuo. A sequência de levantamentos que revolveu vários países (Equador, Bolívia, Argentina) nos últimos anos revela que existe a disposição e a necessidade de encarar transformações anti-imperialistas radicais para reverter a degradação que a América Latina sofre. Os obstáculos para desenvolver estes projetos não se localizam no contexto internacional, mas nos erros (ou traições) que predominam no campo dos lutadores.

O que persiste na região é a dificuldade para iluminar alternativas políticas dos próprios explorados. As classes populares conquistam as ruas durante as greves, os enfrentamentos e as mobilizações, porém entregam seu destino ao inimigo quando devem definir o rumo político de seus países. O maior exemplo atual deste paradoxo é a ascensão ao governo de centro-esquerda, que acompanhou os protestos a partir da base e os dissolve a partir do poder.

Fevereiro 2005

(Tradução: Eloisa Aragão)

Álvaro García Linera

*O desencontro de duas razões revolucionárias: indianismo e marxismo**

Intelectual boliviano de origem mestiça, Álvaro García Linera nasceu em 1962, em Cochabamba, realizou seus estudos de matemática na Universidade Autónoma do México (UNAM). Em 1985 voltou à Bolívia e se tornou um dos fundadores do movimento armado indigenista Tupac Katari (homenagem ao líder de uma rebelião indígena anticolonialista). Preso em 1992, passou cinco anos sem julgamento. Ao sair da prisão retomou sua carreira universitária no ensino da Sociologia, das Ciências da Comunicação e também das Ciências Políticas em diferentes universidades. Durante os anos 1990 tornou-se um dos principais teóricos da identidade indígena como motor dos movimentos sociais. Em 2005 apoiou Evo Morales e foi eleito vice-presidente da República juntamente com o porta-voz dos indígenas, candidato do Movimento ao Socialismo (MAS), tomou posse em 21 de janeiro de 2006. O artigo que publicamos aqui é uma polêmica – causou impacto considerável, não somente na Bolívia – com os conceitos tradicionais da esquerda, que não leva em conta o significado decisivo da questão indígena.

O indianismo dos anos 1990

O terceiro período do novo ciclo indianista pode ser qualificado como estratégia de poder e ocupa os anos finais da década de 1990 e princípio do século XXI. É o momento em que o indianismo deixa de ser uma ideologia que resiste nos resquícios da dominação e se expande como uma concepção proto-hegemônica do mundo, tentando disputar a capacidade de direção cultural e política da sociedade com a ideologia neoliberal que prevaleceu nos últimos 18 anos. De fato, hoje se pode dizer que a concepção do mundo, de corte emancipativo, mais importante e influente na atual vida política do país é o indianismo e é o núcleo discursivo e organizativo do que hoje podemos denominar a “nova esquerda”.

Independentemente de que atores desta reconstrução do eixo político contemporâneo aceitem o denominativo de esquerdas como identidade¹, em

* *“El desencuentro de dos razones revolucionarias. Indianismo y Marxismo”*. Cuadernos del Pensamiento Crítico Latinoamericano, n. 3, Buenos Aires, Clacso, dez. 2007.

¹ O indianismo forte nunca aceitou ser qualificado como de esquerda, pois a esquerda tradicional reproduzia os critérios anti-indígenas e colonialistas das direitas políticas.

termos de classificação sociológica, os movimentos sociais indígenas, em primeiro lugar, e os partidos políticos gerados por eles, criaram uma “relação de antagonismo entre partes contrapostas”² no universo político, representável precisamente por uma dicotomia espacial como o é “esquerdas e direitas”, o que não significa que, como antes, seja uma identidade, pois agora se aproximam mais pela auto-adesão ao indígena (aymaras e quéchuas), ao originário (nações ancestrais) ou ao laboral (o “povo simples e trabalhador” da Coordenação de Águas de Cochabamba).

A base material deste posicionamento histórico do indianismo será a capacidade de sublevação comunitária com a qual comunidades indígenas responderão a um crescente processo de deterioração e decadência das estruturas comunitárias camponesas e dos mecanismos de mobilidade social cidade-campo. Manifesta já desde os anos 1970, as reformas neoliberais da economia incidirão de maneira dramática no sistema de preços do intercâmbio urbano-rural. Com o estancamento da produtividade agrária tradicional e da abertura da livre importação de produtos, os termos do intercâmbio costumeiramente desfavoráveis para a economia camponesa se agravarão drasticamente³ comprimindo a capacidade de compra, de poupança e de consumo das famílias camponesas. A isso se somará um estreitamento do mercado de trabalho urbano e uma queda no nível de renda das escassas atividades laborais urbanas com as que famílias camponesas periodicamente complementam sua renda. Isto restringe a complementação de trabalho urbano-rural com a que as famílias camponesas esboçam suas estratégias de reprodução coletiva.

Bloqueados os mecanismos de mobilidade social das comunidades, internos e externos, com uma migração acelerada para as cidades nos últimos anos, mas com uma ampliação da migração de dupla residência daquelas populações pertencentes a zonas rurais com condições de relativa sustentação produtiva (que em longo prazo serão as zonas de maior mobilização indígena camponesa), o ponto de início das sublevações e de expansão da ideologia indianista se dará no momento em que as reformas de liberalização da economia afetem as condições básicas de reprodução das estruturas comunitárias agrárias e semi-urbanas (água e terra). Diferentemente do que foi estudado por Pierre Bourdieu na Argélia⁴ onde a deterioração da sociedade tradicional deu lugar a um subproletariado desorganizado, emaranhado em redes clientelistas e carente de autonomia política, na Bolívia a deterioração crescente da estrutura econômica tradicional da sociedade rural urbana vem dando lugar a um fortalecimento dos laços

² Norberto Bobbio, *Derecha e izquierda*, Espanha, Taurus, 1998.

³ Mamerto Pérez, *Apertura comercial y sector agrícola campesino*, La Paz, Cella, 2004.

⁴ Pierre Bourdieu, *Algérie 60. Structures économiques et structures temporelles*, Paris, Les Editions de Minuit, 1977.

comunitários como mecanismos de segurança primária e reprodução coletiva. No meio disso – e do esvaziamento ideológico provocado por essa ausência de futuro modernizante –, que a ideologia indianista pôde se expandir e ser capaz de oferecer uma explicação do drama coletivo, precisamente a partir da articulação política das experiências cotidianas de exclusão social, discriminação étnica e memória social comunitária de camponeses índios deixados à sua sorte por um Estado empresário, dedicado exclusivamente a potencializar os diminutos enclaves de modernidade transnacionalizada da economia. A politização que o indianismo fará da cultura, do idioma, da história e da cor da pele – elementos utilizados precisamente pela “modernidade” urbana para bloquear e legitimar a restrição dos mecanismos de inclusão e de mobilidade social – serão os componentes palpáveis de uma ideologia comunitarista de emancipação que rapidamente desgastará a ideologia neoliberal, que naquele momento já causava frustrações provocadas pela excessiva inflação de ofertas que fez no momento de sua implantação. Paralelamente, esse indianismo propiciará a coesão de uma força de massa mobilizável, insurrecional e eleitoral, politizando o campo político discursivo e consolidando-se como uma ideologia com projeção estatal.

Esse indianismo, como estratégia de poder, atualmente apresenta duas vertentes: uma de corte moderado (MAS-IPSP) e outra radical (MIP-CSUTCB). A vertente moderada se articula em torno dos sindicatos camponeses do Chapare, que enfrentam as políticas de erradicação dos *cocaleros*. Sobre um discurso campesinista que nos últimos anos vem adquirindo conotações mais étnicas, os sindicatos *cocaleros* têm conseguido estabelecer um leque de alianças flexíveis e plurais em função de um “instrumento político” eleitoral que tem permitido aos sindicatos, especialmente agrários, ocupar postos de governo local e uma brigada parlamentar significativa. Ao reivindicar um projeto de inclusão dos povos indígenas nas estruturas de poder com maior ênfase em uma postura anti-imperialista, tal vertente pode ser definida como indianista de esquerda por sua capacidade de recolher a memória nacional popular, marxista e de esquerda formada nas décadas anteriores, o que lhe tem permitido uma maior receptividade urbana, multissetorial e plurirregional à sua convocatória, fazendo dela a principal força político-parlamentar da esquerda e a principal força eleitoral do país, em âmbito municipal.

Por outro lado, a corrente indianista radical defende um projeto de indianização total das estruturas de poder político, pelo qual, segundo suas lideranças, as formas de inclusão no Estado deverão ser negociadas pelos “mestiços”, na qualidade de minorias incorporadas em condições de igualdade política e cultural às maiorias indígenas. Ainda que a temática camponesa sempre esteja no repertório discursivo desse indianismo, todos os elementos reivindicativos

estão ordenados e direcionados pela identidade étnica (“nações originárias aymaras e quéchuas”). Trata-se, portanto, de uma proposta política que se enlaça diretamente com o núcleo duro do pensamento indianista do período formativo (Reinaga), herdando assim a crítica à velha esquerda marxista e à sua cultura que ainda influencia passivamente setores sociais urbanos mestiços. Essa corrente se consolidou apenas num âmbito estritamente aymara, urbano-rural, pelo que pode ser considerada como um tipo de indianismo nacional aymara.

Apesar de suas notáveis diferenças e enfrentamentos, ambas correntes compartilham trajetórias políticas similares:

- a) Têm como base social organizativa os sindicatos e comunidades agrárias indígenas.
- b) Os “partidos” ou “instrumentos políticos” parlamentares são resultado de coalizões negociadas de sindicatos camponeses e, no caso do MAS, urbano-populares, que se unem para conquistar representações parlamentares, com a qual a tríade “sindicato-massa-partido”, tão peculiar à antiga esquerda, é deixada de lado por uma leitura do “partido” como prolongamento parlamentar do sindicato.
- c) Sua liderança e grande parte de sua intelectualidade e de sua direção (no MIP, particularmente), são indígenas aymaras ou quéchuas e produtores diretos, com o que a incursão na política assume a forma de uma autorrepresentação de classe e étnica, simultaneamente.
- d) A identidade étnica, integracionista em alguns casos ou autodeterminada em outros, é a base discursiva do projeto político com o qual enfrentam o Estado e interpelam o restante da sociedade, inclusive o mundo operário assalariado.
- e) Embora a democracia seja um cenário de expressão de suas reivindicações, há uma proposta de ampliar e tornar mais complexa essa democracia, a partir do exercício de lógicas organizativas não liberais e da postulação de um projeto de poder em torno de um tipo de co-governo de nações e povos.

O que resta saber é se essas diferentes manifestações do pensamento indianista se tornarão uma concepção do mundo que se constitui como uma concepção dominante de Estado, ou se – como parece insinuar-se pelas debilidades organizativas, erros políticos e fracionamentos internos das coletividades que o reivindicam –, será uma ideologia de alguns atores políticos que apenas regularão os excessos de uma soberania estatal exercida pelos sujeitos políticos e classes sociais que costumeiramente têm ocupado o poder.

Por último, no que se refere à nova relação entre esses indianismos e o marxismo, diferentemente do que acontecia em décadas anteriores, em que a existência de um vigoroso movimento operário estava acompanhada de uma incipiente mas estendida cultura marxista, hoje, ao contrário, o vigoroso

movimento social e político indígena não tem uma ampla produção intelectual e cultural marxista. O antigo marxismo institucional não é significativo nem política nem intelectualmente e o novo marxismo crítico, proveniente de uma nova geração intelectual, tem uma influência reduzida e círculos de elaboração ainda limitados. Contudo, não deixa de ser significativo que este movimento cultural e político indianista não venha acompanhado de uma vigorosa intelectualidade letrada indígena e indianista. Embora o indianismo atual tenha uma crescente intelectualidade prática nos âmbitos de direção de sindicatos, comunidades e federações agrárias e vicinais, o movimento carece de uma intelectualidade letrada própria e de horizontes mais estratégicos. O grupo social indígena que poderia desempenhar esse papel ainda se encontra adormecido pelo impacto da cooptação geral de quadros indígenas pelo Estado neoliberal, da década de 1990. E, curiosamente, é precisamente parte desses pequenos núcleos de marxistas críticos que, com acurada reflexão, vem acompanhando, registrando e difundindo um novo ciclo do horizonte indianista, inaugurando assim a possibilidade de um espaço de comunicação e enriquecimento mútuo entre indianismos e marxismos, que serão provavelmente as mais importantes concepções emancipadoras da sociedade, na Bolívia do século XXI.

(Tradução: Maria Almeida Stedile)

Leonardo Boff

*Crise terminal do capitalismo?**

Um dos mais conhecidos e respeitados teólogos da libertação do Brasil e da América Latina, Leonardo Boff foi um dos primeiros, nos anos 1970, a integrar elementos do pensamento marxista em sua reflexão teológica de alto nível, fundamentada em anos de estudos na Europa e na tradição da ordem franciscana à que pertencia. Seus escritos, divulgados pelos agentes de pastoral, exerceram uma grande influência nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Seu livro *Igreja, carisma e poder* (1982), criticando o poder absoluto da Igreja-instituição, teve um impacto no mundo inteiro e foi condenado pelas autoridades vaticanas. Convocado à Roma pelo cardeal Ratzinger (o atual papa Bento XVI), presidente da Congregação para a Doutrina da Fé, e finalmente condenado a um período de “silêncio penitencial”, Boff não abandonou nenhuma de suas convicções e acabou saindo da Igreja. Nos últimos anos, sua reflexão tem se orientado num sentido ético e espiritualista, que combina a crítica marxista do capitalismo com uma perspectiva ecológica ampla. O documento aqui publicado testemunha a condenação profética do sistema e da simpatia de seu autor pelos movimentos de “indignados”. Praticamente todos os documentos desta antologia se referem à América Latina, mas evidentemente não se pode separar o destino deste continente do resto do planeta. Por isso escolhemos, de forma excepcional, este documento “universal” do autor.

Tenho sustentado que a crise atual do capitalismo é mais que conjuntural e estrutural. É terminal. Chegou ao fim o gênio do capitalismo de sempre adaptar-se a qualquer circunstância. Estou consciente de que são poucos que representam tal tese. No entanto, duas razões me levam a esta interpretação.

A primeira é a seguinte: a crise é terminal porque todos nós, mas particularmente, o capitalismo, encostamos nos limites da Terra. Ocupamos, depredando todo o planeta, desfazendo seu sutil equilíbrio e exaurindo excessivamente seus bens e serviços a ponto de ele não conseguir, sozinho, repor o que lhes foi sequestrado. Já em meados do século XIX, Karl Marx escreveu profeticamente que a tendência do capital ia na direção de destruir as duas fontes de sua riqueza e reprodução: a natureza e o trabalho. É o que está ocorrendo.

A natureza, efetivamente, se encontra sob grave estresse, como nunca esteve antes, pelo menos no último século, abstraindo das 15 grandes dizimações que

* O artigo foi publicado originalmente no portal <www.cartamaior.com.br>, em 28 de junho de 2011.

conheceu em sua história de mais de 4 bilhões de anos. Os eventos extremos verificáveis em todas as regiões e as mudanças climáticas tendendo a um crescente aquecimento global falam em favor da tese de Marx. Como o capitalismo vai se reproduzir sem a natureza? Deu com a cara num limite intransponível.

O trabalho está sendo por ele precarizado ou prescindido. Há grande desenvolvimento sem trabalho. O aparelho produtivo informatizado e robotizado produz mais e melhor, com quase nenhum trabalho. A consequência direta é o desemprego estrutural. Milhões nunca mais vão ingressar no mundo do trabalho, sequer no exército de reserva. O trabalho, da dependência do capital, passou à prescindência. Na Espanha o desemprego atinge 20% no geral e 45% entre os jovens. Em Portugal 12% no país e 30% entre os jovens. Isso significa grave crise social, assolando neste momento a Grécia.

Sacrifica-se toda uma sociedade em nome de uma economia, feita não para atender as demandas humanas mas para pagar a dívida com bancos e com o sistema financeiro. Marx tem razão: o trabalho explorado já não é mais fonte de riqueza. É a máquina.

A segunda razão está ligada à crise humanitária que o capitalismo está gerando. Antes se restringia aos países periféricos. Hoje é global e atingiu os países centrais. Não se pode resolver a questão econômica desmontando a sociedade. As vítimas, entrelaçadas por novas avenidas de comunicação, resistem, se rebelam e ameaçam a ordem vigente. Mais e mais pessoas, especialmente jovens, não estão aceitando a lógica perversa da economia política capitalista: a ditadura das finanças que via mercado submete os Estados aos seus interesses e o rentismo dos capitais especulativos que circulam de bolsas em bolsas, auferindo ganhos sem produzir absolutamente nada a não ser mais dinheiro para seus rentistas.

Mas foi o próprio sistema do capital que criou o veneno que o pode matar: ao exigir dos trabalhadores uma formação técnica cada vez mais aprimorada para estar à altura do crescimento acelerado e de maior competitividade, involuntariamente criou pessoas que pensam. Estas, lentamente, vão descobrindo a perversidade do sistema que esfola as pessoas em nome da acumulação meramente material, que se mostra sem coração ao exigir mais e mais eficiência a ponto de levar os trabalhadores ao estresse profundo, ao desespero e, não raro, ao suicídio, como ocorre em vários países e também no Brasil.

As ruas de vários países europeus e árabes, os “indignados” que enchem as praças de Espanha e da Grécia são manifestação de revolta contra o sistema político vigente a reboque do mercado e da lógica do capital. Os jovens espanhóis gritam: “Não é crise, é ladroagem”. Os ladrões estão refestelados em Wall Street, no FMI e no Banco Central Europeu, quer dizer, são os sumo-sacerdotes do capital globalizado e explorador. O mesmo ocorre nos EUA com “Ocupar Wall Street” contra a ganância do capital e a desigualdade social.

Ao agravar-se a crise, crescerão as multidões pelo mundo afora, aqueles que não aguentam mais as consequências da superexploração de suas vidas e da vida da Terra e se rebelam contra este sistema econômico, que faz o que bem entende e agora agoniza, não por envelhecimento, mas sob a força do veneno e das contradições que criou, castigando a Mãe Terra e penalizando a vida de seus filhos e filhas.

Néstor Kohan

Simon Bolívar e o guevarismo bolivariano

Nesta antologia, o militante guevarista argentino Néstor Kohan representa a nova geração do marxismo latino-americano. Investigador da Universidade de Buenos Aires (UBA), escreveu mais de quinze livros de teoria e história do marxismo. Vários de seus trabalhos de pedagogia popular têm se transformado em historietas, quadrinhos e programas de televisão. Desde de 1997 tem estimulado, em diversos países, a formação de Cátedras Livres “Ernesto Che Guevara”, tanto em universidades populares como em fábricas recuperadas e escolas de bairros. Kohan colabora com a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), do MST do Brasil, e com muitas outras escolas de formação política do continente. O documento que publicamos aqui é uma reflexão sobre a herança de Simón Bolívar e sua atualidade na América Latina, pela perspectiva de um “guevarismo bolivariano” do século XXI. Entre suas recentes publicações estão *Nuestro Marx* (Caracas, Misión Conciencia, 2011) e *“En la selva” (Los estudios desconocidos del Che Guevara. A propósito de sus Cuadernos de lectura de Bolivia)* (Caracas, Misión Conciencia, 2011).

A nação latino-americana, “um só país, a Pátria Grande”, como era denominada pelo libertador Simón Bolívar [1783-1830], é ainda hoje, dois séculos depois, um projeto inconcluso, pendente e para o futuro.

Retomar esse projeto nos permitiria tirar do foco os falsos dilemas que polarizam o debate com os falsos termos de globalização desterritorializada *versus* nacionalismo estreito e provinciano. Cosmopolitismo falsamente universal (que em realidade generaliza como “universal” valores e culturas típicas exclusivas do *american way life*) *versus* fundamentalismos paroquiais (quanto mais frágeis, mais intolerantes).

O projeto político que impulsionou Simón Bolívar nas lutas de independência era mais complexo, rico e radical do que essa ideia inconsistente, amorfa, vagamente humanitarista e absolutamente genérica, muito ao gosto do pensamento “politicamente correto” de nossos dias, ao estilo das ONGs europeias ou norte-americanas, inclusive da Unesco. Bolívar pensava seus projetos tendo como eixo a educação popular (que ele resumia como “Moral e Luzes”, seguindo seu mestre Simón Rodríguez [1769-1853]), mas sempre a partir do enfrentamento. A única liberdade autêntica se conquista lutando. A batalha das ideias só e isolada é boa, mas jamais poderá vencer sem o enfrentamento. A hegemonia constitui a combinação da persuasão e do consenso mas, ao mesmo

tempo, do enfrentamento pelo exercício da força material. A raposa e o leão.

O libertador havia projetado e imaginado sua utopia radical de “Pátria Grande” do seguinte modo: “É uma ideia prodigiosa pretender fazer de todo o novo mundo uma só nação com um só vínculo, que ligue suas partes entre si e com o todo. Já que tem uma origem, uma língua, alguns costumes e uma mesma religião, deveria por conseguinte ter um só governo que confederasse os diferentes estados que hão de se formar [...]”¹. No mesmo sentido, argumentava: “Eu desejo acima de tudo ver se formar na América a maior nação do mundo, menos por sua extensão e riquezas que por sua liberdade e sua glória”².

Embora se negasse a construir utópicos castelos no ar devido às guerras de libertação – que travava no sul juntamente com José San Martín (1778-1850) e com outros revolucionários continentais que compartilharam e lutaram por esse mesmo projeto durante aquela época – e as disputas internas que exauriam o continente, Bolívar aspirava a um sistema republicano – o mais avançado daquela época – para essa Pátria Grande. Educado pelo mestre Simón Rodríguez, colocava a igualdade no mais elevado do seu pensamento: “Tenho conservado intacta a lei das leis – a igualdade – sem ela perecem todas as garantias, todos os direitos. A ela devemos fazer os sacrifícios. A seus pés tenho posto, coberta de humilhação, à infame escravidão”³.

Por isso afirma: “Por estas razões penso que os americanos, desejosos de paz, ciências, artes, comércio e agricultura, prefeririam as repúblicas aos reinos, e me parece que esses desejos se conformarão sob os olhos da Europa”⁴.

Essa república era concebida por Bolívar como uma instância intermediária de equilíbrio entre o despotismo tirânico e a “liberdade indefinida, ilimitada e a democracia absoluta” – que ele considerava o ideal, mas entendia não ser possível pois seria necessário contar com “anjos, não homens”. Resumindo esse sentido republicano, onde não se cansa de elogiar as eleições periódicas (para que o povo não se acostume a obedecer e o governo não se acostume a apenas mandar, segundo suas próprias palavras), Bolívar resume seu projeto afirmando que não combate “pelo poder, nem pela fortuna, menos ainda pela glória, mas tão somente pela liberdade”⁵. Na contramão de tanto “nacionalismo” estreito,

¹ Ver Simón Bolívar: “Carta da Jamaica” (Kingston, 6 de setembro de 1815). Em *Tres documentos de Nuestra América*. Havana, Casa de las Américas, 1979, p. 28.

² Ver Simón Bolívar: “Carta da Jamaica”, *op.cit.*, p. 23.

³ Ver Simón Bolívar: “Discurso na apresentação da Constituição de Bolívia”. Recompilado em Toby Valderrama e Alejandro Mena: *Rumbo al socialismo*. Caracas, Fundación Fondo Editorial Fabricio Ojeda, 2006, p. 14-15

⁴ Ver Simón Bolívar: “Carta da Jamaica”, *op.cit.*, p. 25

⁵ Ver Simón Bolívar: “Discurso na abertura do Congresso de La Angostura” (1819). Recompilado e comentado na obra de Felipe Irazzábal: *Simon Bolívar. Vida y escritos del Libertador* (Biblioteca Ayacucho, 1918). 3 t. Caracas, Ediciones de La Presidencia de la República, 2008. Particularmente Tomo II, p. 133-142.

provinciano e paroquial, a saída estratégica era a unidade continental contra a dominação: “Seguramente, o que nos falta é união para completar a obra de nossa regeneração [...] o que pode nos capacitar para expulsar os espanhóis, e fundar um governo livre. É a união, certamente, mas essa união não será alcançada pela graça divina, mas resultará de efeitos sensíveis e esforços bem dirigidos”⁶. Ideia reafirmada uma e outra vez afirmando: “Unidade, unidade, unidade, deve ser nosso lema”⁷.

Classe e nação

Em nossa América, a libertação da dominação colonial, neocolonial e imperialista pressupõe ao mesmo tempo construir a Pátria Grande. Não haverá libertação nacional sem emancipação social e jamais conseguiremos reorganizar a nova sociedade sobre bases não capitalistas nem mercantis se, ao mesmo tempo, não conseguirmos constituir esse projeto inacabado de Pátria Grande, rompendo com toda submissão e dependência. Não há nem pode haver duas “etapas” separadas (como o senhor Stalin gostava de repetir) nem duas revoluções diferentes: o processo da revolução latino-americana é e deverá ser, ao mesmo tempo, socialista de libertação nacional, ou seja, de libertação continental. A dominação de classe e a questão nacional não constituem processos separados no tempo e espaço, mas fios de um mesmo tecido social que desde o início de nossa história se constituiu dessa forma – subordinada ao sistema capitalista mundial por intermédio de seus sócios locais, as burguesias lúmpens e dependentes.

Por isso, Mariátegui – o primeiro marxista de Nossa América – pôde escrever um século depois de Bolívar que “A mesma palavra Revolução, nesta América das pequenas revoluções, se presta bastante ao equívoco. Temos que reivindicá-la rigorosa e intransigentemente. Temos que restituir-lhe seu sentido estrito e cabal. A revolução latino-americana será nada mais e nada menos que uma etapa, uma fase da revolução mundial. Será pura e simplesmente, a revolução socialista. A esta palavra, pode-se agregar, conforme os casos, todos os adjetivos que se queira ‘anti-imperialista’, ‘agrarista’, ‘nacionalista-revolucionária’. O socialismo os supõe, os antecede, abarca a todos”⁸.

Esse é precisamente o programa bolivariano e mariateguista retomado e atualizado por Ernesto Che Guevara na última de suas mensagens ao mundo, ocasião em que partindo de sua experiência concreta à frente da Revolução

⁶ Ver Simón Bolívar: “Carta da Jamaica”, *op.cit.*, p. 29-30.

⁷ Ver Simón Bolívar: “Discurso na abertura do Congresso de La Angostura”, *op.cit.*, t. II, p.139.

⁸ Ver José Carlos Mariátegui “Aniversario y balance”, editorial da revista *Amauta*, n. 17, ano II, Lima, setembro de 1928. No apêndice no nosso livro *Introducción al pensamiento marxista*. Buenos Aires, La Rosa Blindada, 2003, p. 181.

Cubana sintetiza sua interpretação sociológica e historiográfica da história de Nossa América, de onde deduz um projeto estratégico e político para o futuro: “Por outro lado, as burguesias autóctones perderam toda sua capacidade de oposição ao imperialismo – se alguma vez a tiveram – e constituem apenas seu vagão de reboque. Não há mais mudanças a fazer; ou revolução socialista ou caricatura de revolução”⁹.

Hoje, no século XXI, já está completamente fora de discussão que esse projeto mariateguiano e guevarista de revolução socialista continental ou, em outras palavras, esse projeto de Pátria Grande anti-imperialista e socialista ao mesmo tempo, está inspirado diretamente no ideário independentista bolivariano.

O marxismo bolivariano do século XXI

Várias décadas depois do assassinato de Che Guevara pelas mãos da CIA e do exército boliviano (porque Che, vale lembrar frente a tantos hipócritas que hoje o homenageiam como se fosse Gandhi ou a Madre Teresa de Calcutá, não morreu em sua cama de morte natural ou de um resfriado...) a mensagem insubmissa retorna.

O pós-modernismo já teve seus dois minutos de fama e seus trinta segundos de glória. Que descanse em paz, rodeado de tumbas acadêmicas, bolsas milionárias e as pompas fúnebres de grandes monopólios de (des)comunicação. Seus ventríloquos locais continuam mexendo as mãos e a boca, continuam buscando ouvidos jovens para inculcar resignação e “realismo”, mas agora quase ninguém os escuta.

Em Nossa América voltam a soar os tambores da rebelião. Cada vez se escuta mais perto. Dia a dia são menos os que creem que o futuro está debaixo da bandeira prepotente dos Estados Unidos da América do Norte.

Bolívar volta a inspirar novas rebeldias, as antigas e outras novas que ressignificam suas antigas proclamas de libertação continental incorporando novas demandas, direitos e exigências populares. [...]

No horizonte do século XXI volta a aparecer o antigo, porém novo, projeto integrador de todas as formas de luta convergindo no sonho rebelde da Pátria Grande, uma só nação latino-americana, uma revolução socialista em escala

⁹ Ver Ernesto Che Guevara: “Mensaje a los pueblos del mundo a través de la Tricontinental” [16/4/1967]. No apêndice em nosso livro *Introducción al pensamiento marxista. op.cit.*, p. 241 e em *Obras*. Casa de Las Américas, 1970. Em termos gerais, a ideia de León Trotski para o futuro de Nossa América não era muito diferente dessa leitura bolivariana de Che Guevara, onde a chave da libertação repousaria na unidade continental e na revolução socialista, embora Trotski o propusesse em estilo literário e com termos nem sempre habituais na cultura política da América Latina. “Por los Estados Unidos soviéticos de Sud y Centro América”. Ver León Trotski. *Escritos latinoamericanos*. Buenos Aires, CEIP, 1999. “El futuro de América Latina” (1940), p. 156-157.

continental e mundial. Um projeto radical cuja nova racionalidade histórica aspira a semear a diversidade multicolorida de vozes, lutas e rebeldias dentro de um solo comum de hegemonia socialista, anti-imperialista e anticapitalista. Não é certo que “desapareceu o sujeito”. Não! O sujeito volta e retorna multiplicado com muito mais força (e menos ingenuidade) do que antes.

Deixando para trás o cinismo do duplo discurso, o macartismo, a razão de Estado, a demonização e o delgado limite dos protestos “permitidos” (sempre restringidos a tímidas reformas de gueto, fagocitáveis dentro das instituições do sistema); o exemplo insubmisso de Bolívar nos convida a recuperar a vocação de poder – tragicamente “esquecida” ou caluniada pelos novos reformismos –, a ética inflexível e a rebeldia indomesticável dos velhos *comuneros*, dos bolcheviques, dos combatentes libertários e comunistas, dos *partisans*, dos maquis, dos guerrilheiros insurgentes e de todos os lutadores e lutadoras do Terceiro Mundo.

Se neste bicentenário, Karl Marx andasse por nossos bairros, não caminharia ao nosso lado, repetindo com José Martí “Pátria é humanidade” e levando ao ombro, ele também, sua bandeira de Bolívar?

(Tradução: Maria Almeida Stedile)

Ana Esther Ceceña

Ayotzinapa, símbolo do ordenamento social do século XXI (2014)

Ana Esther Ceceña (1950-) foi diretora da Revista Chiapas (1994-2004) e acompanhou o Exército Zapatista de Libertação Nacional ao longo desses anos. Professora da Escola Florestan Fernandes, ligada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Brasil. Foi ativa participante do Fórum Social Mundial (FSM) e do Foro Social das Américas desde a sua criação. Mantém relações estreitas com muitos dos movimentos sociais na América Latina e no Caribe por meio da participação em *workshops*, cursos, conferências e reuniões. Ela foi um das fundadoras da Campanha pela Desmilitarização das Américas. Dirige o Observatório Latino-Americano de Geopolítica desde 2004, onde se dedica a estudar, teorizar e mapear os processos contemporâneos de dominação e resistência.

A Julio César Mondragón, *In memoriam*

Ayotzinapa é hoje um símbolo, odioso e insuportável, das atrocidades promovidas pelo capitalismo contemporâneo. Ayotzinapa é qualquer lugar do mundo onde se levante uma voz dissidente, uma reivindicação, um símbolo de rebeldia frente à devastadora espoliação e destruição em que se fundamenta a acumulação do capital e as redes de poder que o sustentam.

Ayotzinapa, além de um belo nome, é um lugar ao sul do México onde pobreza e impunidade é o que mais existe. Os jovens locais, filhos de camponeses, são muitas vezes recrutados para trabalhar nos campos em que se cultivam droga ou em atividades relacionadas. Afora isso, os jovens têm poucas opções, mas uma delas é estudar para se tornarem professores de outras crianças e jovens como eles na “Escola Normal Rural de Ayotzinapa”. Para adquirir conhecimento e serem livres.

Em 26 de setembro de 2014, um ônibus em que viajavam os estudantes da “Normal”, foi emboscado por “autoridades” locais, apoiadas pelo Exército Nacional. Três jovens morreram no local, um deles esfolado, e 43 estão desaparecidos desde então. Em sua busca foram se descobrindo covas clandestinas por todos os lados sem encontrar rastro desses jovens, mas de outros que, como eles, foram “desaparecidos”, evidenciando uma situação de barbárie que não parece ter limites. “Foi o Estado” é a voz recorrente que não tem podido nem poderá ser desmentida.

Ayotzinapa é o resultado de um conjunto de processos entrelaçados que, com maior ou menor densidade e visibilidade, são consubstanciais ao capitalismo

do século XXI e que, assim sendo, não estão circunscritos ao México, mas vão se estendendo sub-reptícia e escandalosamente em todo o mundo.

O capitalismo do século XXI

É cada vez mais claro que o capitalismo de nossos tempos funciona em mão dupla. Por um lado, temos a sociedade formalmente reconhecida, com sua economia, seus modos de organização e enfrentamento e sua moralidade; e, por outro lado, cresce aceleradamente uma sociedade paralela, com uma economia qualificada genericamente de ilegal, e com uma moralidade, modos de organização e mecanismos de disciplinamento muito diferentes.

Há lugares do mundo, como México, onde as crises do neoliberalismo, além de provocar mudanças substanciais em sua posição na divisão internacional do trabalho, na definição de suas atividades produtivas e nos modos de uso de seu território, geraram uma divisão social que tem se aprofundado com o tempo. Uma das questões centrais é que os jovens perderam espaço e perspectiva. Estava se gestando uma sociedade com pouca margem de absorção, na qual desapareciam as possibilidades de emprego ou incorporação e os horizontes eram limitados. Não havia espaço para muitos dos antigos trabalhadores e muito menos para os recém-chegados ao cenário. A chamada geração X, a que não sabe para onde vai porque não tem para onde ir. A nova fase de concentração capitalista fechava os espaços ao mesmo tempo que estendia seu âmbito. Apropriava-se das terras, inclusive das atividades domésticas, e até do lazer, mas excluía de seus domínios ondas crescentes de população: precarizando-as ou transformando-as em párias.

Com um processo caracterizado por essa profundidade e essas características não se pode falar de uma ordem social. As condições apontam muito mais à desordem, à ruptura, à decomposição, às fraturas. Ou seja, a ordem apela ao autoritarismo, que é o único meio visível para garanti-la.

A militarização do planeta, incluindo especialmente os âmbitos da cotidianidade, começou a se tornar a marca geral do processo. A estabilidade do sistema não requeria apenas o mercado “livre e aberto” dos neoliberais, mas uma força que garantisse seu funcionamento. O mercado militarizado, com mãos não apenas visíveis, mas bem armadas. Foi esta a rota do capitalismo formal, reconhecido e, paradoxalmente, “legal”.

Mas as fraturas abertas na sociedade desta maneira, como se houvesse sido perfurada, encontrarão seu escape ou abrigo na gestação de uma sociedade paralela. Uma sociedade que abriu passagem nos resquícios ocultos da outra, mas que terminou por invadi-la. Uma sociedade que resgatou a imundície que a hipocrisia da outra rejeitava, e a transformou em negócio, em espaço de acumulação e de poder.

Todos os negócios ilícitos passaram para lá. Tráfico de armas, produção e tráfico de drogas, tráfico humano, tráfico de espécies valiosas e raras e uma grande quantidade de variantes destes que são um dos negócios mais rentáveis, entre outros porque não estão submetidos ao pagamento de impostos, mas que a moralidade estabelecida se vê obrigada a negar.

E aí começou o jogo de uns contra outros fazendo crescer o negócio de armas e, sobretudo, as práticas de extorsão, chantagem, sequestro ou qualquer de suas variantes.

Contudo, a acumulação de capital se nutre de ambos. Quem perde é o conjunto dos excluídos: econômicos, sociais, políticos e culturais. Excluídos do negócio, em diferentes graus, ou excluídos do poder. Aí chegou a generosa oferta para o emprego dos jovens. A incorporação às polícias ou ao exército ofereciam condições que não seriam obtidas em nenhum espaço produtivo, além disso, oferecia um pequenino reconhecimento e um pequenino poder àqueles que haviam ficado na qualidade de inúteis sociais. Mas também veio a proposta de se incorporar às fileiras aparentemente contrárias. Os negociantes de drogas ou os empresários de atividades ilegais necessitavam também organizar seus exércitos de servidores ou de pistoleiros. E essas duas têm sido fontes de emprego recorrentes durante as duas ou três últimas décadas, como também geradoras de uma nova cultura: a cultura do mercenário, a do poder arbitrário, a do saque por extorsão.

Enquanto a economia “legal” entrava em crise, a do lado obscuro se multiplicava, acomodando-se em alguns dos mesmos setores da “legal”, só que com modalidades mais rentáveis.

Um exemplo é a exploração mineral não declarada, na qual inclusive são empregadas diferentes versões do trabalho escravo. Seja nas minas africanas ou nas do México, com o trabalho forçado de crianças ou adolescentes, inclusive com o de grupos sequestrados para tais finalidades, custodiados pelos corpos armados que podem ser do próprio exército ou de mercenários, o produto quase não custa porque não se paga aos trabalhadores, não paga impostos porque não se declara e se exporta com a cumplicidade tanto dos consórcio de mineração e de seus estados de origem, como a de autoridades locais que recebem uma parte do lucro por sua vista grossa ou sua proteção.

Este capitalismo estendido consegue assim não apenas escapar da crise como espoliar duplamente a população mediante o trabalho escravo ou semiescravo, diferentes tipos de extorsão, expulsão de suas terras, roubo direto de seus pertences e outros similares. A chave: o exercício de uma impiedosa violência.

Nessas circunstâncias, o Estado se torna parte do processo e vão sendo impostas à sociedade condições de guerra no âmbito cotidiano. A violência se instala como disciplinador social e sua prática é ampliada. Em um jogo

de público-privado os controladores sociais emergem em torno das fontes reais de lucro, legais ou ilegais, e em torno da configuração de poderes locais ungidos por sua capacidade de impor uma ordem correspondente a estas modalidades de acumulação.

As guerras difusas e assimétricas

As condições de concentração da riqueza e do poder no capitalismo contemporâneo, com sua correlativa precarização crescente de amplos setores da sociedade, têm levado o sistema a uma situação de risco que se manifesta em conflitos e enfrentamentos permanentes de caráter assimétrico, de acordo com a terminologia do pentágono. Cada vez mais as guerras do mundo contemporâneo são regidas pela ideia do inimigo difuso e adotam a figura de guerras preventivas, na maioria das vezes não declaradas.

Os operativos de desestabilização e de disciplinamento, os episódios de violência desencadeada em pontos específicos e de violência dosificada *in extenso* são os mecanismos idôneos de guerras inespecíficas contra inimigos difusos. E, por sua vez, constituem o melhor modo de abrir caminho para garantir o saque de recursos de muitas regiões do planeta, criando uma confusão que dificulta a organização social. O abastecimento controlado de armas e o estímulo a situações de violência são os aliados buscados pelo capitalismo de nossos tempos.

Não há guerras declaradas. Não há guerras entre equivalentes. Há corrosões. Uma mancha de violência que vai se estendendo acompanha o capitalismo de inícios do século XXI. As instituições de disciplinamento e segurança dos estados têm se mostrado insuficientes frente ao altíssimo nível de apropriação-expropriação a que tem chegado o capitalismo. Estas instituições se multiplicam de maneira privada e local tantas vezes quanto seja necessário. Aparecem “estados islâmicos” à semelhança das “seguranças privadas” ou “cartéis” e “quadrilhas” do chamado crime organizado, que protegem e ampliam ou aprofundam as fontes de lucro, as fontes de acumulação e que, portanto, são complementares às figuras institucionais reconhecidas para esses fins. Assim como as forças do mercado exigiram um suporte militarizado, as forças institucionais de disciplinamento social requerem, dado o nível de apropriação-espoliação, de um suporte não-institucionalizado capaz de exercer um grau e um tipo de violência que modifique os limites da contenção social. São forças “irregulares” que, como o estado de exceção, chegaram para ficar. Incorporaram-se aos dispositivos regulares de funcionamento do sistema.

Ayotzinapa como limite

Colômbia tinha uma guerra interna quando iniciou o Plano Colômbia e, apesar da mudança de intensidade na violência exercida e na intromissão direta e evidente dos Estados Unidos na gestão do conflito, talvez a mudança em outros terrenos não tenha sido tão visível. México, ao contrário, era reconhecido como símbolo do disciplinamento em democracia antes da Iniciativa Mérida. Em menos de dez anos o eixo do disciplinamento passou das mãos do PRI às da violência, tanto de Estado como privadas. A chave esteve nos dispositivos de corrosão que prepararam o terreno e na desproporção com que os corretores foram assentados. Violência existe em todas as sociedades, mas sua dimensão e as formas como foram introduzidas foram impondo novas lógicas sociais. Nesse período, a sociedade mexicana teve que se acostumar a decapitações, mutilações, corpos calcinados, reiterados desaparecimentos, valas comuns e uma ostensiva cumplicidade das instâncias de segurança e de justiça do Estado.

As estimativas ultrapassam já os cem mil desaparecidos e as notícias apontam, diariamente, vinte mortos ou mais. México tem se transformado em um cemitério de pobres e migrantes que são extorquidos, sequestrados para trabalho escravo, assassinados com tremenda selvageria para amedrontar e disciplinar os outros ou se matar massivamente. A relação destas ações com o controle de migrações para os Estados Unidos é apenas especulação, mas não há dúvida de que tem dado resultado. O que é evidente é a concentração de terras, de negócios, de recursos e de poder a que isto dá lugar. Cada vez há mais desalojados e mais despossuídos que não se atrevem sequer a reclamar por medo às represálias e porque, além disso, não existem instâncias de justiça que os amparem.

Em menos de dez anos e depois de muita dor a sociedade está transformada. Corroída, com claros sinais de balcanização, com crescimento de poderes locais que estabelecem suas próprias normas e que negociam com os poderes federais. O medo foi instalado mediante uma selvageria explícita e reiterada, embora, de tanto insistir, terminou por começar a gerar o seu oposto.

Ayotzinapa é o cume da montanha. Em Ayotzinapa ultrapassaram todos os limites. Caçou-se com total impunidade, com ostentação de força, de cumplicidade total entre o Estado e o crime organizado, o que é mais caro à sociedade: jovens pobres de zonas rurais devastadas, estudantes que se tornariam professores, filhos do povo com alegria de viver, com desejos de mudar o mundo. Algo que ninguém quer aceitar. Mas, além disso, Ayotzinapa é o cume de uma montanha de insultos, impotência e raiva. É a consciência acumulada da ignomínia e da indignidade. É a situação limite que trouxe de volta às ruas a energia, vitalidade, coragem e dignidade do povo do México. “Têm nos tirado

tanto que até tiraram o nosso medo” era um dos primeiros cartazes portados por jovens de todos os lados. Julio César Mondragon, jovem recém ingressado na Escola Normal de Ayotzinapa, tornado pai há alguns meses e vítima da tortura mais selvagem que tenhamos presenciado, foi involuntariamente o detonador, por força de sua dor, da recuperação da força, da esperança e da decisão no povo do México, hoje mobilizado como não o fazia há tempos.

Ayotzinapa é um símbolo. É a ponta do *iceberg*.

Ayotzinapa é o símbolo das guerras do século XXI e das novas formas de disciplinamento social que vêm acompanhando os processos de saque e espoliação em todo planeta. Em dez anos, o México que não passou pela obscura noite das ditaduras na América Latina, mas sim, teve guerra suja e massacres, foi transformado em uma terra de dor e de valas comuns. O problema não é o “narco”; o problema é o capitalismo.

Ayotzinapa é um espelho com duas faces: a da rota do poder é evidente, visível e avassaladora; a do chamado a defender a vida é pálida e discreta, mas seguramente deixará pegadas.

Helena Hirata e Nadya Araujo Guimarães *Trabalho e Gênero (2016)*

Nadya Araujo Guimarães é professora titular no Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP) e pesquisadora no Centro de Estudos da Metrópole (CEM)/CEBRAP. Doutora em Sociologia pela Unam (México). Sua tese de doutorado (1983), cujo orientador foi Ruy Mauro Marini, tem por título *Ejército de reserva: su especificidad y comportamiento político en el desarrollo del capitalismo en Brasil*. As questões sobre informalidade, marginalidade, trabalho precário continuam a interessar suas pesquisas mais recentes

Helena Hirata é diretora de pesquisa emérita no Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS) da França. Começou sua carreira acadêmica no Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP), mas a repressão durante a ditadura militar (1964-1985) a obrigou buscar asilo político em França, para onde partiu em 1971. Concluiu seu doutorado (1979) em Sociologia na Universidade de Paris 8-Vincennes sobre “O Estado capitalista contemporâneo e seu papel nos países ditos subdesenvolvidos. O caso do Brasil”.

O marxismo teve um papel seminal na construção do pensamento social latino-americano no campo de estudos sobre o trabalho e gênero, da mesma forma que em países europeus como a França. Quiçá a sua grande virtude se assente no persistente esforço por enlaçar os debates acerca do tema ao desafio de construir uma teoria sobre as especificidades do desenvolvimento capitalista na região. Inúmeras podem ser as maneiras de ilustrar esse movimento de fertilização recíproca entre a teoria marxista e a ciência social do trabalho. Dentre elas, elegemos apenas duas: (i) a reflexão sobre mercado de trabalho e desenvolvimento capitalista, vista pelo cruzamento dos conceitos de exército industrial de reserva e marginalidade; (ii) o debate sobre processo de trabalho e a produção da política nos cotidianos fabris.

Mercado de trabalho e desenvolvimento capitalista: o desafiador cruzamento dos conceitos de “exército industrial de reserva” e “marginalidade”

As análises de inspiração marxista¹ sobre a assim chamada “marginalidade social” se constituíram num grande divisor de águas nos estudos

¹ Ou “histórico-estruturais”, como por vezes elas mesmo se denominavam.

latino-americanos sobre o mercado de trabalho. A elas devemos o esforço sociológico no sentido de teorizar acerca da particular heterogeneidade que caracterizaria o trabalho na América Latina².

O debate em torno da categoria “marginalidade” agitava os meios intelectuais latino-americanos desde o final dos anos de 1960, com destaque para os primeiros textos do peruano Anibal Quijano³. Quase que simultaneamente, em 1969, surge outro artigo, também seminal e também veiculado no meio intelectual chileno; de autoria do argentino Jose Luis Nun, prossegue com a reflexão acerca da pertinência da categoria “massa marginal”⁴. Nun arguia a especificidade dos processos de produção da superpopulação relativa em países periféricos, sob o capitalismo monopolista, mostrando que parte dela deixara de cumprir a função de um exército de reserva para a produção capitalista, tal como preconizara Marx ao analisar a dinâmica do mercado de trabalho sob o capitalismo concorrencial⁵.

Francisco de Oliveira, em seu clássico ensaio “A economia brasileira: crítica à razão dualista”, divulgado em 1972, entraria na discussão, refinando-a teórica e historicamente e situando o debate sobre as formas de incorporação econômica e política dos trabalhadores no terreno dos elos entre modalidades de crescimento capitalista e de alianças de classe, e trazendo a política para o centro da análise⁶.

Entre os estudiosos da urbanização brasileira, a problemática da assim chamada “marginalidade urbana” também ganha proeminência na agenda de

² Uma história mais rigorosa do debate latino-americano certamente terá que dar créditos à formulação inicial do Desal, instituição religiosa atuante no Chile, e aos escritos do seu ideólogo principal, Roger Vekemans, notadamente ao livro *Marginalidad en América Latina: un ensayo de diagnóstico* (Barcelona: Herder, 1969). A esse respeito, ver Castro, N. A. *Ejército de reserva: su especificidad y comportamiento político en el desarrollo del capitalismo en Brasil*. México, tese de doutorado, Universidad Nacional Autónoma, 1983.

³ Quijano veiculara um primeiro texto, que logo se tornou referência na análise do tema: “Notas sobre el concepto de ‘marginalidad social’” (Santiago: División de Asuntos Sociales, Cepal, 1966, mimeo.). A repercussão desse texto levou-o a participar de uma coletânea que marcou época nos estudos latino-americanos: Quijano, A. “Urbanización, cambio social y dependencia”. In: Cardoso, F. H e Weffort, F. (eds.). *América Latina: ensayos de interpretación sociológica* (Santiago: Editorial Universitaria, 1967).

⁴ Nun, J. L. “Sobrepoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal”. *Revista Latinoamericana de Sociología*, vol. 5, n. 2, 1969. Neste artigo o autor dá andamento ao argumento que começara a delinear com Marin e Murmis (Nun, J. L., Marin, J. C. e Murmis, M. “Planteo general de la marginalidad en América Latina”, Santiago, 1967, mimeo.).

⁵ É curioso observar que o enfoque das teorias da marginalidade trouxe consigo, de precursor, a ideia da “redundância”, que reapareceria décadas depois, e com vigor, em certas tendências de interpretação do emprego em contextos de intensa reestruturação nos países capitalistas centrais. Ver, entre outros: DiPrete, T. e Nonnemaker, K. “Structural change, labor market turbulence and labor market outcomes”. Durham: Duke University, 1996; Elias, P. “Reestruturação, requalificação e dispensas: um estudo da dinâmica do mercado de trabalho do Reino Unido, 1991-95”. Dados, 2004, vol. 47, n. 3, p. 419-71.

⁶ O ensaio de Francisco de Oliveira (“A economia brasileira: crítica à razão dualista”. *Estudos Cebrap*, n. 2, out., 1972) tornou-se referência obrigatória no debate. Oliveira voltaria ao tema outras vezes, especialmente num outro texto que também marcou época: “A produção dos homens sob o capital”. *Estudos Cebrap*, n. 16, 1976.

pesquisa. Havíamos abandonado as ideias sobre o caráter “sociopático” do processo de crescimento urbano⁷, pondo ênfase na funcionalidade das formas de inserção não tipicamente capitalistas para o entendimento da dinâmica do emprego nas nossas grandes cidades e para o processo de acumulação capitalista no Brasil. Os escritos de Luiz Antonio Machado da Silva, Manoel Berlinck, Lucio Kowarick, Vilmar Faria⁸ eram exemplos de como se debruçava sobre o tema a *intelligenza* brasileira. Em suma, a crítica à razão dualista nutriu-se do esforço por evidenciar como a reprodução das formas não-capitalistas de trabalho era parte constitutiva das necessidades do desenvolvimento do capital; ou, como as formas não-capitalistas de produção e de trabalho eram funcionais (para usarmos outra categoria que melhor evidencia a lógica de argumentação) à reprodução do capital⁹.

Estes estudos pioneiros documentaram a heterogeneidade e a instabilidade da inserção ocupacional dos indivíduos, deixando assente que o processo de transformação que nossos países experimentavam estava longe de se ajustar a hipóteses providas pelas teorias (lineares) da modernização¹⁰. Mas eles desafiavam, igualmente, as formas de pensar a dinâmica da produção de uma superpopulação relativa, tal como o marxismo clássico o fizera, à luz da realidade histórica do capitalismo concorrencial europeu da segunda metade do século XIX. Renovava-se, assim, no curso dos anos de 1960 e 1970, o pensamento latino-americano sobre o mercado de trabalho, num movimento que também fez com que o pensamento crítico marxista fosse instado a se repensar.

Processo de trabalho e a produção da política nos cotidianos fabris

Uma forte inflexão teórica marcou a agenda dos debates sobre o trabalho na América Latina a partir dos anos 1980 e 1990. No caso brasileiro, tal inflexão foi caudatária de dois processos. De um lado, o ressurgimento do movimento sindical

⁷ Ao modo de Luiz Pereira (*Trabalho e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1965).

⁸ Machado da Silva, L. A. *Mercados metropolitanos de trabalho manual e marginalidade*. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Museu Nacional, 1971; Berlinck, M. *Marginalidade social e relações de classe em São Paulo*. Petrópolis: Vozes, 1975; Kowarick, L. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975; Faria, op. cit.

⁹ Kowarick, op. cit.; Berlinck, op. cit.; Fausto Neto, A. M. Q. *Família operária e reprodução da força de trabalho*. Rio de Janeiro: Vozes, 1982; Bilac, E. D. *Famílias de trabalhadores — estratégias de sobrevivência: a organização da vida familiar em uma cidade paulista*. São Paulo: Edições Símbolo, São Paulo, 1978; Prandi, J. R. *O trabalhador por conta própria sob o capital*. São Paulo: Edições Símbolo, 1978.

¹⁰ Ao modo de Hagen, E. *On the Theory of Social Change: How economic growth begins*. Homewood, Ill., Dorsey Press, 1962; Eisenstadt, S. *Modernization, Protest and Change*. Englewood-Cliffs, New Jersey, 1966; McClelland, D. *The Achieving Society*. Princeton, N.J., Van Nostrand, 1971.

e operário, em 1978, após os muitos anos de ausência da cena pública, que se seguiram ao golpe militar de 1964. Um movimento que ressurgiu renovado em suas consignas e formas de organização. Ademais, tal ressurgimento se fazia num novo contexto, que já não era mais o do desenvolvimentismo de tipo populista, mas que estava marcado pelos ecos de um “milagre econômico” (anos 1967-1973), gestado pela direção autoritária de governos militares. De outro lado, tal inflexão refletiu as reorientações que ocorriam no debate intelectual da Sociologia do Trabalho, mas também do marxismo acadêmico, travados em esfera internacional: a observação das práticas sociais dos atores passava a privilegiar o âmbito dos cotidianos fabris; nestes, os comportamentos individuais e coletivos eram analisados da perspectiva da construção subjetiva da experiência do trabalho. No Brasil, como de resto em grande parte da América Latina, o pensamento marxista experimentava, nesse momento, difusão e sucesso acadêmicos ímpares. No âmbito dos estudos do trabalho, pelo menos duas vertentes alimentavam tal vigência intelectual. Por uma parte, a reinterpretação da teoria marxiana, proposta por Braverman¹¹ fortemente ancorada na valorização do âmbito do processo de trabalho. Por outra parte, o vigor da história social inglesa, de inspiração marxista, renova e desafia o estruturalismo estreito, valorizando a dimensão da experiência do trabalho.¹²

Tal inflexão interpretativa fez com que os escritos sobre partidos e sindicatos, bem como as reflexões sobre a formação do proletariado, perdessem proeminência para outro estilo de análise, o dos chamados “estudos dos processos de trabalho”. A dinâmica da própria pesquisa empírica encarregou-se de alargar progressivamente o interesse em direção a novos temas, até então pouco explorados – como o das estratégias empresariais de organização do trabalho e de gestão da mão de obra; da segmentação do mercado de trabalho; da divisão sexual e social do trabalho; dos efeitos da tecnologia, da qualificação e desqualificação da força de trabalho diante da modernização tecnológica; das formas de resistência operária às estratégias empresariais de dominação e controle sobre o trabalho. No caso brasileiro, esse novo veio interpretativo teve como uma de suas marcas mais importantes a crítica à visão da classe trabalhadora como passiva e destituída de consciência¹³. Atentos às dimensões

¹¹ Braverman, H. *Labor and Monopoly Capital: The Degradation of Work in Twentieth Century*. New York and London: Monthly Review Press, 1974. Notar que é tão grande a repercussão das ideias de Braverman que a primeira tiragem em língua espanhola do seu livro (México: Editorial Nuestro Tiempo) data de apenas um ano depois (1975) da edição original em inglês, que é de 1974.

¹² Thompson, E.P. *The Making of the English Working Class*. Londres, Gollancz, 1963; Hobsbawm, E. *Laboring Men: Studies in the History of Labor*. New York: Basic Books, 1964.

¹³ Pereira, V. *O Coração da Fábrica*, Rio de Janeiro, Campus, 1979; Fischer, R. “Pondo os pingos nos is’ sobre as relações do trabalho e políticas de administração de recursos humanos”, in M.T. Fleury; R. Fischer (orgs.) *Processo e Relações do Trabalho no Brasil*, São Paulo, Atlas, 1985; Sader, E. e Paoli, M. C. “Sobre as classes populares no pensamento sociológico brasileiro”. In: R. Cardoso (Org.) *A Aventura Antropológica*. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

políticas e às formas de expressão subjetiva que transpareciam no discurso do chamado “novo sindicalismo”, passou-se a encarar o desafio de reconstruir uma interpretação sociológica sobre a experiência do trabalho, recuperando-lhe o significado da perspectiva dos múltiplos sujeitos que a teciam¹⁴.

A interlocução entre a sociologia do trabalho e domínios correlatos no campo das Ciências Sociais aguçou a acuidade dessa nova geração de analis-tas, valorizando, a seus olhos, as relações entre vida fabril e vida extrafabril. Destacavam-se, em especial, os nexos entre as práticas e representações sociais construídas em outros âmbitos institucionais (como a família, a unidade do-méstica, a escola, o bairro etc.) e sua expressão no espaço da produção, onde adquiriam vigência, naturalizando-se ¹⁵.

Os chamados “estudos de gênero” talvez constituam o exemplo mais vir-tuoso dessa emulação, que desafiou e enriqueceu o olhar marxista sobre o âm-bito do trabalho. Assim, por exemplo, o questionamento da categoria marxiana de exército industrial de reserva surgiu da constatação de que, apesar da crise econômica e da recessão, as mulheres se mantinham no mercado de trabalho, sem “refluir” ao seio da reserva da força de trabalho¹⁶. De fato, o interesse pela participação das mulheres na atividade industrial marcou a história das análises sobre a condição feminina também no Brasil, sendo, como sugere Bruschini¹⁷, “a porta de entrada dos estudos sobre mulher na academia brasileira” (p. 2). Até os anos 1970, as análises correntes (e mesmo as mais marcantes), dedicadas ao estudo da industrialização substitutiva e da estrutura da classe operária no Brasil, haviam permanecido impermeáveis ao que Lobo (*op.cit.*) explicitou como sendo sua “composição sexual”; as questões de gênero permaneciam, até então, invisíveis ao *mainstream* da produção acadêmica brasileira, inclusive aquela de inspiração marxista.

A insistência com que os estudos feministas passaram a apontar para os “guetos ocupacionais” existentes num mercado de trabalho descrito como fortemente segmentado deflagrou um novo interesse, que se tornou,

¹⁴ Lobo, E. S. *A Classe Operária tem Dois Sexos*, São Paulo: Brasiliense, 1991; 2ª edição São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

¹⁵ Lobo, E. e Soares, V. (1985) “Masculino e feminino na linha de montagem”, comunicação apresentada ao GT “Processo de Trabalho e Reivindicações Sociais”, IX Encontro Anual da ANPOCS, São Paulo. Posteriormente publicado em: E. Lobo. *A Classe Operária tem Dois Sexos, op.cit.*; Cabanes, R. *Travail, Famille, Mondialisation – Récits de la Vie Ouvrière*, São Paulo, Brésil, Paris, IRD – Karthala, 2002.

¹⁶ Milkman, R. “Le travail des femmes et la crise économique: quelques leçons tirées de la grande crise”, *La revue d'en face*, n. 5 e 6, 1979; Hirata, H. e Humphrey, J. “O emprego industrial femi-nino e a crise econômica brasileira”, *Revista de economia política*, 1984, vol. 4, n.4, p. 89-107; Maruani, M. e Nicole, C. “Quelques réserves sur ‘l’armée de réserve””, *Revue Française des Affaires Sociales*, n. 2, 1985, p.23-38.

¹⁷ Bruschini, C. “Desigualdades de gênero no mercado de trabalho brasileiro: o trabalho da mulher nos anos 80”. In: FERNANDES, Reynaldo (Org.) . *O trabalho no Brasil no limiar do século XXI*. São Paulo: LTR Editores/OIT/ABET, 1995. p. 83-119.

nas décadas de 1970 e 1980, um importante desafio interpretativo para a Sociologia do Trabalho de corte marxista que se fazia no Brasil: havia que entender as mudanças na estrutura ocupacional, que já se tornavam patentes. Por um lado, a composição setorial do emprego feminino adquiriu maior complexidade com a crescente integração de mulheres nos setores chamados “dinâmicos”. Por outro lado, a crise econômica de 1981-1983, longe de lhes queimar as oportunidades recém-criadas comprometeu, em especial, o emprego dos homens, pondo em cheque o argumento corrente, também no Brasil, que tratava as mulheres como parte de um exército de reserva: primeiras a sair e últimas a entrar¹⁸. Isso deixava patente a necessidade de associar o estudo das desigualdades de acesso ao mercado de trabalho à análise das formas de segregação no processo de trabalho. Trajetórias profissionais, qualificação e gestão da mão-de-obra surgiam como construções sociais, para cuja elucidação a perspectiva dos estudos de gênero constituía-se num instrumento frutífero.

A crítica das relações sociais tecidas na produção e das formas simbólicas de opressão teve, então, a virtude de vivificar, a um só tempo, tanto os estudos feministas sobre mulher e trabalho, quando o “núcleo duro” dos estudos de caso em fábricas, tal como eram então empreendidos no Brasil. Sociologia do Trabalho e Sociologia da Família e das Relações Sociais de Gênero foram, assim, campos conexos que se fecundaram reciprocamente com notável intensidade nos anos 1980, em diferentes quadrantes da América Latina, e no Brasil em especial¹⁹. Desenvolveu-se, com isso, uma ampla linha de estudos centrada na análise da divisão sexual do trabalho e dos papéis sociais de gênero a partir de uma nova ótica: a dos estudos de caso em empresas. Nesse sentido, a própria categoria “divisão do trabalho”, tão cara ao pensamento marxista clássico, deixava de ser entendida como uma simples divisão de tarefas; se ela implicava uma diferenciação de funções, tinha também como correlatos a distribuição assimétrica do controle, da hierarquia, da qualificação, da carreira e do salário. A condição de gênero revelava-se uma variável determinante na construção dessas assimetrias. Entendê-las era fundamental para interpretar tanto as formas concretas e microcósmicas de produção do consentimento e reprodução da dominação, quanto a construção da resistência e da ação coletiva.

¹⁸ Spindel, C. “A mulher frente à crise econômica dos anos 80 (algumas reflexões com base em estatísticas oficiais)”. *Estudos*, São Paulo, IDESP, n. 18, 1987.

¹⁹ Bilac, E. *Famílias de trabalhadores: Estratégias de Sobrevivência. A organização da vida familiar em uma cidade paulista*. Edições Símbolo, São Paulo, 1978; Fausto Neto, A. *Família Operária e Reprodução da Força de Trabalho*, Rio de Janeiro, Vozes, 1982; Montali, L. e Telles, V. “Família e Modo de Vida nas Classes Trabalhadoras”, *Anais do V Encontro Anual de Estudos Populacionais*, Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1986.

Desse modo, e como disse Lobo, quando “o trabalho deixa de ser uma operação física que envolve uma força de trabalho e se torna uma prática comunicativa, nem os gestos, nem a linguagem da gestão das/os trabalhadoras/es podem ser generalizados” (*op.cit.* p. 261)²⁰. A formulação teórica adquiria, então, a necessária complexidade e remetia a atenção a outras experiências, tão simbioticamente aliadas à vivência da condição operária quanto a condição de gênero; tal é o caso, por exemplo, da condição étnico-racial²¹

Renovavam-se, assim, as interpretações sobre a classe trabalhadora na Sociologia do Trabalho brasileira, e (novamente) interpelava-se criadoramente o debate marxista clássico, agora com o efeito seminal do adensamento dos estudos sobre gênero no trabalho.

²⁰ Lobo, E. S. *A Classe Operária tem Dois Sexos*, *op.cit.*

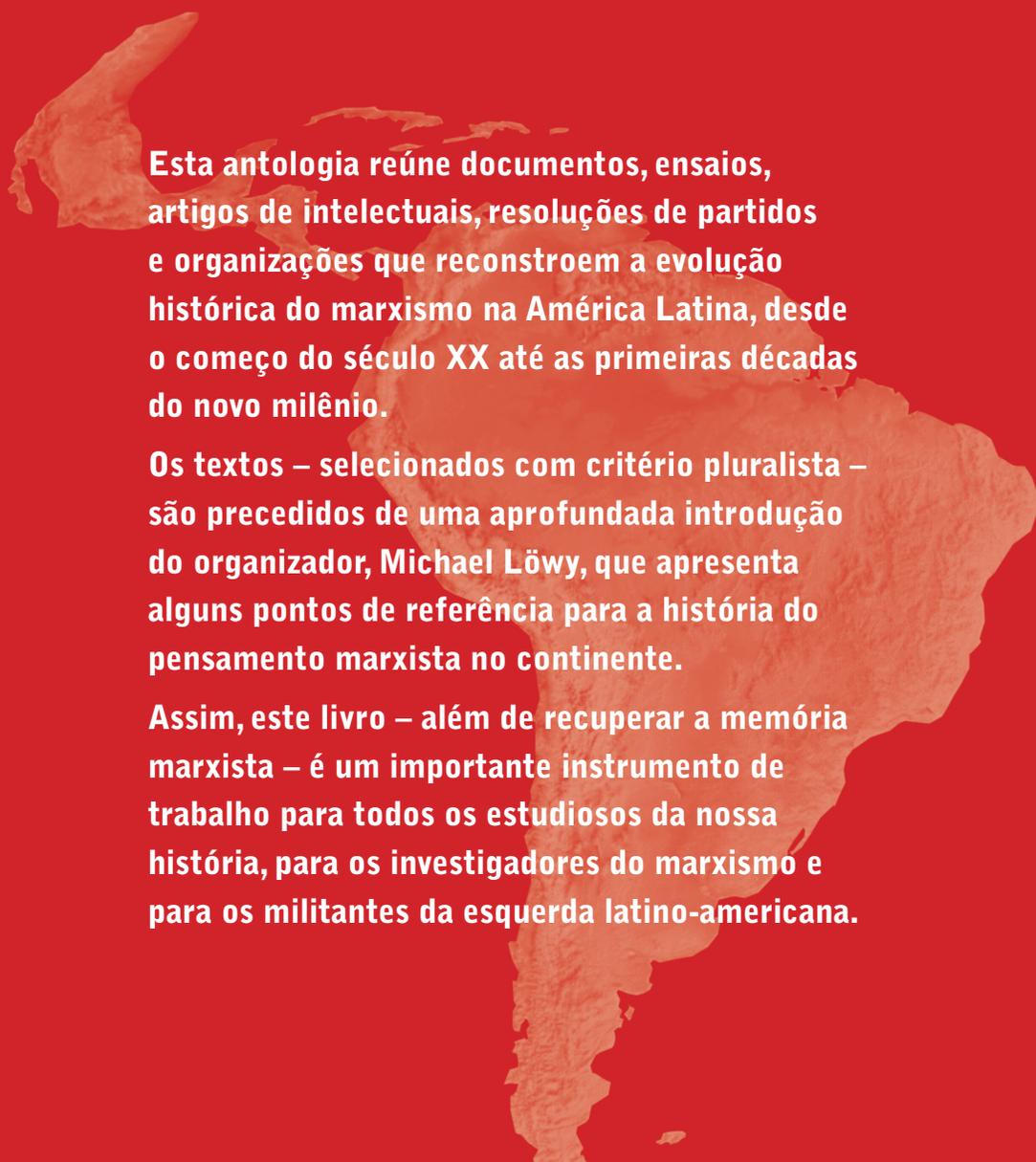
²¹ Cf. entre outros, Guimarães, A. S. e Castro, N. A. “Desigualdades raciais no mercado e nos locais de trabalho”. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, CEAA/UCAM, v. 24, p. 23-61, 1993. Bairos, L. “Mulher negra: o espaço da subordinação”. In: LOVELL, Peggy (Org.). *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1991. p. 177-193.

Sobre o organizador

Michael Löwy nasceu em São Paulo em 1938, filho de imigrantes judeus de Viena. Licenciou-se em Ciências Sociais na Universidade de São Paulo (USP), em 1960, e participou nessa época no seminário de estudos de *O Capital*, de Marx. Foi um dos fundadores da organização Política Operária (Polop), em 1960. Doutorou-se na Sorbonne com Lucien Goldmann em 1964, com uma tese sobre o jovem Marx.

Vive em Paris desde 1969, onde trabalha como diretor de pesquisas no CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique). Dirige um seminário na Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales. Recebeu em 1994 a medalha de prata do CNRS em ciências sociais.

É autor de livros e artigos traduzidos em 22 idiomas. Faz parte do núcleo do PT em Paris e foi colaborador regular do jornal *Em Tempo*. Entre seus livros publicados no Brasil, destacam-se: *O pensamento de Che Guevara* (Editora Expressão Popular), *O que é o cristianismo da libertação* (Editora Expressão Popular/Fundação Perseu Abramo), *Método dialético e teoria política* (Paz e Terra), *A evolução política do jovem Lukacs* (Cortez), *Ideologia e ciência social* (Cortez), *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen* (Cortez), *Marxismo e teologia da libertação* (Cortez), *Redenção e utopia: o judaísmo libertário na Europa Central* (Companhia das Letras), *Romantismo e messianismo* (Perspectiva/Edusp), *Romantismo e política* (com R. Sayre, Paz e Terra), *Revolta e melancolia: o romantismo na contramão da modernidade* (com R. Sayre, Vozes).



Esta antologia reúne documentos, ensaios, artigos de intelectuais, resoluções de partidos e organizações que reconstroem a evolução histórica do marxismo na América Latina, desde o começo do século XX até as primeiras décadas do novo milênio.

Os textos – selecionados com critério pluralista – são precedidos de uma aprofundada introdução do organizador, Michael Löwy, que apresenta alguns pontos de referência para a história do pensamento marxista no continente.

Assim, este livro – além de recuperar a memória marxista – é um importante instrumento de trabalho para todos os estudiosos da nossa história, para os investigadores do marxismo e para os militantes da esquerda latino-americana.

EXPRESSÃO POPULAR



9 1788577 1432899 1

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO



9 1788576 431312 1